

O BRASIL, AS AMÉRICAS E O MUNDO SEGUNDO A OPINIÃO PÚBLICA E DOS LÍDERES

NOTAS INICIAIS

Essa análise da opinião pública e dos líderes, é fruto do trabalho do grupo de pesquisa “O Brasil, as Américas e o mundo - opinião pública e política externa (Fase 3)” sediado no CEBRAP, que está vinculado ao projeto internacional colaborativo *Las Américas y el Mundo*, capitaneado por pesquisadores do *Centro de Investigación y Docencia Económicos* – Cide (México) – e realizado por uma rede de instituições acadêmicas do continente americano. Seu propósito é estudar, de forma sistemática e periódica, a opinião pública da região com relação a temas centrais de política externa e relações internacionais. Consiste em uma pesquisa de opinião por questionário, que colhe informações sobre opiniões, atitudes, crenças, interesses, aspirações e valores de lideranças e cidadãos comuns sobre suas relações com o mundo. Pesquisa de tipo painel, ela tem sido replicada periodicamente, de forma a captar a permanência ou mudança de percepções, atitudes e valores com respeito aos temas internacionais nas Américas.

Os *surveys* são sempre realizados após as eleições gerais. A primeira onda foi feita após as eleições de 2010, a segunda após as eleições de 2014 e a terceira, e mais atual, após as eleições de 2018, com a realização de campo em janeiro de 2019.

O objetivo principal é essencialmente descritivo: levantar dados sobre a opinião do público e das lideranças nacionais sobre as questões internacionais. Nesse relatório apresentamos os dados da coleta referente a terceira rodada do *survey*.

O ano de 2019, primeiro ano do governo Jair Bolsonaro, representou uma ruptura na tradição de política externa do Brasil. Aspectos que caracterizavam a projeção brasileira no mundo - como o multilateralismo, a atuação como líder regional e a contestação de poder em fóruns internacionais - perderam destaque, dando lugar a uma agenda cujas prioridades residem no alinhamento aos Estados Unidos e a aversão às questões sobre a agenda ambiental e de direitos humanos. Essa nova posição modifica

substancialmente o papel do país no cenário internacional e suscita a importância de compreendermos a percepção do público geral acerca da Política Externa Brasileira (PEB).

Tendo isso em vista, as perguntas feitas pelo *survey* procuraram captar quais objetivos de política externa o público brasileiro e a elite brasileira consideram importantes, bem como sua percepção acerca da projeção do país no plano internacional e sua influência no mundo.

PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DOS DADOS POR FUTUROS PESQUISADORES O TRABALHO ESTÁ DIVIDIDO EM TRÊS PARTES.

**1. OPINIÃO
PÚBLICA
(2011-2018)**

**2. LÍDERES
(2011-2018)**

**3. OPINIÃO
PÚBLICA X
LÍDERES
(2018)**

Por ser a terceira vez que fazemos esse levantamento, optamos por dividir o relatório em três partes. Na primeira apresentamos os dados da opinião pública, na segunda a opinião dos líderes e na terceira comparamos as duas.

Nas duas primeiras partes, quando possível, apresentamos os dados de forma a agregar informações coletadas nos relatórios anteriores de forma a possibilitar identificação da estabilidade ou mesmo da mudança sobre como público e os líderes pensam a política internacional. Já na terceira parte nós apresentamos apenas os dados obtidos em 2018 comparando as opiniões do público e dos líderes entre si.

A escolha por apresentar os dados dessa forma se dá por diversas razões.

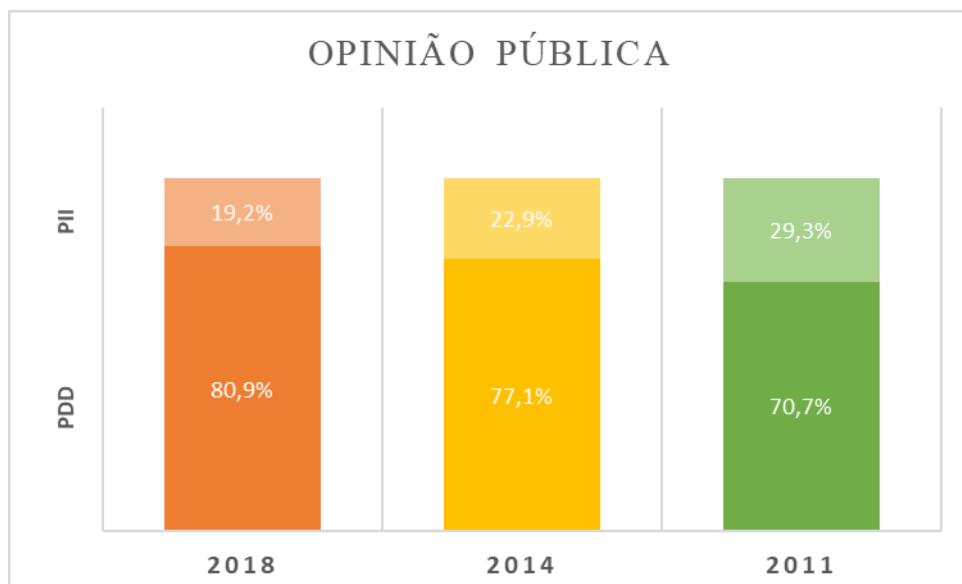
Em primeiro lugar, tomamos a terceira onda como eixo central do relatório. Como ao longo das três ondas há mudanças no questionário, optamos por garantir que todas as informações coletadas em 2019 sejam disponibilizadas ao leitor. Em segundo lugar, caso

poderá encontrar informações nos relatórios anteriores. Em terceiro lugar, o trabalho estruturado dessa forma, possibilita que o leitor identifique melhor as opiniões e compare os achados tanto temporalmente quanto se liderança e o grande público convergem ou divergem em matéria de política externa e política internacional.

PRIMEIRA PARTE

OPINIÃO PÚBLICA

Segmentamos os respondentes em duas categorias: o público interessado e informado sobre assuntos internacionais (PII) e o público desinteressado e desinformado (PDD). Usamos, para tanto, duas perguntas-filtro: o interesse declarado em temas internacionais e a capacidade de reconhecer a sigla da Organização das Nações Unidas (ONU), ou seja, consideramos público interessado e informado (PII) quem declarou interesse em assuntos internacionais e acertou o significado da sigla ONU e público desinteressado e desinformado (PDD), quem disse não ter interesse em assuntos internacionais e/ou que errou o significado da sigla ONU.



Em 2018, com esses filtros, 354 (19,2% da amostra) entrevistados classificaram-se no primeiro grupo e 1.495 (80,9%), no segundo. Os mesmos filtros foram usados em 2014, tendo 431 (22,9%) entrevistados classificados como público interessado e informado (PII) sobre assuntos internacionais e 1450 (77,1%) como público desinformado e desinteressado (PDD). No caso de 2011, não teve a pergunta “no geral o quanto lhe interessa os assuntos internacionais”, então no lugar dela usamos a questão “quando assiste às notícias, quão interessado você está quanto às relações do Brasil com

outros países” como filtro. Assim, obtivemos, 586 (29,3%) como PII e 1414 (70,7%) como PDD.

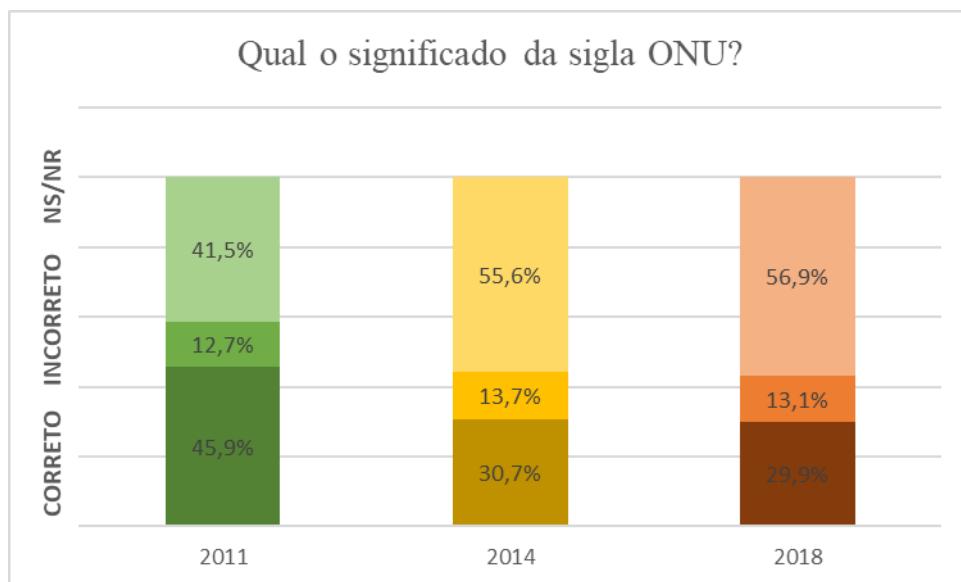
Nessa primeira parte das análises cada ano é representado por uma cor, para facilitar a identificação de quais questões aparecem em cada um dos anos:



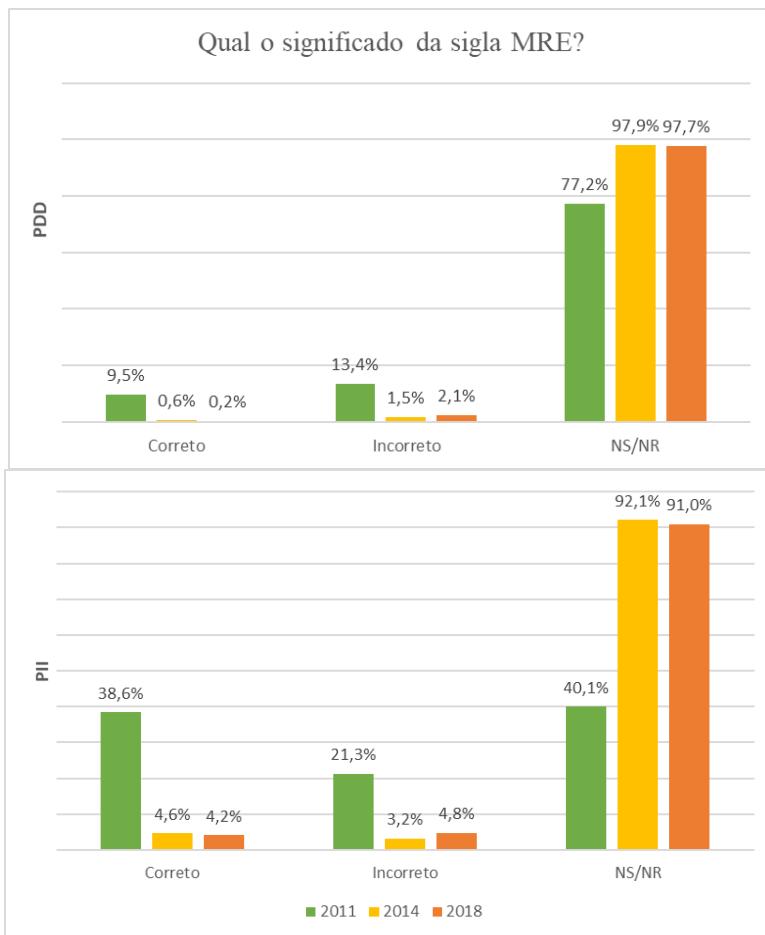
CAPÍTULO 1- Os brasileiros e o mundo: contato, conhecimento, informação e interesse

Contato e conhecimento

O presente item apresenta um conjunto de questões que buscou medir o conhecimento da opinião pública sobre as organizações internacionais.



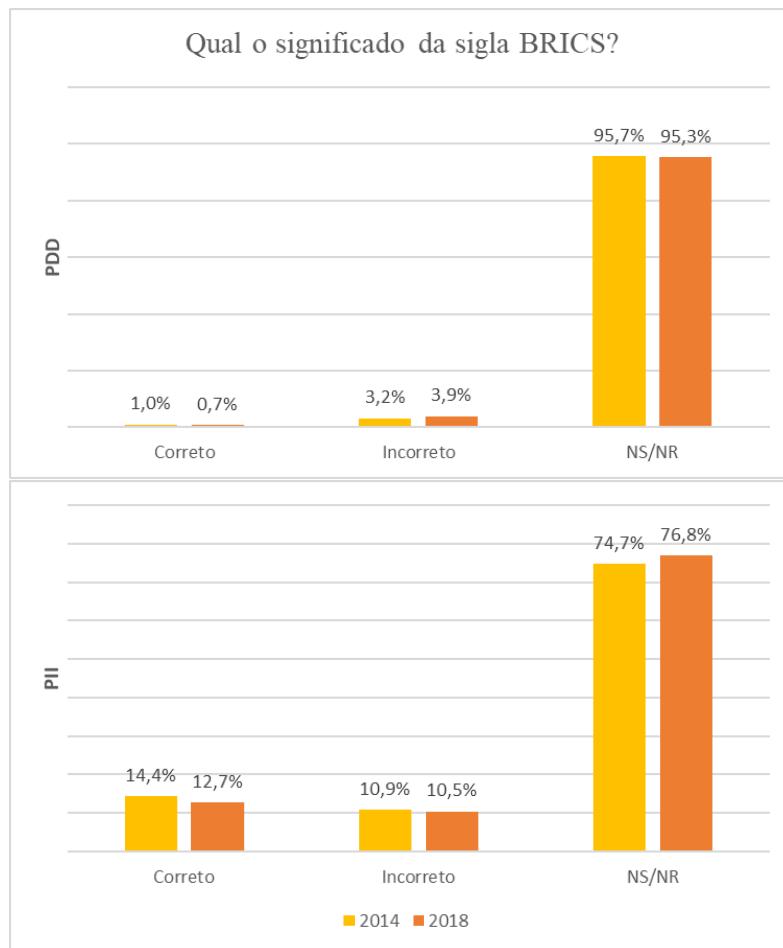
Nessa questão, não apresentamos o dividido entre o PII e o PDD pois é uma das questões que constituem os filtros para as duas categorias. Houve um aumento no número de pessoas que não sabiam a sigla entre os anos de 2010-2018. Um aumento de mais de 10% em 8 anos, indo de 58,06% (2010), 59,23% (2014) e atingindo 69,63% (2018). Quanto aos que respondiam de forma incorreta, houve variação no tempo, atingindo o menor percentual de respostas erradas em 2014 (14,32%) e, em 2018, 16,25%.



No que se refere à sigla do Ministério de Relações Exteriores é possível concluir que há um generalizado desconhecimento sobre seu significado, como se observa tanto no gráfico de PDD e PII.

Entre os entrevistados do grupo de Público Desinteressado e Desinformado, em 2011, 76,3% não sabia responder à pergunta, em 2014 esse valor aumentou em 20,5% (97,7%) e, por fim, em 2018 (97,7%). Quanto aos acertos, apenas: 9,5% (2011), 0,7% (2014) e, o menor percentual observado, 0,2% (2018).

Ao analisar aqueles Interessados e Informados, os resultados são superiores, contudo, não atinge a maioria do grupo quanto acertar de forma correta o que é o MRE. Em 2018 apenas 4,2% acertaram o significado. Em 2014 e 2011 as porcentagens eram superiores, sendo 12,0% e 38,6%, respectivamente. De forma paralela, os que erraram ou não souberam responder entre os PII contabilizam 61,4% em 2011, 88,0 em 2014 e, em 2018, um total de 95,8%.



A sigla para o grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (South Africa) foi corretamente identificada por 1,0% (2014) e 0,7% (2018) dos entrevistados PDD e, 14,4% (2014) e 12,7% (2018) dos PII. Ou seja, observou-se uma diminuição em ambos os grupos de interrogados entre os anos.

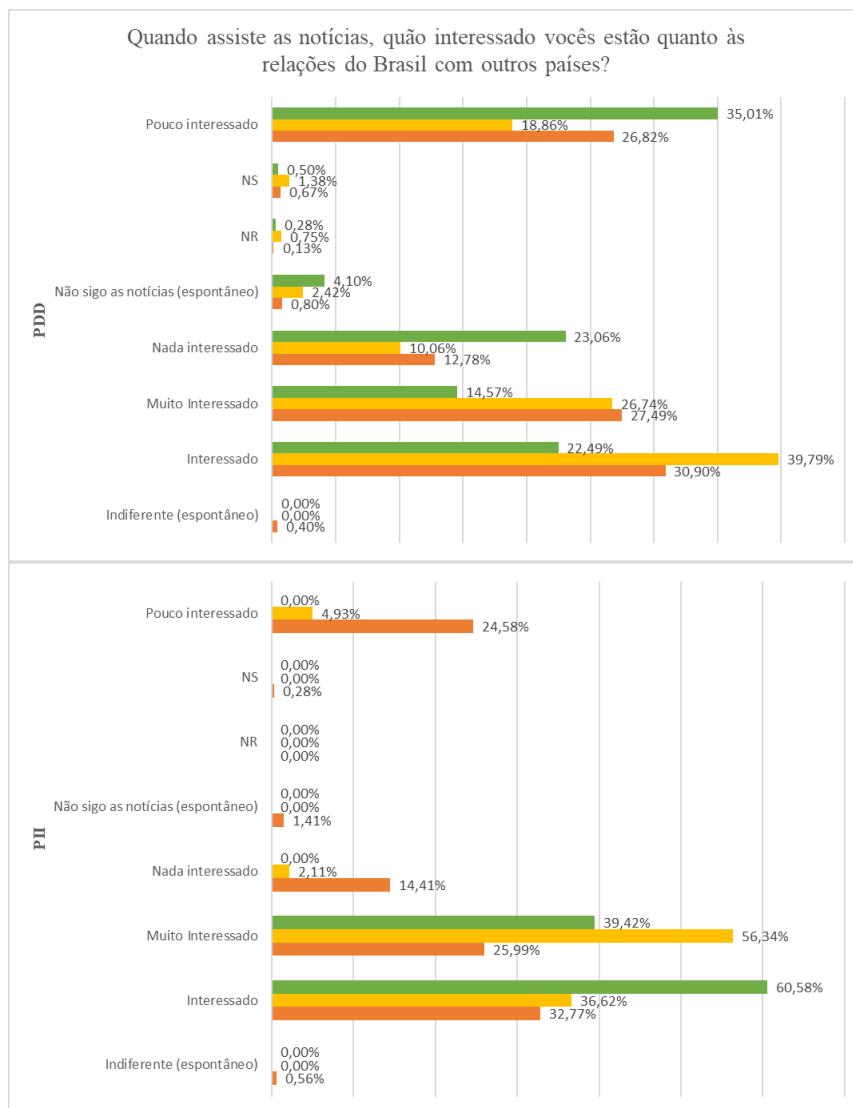
Quanto os que não souberam responder/resposta incorreta: 99,0% (2014 - PDD) e 99,2% (2018 - PDD) e — para o PII — 85,6% (2014 - PII) e 86,2% (2018 - PII).

Informação e Interesse

Esta seção apresenta as questões relacionadas ao grau de interesse e informação sobre assuntos internacionais: até onde a população brasileira tem interesse por assuntos internacionais? Quão volátil ou estável tem sido esse interesse nos últimos anos?

A primeira questão trata do interesse do público quando os assuntos internacionais são temas do noticiário. Os entrevistados de PDD responderam no ano de 2018 estarem 27,49% muito interessados; 30,90% interessados; 26,82% pouco interessados e 12,78%

nada interessados. Também deve se destacar o surgimento de respostas espontâneas como “indiferente” e “não sigo as notícias”, esses que juntos contabilizam 1,2% das respostas.

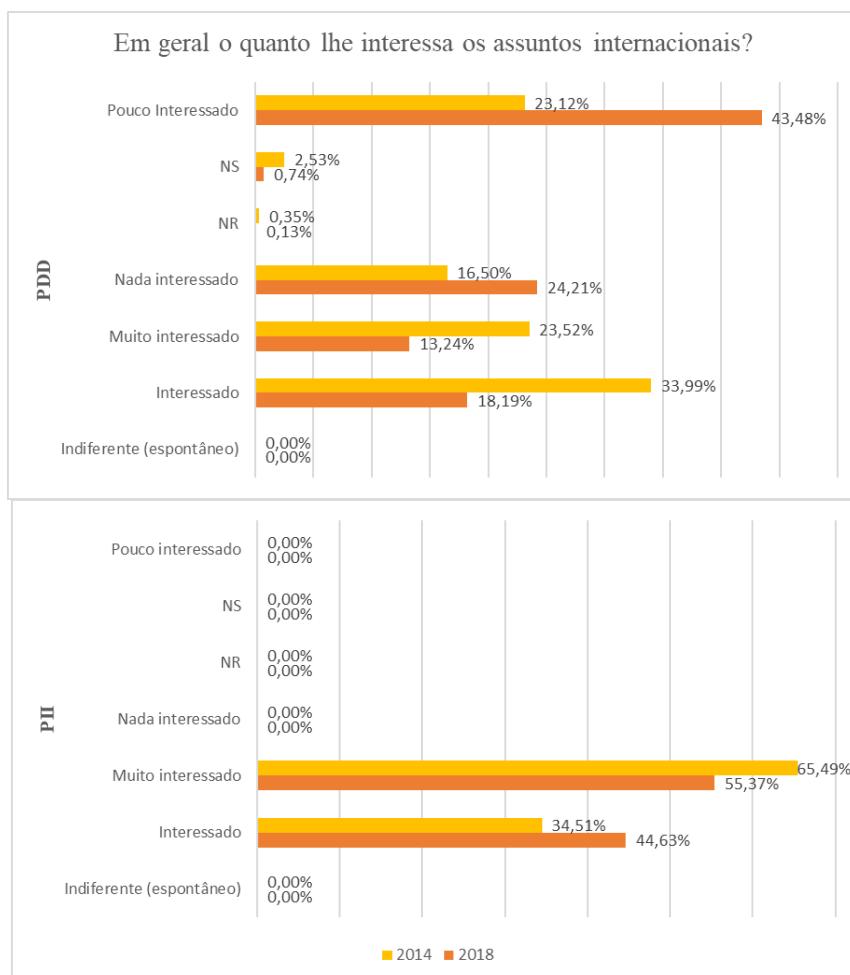


O ano em que os entrevistados (PDD) apresentaram maiores resultados de “muito interessado/interessado” foi em 2014; um total de 66,53% (26,74% e 39,79%, respectivamente). O de menor engajamento com as notícias internacionais ocorreu em 2010: 35,01% (pouco interessado) e 23,06% (nada interessado).

No que corresponde ao quadro dos PII:

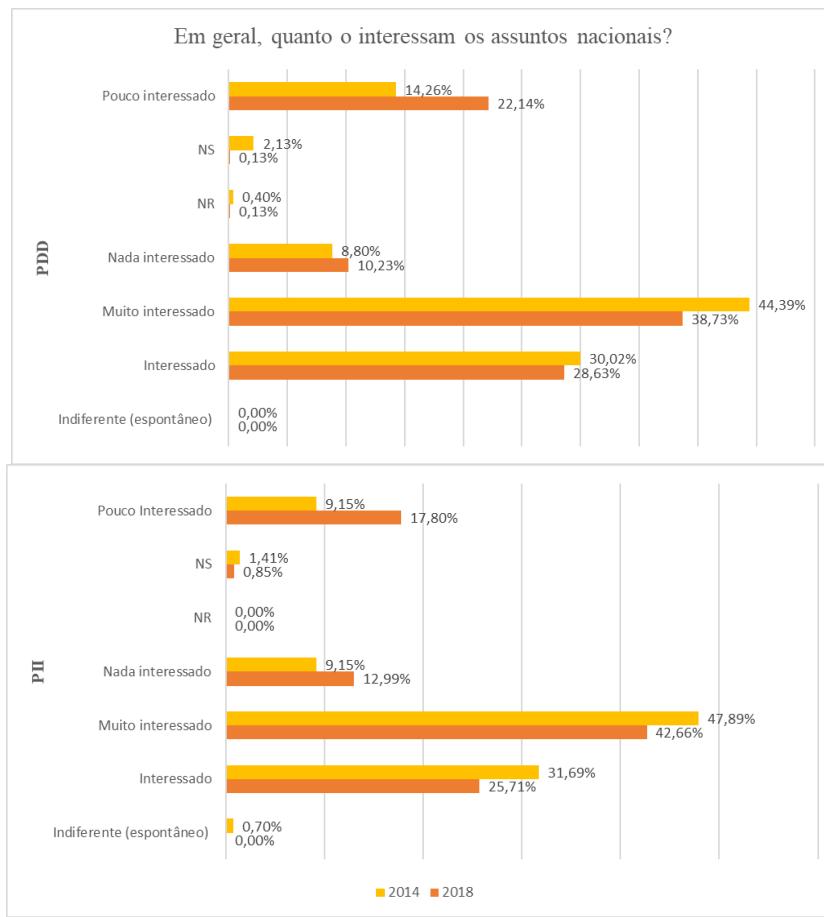
O maior percentual de interesse ocorreu em 2010 (60,58%), contudo, um valor que foi diminuindo com o decorrer dos anos seguintes, 36,62% em 2014 e 32,77% em 2018. Comparando as porcentagens de “muito interessado/interessado” com “pouco

“interessado/nada interessado” em 2018 se obteve: 58,76% de interesse (25,99% e 32,77%) versus 38,99% de desinteresse (24,58% e 14,41%).



O gráfico de PDD revela que em 2014, 33,99% possuíam interesse nos tópicos de política internacional; 23,52% afirmavam como muito interessados, assim como 23,12% se enquadram como pouco interessados. Esses valores mudam consideravelmente em 2018: (43,48% pouco interessado; 13,24% muito interessado e 18,19% interessado).

Para o Público Interessado e Informado (PII) houve uma leve diminuição entre aqueles que se diziam muito interessado. Já quanto à categoria de interessados, houve um aumento de 10% em relação a 2014 (34,51%).

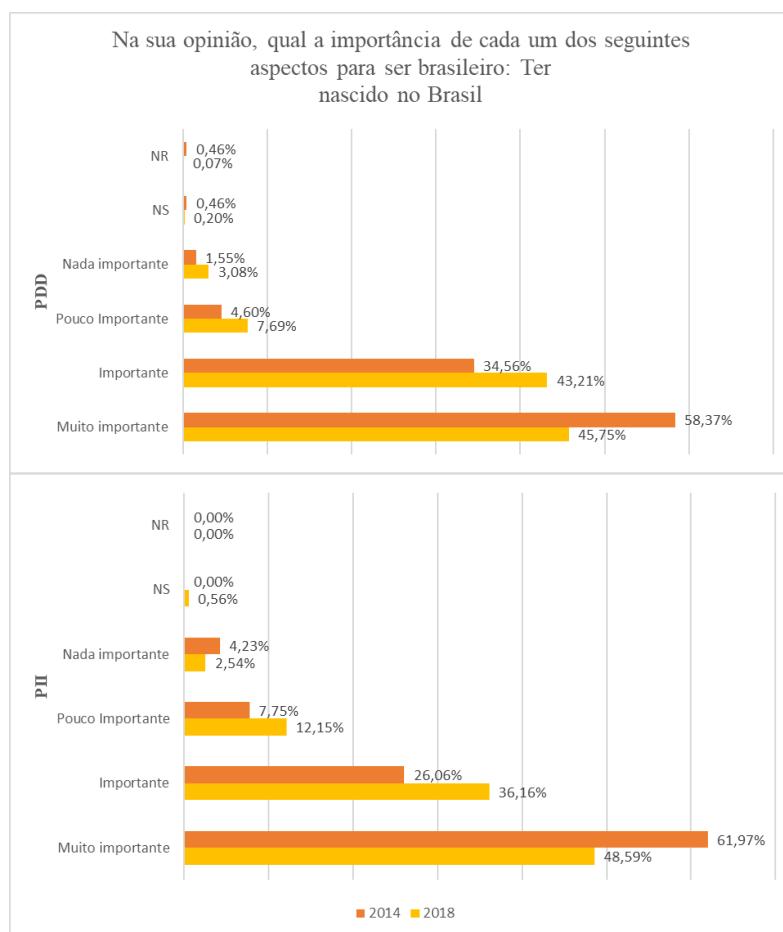


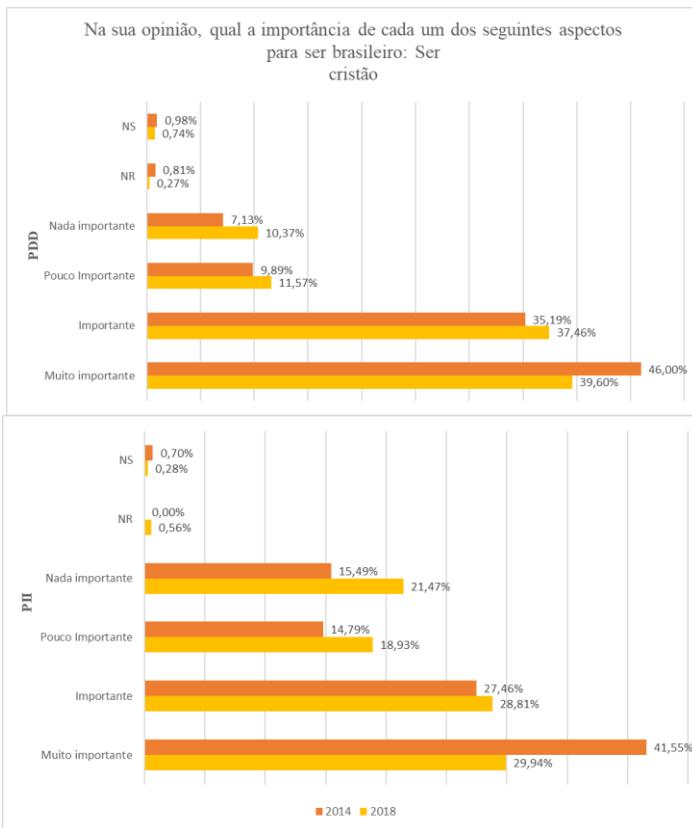
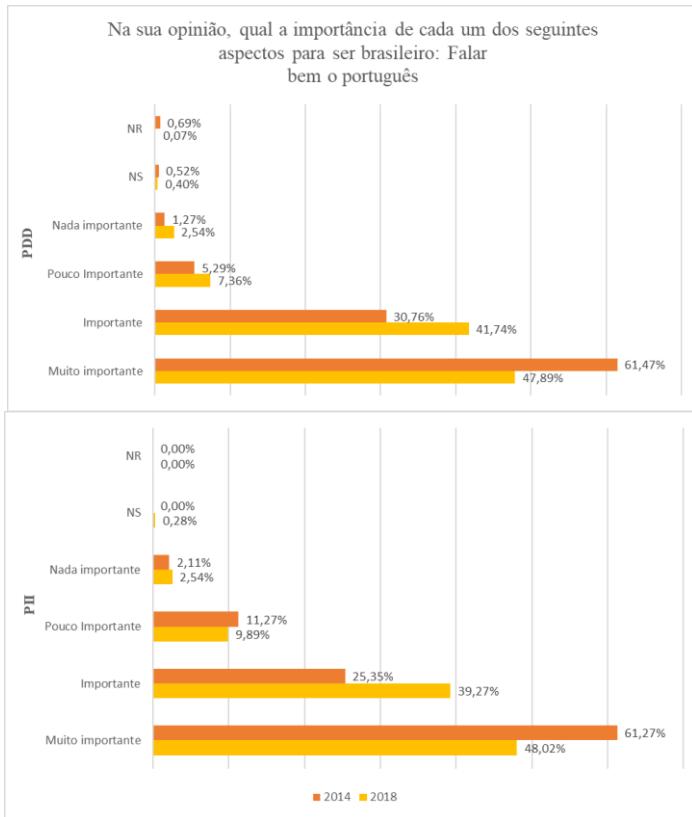
Ao serem questionados, sobre o interesse em assuntos próprios do Brasil, as porcentagens observadas em PDD e PII se aproximam. O primeiro apresenta, em 2014, um valor de 44,39% de “muito interesse”, semelhante ao resultado de PII com 47,89%. Em 2018, ambos sofreram um decréscimo indo para 38,73% e 42,66%, respectivamente.

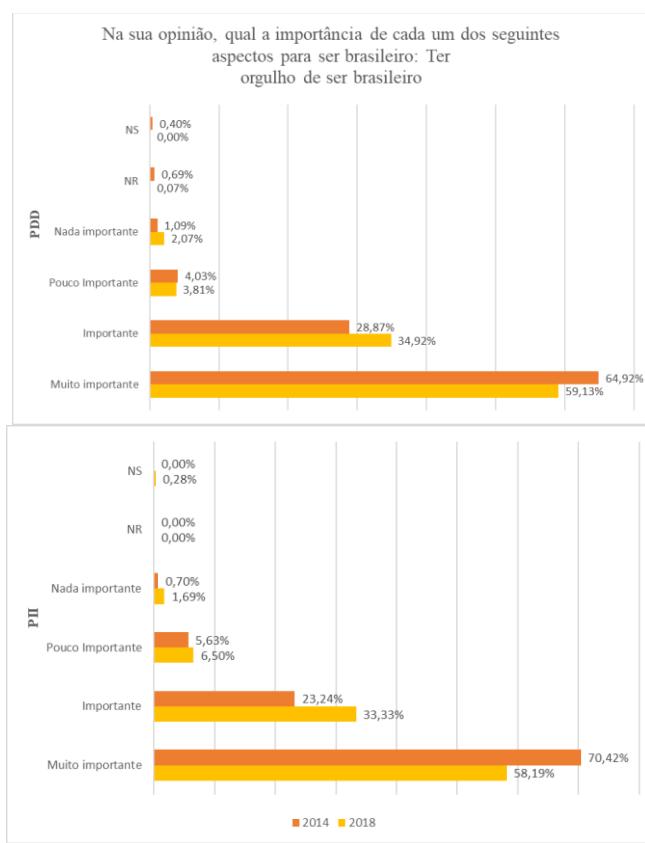
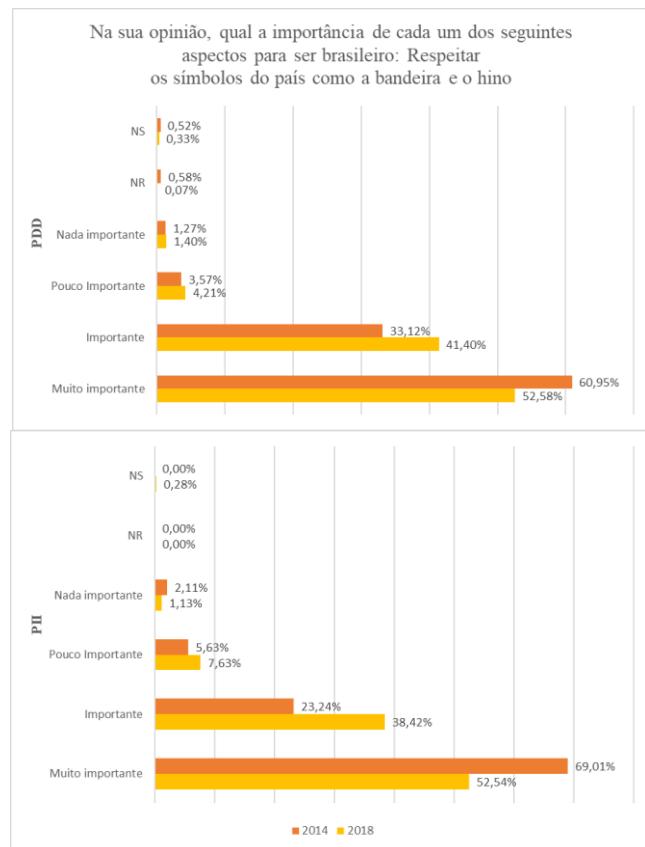
Para além, houve um aumento — em ambos os grupos — daqueles que passaram a apresentar menor interesse com as notícias nacionais de 2014 para 2018. Para o gráfico de PDD (pouco interessado) o aumento foi de 14,26% para 22,14%. Já para PII: 9,15% para 17,80%.

Capítulo 2 – Identidade e Cultura

Esse capítulo apresenta o resultado das questões sobre identidade, foram essencialmente dois tipos de questões desse grupo, o primeiro foi aquele em que perguntamos ao entrevistado qual aspecto ele achava importante para ser brasileiro e a segunda sobre como o entrevistado se identifica. Como veremos a seguir, os cidadãos do Brasil sentem-se, acima de tudo, brasileiros.





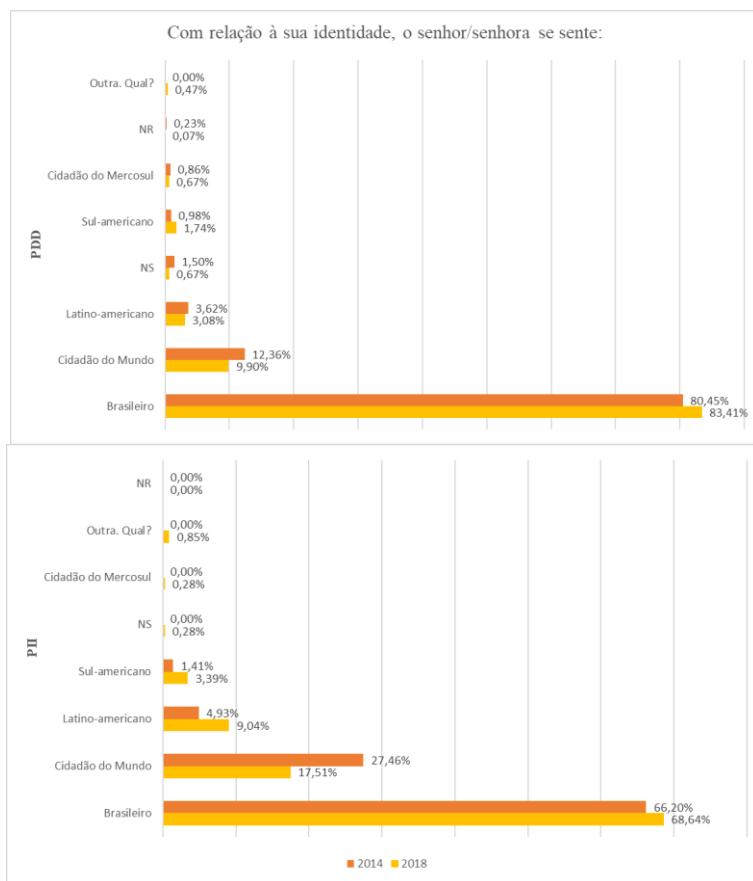


Os resultados sobre os aspectos importantes que compõem a identidade brasileira exibem uma tendência geral de redução da importância de todos os que foram questionados. Tanto entre o PDD e o PII, verifica-se em todas as questões, de 2014 para 2018, uma transferência considerável de respostas "muito importante" para respostas "importante".

As categorias que mantém maior soma de respostas "importante" e "muito importante" continuam sendo os de "ter orgulho de ser brasileiro" e "respeitar os símbolos do país como a bandeira e o hino", ambos agregando por volta de 89% a 94% das respostas do PDD e do PII na soma das categorias mencionadas.

Os aspectos de "ter nascido no Brasil" e "falar bem o português" também somam ao menos 80% das respostas que consideram estes aspectos ao menos como "importante" tanto entre o PDD e o PII.

O aspecto "ser cristão" é o que mais diferencia dos demais. De modo geral, verifica-se uma maior dispersão das respostas e a ausência de um consenso sobre o grau de importância deste aspecto. Entre o PDD, de 2014 a 2018, há uma redução de 46% para 39,6% nas respostas "muito importante" que se diluiu em um pequeno aumento de todas as demais categorias. Entre o PII é atribuída uma importância bem menor a este aspecto, sendo que a soma dos que consideram "pouco importante" e "nada importante" saltou entre 2014 a 2018 de 30,28% para 40,4%.



A identidade autodeclarada dos cidadãos brasileiros indica qual o ponto referencial de onde os indivíduos realiza as suas observações sobre a política externa brasileira e o mundo. A opinião de um sujeito sobre uma determinada política externa executada pode variar se este se considera "Brasileiro" ou "Cidadão do Mundo", por exemplo. De forma semelhante, uma sucessão de políticas externas que agradem ou desagradem os indivíduos pode fazê-los identificarem-se mais ou menos com certa identidade.

Entre o público desinformado e desinteressado, verifica-se resultados semelhantes entre as pesquisas de 2014 e 2018, com a grande maioria (80-84%) auto identificando-se como "Brasileiro". Mantendo-se entre 2014 e 2018 como a segunda mais assinalada (9-13%) está a opção de "Cidadão do Mundo".

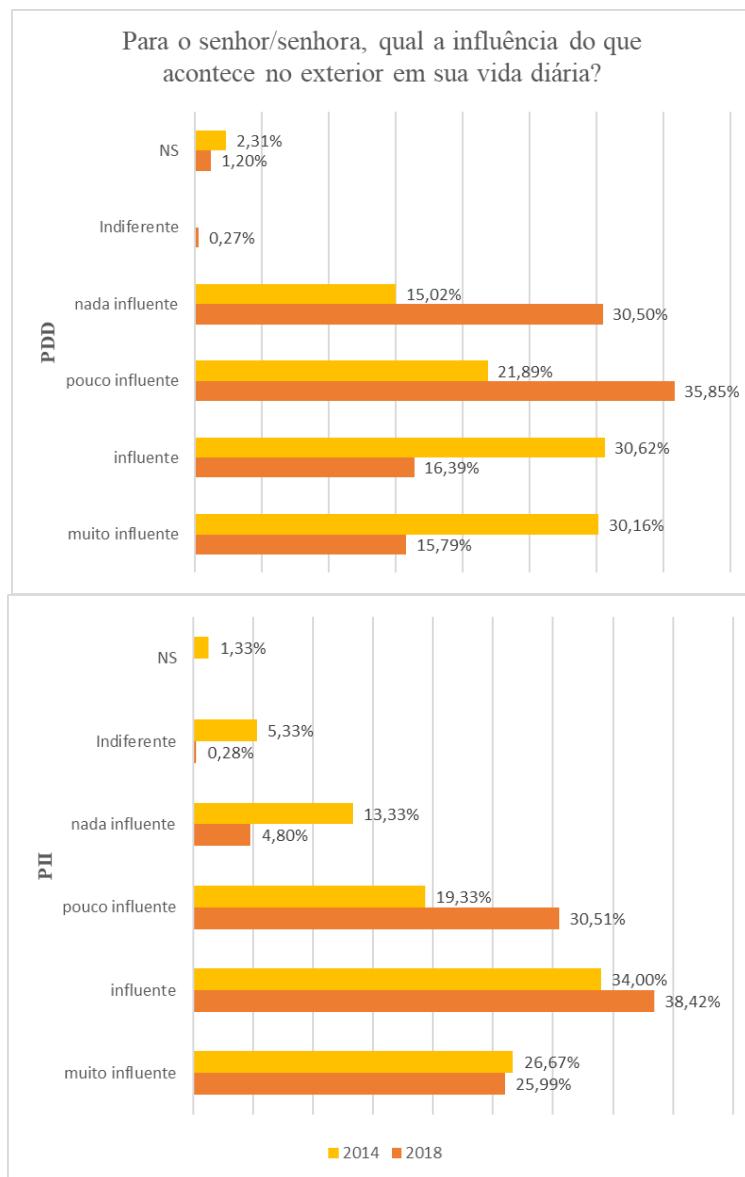
Entre o público informado e interessado, apesar da menor percentagem em relação ao PDD, a autoidentificação como "Brasileiro" também seguiu sendo a mais comum, mantendo-se por volta dos 66-69%. A segunda opção de autoidentificação identitária mais selecionada pelo PII seguiu sendo a de "Cidadão do Mundo", porém com uma queda relevante de 27,46% em 2014 para 17,51% em 2018. De acordo com os dados, esta

redução na autoidentificação como "Cidadão do Mundo" foi compensada por aumentos nas opções de "Latino-americano" (de 4,93% para 9,04%) e "Sul-americano" (de 1,41% para 3,39%).

Apesar deste aumento na parcela dos que se auto identificam com uma identidade regional entre o PII, verifica-se que há ainda uma primazia da identidade "Brasileiro" sobre as outras entre os cidadãos brasileiros.

CAPÍTULO 3 – O Brasil e o mundo

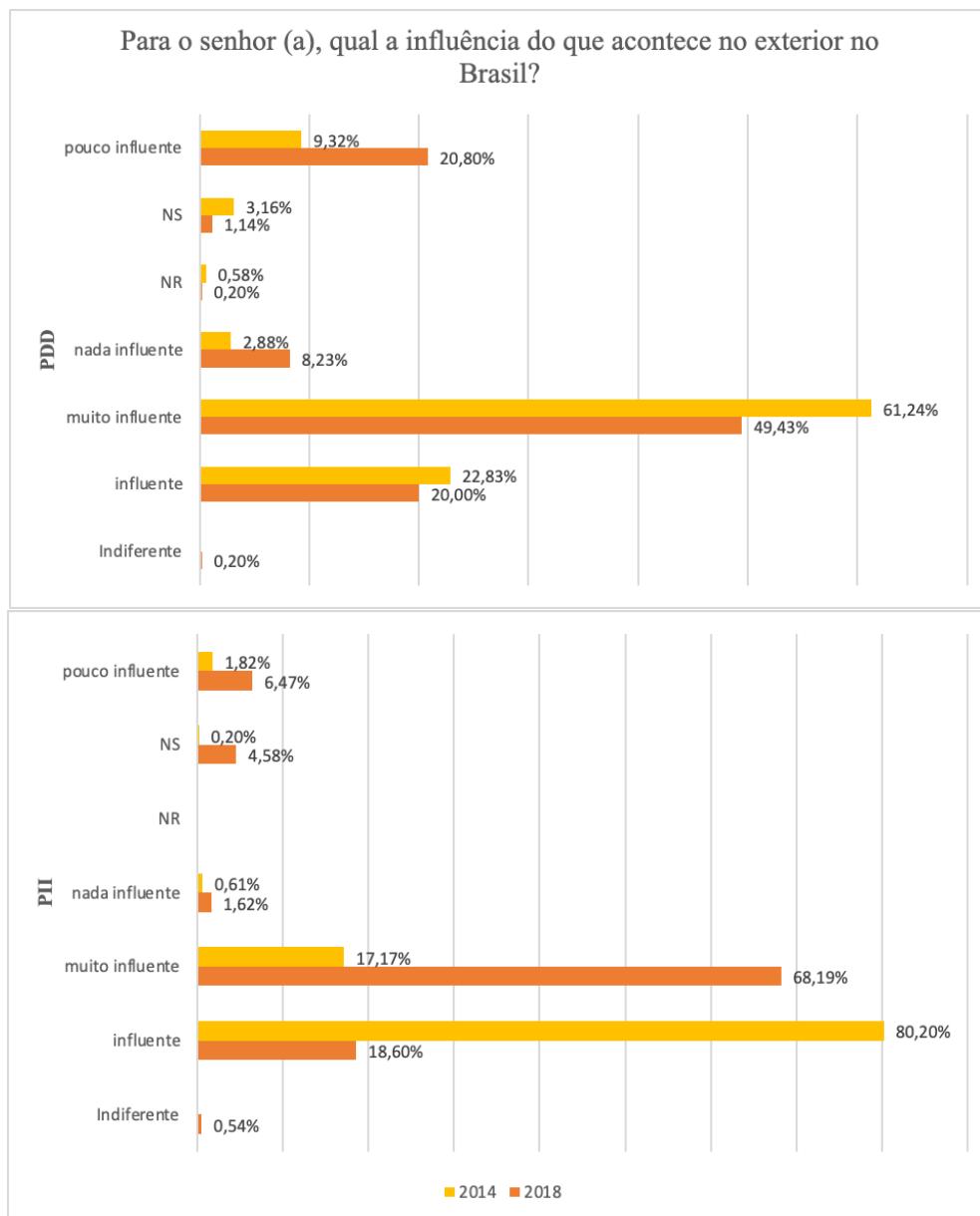
Atitudes frente ao mundo



Analisando o público desinteressado e desinformado (PDD), a maioria das respostas, no ano de 2018, se concentraram em “pouco influente” (35.85%) e “nada influente” (30.50%). Estes valores aumentaram de forma significativa em relação a 2014: 21.89% e 15.02%, respectivamente.

No que se refere aos PII (público interessado e informado): 38.42% responderam que o que acontece no exterior é algo “influente” (2018) em suas vidas, ao mesmo tempo que

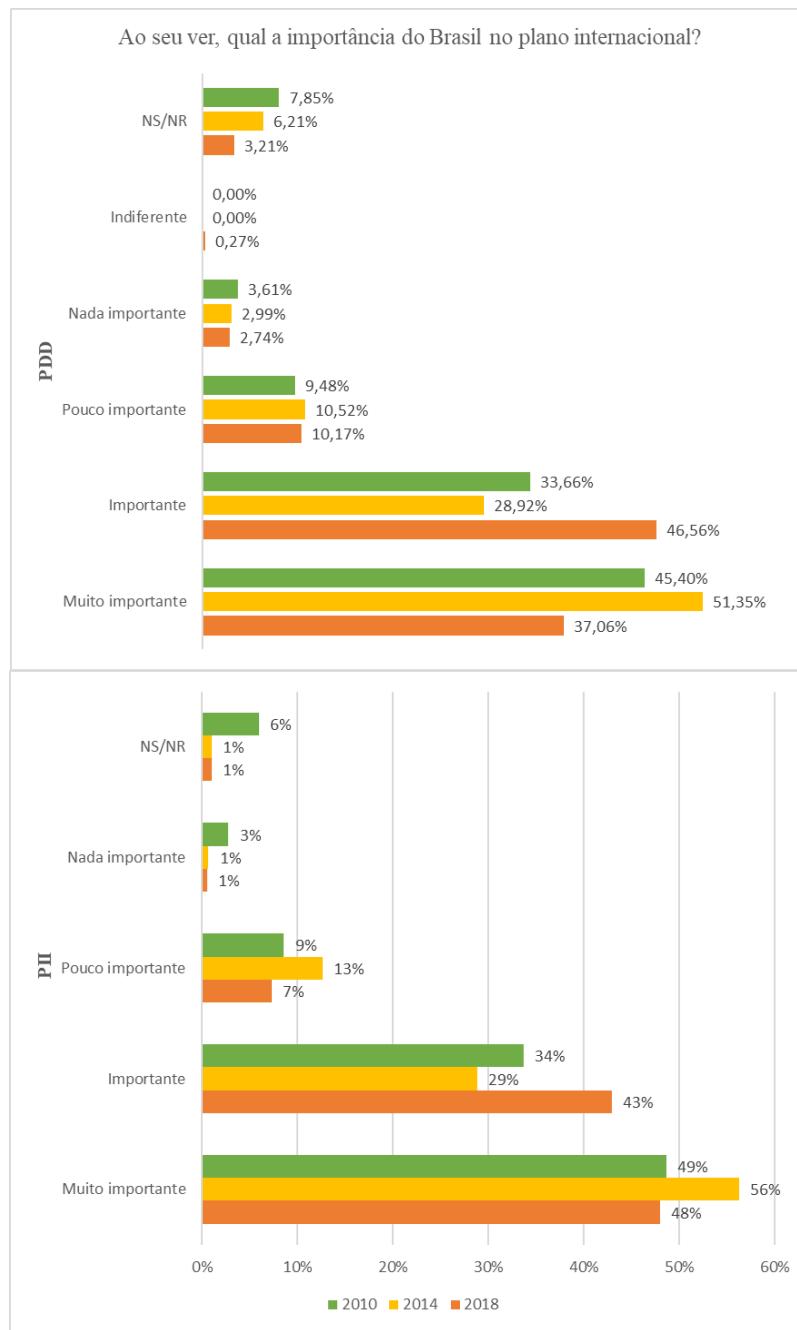
30.51% identificaram como algo “pouco influente” no mesmo ano, que apresenta um aumento quando comparado ao *survey* anterior.



A mesma pergunta, agora feita em relação à influência dos acontecimentos no exterior ao Brasil, os entrevistados da opinião pública concentraram a maior parte de suas avaliações nas categorias “muito influente” e “influente”.

No ano de 2018, 49.43% do PDD afirmou que se tratava de algo “muito influente”, percentual que variou de 61.24% em 2014. Portanto, houve uma diminuição desta perspectiva, assim como daqueles que afirmaram ser algo “influente”, indicando um aumento de 22.83% (2014) para 20% (2018).

O grupo PII, por sua vez, apresentou um movimento contrário. Apesar de haver uma diminuição significativa daqueles que responderam ser algo “influente” no Brasil — 80.20% (2014) e 18.60% (2018) —, houve um aumento no número daqueles que veem de modo “muito influente”: 17.17% (2014) para 68.19% (2018)

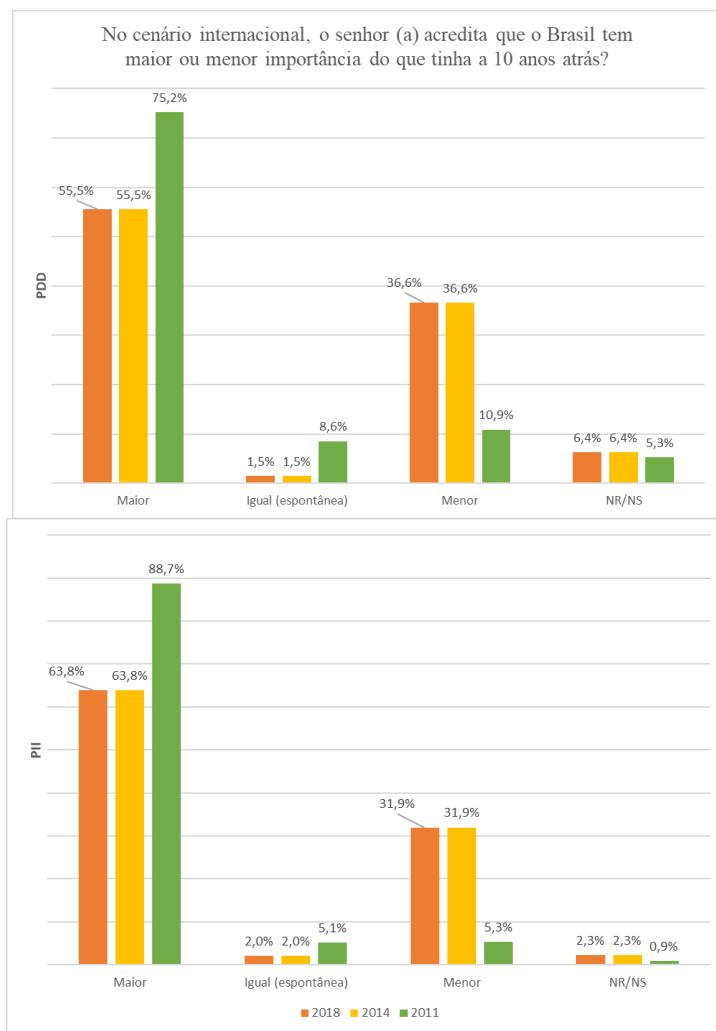


A importância do Brasil no plano internacional é vista de forma regular nos 3 anos de análise: 2010, 2014 e 2018.

O público desinteressado e desinformado (PDD) concentrou suas respostas em “importante” e “muito importante”; ao somar essas duas categorias, obteve-se em cada ano os seguintes valores: 79.06% (2010), 80.27% (2014) e 83.62 (2018).

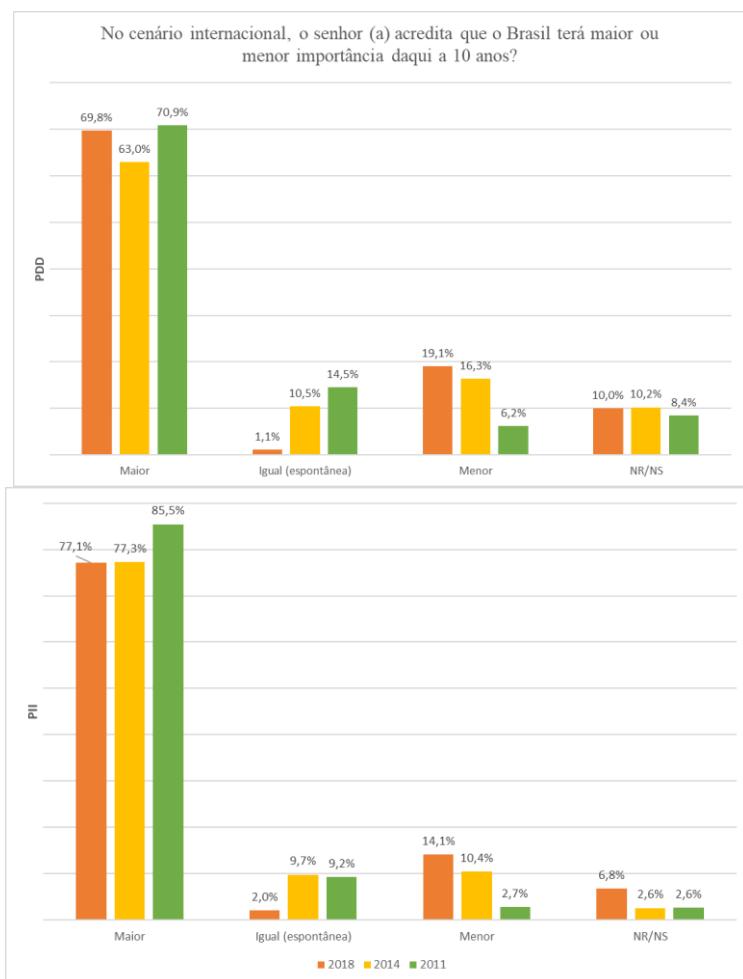
É possível concluir que houve um progressivo aumento da percepção positiva do Brasil no plano global, mesmo que com variações dos valores entre as duas categorias analisadas.

Ao realizar o mesmo esforço com o PII, os percentuais foram mais altos: 83% (2010), 85% (2014) e 91% (2018).



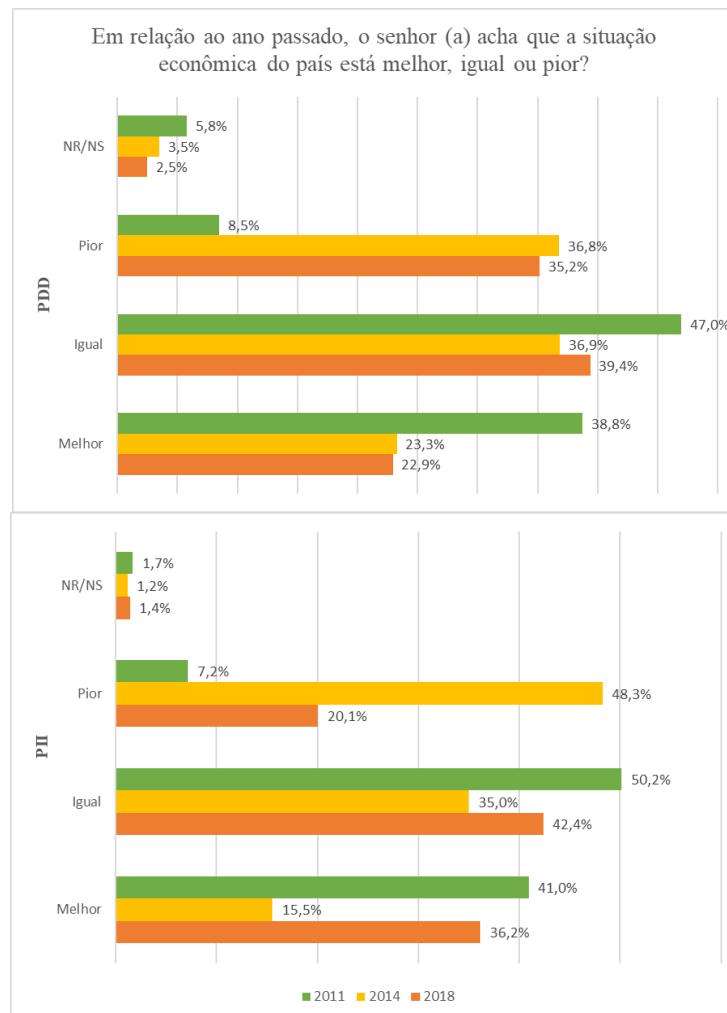
Quando questionados se o Brasil possui maior ou menor importância do que tinha a 10 anos atrás, podemos perceber que tanto para o PDD, quanto para PII houve uma diminuição constante entre aqueles que diziam que o país tem maior importância do que tinha a 10 anos atrás e consequentemente aumento entre os que diziam que o país tem

menor importância. Assim, podemos inferir que para a opinião pública, houve uma diminuição da percepção positiva do Brasil como importante ator internacional.



Em um segundo momento, quando questionados se o Brasil terá maior ou menor importância no plano internacional daqui 10 anos, mais de 50% — nos dois grupos nos três *surveys* — responderam que será “maior”.

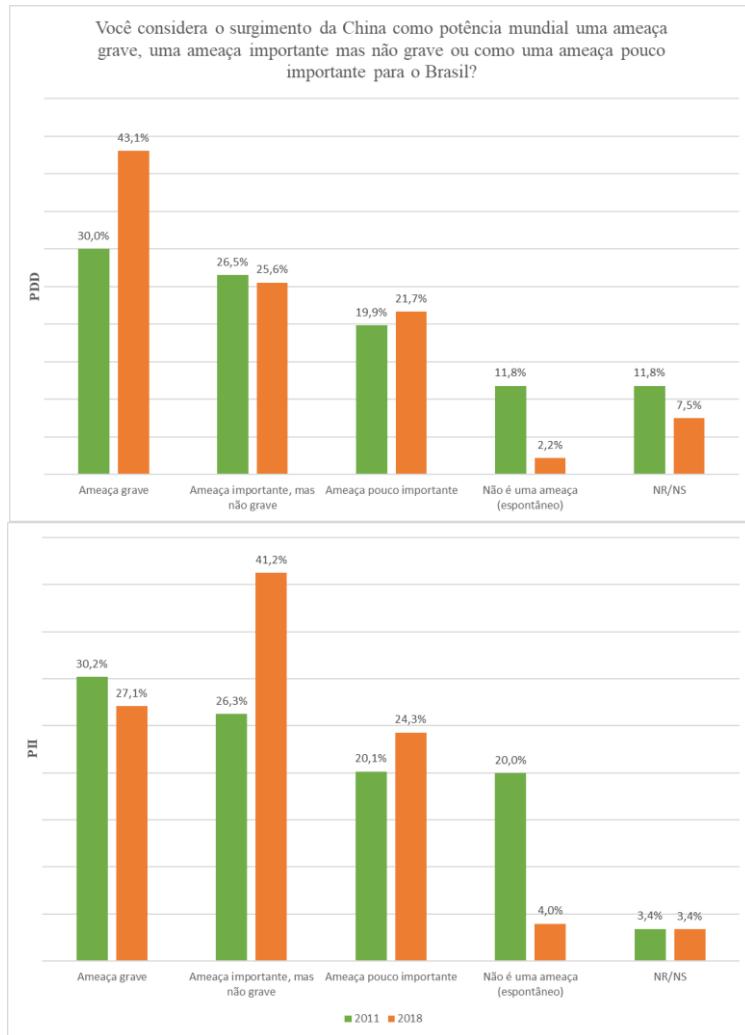
Nos três *surveys* realizados a opinião “menor” nunca chegou a ser superior a 20% para os PDD ou PII, indicando uma visão positiva sobre a projeção internacional do país no futuro.



O público desinteressado e desinformado afirmou, em sua maioria, que no ano de 2011 a economia brasileira estava “melhor” (38,7%) ou “igual” (47,0%) em relação ao ano anterior. Entretanto, essa avaliação dos PDD mudou em 2014: 36,8% apontou estar pior, diminuindo o número de avaliações positivas para 23,3% no ano.

Já o PII, apresentaram uma avaliação menos positiva em 2014, 48,3% consideraram o estado da economia brasileira “pior” e apenas 15,5% como “melhor”.

Por fim, em 2018 as avaliações foram melhores com 42,4% considerando a situação do país como “igual” e 36,2% como “melhor”.

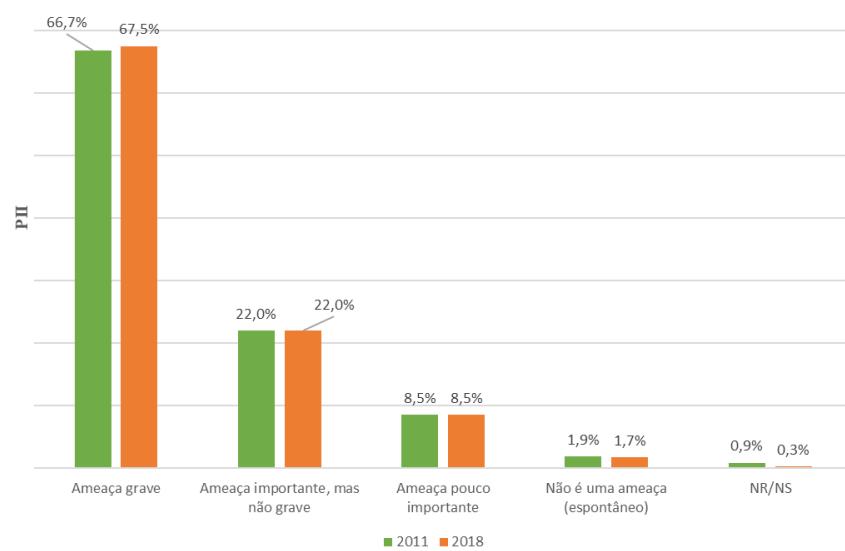
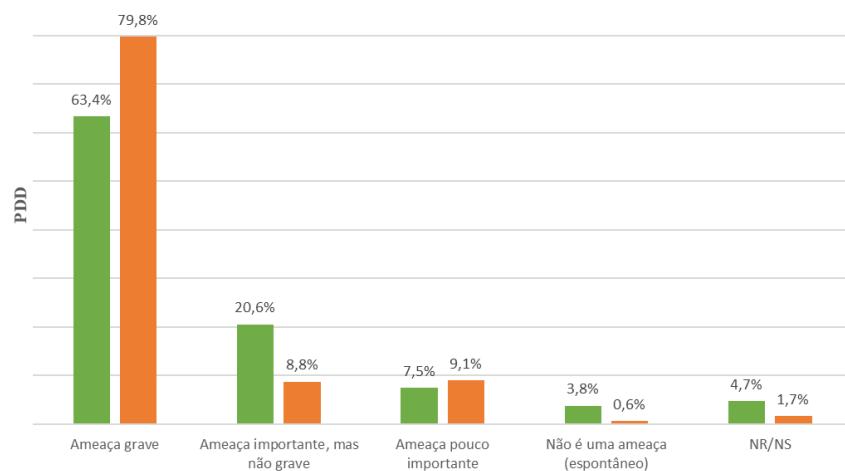


A China, como potência mundial, foi avaliada pelo PDD como uma ameaça grave para o Brasil em 2018, com um percentual de 43.1% em relação a 30.0% de 2011.

O PII, por sua vez, considerou apenas 27.1% (2018) como uma “ameaça grave”, de modo a concentrar a maior parte de suas respostas em “ameaça importante, mas não grave”, 41.2%.

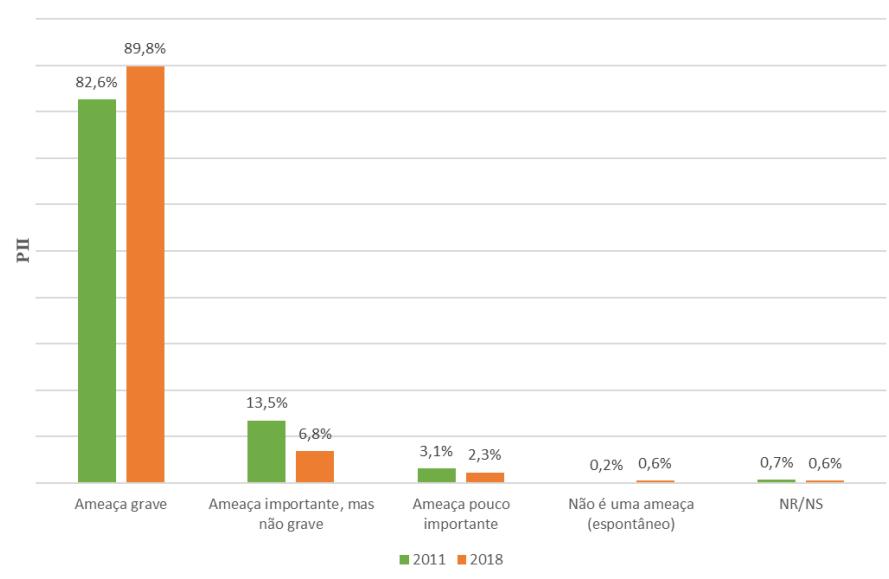
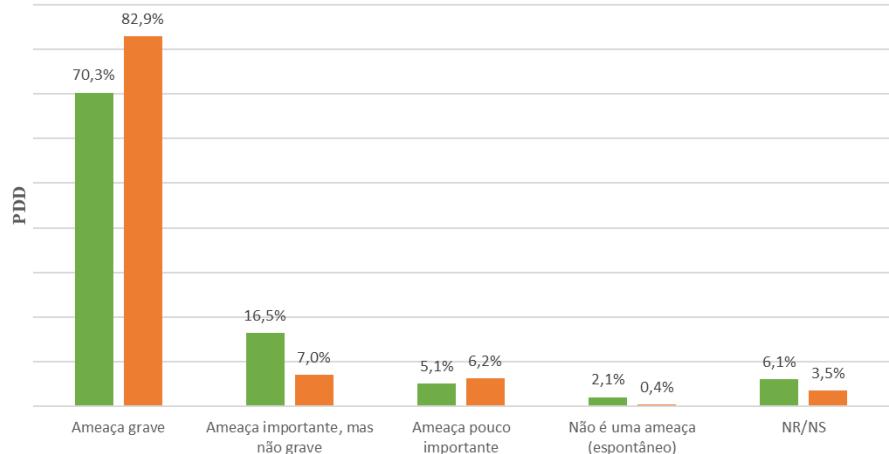
Desse modo apesar de haver no ano de 2018, uma diferença na opinião do público desinformado e desinteressado em relação ao público informado e interessado, na percepção do crescimento da China como ameaça grave para o país, quando olhamos o quadro geral, podemos dizer que a opinião pública vê que o crescimento econômico da China apresenta algum tipo de ameaça para o país.

Você considera o terrorismo internacional uma ameaça grave, uma ameaça importante mas não grave ou como uma ameaça pouco importante para o Brasil?



O terrorismo internacional foi percebido pelos dois grupos da opinião pública, em 2011 e 2018, como uma “ameaça grave” ao Brasil, de modo a concentrar mais de 50% das respostas nesta categoria.

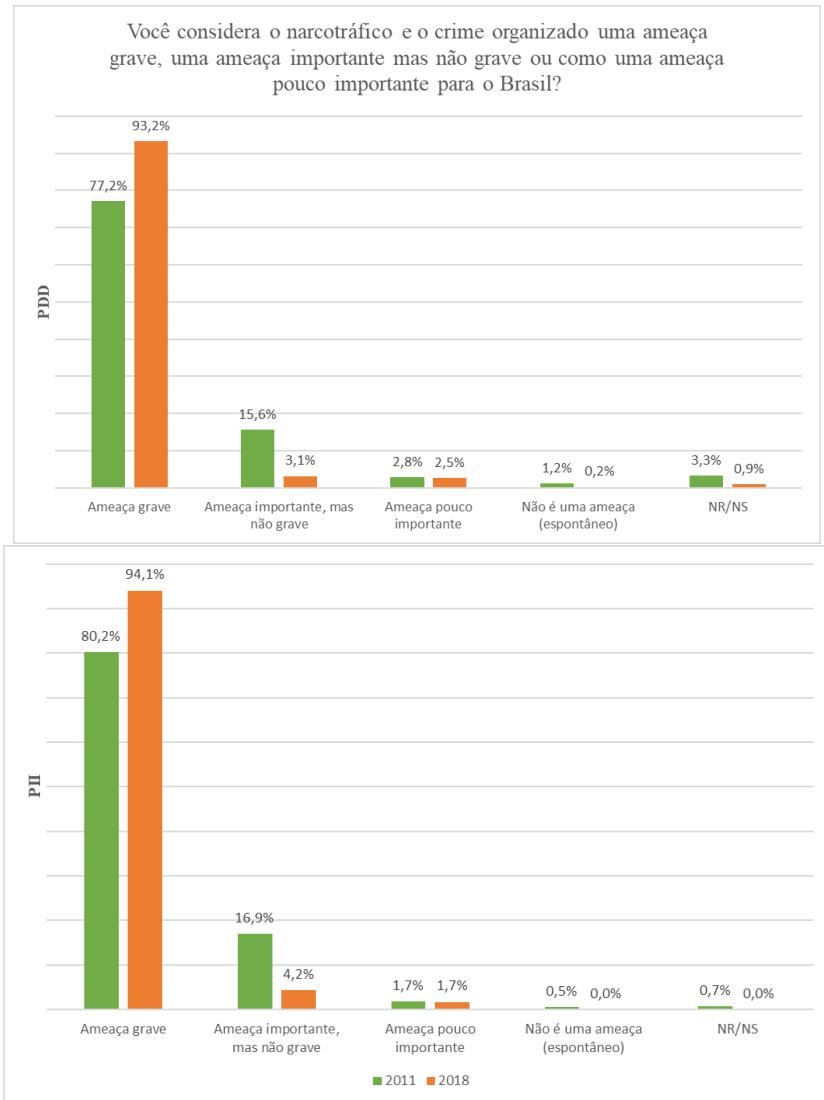
Você considera o aquecimento global uma ameaça grave, uma ameaça importante mas não grave ou como uma ameaça pouco importante para o Brasil?



Assim como a questão anterior, o aquecimento global apresentou percentuais altos como “ameaça grave” para o PDD e o PII, seja no ano de 2011 ou no de 2018. O PDD afirmou 70,3% e 83,0%, respectivamente. Ou seja, houve um aumento de 12,6% entre as entrevistas.

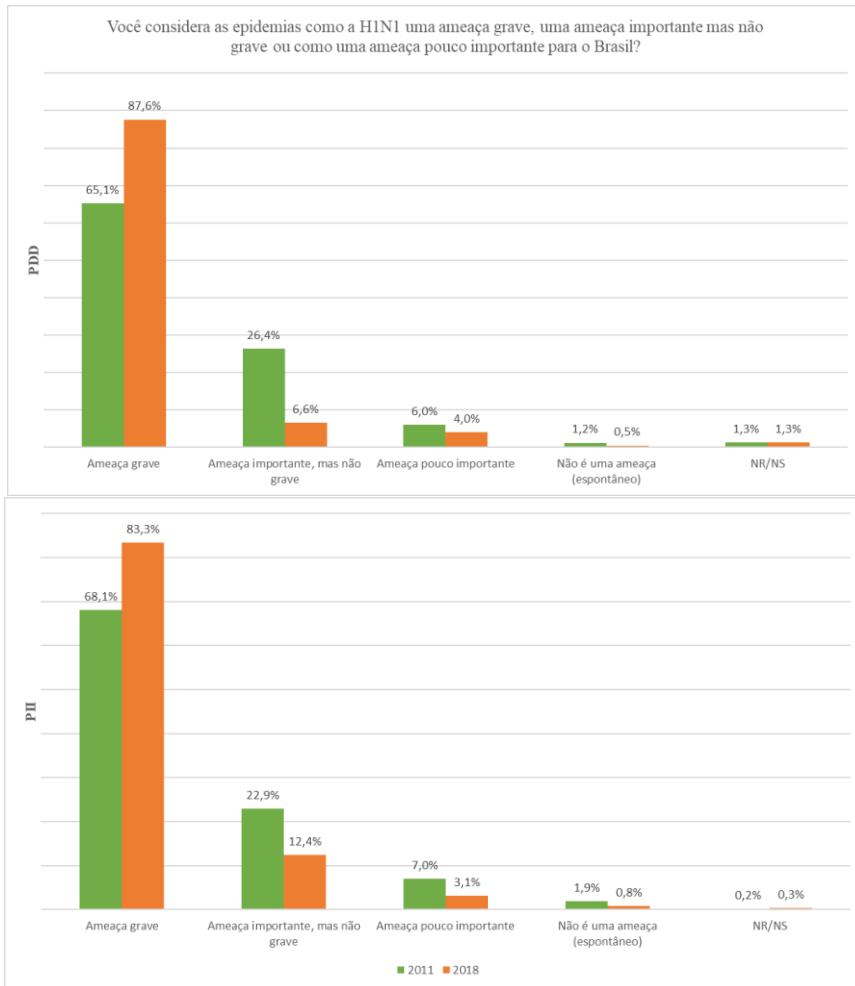
Já os PII mantiveram uma maior constância nos seus resultados, mas ainda apresentando uma variação positiva: 83,9% (2011) para 89,9% (2018).

É importante também destacar que os dois grupos diminuíram o número de respondentes que afirmaram se tratar de uma “ameaça importante, mas não grave”.



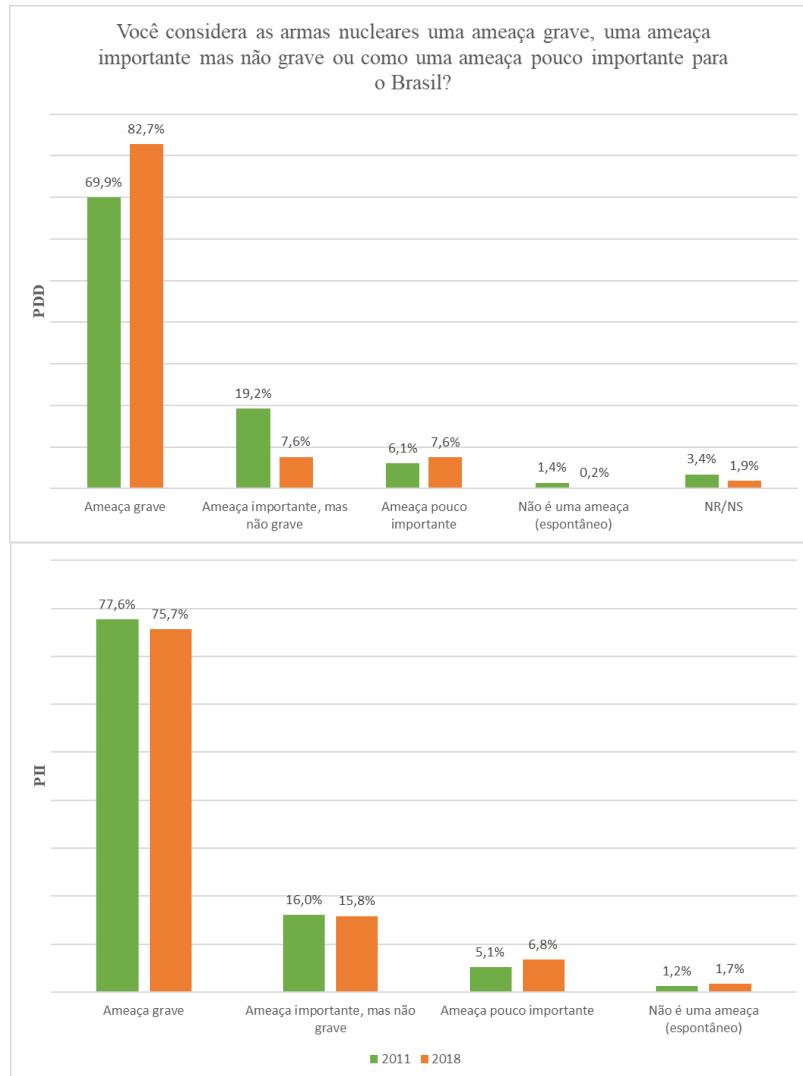
No que concerne ao narcotráfico e crime organizado como uma ameaça para o Brasil, a opinião pública concentrou suas respostas em “ameaça grave”. Essa percepção aumentou de 2011 para 2018 tanto para o PDD quanto para o PII. No primeiro grupo essa mudança foi de 77.2% (2011) para 93.2% (2018), e no que diz respeito ao público interessado e informado: 80.20% (2011) e 94.1% (2018).

Deste modo também é perceptível a diminuição da escala “ameaça importante, mas não grave”; 3.1% (2018) e 4.2% para PDD e PII, respectivamente.



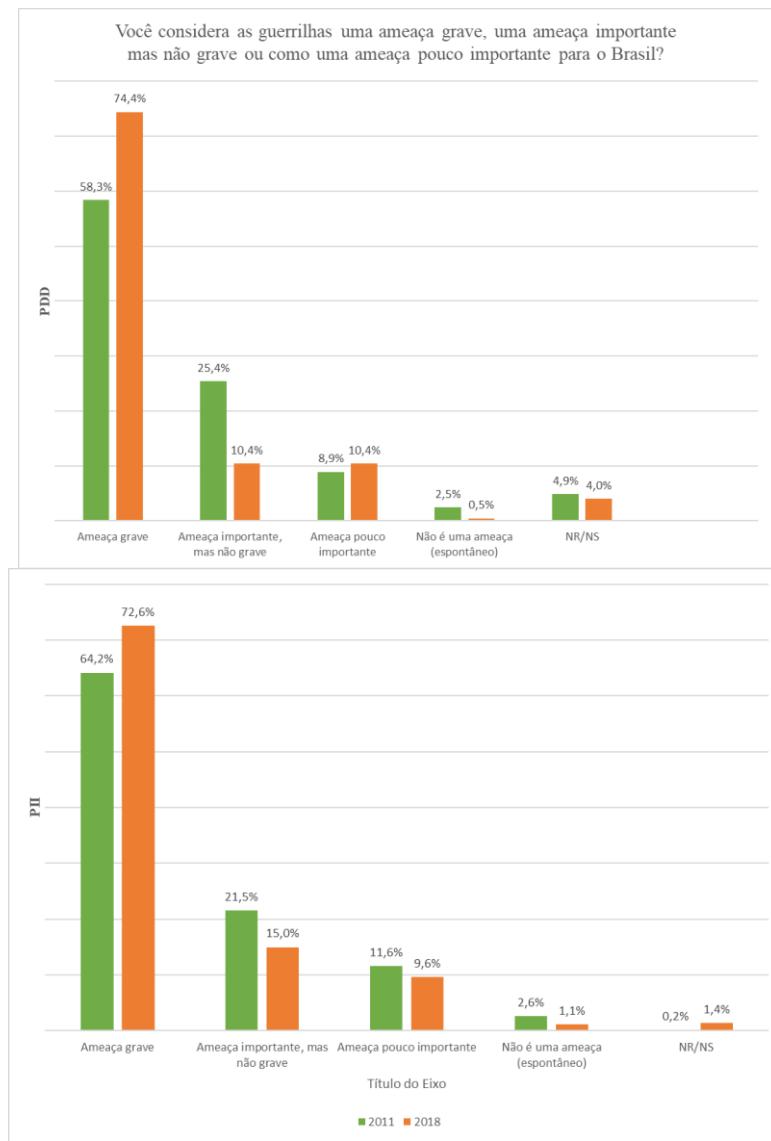
As epidemias como a de H1N1 foram classificadas como uma ameaça grave pelos dois grupos, contudo, o PDD e o PII apresentaram movimentos distintos. Os PDD, por exemplo, foram de 66.1% (2011) para 87.7% (2018).

Já o PII, ao invés de um aumento na percepção crítica quanto às pandemias, houve uma diminuição de 83.3% (2011) para 70,0% (2018). Para a opinião pública interessada, incrementou o número daqueles que passaram a ver tal questão como uma “ameaça importante, mas não grave” de 12.4% (2011) para 22,9% (2018).



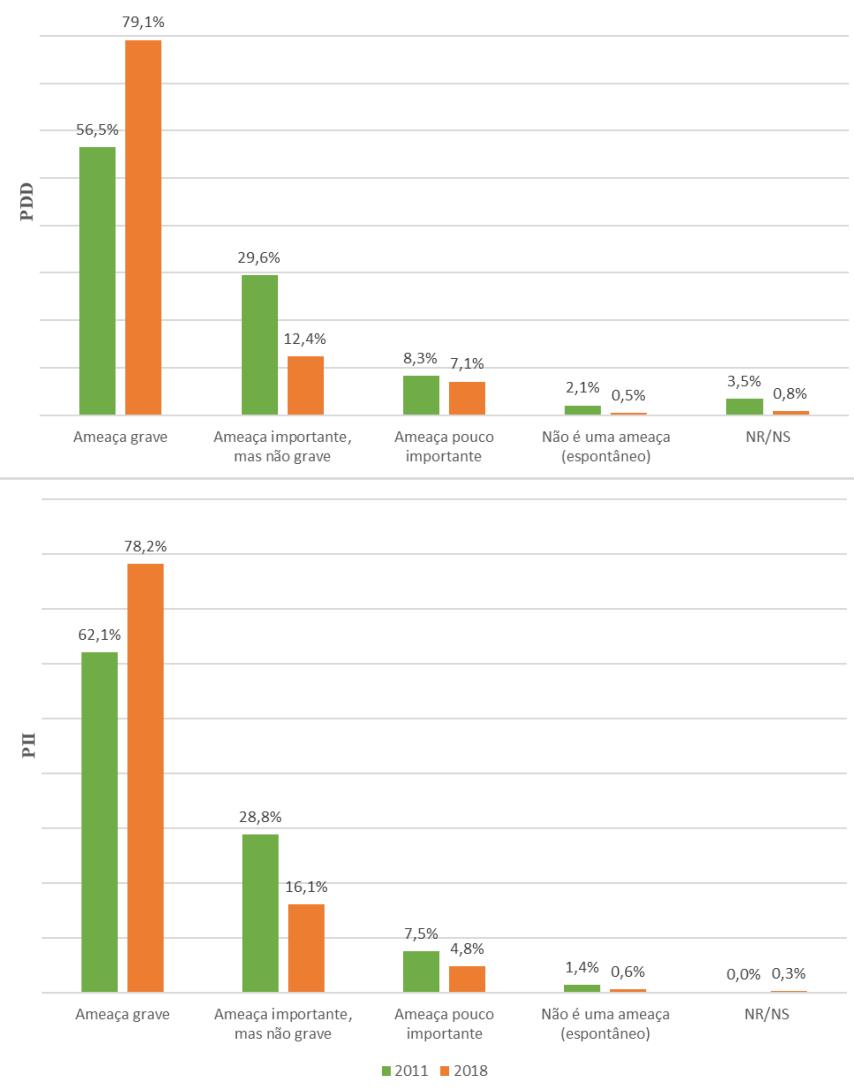
As armas nucleares também foram identificadas como uma “ameaça grave” para a opinião pública. No caso dos PDD houve um aumento dessa percepção entre os dois anos, indo de 69,9% (2011) para 87,7% (2018). Para além, nota-se que diminuiu aqueles que viam a questão das armas nucleares como “ameaça importante, mas não grave” de 19.2% (2011) e 7.6% (2018).

O público interessado e informado, por sua vez, manteve percentuais similares nos períodos: 77.7% (2011) e 75.7% (2018).



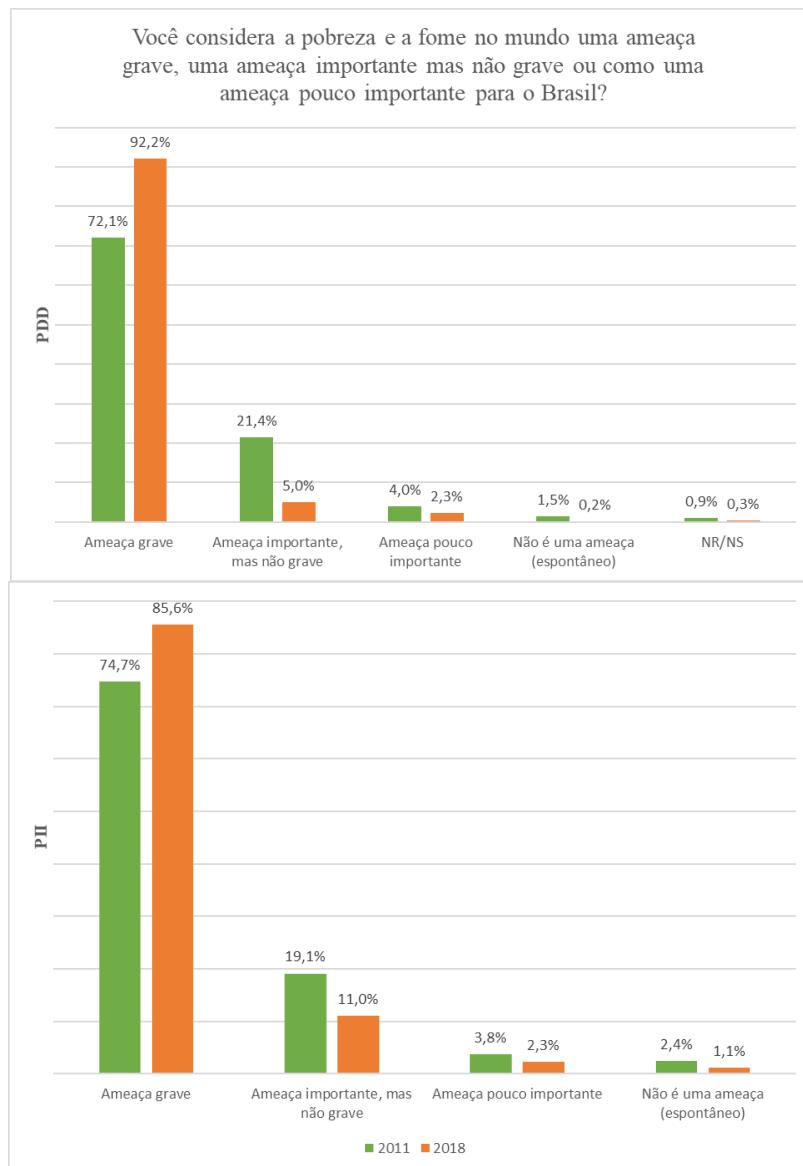
As guerrilhas foram vistas como uma ameaça grave nos dois períodos analisados. O PDD e o PII ampliaram essa percepção entre os dois anos, indo de 58,4% (2011) para 74,4% (2018), enquanto para PII foi de 64,2% (2011) a 72,6% (2018).

Você considera os cortes no suprimento de energia/apagões uma ameaça grave, uma ameaça importante mas não grave ou como uma ameaça pouco importante para o Brasil?



Houve um aumento na percepção do corte de suprimentos e energia como ameaça grave para o país de 2011 para 2018. No caso do público desinteressado e desinformado essa mudança foi de 56.5% para 79.1%, respectivamente. De modo semelhante, a diminuição de 29.6% dos que responderam “ameaça importante, mas não grave” a 12.4%.

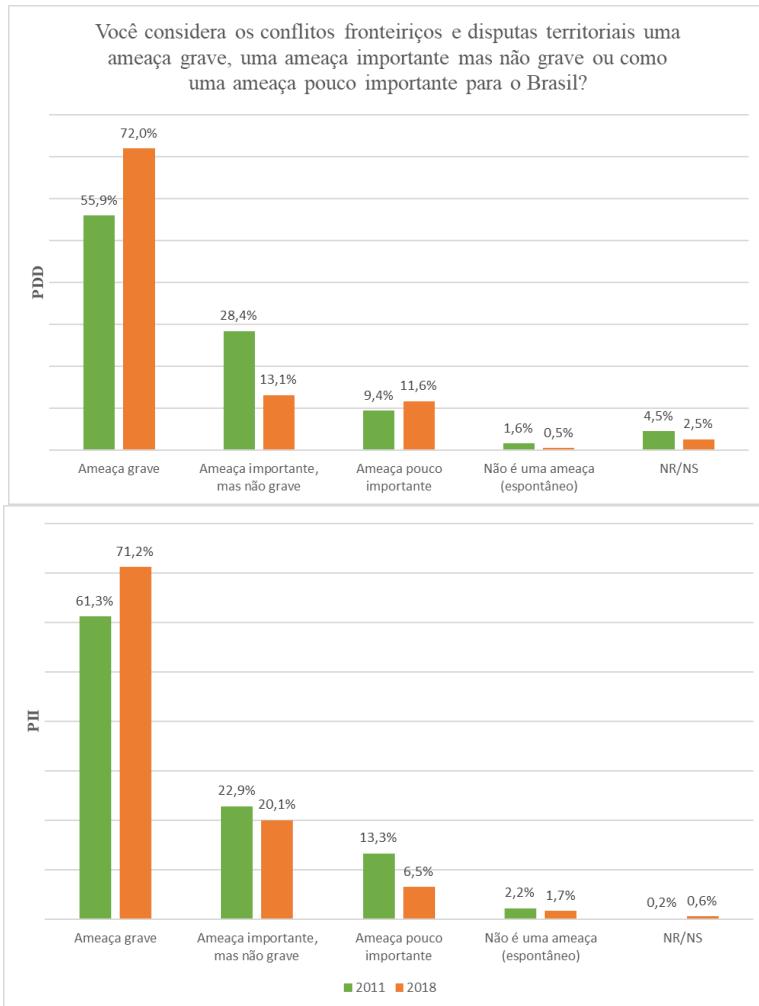
O PII também apresentou um aumento dos que identificam como ameaça grave (62.1% para 78.3% em 2018).



A fome e a pobreza são percebidos, nos dois grupos da opinião pública, como uma ameaça grave ao Brasil, sobretudo na análise referente ao ano de 2018. Neste período, os percentuais observados de PDD e PII atingiram 92.2% e 85.6%, respectivamente.

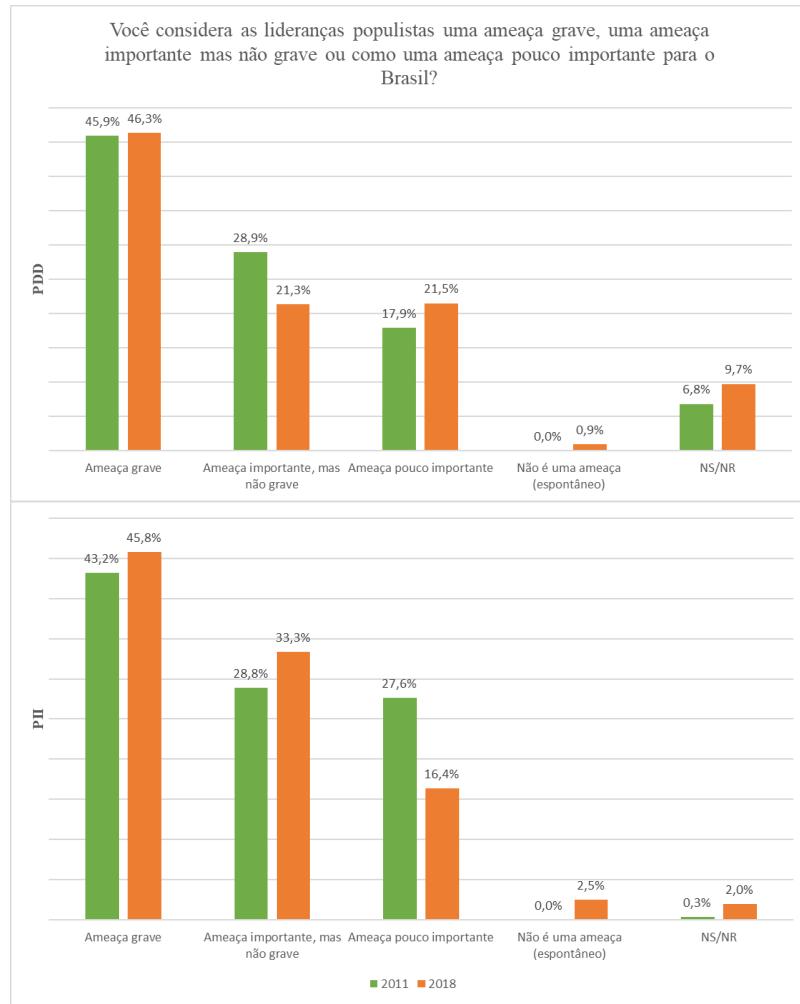
Esses números apresentados aumentaram em relação a 2011, no qual os PDD tinham 72.1% e os PII 74.7%, ou seja, os entrevistados se tornaram mais preocupados quanto à ameaça que a pobreza representa.

Por fim, vale mencionar que menos de 5% dos respondentes afirmaram, nos últimos dois anos de estudo, que se tratava de uma “ameaça pouco importante”.



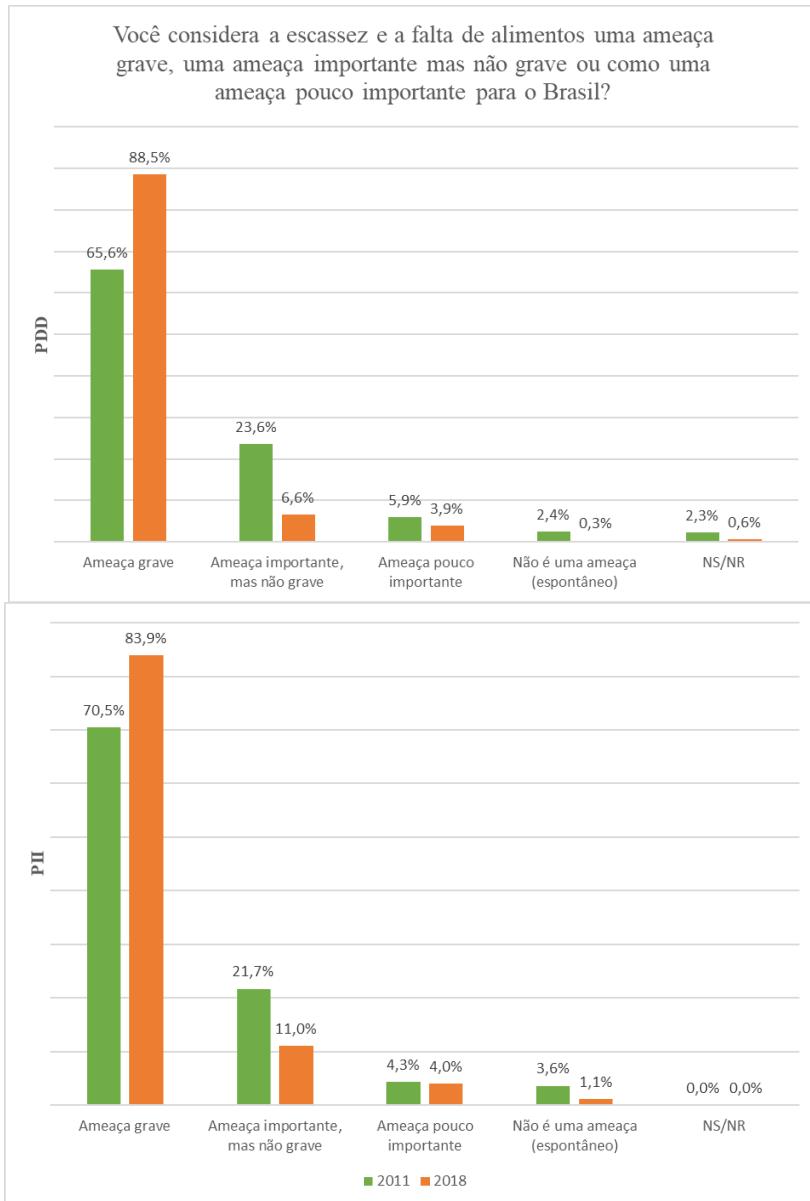
Os conflitos que ocorrem em fronteiras de países, fronteiriços, e disputas territoriais foram percebidos pelo PDD como uma ameaça grave ao Brasil, indo de 55.9% (2011) para 72,0% (2018). Evidencia-se que houve um aumento da preocupação com essas pautas no decorrer dos anos, tanto é que o mesmo movimento é verificável entre os PII: 61.3% (2011) para 71.2% (2018).

No que diz respeito à categoria “ameaça pouco importante”, no ano de 2018, o apenas em 6.5% do PII optou por essa resposta, enquanto o PDD quase o dobro das vezes: 11.6%.



As lideranças populistas foram vistas pelo PDD e o PII — no ano de 2018 — como uma ameaça grave ao Brasil em 46.3% e 45.8% das respostas, respectivamente. Percentuais que pouco variaram em relação ao *survey* realizado no ano de 2011: 45.9% e 43.2%.

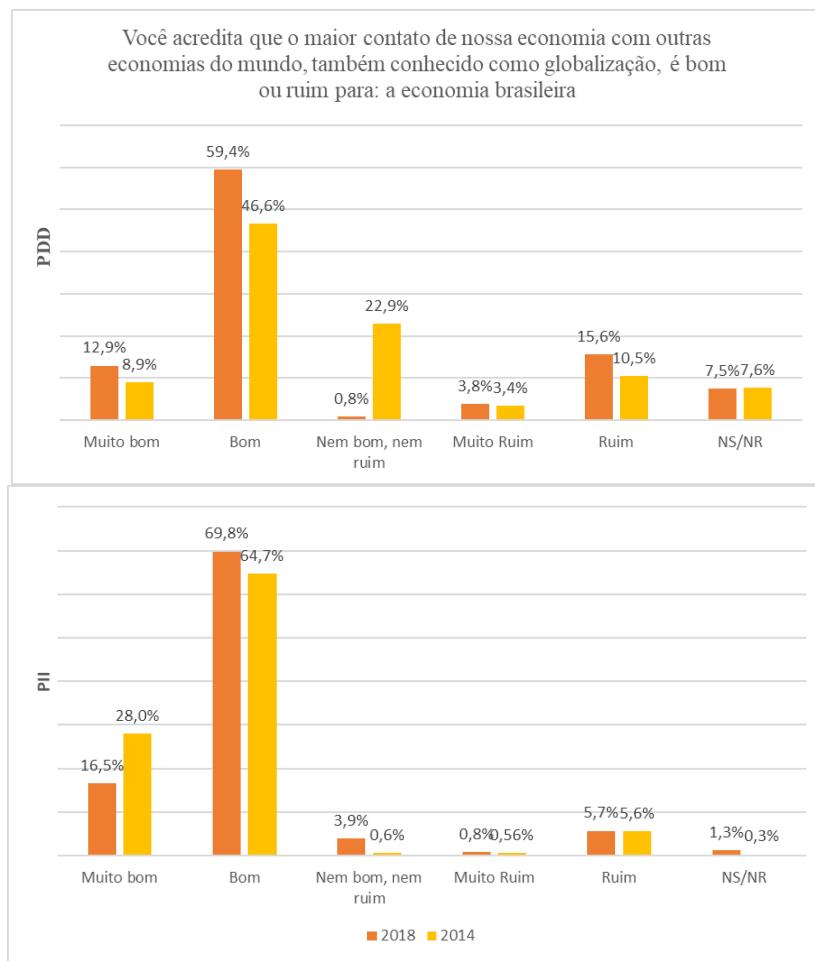
Entretanto, apesar de não representarem mais da metade das afirmações coletadas, esses dados ao serem somados com “ameaça importante, mas não grave” indicam uma percepção da opinião pública perante líderes populistas pouco positiva.



Por fim, o tema da falta e escassez de alimentos foi vista como uma ameaça grave ao Brasil nos dois anos de análise. Tal é, os percentuais aumentaram entre 2011 e 2018 para PDD e PII, indo de 65,6% para 88,5% no primeiro caso; e, para os PII: 70,5% para 83,9%.

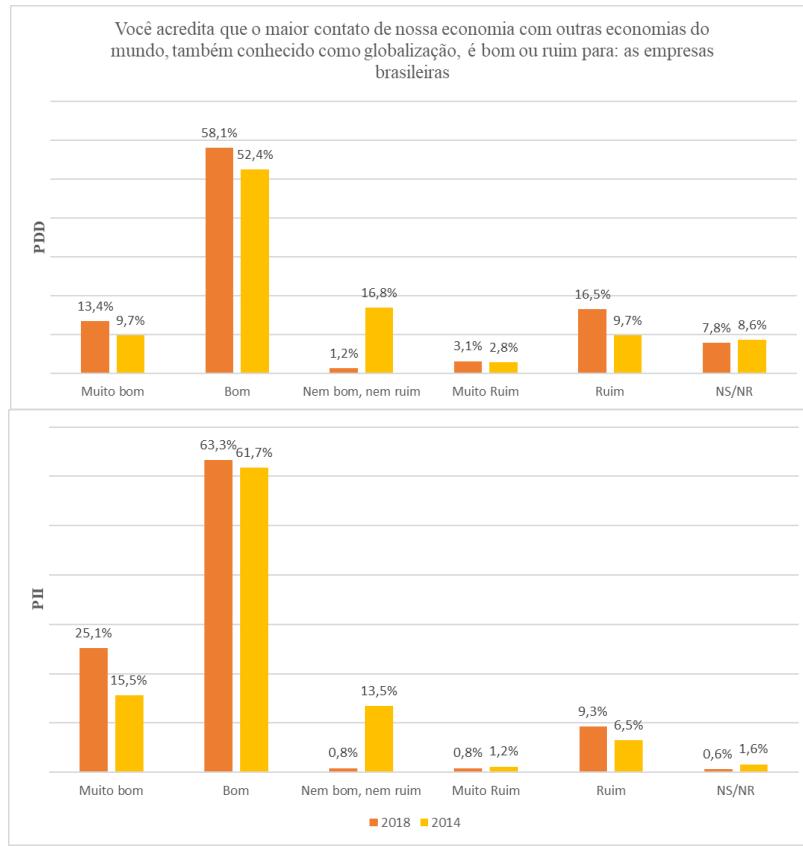
Em nenhum dos momentos a falta de alimentos foi amplamente considerada como uma ameaça pouco grave, os seus percentuais em 2018 foram igualmente de 4,0% para o público informado e desinformado.

Atitudes frente a globalização



Questionados acerca do maior contato da economia nacional com o processo de globalização, a maioria dos entrevistados do público desinteressado e desinformado (PDD) respondeu que se tratava de algo “bom” para a economia brasileira: 59,4% (2018) e 46,6% (2014). Entretanto, vale destacar que no ano de 2018, parte dos PDD (15,6%), responderam que se tratava de algo “ruim”, um aumento em relação a 2014.

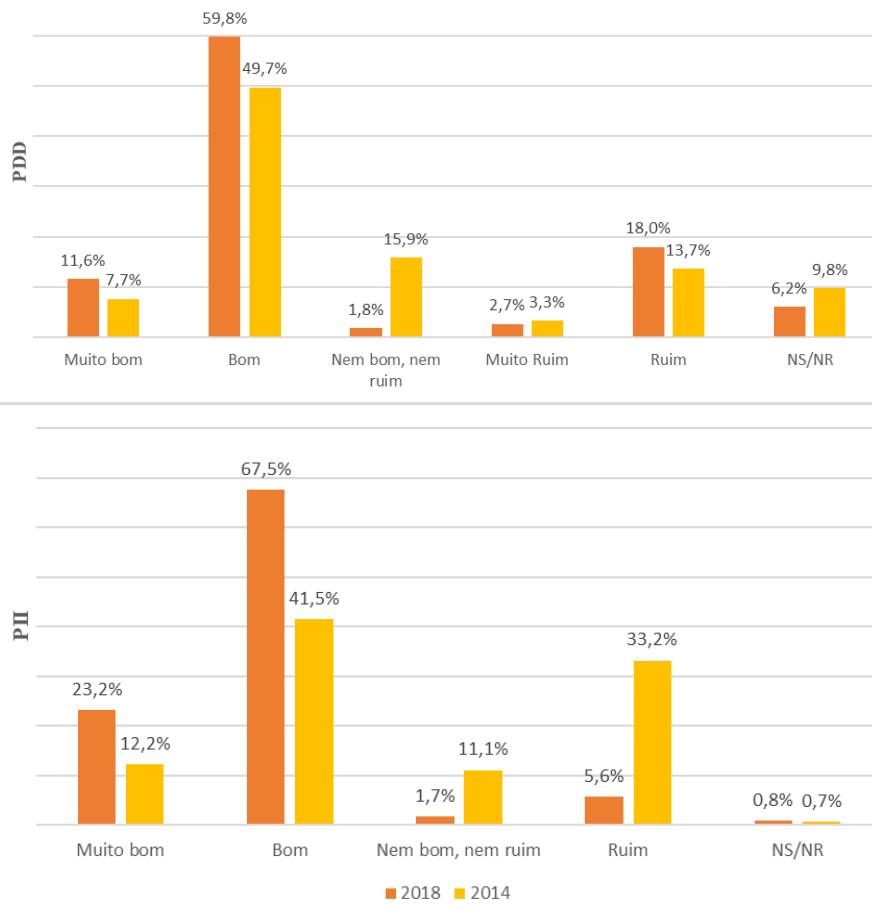
Ao que concerne ao público interessado e informado (PII), 69,8% (2018) e 64,7% (2014) afirmaram ser algo “bom”. Vale ressaltar, que os percentuais negativos de “muito ruim” e “ruim” em 2018 entre os PII foram menores do que os de PDD.



Ainda sobre o impacto da globalização, agora relacionada às empresas brasileiras, foi vista como “boa” para o PDD, apresentando as porcentagens de 52.6% (2014) e 58.1% (2018). O mesmo grupo, no ano de 2018, quase dobrou sua percepção negativa sobre a globalização quanto as empresas brasileiras, indo de 9,7% (2014) para 16,5% (2018).

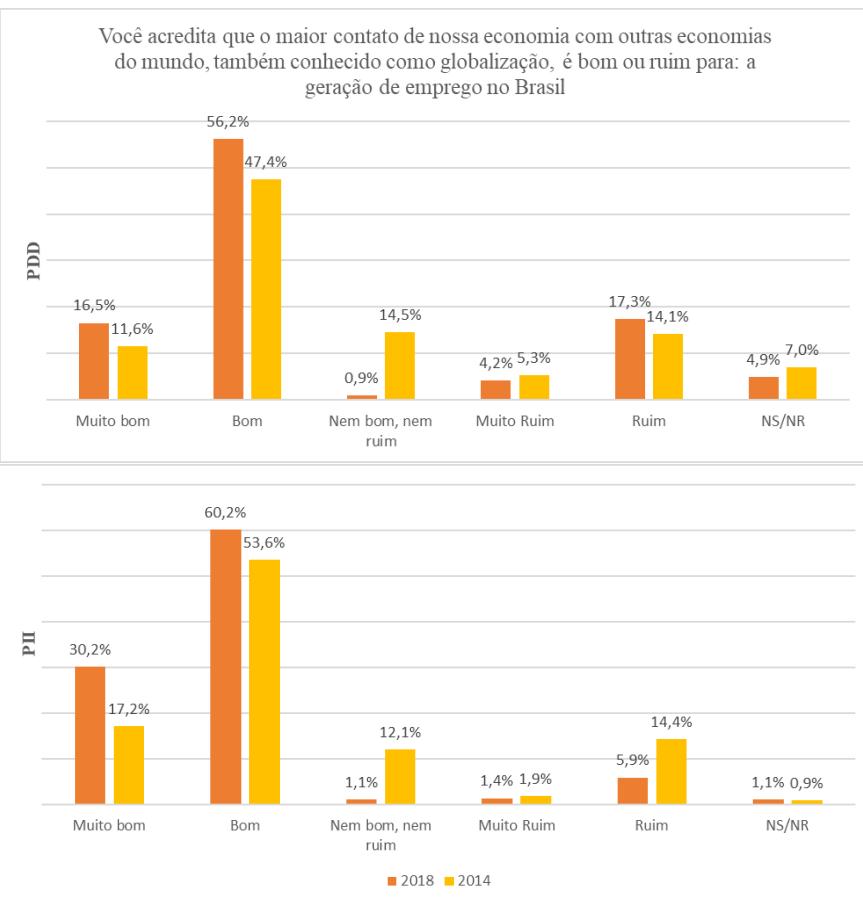
Já entre o público informado e interessado, os maiores resultados positivos foram 63.3% (2018) e 61,7% (2014). Para este grupo, houve uma menor parcela de entrevistados que afirmaram ser algo “ruim”: 9.3% (2018) e 6,5% (2014).

Você acredita que o maior contato de nossa economia com outras economias do mundo, também conhecido como globalização, é bom ou ruim para: os consumidores



O impacto na vida dos consumidores, do maior contato da economia brasileira com outras economias do mundo é percebido de forma semelhante e positiva tanto para PDD quanto PII. Os valores observados entre os PDD foram: 59,8% (2018) e 49,7% (2014). A mesma categoria, no que concerne aqueles que consideramos interessados por política externa, obteve 67,5% (2018) e 41,5% (2014).

O maior número de respostas negativas (“ruim”) em 2018 foi entre os PDD, alcançando 18%, enquanto para os PII, no mesmo período, isso representa apenas 5,6%.

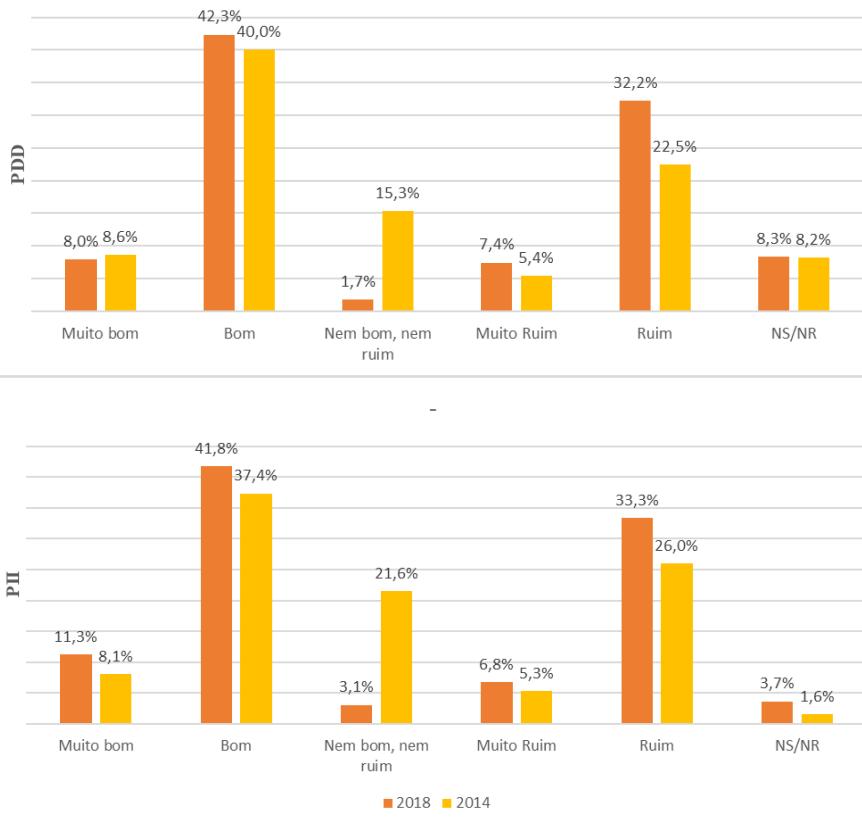


A opinião pública acerca se a globalização da economia brasileira é algo bom ou ruim para a geração de empregos apresentou respostas distintas entre o público desinteressado e desinformado (PDD) e o público interessado e informado (PII).

Por exemplo, no que concerne às respostas positivas (“muito bom”/”bom”) dos PDD, os valores obtidos foram: 72.7% (2018) e 59,0% (2014). Essas mesmas categorias são vistas pela opinião pública interessada como 90.4% (2018) e 70,8% (2014). Portanto, percentuais mais altos do que os do primeiro grupo.

Para além, os PDD apresentaram maior resistência ao enunciado ao 17.3% afirmarem que é algo “ruim” em 2018 em contraste apenas 5.9% do PII entrevistados.

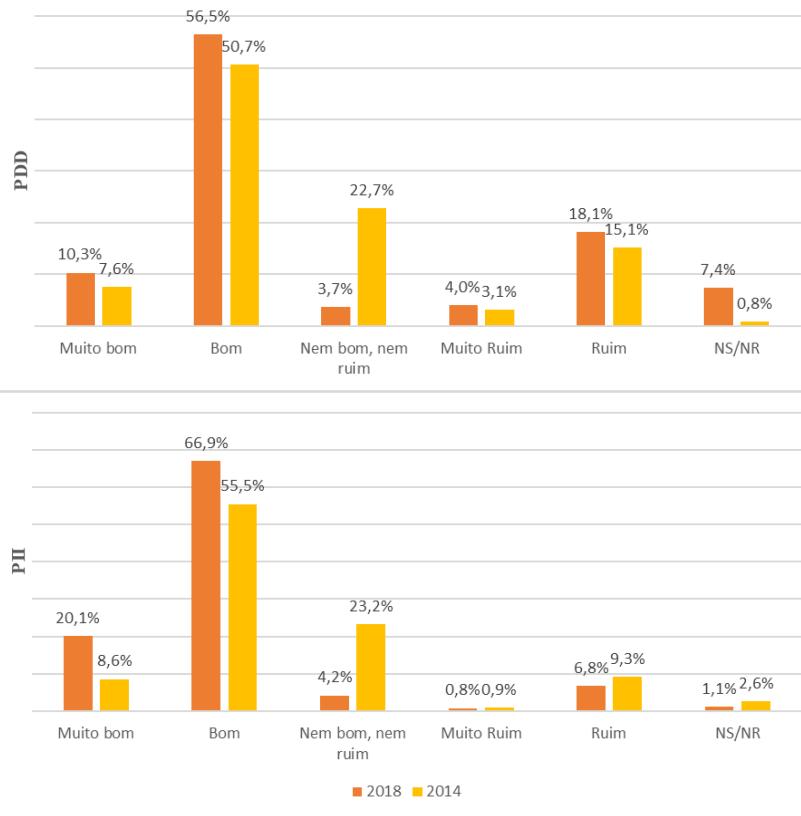
Você acredita que o maior contato de nossa economia com outras economias do mundo, também conhecido como globalização, é bom ou ruim para: o meio ambiente



A globalização como algo “bom” ou “ruim” para o meio ambiente apresentou resultados similares para ambos os grupos da opinião pública. O PDD, no ano de 2018, afirmaram 42.3% que se tratava de algo “bom” para o meio ambiente, enquanto no mesmo período e grupo, 32.2% identificavam como algo ruim.

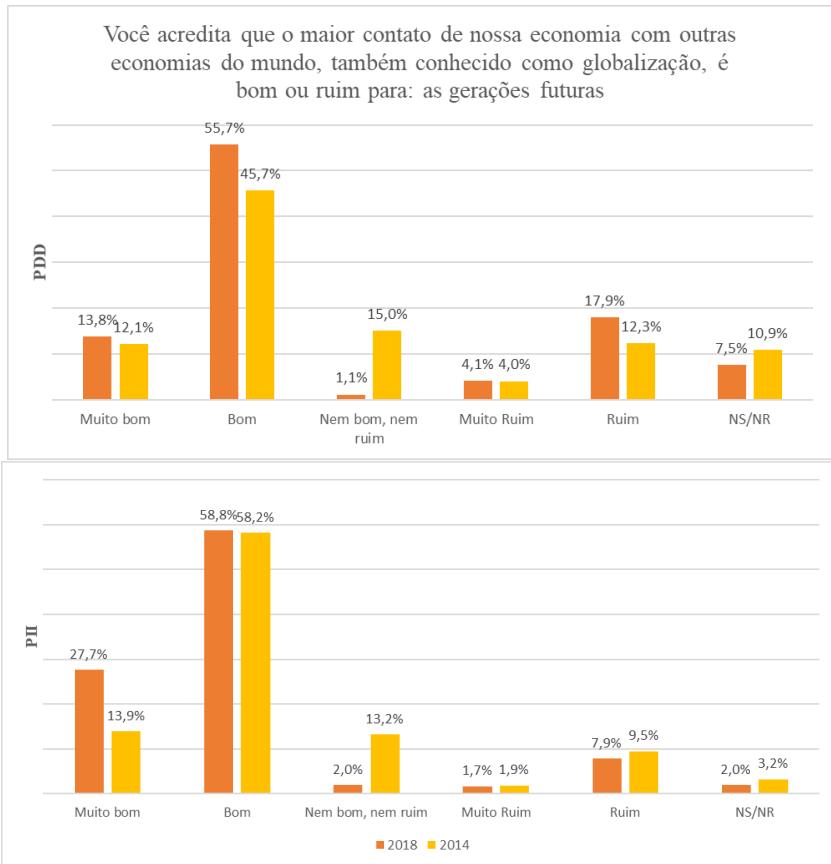
Já para o público interessado e informado, o cenário se revelou semelhante: 41.8% como algo “bom” (2018) e 33.3% (2018), “ruim”. Ou seja, também para os PDD quanto os PII, a globalização é vista de forma distintas em relação ao meio ambiente.

Você acredita que o maior contato de nossa economia com outras economias do mundo, também conhecido como globalização, é bom ou ruim para: seu padrão de vida



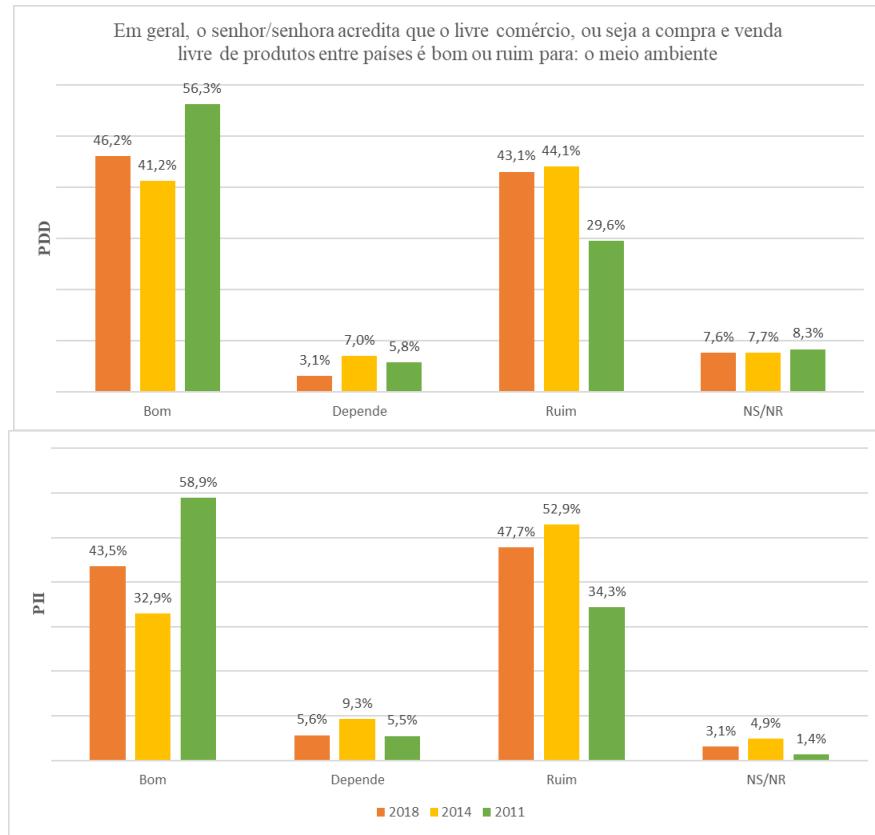
A globalização como algo bom ou ruim para o “seu padrão de vida” foi visto, em mais de 50% das respostas, como algo positivo para a opinião pública.

No primeiro caso, o PDD concordou em 56,5% (2018) e 50,7% (2014) das respostas. O PII, por sua vez, 66,9% (2018) e 55,5% (2014).



Por fim, a opinião pública foi questionada sobre se a globalização da economia brasileira é algo bom ou ruim para as futuras gerações. O público desinteressado e desinformado (PDD) afirmou, em sua maioria, que é algo “bom”: 55.7% (2018) e 45.7% (2014). Para um total de 17.9% (2018) deste público, a globalização foi percebida como algo “ruim” para as futuras gerações brasileiras.

O público interessado e informado (PII) respondeu, por sua vez, 58.8% (2018) e 58.2% (2014) como algo “bom”. Ou seja, mantendo uma constância de resposta entre os anos analisados. Apenas 7.9% (2018) afirmaram que se tratava de algo negativo.

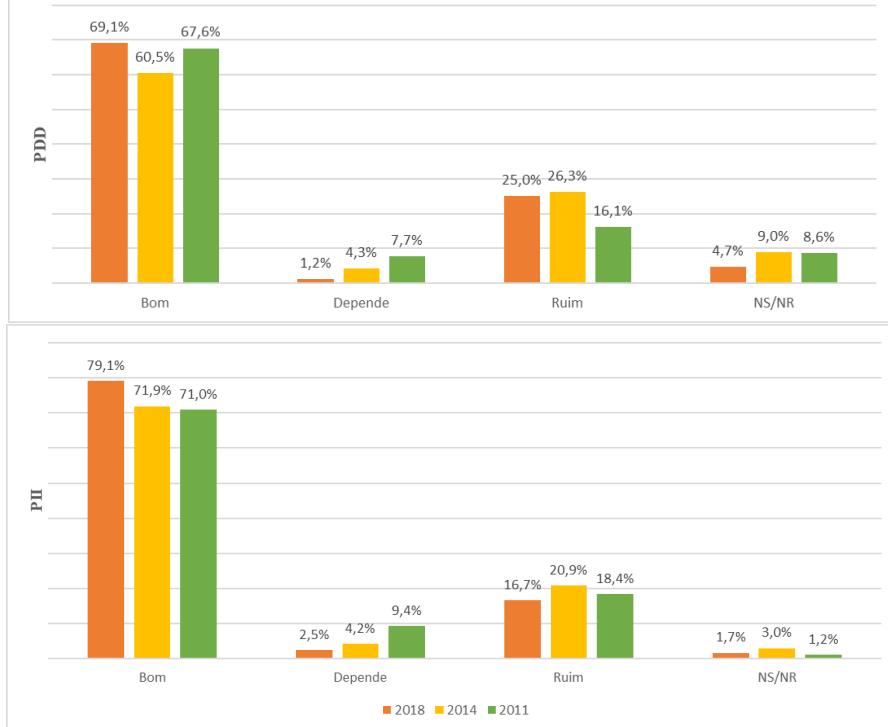


O livre comércio é visto pela opinião pública de forma semelhante nos dois grupos de análise no que concerne aos seus efeitos sobre o meio ambiente.

41.2% do público desinteressado e desinformado em 2014 concordou que era algo “bom” para o meio ambiente. Esse percentual, em 2018, aumentou para 46.2%. Contudo, quase metade dos entrevistados PDD afirmaram que era algo ruim para o meio ambiente: 44,1% (2014) e 43,1% (2018).

No que diz respeito ao PII, as respostas positivas foram de 32,9% (2014) para 43,5% (2018). Um pequeno aumento, entretanto, abaixo do número de pessoas que veem o livre comércio como algo negativo: 34,3% (2014) para 47,7% (2018).

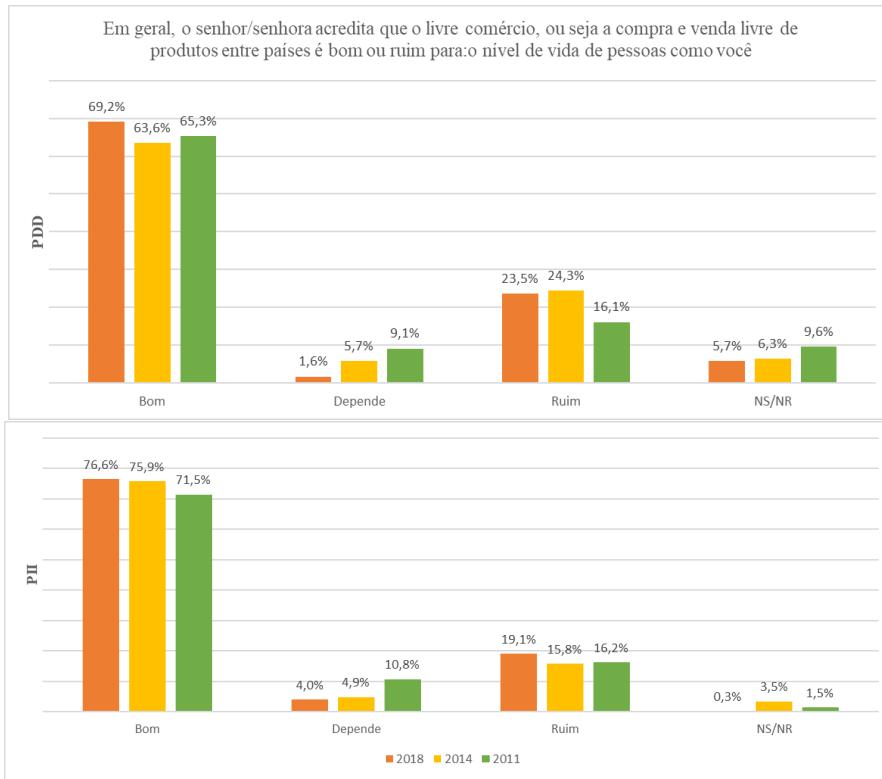
Em geral, o senhor/senhora acredita que o livre comércio, ou seja a compra e venda livre de produtos entre países é bom ou ruim para a economia brasileira



O livre comércio, para a amostra dos *surveys* de 2018 e 2014, é majoritariamente percebida pelos entrevistados como algo “bom” para a economia brasileira. O público desinteressado e desinformado apresentou um aumento de quase 10% entre os anos, indo de 60.5% (2014) para 69.1% (2018).

O PII, por sua vez, manteve uma maior constância em suas avaliações: 71.9% (2014) e 79.1% (2018).

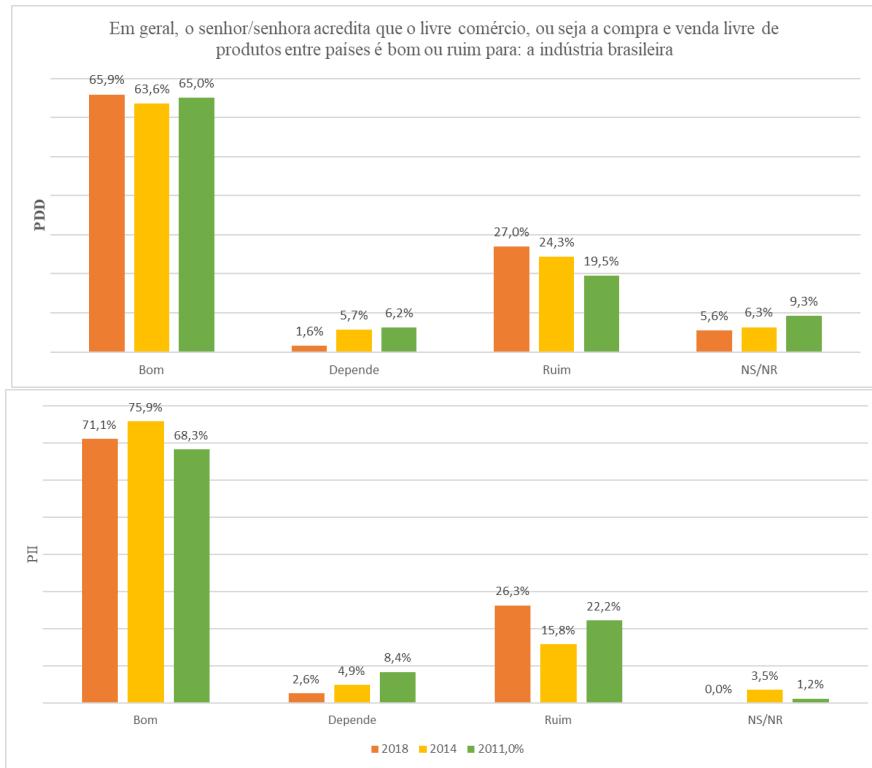
Em ambos os gráficos, percebe-se a existência de um número de respondentes regulares que identificam o livre comércio como “ruim” para a economia brasileira. Dentre o PDD, as reações negativas ficam em torno de 25%, enquanto para os PII é de 16%.



A livre compra e venda de produtos entre países, portanto, o livre comércio, foi identificado pelos dois diferentes grupos da opinião pública como algo “bom” para o nível de vida das pessoas.

Em ambos os grupos, as respostas positivas ficaram acima de 65%; dentre o PDD o valor mais alto foi de 69.2% (2018), enquanto o público interessado e informado respondeu “bom” em 76.6% (2018) dos casos.

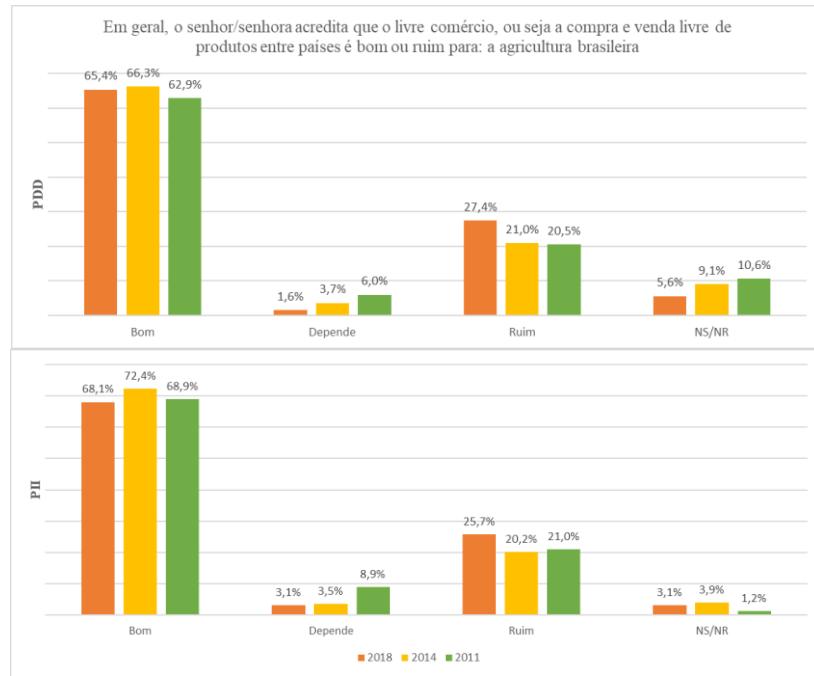
As respostas negativas foram maiores entre os PDD em ambos os anos: 24.3% (2014) e 23.5% (2018) versus 12.6% (2014) e 19.1% (2018) dos PII.



O livre comércio é visto por mais da metade dos entrevistados de ambos os grupos como algo positivo para a indústria brasileira.

Contudo, enquanto os valores do público desinteressado e desinformado se mantiveram constantes entre 2014 e 2018 em torno de 65%, o PII apresentou percentuais mais altos e com um leve aumento entre os anos: 71.5% (2011) para 76.6% (2018).

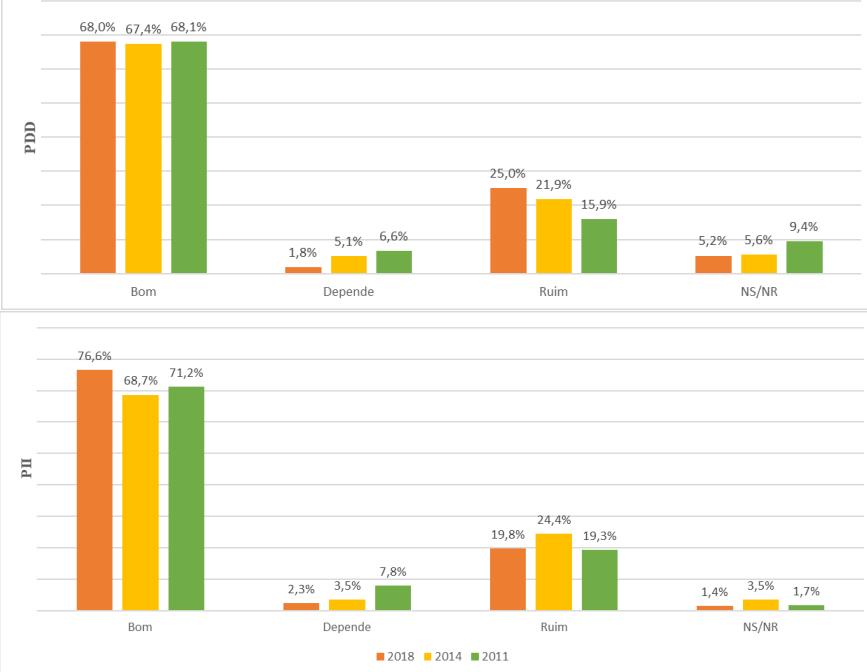
Neste sentido, percebe-se que houve um aumento da percepção negativa do PII perante o livre comércio e sua relação com a indústria brasileira; em 2011 o número de respostas negativas foi de 16.2%, enquanto em 2018 esse valor aumentou para 19.1%.



De forma geral o que os entrevistados da opinião pública pensam sobre o livre comércio ser bom ou ruim para agricultura brasileira, não mudou significativamente entre os anos.

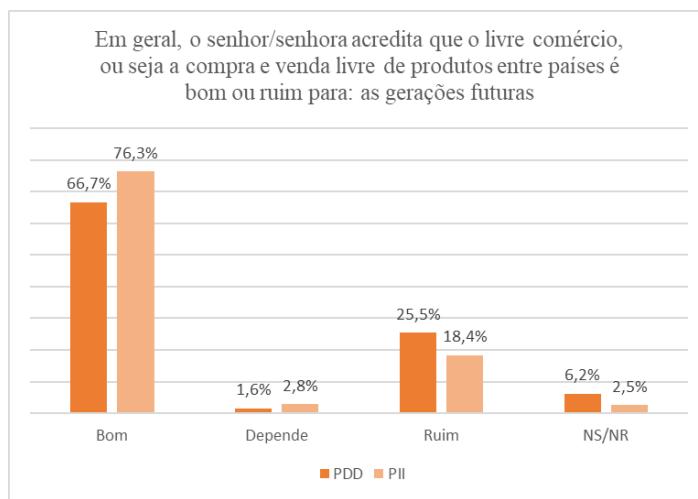
Sendo que a maioria tanto entre os PDD quanto PII consideram o livre comércio bom para agricultura brasileira.

Em geral, o senhor/senhora acredita que o livre comércio, ou seja a compra e venda livre de produtos entre países é bom ou ruim para: os trabalhadores brasileiros



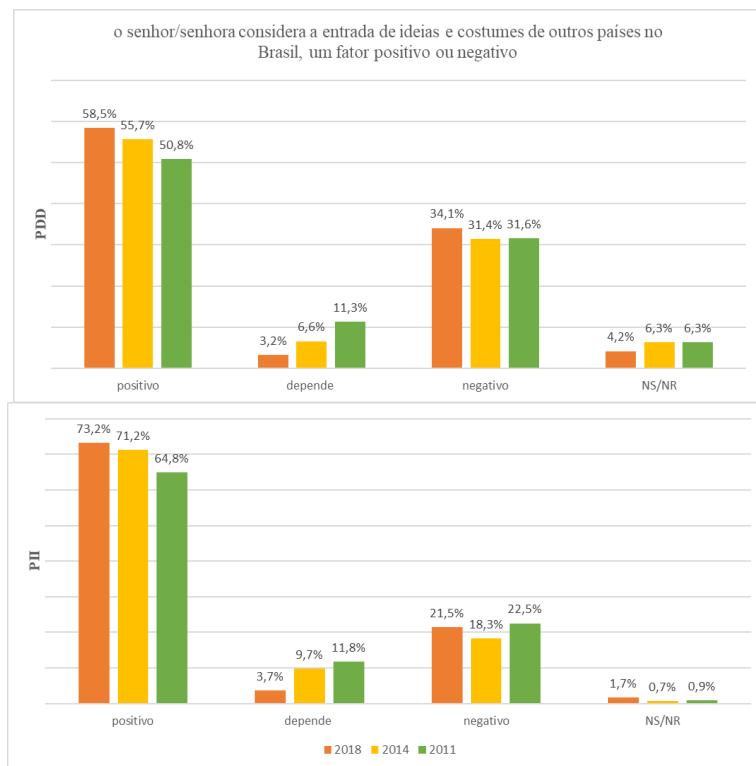
As respostas se o livre comércio é bom ou não para os trabalhadores brasileiros se concentraram, em ambos os grupos, na alternativa positiva.

O PII, por sua vez, do apresentou um contingente maior de menções a favor da relação entre o livre comércio e os trabalhadores do Brasil.



Acerca do livre comércio ser bom ou ruim para as gerações futuras, o grupo PII é um pouco mais otimista com 76,3% dos entrevistados afirmando que é “bom”, contra 66,7% do PDD. Essa diferença se reflete também nas parcelas das respostas que

consideram a compra e venda livre de produtos entre países como “ruim”: entre o PDD, 25,5% consideram “ruim” contra 18,4% do PII.

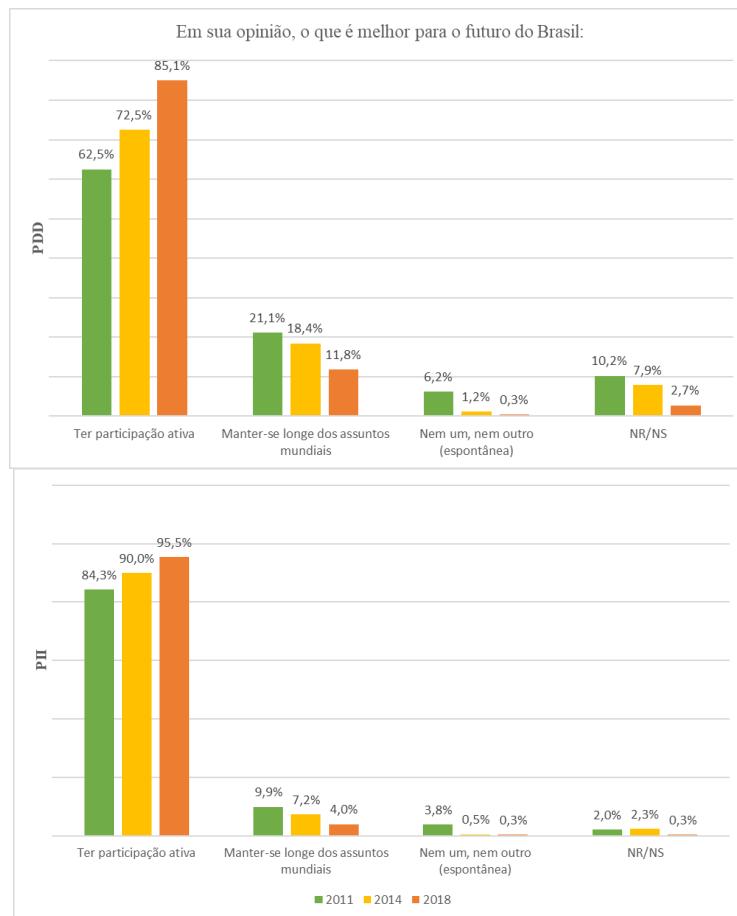


A entrada de ideias e costumes de outros países no Brasil é visto como algo positivo para a maioria do público questionado¹. Os valores entre o PDD ficam em torno de 50%; variando de 50.8% (2011), 55.7% (2014) e 58.5% (2018); um cenário um pouco diferente do público interessado e informado cujas respostas ficaram entre 65% a 73%: indo de 64.8% (2011) para 73.2% (2018). Ou seja, com uma maior receptividade aos costumes estrangeiros.

Essa diferença se torna mais perceptível ao analisar o percentual de respostas da categoria “negativo”; enquanto os PDD afirmaram que era algo “negativo” para o país em 2018 (34.1%), um total de 21.5% do PII afirmou o mesmo no respectivo período.

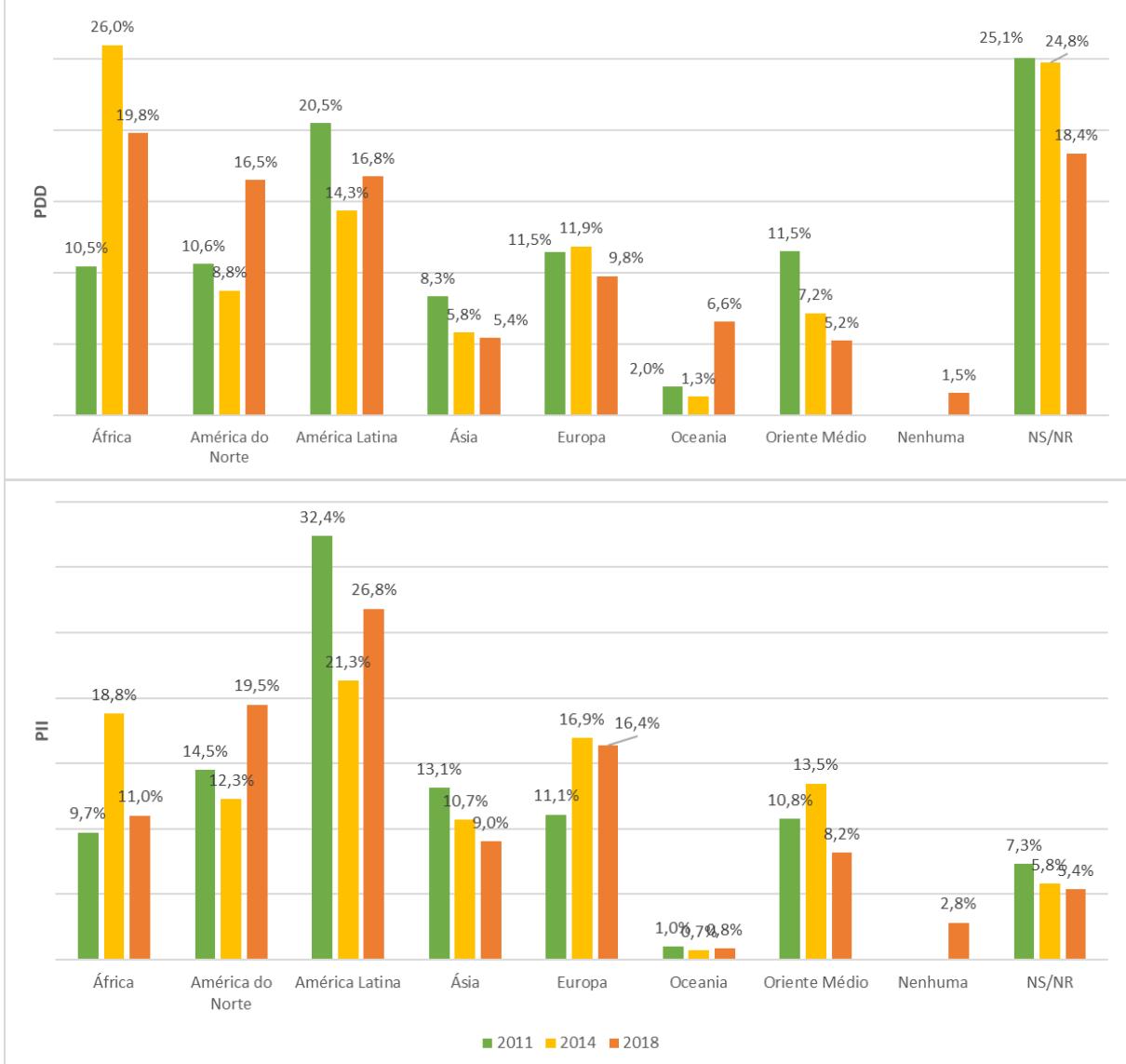
¹ Para a realização deste gráfico, foi necessário o ajuste da escala, a qual originalmente em 2018 era “muito positivo”, “muito negativo”, “positivo”, “negativo” e “indiferente”; para possibilitar a comparação, agrupou-se em “positivo”, “negativo” e “depende”.

Atitudes frente aos outros países



Uma quantidade expressiva dos entrevistados, tanto PDD como PII, se mostrou favorável a participação ativa do Brasil nos assuntos mundiais e apenas uma parte moderada dos PDD responderam que o Brasil deveria manter-se longe dos assuntos internacionais. No entanto, vale destacar quem em ambos os grupos de entrevistados, no decorrer dos anos houve um aumento entre aqueles que acreditam que o Brasil deve manter-se longe dos assuntos internacionais.

Na sua opinião, o Brasil deve prestar mais atenção a qual região do mundo?



Ao analisar a opinião dos grupos “Público Desinteressado e Desinformado” e “Público Interessado e Informado” acerca de qual região do mundo o Brasil deveria prestar mais atenção, obteve-se resultados diferentes no decorrer de tempo dos três surveys realizados em 2011, 2014 e 2018.

O PDD entrevistados no ano de 2011 afirmaram que a América Latina deveria ser a região que o Brasil mais deveria prestar atenção (20.5%), enquanto demais lugares do globo como África (10.5%), América do Norte (10.6%), Europa (11.5%) e Oriente Médio (11.5%) foram mencionados em uma média de 10.5% dessas afirmações. Não obstante,

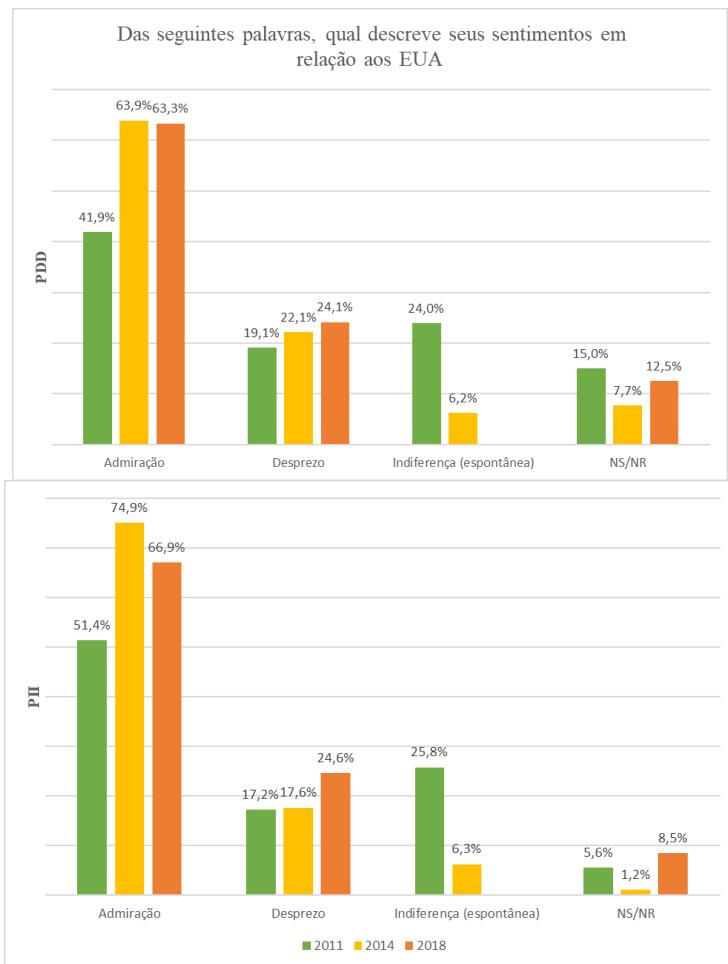
o maior percentual observado foi referente a opção “não sabe/não respondeu” o questionamento.

Entretanto, no ano de 2014, a percepção dos PDD mudou; a América Latina passava de 20.5% das respostas para 14.3%, enquanto a África passava a ser a região de destaque (26%). De forma proporcional, o percentual das demais regiões também diminuiu, assim como daqueles respondentes que optaram por “não sabe/não respondeu” (24.8%).

No último ano de survey, 2018, houve uma diminuição de percentual acerca daqueles que destacavam a África (19.8%), ao tempo que a América Latina aumentava um pouco mais de 2% (16.8%). Por fim, é necessário destacar o aumento de 8.8% para 16.5% daqueles que afirmaram o destaque da América do Norte, assim como a considerável diminuição dos PDD que não sabiam responder ao enunciado (18.4%).

Agora, após realizada uma análise acerca das percepções dos PDD, cabe o mesmo esforço com o grupo PII, o qual concentrou majoritariamente suas respostas nos três anos de pesquisa na opção América Latina: 32.4% (2011), 21.3% (2014) e 26.8% (2018). No que concerne ao ano de 2018, demais regiões como a América do Norte (19.5%) e a Europa (16.4%) ficaram em destaque.

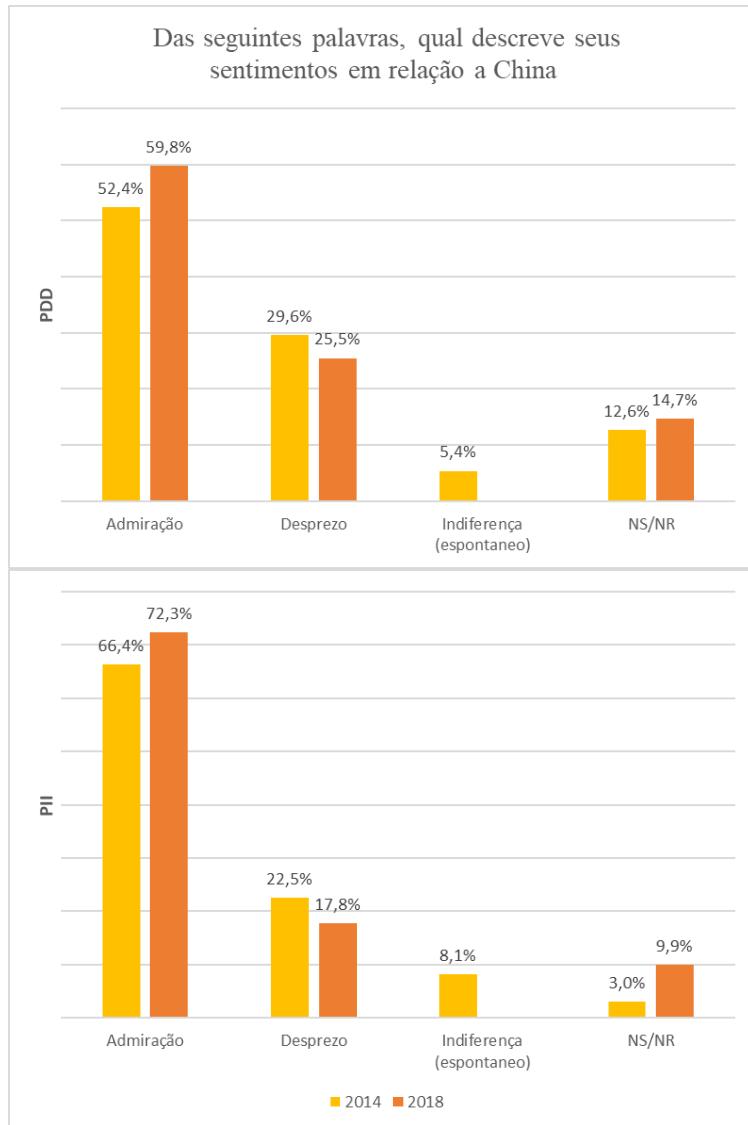
A opção “não sabe/não respondeu” apresentou frequências inferior a 10% no grupo dos PII, com diminuição constante no decorrer dos anos: 7.3% (2011), 5.8% (2014) e 5.4% (2018). QUESTÃO 28



Nos 3 anos de análise (2011, 2016 e 2018), a palavra “admiração” foi a mais utilizada pela opinião pública para descrever seus sentimentos em relação aos Estados Unidos da América. Neste sentido, o público PDD apresentou os respectivos percentuais: 63,3%, 63,9% e 41,9%.

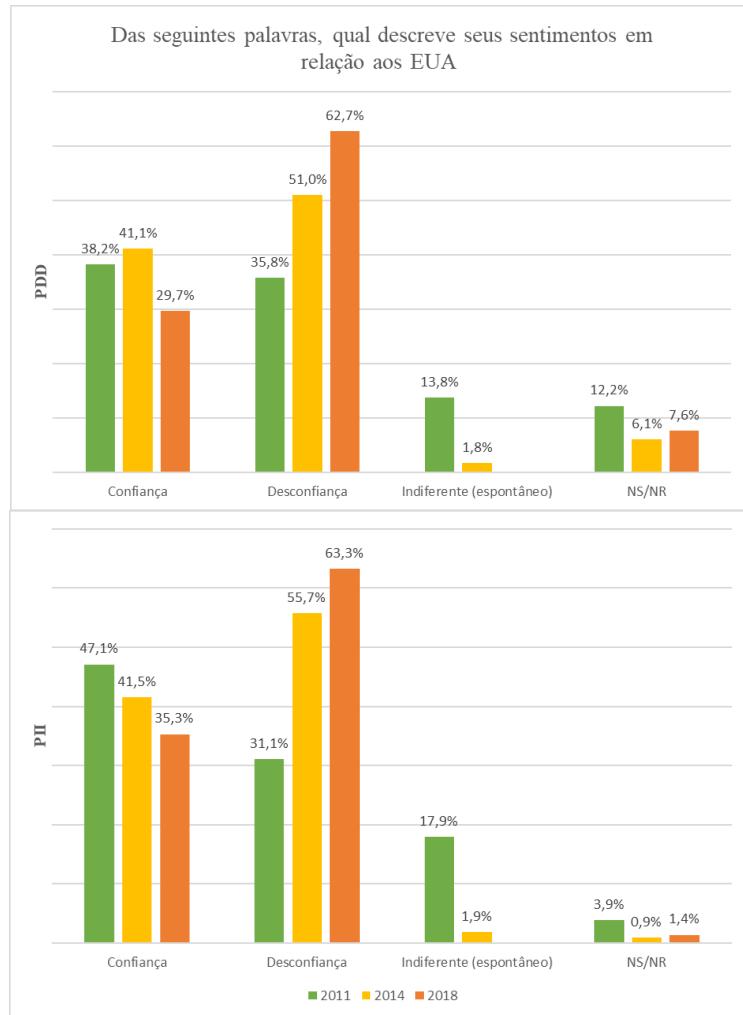
Portanto, houve uma diminuição desta visão positiva pelo público desinteressado em 2018, ao tempo que aumentou as respostas de “Indiferença” (24,0%).

O PII, por sua vez, apresentou um movimento de aumento da admiração perante ao país, indo de: 51,4% (2011) para 74,9% (2014) e, no final, 66,9% (2018). Da mesma forma, em 2018, 24,6% dos entrevistados afirmaram sentir desprezo.



A principal palavra utilizada para expressar os sentimentos em relação à China pela opinião pública é a de “admiração”. Essa palavra é utilizada em mais de 50% das respostas do PDD e PII dos dois anos de análise: 2014 e 2018.

No que concerne ao “desprezo” ao país, em 2018, as afirmações negativas são em 25,5% (PDD) e 17,8% (PII).

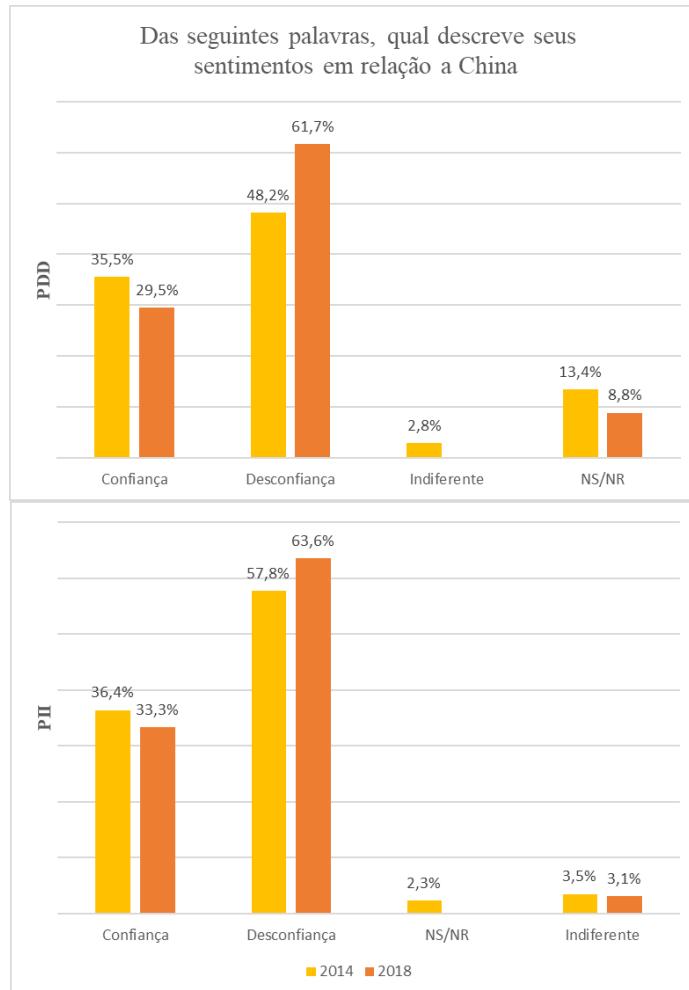


Dentre as diferentes palavras apresentadas para descrever os sentimentos em relação aos EUA, o PDD dividiu suas respostas entre duas noções opostas: “confiança” e “desconfiança”.

Enquanto em 2018, o PDD dizia em 29.7% das menções ter confiança no país, no mesmo período 62.7% apresentava ressalva. Essa percepção negativa aumentou em relação aos dois surveys realizados anteriormente: 51.0% (2014) e 35.8% (2011).

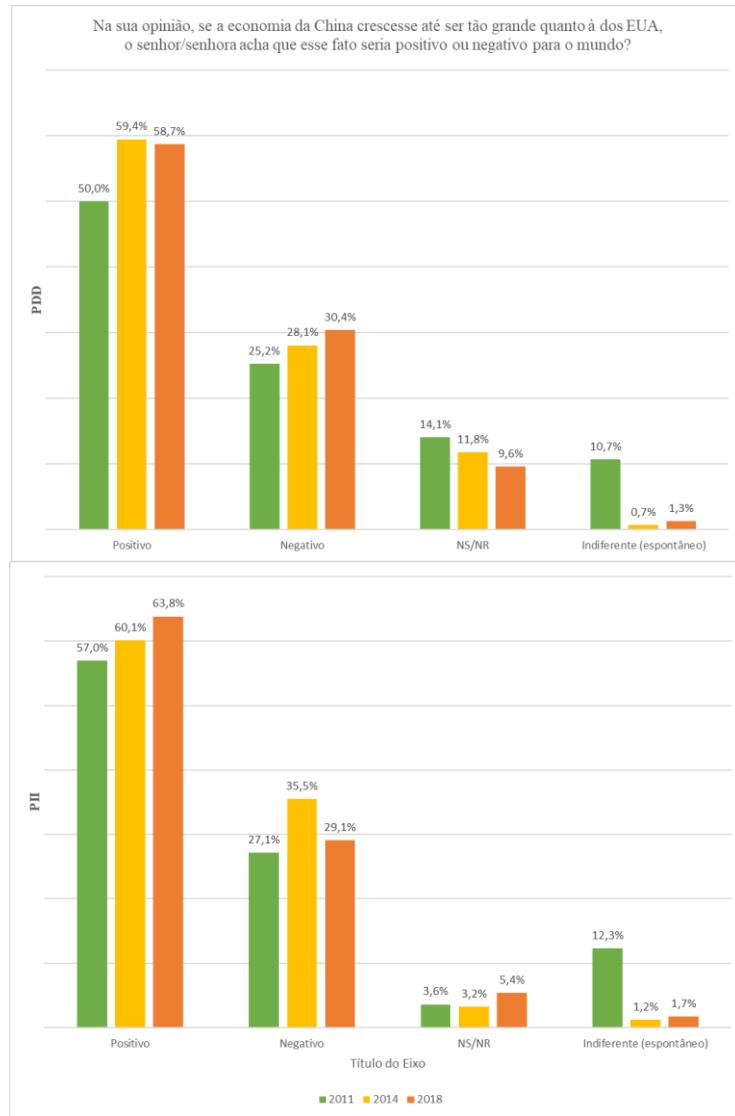
Neste sentido, é possível afirmar que houve uma diminuição da visão positiva em relação aos Estados Unidos, e um incremento de dúvidas quanto à nação.

De modo semelhante, o mesmo ocorreu com o PII. O número de respostas de “desconfiança” foi em cada ano: 63.3% (2018), 55.7% (2014) e 31.1% (2011). Já a confiança se limitou a 35.3% (2018) enquanto em 2011 era de 47.1%.



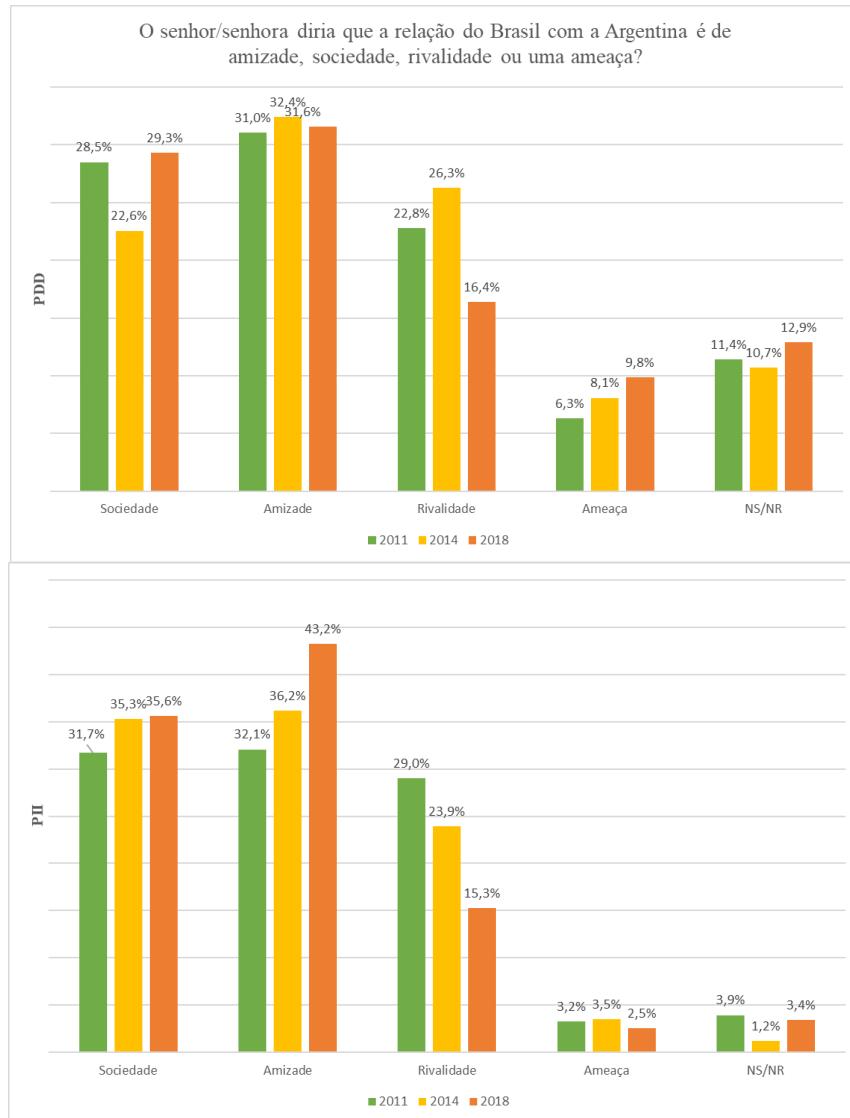
A China foi vista majoritariamente, portanto, em mais de 50% das respostas, com desconfiança pela opinião pública. Esse padrão se fez presente tanto no ano de 2014 quanto de 2018. No caso dos PDD, as referências negativas foram em 61.7% (2018) e 48.2% (2014). Um aumento de 13,5% em dois anos. Os entrevistados que argumentaram ter confiança no país em 2018 foram apenas 35.3%.

Agora, referindo-se ao público interessado e informado (PII), as respostas também foram centradas na desconfiança: 63.6% (2018) e 57.8% (2014). Não obstante, este segmento possui um menor grau de confiança em relação à China do que os PDD: 33.3% (2018).



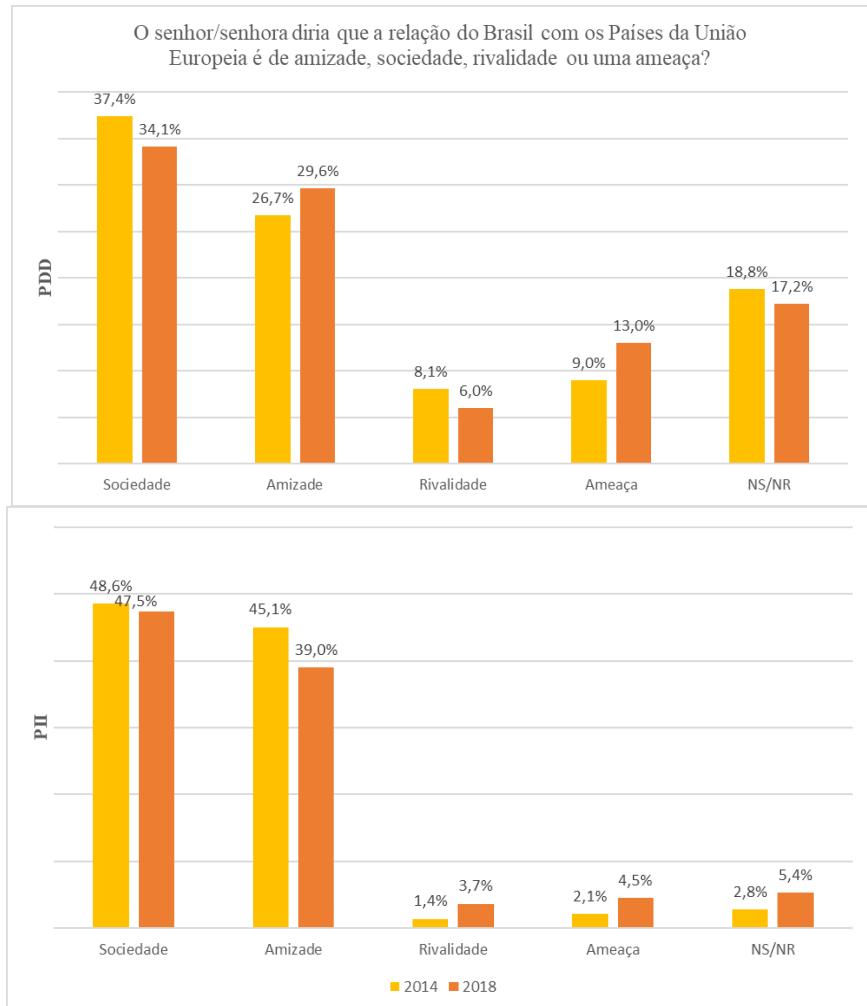
O crescimento da China de modo que superasse a economia estadunidense foi visto pela opinião pública nos diferentes anos de análise e grupos como algo positivo para o mundo.

No entanto, é necessário pontuar a constância da percepção negativa quanto ao crescimento chinês ao PDD e PII, os quais em 2018 mantiveram uma ressalva de 30.4% e 29.1%.

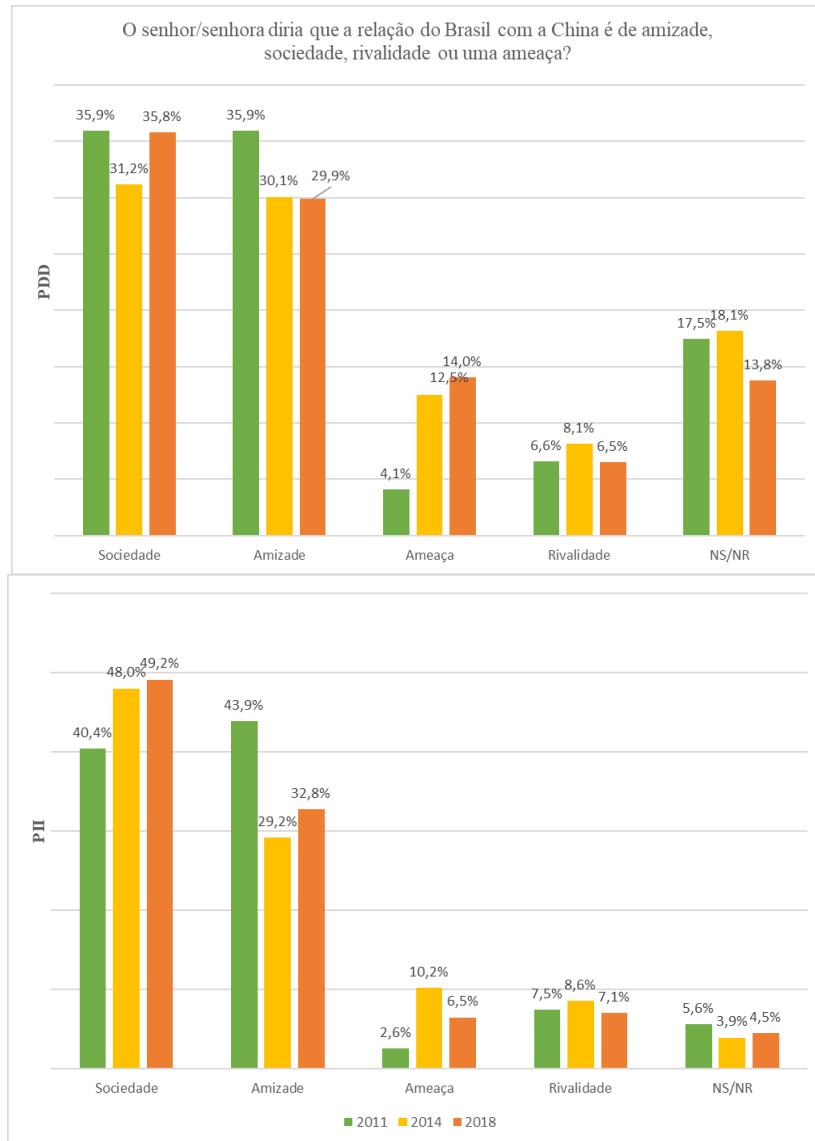


A relação entre Brasil e Argentina é percebida pelos entrevistados PDD e PII de forma difusa quanto às noções de “sociedade”, “amizade” e “rivalidade”. Os valores obtidos no que concerne ao primeiro grupo em 2018 foram: 29.3%, 31.6% e 16.4%, respectivamente. Esses valores se mantiveram constantes durante os 3 anos de estudo. Para além, nota-se que o menor percentual esteve correlacionado à perspectiva de ameaça (9.8%).

Agora, no que concerne aos PII, os resultados em 2018 de “sociedade” foi 35.6%, enquanto de “rivalidade” apenas 15.3% — uma mudança de mais de 10% em relação a 2011 (29.0%). Logo, melhorou a visão brasileira perante a Argentina, como também evidencia o número de “amizade”: 43.2%.



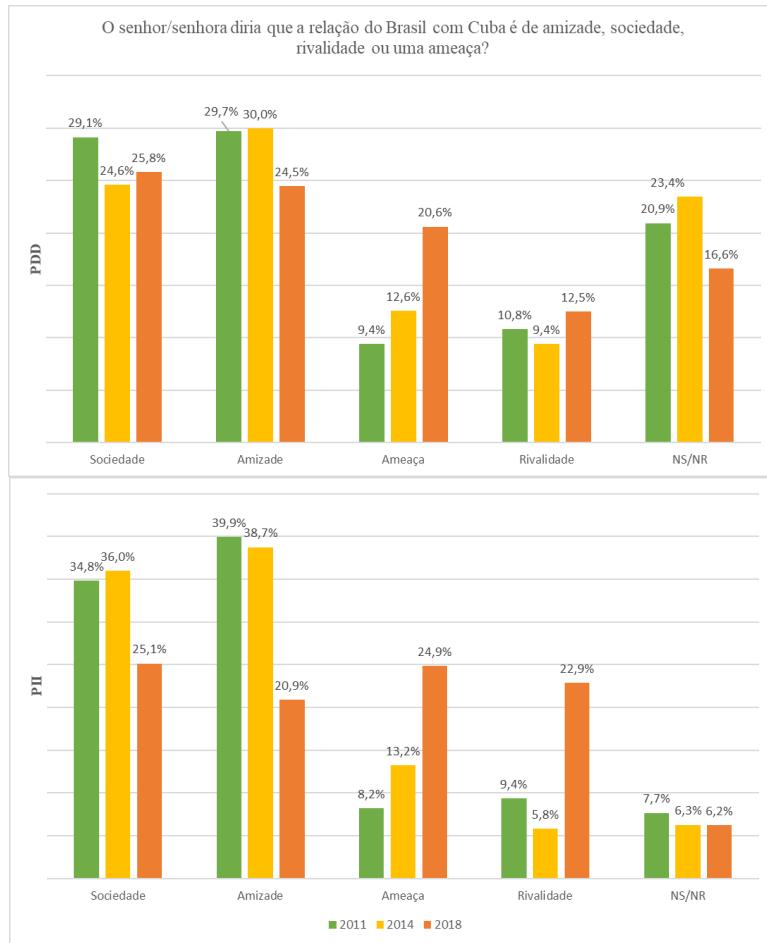
A mesma pergunta, agora realizada referente aos países da União Europeia, foi percebida pela opinião pública de modo positivo. A maioria das respostas se concentraram nas opções de “sociedade” e “amizade” em 2018 e 2014.



Podemos dizer que de forma geral, a opinião pública sobre a China é de que a relação do país com o Brasil é de sociedade e amizade. Tal é que a soma dessas categorias no PDD e PII, em 2018, apresentam mais de 50% da amostra em: 65,7% e 81,9%, respectivamente.

Esses percentuais apresentaram pouca variação entre os 3 anos de análise, mantendo-se na média de 35% para o primeiro grupo e de 40% a 50% ao público informado.

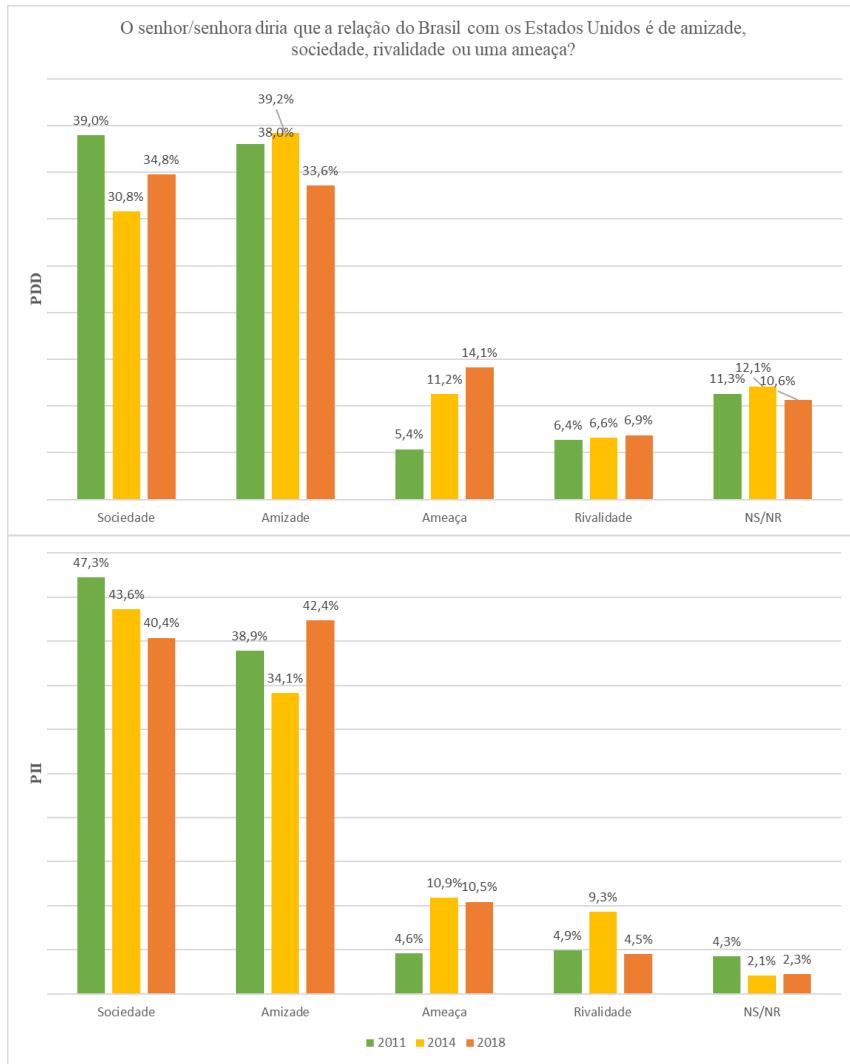
Por último apenas 14,1% dos entrevistados do grupo de desinteressados e desinformados apontaram as relações da China com a nação brasileira como ameaçadoras.



O público desinteressado e desinformado descreveu a relação do Brasil com Cuba como 25.8% de amizade, 24.5% de amizade — logo, 50,3% de afirmações positivas — enquanto um total negativo de 33.1% (ameaça e rivalidade).

Já os entrevistados da opinião pública que possuem conhecimento sobre política externa, durante o mesmo período, afirmaram 46.4% de modo favorável, versus 47.7% discordante. Portanto, para esse segmento dos respondentes há uma maior divisão entre aqueles que veem de forma concordante e os que não.

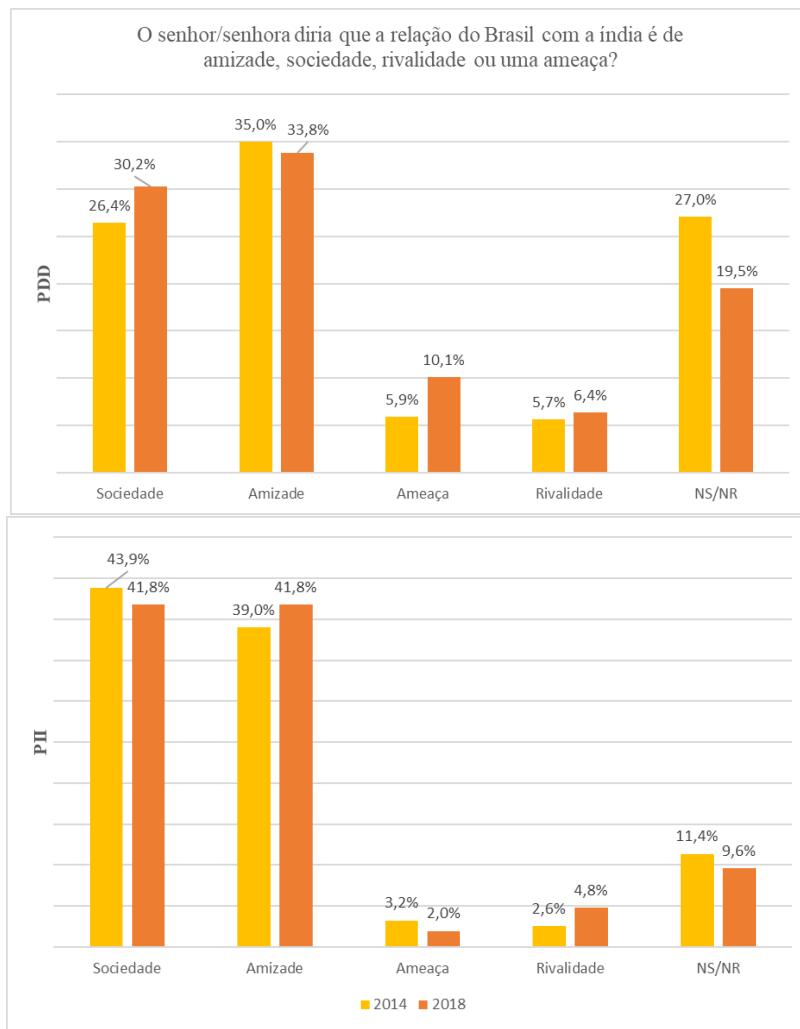
Outro ponto válido de se destacar é a queda pela metade da concepção de amizade, para os PII, entre o Brasil e Cuba: 38.7% (2014) para 20.90% (2018).



A relação entre Brasil e os Estados Unidos da América é caracterizada substancialmente por “sociedade” e “amizade”. A soma dessas categorias representa, em cada ano, para o PDD os seguintes percentuais: 68,4% (2018), 70,0% (2014) e 77,0% (2011). Nesse sentido, houve uma pequena variação negativa com o decorrer dos anos.

Este mesmo esforço de análise aplicado ao PII resulta em: 83,77% (2018), 77,7% (2014) e 86,18% (2011). Para esse grupo, houve uma maior constância dos valores entre os surveys propostos.

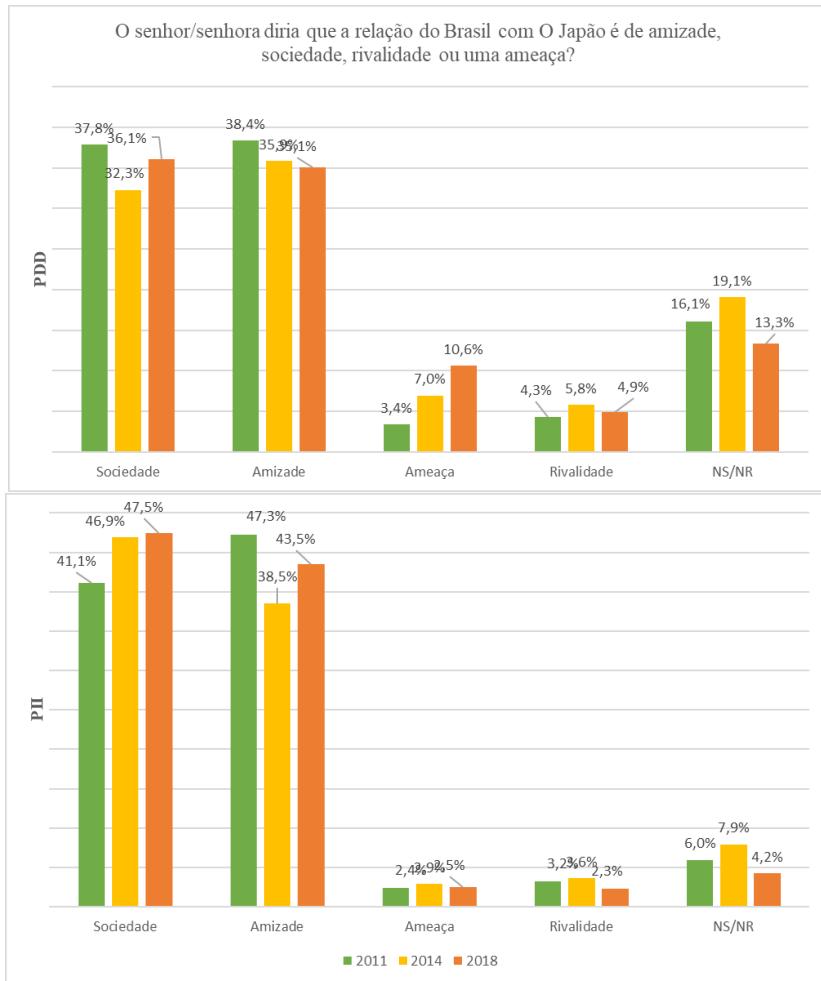
No que concerne ao grau de ameaça e rivalidade, os maiores percentuais foram observados entre os PDD no ano de 2018, sendo 14,11% e 6,89%.



A Índia, país asiático, também foi uma nação cuja avaliação da opinião pública concentrou seus resultados em “sociedade” e “amizade”. O PDD apresentou os percentuais de 30.2% (2018) e 26.4% (2014) no que concerne à primeira categoria — baixa variação. Já a escala de amizade apresentou resultados mais altos, indo de 35.0% (2014) para 33.9% (2018).

O PII, de modo semelhante, convergiu nesses dois pontos, contudo, com valores mais altos — fato que é explicado pelo menor número de respostas em NS/NR.

Com interesse de evidenciar os dados desse grupo, eles desagregados são: 41.8% (2018) e 41.8% (2014) em “sociedade”; 41.8% (2018) e 46.5% (2016) “amizade”. Apenas 9.6% dos respondentes PII no último ano afirmaram não saber/não desejar responder a questão, enquanto 19.5% entre os PDD.

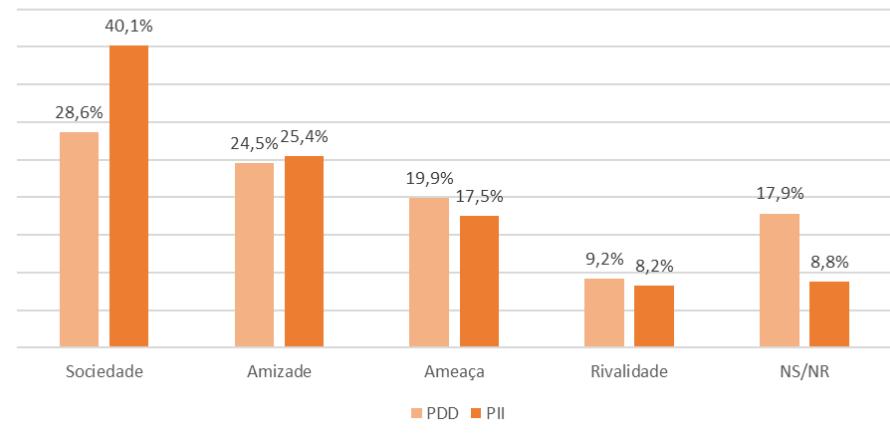


O Japão foi outro país cuja percepção da opinião pública foi positiva. Este apresentou um cenário semelhante ao observado em demais gráficos: a concentração das respostas nas categorias referentes à "sociedade" e "amizade". Tal é que entre os PDD, os percentuais dessas escalas em 2018 foram respectivamente de 36.0% e 35.3%.

Nesse mesmo gráfico dos PDD, 2018, um total de 10.6% afirmaram ser relações de "ameaça", enquanto 13.3% NS/NR.

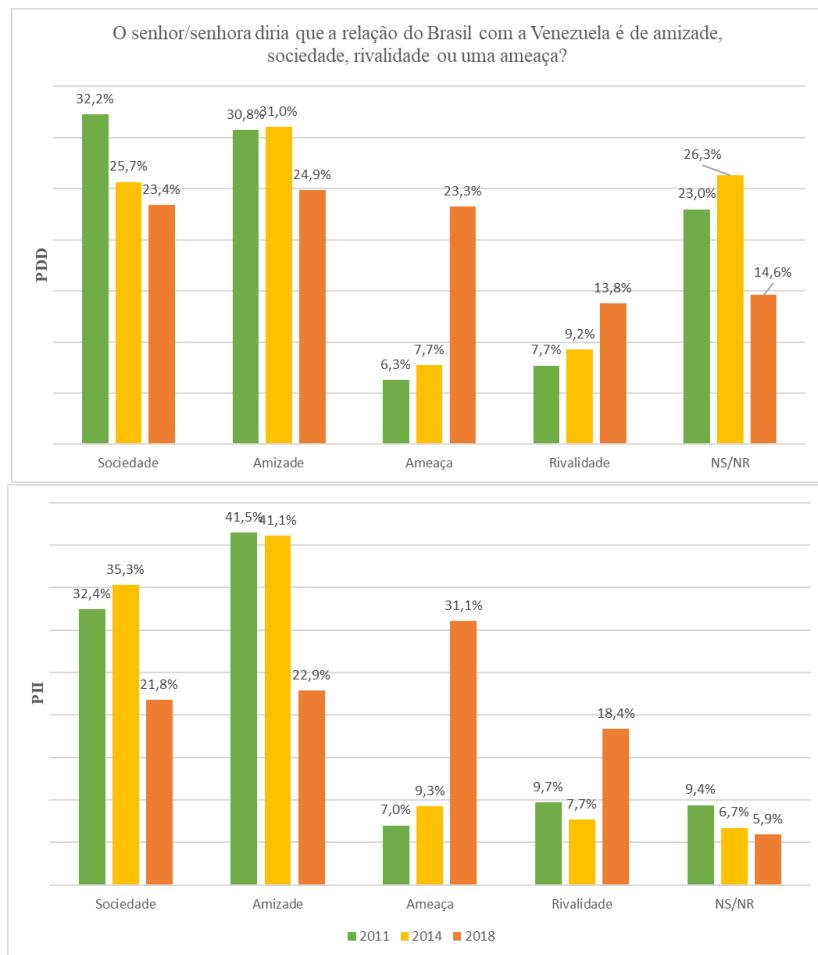
Os PII, também aglutinaram sua visão geral em elementos positivos (47.5% e 43.5%), contudo, diferentemente, quase não houveram referências a ameaça ou NS/NR nos 3 anos de 2011, 2014 e 2018.

O senhor/senhora diria que a relação do Brasil com a Rússia é de amizade, sociedade, rivalidade ou uma ameaça?



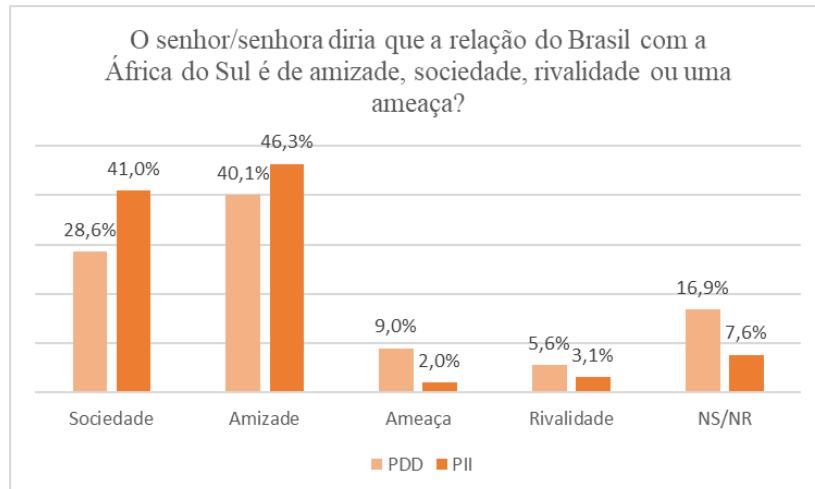
A Rússia, questão presente apenas no ano de 2018, foi vista pelo público desinteressado e desinformado (PDD) como 28.6% “sociedade” e 24.5% “amizade”. Simultaneamente, quase 20% dos respondentes afirmaram se tratar de uma relação de “ameaça” (19.9%).

Os PII, por sua vez, foram mais positivos quanto a noção de sociedade: 40.1%, enquanto a “ameaça” apenas ocupou 17.5% das respostas.

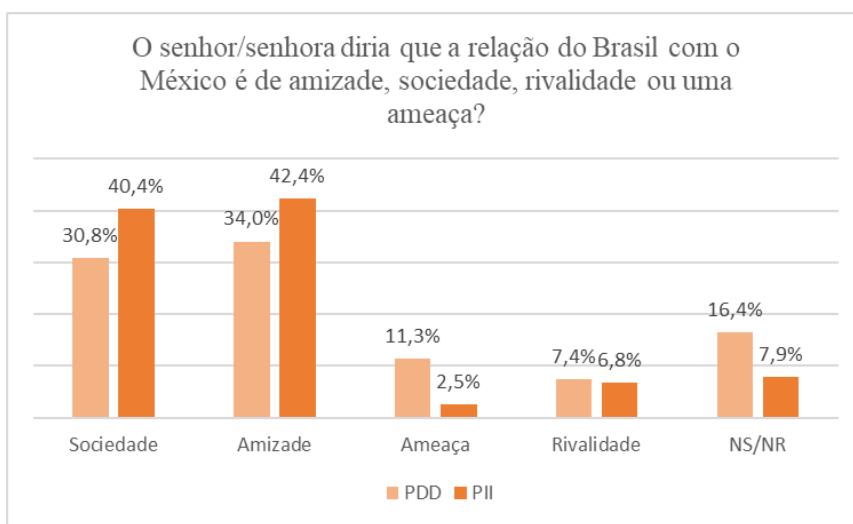


A evolução temporal da percepção da relação do Brasil com a Venezuela apresenta uma mudança acentuada em direção às percepções de “ameaça” e “rivalidade”. Entre o PDD, a parcela dos que consideravam a relação do país com a Venezuela como de “ameaça” saltou de 6,3% em 2011 e 7,7% em 2014 para 23,3% em 2018. Alteração semelhante é verificada entre o PII, com um aumento dos que consideram a Venezuela uma “ameaça” de 7,0% em 2011 e 9,3% em 2014 para 31,1% em 2018. Entre o PII ressalta-se também o crescimento da parcela que considera a relação com a Venezuela como de “rivalidade”, atingindo 18,4% em 2018.

Essas alterações se refletem em uma redução, tanto entre o PDD quanto o PII, da parcela dos que consideram a relação entre os dois países como de “sociedade” ou de “amizade”.



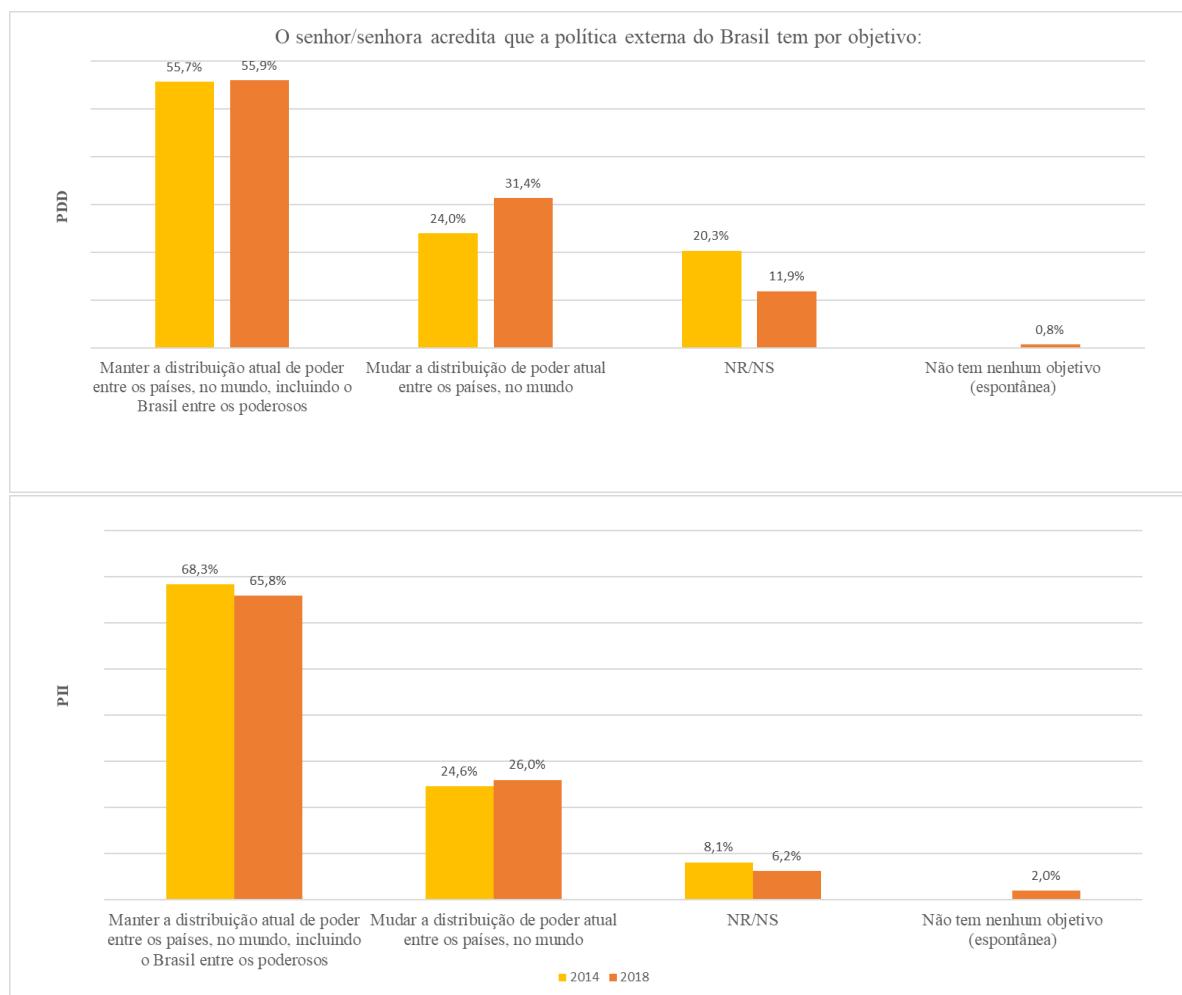
A relação com a África do Sul é vista majoritariamente como de “amizade” tanto entre PDD (40,1%) e PII (46,3%). Também se destaca positivamente a parcela, de 28,6% entre o PDD e 41,0% entre o PII, dos que consideram a relação entre a África do Sul e o Brasil de “amizade”. Há de se destacar que em geral, o PII considera a relação entre ambos os países bem mais positiva, com as opções de “ameaça” e “rivalidade” somando apenas 5,1%.



A relação do Brasil com o México também vista, em grande medida, como positiva, com 30,8% do PDD e 40,4% do PII assinalando que os países possuem uma relação de “sociedade” e 34,0% do PDD e 42,4% do PII afirmado que possuem uma relação de “amizade”. Novamente encontra-se, no geral, uma posição mais positiva acerca das relações do Brasil com o México entre o PII do que entre o PDD.

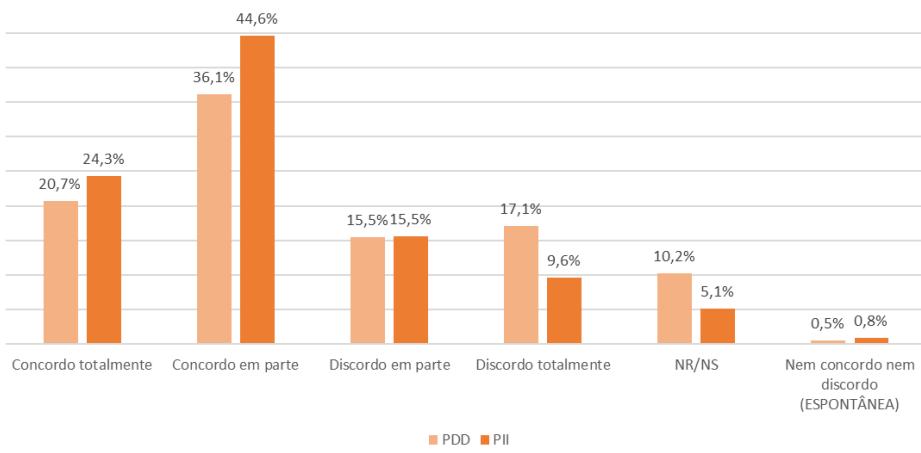
CAPÍTULO 4 – Política externa

Objetivos

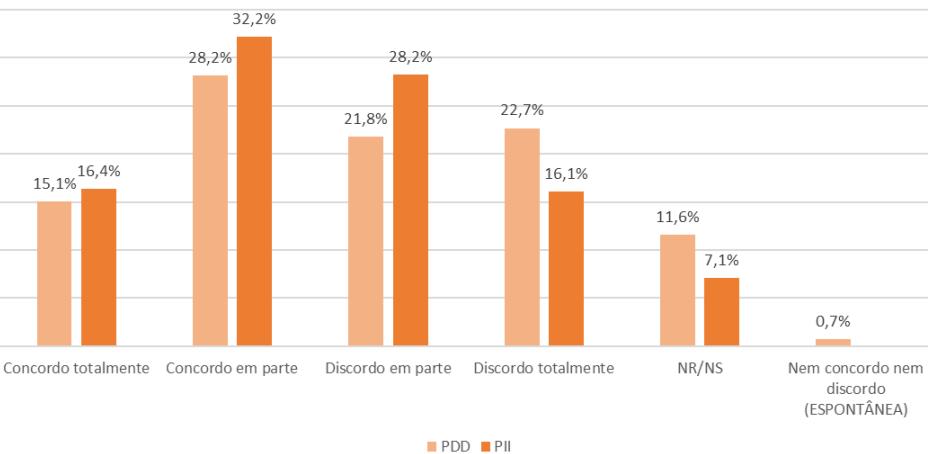


Com relação aos objetivos atribuídos à Política Externa Brasileira (PEB), a opinião pública, tanto entre o público PDD e o público PII, manteve opiniões semelhantes às de 2014. De modo geral, a maioria dos entrevistados defendem que a PEB tenha por objetivo manter a distribuição atual de poder entre os países, no mundo, incluindo o Brasil entre os poderosos. Contudo, verifica-se entre 2014 e 2018 a parcela do público PDD que defende que a PEB deve buscar mudar a distribuição de poder entre os países aumentou cerca de 5 pontos percentuais, de 24,0% para 31,4%.

Os BRICS são uma força capaz de equilibrar o poder mundial diante das potências tradicionais como os EUA, a Alemanha e o Japão.



Os BRICS são uma aliança constrangedora, com países autoritários como a Rússia e a China, ou que apresentam altos níveis de exclusão social como a Índia e a África do Sul.

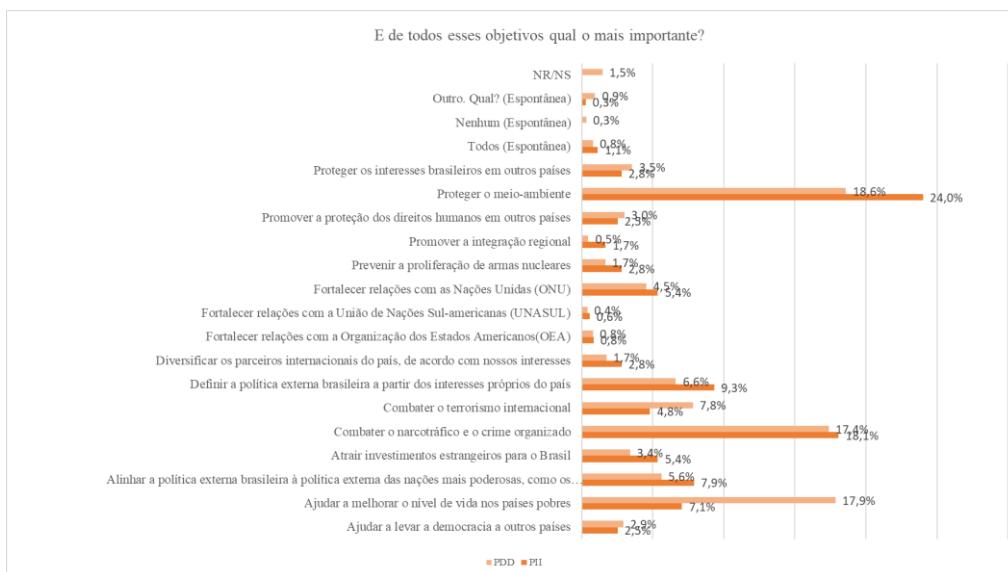


Em 2014 os entrevistados, quando questionados sobre o papel do BRICS, foram obrigados a escolher entre duas afirmações. No ano de 2018 a pergunta foi reformulada em duas perguntas distintas em que os entrevistados analisaram cada afirmação separadamente. Esta nova especificação levou a resultados diferentes. Um primeiro aspecto a ser ressaltado é a redução de respostas “Não sei”/“Não respondeu” entre o público PDD, caindo de 28,7% para 10-12% dos entrevistados, indicando uma maior popularização acerca da existência do BRICS.

A maioria dos grupos PDD (56,8%) e PII (68,9%) ao menos concordam em parte que os países do BRICS formam uma força capaz de equilibrar o poder mundial diante das potências tradicionais. Quando questionados acerca do BRICS ser uma aliança constrangedora, com países autoritários ou que apresentam altos níveis de exclusão

social, a 48,6% do PII concorda ao menos em parte. Entre o PDD as respostas tiveram grande dispersão entre as alternativas possíveis, sendo que a parcela dos que concordam ao menos em parte cai para 43,2%.

Com o novo formato da questão foi possível observar que as duas visões não são obrigatoriamente antitéticas. Uma parcela relevante que considera o BRICS uma aliança constrangedora também reconhece a capacidade da aliança em equilibrar o poder mundial.



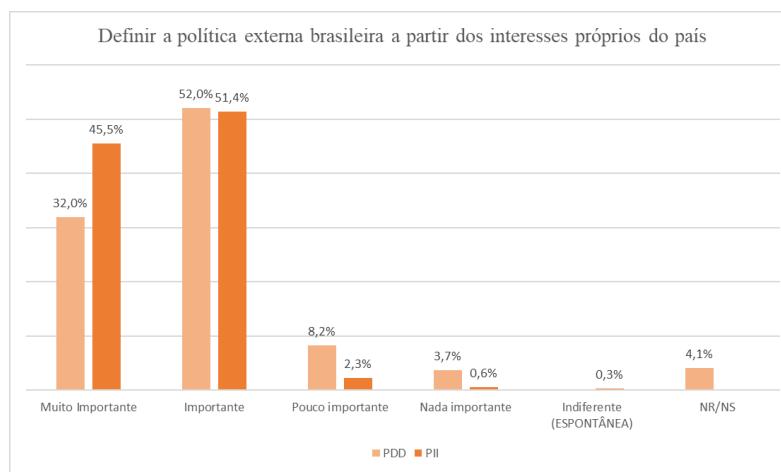
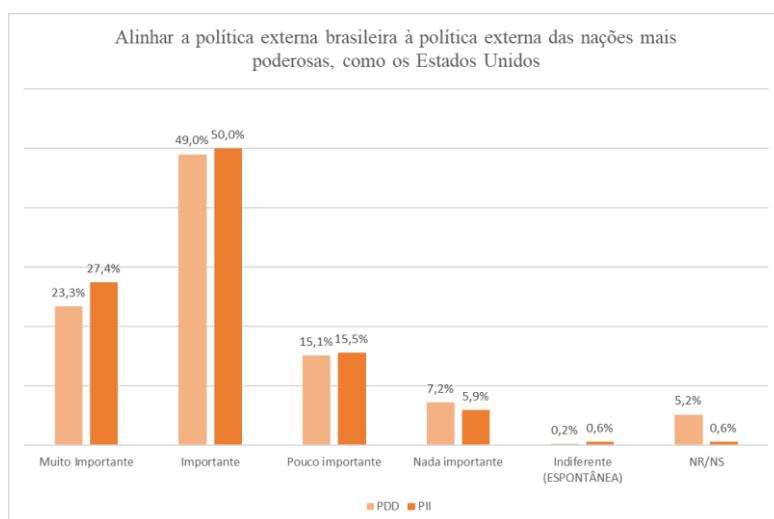
Quando questionados sobre qual seria o objetivo mais importante da PEB, as respostas apresentaram certas mudanças com relação às respostas de 2014 e 2011². Uma primeira hipótese que explica os diferentes resultados decorre da reformulação parcial da questão, uma vez que novas alternativas foram inseridas e algumas opções tiveram sua redação alterada. A adição de novas alternativas pode ter contribuído para a maior dispersão das respostas de 2018 em comparação aos anos anteriores e a alteração na redação de “ajudar a melhorar o nível de vida nos países menos desenvolvidos” para “ajudar a melhorar o nível de vida nos países pobres” pode explicar o aumento da relevância deste objetivo da PEB.

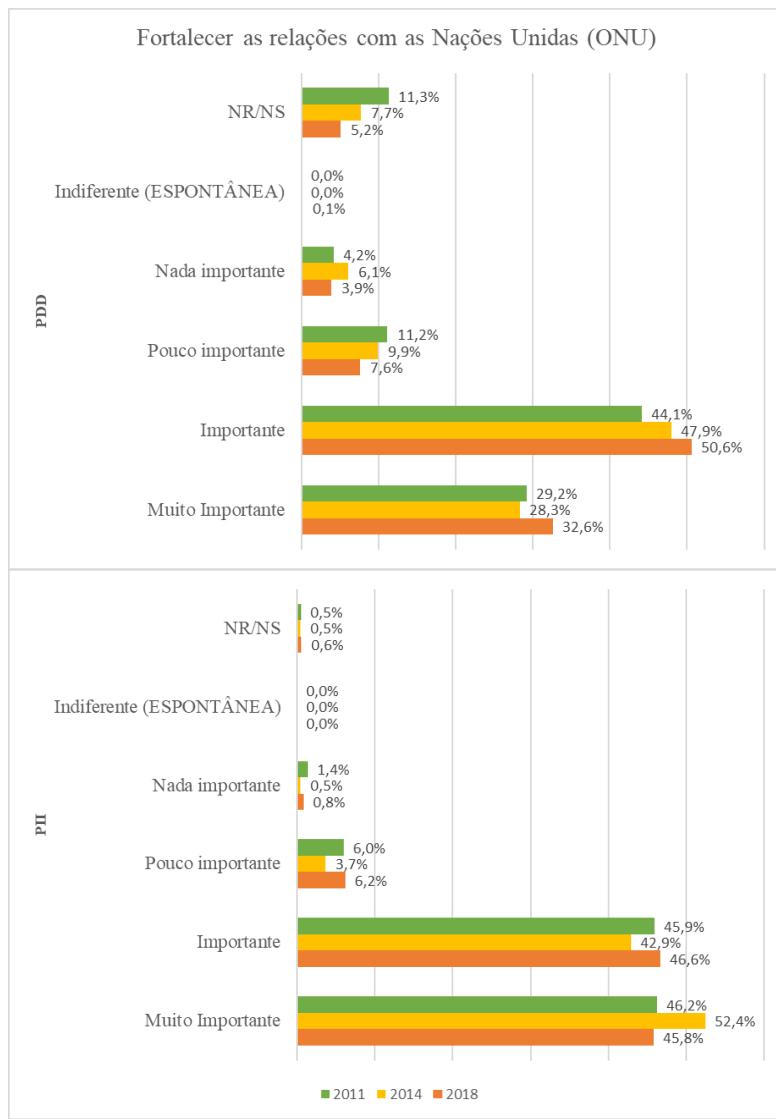
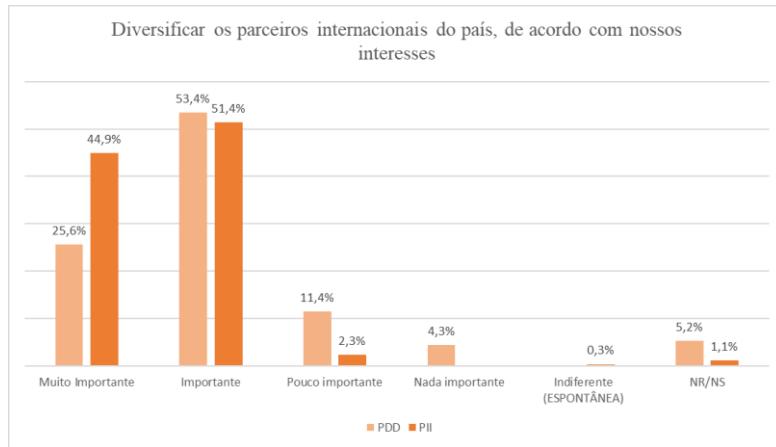
Tendo em vista estas alterações, entre o PDD três objetivos aparecem estatisticamente empatados, se considerarmos margem de erro, como o objetivo

² Não aparecem os dados de 2016 e 2011 nos gráficos devido aos surveys dos anos anteriores ter tido mais opções. Sendo assim a comparação quantitativa não é possível.

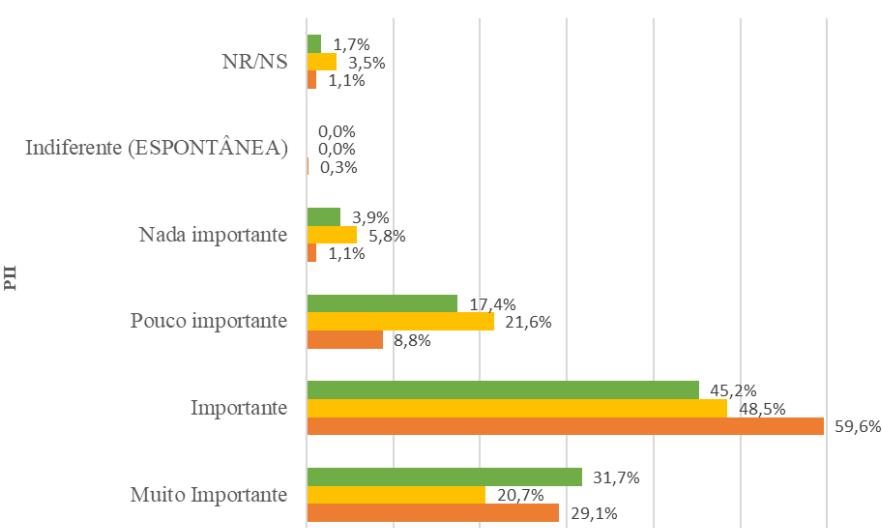
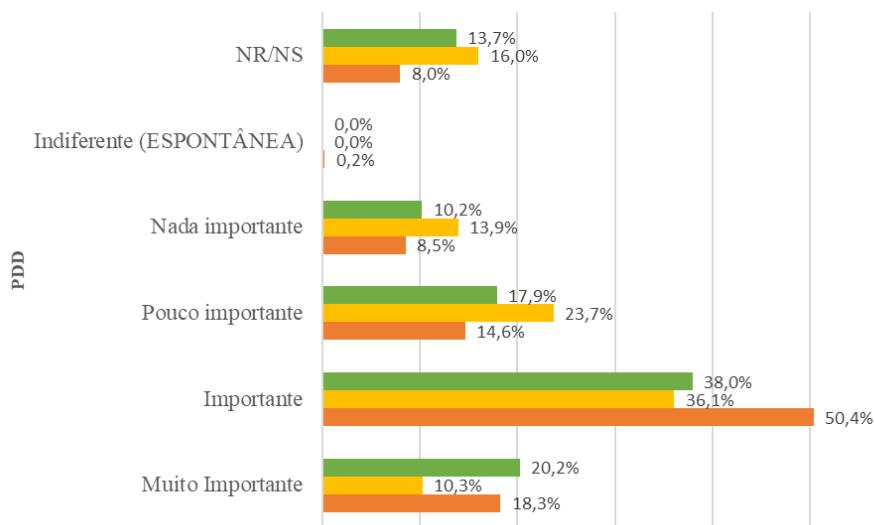
considerado mais importante, são eles: proteger o meio ambiente (18,6%), ajudar a melhorar o nível de vida nos países pobres (17,9%) e combater o narcotráfico e o crime organizado (17,4%). Entre o PII o objetivo de proteger o meio ambiente (24,0%) aparece isoladamente na primeira posição seguido de combater o narcotráfico e o crime organizado (18,1%). Diferentemente do PDD, o objetivo de ajudar a melhorar o nível de vida nos países pobres obteve foi escolhido por apenas 7,1% do PII.

Um outro grupo de questões foi um que perguntou sobre na opinião do entrevistado, qual deveria ser a importância de cada um dos seguintes objetivos da política externa Brasileira



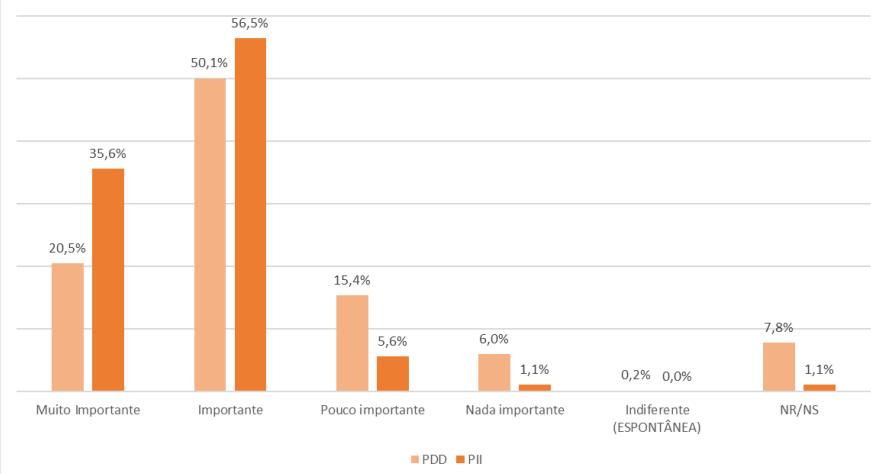


**Fortalecer relações com a Organização dos Estados Americanos
(OEA)**

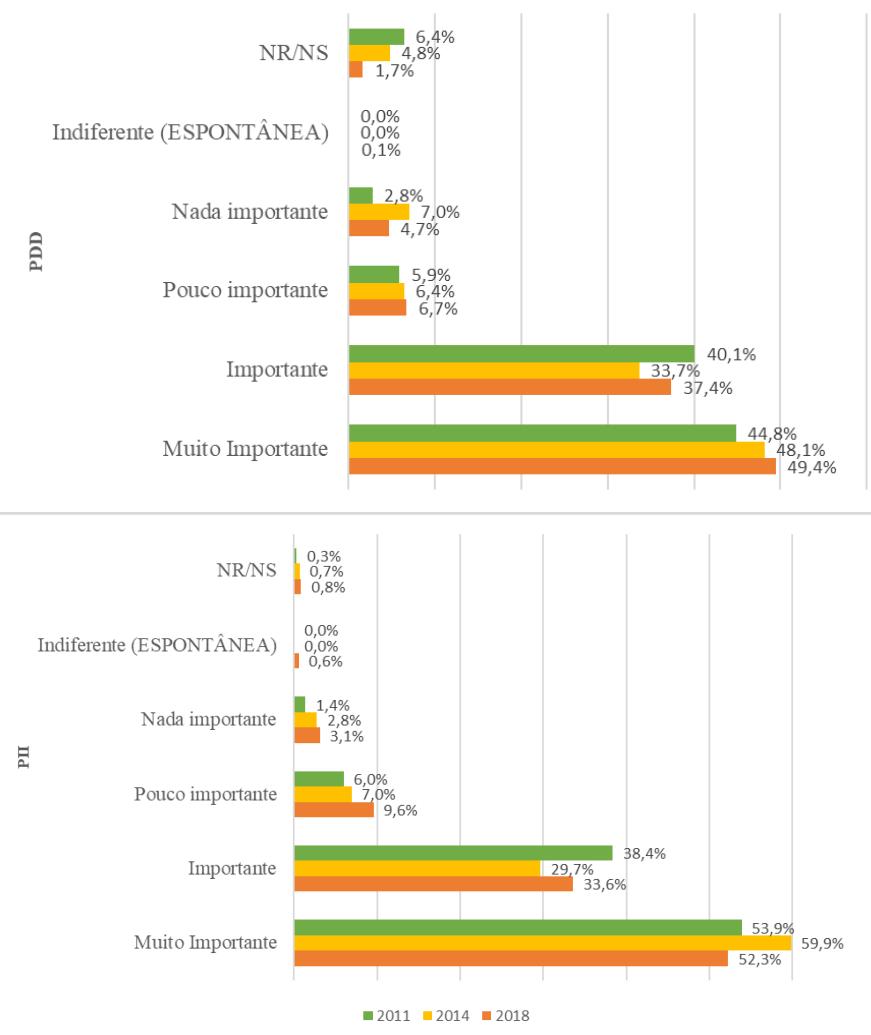


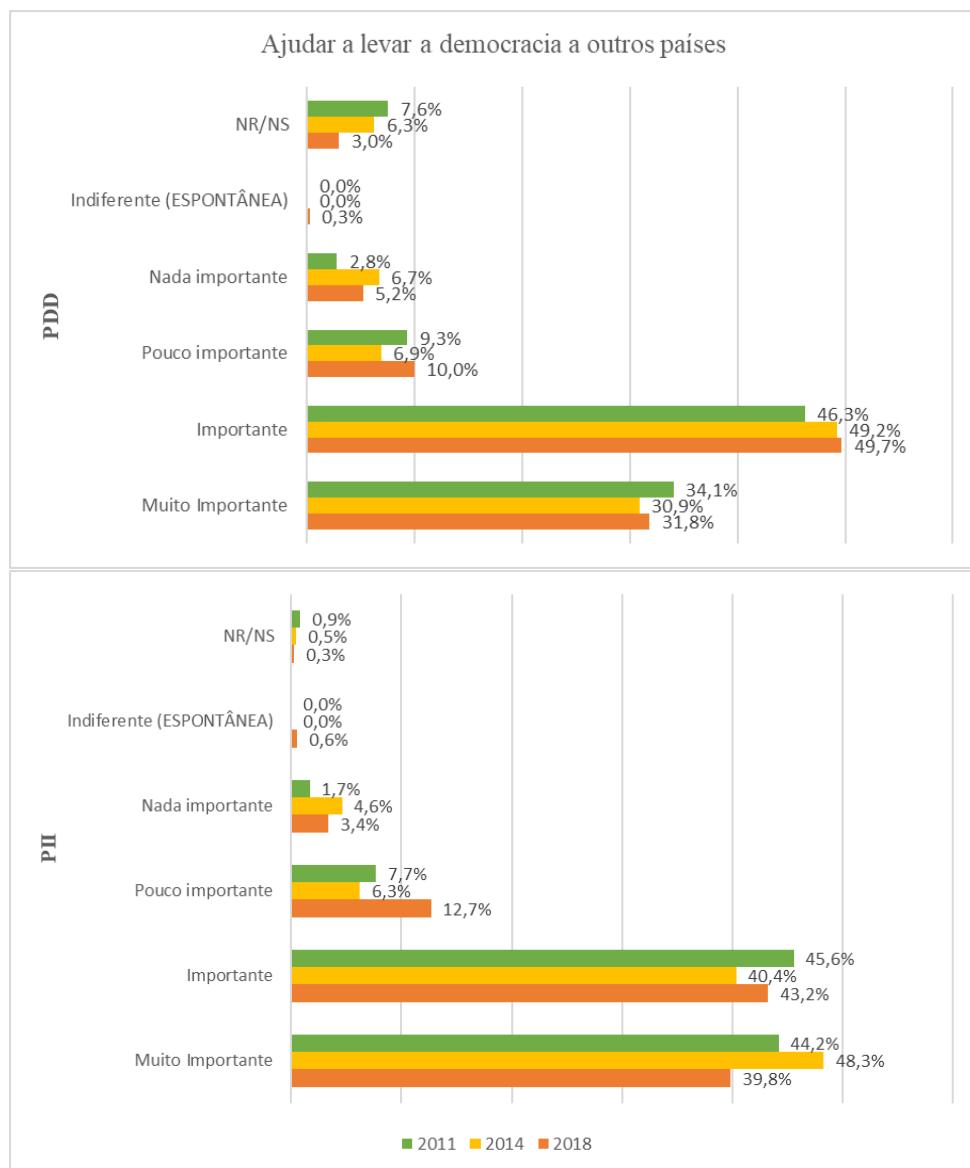
■ 2011 ■ 2014 ■ 2018

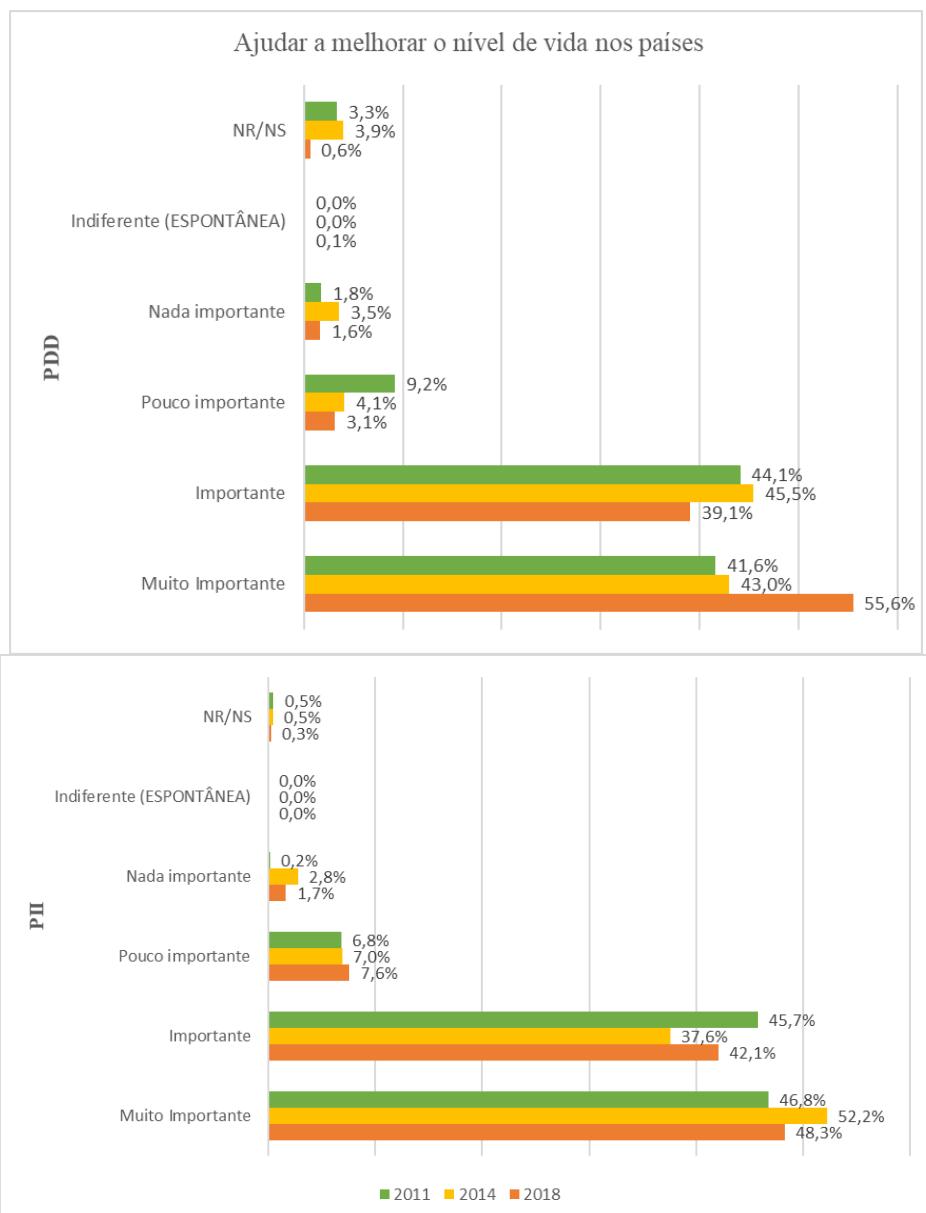
Fortalecer relações com a União de Nações Sulamericanas (UNASUL)

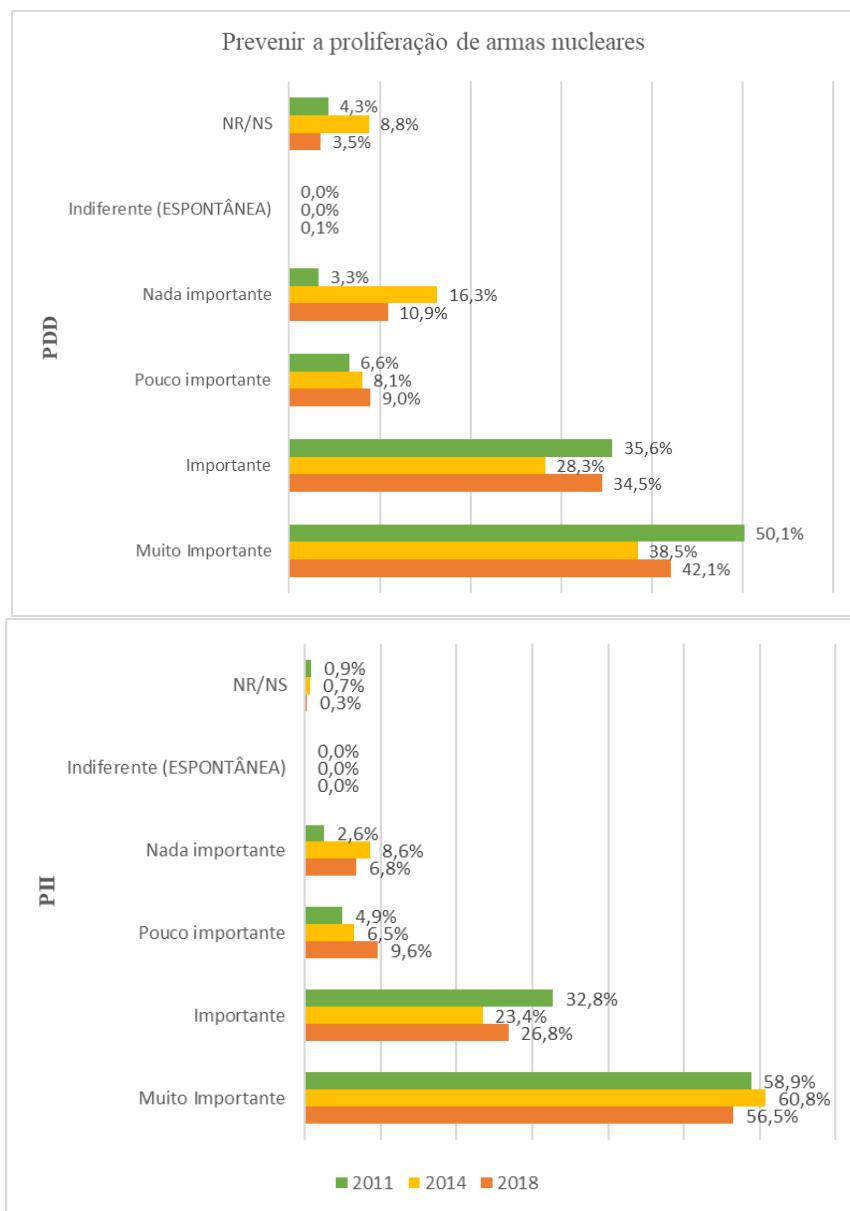


Combater o terrorismo internacional

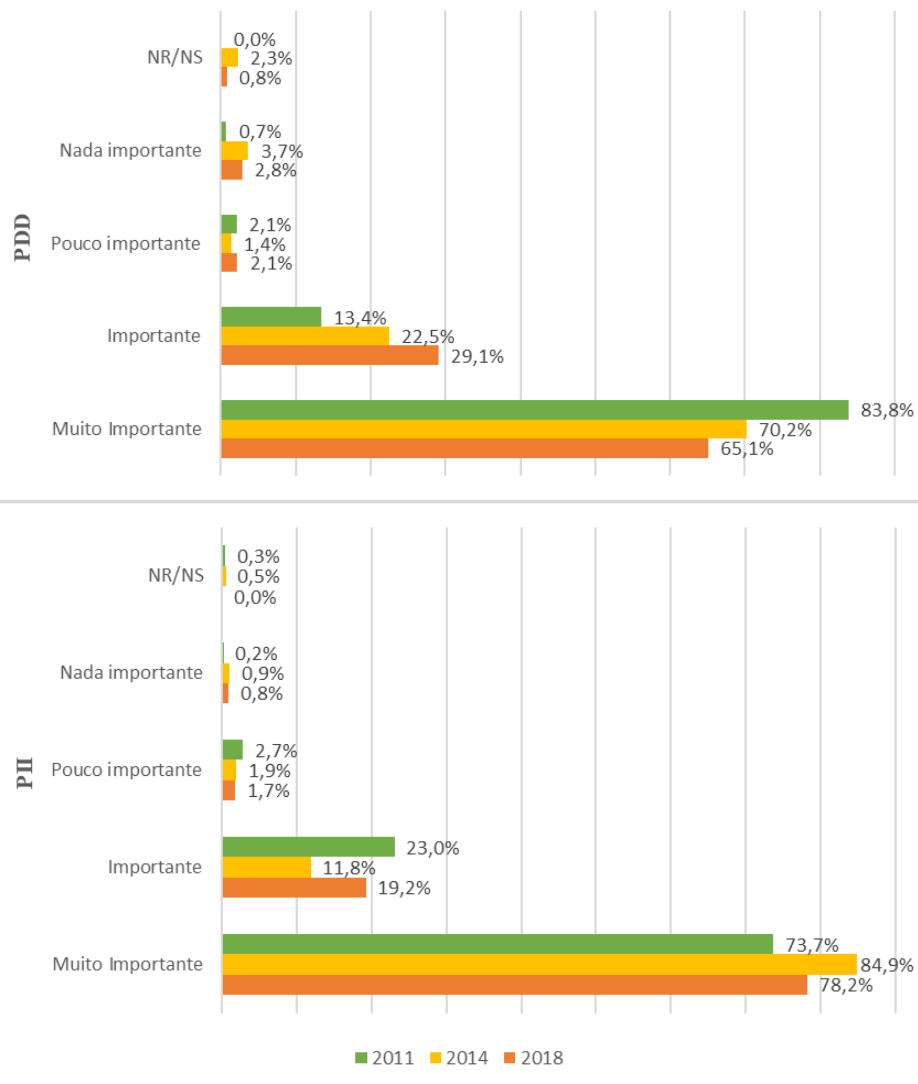




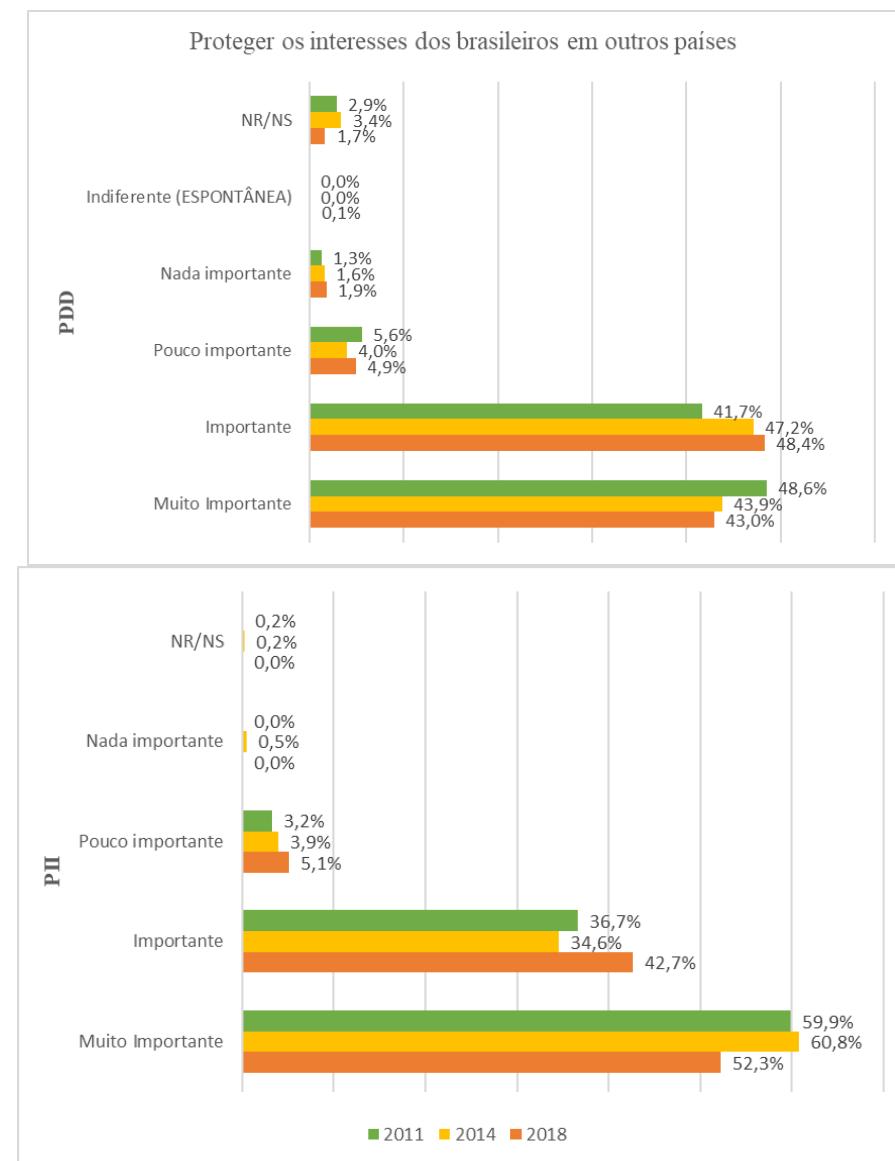




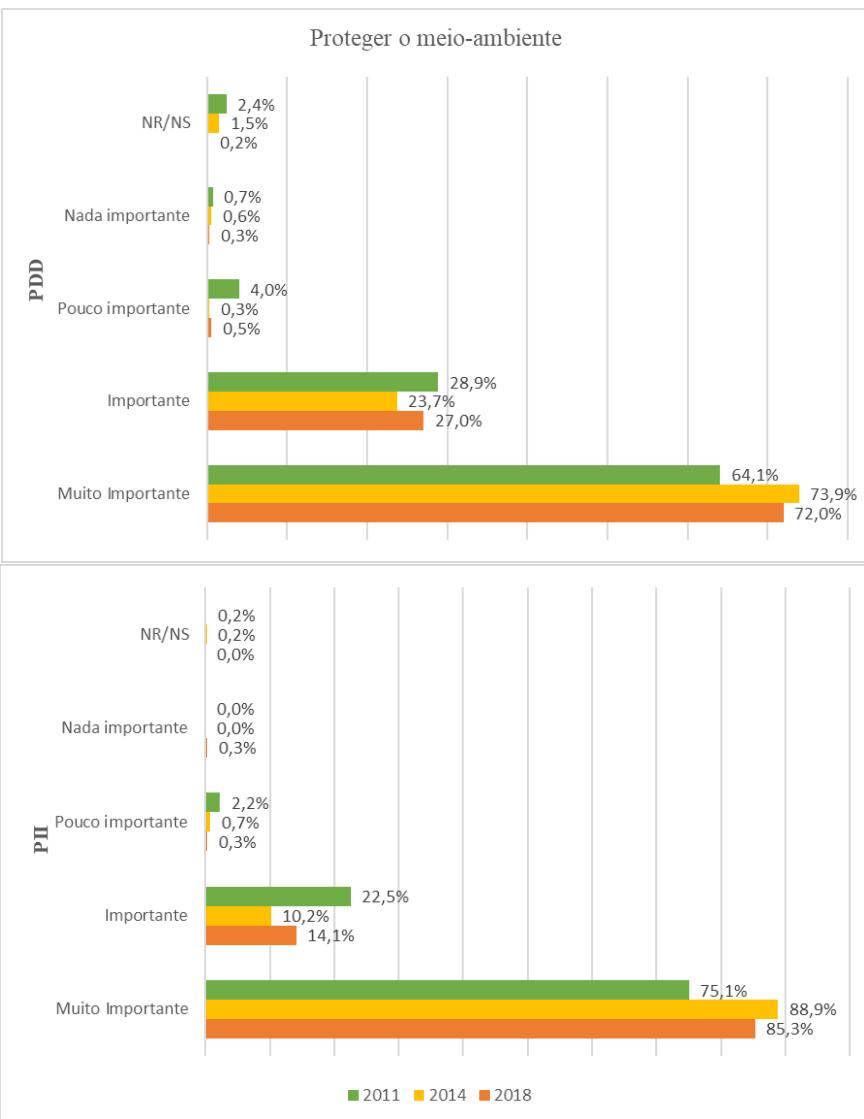
Combater o narcotráfico e o crime organizados

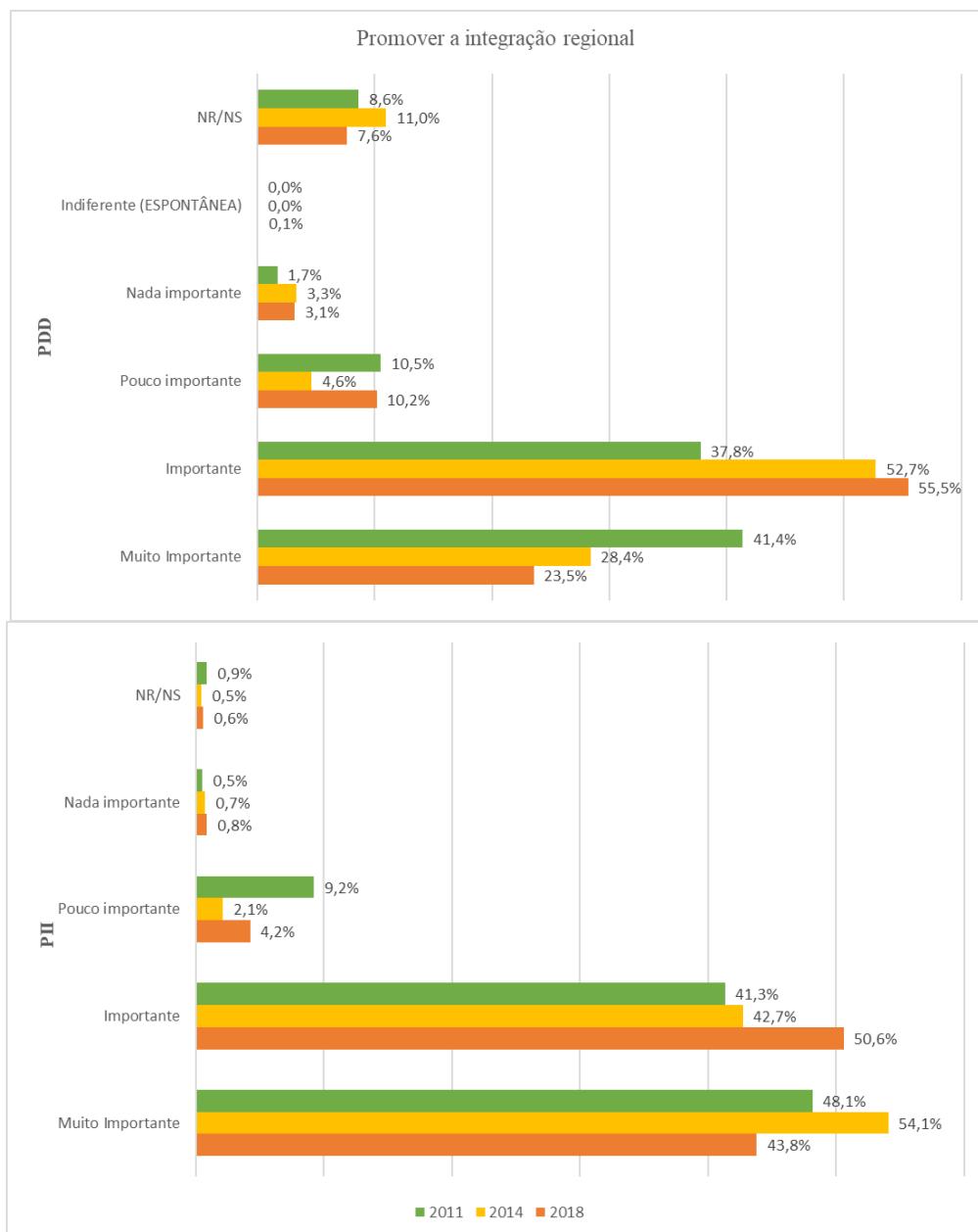


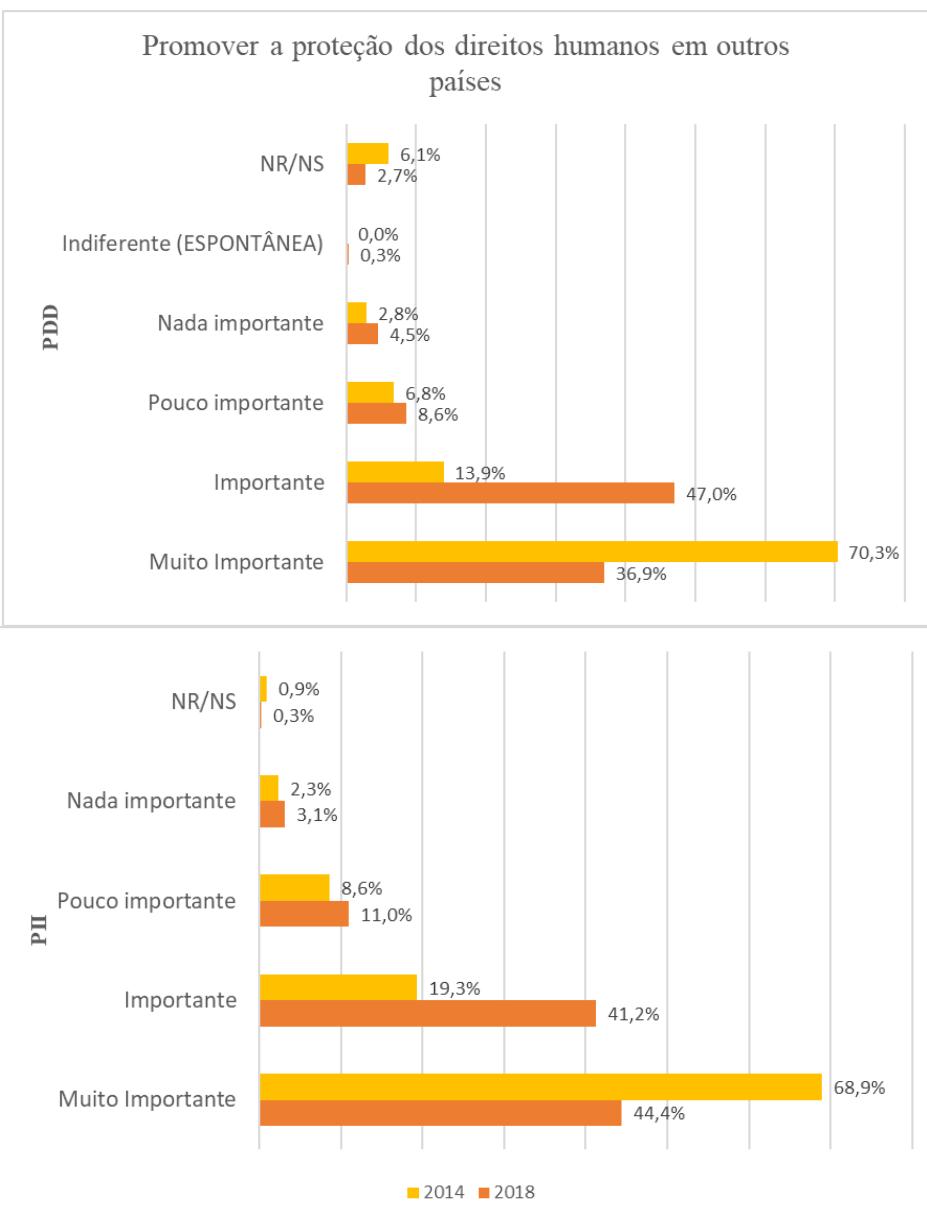
Proteger os interesses dos brasileiros em outros países











Os entrevistados também foram questionados sobre cada objetivo individualmente. Ressalta-se que o objetivo considerado mais importante por 99% do PDD e 99,4% do PII (somando-se respostas “muito importante” e “importante”). Os objetivos considerados mais importantes (soma das categorias importante e muito importante) foram os de “Definir a política externa brasileira a partir dos interesses próprios do país” (PDD somando 84,0% e PII somando 96,9%), “Fortalecer relações com as Nações Unidas (ONU)” (PDD somando 83,1% e PII somando 92,4%), “Ajudar a melhorar o nível de vida nos países pobres” (PDD somando 94,6% e PII somando 90,4%), “Combater o narcotráfico e o crime organizados” (PDD somando 94,18% e PII somando 97,5%), “Proteger os interesses brasileiros em outros países” (PDD somando 91,4% e PII

somando 94,9%) e “Atrair investimentos estrangeiros para o Brasil” (PDD somando 81,5% e PII somando 94,4%).

Percebe-se que as respostas “não sei” e “não respondeu” constituíram-se em parcela relevante das respostas do PDD, sendo que quando questionados sobre a UNASUL ou a OEA estes valores ficaram em torno de 8%.

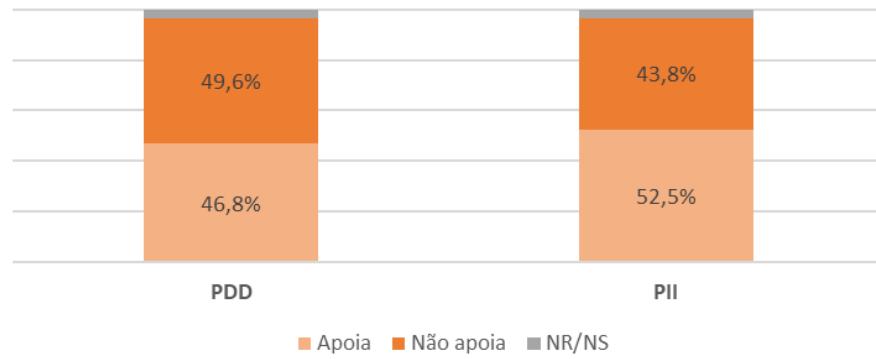
O mesmo fenômeno não se repetiu entre o PII. Em alguns objetivos, inclusive, houve relevante diferença entre as respostas entre o grupo PDD e o grupo PII. Destacam-se os casos dos objetivos “Diversificar os parceiros internacionais do país, de acordo com nossos interesses”, “Fortalecer relações com a União de Nações Sulamericanas (UNASUL)” e “Promover a integração regional” em que mais de 90% dos entrevistados do PII consideraram como “Importante” ou “Muito importante”, enquanto entre o PDD esta soma não atingiu 80%.

Algumas questões foram reformuladas para o ano de 2018, como o caso das questões sobre a ONU e a na provisão de ajuda a nações mais pobres, por exemplo, e isto pode ter levado a algumas mudanças na composição das respostas. Mesmo assim, ainda é possível verificar algumas tendências como no caso do ganho de importância da OEA para a PEB e na perda de importância de 2014 para 2018 entre o PII do objetivo de “Promover a integração regional”.

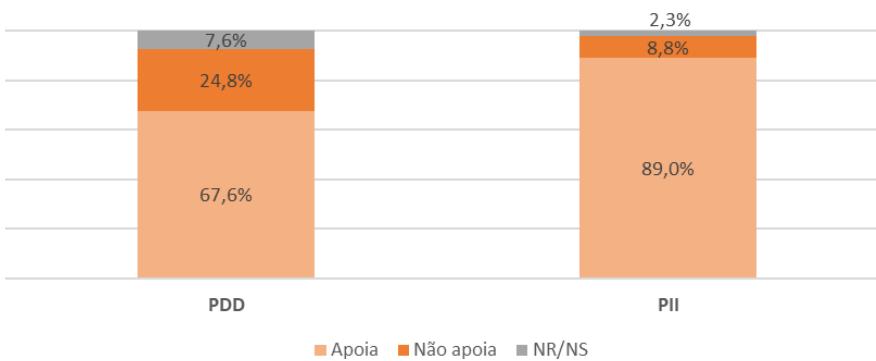
Um caso que apresenta uma inflexão enorme é o do objetivo de “Promover a proteção dos direitos humanos em outros países” que foi considerado em 2018 muito mais importante do que em 2014. Uma hipótese que pode explicar a grande diferença entre os anos é que a pergunta foi trocada de seção entre 2014 e 2018, sendo que em 2014 ela era questionada muito mais ao fim da entrevista em conjunto com outras questões. É possível também que o tema apenas se tornou mais importante no geral para a população brasileira ou que o seu ganho de importância seja uma soma destes dois fatores (ganho de importância e mudança de posição no questionário).

Um outro conjunto de questões perguntava aos entrevistados “Eu vou listar algumas questões que costumam ser discutidas pelo Congresso Brasileiro e gostaria de saber quais dessas o senhor/senhora apoia (Apoia, Não apoia, NS, NR)”

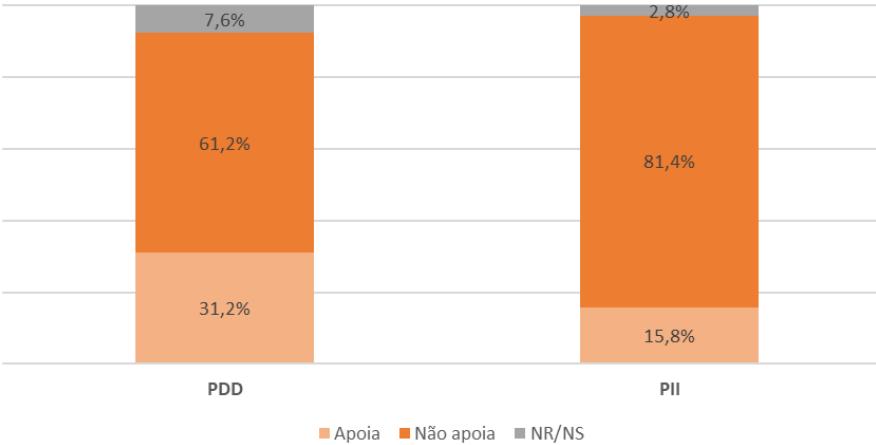
Leis que facilitem a imigração de estrangeiros para o Brasil



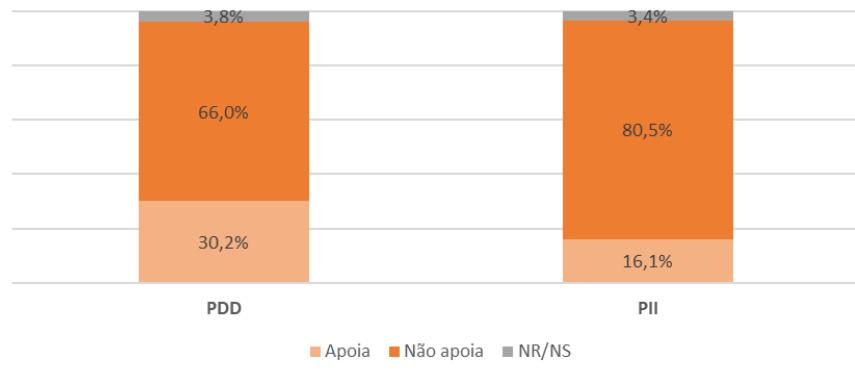
Leis que facilitem a cooperação entre o Brasil e os países do Mercosul



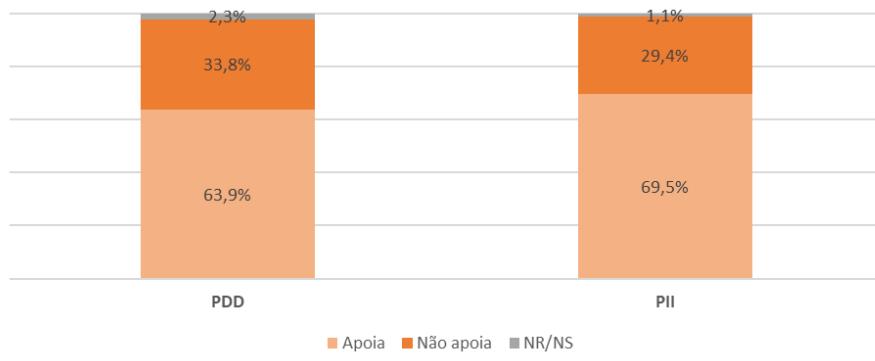
Que o Brasil feche as embaixadas em países pequenos



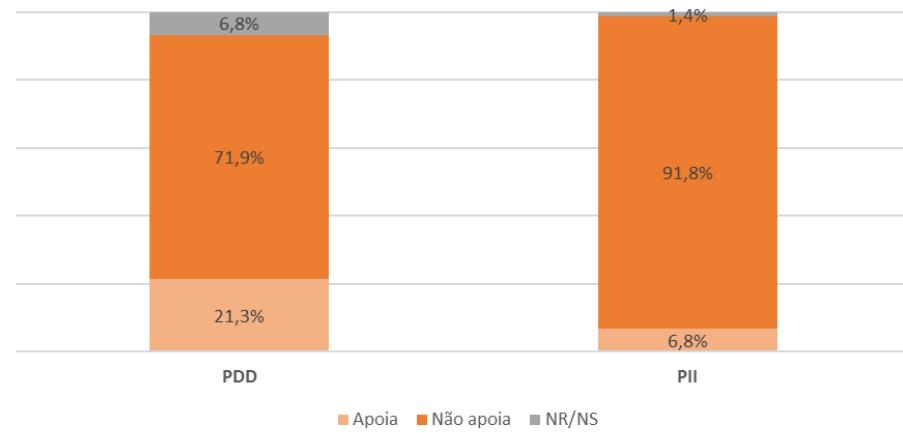
Que o Brasil alugue bases militares para outros países



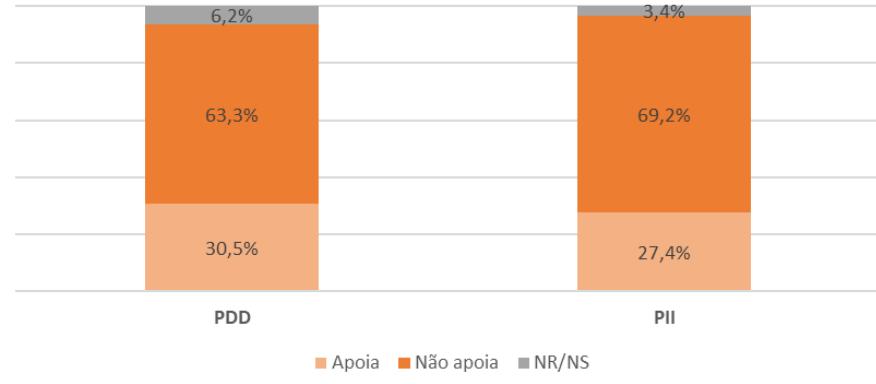
Que o Brasil ofereça bolsas para que os cidadãos de países Africanos estudarem aqui



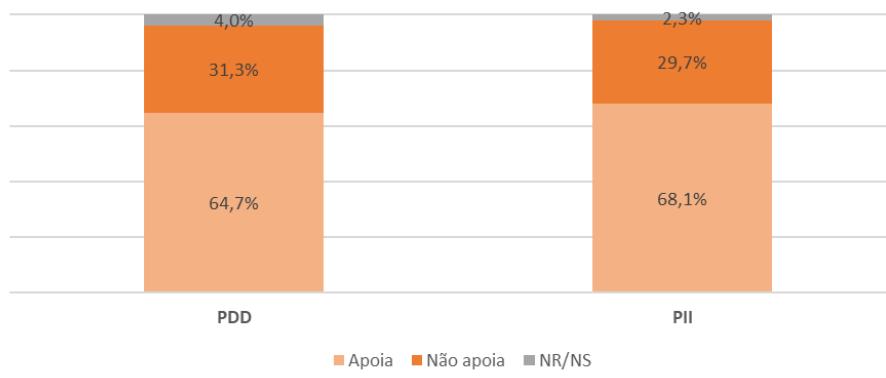
Que o Brasil saia da ONU (Organização das Nações Unidas)



Que o Brasil aumente o investimento na construção do Submarino Nuclear



Que o governo diminua as tarifas de importação de produtos estrangeiros



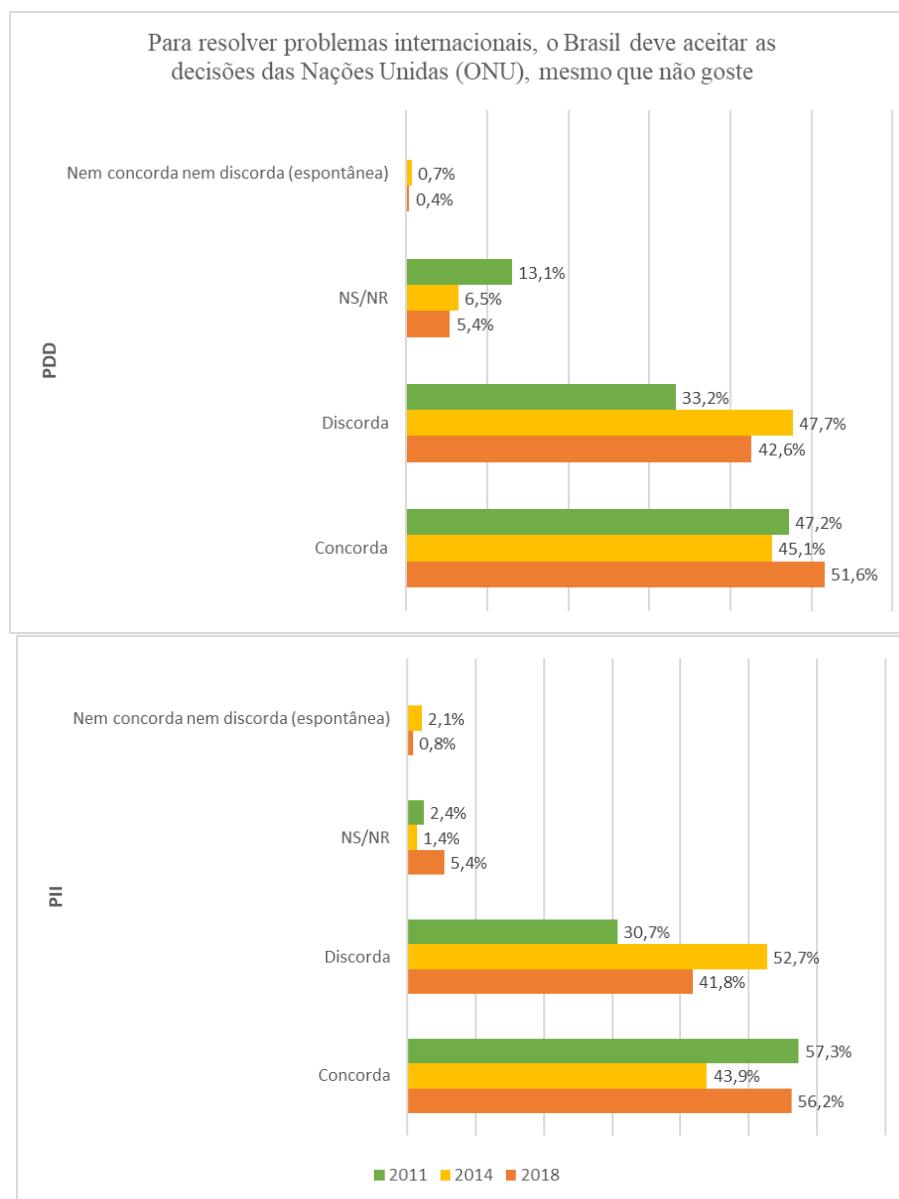
Os entrevistados foram questionados sobre alguns temas discutidos no Congresso Nacional que poderiam virar leis e/ou políticas que afetem a PEB. Dentre as questões mais apoiadas figuram “leis que facilitem a cooperação entre o Brasil e os países do Mercosul”, “que o Brasil ofereça bolsas para que os cidadãos de países Africanos estudarem aqui” e “que o governo diminua as tarifas de importação de produtos estrangeiros”.

As que contaram com menos apoio foram as questões de “que o Brasil aumente o investimento na construção do Submarino Nuclear”, “que o Brasil saia da ONU”, “que o Brasil alugue bases militares para outros países” e “que o Brasil feche as embaixadas em países pequenos”. O apoio a “leis que facilitem a imigração de estrangeiros para o Brasil” foi dividido.

De modo geral, não houve grande divergência entre as respostas dos grupos PDD e PII, ressaltando-se apenas que as respostas do PII tendem a ser mais “unâimes” do que as do PDD.

Tais respostas indicam que aos entrevistados é importante que o país continue diversificando seus parceiros e fortalecendo a cooperação regional e internacional ao mesmo tempo em que há uma rejeição com relação a questões militares.

Multilateralismo



Ao serem questionados sobre se o Brasil deveria acatar as decisões da ONU — mesmo que não goste — para a resolução de conflitos internacionais, mais da metade do

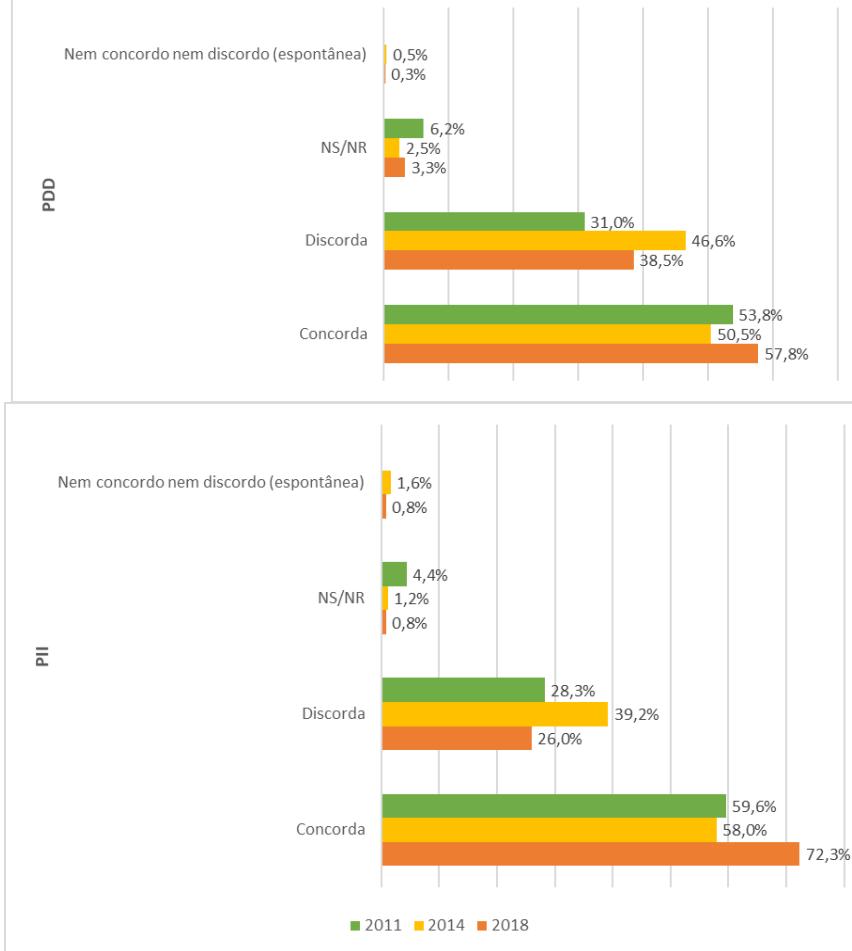
Público Informado e Interessado respondeu que sim no ano de 2018 (56.2%). Trata-se de uma porcentagem superior aos dados recolhidos em 2014; naquele ano, a maior concentração de respostas estava em “Discorda” (52.7%).

Para o Público Desinteressado e Desinformado (PDD), o padrão se revela semelhante aos do PII no que concerne às categorias de “Concorda” e “Discorda”.

Em 2018, houve uma divisão, entre os PDD, sobre quem “Concorda” e quem “Discorda” de que os acordos e tratados internacionais devem ser considerados acima das leis nacionais. Aqueles favoráveis apresentaram as porcentagens de: 47.2% (2011), 45.1% (2014) e 51.6% (2018). Os que discordam apresentaram percentuais pouco acima nos anos analisados, sendo respectivamente: 33.2%, 47.7% e 42.6%.

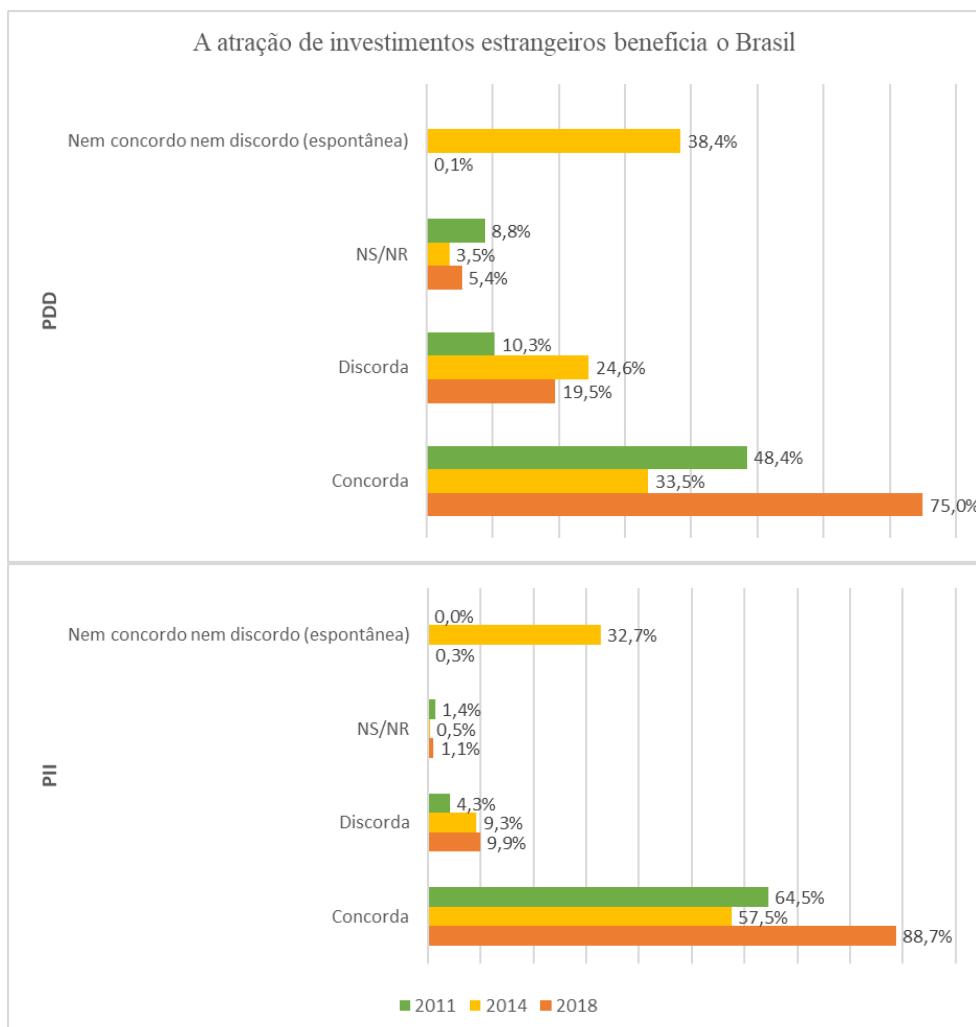
Para os PII, a análise é diferente: a maioria em 2014 (72.54%) — o maior percentual observado) e em 2018 (66.38%) não concordam que os tratados internacionais estejam acima das leis nacionais do país.

Se um brasileiro acusado de um crime contra humanidade (como a tortura), e que não tenha sido julgado no Brasil, poderá ser julgado por um tribunal internacional



Os PII, no ano de 2018, concordaram (72.3%) que brasileiros que cometeram crimes contra a humanidade podem vir a ser julgados em tribunais internacionais. Uma porcentagem superior em 14.3% em relação ao ano de 2014 (58.0%).

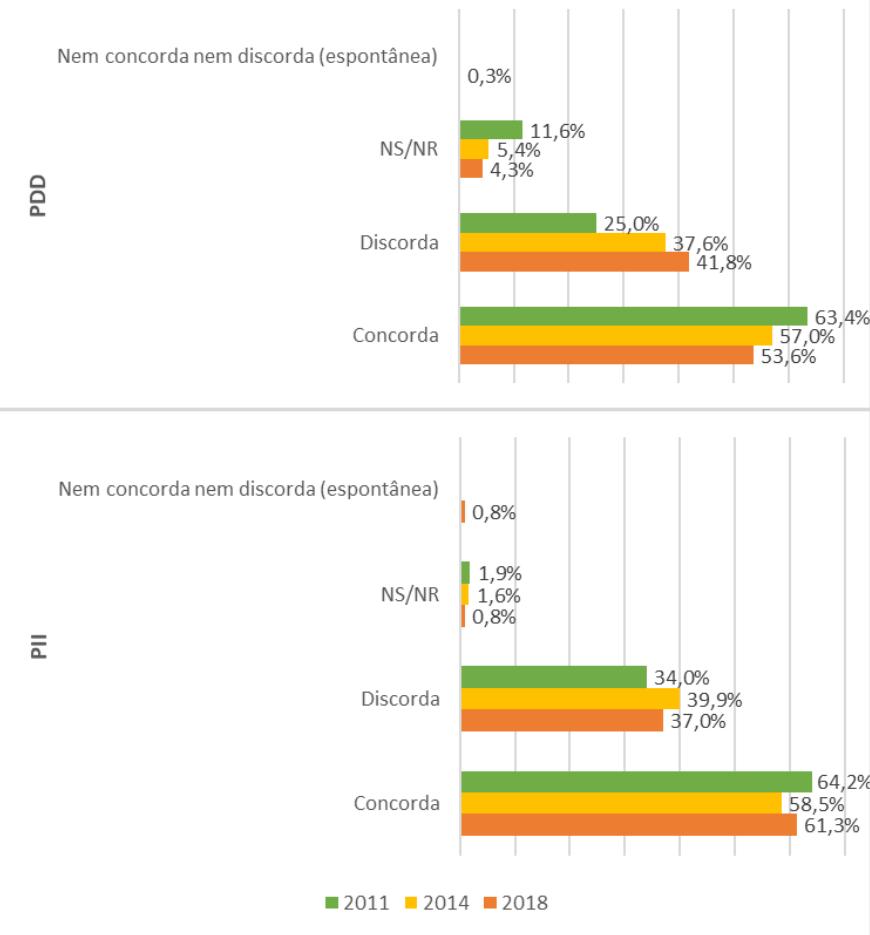
Para os PDD, os valores foram menores, sendo aqueles que concordam apenas 57.8% em 2018 e 50.5% em 2014.



Para a vasta maioria dos entrevistados PII, a atração de investimentos estrangeiros seria algo benéfico para o Brasil (88,7% concordaram com a afirmação em 2018). Um valor superior em mais de 20% em relação aos dois anos anteriores analisados.

Este aumento também é visível nos PDD entre os anos de 2014 a 2018, indo de 33,5% (2014) para 75,0% (2018), portanto, o dobro.

Deve haver uma redução de barreiras à entrada de produtos estrangeiros no Brasil



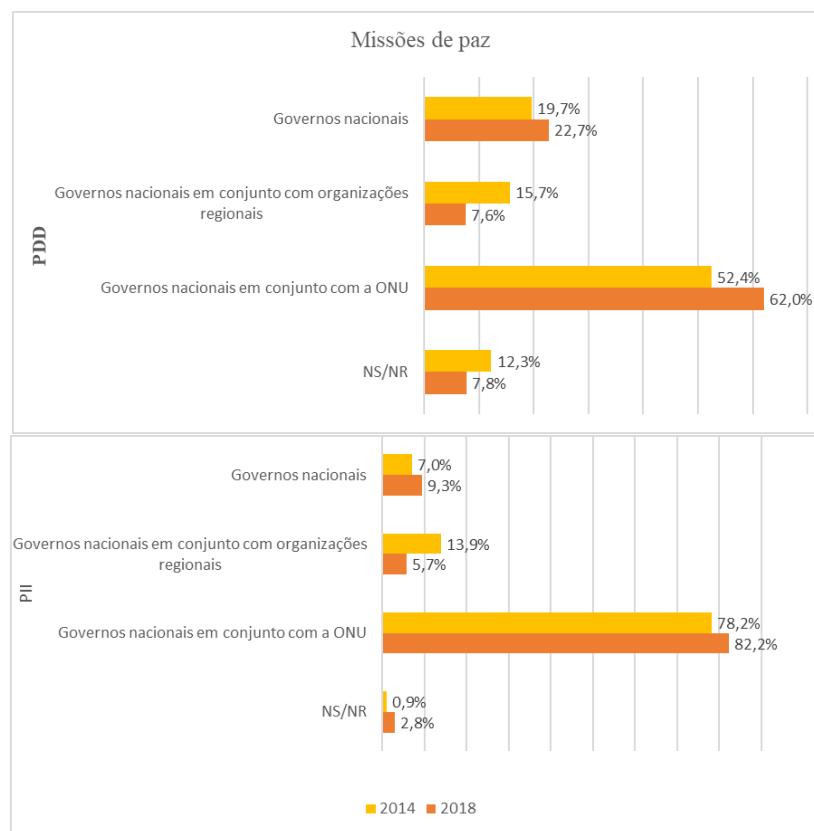
Questionados se concordam ou discordam com “deve haver uma redução de barreiras à entrada de produtos estrangeiros no Brasil”, percebe-se que do ano de 2011 para 2018 houve uma diminuição dentre os entrevistados que concordavam com o enunciado. Os valores variam de 63.4% (2011), 57.0% (2014) e, enfim, para 53.6% (2018).

De forma paralela, houve um aumento entre aqueles que discordam que deve haver uma redução de barreiras para a entrada de produtos estrangeiros no Brasil.

Para o PII, um cenário semelhante de diminuição daqueles que concordam com a redução de barreiras, tendo apenas com exceção o ano de 2018 (61.3%) que teve um leve aumento em relação ao anterior (58,5%).

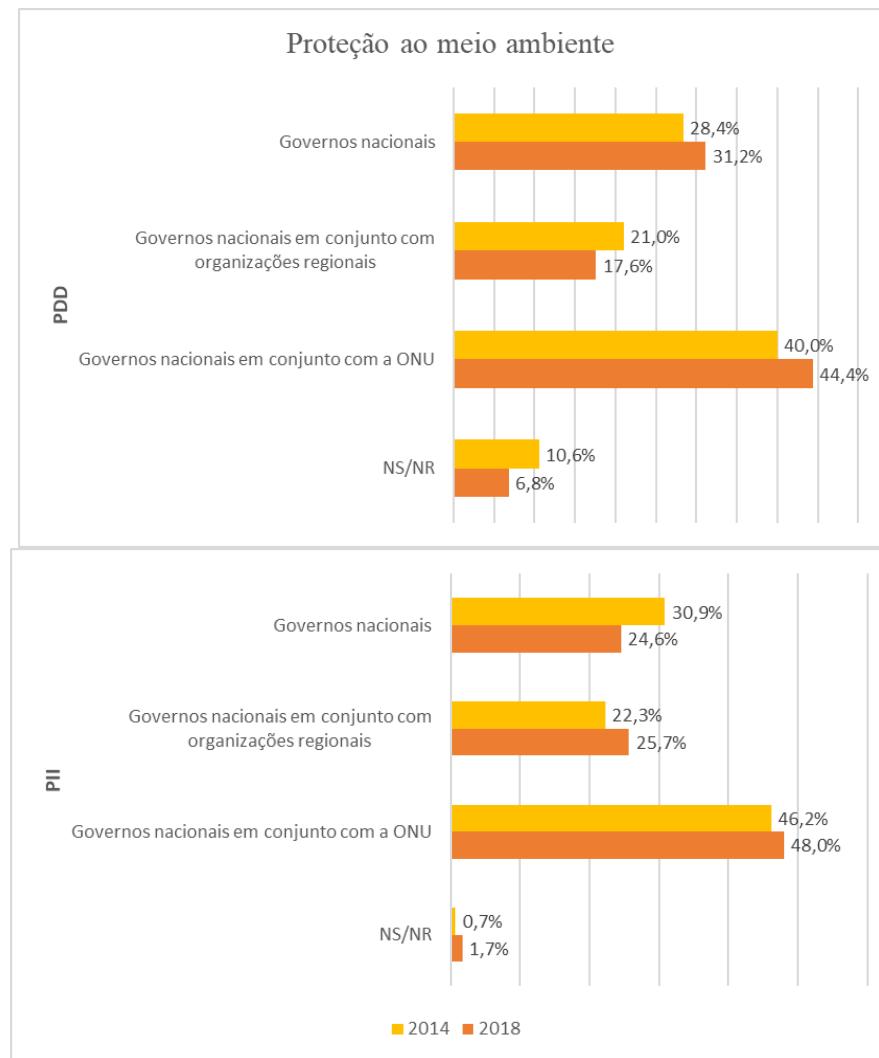
Um outro grupo de questões apresentado aos entrevistados foi: “Algumas pessoas acreditam que certos problemas seriam melhor resolvidos pela ONU ou por organizações

regionais. Outros consideram que os mesmos problemas deveriam ser de inteira responsabilidade dos governos nacionais. Vou listar alguns temas e gostaria de perguntar quais atores o senhor/senhora acha que estão mais aptos para enfrentá-los (Governos nacionais, Governos nacionais em conjunto de organizações regionais, Governos nacionais em conjunto com a ONU, NS, NR)”



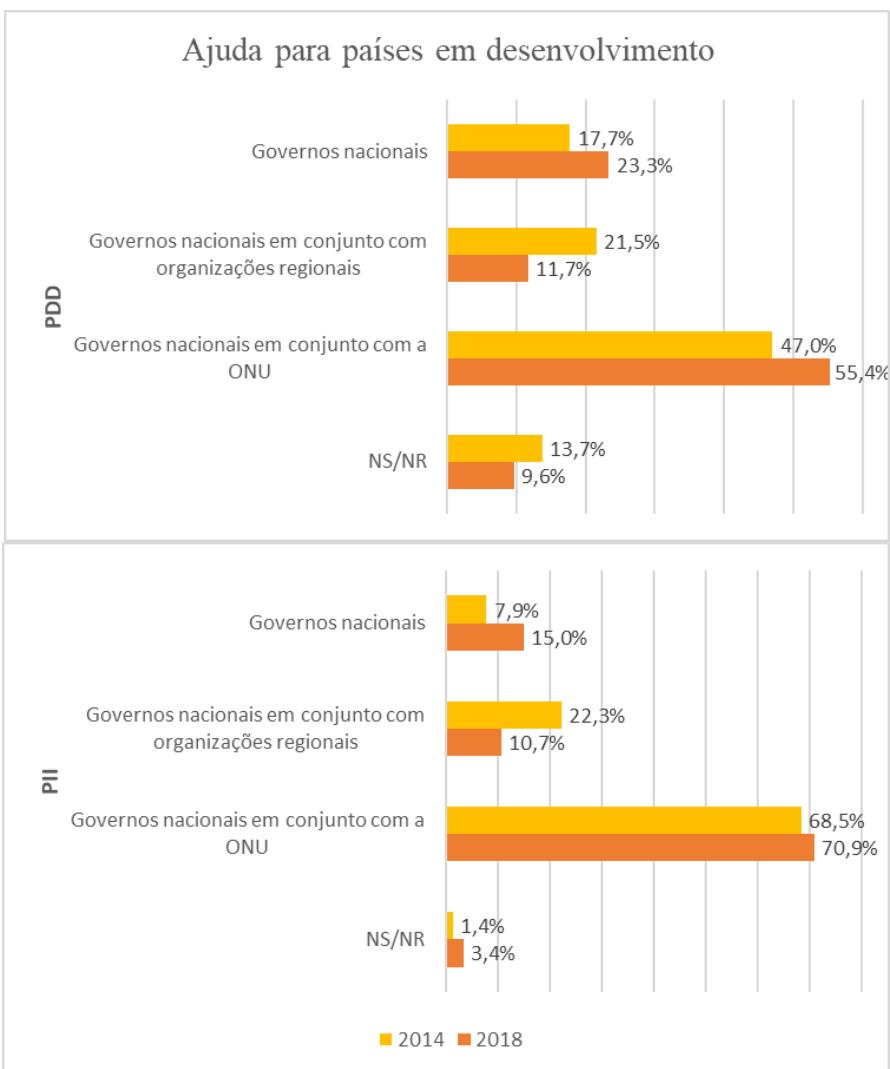
Para os entrevistados pertencentes ao grupo de PDDs, as missões de paz devem ser coordenadas por “governos nacionais em conjunto com a ONU”. Nos dois anos analisados, essa foi a categoria com mais da metade das respostas: 52.4% (2014) e 62.0% (2018). Os considerados menos aptos foram os “governos nacionais em conjunto com organizações regionais” em 2018 (7.6%).

Dentre os PII, a grande maioria considera responsabilidade dos governos nacionais com a ONU conduzir as missões de paz: 78.2% (2014) e 82.2% (2018), variação inferior a 5%.



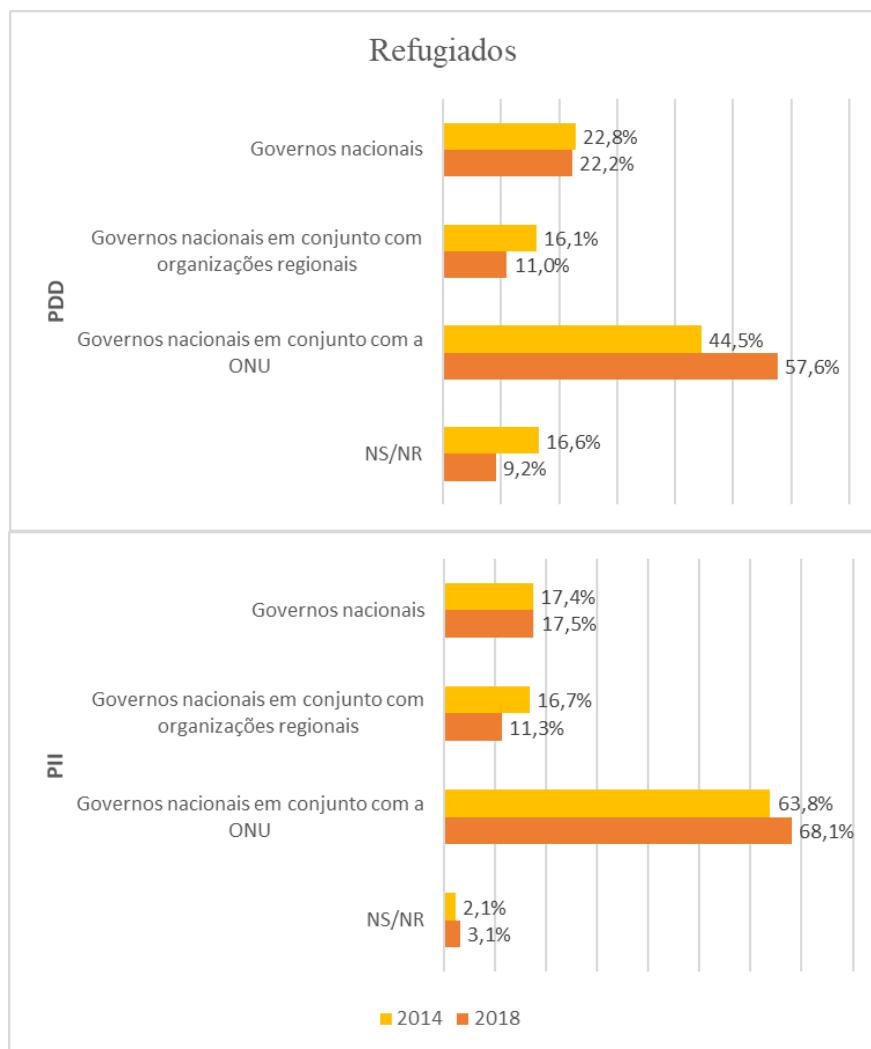
No que concerne à pauta de proteção do meio ambiente, 44.4% dos entrevistados PDD consideram algo que deve ser organizado pelo governo nacional em parceria com a ONU. Um número um pouco menor, mas também relevante, aponta que se trata de uma matéria de responsabilidade exclusiva dos governos nacionais: 31.2% em 2018.

Os PII também centram suas respostas no governo nacional em conjunto com a ONU (48.0% em 2018), contudo, 25.7% e 24.6% pensam que governos nacionais em conjunto com organizações regionais e os governos nacionais, respectivamente, são aptos a lidar com a questão.



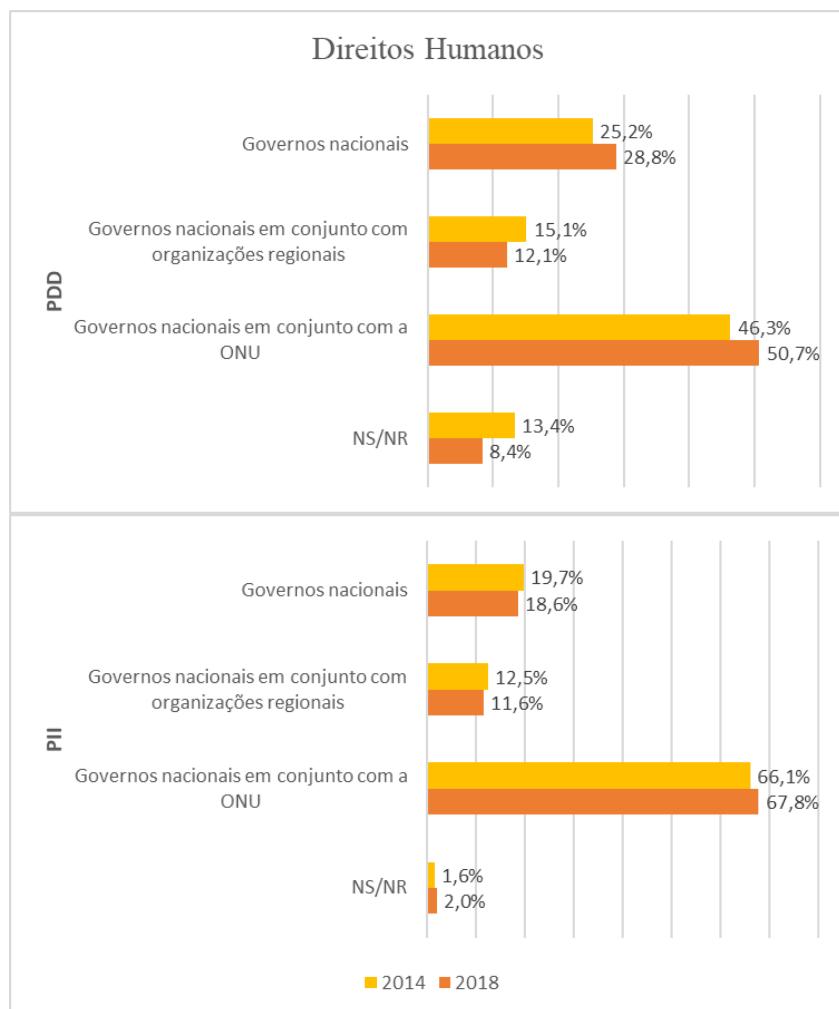
A ajuda para países em desenvolvimento, para os PDD, deve ser de responsabilidade dos governos nacionais com a ONU. Para esse grupo, os valores ficaram entre 47.0% em 2014 e 55.4% em 2018.

Os PII, por sua vez, foram mais assertivos quanto essa afirmação, 68.5% (2014) e 70.9% (2018).

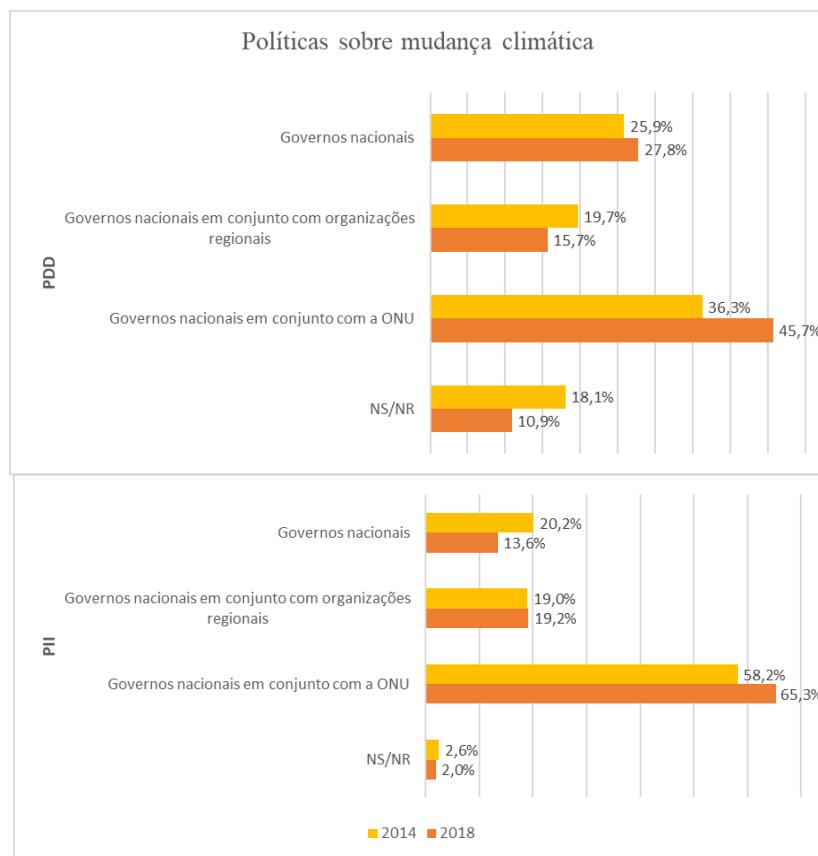


No que diz respeito a pauta dos refugiados, o Público Desinteressado e Desinformado, no ano de 2018, afirmaram que se trata majoritariamente de uma responsabilidade a ser assumida por governos nacionais em conjunto com a ONU (57,6%). Apenas 11,0% dos entrevistados deste grupo compreenderam os governos nacionais em conjunto com organizações regionais como os atores que devem coordenar tal questão.

O perfil de respostas do PII foi semelhante, contudo, com um maior número de respondentes para “governos nacionais em conjunto com a ONU”, os valores foram de 63,8% (2014) e 68,1% (2018).



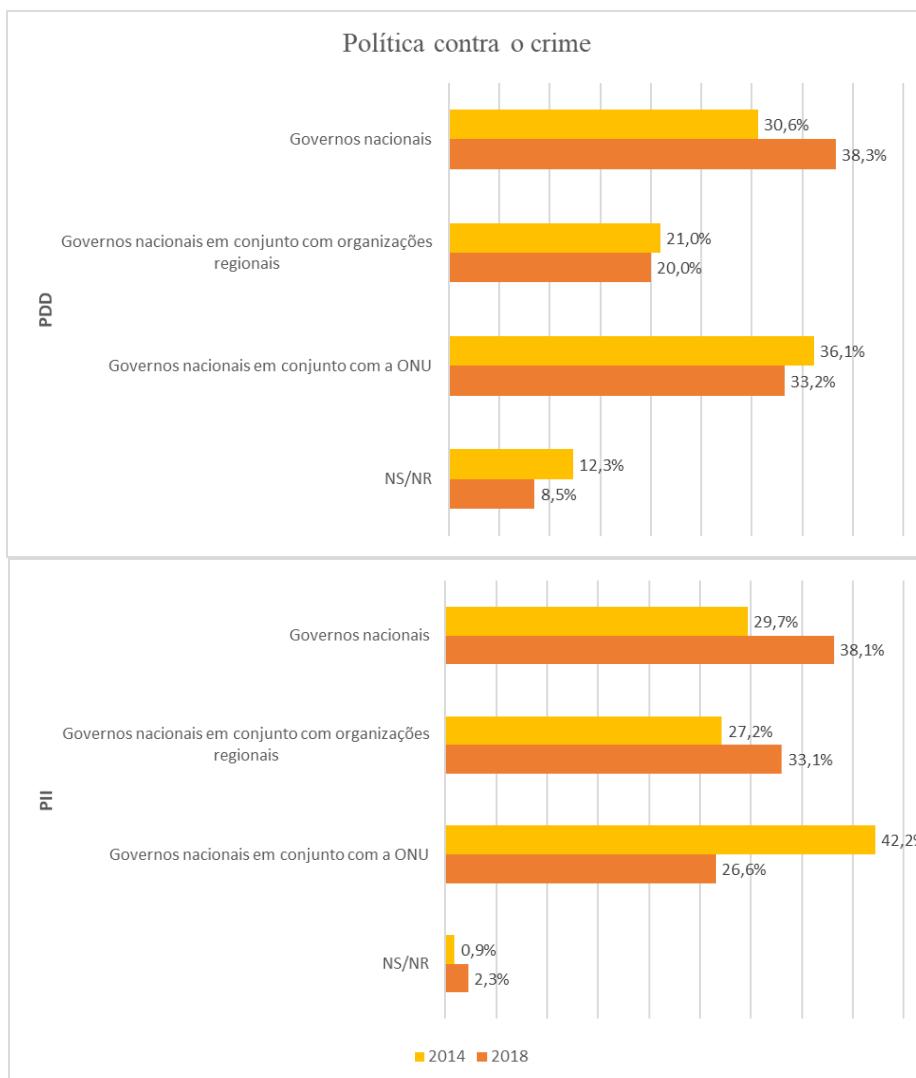
Os direitos humanos foram, pelos dois grupos, considerados como responsabilidade dos governos nacionais ao lado da ONU. Novamente, os respondentes PII concentraram um maior percentual de respostas nessa categoria (66.1% em 2014/ 67.8% em 2018) enquanto o PDD também se concentrou nessa alternativa, 46.3% (2014) e 50.7% (2018).



Ao serem questionados sobre a quem deve ser associada a responsabilidade acerca das políticas sobre a mudança climática, os respondentes do primeiro grupo (PDD) afirmaram, no ano de 2018, que deveria ser dos governos nacionais em conjunto com a ONU (45.7%).

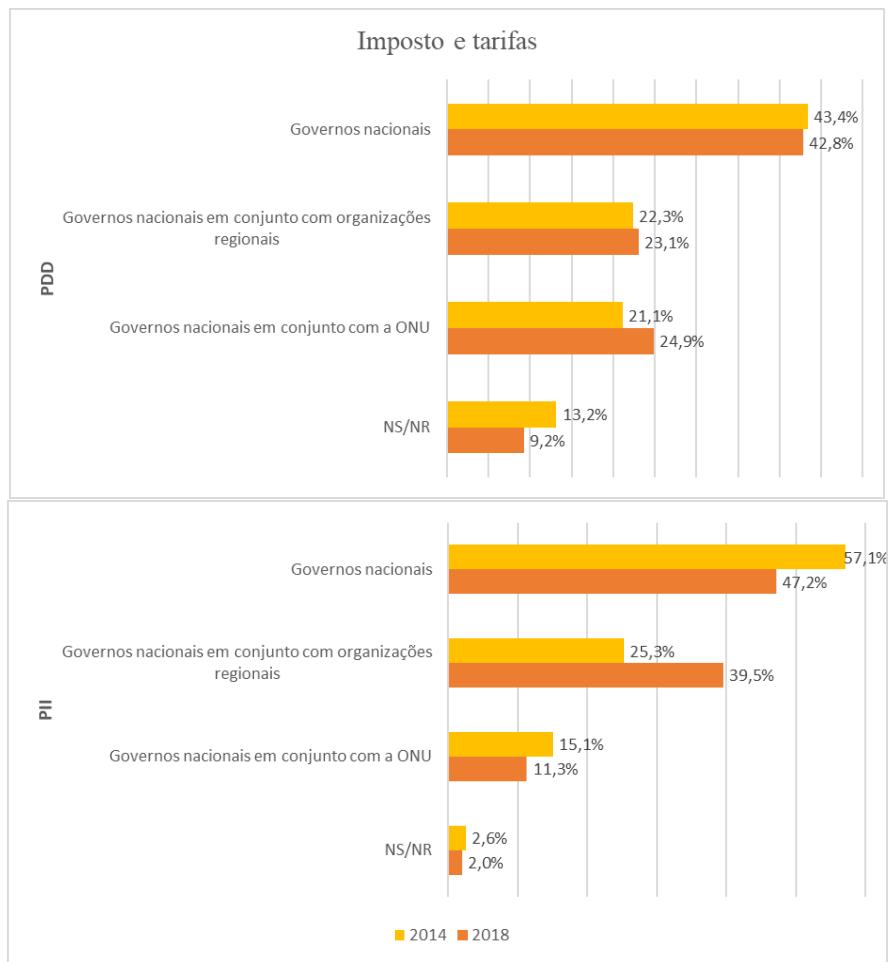
Simultaneamente, houve uma diminuição daqueles que atribuem essa questão aos governos nacionais com as organizações regionais entre os dois anos, indo de 19.7% para 15.7%.

Ao observar o quadro de PII, observa-se um padrão semelhante de aumento dos que consideram a importância da ONU com os governos nacionais (58.2% para 65.3%) e praticamente não houve alteração entre a opção “governos nacionais em conjunto com as organizações regionais” (19.0% para 19.2%).

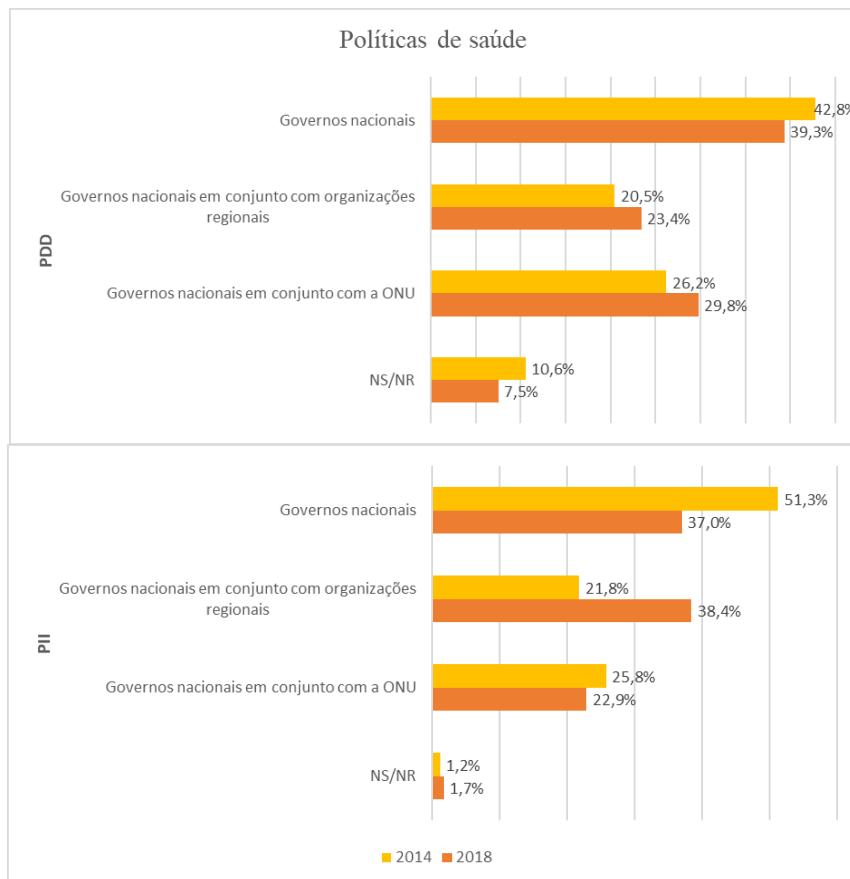


A política contra o crime para os PDD, assim como para os PII, apresentou uma pulverização das respostas. No ano de 2018, 38.3% do público desinteressado e desinformado considerou responsabilidade dos governos nacionais, enquanto 33.24% apontava a importância da ação conjunta com a ONU.

As porcentagens para os PII apresentaram pouca variação em relação às dos PDD, contudo, as organizações regionais possuíam maior protagonismo neste grupo do que a ONU.

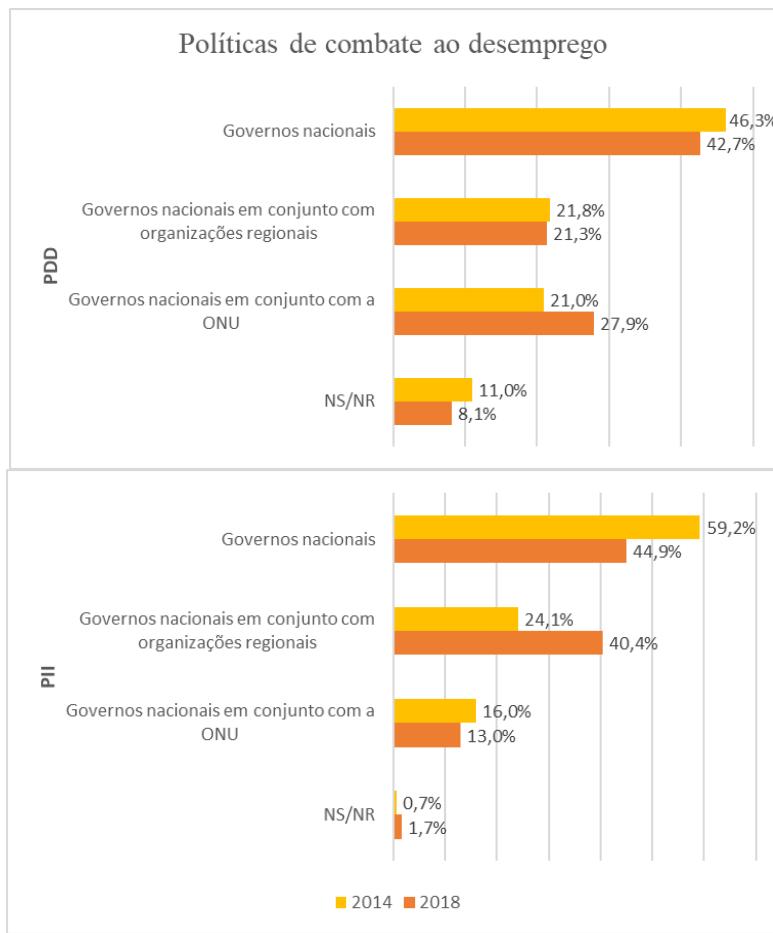


Para a questão de impostos e tarifas, as respostas dos dois grupos se revelaram bastante semelhantes no que concerne à importância de governos nacionais e organizações regionais.

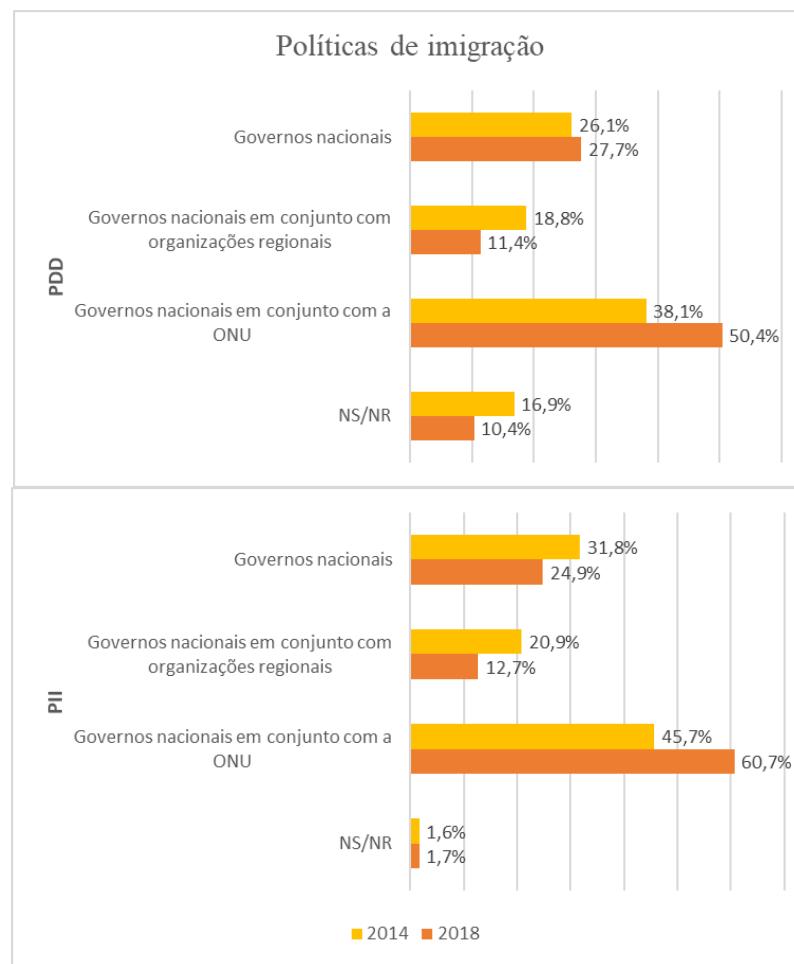


Para as políticas de saúde, os governos nacionais foram considerados os principais responsáveis pelo Público Informado e Interessado em 2014 (51.3%), essa porcentagem caiu para 37.0% em 2018. Aumentou a relevância da atuação conjunta entre governos nacionais com organizações regionais nesta pauta no ano de 2018 (20.4% para 38.4%).

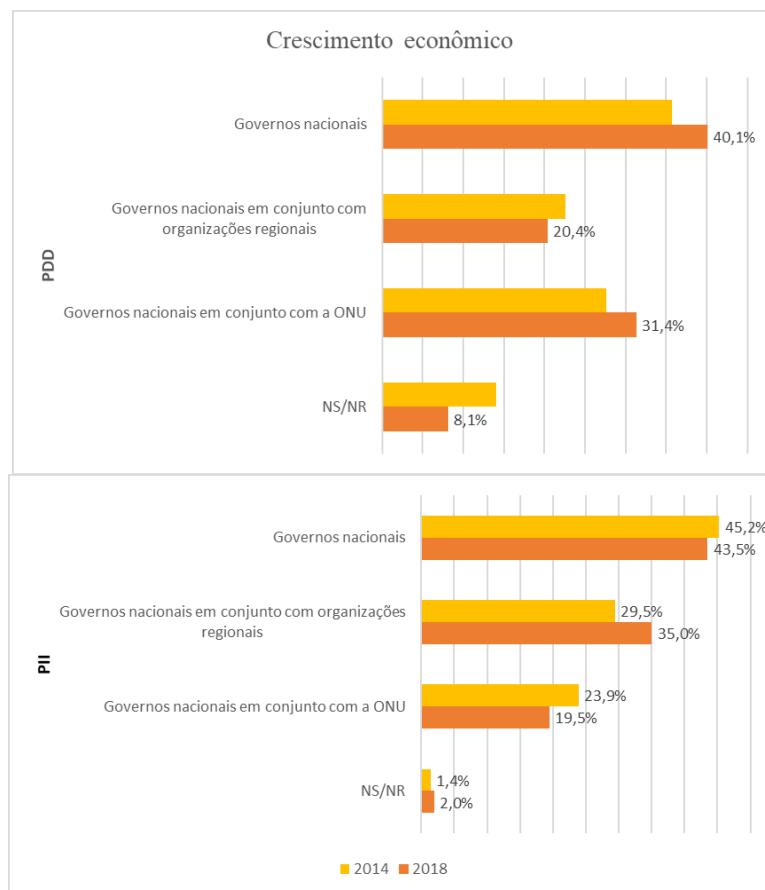
Um movimento semelhante de deslocamento de responsabilidades também foi observado entre os PDD, mas quem ganhou destaque nesse cenário foi a ONU (26.2% para 29.8%) ao tempo que diminuía as respostas quanto aos governos nacionais (43.8% para 39.3%).



As políticas de desemprego são consideradas como responsabilidade, para os grupos, aos governos nacionais e aos governos nacionais em parceria com organizações regionais. A única diferença a ser notada é quanto ao destaque especial que a ONU recebe neste quesito para o Público Desinformado e Desinteressado em política externa e internacional (21.0% em 2014 e 27.9% em 2018).

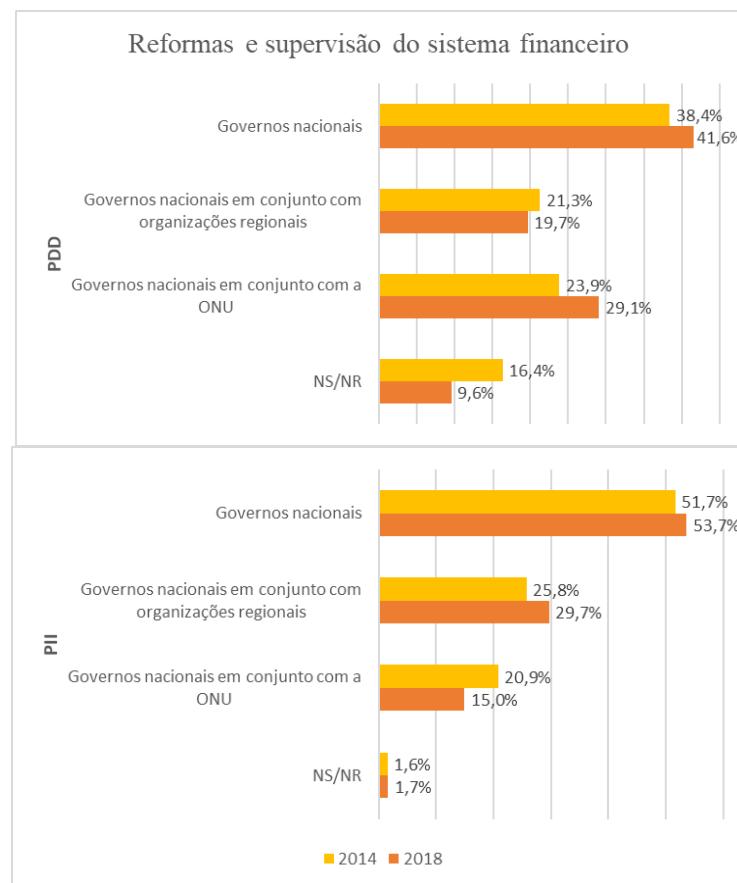


Para ambos os grupos, o principal ator responsável pelas políticas de imigração deve ser os governos nacionais em conjunto com a ONU (60.7% PII em 2018/50.4% PDD em 2018). Importância política desses órgãos que aumentou em relação a 2014, no qual contabilizavam uma porcentagem de 20.9% (PII) e 38.1% (PDD), respectivamente.



O crescimento econômico foi associado com os governos nacionais (40.1%) e aos governos nacionais em conjunto com a ONU (31.4%) para o Público Desinformado e Desinteressado no ano de 2018.

Para os PII, as organizações regionais apresentaram maior relevância nesta questão (35.0%) do que a ONU (19.5%) no ano referido. Este movimento foi acompanhado com uma diminuição de respostas quanto à importância dos governos nacionais para os PII (45,2% em 2014 para 43.5% em 2018).

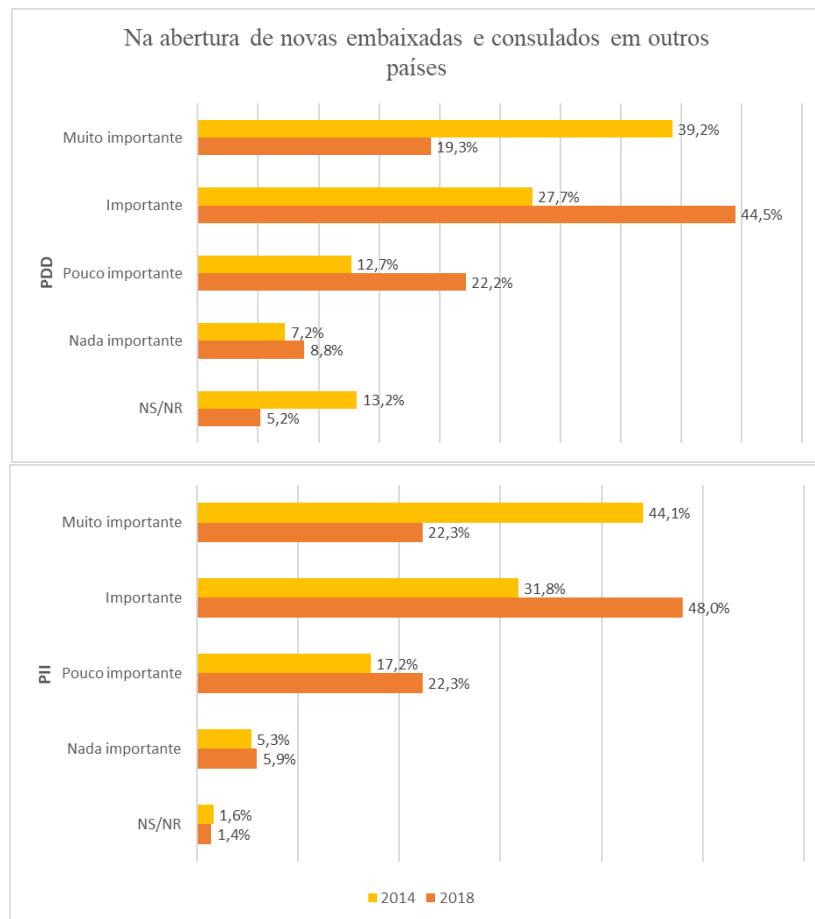


Por fim, a análise dos gráficos referentes às "reformas e supervisão do sistema financeiro". Os PII consideram como uma responsabilidade, em sua maioria, associada aos governos nacionais, variando as porcentagens de 51.7% (2014) para 53.7% (2018).

Essa mesma questão, para os PDD está segmentada entre as três categorias possíveis, concentrando 41.6% das respostas de 2018 nos governos nacionais e 29.1% nos governos nacionais em conjunto com a ONU.

Instrumentos

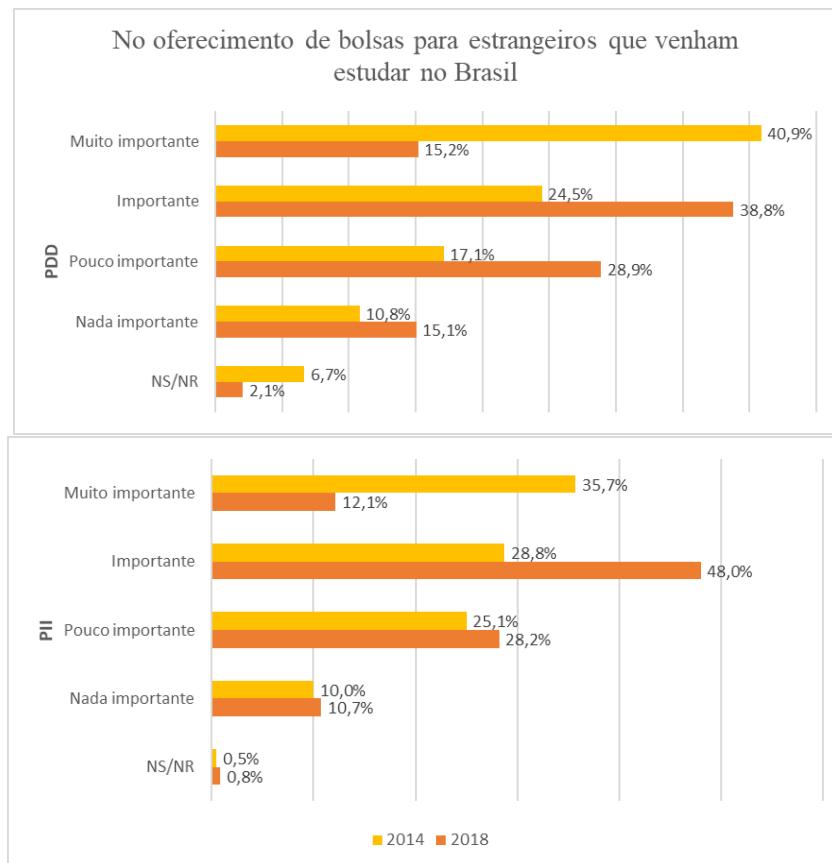
O primeiro conjunto de questões perguntou aos entrevistados qual a importância do Brasil investir mais recursos em determinadas áreas.



Para os respondentes de PDD e PII, no ano de 2018, a abertura de novas embaixadas e consulados em outros países foi considerada uma pauta importante, cujas porcentagens foram de 44.5% e 48.0%, respectivamente.

Apenas 5.9% (2018) dos entrevistados PII responderam que a pauta é nada importante. No caso dos PDD, quase 10% (8.8%).

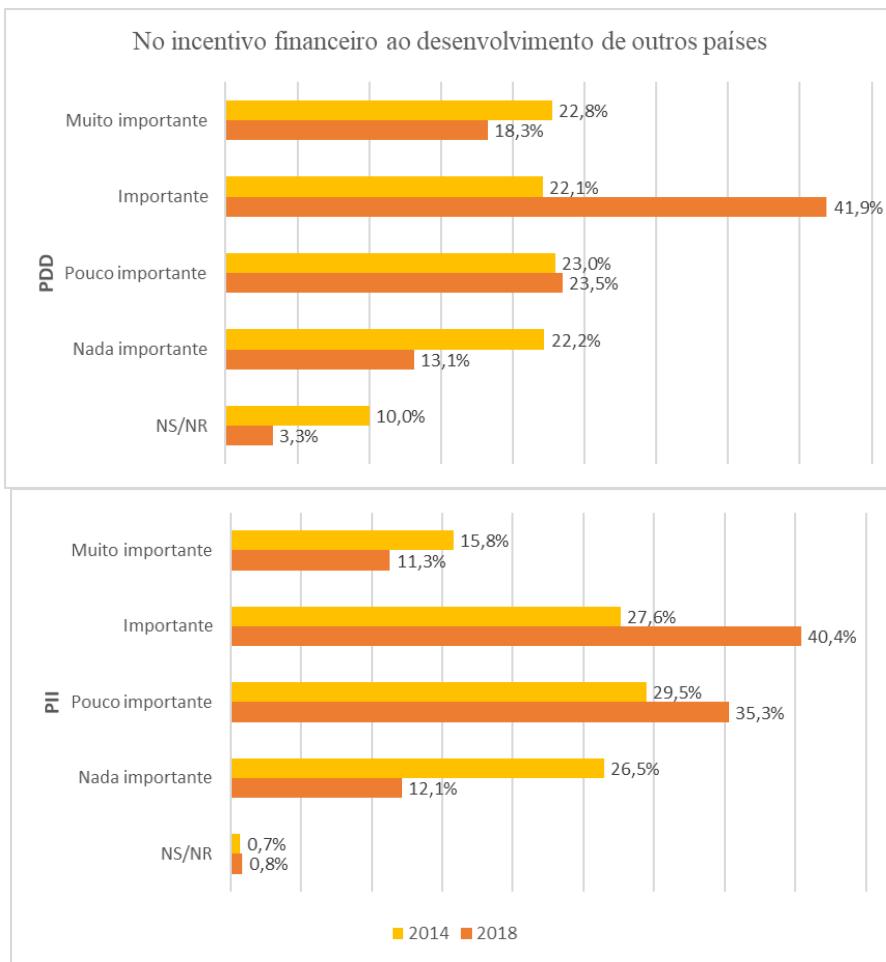
É fundamental destacar a diminuição pela metade entre os PDD que consideram essa pauta como “muito importante” de 2014 para 2018, indo de 39.2% para apenas 19.3%.



A importância do Brasil investir no oferecimento de bolsas para estrangeiros estudarem no país é considerada como “muito importante” em apenas 12,1% das respostas dos PII, uma diminuição de mais de 20% em relação ao ano de 2014. Algo semelhante foi observado entre os PDD, indo de 40,9% (2014) para 15,2% (2018).

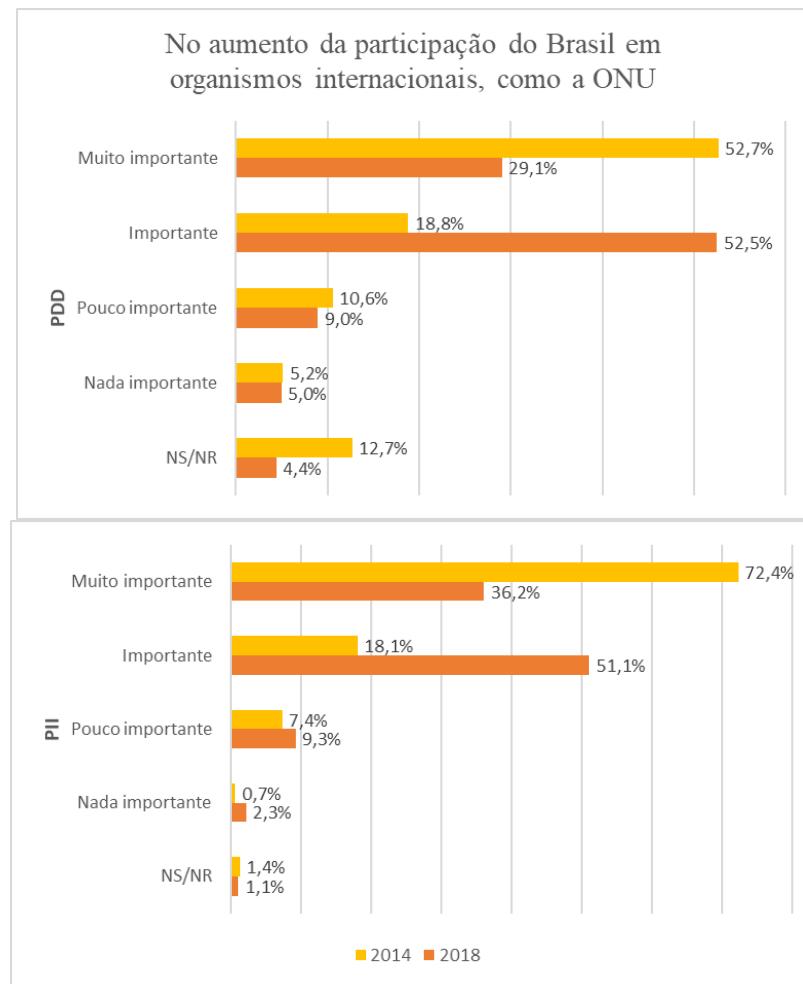
Em contrapartida, houve um aumento dentre aqueles que passaram a considerar a pauta como “importante” entre os anos.

Vale destacar que 15,05% dos respondentes PDD consideram tais investimentos como “nada importantes”.



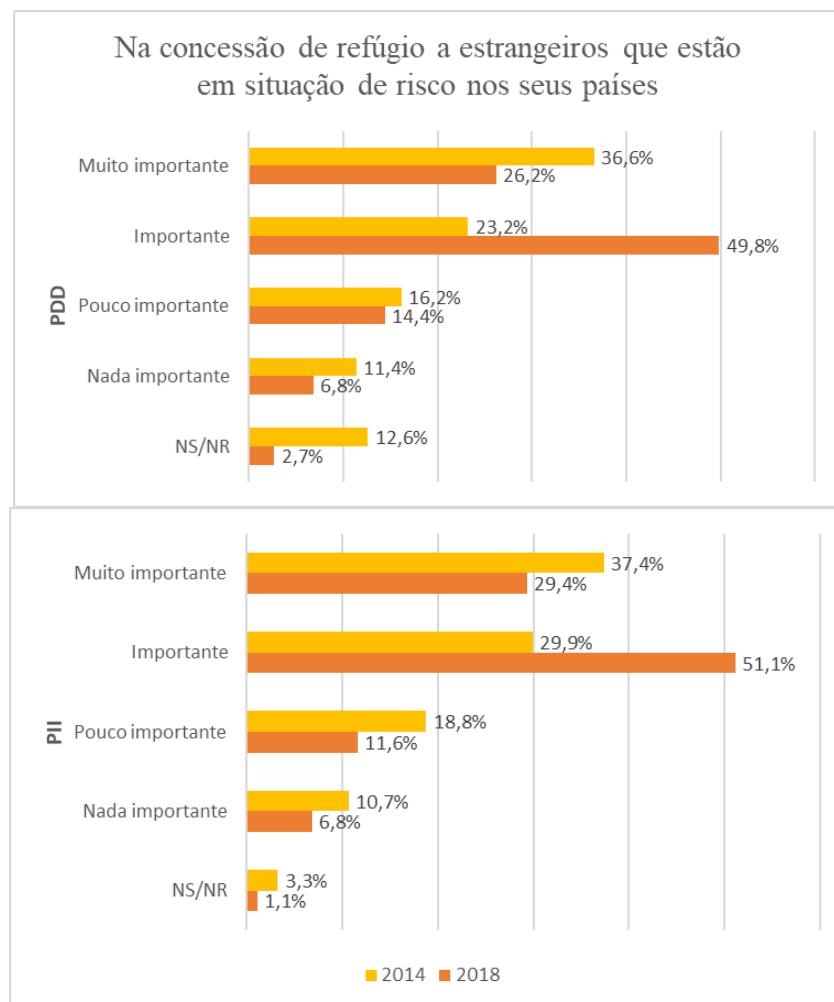
Ao serem questionados acerca da importância de investimentos brasileiros “no incentivo financeiro ao desenvolvimento de outros países”, os entrevistados de PDD e PII pouco variaram ao responder “importante” no ano de 2018 (41.9% e 40.4%, respectivamente). Estes valores aumentaram em relação a 2014.

Outra parcela significativa dos respondentes PII afirmaram que a importância de investimentos brasileiros para essa pauta é “pouco importantes” (35.3%).



Uma maioria de 72.4% (2014) dos PII consideravam como “muito importante” o aumento da participação brasileira em organismos internacionais como a ONU, esse percentual diminuiu para 36.2% em 2018. O mesmo foi observado entre os PDD, indo de 52.7% para 29.1% no segundo ano de levantamento de dados.

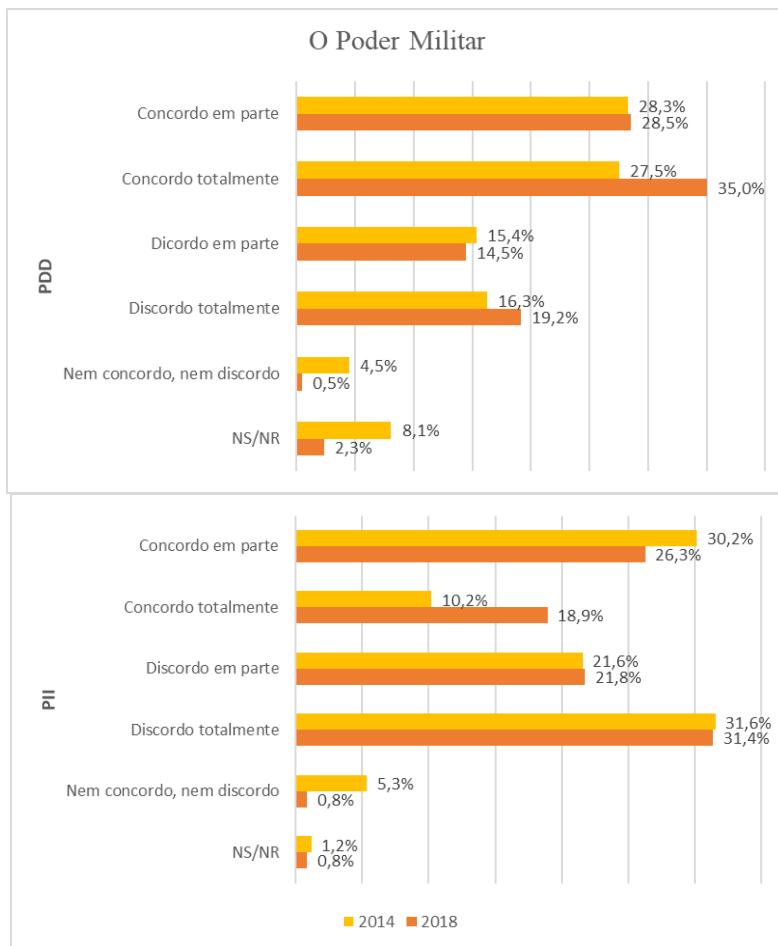
Entretanto, não se trata de uma diminuição da preocupação com esse tópico, uma vez que houve aumento na categoria de “importante” para ambos os grupos. Os PDD passaram de 18.8% (2014) para 52.5% (2018), já os PII foram de 18.1% para um total de 51.1%.



Os dois grupos de PDD e PII apresentam um aumento nas respostas positivas “importante” acerca da importância de o Brasil investir na concessão de refúgio a estrangeiros que estão em situação de risco nos seus países. No que concerne aos PDDs, o aumento foi de 23.2% (2014) para 49.8% (2018), já no caso do segundo grupo a diferença é de 29.9% para 51.1%.

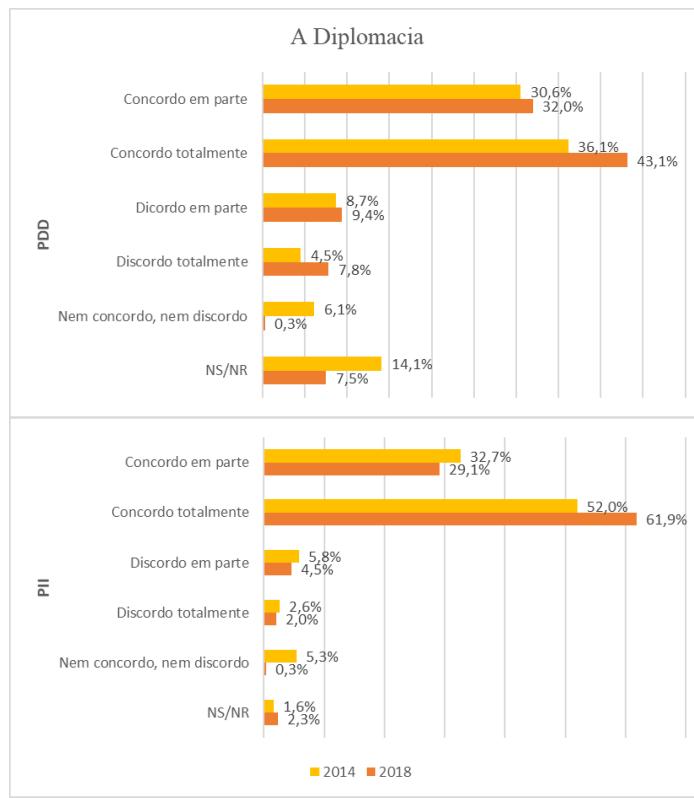
No mesmo sentido, a diminuição no número daqueles que consideravam tais investimentos como não relevantes (“nada importante”), variando, no caso dos PII, de 10.7% (2014) para 6.8% (2018).

Um outro conjunto de questões apresentado aos entrevistados foi: “O senhor/senhora concorda ou discorda que para aumentar sua influência no mundo o Brasil utilize (Concordo totalmente, Concordo em parte, Discordo em parte, Discordo totalmente, NS, NR, Nem concordo nem discordo (NÃO LER))”

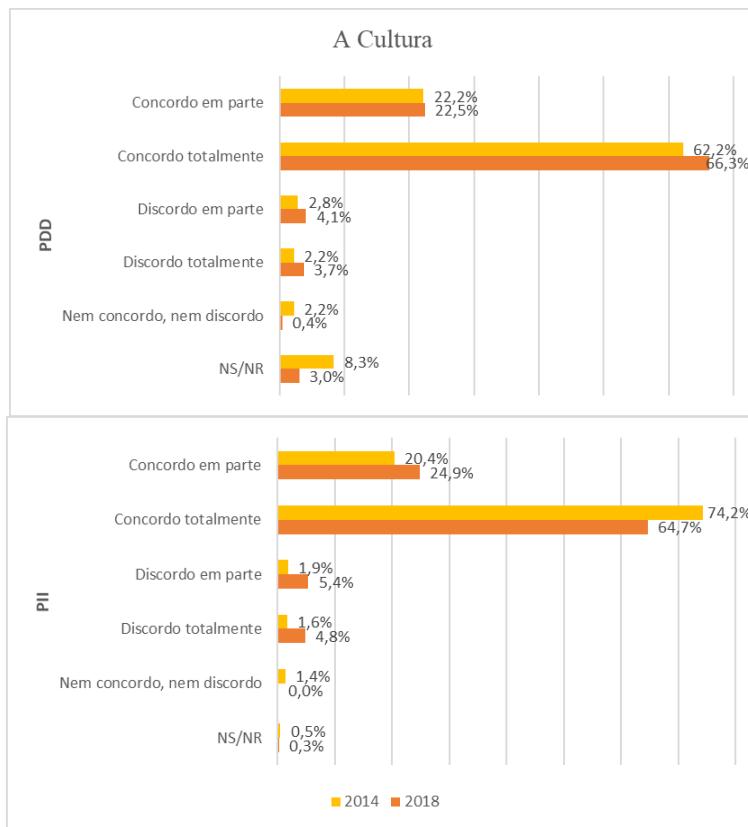


Ao analisar os gráficos referentes ao uso de poder militar para que o Brasil aumente a sua influência no mundo, o aspecto a mais ser chamado atenção é quanto a porcentagem de respondentes PII, no ano de 2014, que discordaram totalmente com este enunciado: 31,6%.

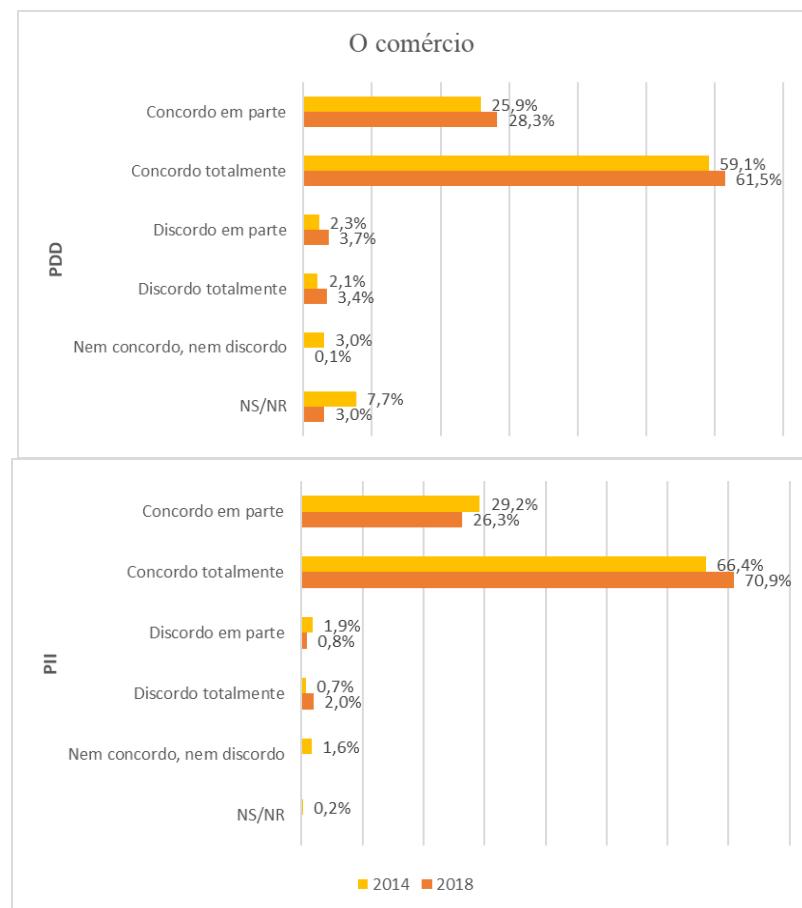
Para os PDD, por sua vez, a maior porcentagem verificável foi na categoria “concordo totalmente” no ano de 2018, 35.0%.



A diplomacia, como meio do Brasil aumentar sua importância global, foi vista majoritariamente de forma positiva entre os PII. Nos dois anos de análises, a categoria “concordo totalmente” recebeu 52.0% (2014) e 61.9% (2018) das respostas. Em proporções menores, o mesmo para os PDD: 36.1% (2014) e 43.1% (2018).



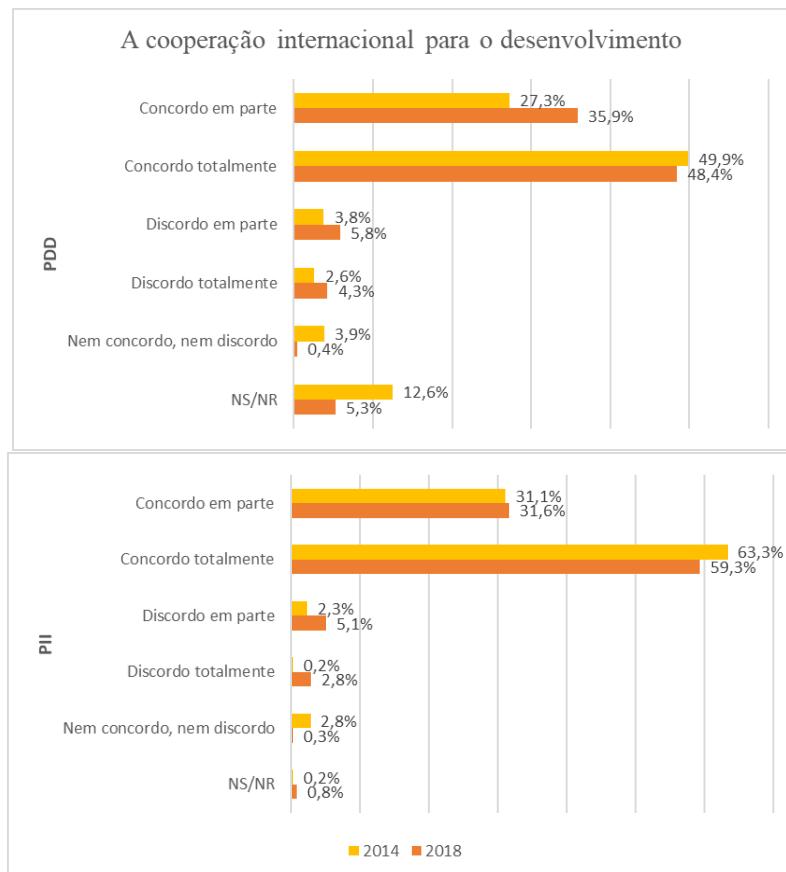
A cultura como instrumento de aumentar a influência brasileira no cenário internacional foi vista de forma muito positiva para os PDD e PII, para os dois grupos a opção “concordo totalmente” recebeu mais da metade das respostas.



Assim como a diplomacia e a cultura possuíram um considerável percentual de respostas positivas como instrumentos para influenciar o cenário internacional, o comércio apresentou resultados semelhantes.

Os dois grupos de PDD e PII concentraram suas percepções em “concordo totalmente”.

Apenas um percentual inferior a 5% (3,1%) respondeu, entre os PDDs no ano de 2018, que discordaram em parte acerca do uso pelo Brasil do comércio como forma de aumentar sua importância global.

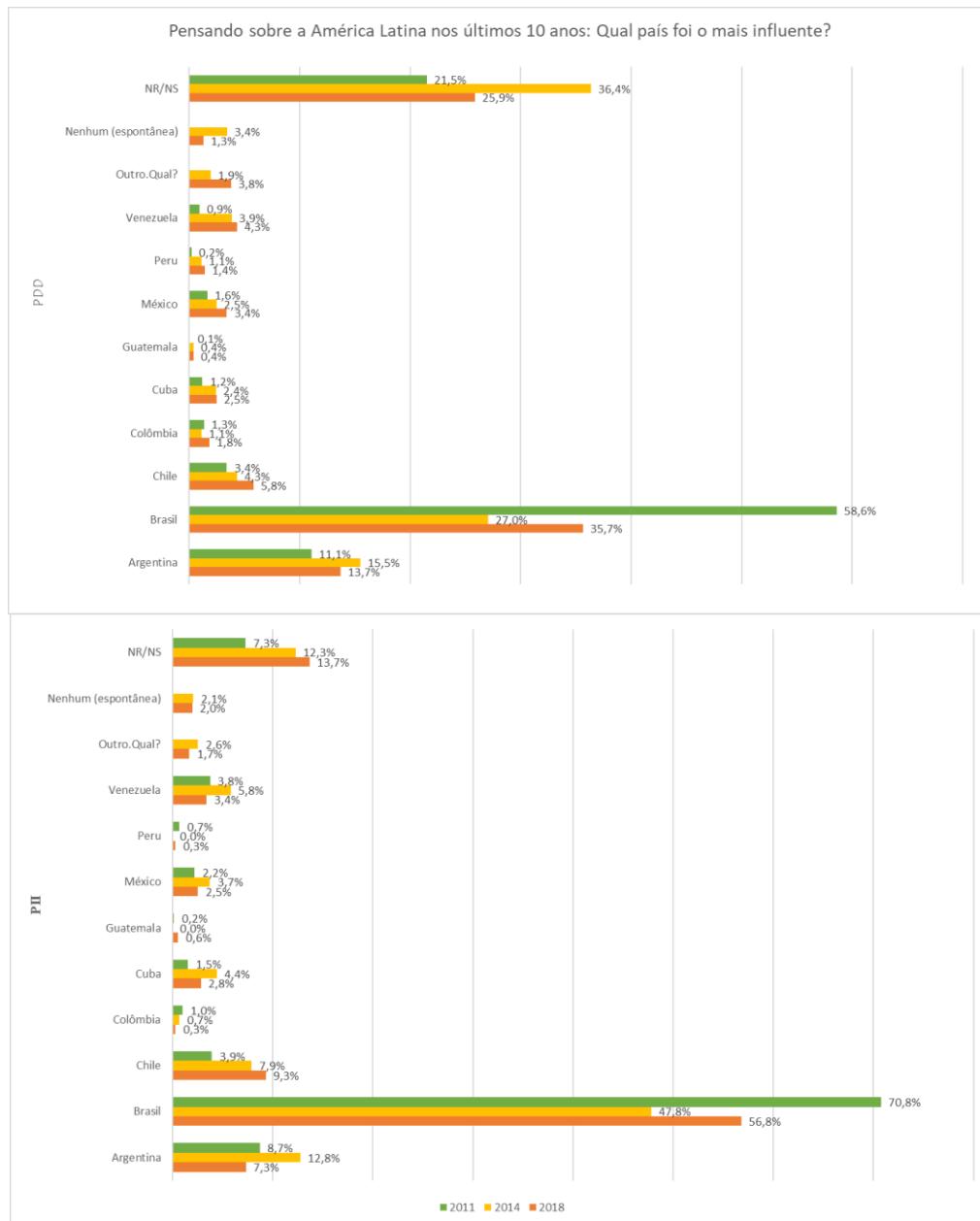


Em conclusão, no que diz respeito a "cooperação internacional para o desenvolvimento" como meio do Brasil aumentar sua influência estrangeira, há uma percepção geral positiva acerca do tema, para os PDD, o que "concordo totalmente" (48.4%) e os "concordo em parte" (35.9%) totalizaram 84.21% das respostas.

Realizando a mesma soma entre os PII, obtém-se um total de 91.0%. Este fato evidencia a importância do tópico para os entrevistados, havendo apenas um desvio de 2.8%, dentre os PII, que "discordo totalmente".

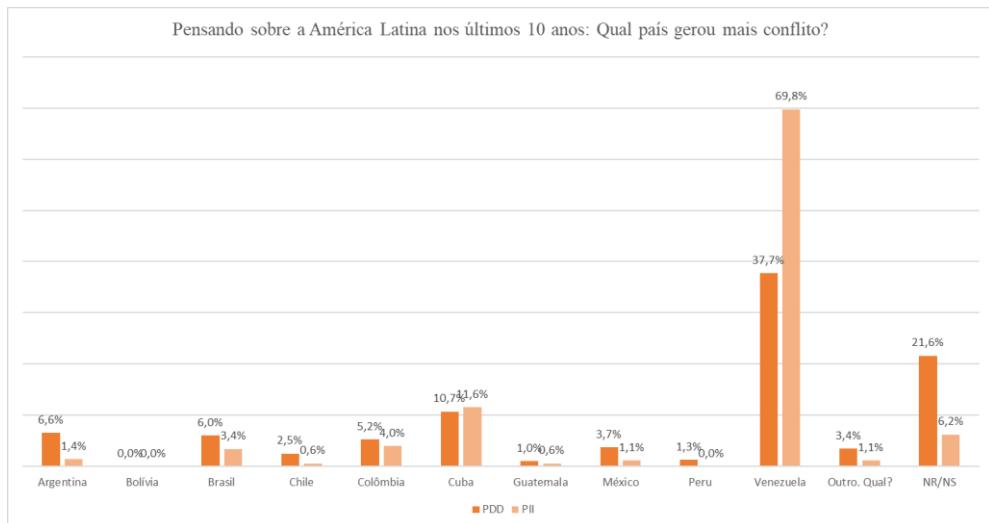
CAPÍTULO 5 – O Brasil e a América Latina

Perspectivas para a região

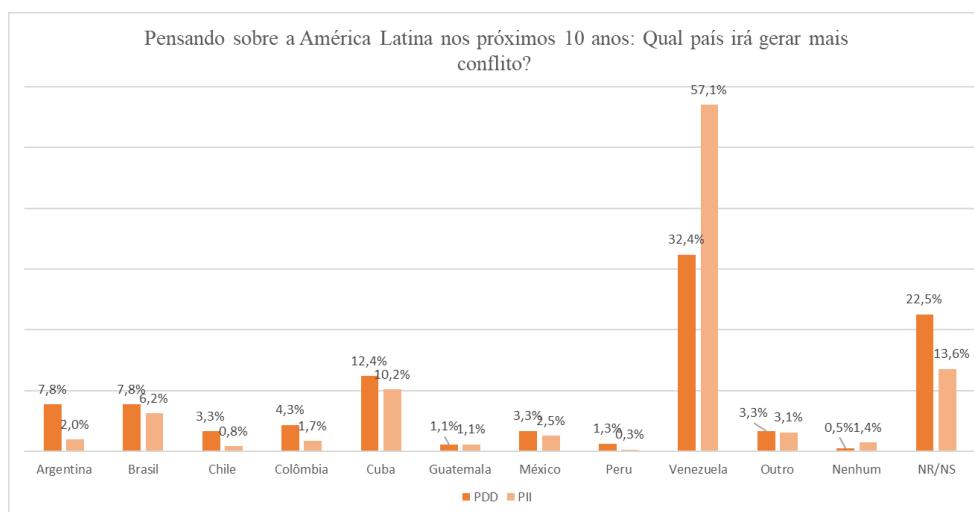


A percepção do Brasil como o país mais influente da América Latina nos últimos 10 anos se recuperou apenas parcialmente da queda entre 2011 e 2014. Entre o PDD, em 2011, 58,6% acreditavam que o Brasil era o país mais influente da região. Em 2014 a parcela caiu para 27,0% e agora em 2018 a parcela se recuperou parcialmente para 35,7%. Entre o PII o movimento foi semelhante. Em 2011, 70,8% dos entrevistados do PII achavam o Brasil o país mais importante da região, em 2014, 47,8%, e em 2018, 56,8%.

Entre o PDD, o segundo país mais selecionado nos três anos de pesquisa foi a Argentina. Entre o PII, contudo, o segundo lugar é disputado entre Argentina e Chile: em 2011 e 2014, o segundo lugar foi argentino com parcelas respectivas de 8,7% e 12,8%, mas em 2018 foi chileno com parcela de 9,3%

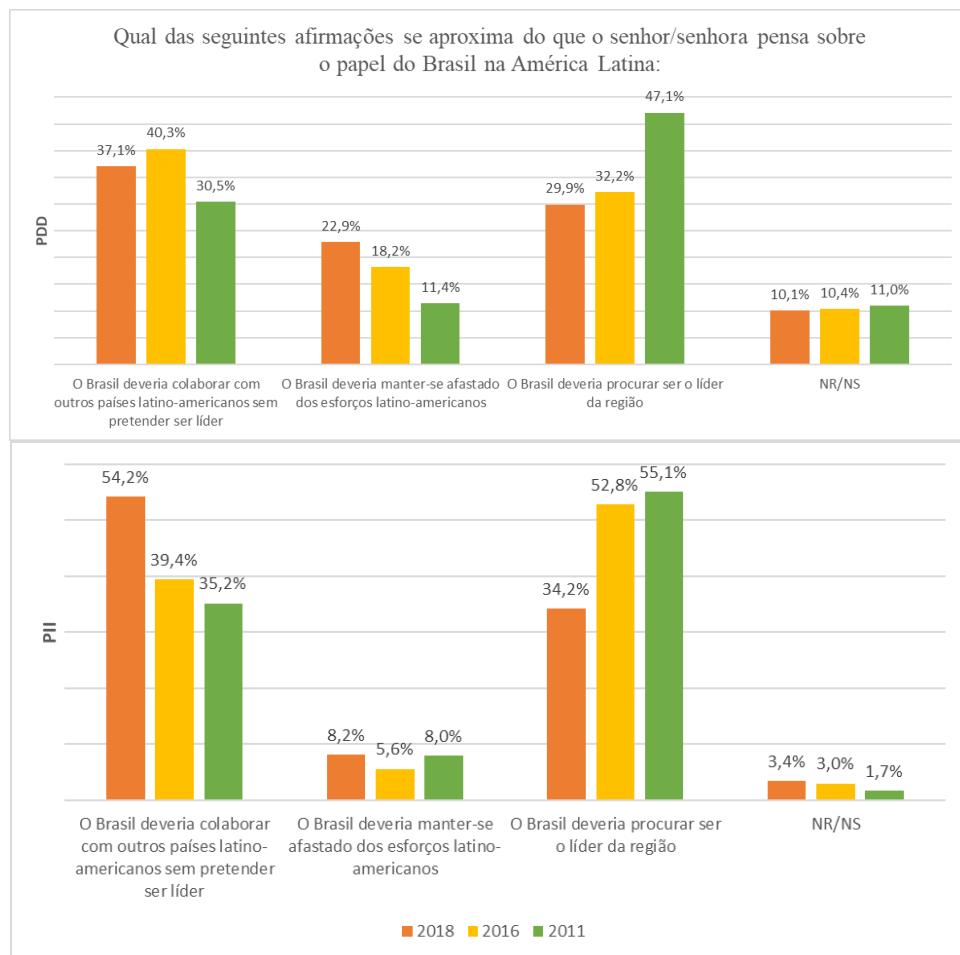


Quando questionados acerca do país que gerou mais conflitos na América Latina nos últimos 10 anos, tanto o PDD, com 37,7%, quanto o PII, com 69,8%, apontam a Venezuela como o país que mais provocou conflitos na região. O segundo país mais selecionado para ambos os públicos foi Cuba com parcelas de 10% a 12%. Ressalta-se, assim como em questões anteriores, que a parcela dos que não respondem ou selecionam “não sei” é muito expressiva entre o PDD (21,6%)



As previsões acerca de quais países gerarão mais conflitos nos próximos 10 anos na América Latina seguem de perto as respostas dadas na questão sobre quais países

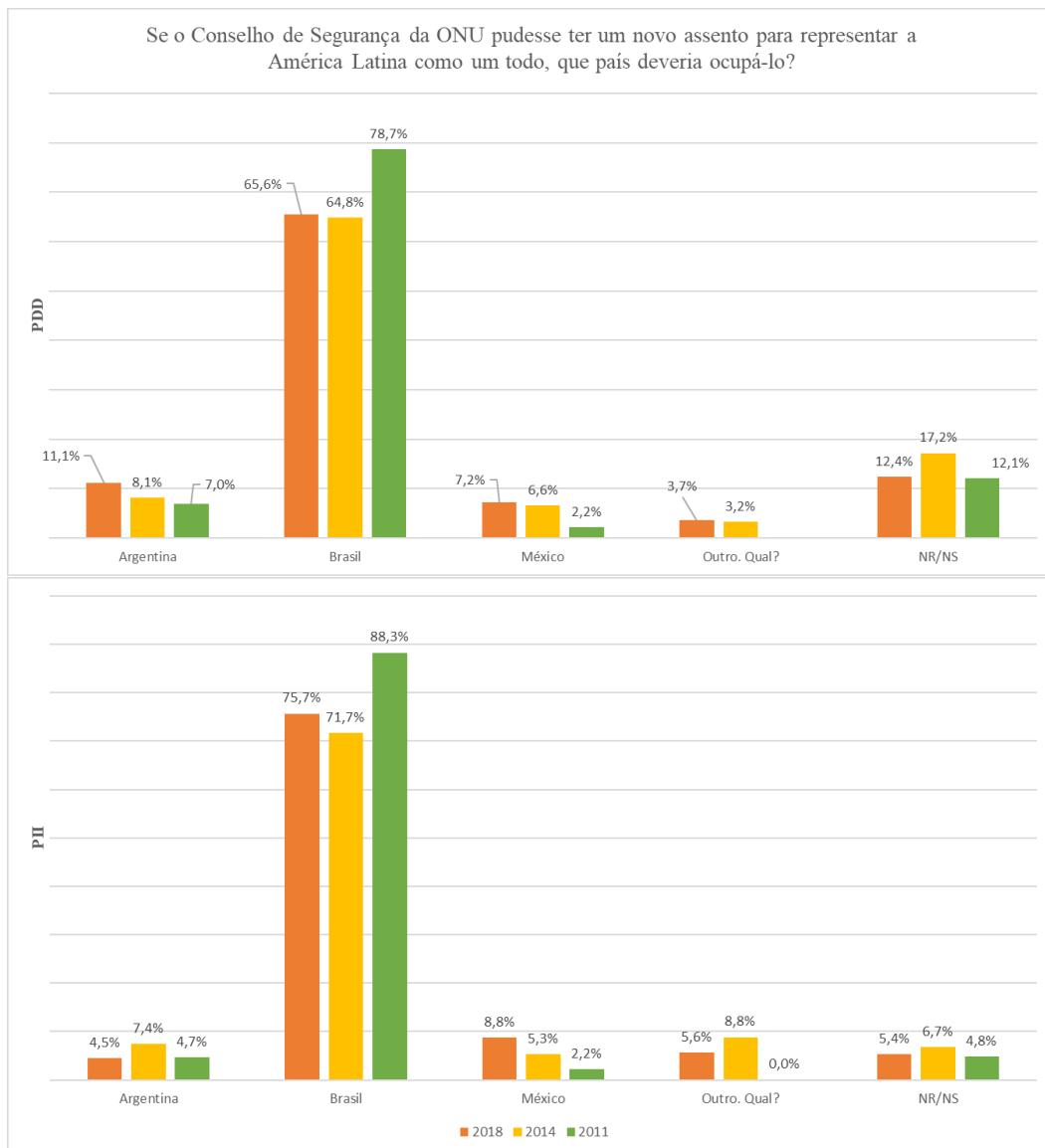
geraram mais conflitos nos últimos 10 anos. Tanto para PDD (32,4%) quanto para PII (57,1%), o país que mais gerará conflito será a Venezuela, seguido por Cuba.



Questionados sobre o papel do Brasil na América Latina, os resultados se alteram um pouco entre o PDD e o PII. Entre o PDD, há uma redução, ao longo do tempo, da parcela dos que consideram que o Brasil deveria procurar ser o líder da região, atingindo o menor valor em 2018 com 29,9%. Por um lado, a parcela dos que acreditavam que o Brasil deveria colaborar com outros países latino-americanos sem pretender ser líder se elevou de 2011 para 2014, mas manteve-se em patamar semelhante entre 2014 e 2018. Por outro, percebe-se um crescimento, ao longo do tempo, da parcela dos que acreditam que o Brasil deveria manter-se afastado dos esforços latino-americanos, subindo de 11,4% em 2011 para 18,2% em 2014 e 22,9% em 2018.

Entre o PII também se verifica uma redução da parcela dos que afirmavam que o Brasil deveria procurar ser o líder da região, indo de 55,1% em 2011 para 52,8% em 2014 e para 34,2% em 2018. Entretanto, diferentemente do PDD, não se verifica

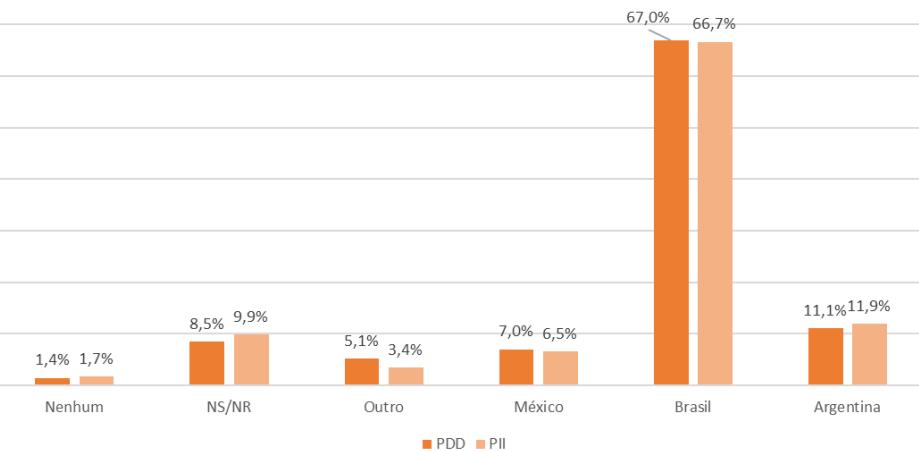
crescimento da parcela dos que acreditavam que o Brasil deveria manter-se afastado dos esforços latino-americanos. O crescimento maior, entre o PII, se verifica entre na parcela dos que afirmam que o Brasil deveria colaborar com outros países latino-americanos sem pretender ser líder, que saltou de 35,2% em 2011 para 39,4% em 2014 e para 54,2% em 2018.



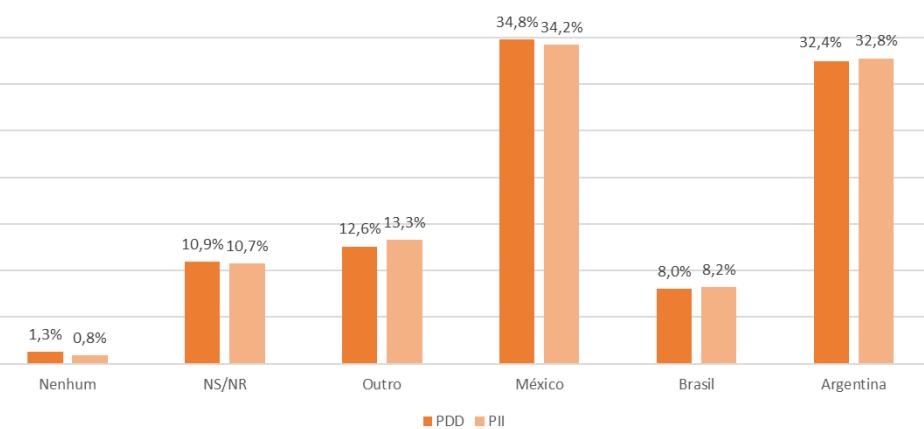
A queda acentuada na parcela dos que acreditam que o Brasil deveria procurar assumir uma posição de liderança na América Latina verificada na questão anterior não se traduz em grandes reduções na parcela dos que acreditam que o Brasil deveria ocupar um assento no CSNU caso fosse criado um novo assento para se representar a América Latina. Tanto entre o PDD quanto entre o PII predomina a opinião de que o Brasil deveria assumir esse hipotético assento.

Atitudes com relação a América Latina

Qual dos seguintes países o senhor/senhora tem mais confiança para ser o líder da América Latina?

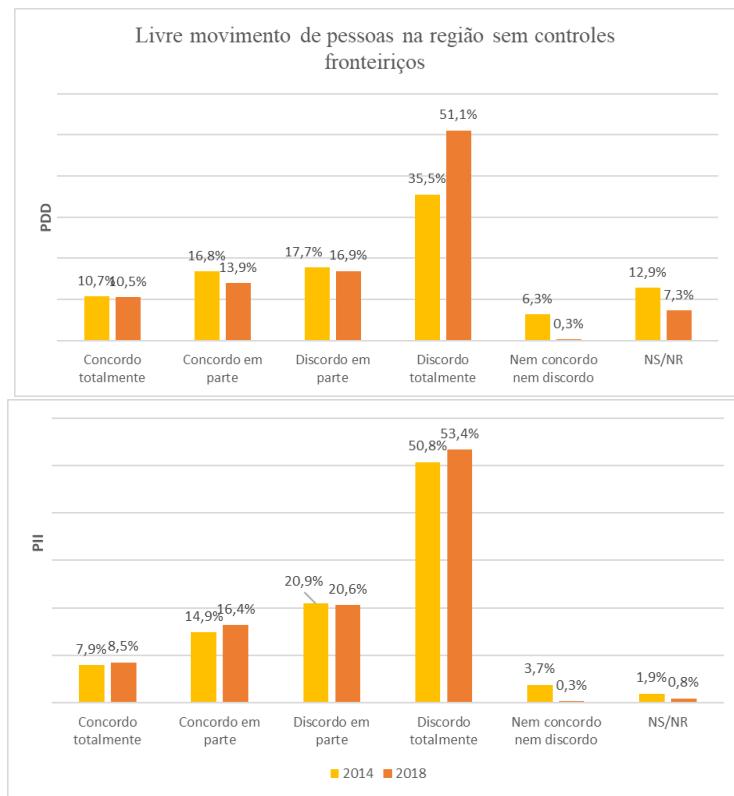


Qual dos seguintes países o senhor/senhora tem menos confiança para ser o líder da América Latina?



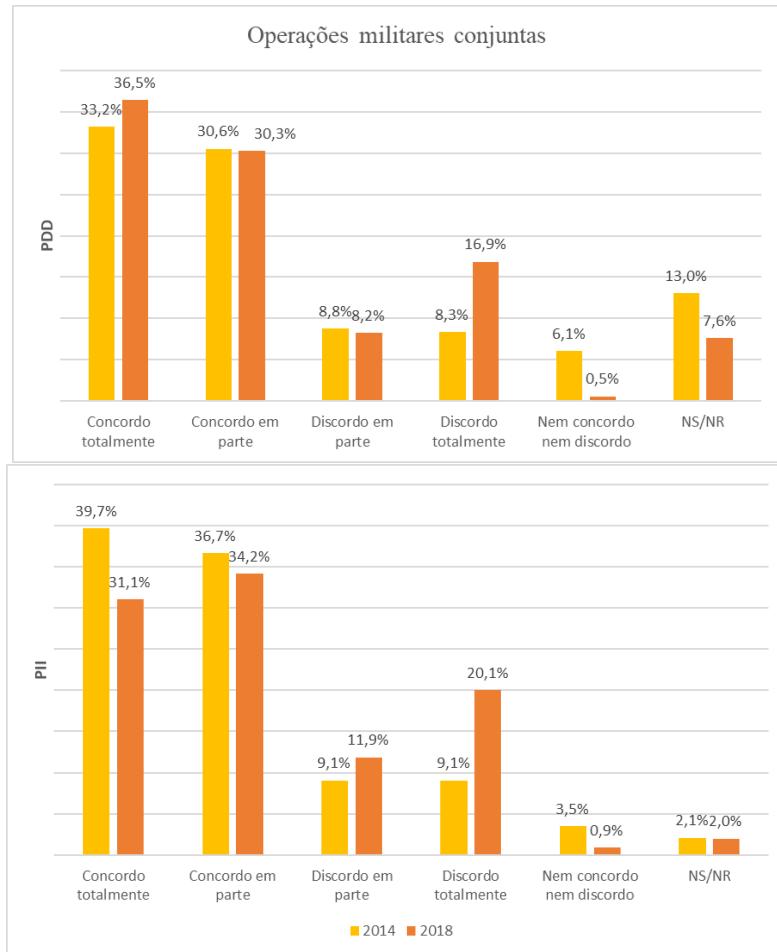
No ano de 2018, quando os entrevistados foram questionados acerca de qual país eles tinham mais confiança em liderar a América Latina, tanto PII quanto PDD concentraram mais de 50% das respostas no Brasil. As porcentagens foram de 66,7% e 67%, respectivamente.

Contudo, quanto ao país que menos confia, as respostas se distribuíram de forma semelhante entre Argentina e México. O país que recebeu o menor percentual das opções apresentadas foi o Brasil, com menos de 10% para PII e PDD.



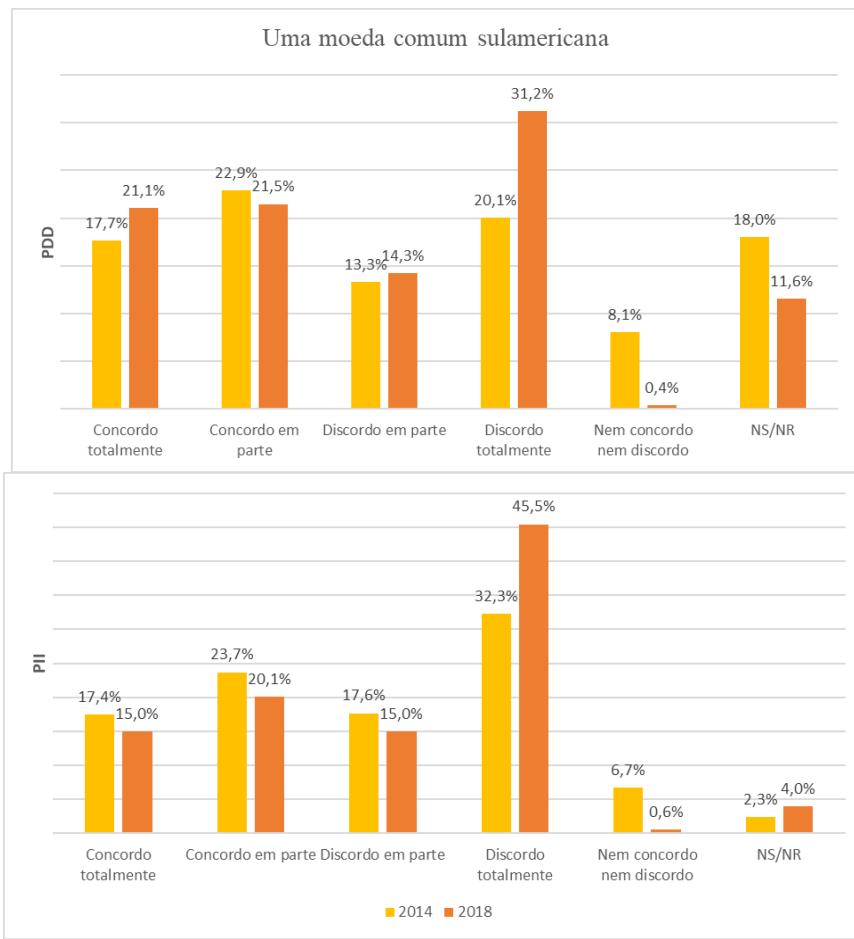
Os PDD, quando questionados sobre a livre movimentação de pessoas na região da América do Sul sem controle fronteiriço, responderam, em maior parte, que discordavam totalmente (35,5%) com isto no ano de 2014. Na segunda pesquisa realizada em 2018, este percentual aumentou para 51,1%.

Já aquele público considerado informado e interessado na política externa, em ambos os anos analisados, apresentaram porcentagens semelhantes com a opção “discordo totalmente”, sendo 50,8% (2014) e 53,4% (2018). Portanto, um grau de rejeição constante.



No que diz respeito à pauta “Operações militares conjuntas”, as respostas para os PDD apresentaram padrão semelhante nos dois anos, mantendo-se na faixa de 30% em “concordo totalmente” e “concordo em parte”. Apenas 8.3% dos entrevistados responderam que “discordam totalmente” (2014) e 16.9% (2018), o dobro.

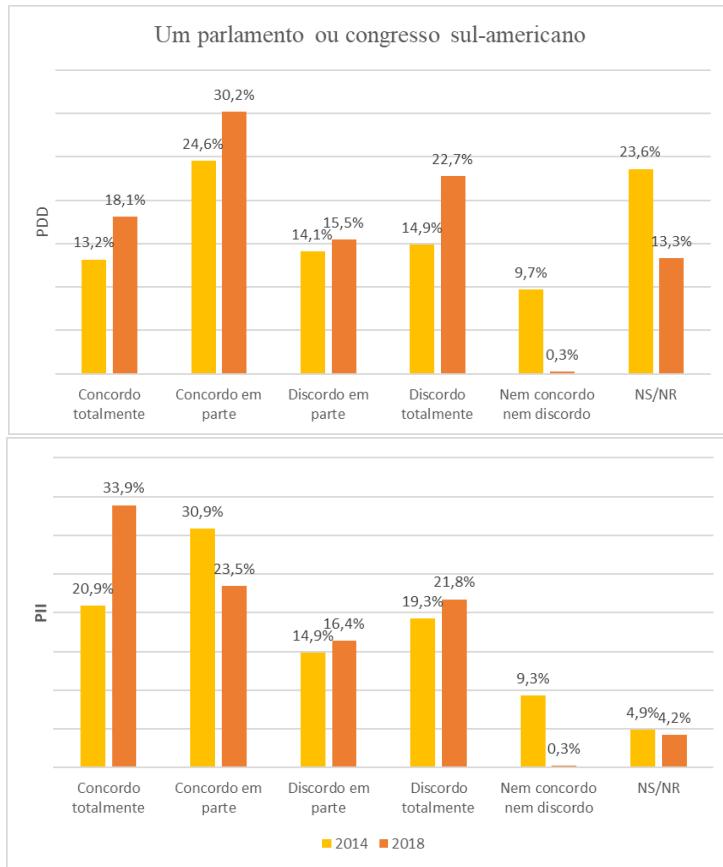
O Publico interessado e desinformado também concorda em sua maioria que deveria haver operações militares conjuntas na América Latina.



O público desinformado e desinteressado, em sua maioria, no ano de 2018, responderam que discordam totalmente (31,2%) com a criação de uma moeda comum sul-americana. Um aumento de rejeição em quase 10% em relação a 2014.

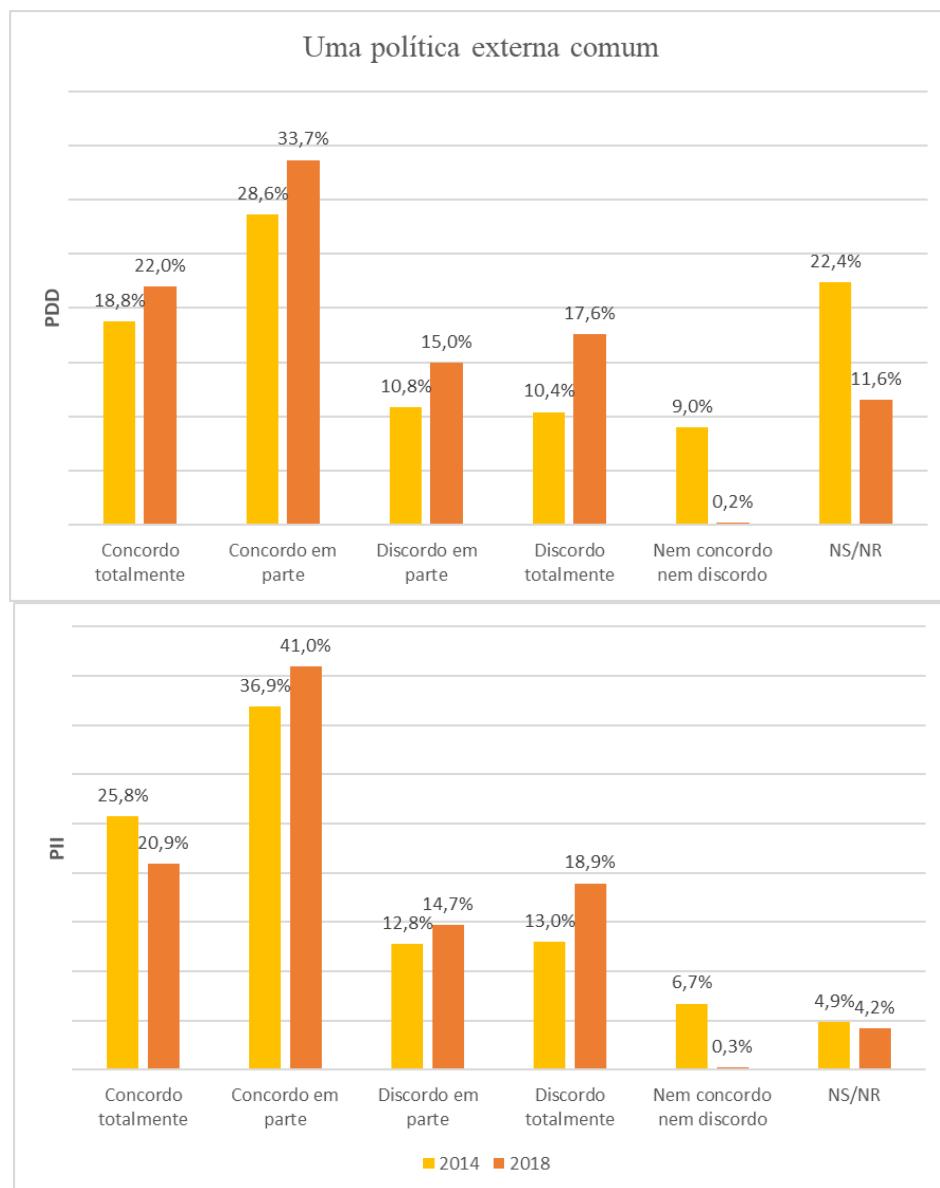
Em 2018, 42,5% dos respondentes concordaram com essa afirmação (“concordo totalmente/concordo em parte”).

Para os PII, 45,5% dos entrevistados afirmaram “discordo totalmente” em 2018 e apenas 15% concordam totalmente.

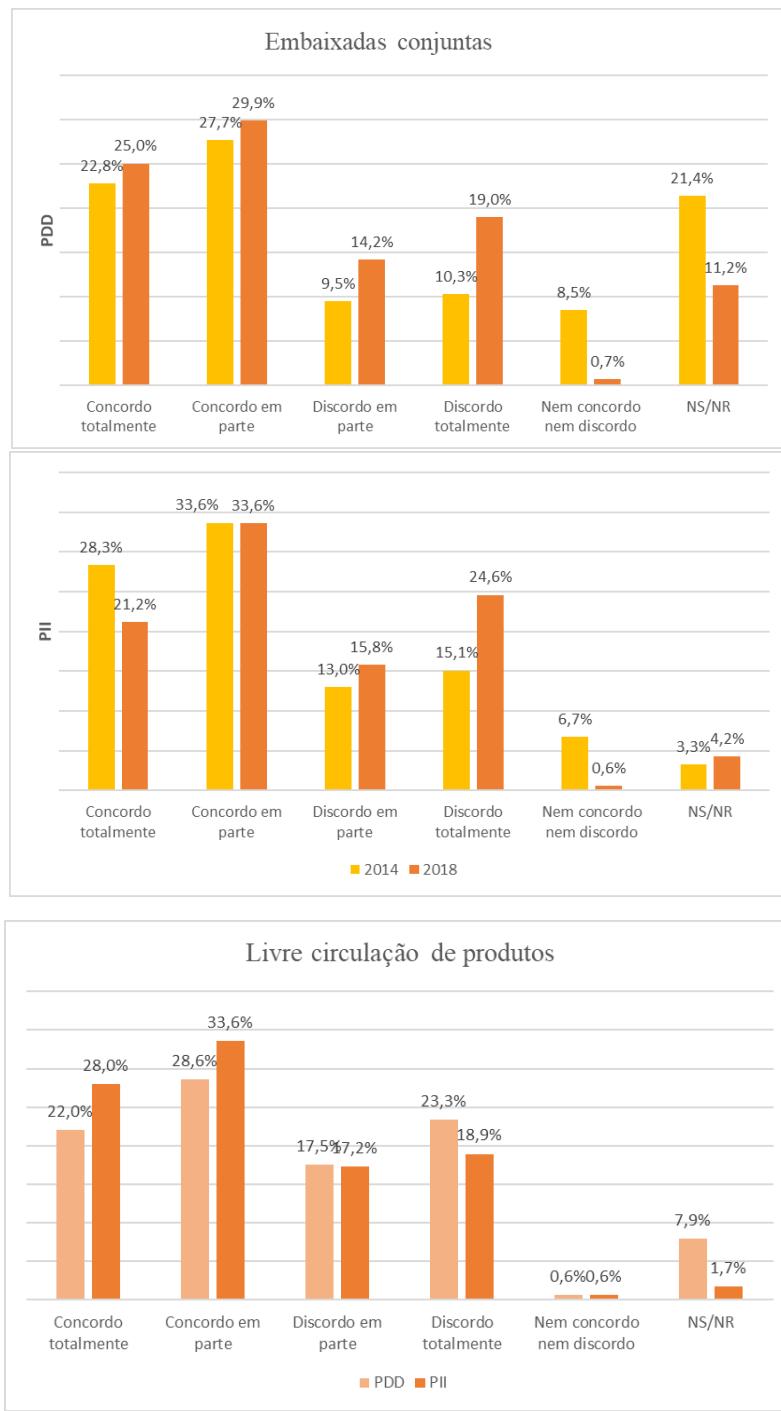


A criação de um parlamento ou congresso sul-americano é visto por 48.3% de forma positiva (“concordo totalmente”/“concordo em parte”) em 2018, e 38.2% negativamente (“discordo totalmente/discordo em parte”). No entanto o que mais se destaca nos dados é que houve um aumento de 14.1% (2014) para 22.7% (2018) daqueles que discordam completamente com a criação dessa instituição.

O grupo de PII, em 2018, responderam que concordam em parte quanto à existência do congresso (33.90%). De modo semelhante, 23.45% concordam totalmente. Portanto, quase 60% dos respondentes (57.3%).



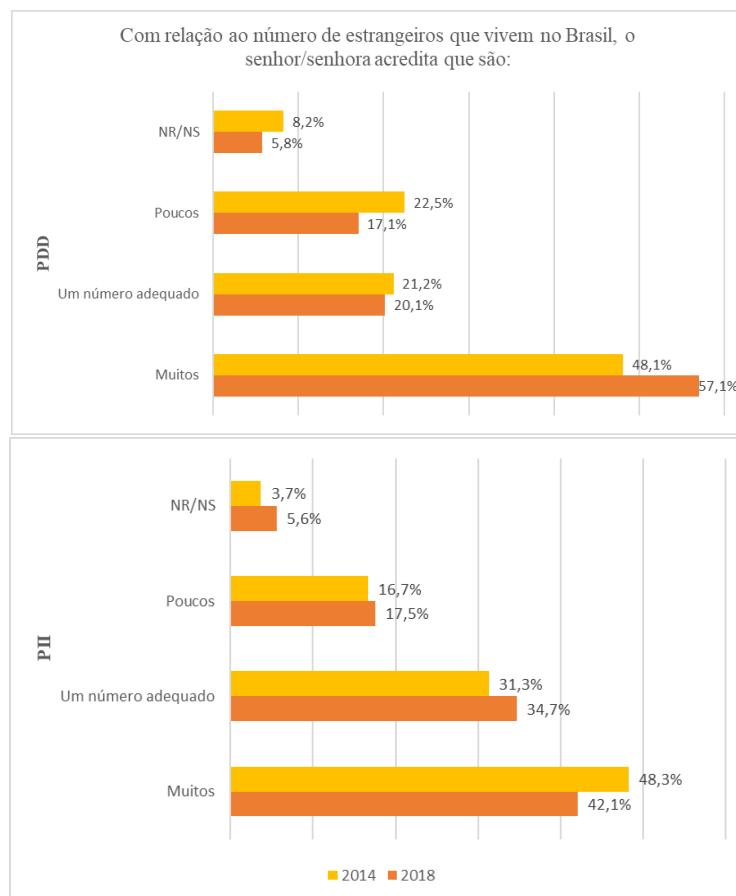
Os entrevistados de opinião pública tanto o grupo do público interessado e desinformado quanto do público interessado e informado, concordam de forma geral que haja uma política externa comum na América Latina. No entanto percebe-se que de 2014 para 2018 houve um aumento entre aqueles que discordam disso, em ambos os grupos.

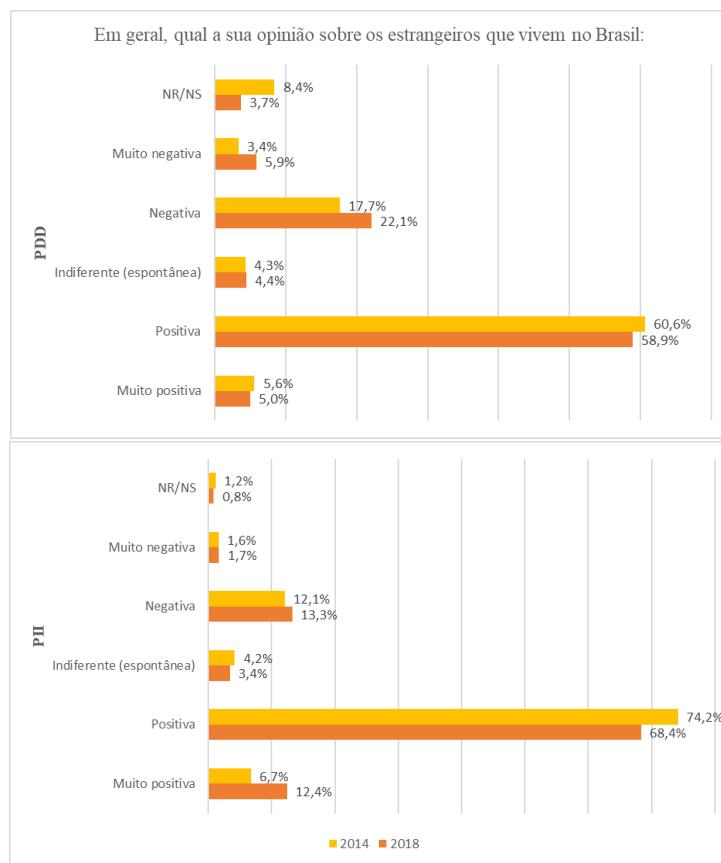


A livre circulação de produtos, pergunta apenas presente no survey de 2018, foi respondida de forma positiva por 61.6% dos PII, e 50.6% pelos PII. No que concerne a aqueles que discordam em parte ou totalmente com a circulação livre de produtos pela a América do Sul, obteve-se: 36.1% (PII) e 40.9% (PDD).

CAPÍTULO 6 – Democracia e Direitos Humanos

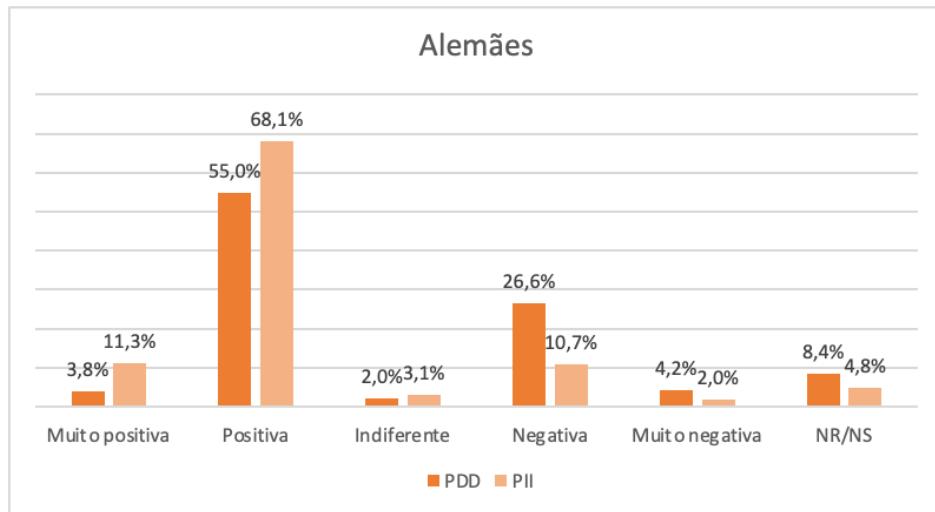
Migrações



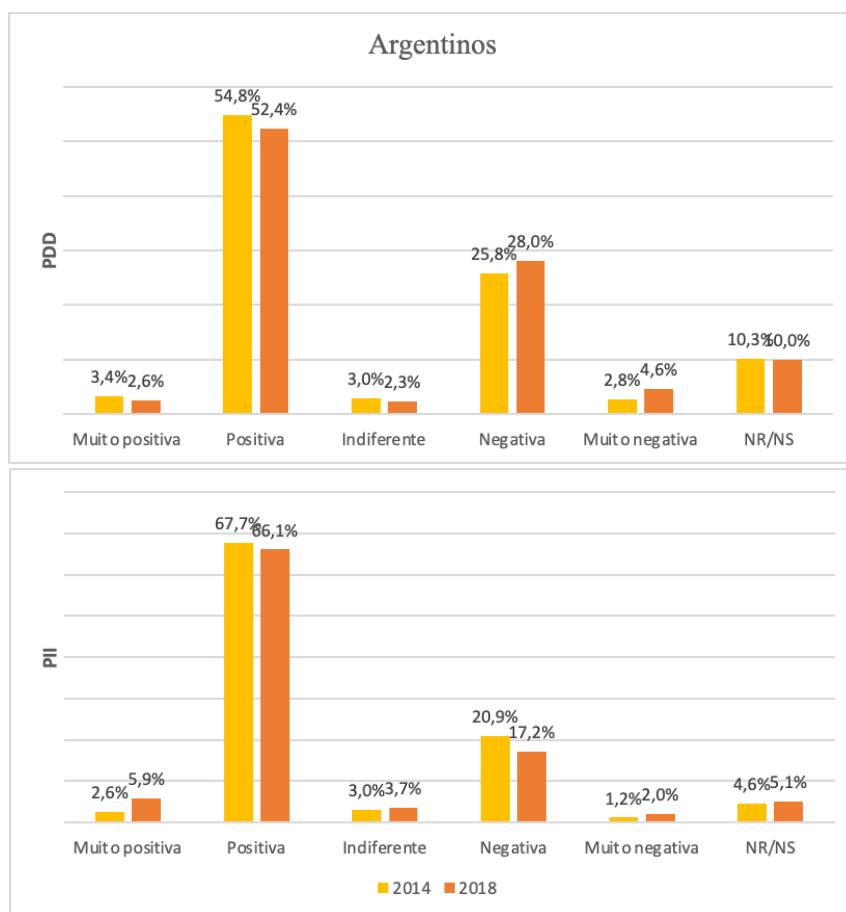


Ao serem questionados sobre os estrangeiros que vivem no Brasil, apesar da maioria assinalar a presença destes como positiva, percebe-se uma tendência de aumento, entre 2014 e 2018, da parcela dos que consideram a presença negativa e também dos que consideram que há muitos estrangeiros no país.

O próximo conjunto perguntou aos entrevistados a sua opinião sobre determinado grupos de estrangeiros que vivem no Brasil:



No ano de 2018, a opinião pública acerca dos alemães que vivem no Brasil foi principalmente positiva (“muito positiva”/“positiva”): 58.8% (PDD) e 79.4% (PII). Entretanto, apesar deste cenário favorável, 30.8% tiveram uma avaliação ruim (“negativa”/“muito negativa”), assim como 12.7% dos PII.



A avaliação acerca dos argentinos foi boa nos dois anos em que foi aplicado o survey para PDD e PII. Os PDD responderam de forma positiva “muito positiva”/“positiva”) em 58.2% (2014) e 55% (2018), valores que podem ser comparados com os percentuais desfavoráveis: 28.6% (2014) e 32.6% (2018).

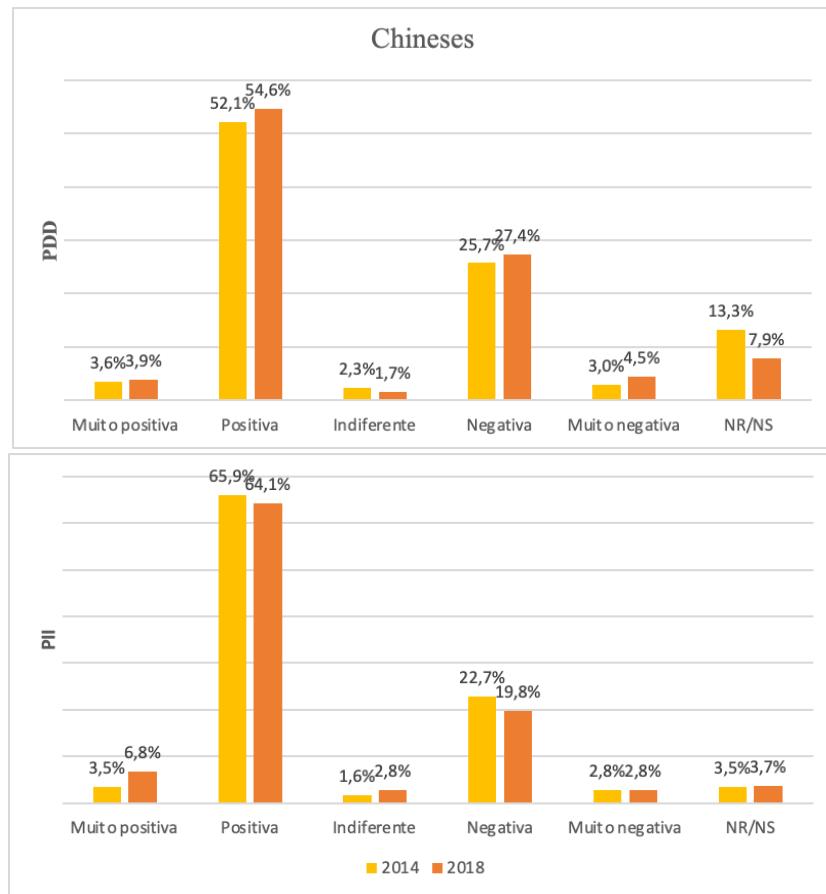
Os PII também avaliaram os argentinos de modo favorável, sendo 70.3% (2014) e 72% (2018). Em termos negativos os percentuais obtidos nos anos de 2014 e 2018 foram 22.1% e 19%, respectivamente.



Os bolivianos também são uma das nacionalidades abordadas na pesquisa, contudo, diferentemente do observado até então, a divisão entre as percepções positivas e negativas acerca do grupo estrangeiro se fez mais evidente.

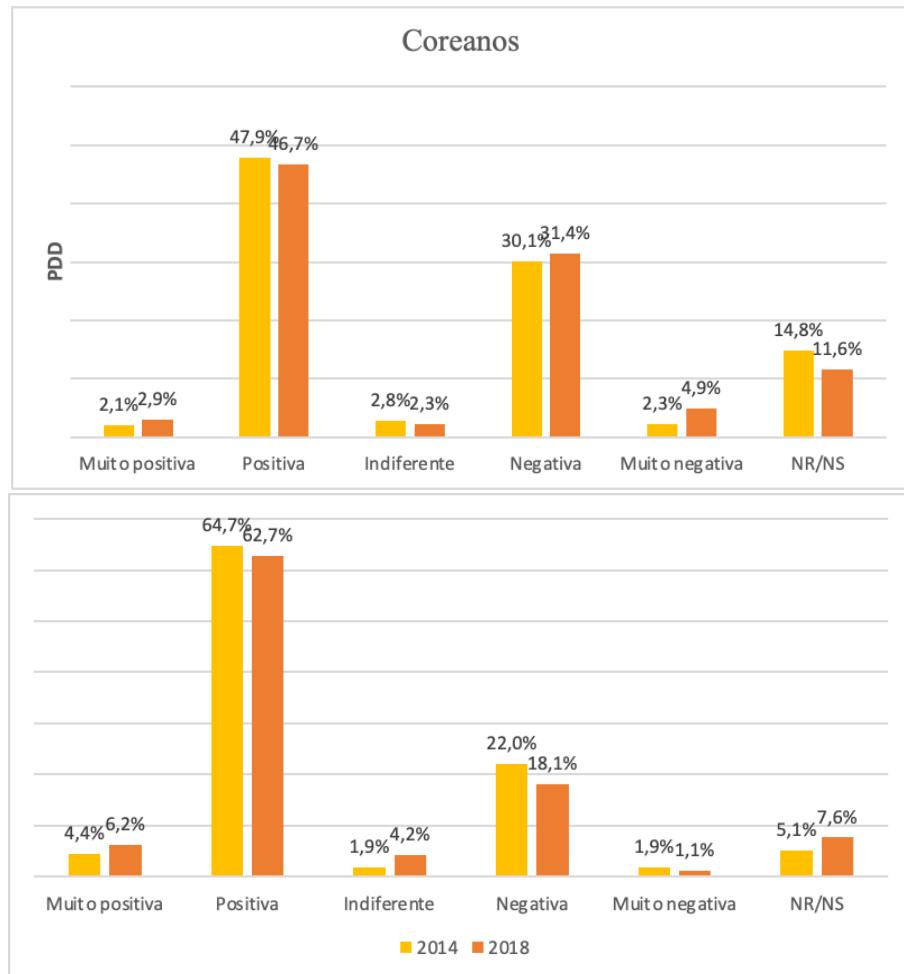
Os PDD entre os anos de 2014 e 2018 apresentaram uma percepção positiva (“muito positiva”/“positiva”) acerca dos bolivianos: 44.9% (2014) e 49.4% (2018). Estes percentuais possuem pouca diferença com as avaliações negativas de 36.3% (2014) e 37.7% (2018).

No caso dos PII, essa divisão de avaliações se torna menos contundente, uma vez que os valores favoráveis são 56% (2014) e 60.8% (2018), enquanto os desfavoráveis vão de 32.7% (2014) a 49.1% (2018).



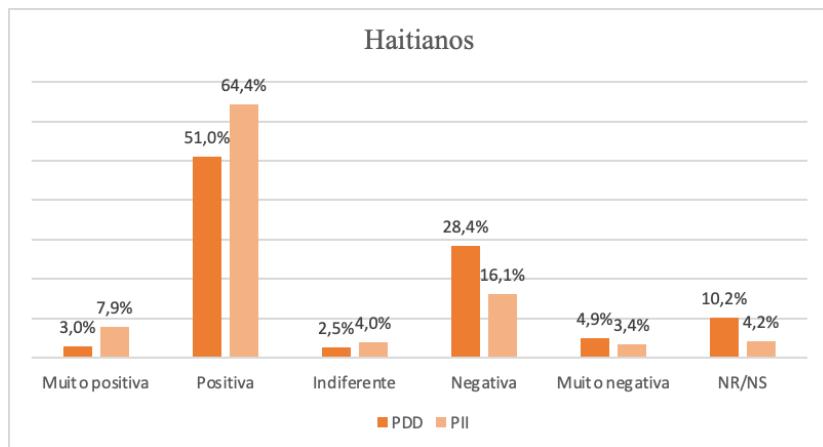
A avaliação acerca dos chineses é predominantemente positiva (“muito positiva”/“positiva”) para os dois grupos analisados e nos dois anos de survey, de forma mais objetiva, os resultados dos PDD foram 55.7% (2014) e 58.5% (2018). Por outro lado, os do PII foram: 69.4% (2014) e 70.9% (2018)

Os resultados negativos de PDD foram 28.7 (2014) e 31.9% (2018), enquanto os do PII ficaram entre 25.5% (2014) e 22.6% (2018). Portanto, com base nesses dados aferidos é possível concluir que mais da metade dos entrevistados percebem os argentinos de forma positiva, entretanto, existe uma parcela considerável que varia de 22.6% até 31.9% que discorda dessa visão.

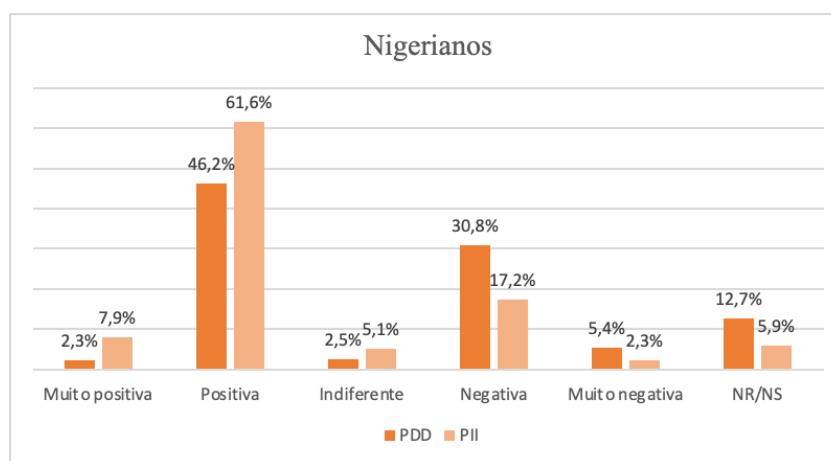
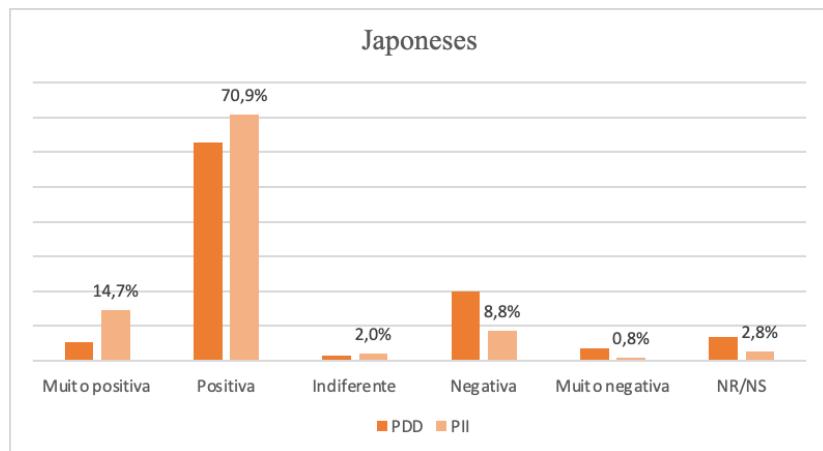


Os coreanos também são tópicos de avaliação pelos PDD e PII. Esta nacionalidade que é interpretada de forma dúbia pelo Público Desinteressado e Desinformado como perceptível nos percentuais obtidos entre “muito positiva”/“positiva” e “muito negativa”/“negativa”: 50% (2014) e 49.6% (2018) versus 32.4% (2014) e 36.3% (2018), respectivamente. Portanto, uma diferença um pouco maior a 10% entre as avaliações favoráveis e as ruins.

Os PII, por sua vez, concentram suas respostas de forma significante na opção “positiva” com 64.7% (2014) e 62.7% (2018), enquanto os valores negativos se limitam a 23.9% (2014) e 19.2% (2018).

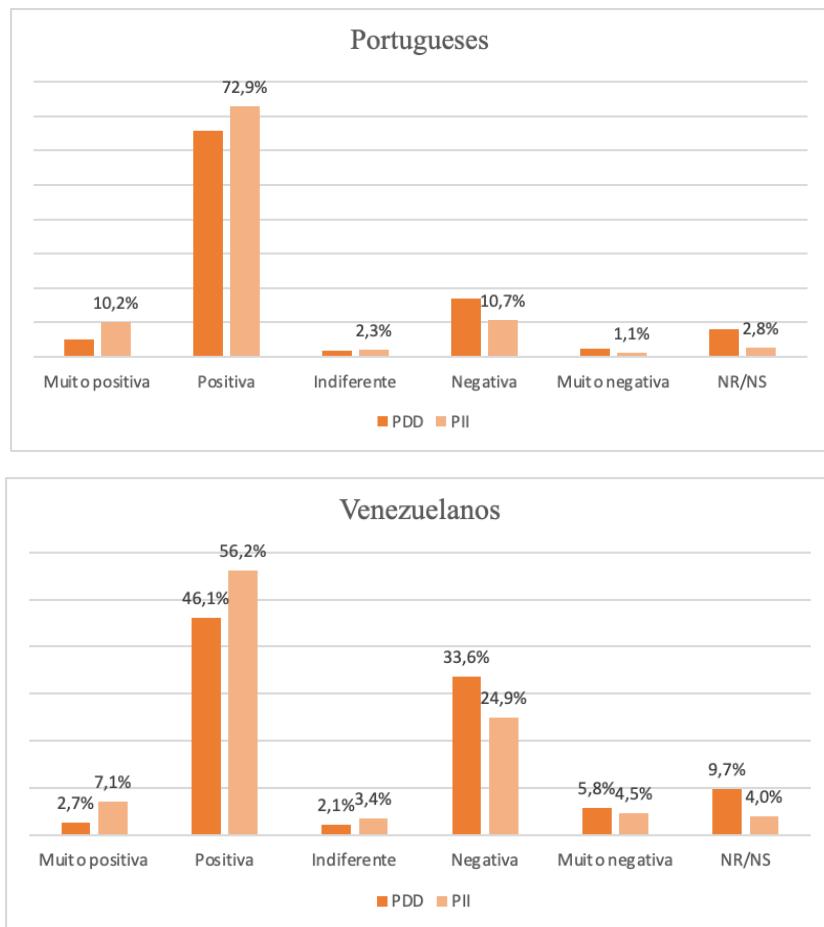


No ano de 2018, os haitianos foram uma das nacionalidades avaliadas pela opinião pública dos PDD e PII, os quais afirmaram em mais de 50% das respostas que percebem o grupo de forma “positiva”: 51% (PDD) e 64.4% (PII). Ou seja, apesar da perspectiva favorável ser majoritária, os PDD foram os que mais revelaram discordância ao somar “negativa” e “muito negativa” em 23.3% das respostas.



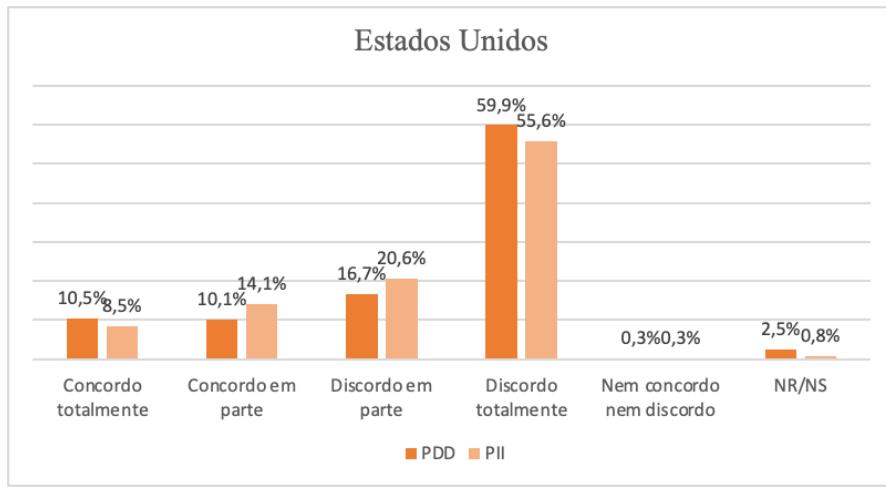
Os nigerianos foram também percebidos de forma “positiva” na grande maioria das respostas do *survey* de 2018, sendo 46.2% (PDD) e 61.6% (PII). Mas a diferença

percentual entre os valores favoráveis entre os grupos de PÚblico Desinteressado e Desinformado e PÚblico Interessado e Informado pode ser explicado pelo total de respondentes PDD que apresentaram uma noção “negativa” acerca da na nacionalidade: 30,8%, o qual se soma com mais 5,4% “muito negativa”.



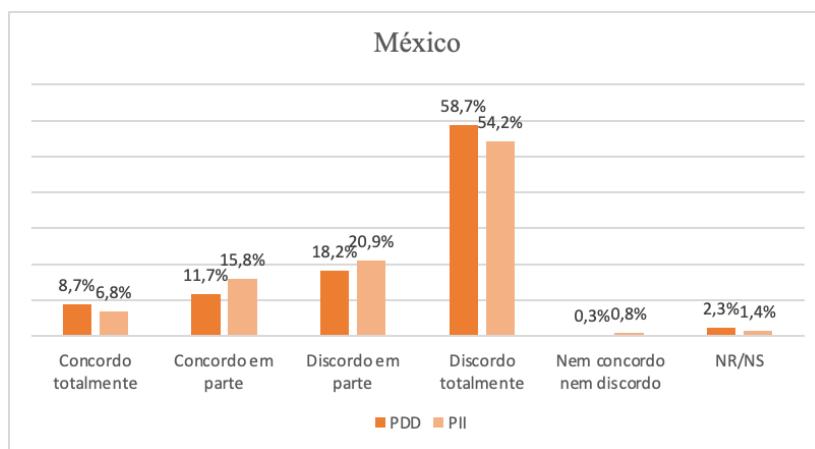
Por fim, os venezuelanos são a última nacionalidade a ser considerada pela opinião pública, a qual apresentou padrão interpretativo semelhante ao observado com os haitianos. A maioria dos PDD e PII perceberam os imigrantes de forma positiva com 46,1% (PDD) e 56,2% (PII). Contudo, um considerável percentual de PÚblico Desinteressado e Desinformado apresentou ressalva ao escolher a opção “negativa” em 33,6% das respostas.

O próximo grupo de questões perguntou se o entrevistado concorda ou discorda que os cidadãos das seguintes regiões possam trabalhar no Brasil sem precisar de um visto de trabalho

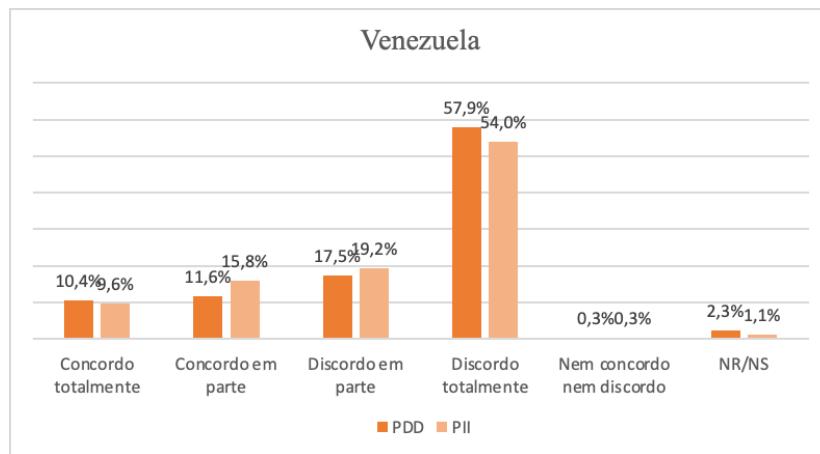


Ao serem questionados sobre se cidadãos do Estados Unidos da América (USA) necessitam de visto de trabalho para trabalhar no Brasil, a grande maioria (mais de 50%) dos respondentes PDD (59.9%) e PII (55.6%) afirmaram que “discordam totalmente”, ou seja, contrários que a circulação de estadunidenses para o país seja livre.

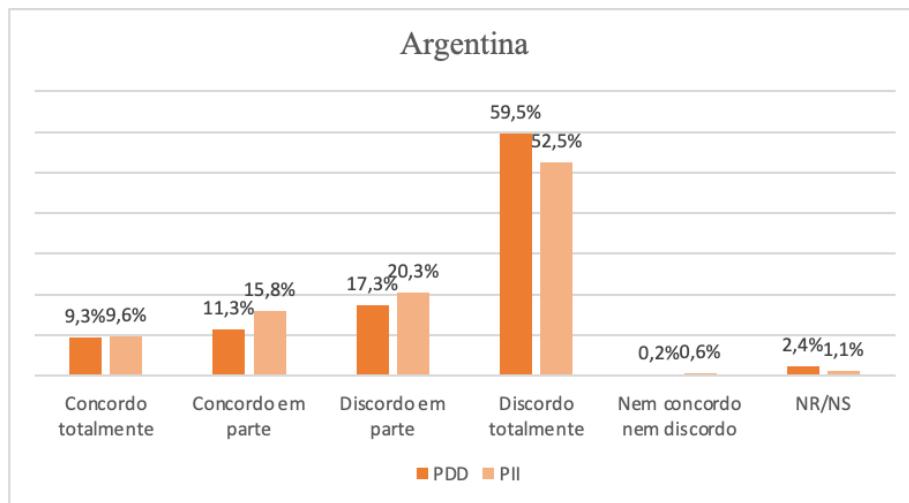
Em contrapartida, 10.5% (PDD) e 8.5% (PII) disseram “concordo totalmente” no ano de 2018 para o questionamento do survey, assim como 10.1% (PDD) e 14.1% (PII) para “concordo em parte”.



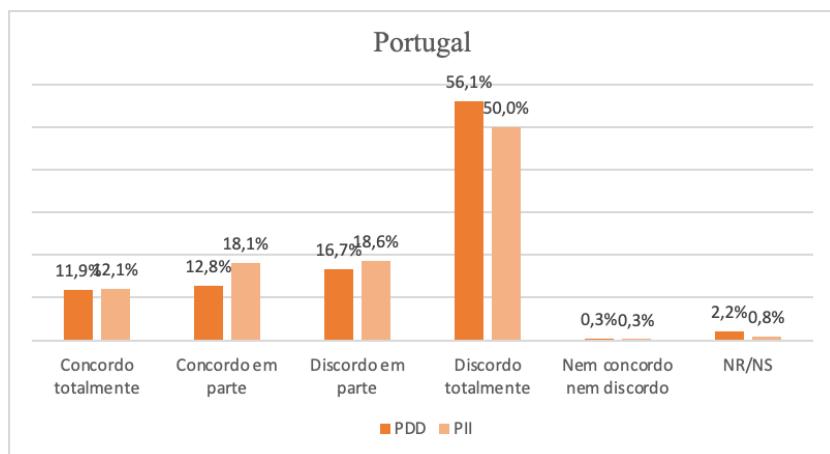
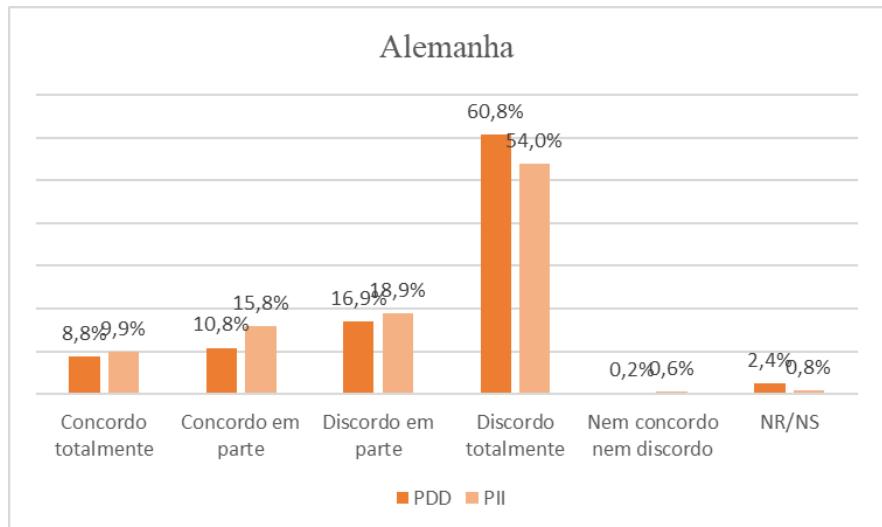
A mesma pergunta aplicada ao caso do México também apresentou resultado favorável à entrada de mexicanos no Brasil à trabalho: 58.7% (PDD) e 54.2% (PII) “discordo em parte”. No que concerne a não necessidade de visto, apenas um total de 20.4% (PDD) e 22.6% (PII) optaram por “concordo totalmente/concordo em parte”.



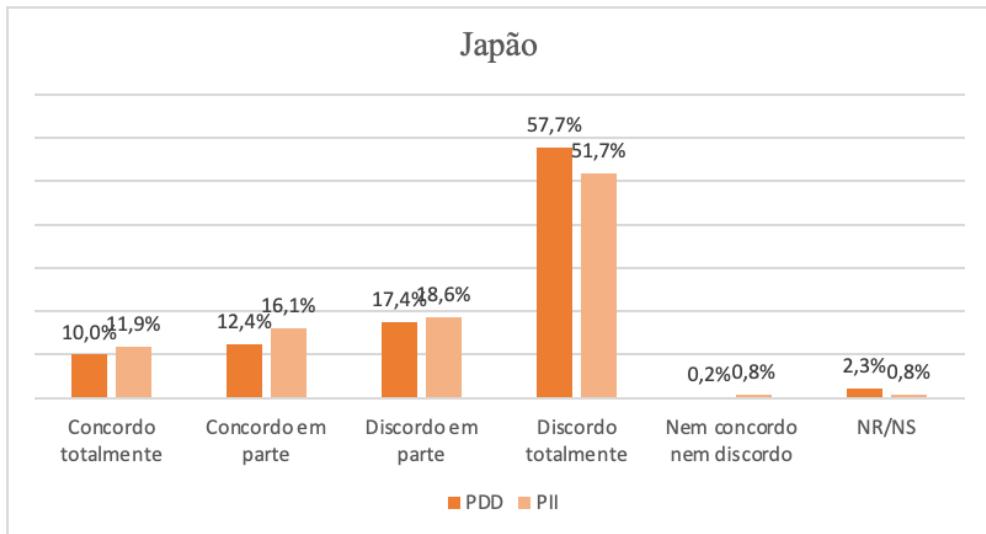
O caso da Venezuela segue o mesmo padrão observado para as demais nações: a necessidade de visto para trabalhar no Brasil. Os PDD e os PII escolheram a opção de “discordo totalmente” em 57.9% e 54% das respostas, respectivamente. Apenas 22% (PDD) e 25.4% (PII) escolheram “concordo totalmente” e/ou “concordo em parte” no ano de 2018.



A Argentina é também vista como uma nação da qual deve ser exigida visto de trabalho para entrar no Brasil e atuar profissionalmente, como apontam os percentuais de 2018 de PDD e PII: 59.5% e 52.5%, respectivamente. Os valores daqueles que são favoráveis a livre entrada são de 20.6% (PDD) e 25.4% (PII) em “concordo totalmente” e “concordo em parte”.

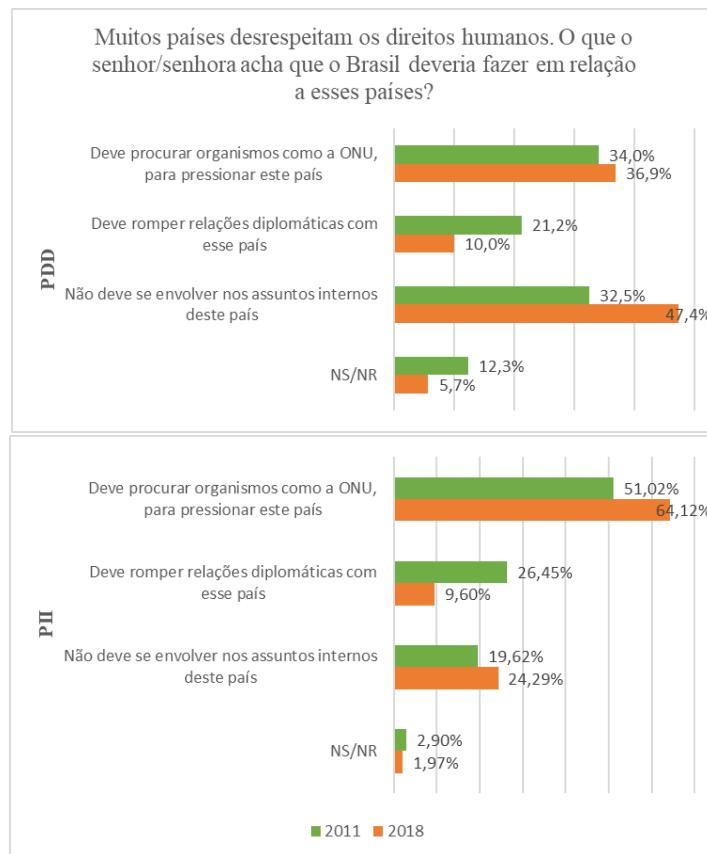


O caso de Portugal também serve para ilustrar a percepção dos PDD e PII sobre a necessidade de visto para estrangeiros trabalharem no Brasil ao analisar o percentual daqueles que optaram pela opção “discordo totalmente” no ano de 2018: 56,1% (PDD) e 50% (PII). De forma contrária, 11,9% (PDD) e 12,1% (PII) “concordo totalmente” com a livre entrada de portugueses no país.



Por fim, o Japão é a última nação na qual é questionada se os entrevistados do survey de 2018 concordam ou discordam com a entrada sem visto à trabalho no Brasil. Como observado nos demais casos, a maioria dos respondentes discordam com a entrada no país sem visto: 57.7% (PDD) e 51.7 (PII), enquanto um percentual de 22.4% (PDD) e 28 (PII) escolheram “concordo totalmente” e “concordo em parte”.

Direitos Humanos



Ao serem questionados sobre o que o Brasil deveria fazer com países que desrespeitam os direitos humanos, a maioria do público desinformado e desinteressado respondeu que a Nação “não deve se envolver nos assuntos internos deste país” (47.4%) em 2018. Diferentemente, 36.9% afirmaram que o Brasil “deve procurar organismos como a ONU, para pressionar este país”.

Para os informados, 64.1% (2018) “deve procurar organismos como a ONU, para pressionar este país”, um aumento de mais de 10% em relação a 2011. No mesmo ano, 24.3% “não deve se envolver nos assuntos internos deste país”.

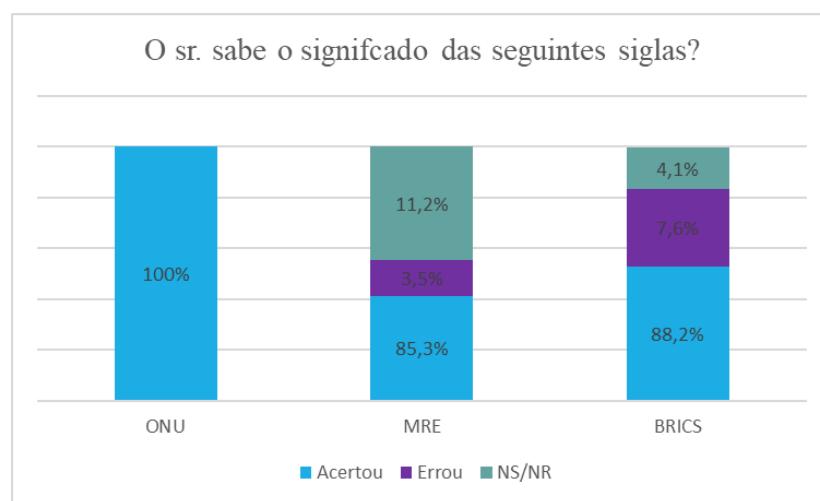
SEGUNDA PARTE - OPINIÃO DOS LÍDERES

Em 2019 a amostragem de líderes foi de 170 pessoas, essas lideranças se enquadravam em nove grupos: acadêmico, comitê editorial, firma, governo federal, grupos sindicais, jornalistas, militares, ONG's e sociedade civil e sindicato patronal

Devido ao fato de na categoria militares termos apenas um respondente, optamos por apresentar os dados de forma total e não por subcategorias.

CAPÍTULO 1- - Os brasileiros e o mundo: contato, conhecimento, informação e interesse

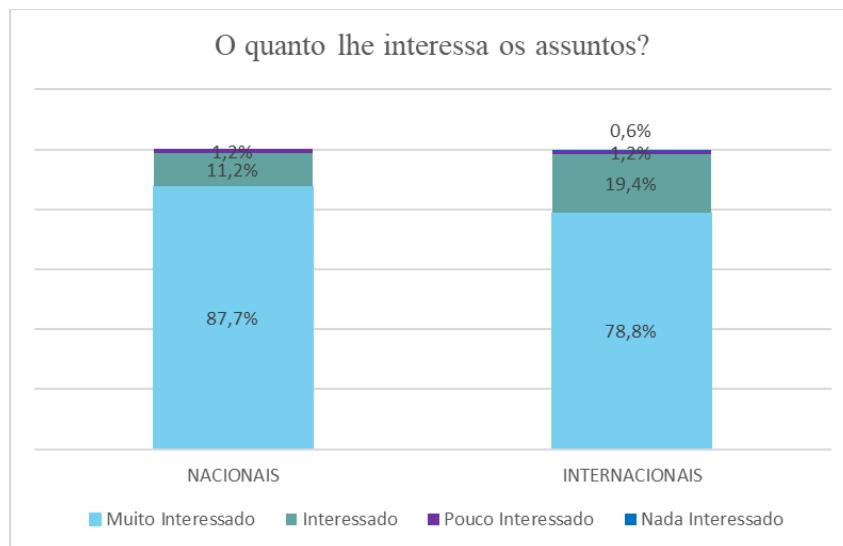
Contato e conhecimento



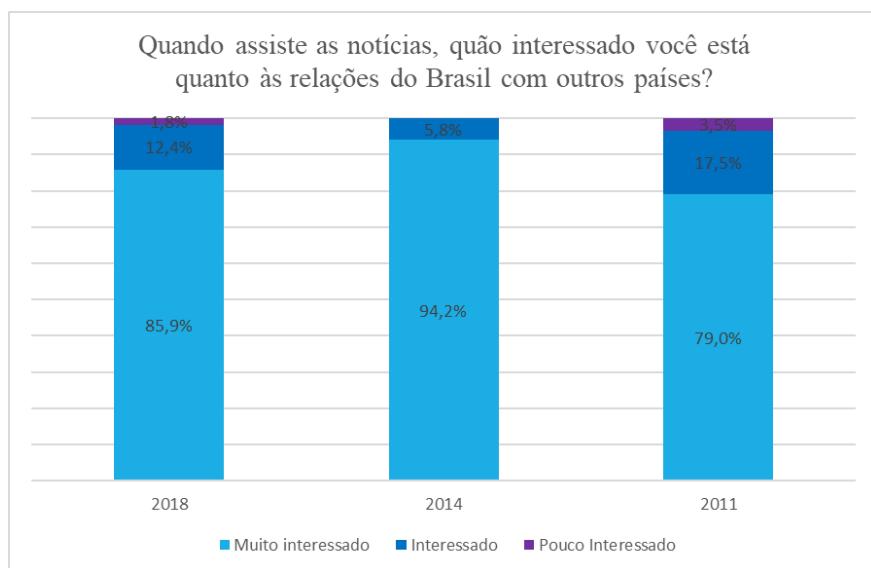
Para os líderes, essa questão apareceu somente em 2018, e como esperado, apresentaram resultados consideravelmente positivos quanto ao conhecimento das principais siglas da política externa brasileira. As porcentagens de acerto foram: 88,2%

(BRICS), 85,3% (MRE) e 100% (ONU). O maior percentual de erro foi para os BRICS (7,7%) e o “não sabe” para a sigla do MRE (11,2%).

Informação e interesse



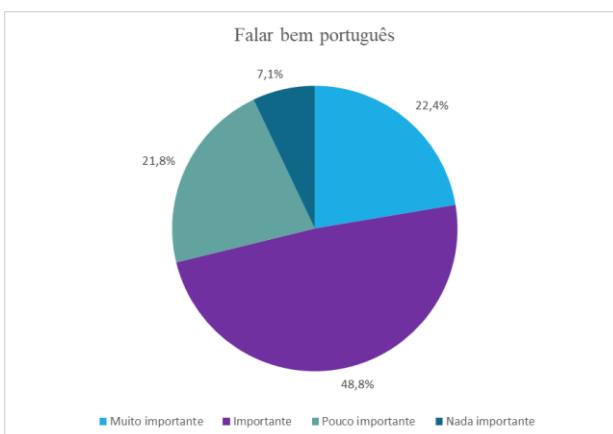
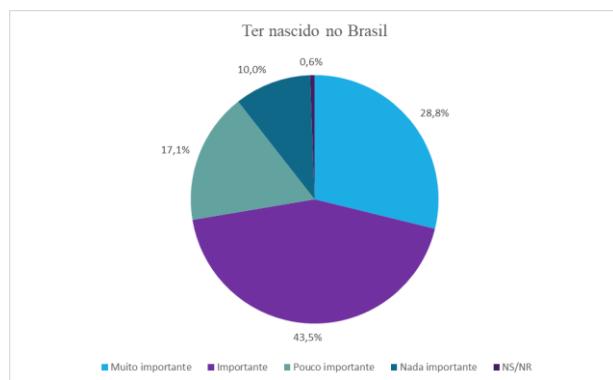
Observando de forma simultânea as respostas dos líderes quanto os assuntos nacionais e internacionais, os dados se concentraram sobretudo na resposta de “muito interesse”. Os assuntos nacionais obtiveram 87,7%, os internacionais, por sua vez, 78,8% dos resultados. A concentração em “pouco interessado” não chegou a 3%, com 1,2% em ambos. Somente 0,6% mostraram não possuir nenhum interesse no que concerne às pautas internacionais.



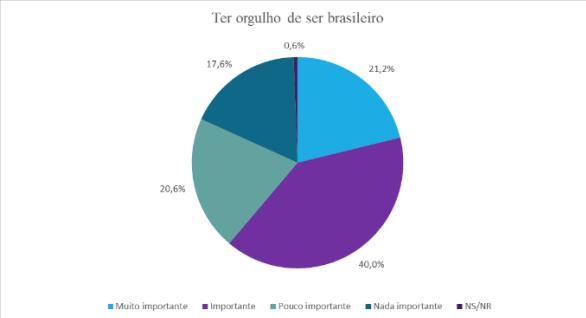
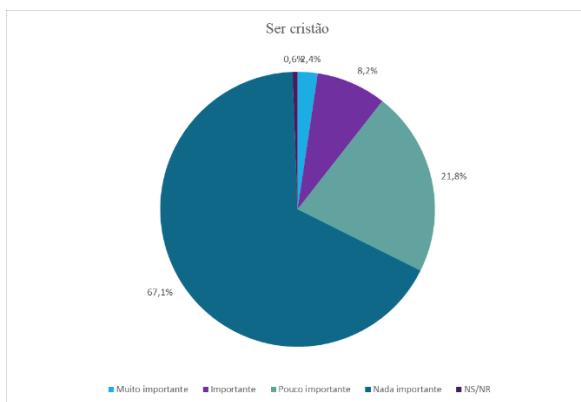
Os líderes apresentaram, em sua maioria, “muito interesse” nos três anos que foram consultados³. Os dados foram 91,5% em 2011, 93,3% em 2014 e 85,8% em 2018. O último ano de análise revelou uma diminuição de quase 10% daqueles que se identificavam com tal perspectiva. É neste mesmo ano em que há um aumento dos que pouco se interessam, pulando de 0% em 2014 para 1,8%. Para os que somente se interessam pelo tema, o mesmo é perceptível.

Capítulo 2 – Identidade e Cultura

Considerando que as pessoas tem visões diferentes sobre o que é ser brasileiro, foi listado aos líderes um conjunto de características e perguntado o quanto eles achavam que cada uma era importante para que alguém fosse considerado brasileiro.



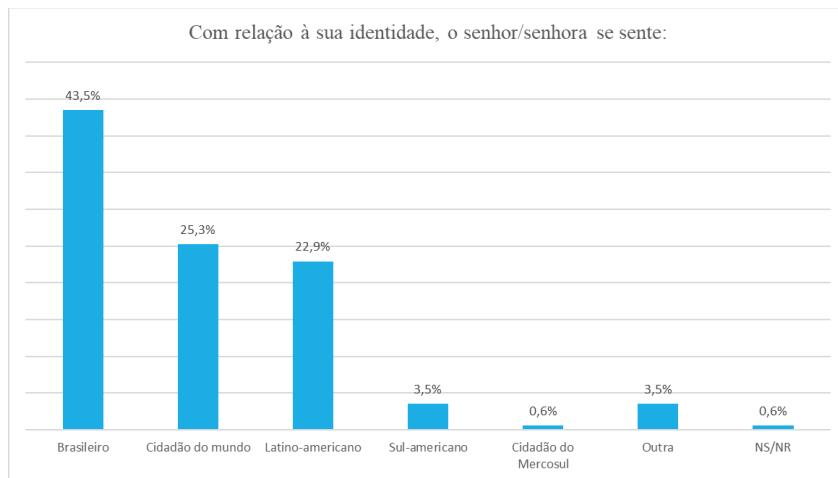
³ Nos anos anteriores, 2014 e 2011, a classificação foi diferente dividia-se em: “muito”, “médio”, “pouco”, “nada”, “não assisto as notícias” e “NS/NR”. “Muito” ficou “muito interessado”, “médio” ficou “interessado”, “pouco” ficou “pouco interessado” e “nada” ficou “nada interessado”, as outras duas opções estão iguais.



Em 2018 a pergunto pela primeira vez acerca de quais aspectos são importantes para "ser brasileiro". De modo geral, os aspectos considerados mais importante foram "ter nascido no Brasil" e "falar bem português" com a soma de respostas "importante" e "muito importante" atingindo 72,4% e 71,2%, respectivamente. Um outro aspecto que também foi considerado importante foi o de "ter orgulho de ser brasileiro" que somou 61,9% nas respostas assinaladas como "importante" e "muito importante".

O respeito aos símbolos do país como o hino e a bandeira obteve maior dispersão nas respostas com 30,6% dos entrevistados considerando de pouca importância, 26,5% consideraram importante e 25,3% consideraram nada importante.

O aspecto "ser cristão" foi o considerado menos importante com 67,1% dos entrevistados afirmando que é um aspecto "nada importante". A soma dos que consideram o aspecto "importante" e "muito importante" é de apenas 10,6%.

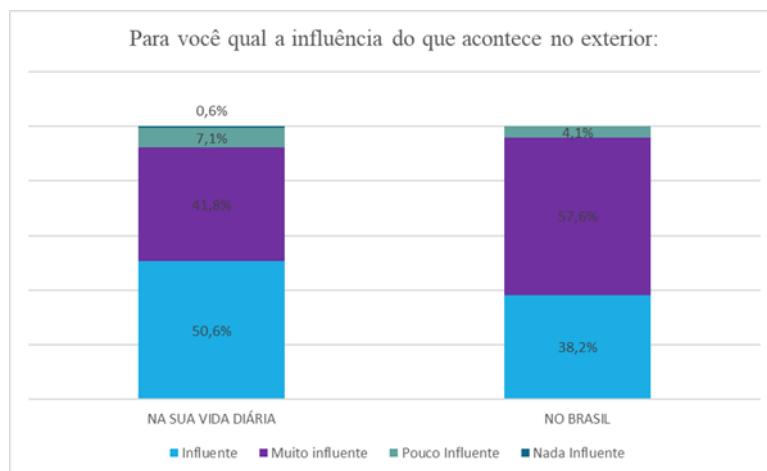


Em 2014, o grupo líderes foi questionado apenas acerca de sua identidade regional/internacional. Uma maioria de 53,3% apresentou-se como "Cidadã do Mundo". As opções de identidade regionais (Latino-americano, Sul-americano e do Mercosul) somaram 35,8%.

Em 2018, uma pergunta semelhante foi realizada com uma mudança: acrescentou-se a categoria "Brasileiro" nas respostas. A nova categoria foi a mais assinalada com 43,5% das respostas. A segunda e a terceira identidade mais assinaladas foram Cidadão do mundo (25,3%) e latino-americano (22,9%), respectivamente. A inclusão da nova alternativa "Brasileiro" não permite maiores comparações quantitativas entre os anos.

CAPÍTULO 3 – O Brasil e o mundo

Atitudes frente ao mundo

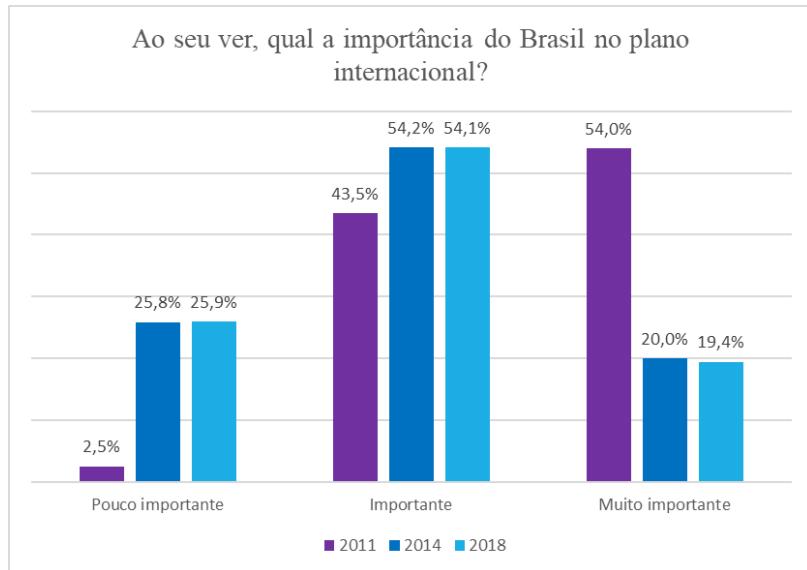


Os líderes, quando questionados acerca da influência do que acontece no exterior em suas vidas, responderam em 51% das vezes que se trata de algo “influente”. De forma igualmente expressiva foi aqueles que afirmaram “muito influente”: 42%.

Portanto, a soma dos valores positivos de 2018 representam a vasta maioria, enquanto apenas 7% dos entrevistados apontaram para “pouco influente”.

A mesma pergunta, agora referente ao grau de influência no Brasil, foi percebida pelos líderes em 2018 como “muito influente” (58%).

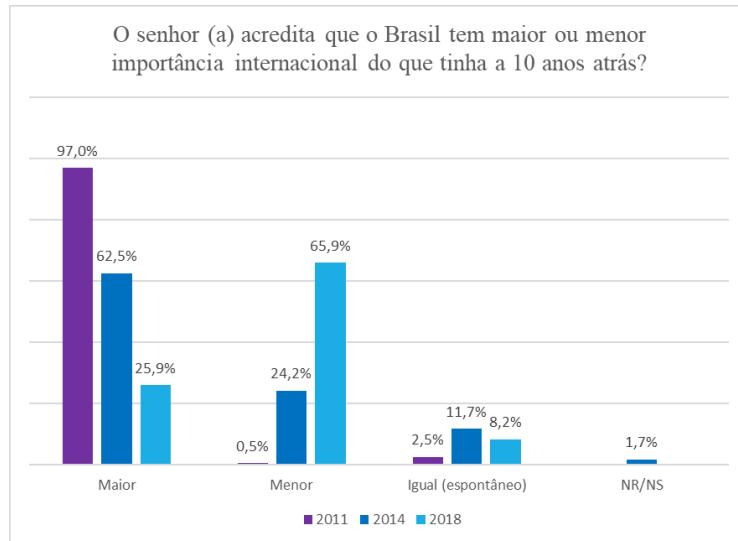
De modo semelhante, a categoria de “influente” também concentrou considerável percentual com 38%, em contraste a apenas 4% dos entrevistados que veem os acontecimentos do exterior como pouco relevantes ao país.



Os líderes, nos três anos de *survey*, afirmaram em sua maioria que o Brasil é “importante” ou “muito importante” no plano internacional. Tal é, os valores obtidos na categoria “muito importante” foram: 54,0% (2011), 20,0% (2014) e 19.4% (2018).

Contudo, apesar da aparente diminuição da percepção positiva pelos entrevistados no decorrer dos anos, a categoria “importante” manteve o seu destaque: 43.5% (2011), 54.2% (2014) e 54.1% (2018).

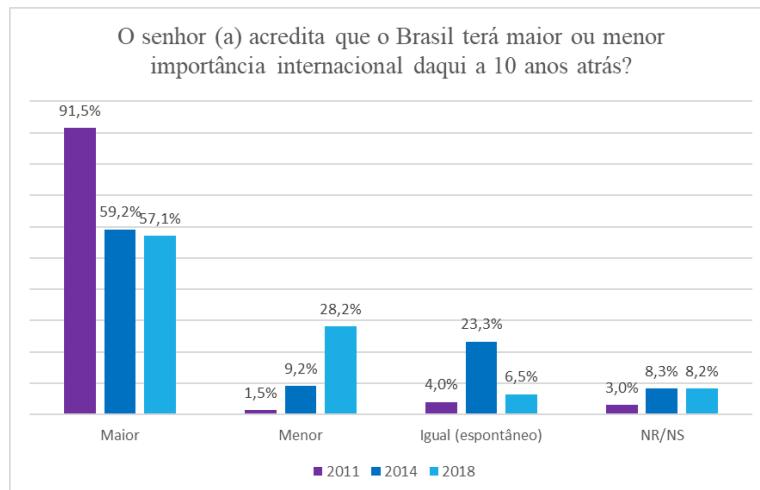
Por fim, é também necessário chamar a atenção para o deslocamento visível em “pouco importante” que, apesar de não representar nem 30% das respostas, aumentou entre 2011 (2.5%) a 2018 (25.8%).



Os líderes, inicialmente no ano de 2011, apresentaram uma perspectiva positiva acerca do grau de influência que o Brasil possui (97%).

Contudo, com a análise dos anos de 2014 e 2018, percebe-se que essa visão comparativa a 10 anos atrás mudou, aumentando o número daqueles que afirmam o Brasil ter uma importância menor: 24.2% (2014) e 65.9% (2018).

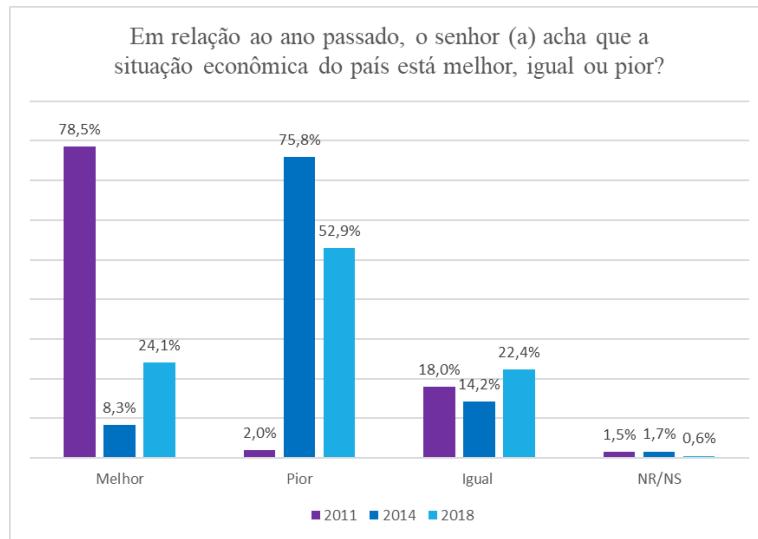
Desse modo, é possível concluir que a noção da importância internacional do Brasil mudou de forma significativa, com apenas 25.9% (2018) mantendo uma perspectiva favorável.



“O Brasil terá maior ou menor importância internacional daqui a 10 anos” é uma questão percebida pelos líderes de forma positiva “maior” mas com uma constante

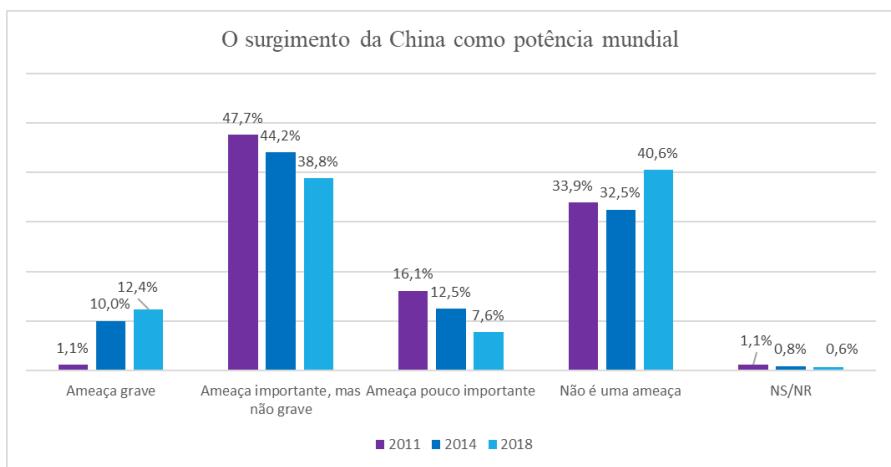
diminuição no número de respondentes, indo de 91.5% (2011), para 59.2% (2014) e, por fim, 57.1% (2018).

Esse movimento se torna também perceptível ao analisar os dados referentes a categoria “menor”, o qual variou de 1.5% (2011) para 28.2% (2018).

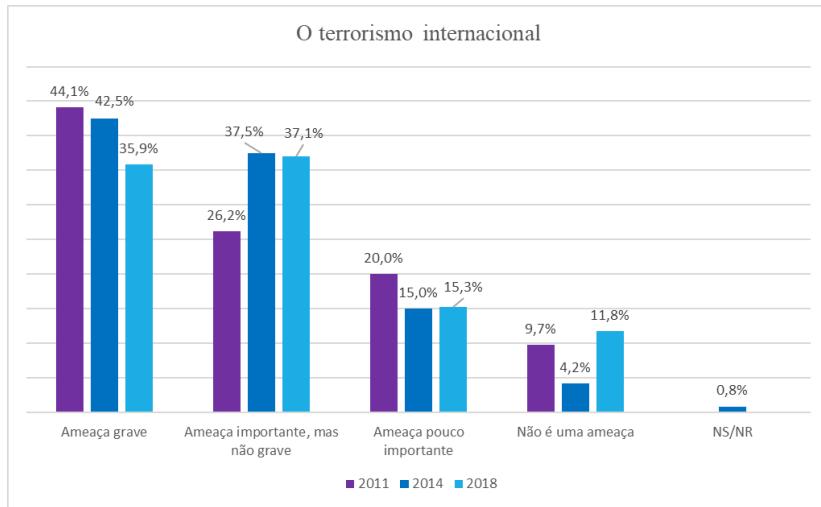


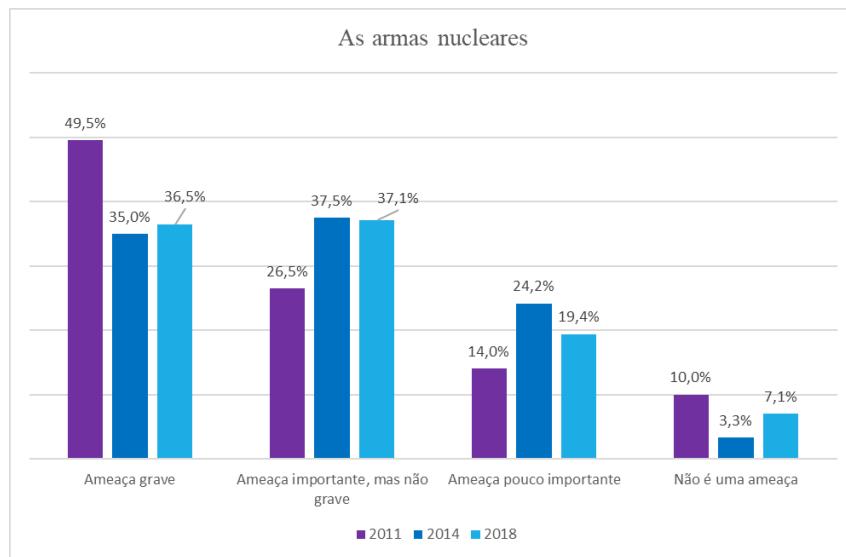
Questionados se a situação econômica do Brasil está melhor, igual ou pior em relação ao ano passado, os respondentes em 2011, em sua maioria, afirmaram estar melhor (78.5%), enquanto em 2014 e 2018 as respostas se concentraram em uma visão negativa: 75.8% e 52.9%, respectivamente. Ao fim, apenas 22.4% responderam estar igual a situação do país de 2018 em referência a 2017.

Um outro conjunto de questões para verificar a atitude da opinião pública frente ao mundo foi “Agora vou ler uma lista de assuntos que podem afetar os interesses do Brasil nos próximos 10 anos. Diga-me, para cada um, se os considera como uma ameaça grave, uma ameaça importante mas não grave ou como uma ameaça pouco importante, ou não é uma ameaça para o Brasil”. Apresentamos os dados nos gráficos a seguir.

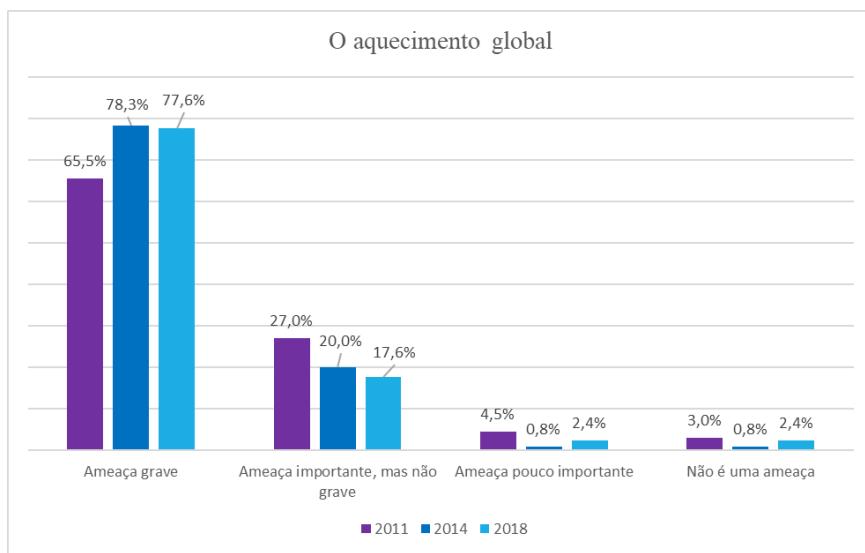


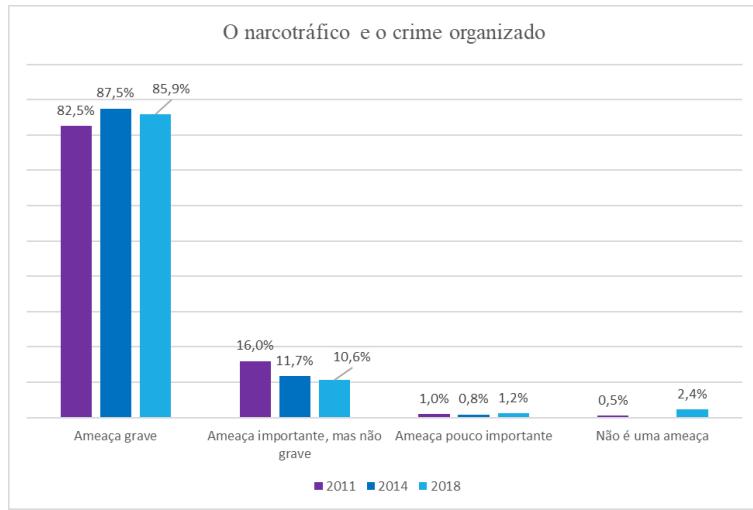
A questão acerca do surgimento da China como potência mundial guarda resultados interessantes. Apesar da maioria de 51,2% dos entrevistados das elites considerar esta questão como uma ameaça grave ou importante, 40,6% avaliam que o surgimento da China como potência mundial não é uma ameaça, sendo este disparado o maior percentual de “não é uma ameaça” entre todos os temas selecionados que podem ser interpretados como “ameaças internacionais”.



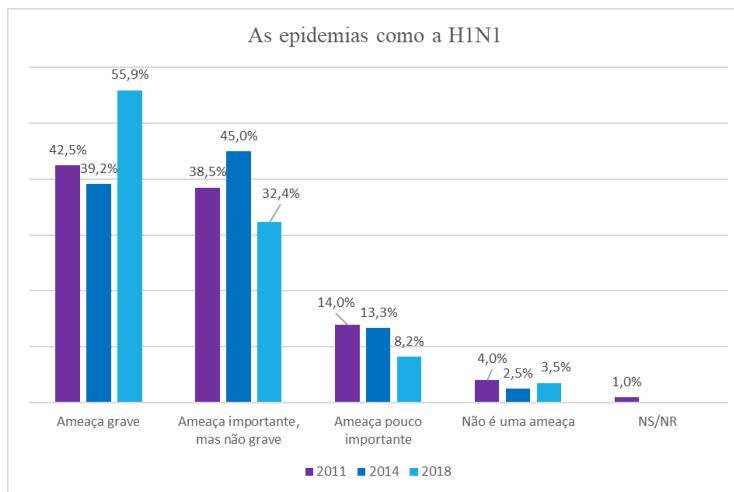


O terrorismo internacional assim como as armas nucleares são percebidos de forma geral pelos líderes como uma ameaça que pode afetar o Brasil nos próximos 10 anos.

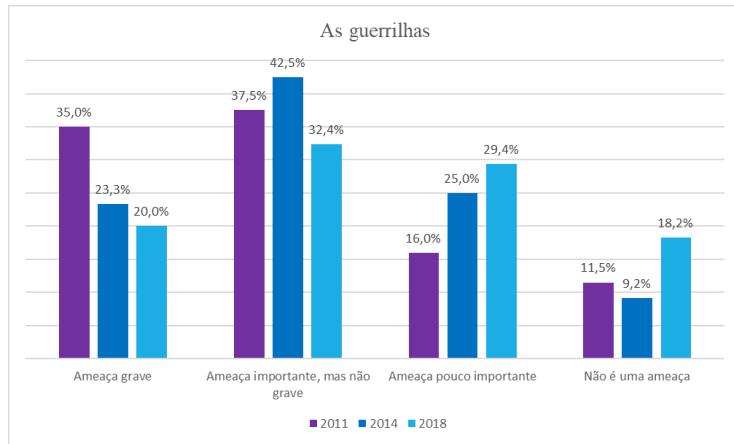




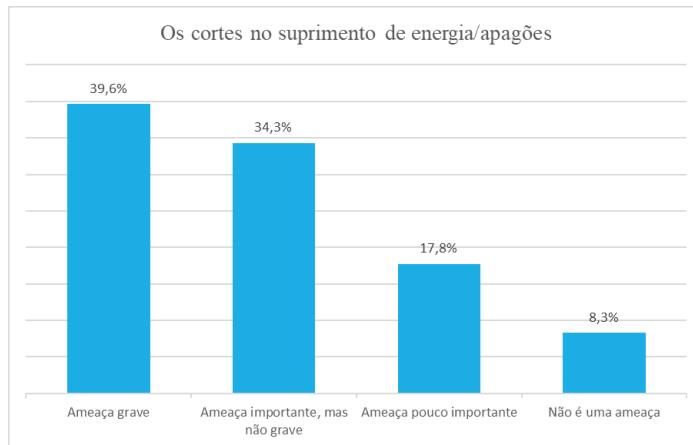
As respostas sobre o aquecimento global e o narcotráfico e o crime organizado, seguem um mesmo padrão tanto entre os anos quanto entre as questões, em que ambos são percebidos pela maioria dos líderes como uma ameaça grave que pode afetar o Brasil nos próximos 10 anos.



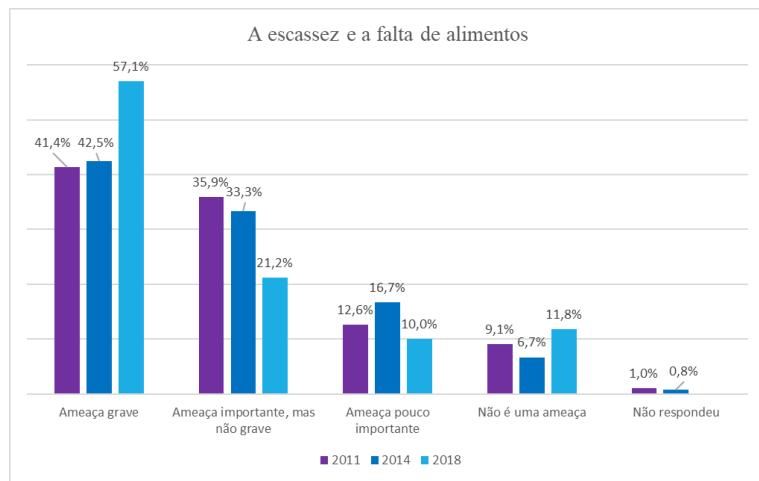
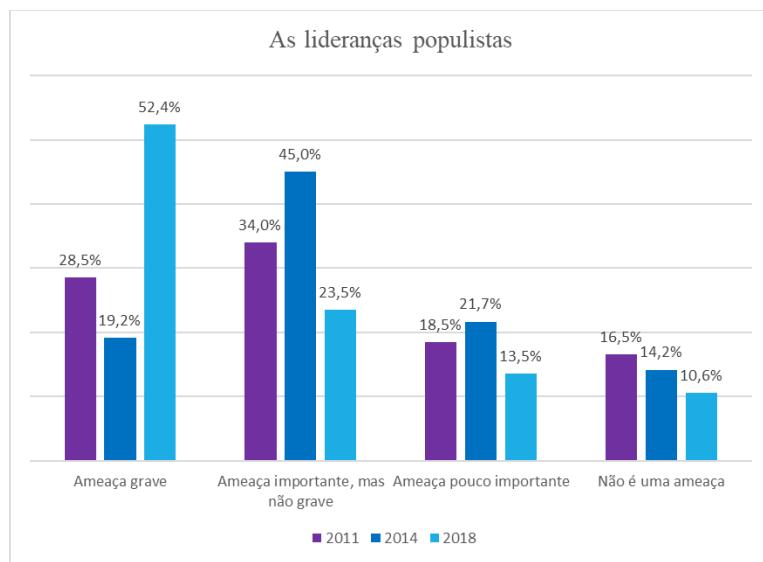
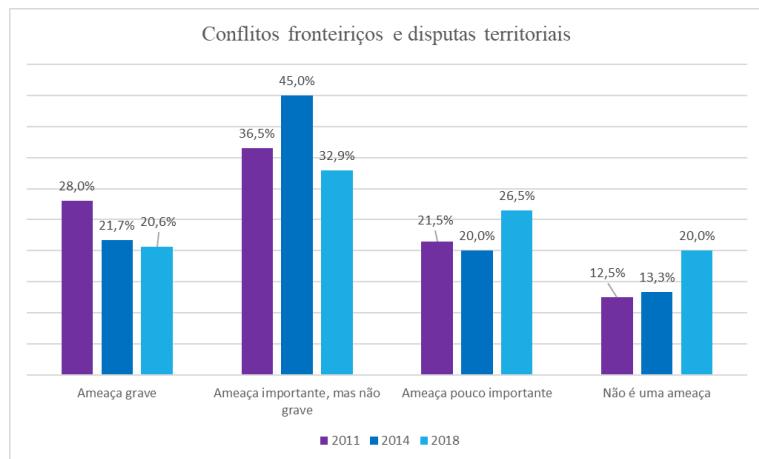
As epidemias como a H1N1 são vistas pela maioria dos líderes como uma ameaça ao Brasil. No entanto vale destacar, que em 2018 houve um aumento em relação aos surveys anteriores entre aqueles que consideravam uma ameaça grave.

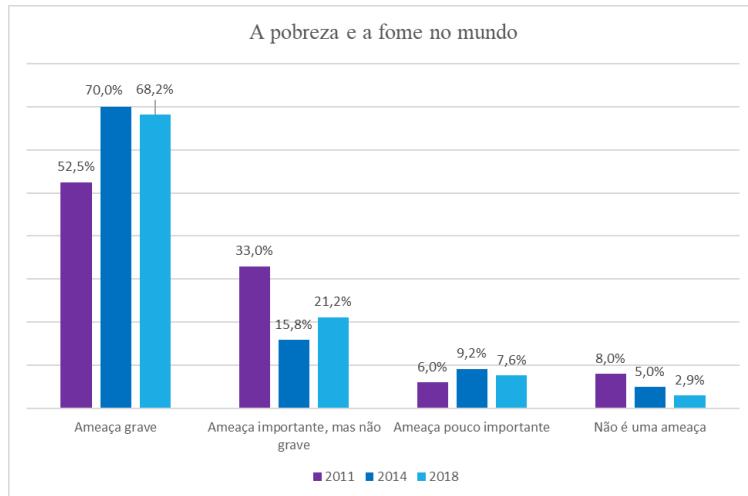


No que tange a temática das guerrilhas entre houve uma diminuição considerável entre aqueles que a consideravam uma ameaça grave, saindo de 35% em 2011 para 20% em 2018.



Em relação aos cortes no suprimento de energia /apagões foi uma questão que apareceu para os líderes apenas em 2018 e a maioria consideram a questão uma ameaça.



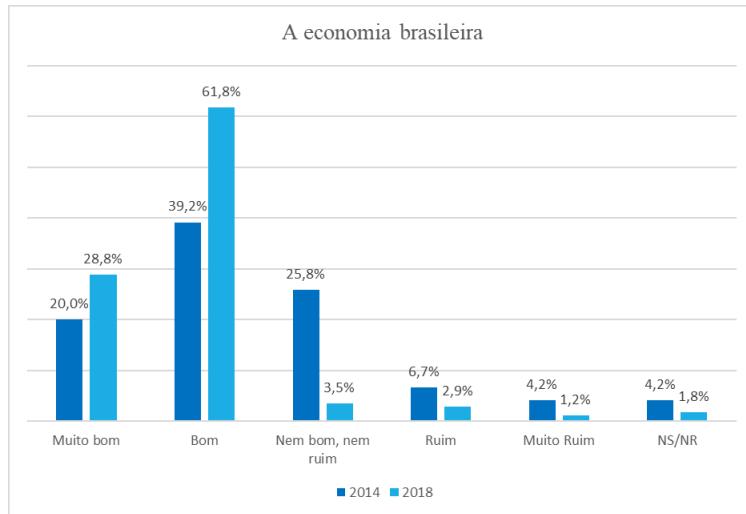


Logo, quando perguntados sobre questões selecionadas que podem ser interpretadas como “ameaças internacionais”, as principais ameaças identificadas como graves ou importantes são o narcotráfico e o crime organizado (96,5%) e o aquecimento global (95,2%). Em seguida vem a ameaça de uma epidemia global, classificada por 88,3% dos entrevistados como ameaça grave ou importante. Deve-se destacar que atualmente a percepção acerca do perigo de uma epidemia global deve ter se alterado, visto que a aplicação do questionário foi realizada antes da eclosão da pandemia de Covid-19.

Outras questões também identificadas como ameaça grave ou importante foram as armas nucleares e o terrorismo internacional. Dentre os entrevistados, 73,6% e 73% consideram, respectivamente, as armas nucleares e o terrorismo internacional como ameaças graves ou importantes. Com relação às guerrilhas, 52,4% as consideram como ameaça grave ou importante, e 29,4% como uma ameaça pouco importante.

Atitudes frente a globalização

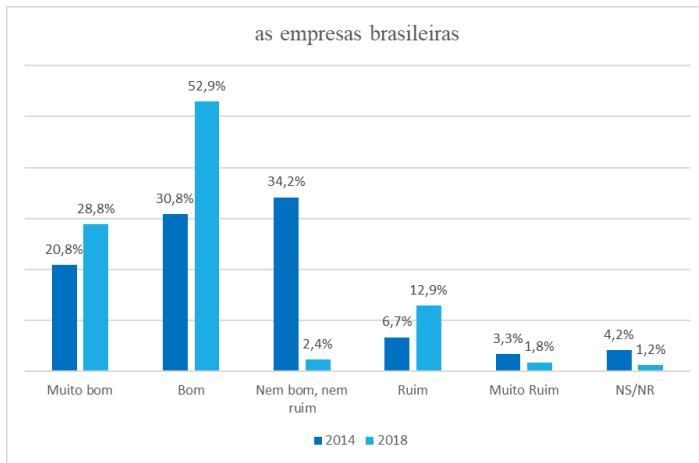
O primeiro grupo de questões desse item foi: “você acredita que o maior contato da nossa economia com outras economias do mundo, também conhecido como globalização, é bom ou ruim para (...)?”. A seguir, os temas que foram perguntados e a opinião dos líderes sobre a questão.



Questionados acerca do maior contato da economia brasileira com as demais do mundo, a maioria dos líderes — no ano de 2018 —, responderam de forma positiva a preposição. Ou seja, 90.6% dos entrevistados vêem de forma positiva a globalização, sendo 28.8% “muito bom” e 61.8% “bom”.

Ainda no mesmo ano, apenas 1.2% dos líderes acreditam que o maior contato da economia nacional com as internacionais é algo “muito ruim”.

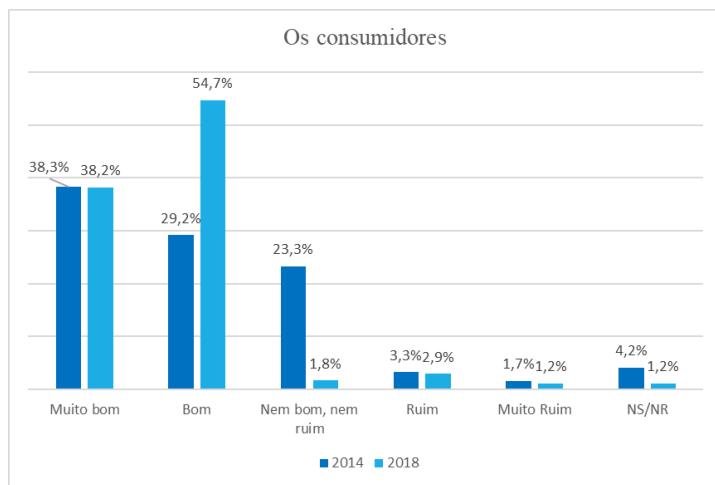
No que diz respeito ao ano de 2014, a proporção dos que viam como algo “muito ruim” também era mais alta em 2014 (4.2%) do que em 2018 (1.2%).



A mesma pergunta, agora em relação às empresas brasileiras, obteve os seguintes resultados: Em 2014, 30.8% afirmavam que o maior contato da economia brasileira com

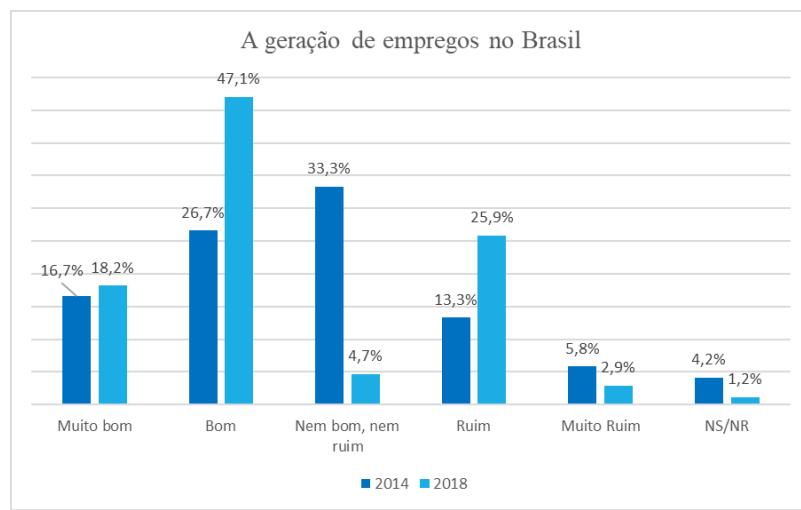
estrangeiras seria “bom” para as empresas nacionais. No segundo ano de análise, 2018, essa opção obteve 52.9%. Ou seja, um aumento de 21.1%.

É necessário também destacar dois pontos: Em 2014, a maioria das respostas dos líderes (34.2%) foram “nem bom, nem ruim”. Diferentemente, 12.9% (2018) dos participantes afirmaram que se tratava de algo “ruim” para as empresas do Brasil.



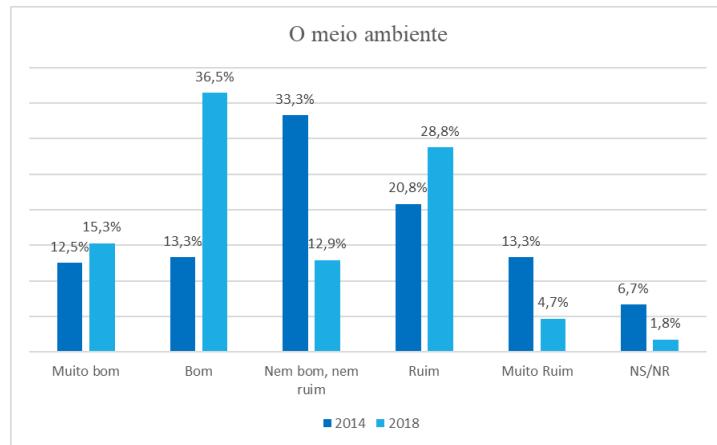
A questão referente se o maior contato da economia brasileira com as outras do mundo é bom ou ruim para os consumidores foi interpretada por 92.9% dos respondentes de forma positiva; a soma de “muito bom” (38.2%) e “bom” (54.7%). Um aumento percentual considerável em relação à soma do ano de 2014 (67.5%).

Apesar de ambos os anos terem majoritariamente registrado respostas positivas ao impacto das relações econômicas do Brasil com outros países, um total de 23.3% (2014) dos líderes consideram isso algo “nem bom, nem ruim”, contudo, esse percentual diminuiu para apenas 1.8% no segundo ano de survey (2018).



O tópico referente a “geração de empregos no Brasil” quanto a globalização da economia brasileira foi percebida por 33.3% (2014) dos líderes como algo “nem bom, nem ruim”, valor que decaiu para 4.7% (2018).

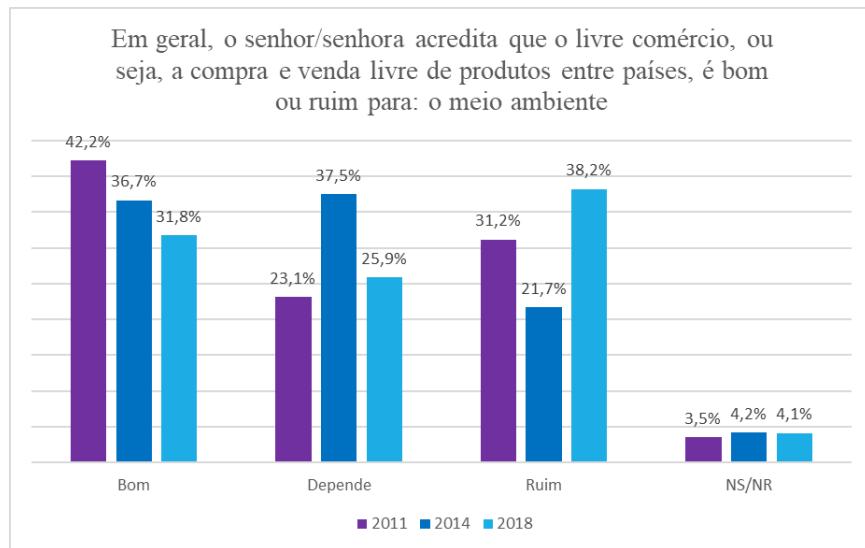
Em um segundo momento de entrevista com os líderes os percentuais de “bom” foram de 33.3% (2014) para 47.1% (2018). Contudo, também houve um aumento da rejeição, “ruim”, indo de 13.3% (2014) para 25.9% (2018).



Por fim, no que concerne se a globalização é algo bom ou ruim para o meio ambiente, os líderes responderam em 2018 que o maior contato da economia brasileira com a de outros países é 36.5% “bom”.

Simultaneamente, para 28,8% é “ruim”. Em relação a 2014, apenas 13.3% viam de forma positiva, sendo a maioria das respostas do período concentradas na opção “nem bom, nem ruim” (33.3%).

O segundo grupo de questões desse item, foi se os líderes acreditavam que o livre comércio, ou seja, a compra e venda livre de produtos entre países, é bom ou ruim para determinados temas. Segue as respostas abaixo.



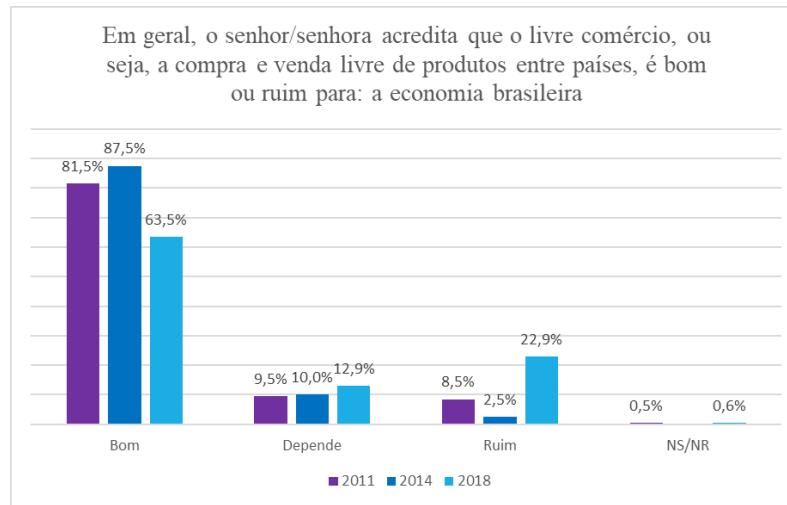
Nos três surveys, quando questionados se o livre comércio é algo bom ou ruim para o meio ambiente, os líderes apresentaram respostas variantes no decorrer do tempo. Em 2011, 42.2% dos entrevistados afirmavam que a livre compra e venda de produtos entre países é algo “bom”, apesar de no mesmo ano 31.2% discordarem (“ruim”).

Em 2016, houve uma diminuição daqueles que viam o livre comércio como algo positivo para o meio ambiente, passando a ser 36.7%. Um percentual de 37.5% afirmava se tratar de algo que “depende”, enquanto apenas 21.7% identificava como “ruim”.

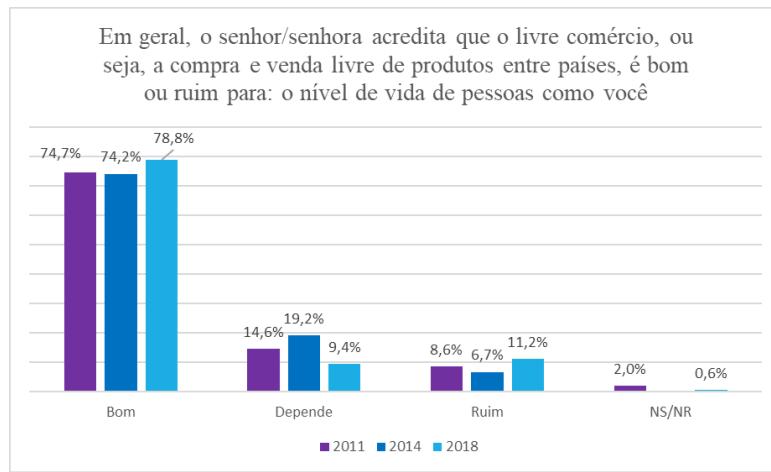
Quanto ao último ano de análise, 2018, foi o período que apresentou os menores valores de “bom” (31.8%), de forma a aumentar o número de líderes que acreditam que o livre comércio é maléfico para o meio ambiente (38.2%).

Conclui-se que entre os anos de análise houve uma mudança, mesmo que sutil, na forma dos líderes perceberem os impactos do livre comércio sobre o meio ambiente. A diminuição daqueles que vêm de forma positiva, de 42.2% (2011) para 31.8% (2018),

assim como a ampliação do número de respondentes que apontam ser algo “ruim”, de 31.2% (2011) para 38.2% (2018).

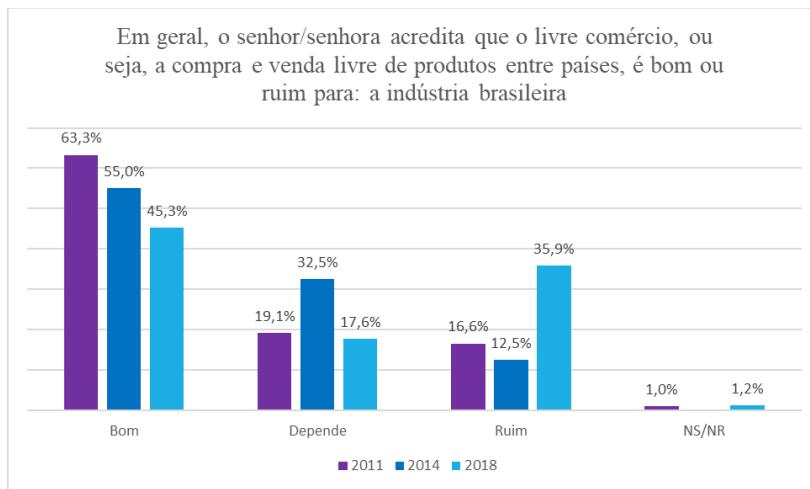


Nos 3 anos de análise, os líderes responderam que o livre comércio é “bom” para a economia brasileira, variando os valores entre 81.5% (2011), 87.5% (2016) e, o menor valor registrado, 63.5% (2018). A queda no último ano pode ser associada com o aumento no número de respondentes que passaram a ver a venda e compra livre de produtos entre países como algo “ruim” (22.9%) para a economia nacional.



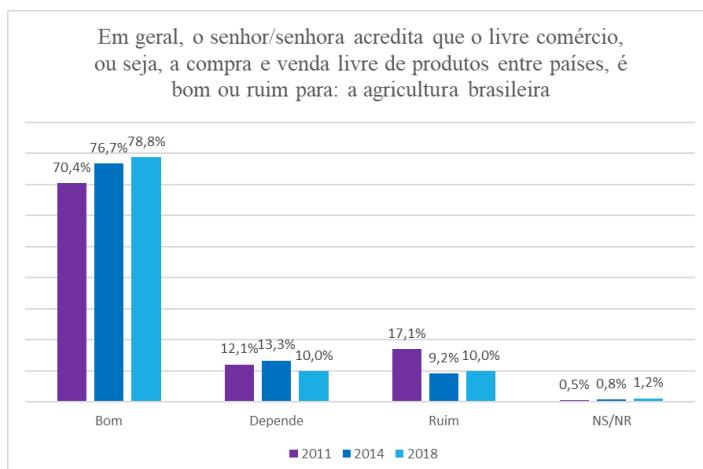
No que diz respeito à questão “ao nível de vida de pessoas como você”, os líderes apresentaram percentuais positivos nos 3 anos em que foram interrogados. Os valores foram: 74.7% (2011), 74.2% (2016) e 78.8% (2018).

Nota-se que o ano que obteve maior valor “bom” (2018), foi também o período em que houve uma maior quantidade de respondentes afirmando que o livre comércio era algo “ruim” para o seu nível de vida (11.2%).



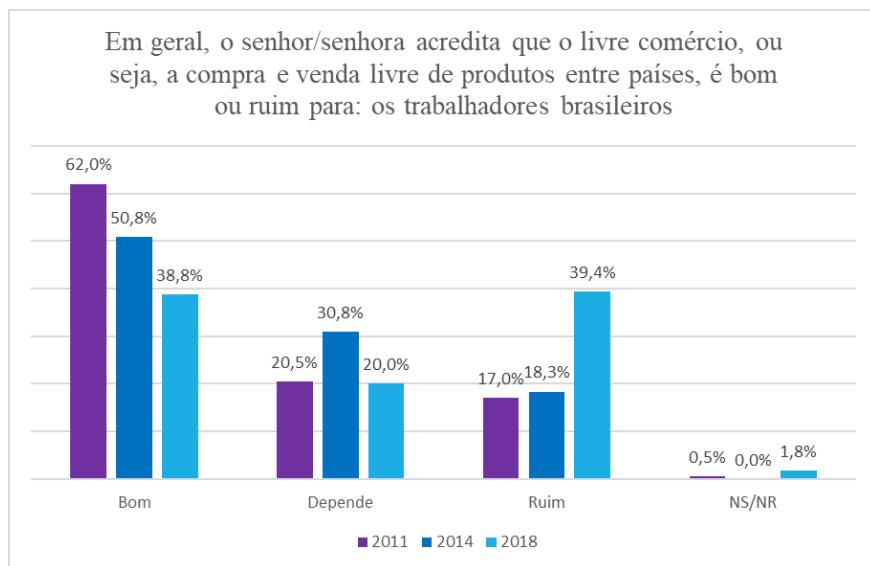
Para a indústria brasileira, o livre comércio é percebido, em geral, de forma positiva pelos líderes. No caso de 2011, por exemplo, 63.3% dos líderes responderam “bom”. Contudo, esse percentual foi progressivamente diminuindo com o passar dos anos, alcançando 55% (2016) e 45.3% (2018).

Em paralelo a este movimento de diminuição daqueles que acreditam que a livre compra e venda de produtos entre países é algo positivo, houve o aumento dos entrevistados que criticam, indo de 16.6% (2011) para 35.9% (2018) “ruim”.



O livre comércio é compreendido pelos líderes nos três anos de análise como algo “bom” para a agricultura brasileira, sendo os percentuais obtidos, respectivamente: 70.4%

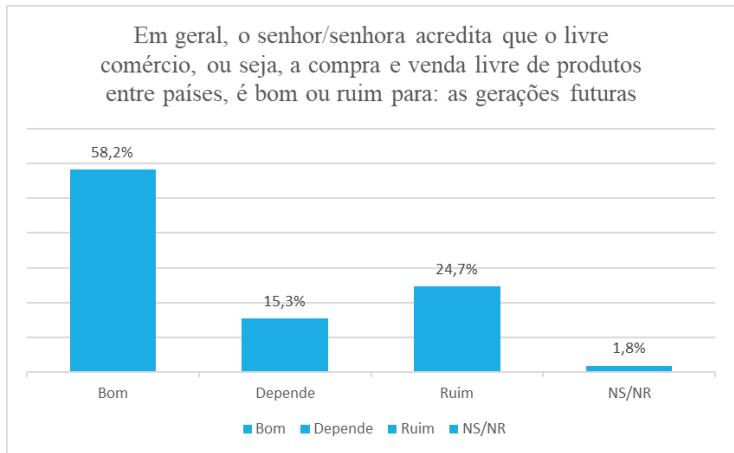
(2011), 76.7% (2016) e 78.8% (2018). O ano de 2011 foi também o que apresentou maior resistência dos respondentes, com 17.1% afirmando ser algo “ruim”.



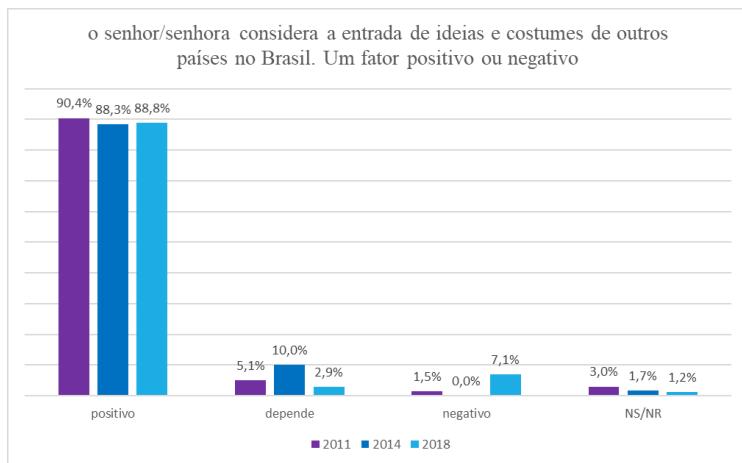
No que diz respeito se o livre comércio global é positivo ou não para os trabalhadores brasileiros, as respostas dos entrevistados variaram no decorrer dos anos. A diminuição no número daqueles que identificavam como algo “bom” e com um respectivo aumento dos que veem de forma negativa (“ruim”).

Em 2011, 62% dos entrevistados responderam que a livre circulação era positiva, esse percentual caiu para 50.8% (2016) e, por fim, para 38.8% (2018).

Quanto à mudança dos que passaram a perceber de forma crítica os impactos do livre comércio para os trabalhadores brasileiros, os valores foram de 17% (2011), 18.3% (2016) para 39.4% (2018). Portanto, uma evidente reconfiguração de entendimento do assunto.



Por fim, a mesma pergunta foi realizada aos líderes, mas agora buscando questionar se o livre comércio é algo bom ou ruim para as gerações futuras. Uma interrogação presente apenas no *survey* de líderes do ano de 2018. As respostas foram 58.2% como “bom”, 24.7% “ruim”.

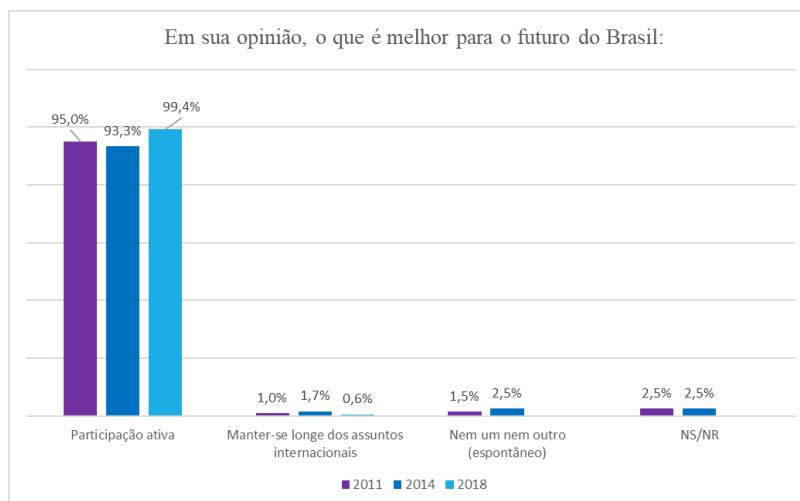


A entrada de ideias e costumes de outros países no Brasil⁴ foi vista de forma amplamente positiva pelos líderes entrevistados nos 3 anos de análise. Os percentuais variaram entre 90.4% (2011) —o maior valor observado—, 88.3% (2016) e 88.8% (2018).

⁴ Para a realização deste gráfico e a possibilidade de comparação entre os anos, houve um ajuste quanto a escala de 2018, a qual originalmente apresentava categorias como “muito positivo”, “muito negativo” e “indiferente”, estas tiveram seus valores incorporados em “positivo”, “negativo” e “depende”, respectivamente.

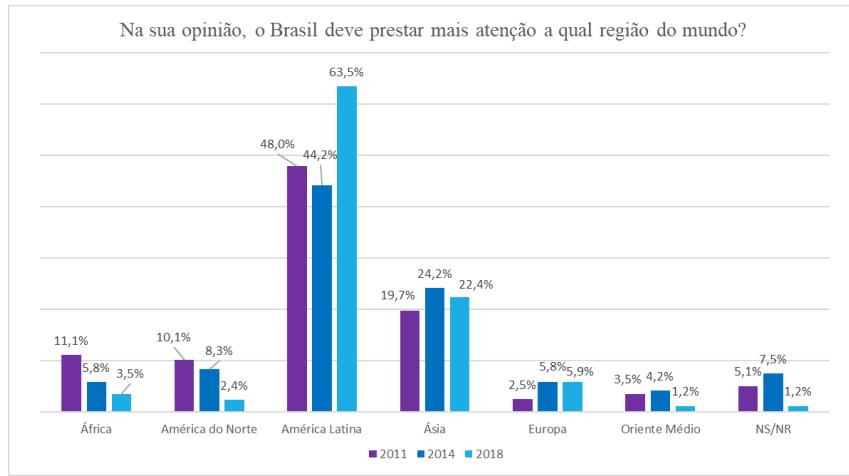
Destaca-se que, apesar da percepção ser em geral positiva, o ano de 2018 apresentou o maior número de respostas negativas: 7.1%. Atitudes frente aos outros países

Atitudes frente aos outros países



A maioria dos líderes acreditam que o melhor para o futuro do Brasil é manter a participação ativa nos assuntos internacionais.

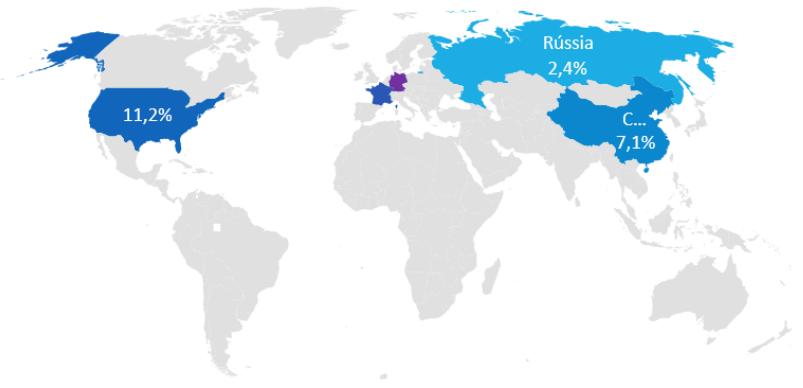




A maior parte dos líderes (80,0%) acreditam que o Brasil deveria ocupar um eventual novo assento para representar a América Latina.

Acerca de qual região do mundo o Brasil deveria prestar mais atenção, para os líderes, verifica-se uma crescente na parcela dos que acreditam que o Brasil deveria se dedicar à América Latina, partindo de 44,2% em 2014 para 63,5% em 2018.

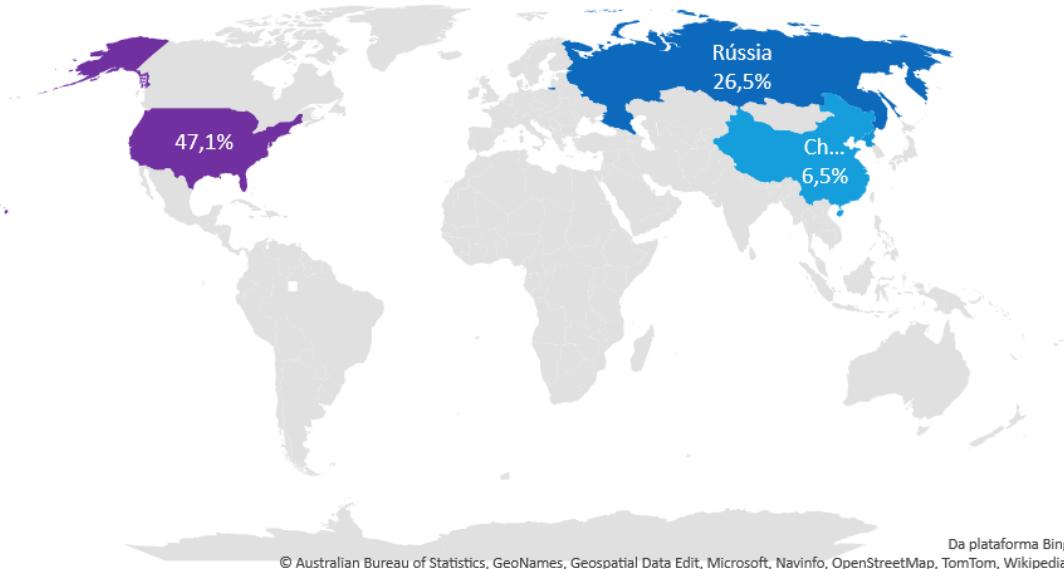
Vou listar alguns países, e gostaria de saber: Qual lhe inspira maior confiança para manter a paz no mundo?



Da plataforma Bing
© Australian Bureau of Statistics, GeoNames, Geospatial Data Edit, Microsoft, NavInfo, OpenStreetMap, TomTom, Wikipedia

⁵ 0,59 responderam não sabe, 16,47% responderam nenhuma e 44,12% responderam “outro”, desses 44,12%, 17,7% disseram Alemanha

Vou listar alguns países, e gostaria de saber: Qual lhe inspira menor confiança para manter a paz no mundo?



6

2,4% responderam nenhum, 0,6% não responderam e não sabem e 16,5% responderam “outro”, sendo que 10% desses disseram Coreia do Norte, por isso incluímos no mapa.

Com relação ao país que mais inspira confiança para manter a paz no mundo, não há consenso entre os líderes, com nenhuma nação agregando mais de 20% das escolhas. Por outro lado, quando questionados acerca do país que inspira menor confiança para manter a paz no mundo, os Estados Unidos da América foram escolhidos por 47,1% dos líderes entrevistados, seguidos pela Rússia com 26,5%, pela Coreia do Norte com 10% e pela China com 6,5%.

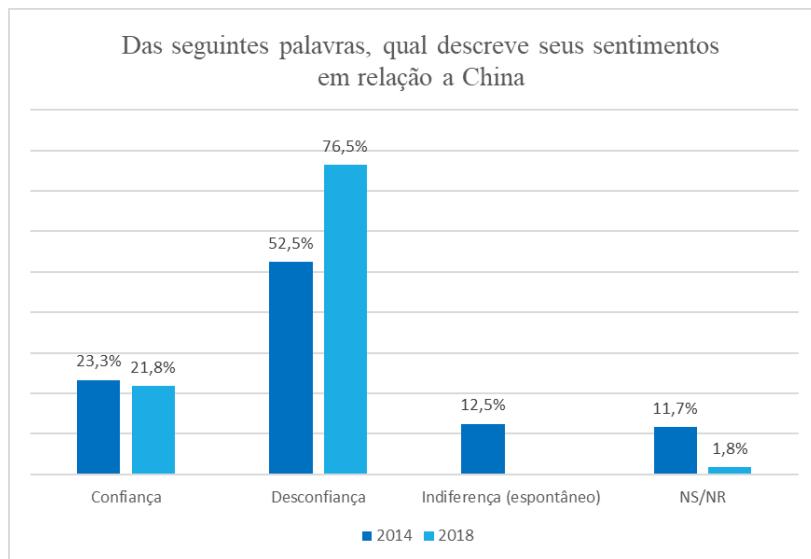
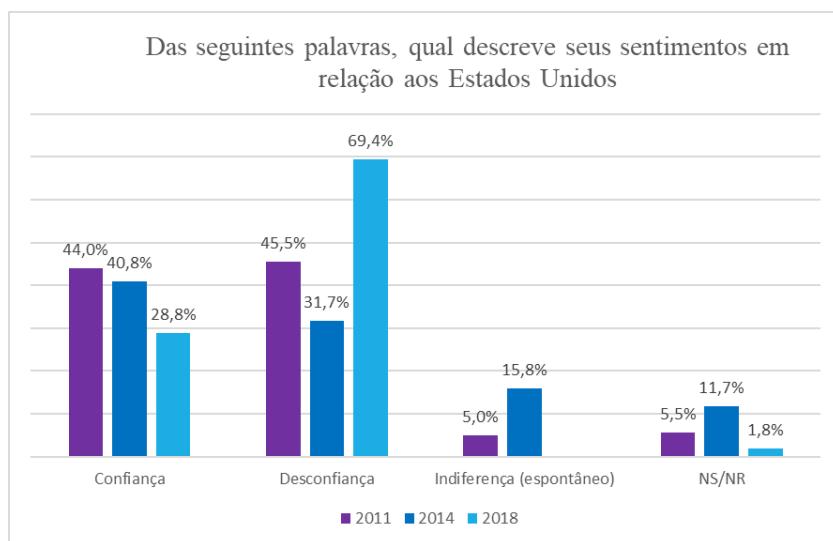
Em seguida, foram realizados diversos questionamentos aos líderes com relação à disputa entre as potências dos EUA e da China. Em primeiro lugar, ressalta-se uma crescente desconfiança com relação aos EUA, partindo de 31,7% em 2014 para 69,4% em 2018. O mesmo quadro de crescente desconfiança entre os líderes também se repete

⁶ 2,4% responderam nenhum, 0,6% não responderam e não sabem e 16,5% responderam “outro”, sendo que 10% desses disseram Coreia do Norte, por isso incluímos no mapa.

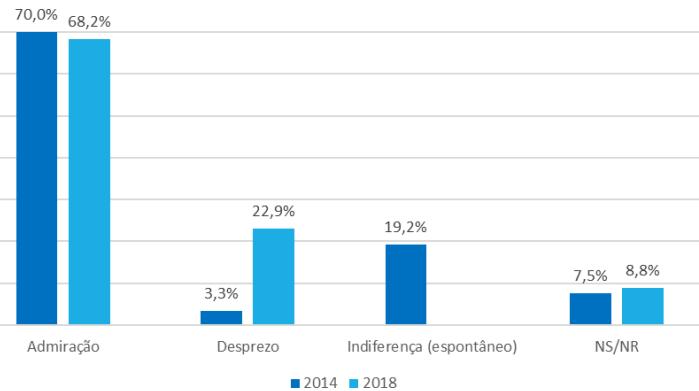
com a relação à China: a parcela dos que desconfiam da potência chinesa saltou de 52,5% em 2014 para 76,5% em 2018.

Questionados com relação à admiração e desprezo que sentem por essas duas nações, os líderes apresentam opiniões muito semelhantes. A parcela dos que descrevem um sentimento de admiração é de 68,2% em 2018 para os EUA e 64,6% para a China. Verifica-se um crescimento da parcela dos que sentem desprezo por ambas nações, atingindo 22,9% para os EUA e 23,3% para a China.

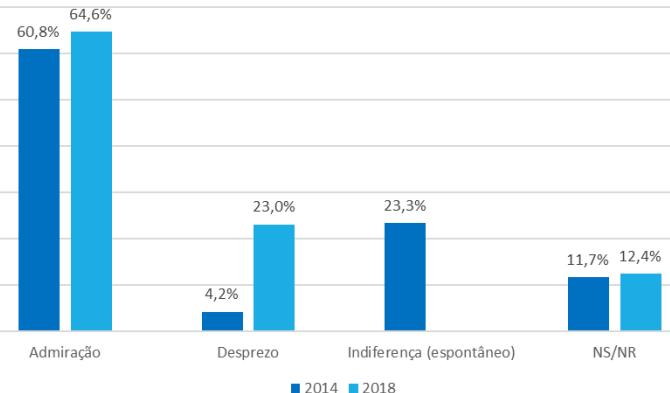
Por fim, 71,8% dos líderes acreditam que seria positivo se a economia da China crescesse até ser do tamanho da dos EUA, contra 18,8% que acham que seria negativo.



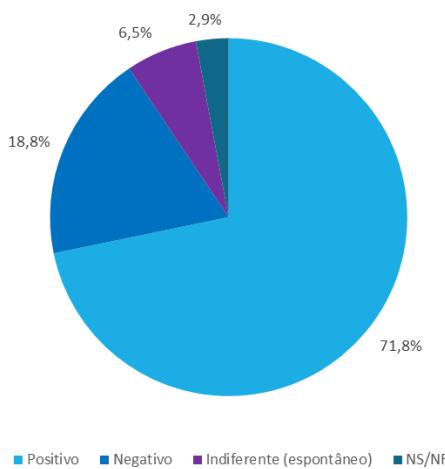
Das seguintes palavras, qual descreve seus sentimentos em relação aos Estados Unidos



Das seguintes palavras, qual descreve seus sentimentos em relação a China

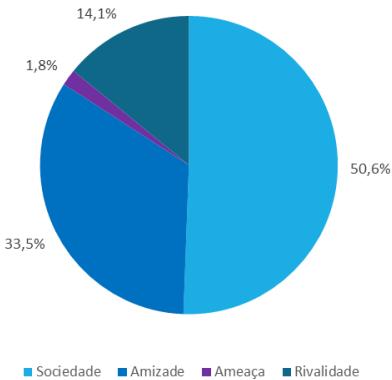


Na sua opinião, se a economia da China crescesse até ser tão grande quanto à dos EUA, o senhor/senhora acha que esse fato seria positivo ou negativo para o mundo?

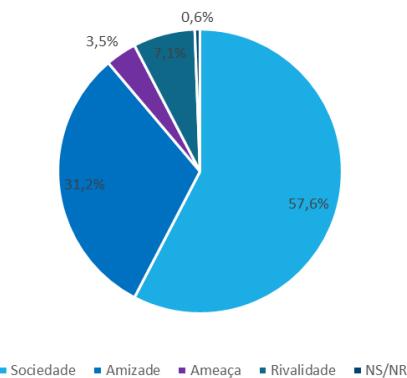


No próximo conjunto de questões os Líderes foram perguntados sobre a relação do Brasil com países específicos, sendo as possíveis alternativas de resposta: “sociedade”, “amizade”, “ameaça” e “rivalidade”.

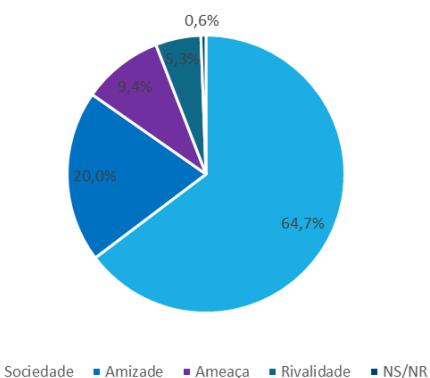
O senhor/senhora diria que a relação do Brasil com a Argentina é:



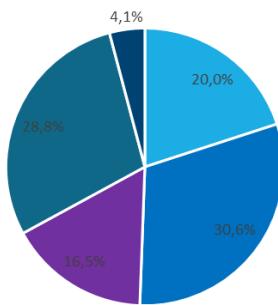
O senhor/senhora diria que a relação do Brasil com os Países da união européia é:



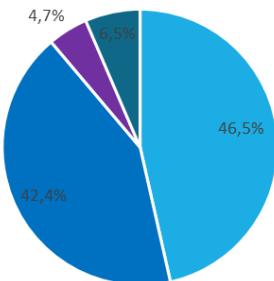
O senhor/senhora diria que a relação do Brasil com a China é:



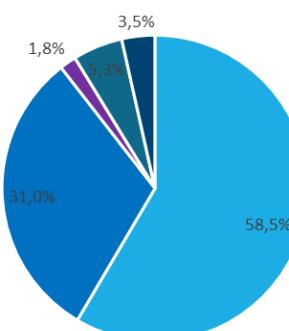
O senhor/senhora diria que a relação do Brasil com Cuba é:



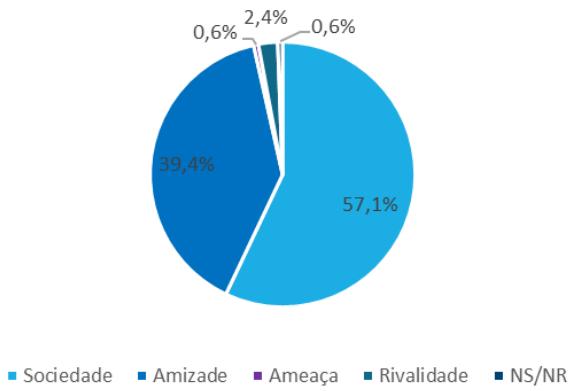
O senhor/senhora diria que a relação do Brasil com os Estados Unidos é:



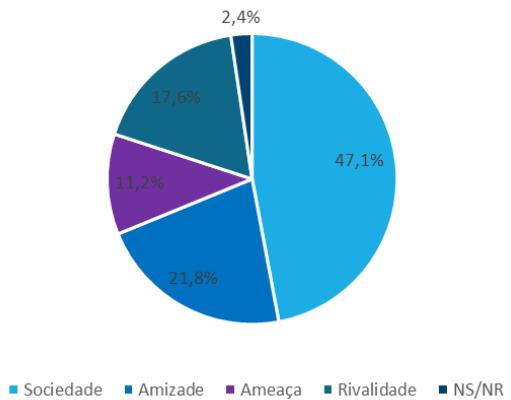
O senhor/senhora diria que a relação do Brasil com a Índia é:



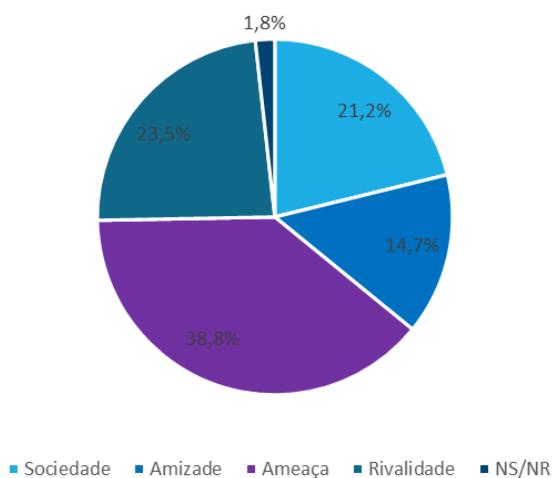
O senhor/senhora diria que a relação do Brasil com o Japão é



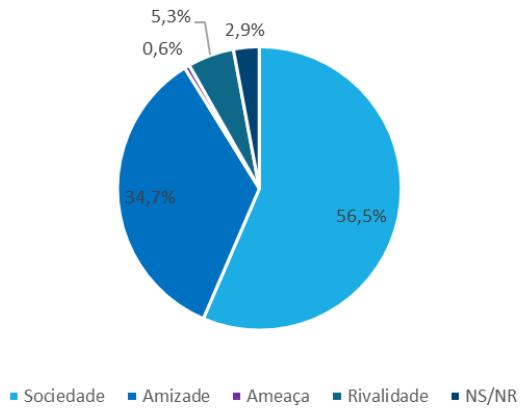
O senhor/senhora diria que a relação do Brasil com a Rússia é:



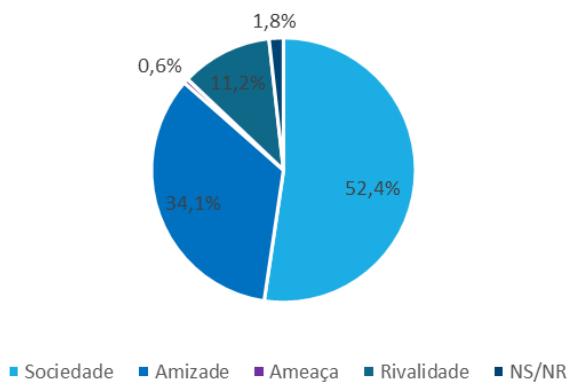
O senhor/senhora diria que a relação do Brasil com a Venezuela é:



O senhor/senhora diria que a relação do Brasil com a África do Sul é:



O senhor/senhora diria que a relação do Brasil com o México é:



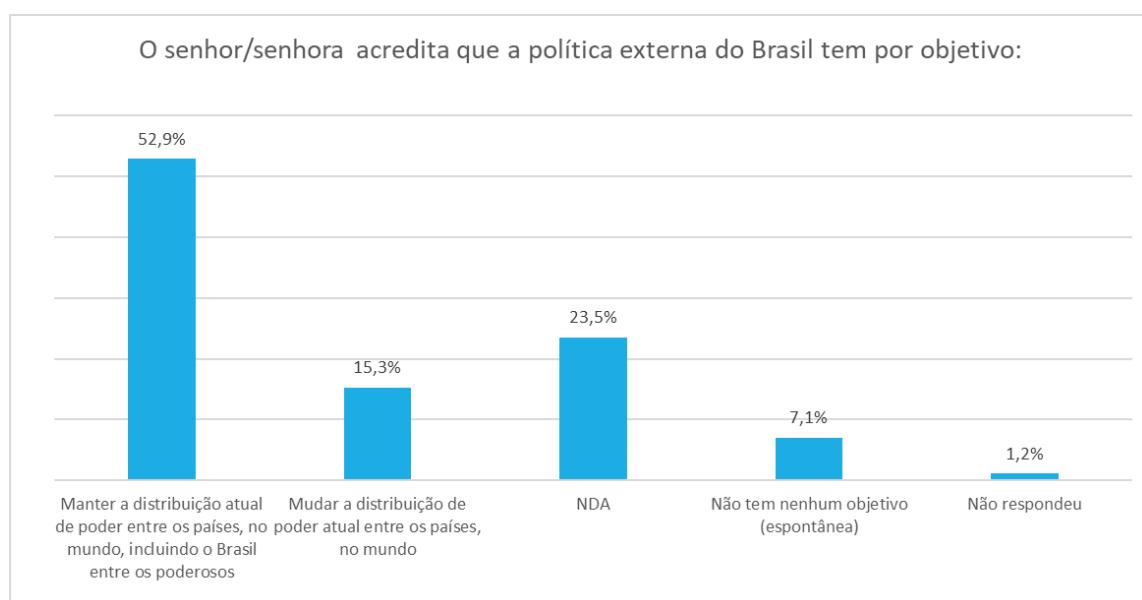
Os países cuja relação com Brasil foi majoritariamente considerada como de amizade são México (52,4%), África do Sul (56,5%), Japão (57,1%), Índia (58,5%), China (64,7%), União Europeia (57,6%) e Argentina (50,6%). Em particular, com relação à Argentina, ressalta-se também uma parcela de 14,1% que acreditam que a relação entre os países é de rivalidade.

As relações com países como Cuba e Venezuela receberam avaliações mistas, com 16,5% e 38,8% dos líderes, respectivamente, afirmando que as relações desses países com o Brasil são de ameaça. Com relação aos Estados Unidos há uma divisão entre 46,5% que consideram a relação dos países de amizade e 42,4% que consideram como de sociedade. Por fim, há também uma avaliação mista das relações com a Rússia, em 47,1% a classificam como de amizade, e o resto se dispersa entre as outras opções.

CAPÍTULO 4 – Política

externa

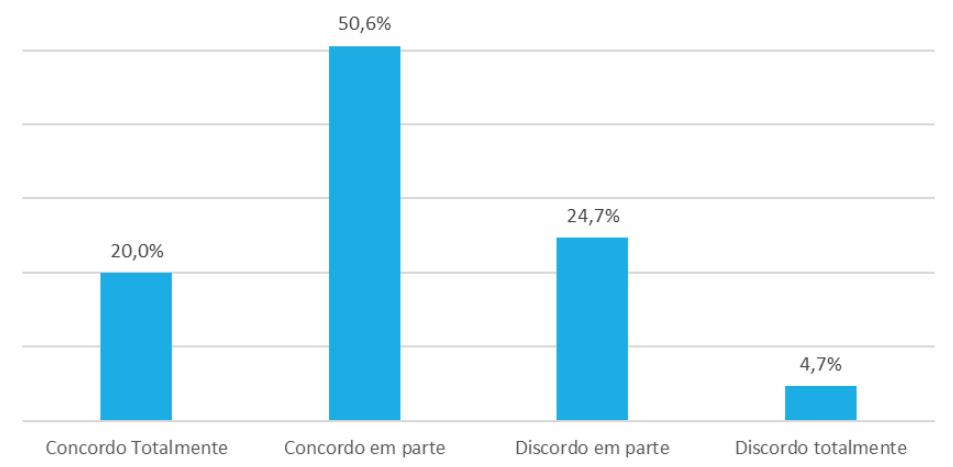
Objetivos



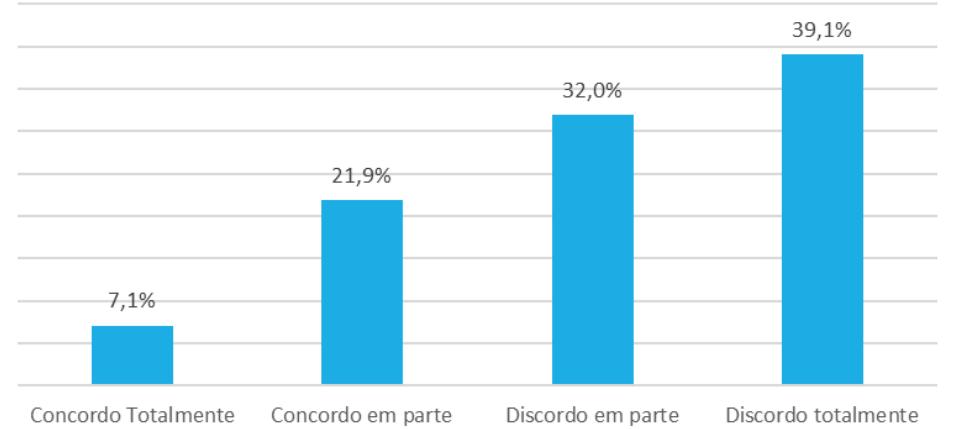
Quando questionados acerca da PEB ter por objetivo alterar ou manter o status quo, a maioria dos entrevistados (52,94%) defende que a PEB deve manter a distribuição atual de poder entre os países, no mundo, incluindo o Brasil entre os poderosos. Apenas 15,29% consideram que a PEB deve buscar mudar a distribuição de poder atual entre os países, no mundo. Esta parcela é menor que a dos entrevistados que optaram por nenhuma das alternativas.

Um outro conjunto de questões foi: “Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul formaram um bloco conhecido pela sigla BRICS. Vou ler algumas frases, e gostaria de saber se o senhor/senhora concorda ou discorda”

Os BRICS são uma força capaz de equilibrar o poder mundial diante das potências



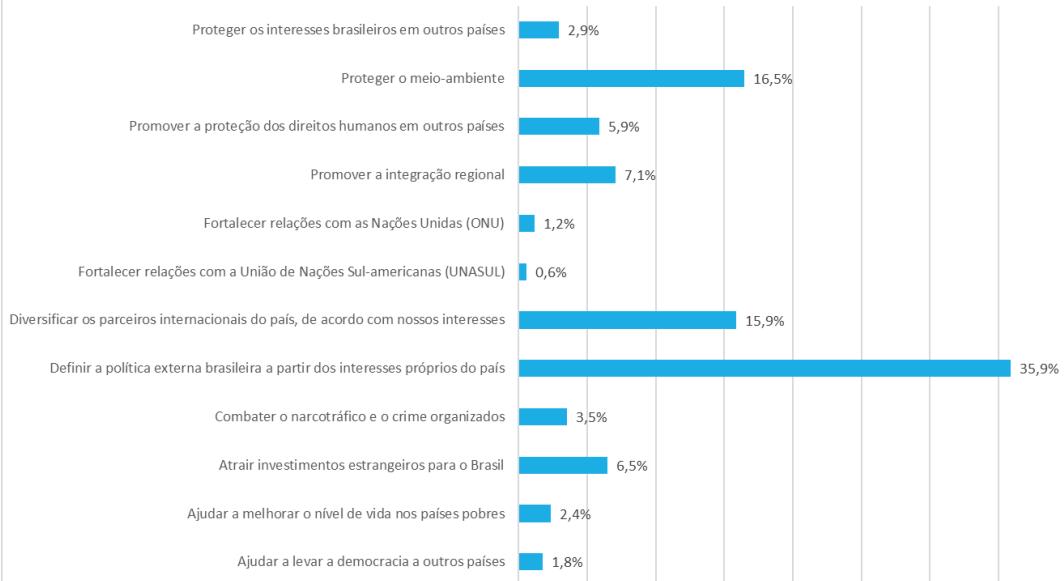
Os BRICS são uma aliança constrangedora, com países autoritários como a Rússia e a China, e que apresentam altos níveis de exclusão social como a Índia e a África do Sul



Os líderes entrevistados apresentam uma visão relativamente positiva com relação ao BRICS. 70,59% destes acreditam que os BRICS são uma força capaz de equilibrar o poder mundial diante das potências tradicionais. Parcialmente semelhante, 71,01% discorda da opinião de que o BRICS é uma aliança constrangedora composta por países autoritários e com altos níveis de exclusão social.

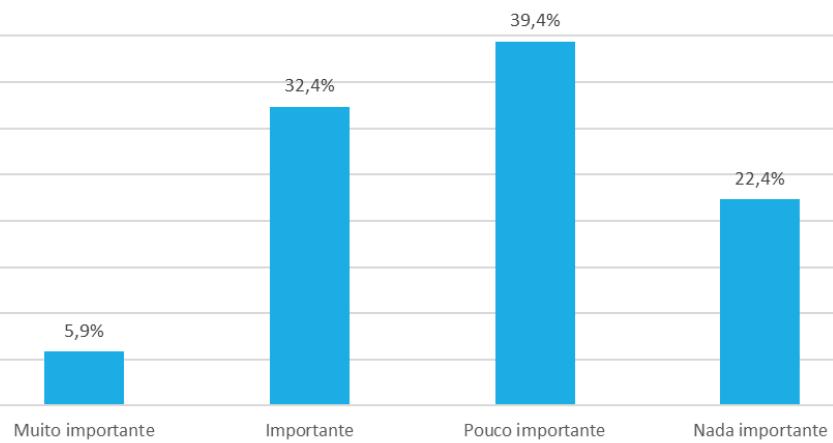
Destaca-se que esta visão relativamente positiva sobre o BRICS vai de confronto com as respostas da pergunta anterior que a maioria era a favor da manutenção da distribuição de poder atual entre os países.

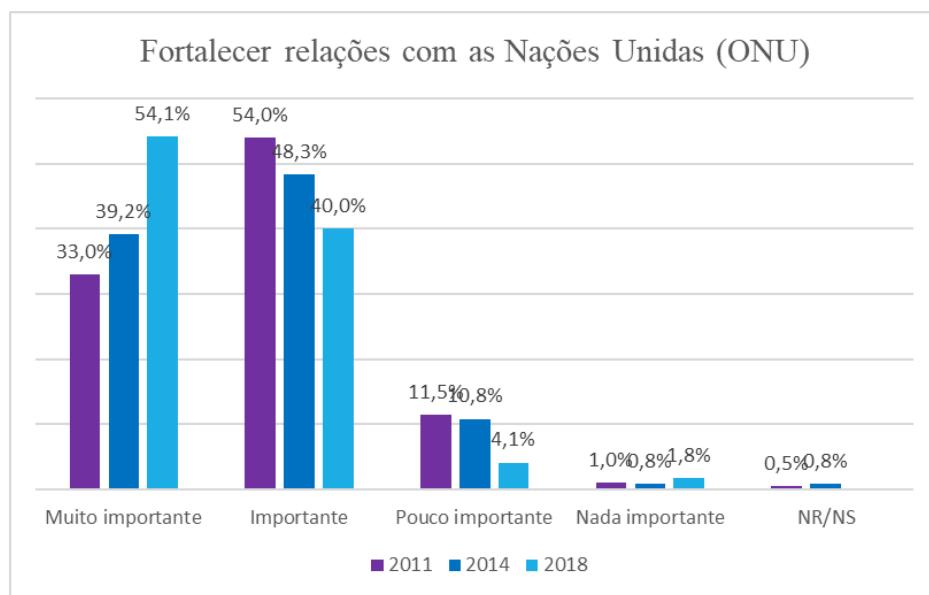
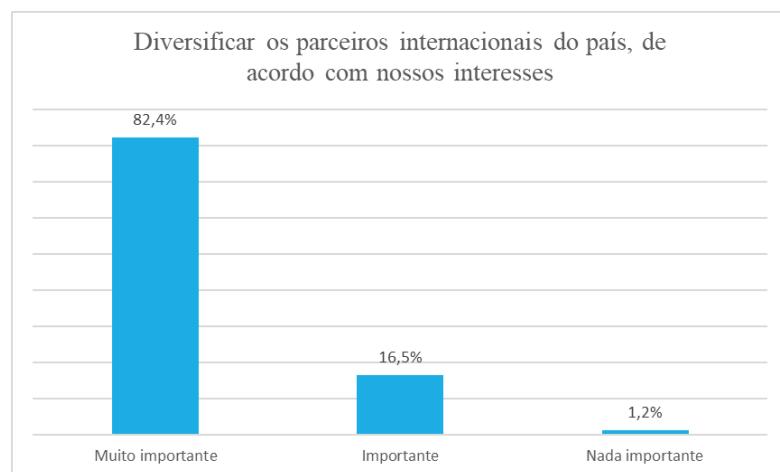
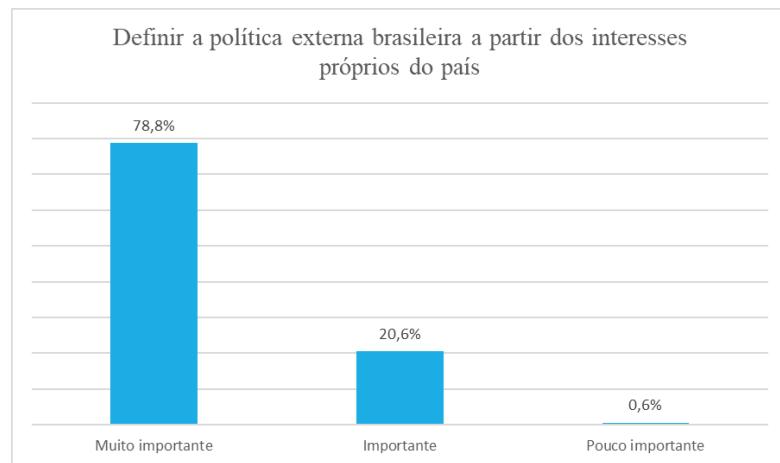
E agora, dentre todos esses objetivos que vou citar, qual é o mais importante:



O próximo conjunto de questões foi: “Em sua opinião, qual deveria ser a importância de cada um dos seguintes objetivos da política externa Brasileira”

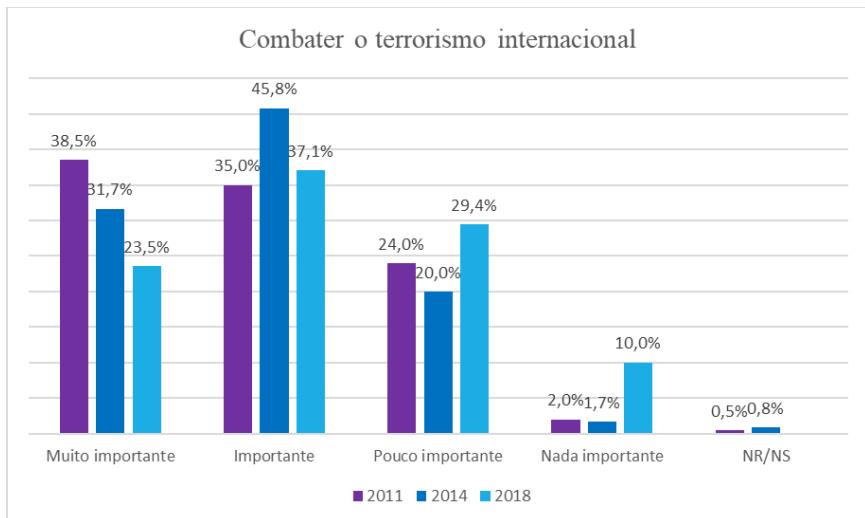
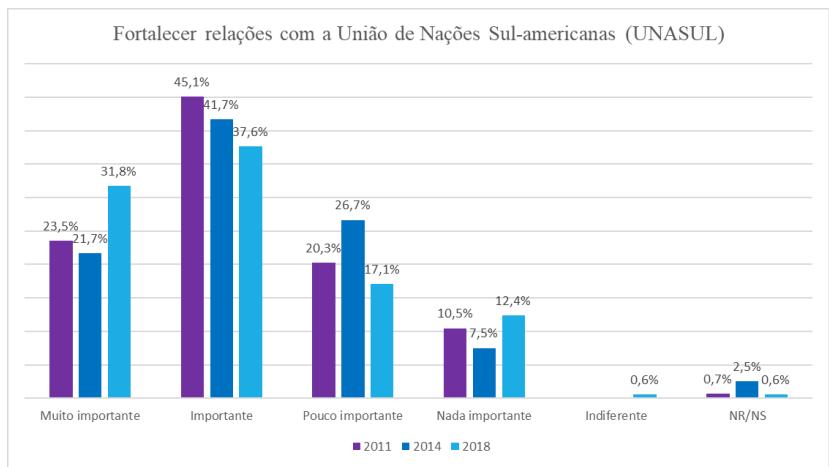
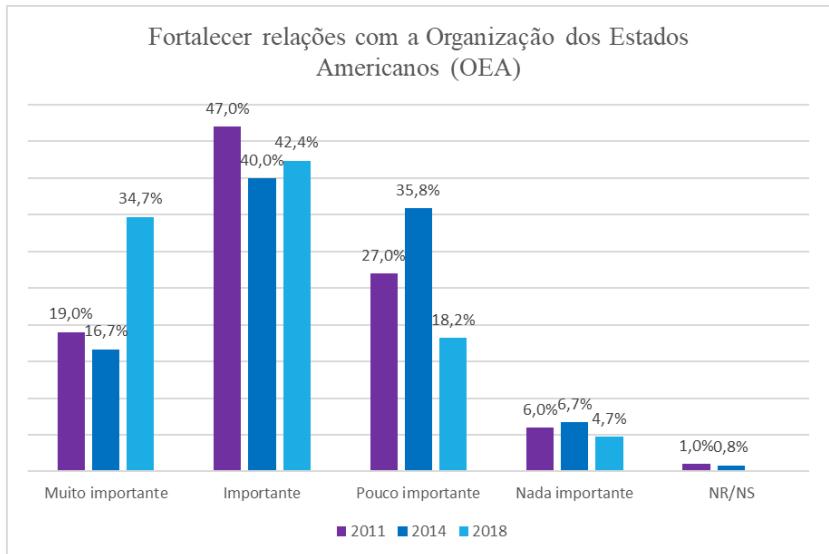
Alinhar a política externa brasileira à política externa das nações mais poderosas, como os Estados Unidos

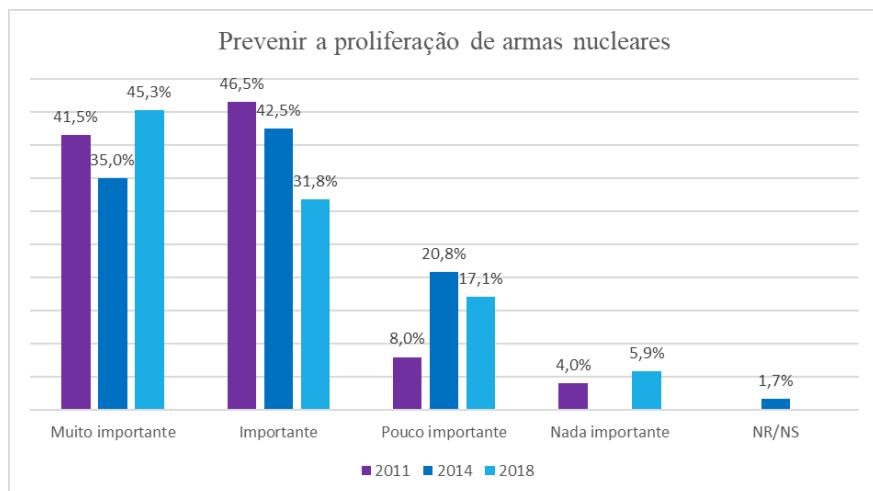
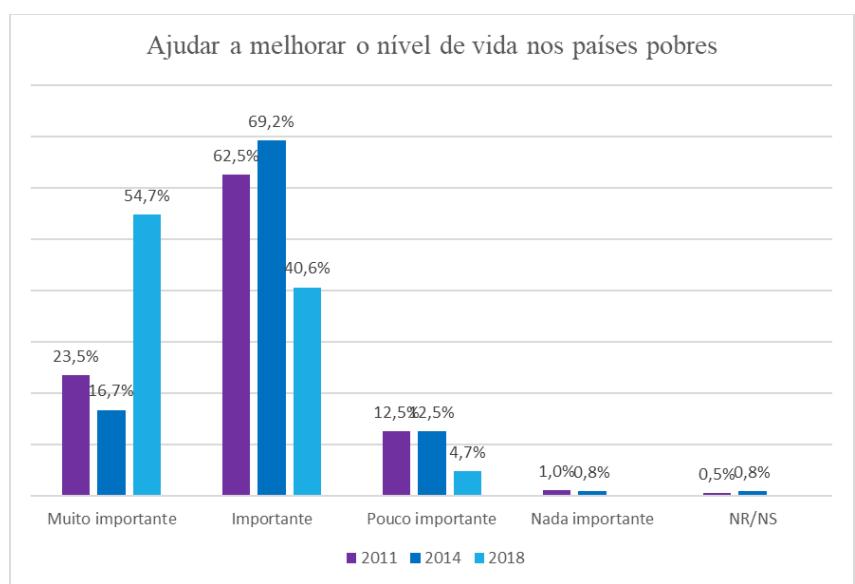
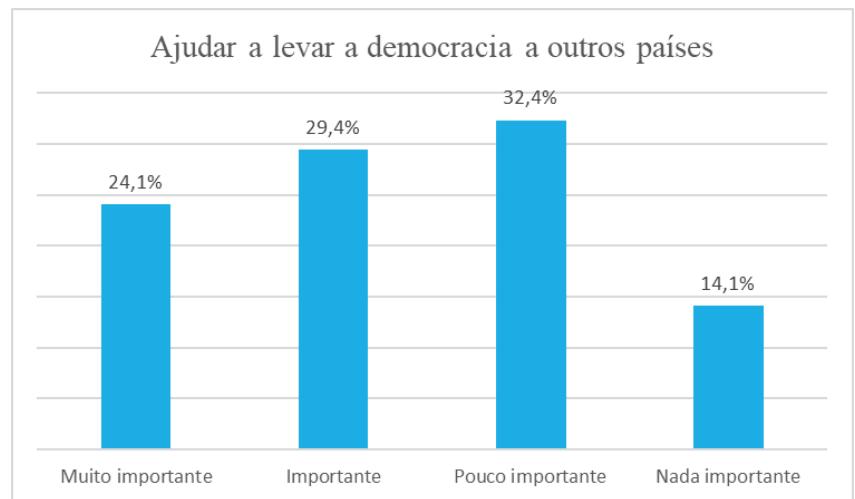


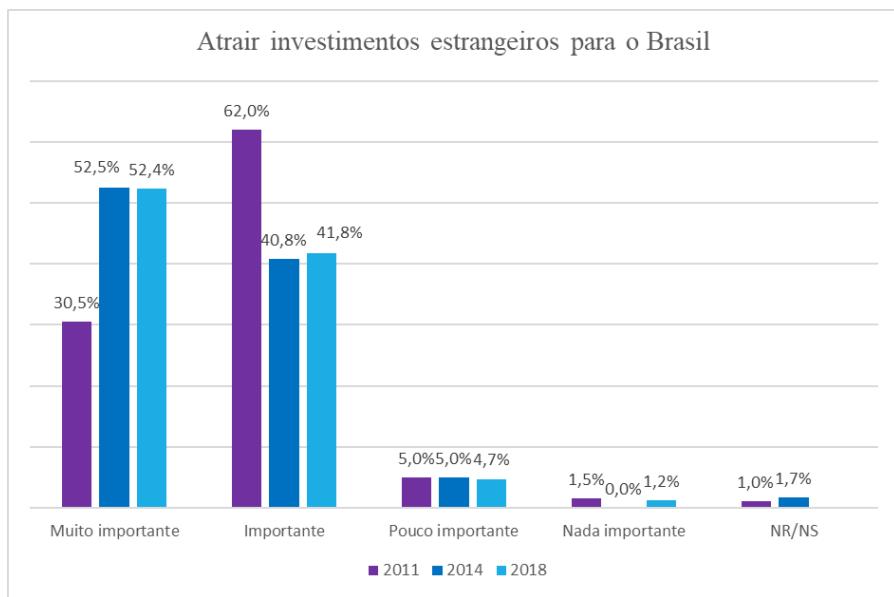
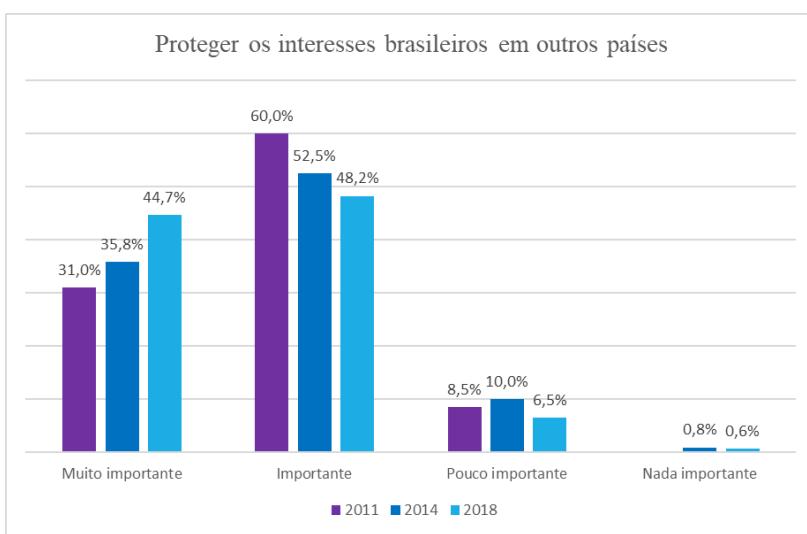
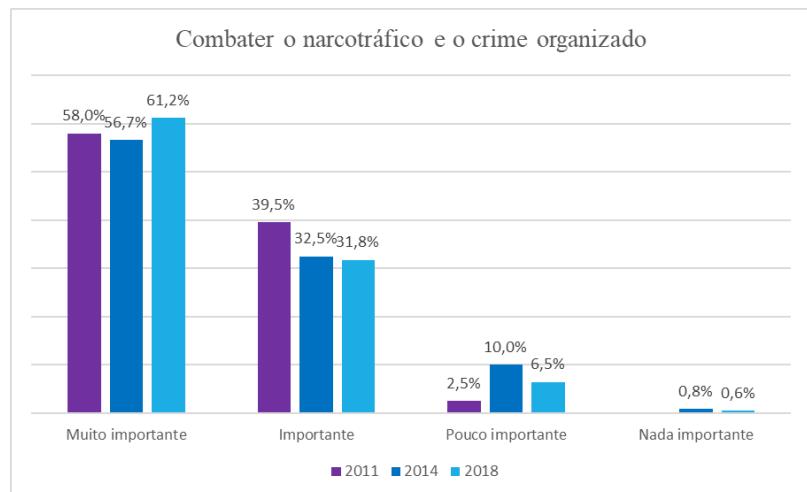


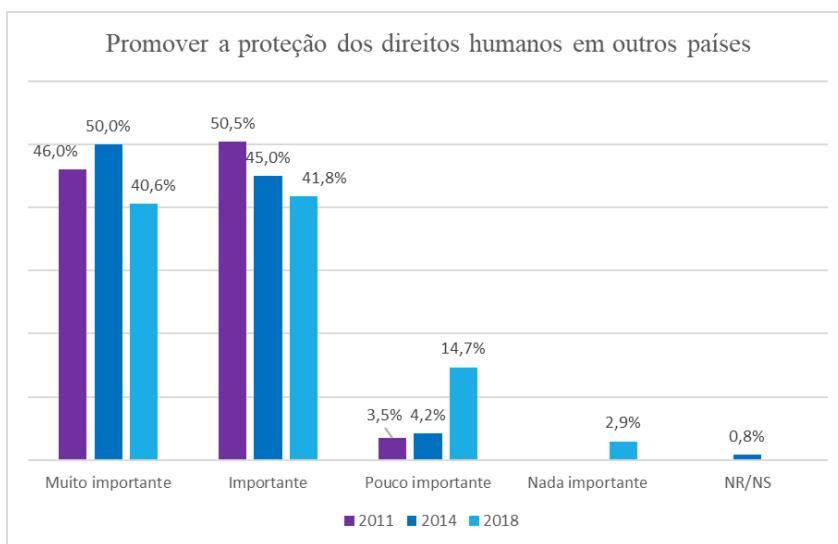
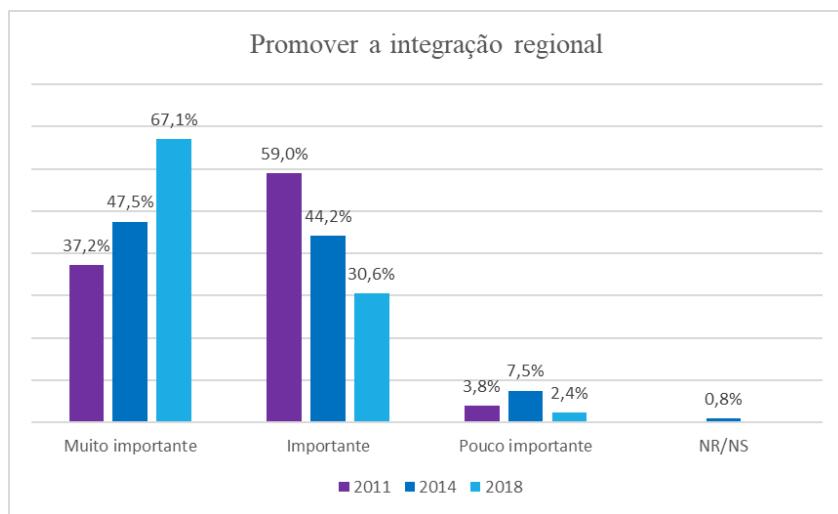
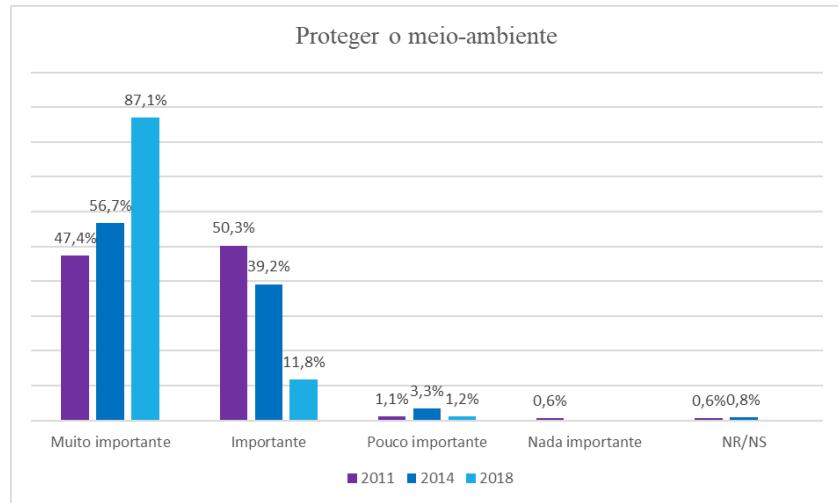
7

⁷ Em 2014 e 2011 a escala foi diferente, então padronizamos para possibilitar a comparação. “extrema importância” virou “muita importante”, “muito importante” virou “importante”, “pouca importância” virou “pouco importante” e “nenhuma importância” virou “nada importante”









Quando questionados sobre qual seria objetivo principal da PEB, a maioria dos líderes optou entre os objetivos de definir a política externa brasileira a partir dos

interesses próprios do país (35,88%), proteger o meio ambiente (16,47%) e diversificar os parceiros internacionais do país, de acordo com nossos interesses (35,88%).

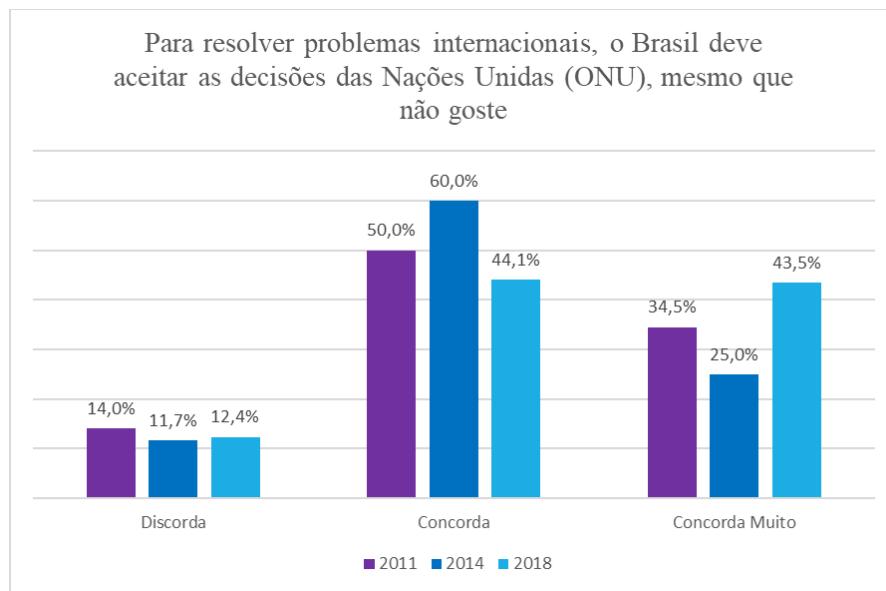
Os entrevistados também foram questionados sobre cada objetivo individualmente. Os objetivos de definir a política externa brasileira a partir dos interesses próprios do país, proteger o meio ambiente, e diversificar os parceiros internacionais do país, de acordo com nossos interesses e promover a integração somaram mais de 97% das respostas “Importante” e “Muito importante” no ano de 2018.

Três objetivos apresentaram grande dispersão entre as alternativas, são eles: “alinhá a política externa brasileira à política externa das nações mais poderosas, como os Estados Unidos”, “combater o terrorismo internacional” e “ajudar a levar a democracia a outros países”. Com uma parcela relevante considerando estes objetivos pouco importantes, estes resultados indicam que não é unanimidade entre os líderes que a PEB siga objetivos semelhantes aos da política externa estadunidense.

No ano de 2018, além de algumas mudanças na redação das questões, as alternativas das questões também foram alteradas. A categoria “extremamente importante” foi removida e uma nova categoria “importante” foi inserida. Com isso, muitas respostas tiveram variações significativas, sendo impossível traçar análises quantitativas precisas acerca da evolução histórica da importância dos objetivos da PEB. Contudo, por meio de uma abordagem qualitativa ainda é possível verificar algumas tendências e mudanças relevantes como no caso de maior importância de objetivos da PEB relacionados à OEA.

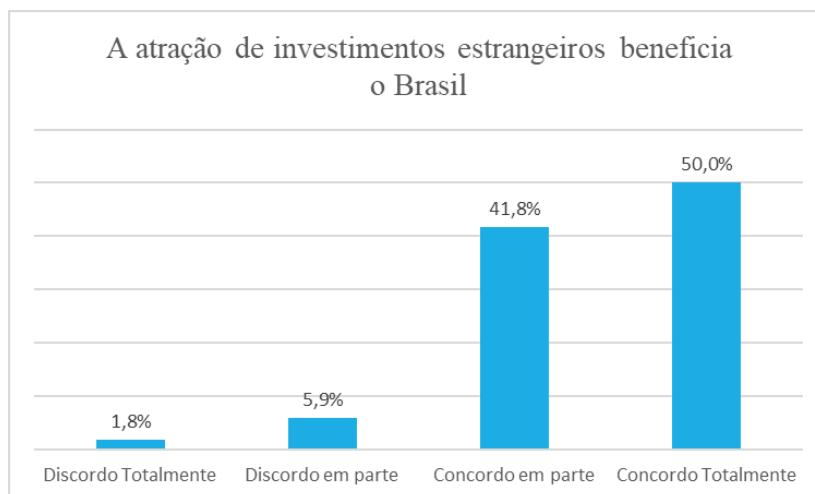
Multilateralismo

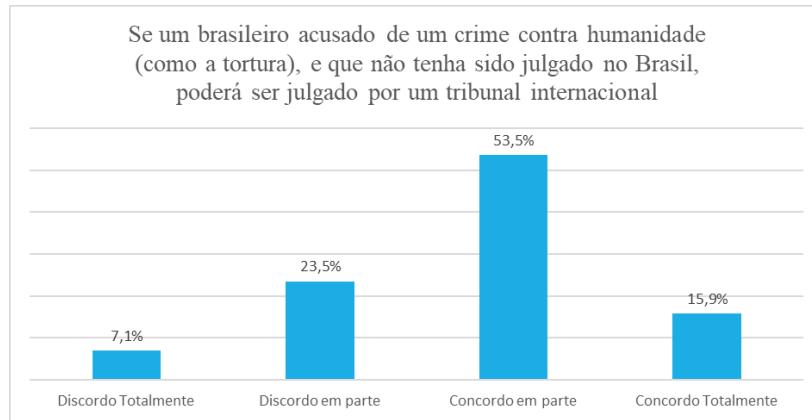
“Vou ler algumas informações, por favor diga se o senhor/senhora concorda ou discorda”



Ao serem questionados acerca se “o Brasil deve aceitar as decisões das Nações Unidas (ONU), mesmo que não goste”, a maioria dos respondentes afirmaram que concordam com o enunciado, sendo as porcentagens: 50% (2011), 60% (2014) e, o menor valor atingido, 44.12% (2018).

Ao somar os valores obtidos em “concorda muito” (43.3%) com “concorda” (44.12%), obtém-se um total de 87.6% das respostas positivas no ano de 2018, sendo apenas 12.35% da categoria “discorda”.





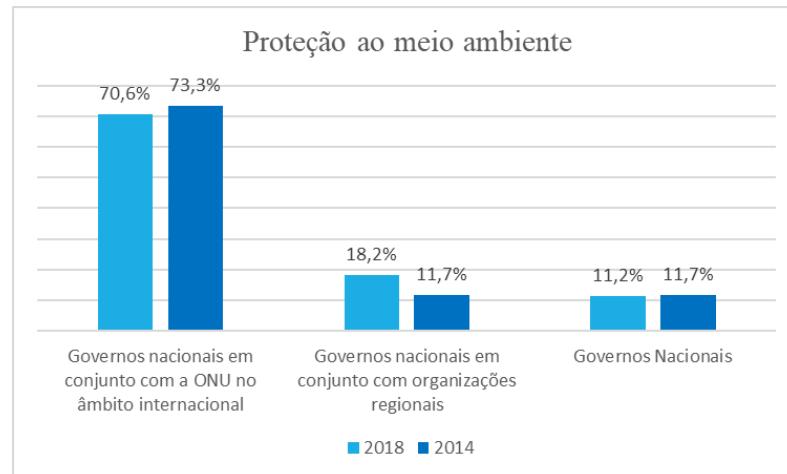
O enunciado “a atração de investimentos estrangeiros beneficia o Brasil” é também vista de forma positiva pelos líderes que responderam o questionário; 50% “concorda totalmente” e 41.76% “concorda em parte”. Em contrapartida, um percentual de 7.64% discorda (5.88% “discorda em parte”/ 1.76% “discorda totalmente”).

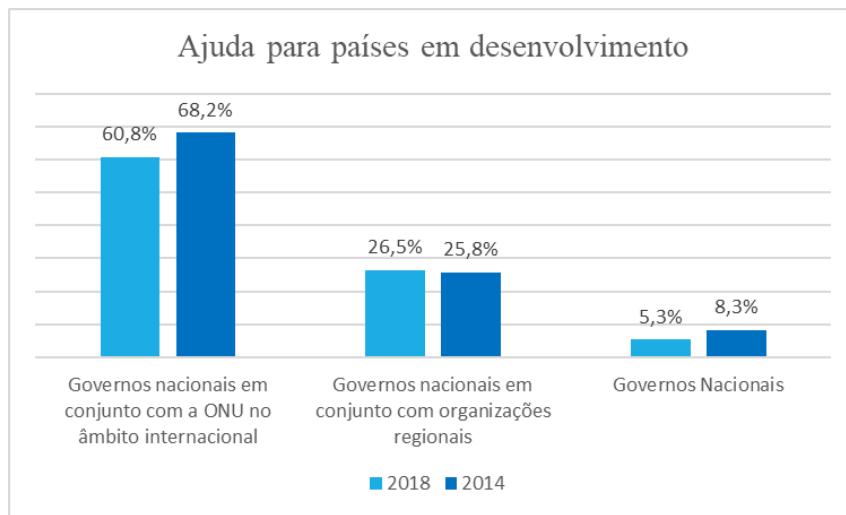
Posteriormente, ao serem questionados sobre “se um brasileiro acusado de um crime contra humanidade (como a tortura), e que não tenha sido julgado no Brasil, poderá ser julgado por um tribunal internacional”, a maioria dos respondentes (53.53%) concordaram parcialmente com o enunciado. É necessário destacar que menos de 10% dos entrevistados (7.06%) responderam “discordo totalmente”.

“Algumas pessoas acreditam que certos problemas seriam melhor resolvidos pela ONU ou por organizações regionais. Outros consideram que os mesmos problemas deveriam ser de inteira responsabilidade dos governos nacionais. Vou listar alguns temas e gostaria de perguntar quais atores o senhor/senhora acha que estão mais aptos para enfrentá-los”



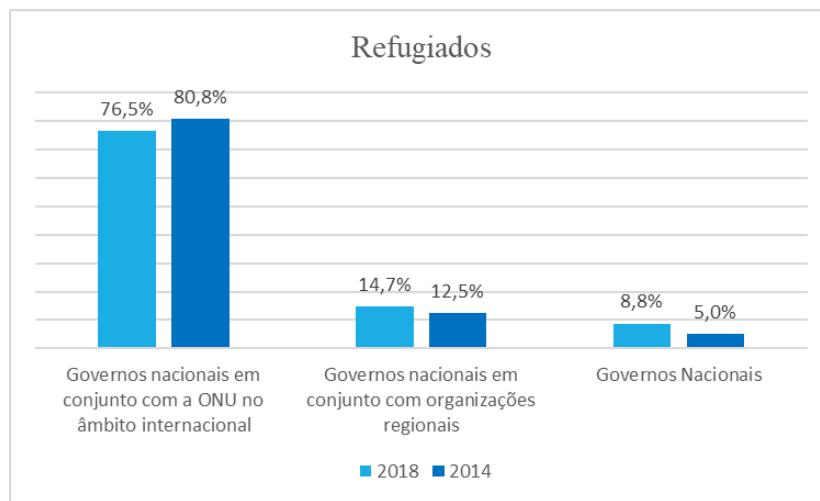
Para a grande maioria dos líderes entrevistados nos anos de 2016 e 2018, as missões de paz devem ser de responsabilidade dos “governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional”. Os percentuais foram de 86.67% e 84.12%, respectivamente. O menor valor observado foi em 2018, com apenas 1.76% dos respondentes afirmando que se trataria de algo encargo dos governos nacionais.

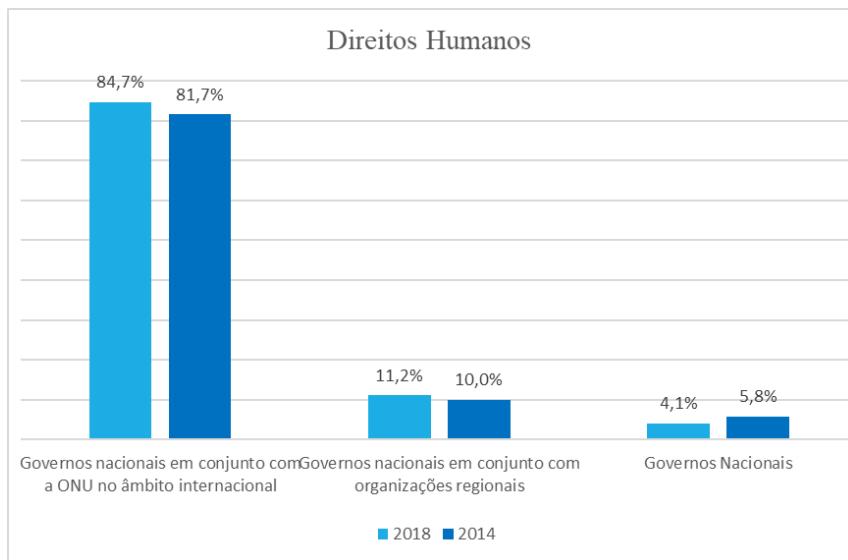




No que concerne à "proteção ao meio ambiente" e a "ajuda para países em desenvolvimento", houve novamente uma concentração de respostas na categoria "governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional". No primeiro gráfico, os percentuais foram de 73.33% (2016) e 70.59% (2018); já para a segunda questão apresentada foram 68.24% (2016) e 60.83% (2018).

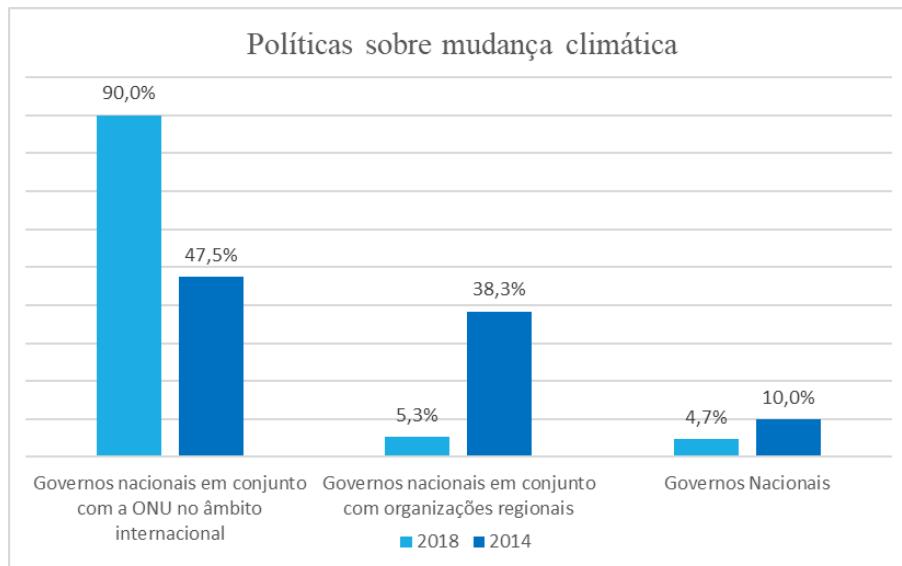
Vale destacar também o pequeno aumento no número de respostas que entendem os "governos nacionais em conjunto com organizações regionais" como responsáveis pela pauta do meio ambiente, variação que foi de 11.67% (2016) para 18.24% (2018).





As questões de “refugiados” e “direitos humanos” também foram avaliadas por líderes como responsabilidade dos “governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional”. No caso dos refugiados, as respostas nos anos de 2016 e 2018 foram 80.83% e 76.47%, respectivamente.

Com uma porcentagem pouco acima, a pauta dos direitos humanos recebeu 81.67% (2016) e 84.71% (2018) das respostas na categoria referente a importância da participação da ONU na questão ao lado dos governos nacionais.

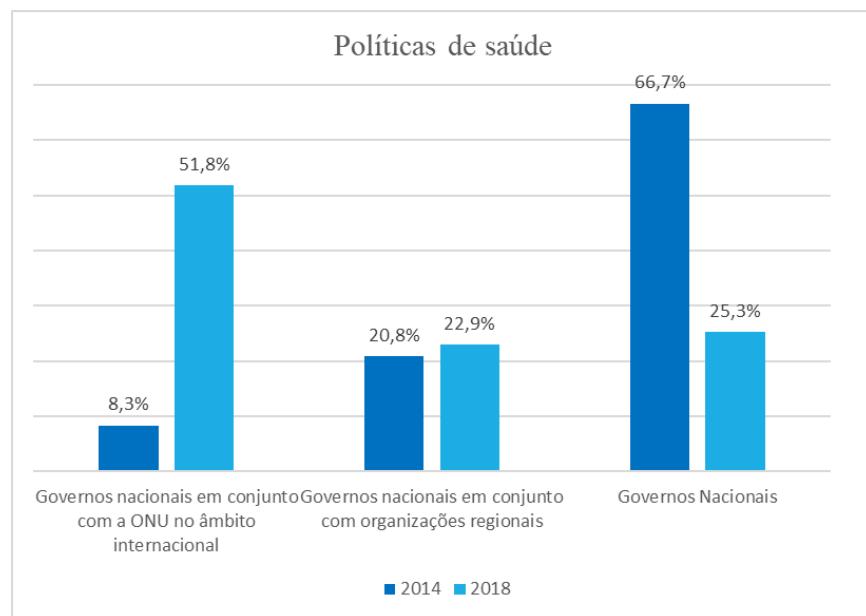
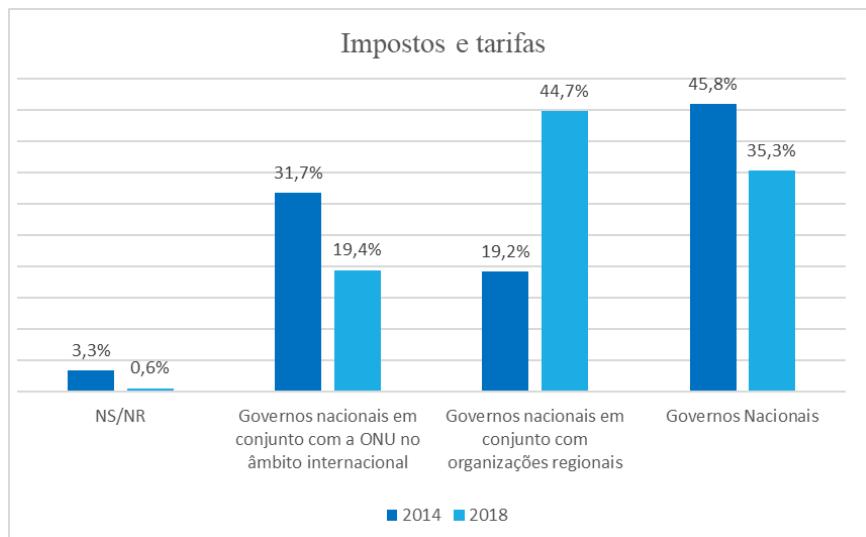




Os líderes entrevistados no ano de 2018 concordaram, em 90%, de que as políticas sobre mudanças climáticas são uma responsabilidade dos governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional. Trata-se de um crescimento em relação ao percentual de respostas no ano de 2016, no qual apenas 47.50% responderam que acham que se trata de um assunto que deve ter tutela também da ONU.

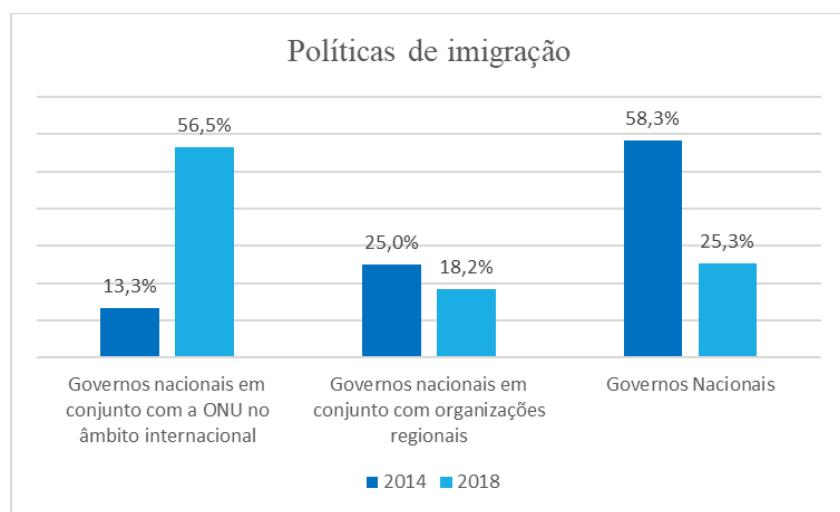
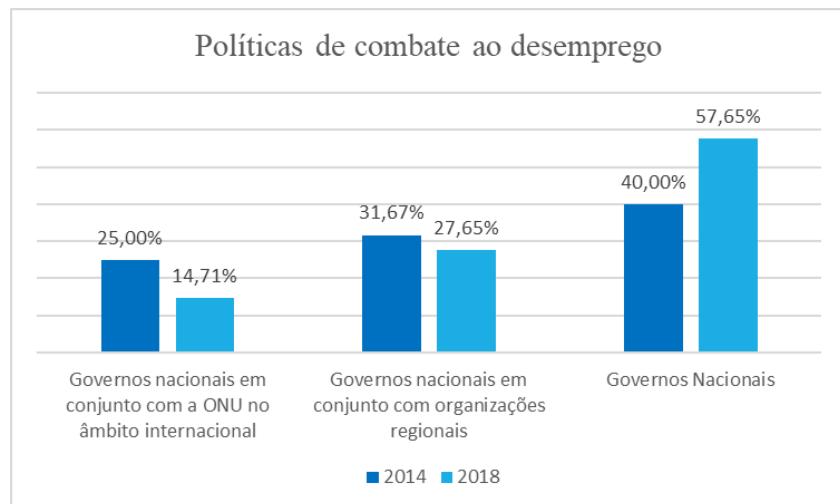
No que se refere a políticas contra o crime, o maior resultado no ano de 2018 foi na categoria de “governos nacionais em conjunto com organizações regionais”. É verificável uma mudança de padrão entre os dois anos, se em 2016 a maioria (46.67%) dos líderes responderam que se trata de uma responsabilidade dos “governos nacionais”, no ano de 2018 essa percepção caiu pela metade (20%).

Para além disso, houve o aumento daqueles que consideram a ONU e a atuação no âmbito internacional como relevante para as políticas contra o crime. Uma mudança de 11.67% (2016) para 37.65% (2018).



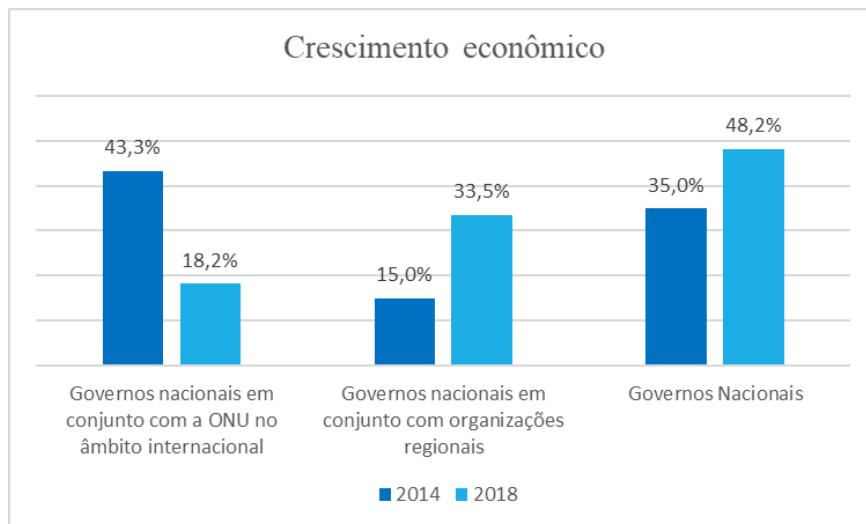
A agenda de impostos e tarifas foi, no ano de 2018, considerada pelos líderes como responsabilidade dos governos nacionais em conjunto com organizações regionais (44.71%), uma mudança em relação ao ano de 2016 em que somente 19.17% dos entrevistados responderam essa alternativa.

As políticas de saúde, por sua vez, sofreram uma grande mudança no perfil de respostas. No ano de 2016, 66.67% considerava essa questão como de ordem dos governos nacionais, na segunda coleta, no ano de 2018, a maioria das respostas se concentraram na atuação conjunta entre os governos nacionais com a ONU (51.76).

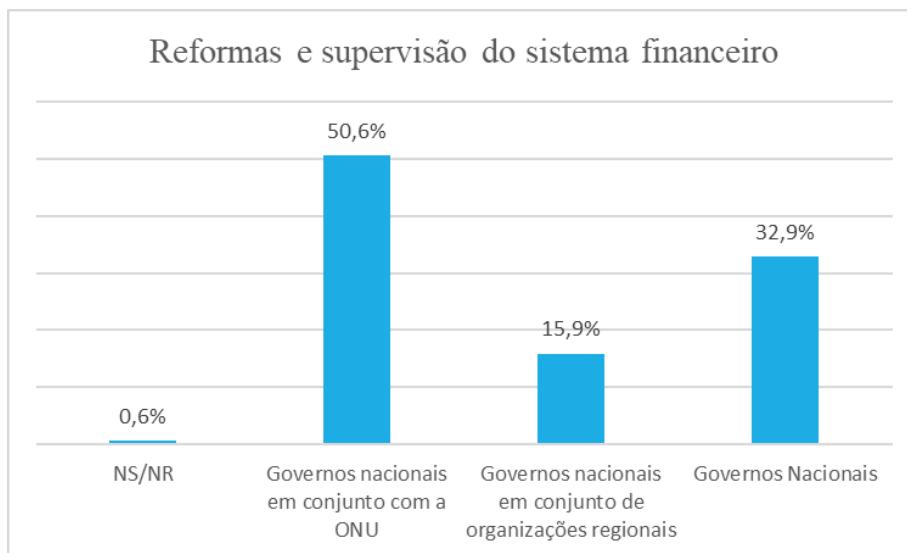


Para o assunto de políticas de combate ao desemprego, a maioria dos entrevistados (57.7%) responderam que os governos nacionais são responsáveis por essa pauta, um aumento de 17.7% em relação a análise do ano de 2016.

Já para as políticas de imigração, o destaque está nos governos nacionais em conjunto com a ONU no âmbito internacional (56.5%), uma variação de 43.1% de 2016, uma vez que as respostas deixaram de apontar os governos nacionais como protagonistas dessas medidas (58.3% para 25.3%).



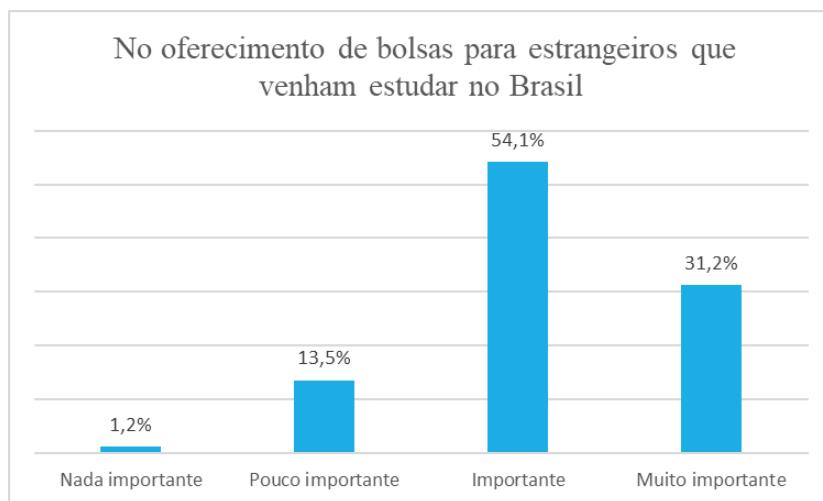
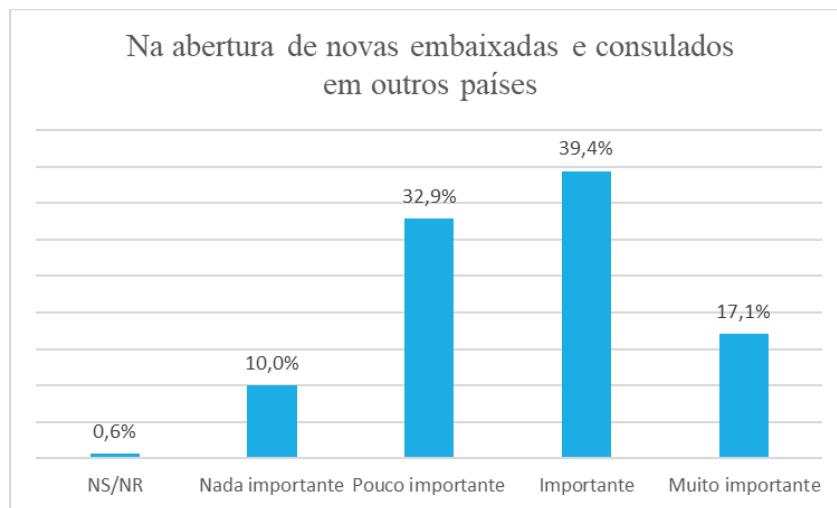
O crescimento econômico foi, em 2016, associado a ação conjunta entre os governos nacionais com a ONU. Esse cenário se alterou no segundo ano de entrevista dos líderes, tornando-se apenas 18.24% os que defendem essa alternativa. A maioria dos respondentes passaram a se concentrar em “governos nacionais” (48.24%) e “governos nacionais em conjunto com organizações regionais” (33.53%).



Mais da metade (50.59%) dos líderes que responderam ao questionário afirmaram que a responsabilidade por reformas e supervisão do sistema financeiro é dos governos nacionais em conjunto com a ONU.

Instrumentos

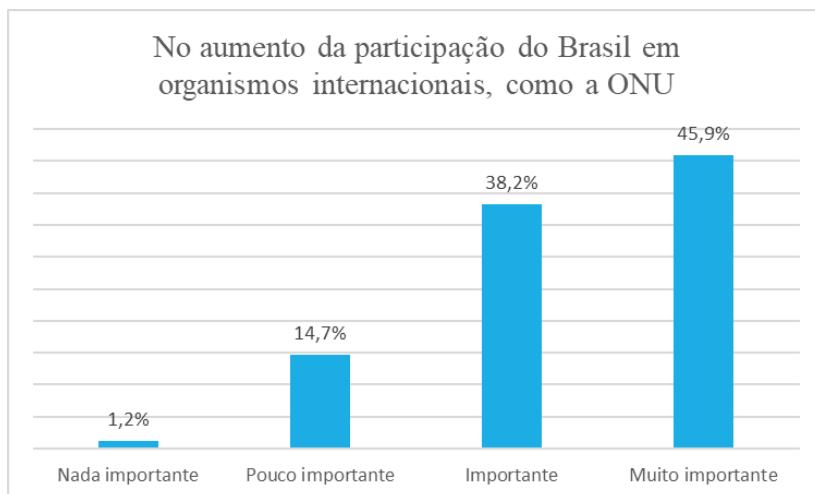
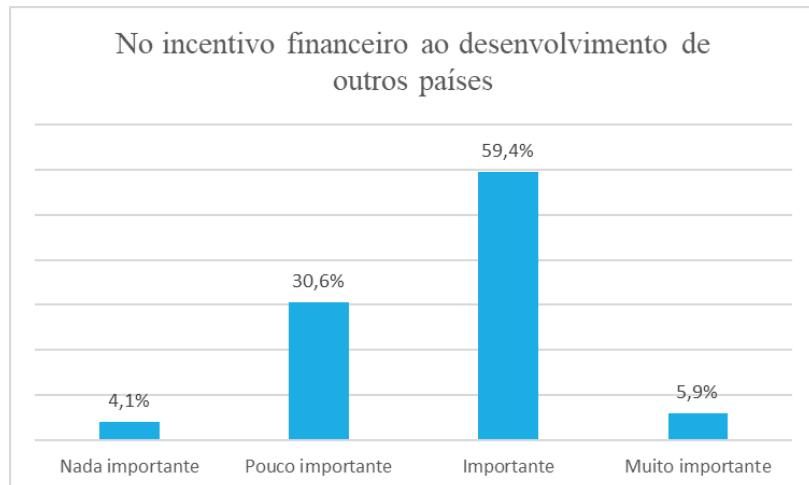
O primeiro conjunto de questões perguntou ao líderes: Qual a importância do Brasil investir mais recursos em determinadas áreas



Questionados sobre a importância do Brasil investir mais recursos na abertura de novas embaixadas e consulados em outros países, um total de 39.94% dos líderes responderam que se trata de uma pauta importante. Contudo, em uma porcentagem semelhante (32.94%), houveram aqueles que consideraram como algo “pouco importante”.

No que concerne ao oferecimento de bolsas de estudo para estrangeiros no Brasil, mais da metade (54,12) dos respondentes afirmaram que se trata de uma pauta

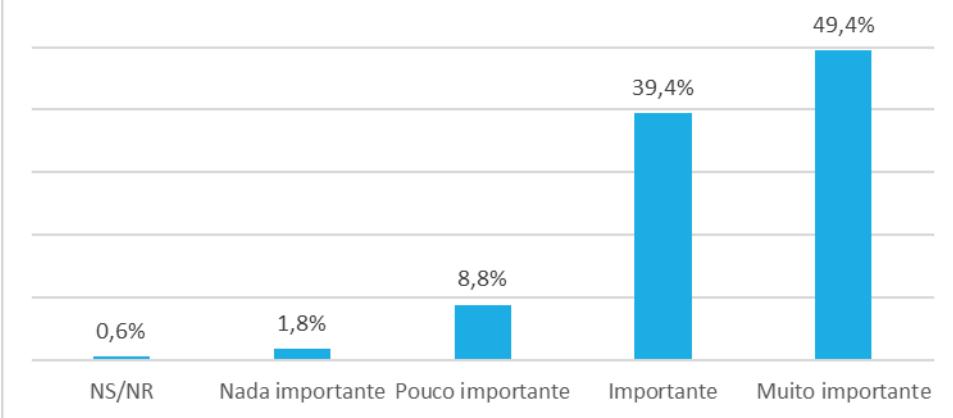
“importante”. Já para 31.18%, um dos maiores percentuais, seria algo “muito importante”.



Acerca da importância de investimentos brasileiros no “incentivo financeiro ao desenvolvimento de outros países”, a maioria dos líderes responderam que se trata de algo “importante” (59.41%). Apenas 4.12% consideram a pauta como nada importante.

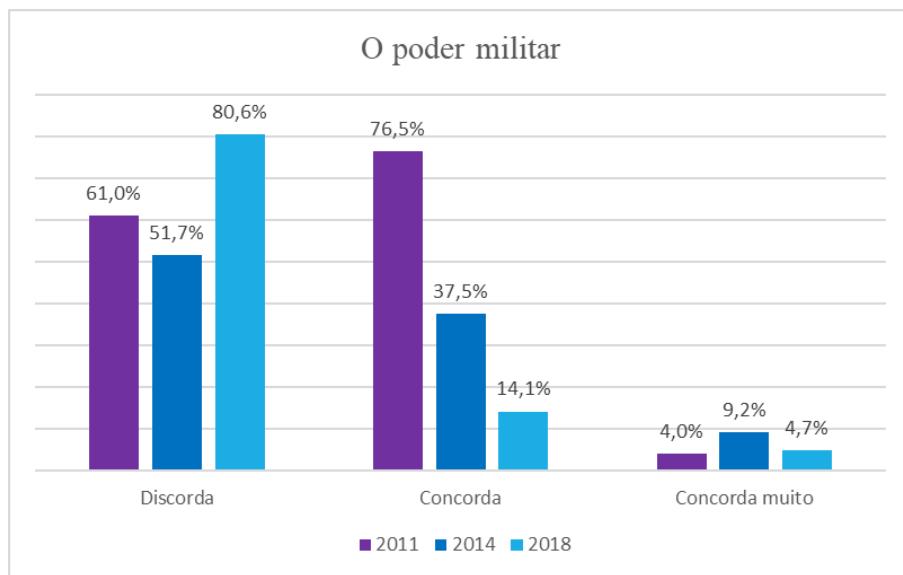
Para o aumento da participação do Brasil em organizações internacionais, a soma de “muito importante” (45.88%) e “importante” (38.24%) totalizam 84.12% de todas as respostas, em contraste com 1.18% que consideram como algo “nada importante”.

Na concessão de refúgio a estrangeiros que estão em situação de risco nos seus países



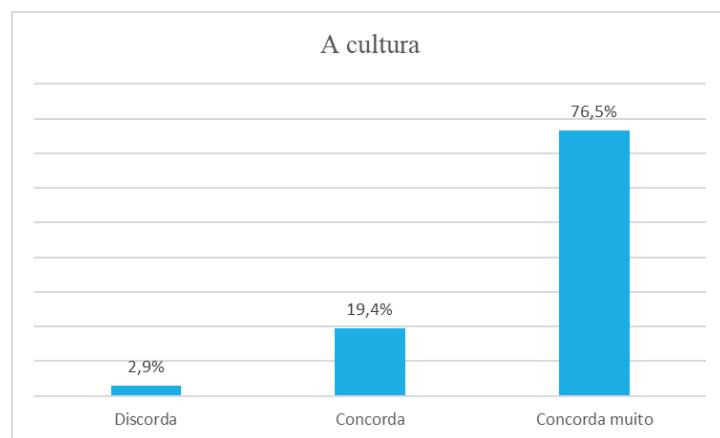
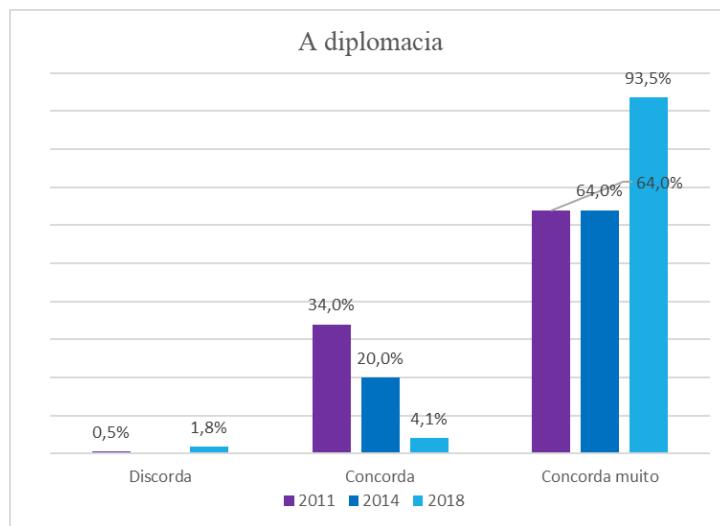
Os investimentos brasileiros na concessão de refúgio para estrangeiros em situação de risco são considerados por quase 50% dos líderes entrevistados como algo “muito importante”. Novamente, ao se somar os percentuais de “muito importante” e “importante” se obtém um total de 88,82% de respostas.

O próximo conjunto de questões perguntou se o entrevistado concordava ou não que o Brasil utilizasse determinados recursos para aumentar a sua influência no.

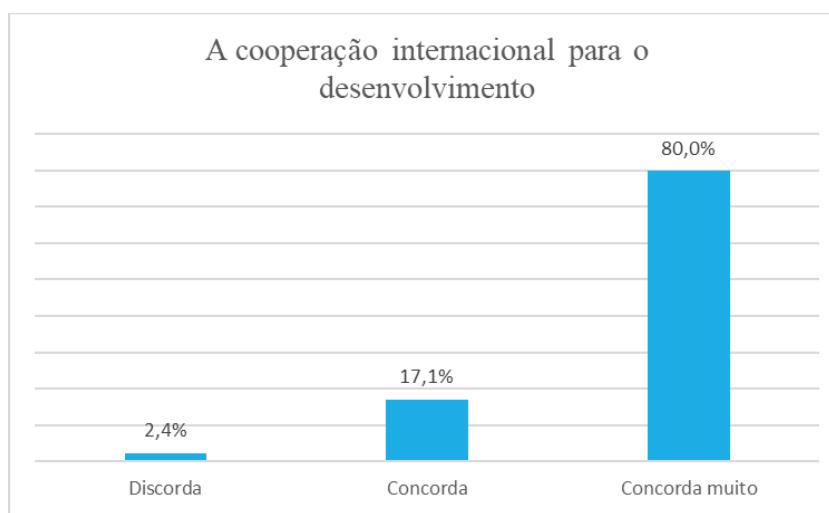
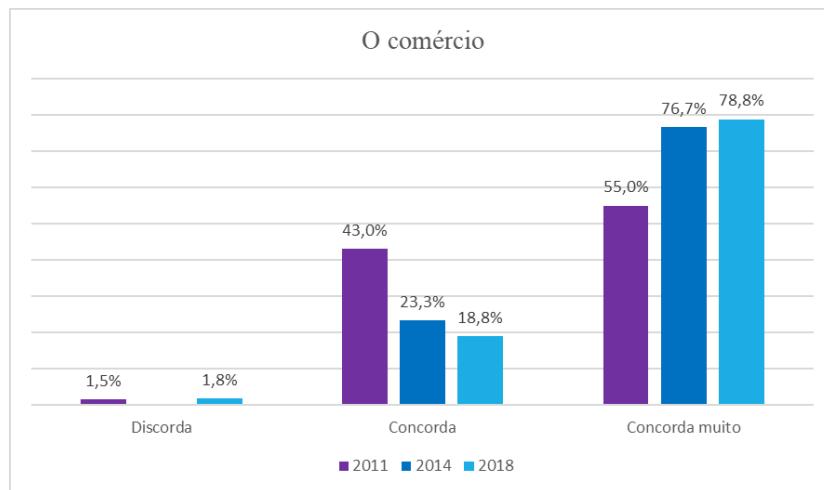


O uso do poder militar pelo Brasil para aumentar a sua influência no mundo é vista majoritariamente de forma negativa nos três anos de análise, sendo os percentuais de 2011, 2014 e 2018, respectivamente: 61%, 51.67% e 80.59%. Portanto, é evidente um

aumento no número de líderes no decorrer dos anos que passaram a discordar com esse enunciado.



O uso da Diplomacia e da Cultura foram vistas de forma muito positiva (“concordo muito”) como meios do Brasil aumentar o seu grau de influência no mundo. No ano de 2018, a diplomacia recebeu 93,53% e a cultura 76,47%. Destaca-se o aumento de quase 30% dos anos de 2011 (64%) e 2016 (64%) para o de 2018.



Por fim, os dois últimos instrumentos para aumentar a influência brasileira no plano internacional, o comércio e a cooperação internacional para o desenvolvimento, foram avaliadas de forma positiva no ano de 2018, apresentando as porcentagens de 78,82% e 80%, respectivamente.

CAPÍTULO 5 – O Brasil e a América Latina

Latina

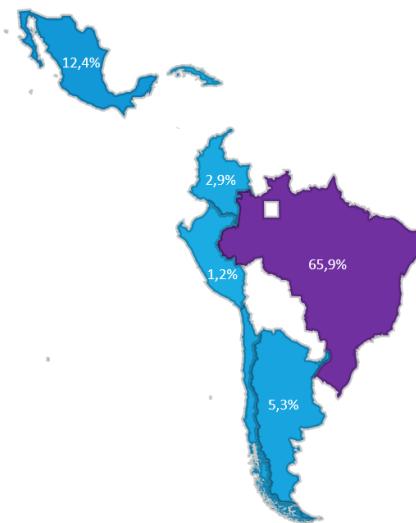
Perspectivas para a região

Pensando sobre a América Latina nos últimos 10 anos: Qual país foi o mais influente?



Da plataforma Bing
© GeoNames, Microsoft, OpenStreetMap, TomTom

Pensando sobre a América Latina nos próximos 10 anos: Qual será o país mais influente?



Da plataforma Bing
© GeoNames, Microsoft, OpenStreetMap, TomTom

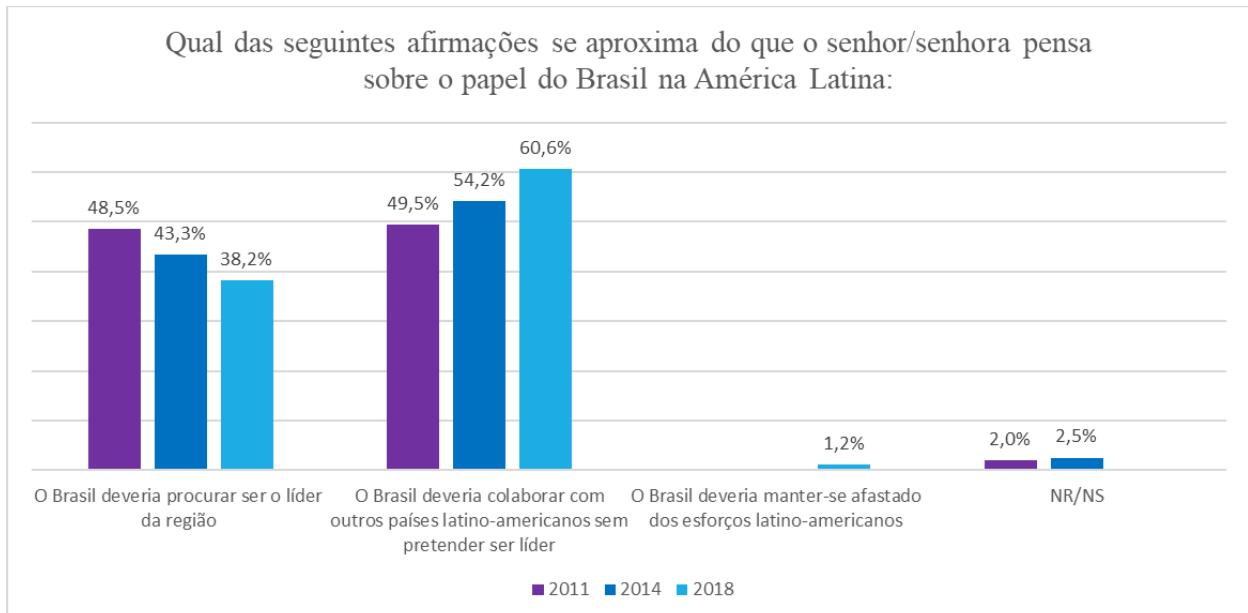
Quando questionados sobre qual foi o país mais influente nos últimos 10 na América Latina, 73,53% dos entrevistados afirmam que foi o Brasil. Quando questionados sobre qual será o país mais influente nos próximos 10 anos, 65,88% responderam que será o Brasil. Interessante ressaltar que enquanto o Chile foi visto por

9,41% dos entrevistados consideraram o país que mais influenciou a região nos últimos 10 anos, para os próximos 10 anos predomina uma crença de que o México (12,35%) poderá ser o mais influente.



O país considerado pelos entrevistados o maior gerador de conflitos na região da América Latina nos últimos 10 anos foi a Venezuela, agregando 82,35% das respostas. O segundo país mais selecionado foi a Colômbia (8,24%). Quando questionados sobre a perspectiva para os próximos 10 anos, 64,71% continuam a acreditar que a Venezuela será o país que mais gerará conflitos na região. Contudo, muito provavelmente em decorrência

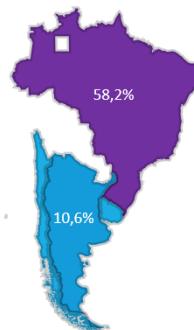
dos desenvolvimentos do processo de pacificação com as FARC, os líderes não acreditam que a Colômbia gerará tantos conflitos nos próximos 10 anos. O segundo país mais escolhido pelos entrevistados é o Brasil (13,53%).



Entre os líderes há tendência em que cada vez mais acredita-se que o Brasil deveria colaborar com outros países latino-americanos sem pretensão de liderança, sendo que a parcela dos que defendem essa opinião foi de 49,5% em 2011 para 60,59% em 2018.

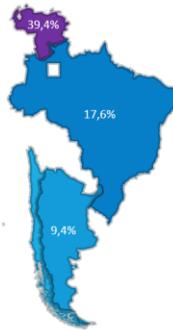
Atitudes com relação a América Latina

Qual dos seguintes países o senhor/senhora tem mais confiança para ser o líder da América Latina?



Da plataforma Bing

Qual dos seguintes países o senhor/senhora tem menos confiança para ser o líder da América Latina?



Da plataforma Bing

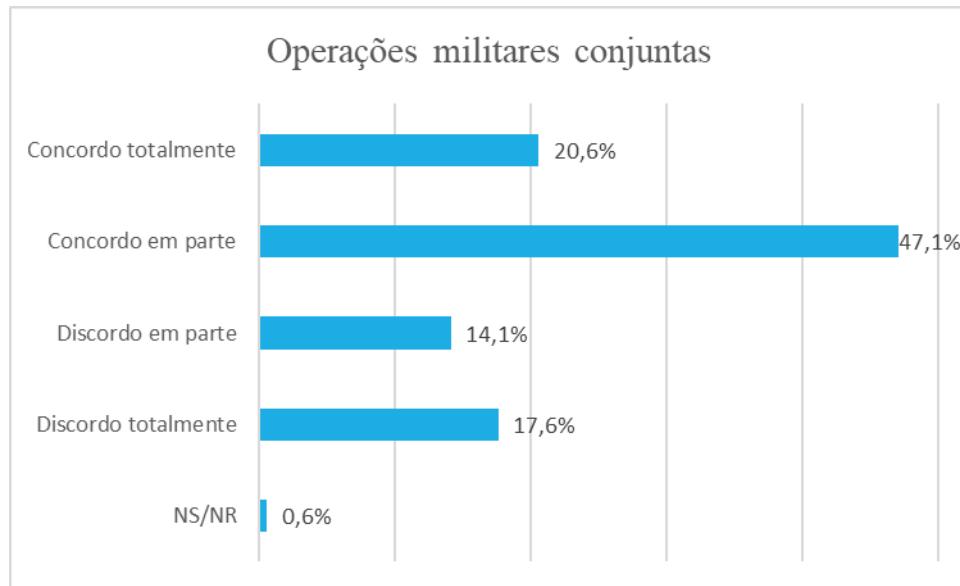
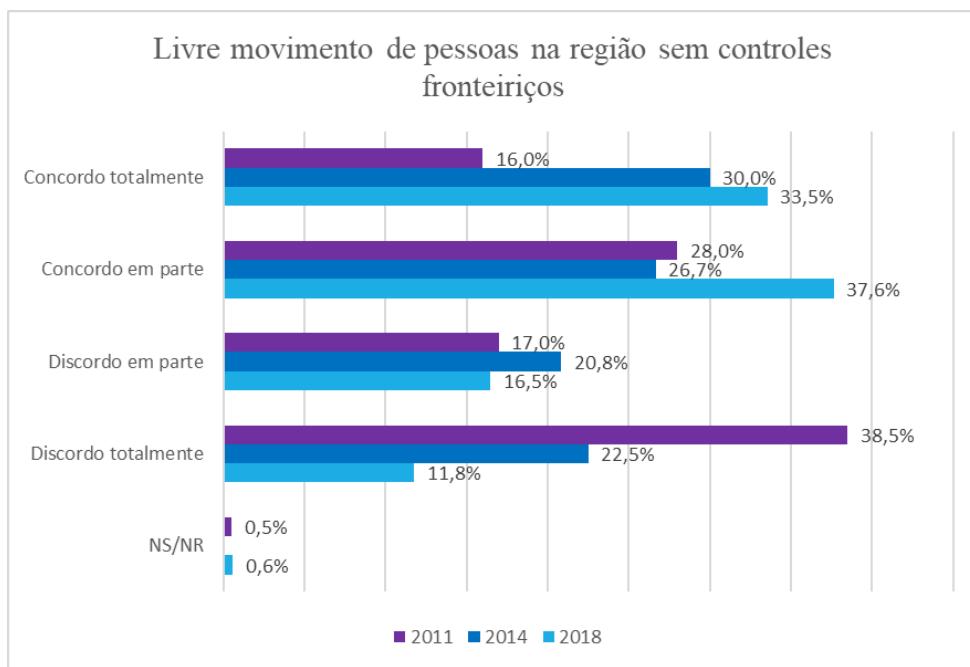
Com relação aos países que os Líderes mais confiam para exercerem liderança na América Latina, o Brasil é o escolhido por 58,2% dos entrevistados. Em seguida aparecem México, escolhido por 13,5% dos entrevistados, e Argentina, escolhida por 10,6%.

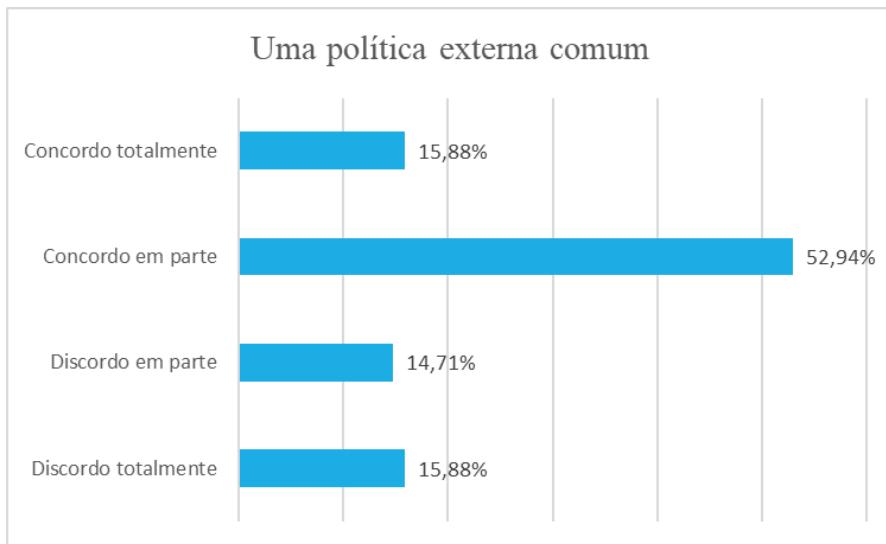
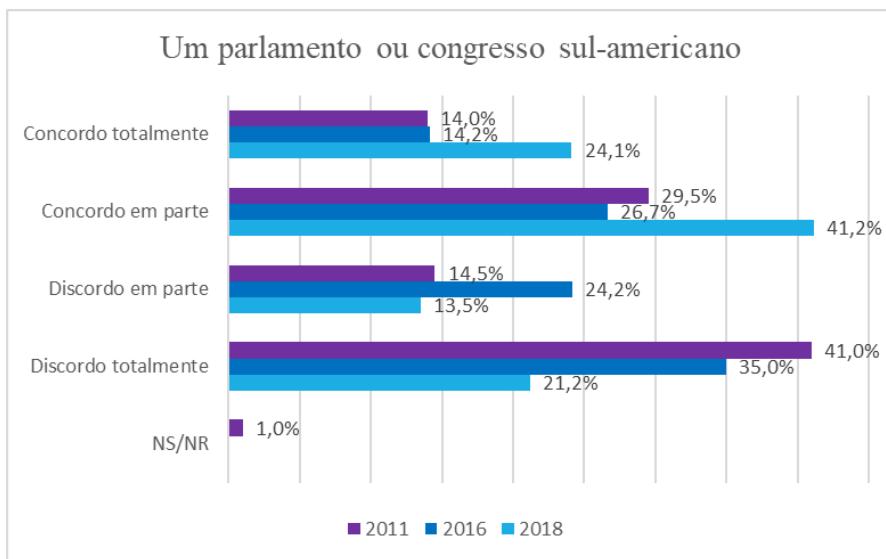
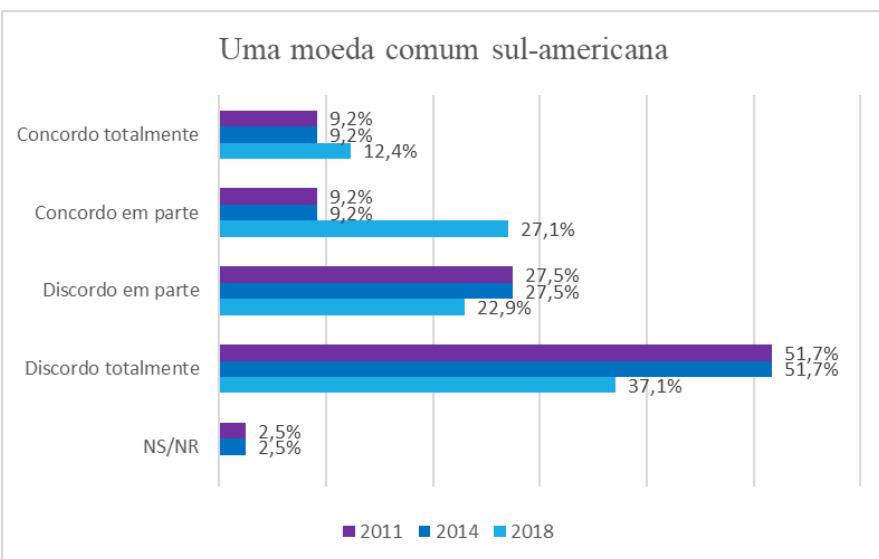
⁸ 5,9% da amostra não respondeu ou disseram não saber, 11,8% responderam “outro”, escolhendo 2,9% o Chile e 3,6% o Uruguai

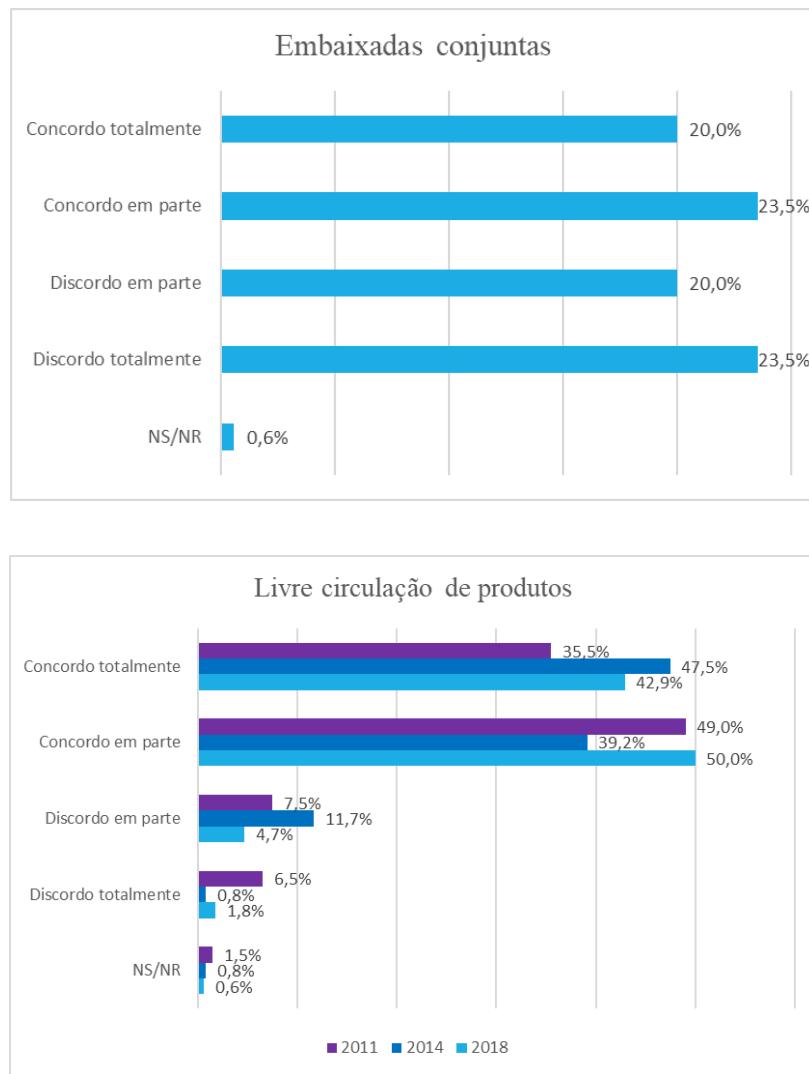
⁹ 9,4% da amostra não respondeu ou disseram não saber, 59,4% responderam “outro”, escolhendo 39,4% a Venezuela, 4,1% o Chile e 4,1% Cuba.

Perguntou-se também qual seria o país em que menos se confiaria para exercer liderança na América Latina. O país mais selecionado pelos Líderes foi a Venezuela, escolhida por 39,4% dos entrevistados, seguida pelo próprio Brasil, escolhido por 17,6%.

O próximo conjunto de questões foi: em relação a integração na América do Sul, o senhor/senhora concorda ou discorda que haja:(concordo totalmente, concordo em parte, discordo em parte, discordo totalmente, nem concordo nem discordo (não ler), não sabe, não respondeu)





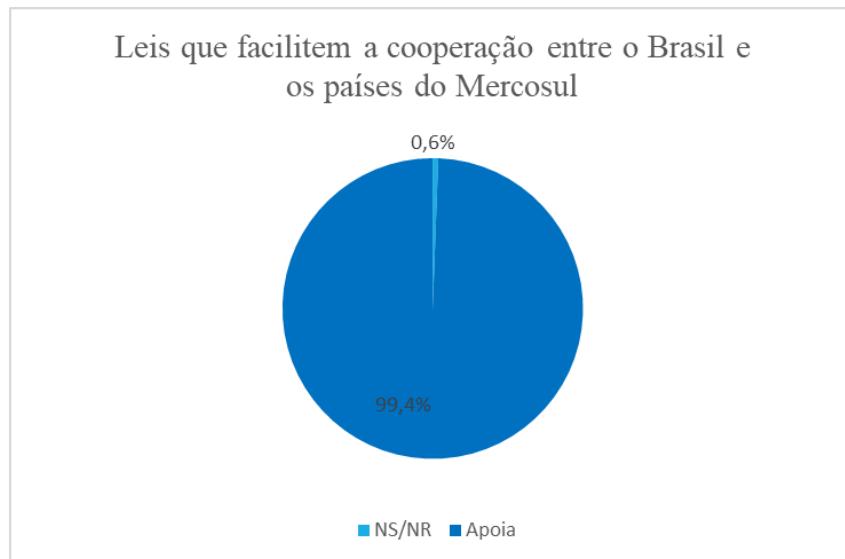
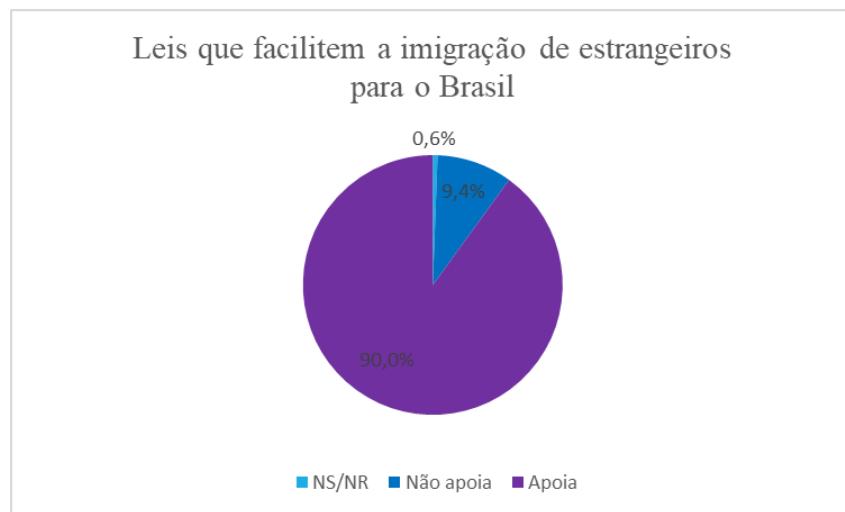


Em seguida, os Líderes foram questionados se concordam ou não acerca de diversos aspectos da integração da América do Sul. Percebe-se que alguns aspectos cresceram em termos de popularidade, entre os Líderes, de 2011 até 2018, sendo eles: o livre movimento de pessoas na região sem controles fronteiriços, a possibilidade de uma moeda comum sul-americana e a possibilidade de um parlamento ou congresso sul-americano. A defesa da livre circulação de produtos, assim como em 2014, foi uma política com a qual os Líderes ainda apresentaram concordância em 2018.

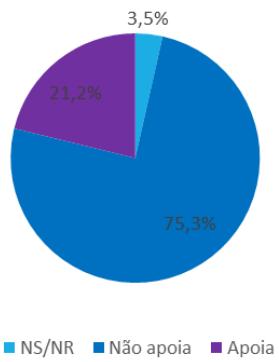
Com relação a alguns aspectos da integração questionados pela primeira vez em 2018, 47,1% dos Líderes concordam em partes, e 20,6% concordam totalmente, com a realização de operações militares conjuntas entre as nações da América do Sul. A prática de uma política externa comum também recebeu amplo apoio dos Líderes, com 52,94% concordando em parte e 15,88% concordando totalmente. Por fim, a

possibilidade de embaixadas conjuntas apresentou uma grande dispersão nas respostas, sendo a parcela dos que concordam e dos que discordam igual.

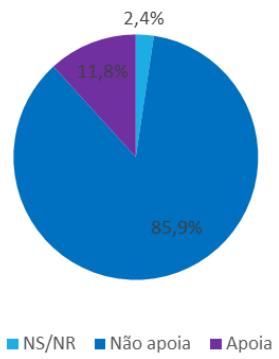
No próximo conjunto de questões os líderes opinaram acerca de questões discutidas no Congresso Nacional que versam sobre as relações do país com o exterior. Algumas questões são amplamente apoiadas por mais de 85% dos Líderes entrevistados, sendo elas: a aprovação de leis que facilitem a imigração de estrangeiros, a aprovação de leis que facilitem a cooperação entre o Brasil e os países do Mercosul e que o Brasil ofereça bolsas para que os cidadãos de países africanos estudem aqui.



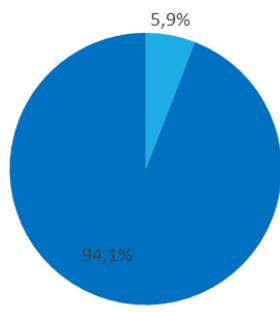
Que o Brasil feche as embaixadas em países pequenos



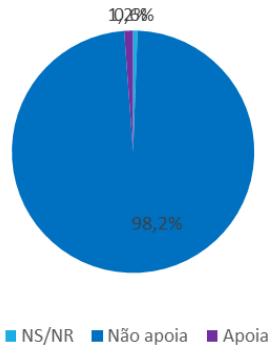
Que o Brasil alugue bases militares para outros países



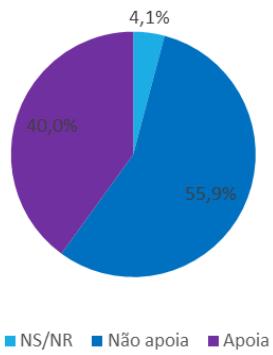
Que o Brasil ofereça bolsas para que os cidadãos de países Africanos estudem aqui



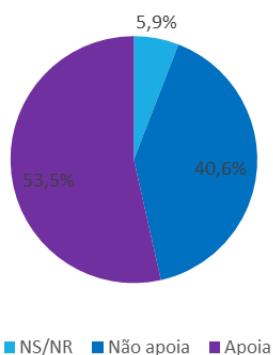
Que o Brasil saia da ONU (Organização das Nações Unidas)



Que o Brasil aumente o investimento na construção do Submarino Nuclear



Que o governo diminua as tarifas de importação de produtos estrangeiros

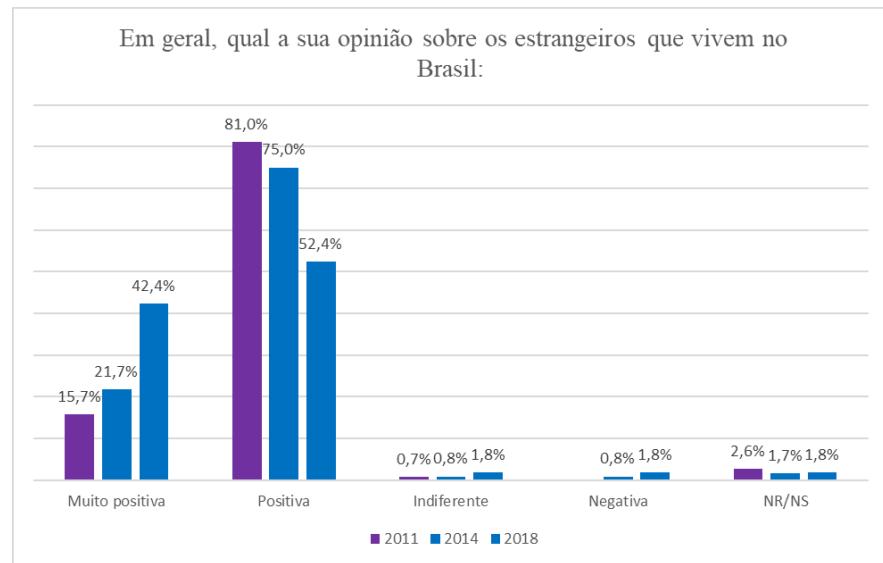
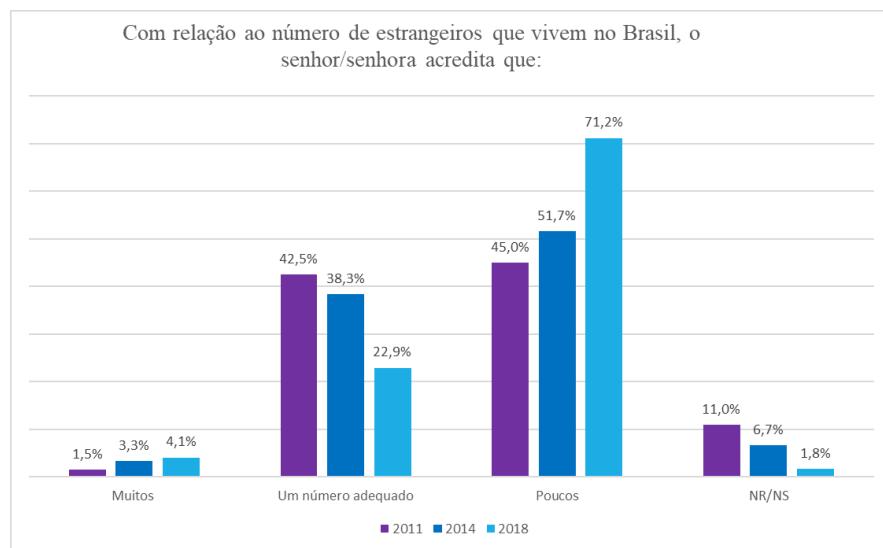


Duas questões que foram amplamente rejeitadas por mais de 85% dos entrevistados são a possibilidade do Brasil alugar bases militares para outros países e a saída do Brasil da ONU. Outras duas políticas rejeitadas pela maioria dos entrevistados, mas em menor escala, são a possibilidade do Brasil fechar as embaixadas em países pequenos, não apoiada por 75,3% dos entrevistados, e a possibilidade do Brasil aumentar

os investimentos na construção do Submarino Nuclear, não apoiada por 55,9% dos entrevistados.

CAPÍTULO 6 – Democracia e Direitos Humanos

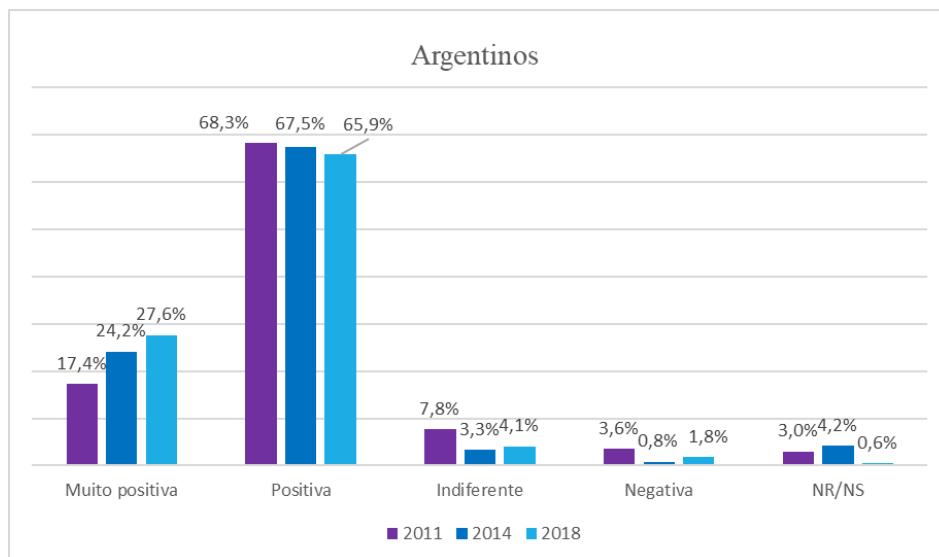
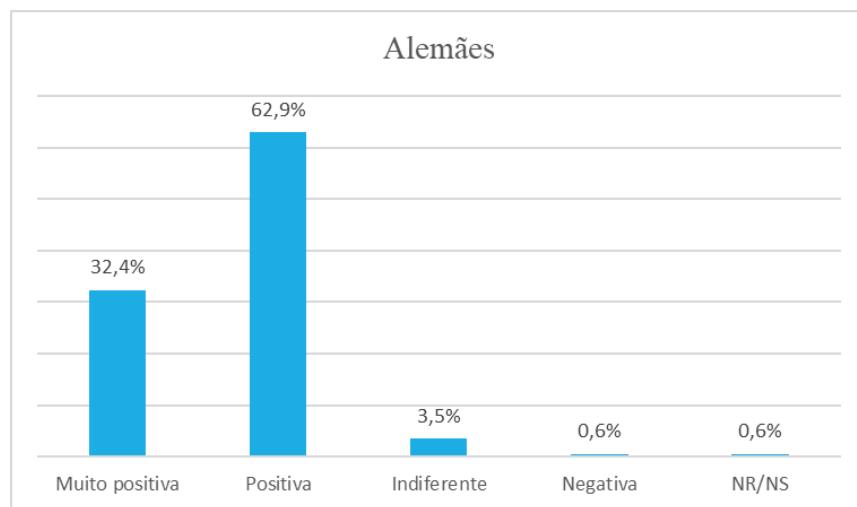
Migrações



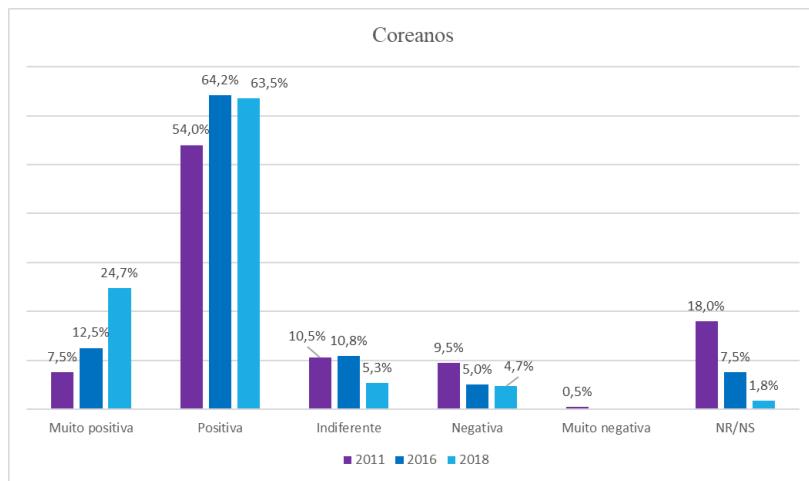
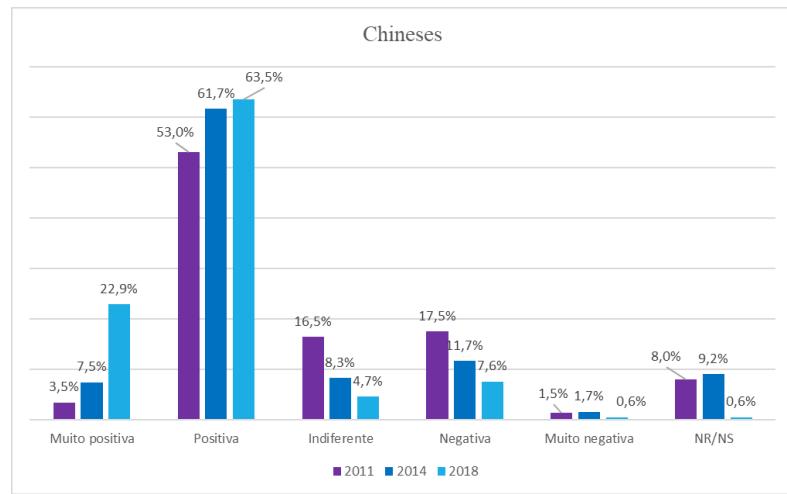
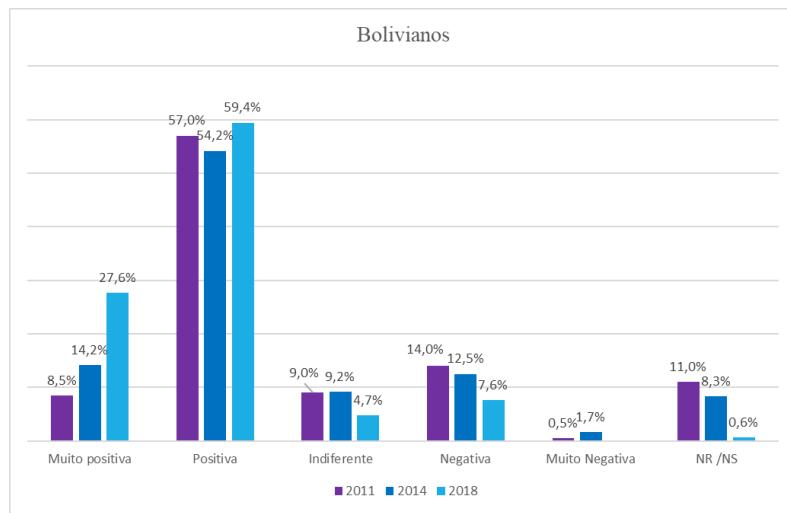
Quando questionados sobre estrangeiros vivendo no Brasil a percepção geral dos líderes é de que a presença deles é positiva (52,4%) ou muito positiva (42,4%). Predomina também a opinião de que eles são poucos (71,2%).

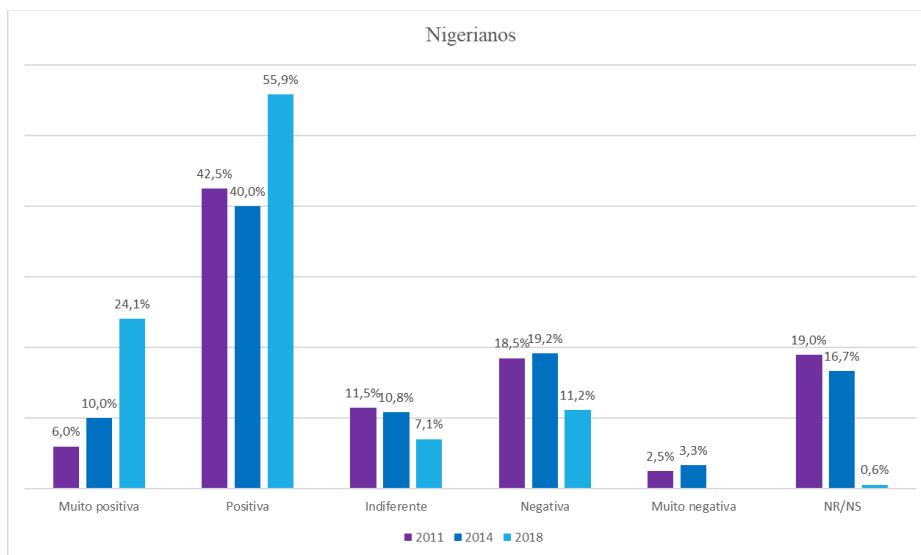
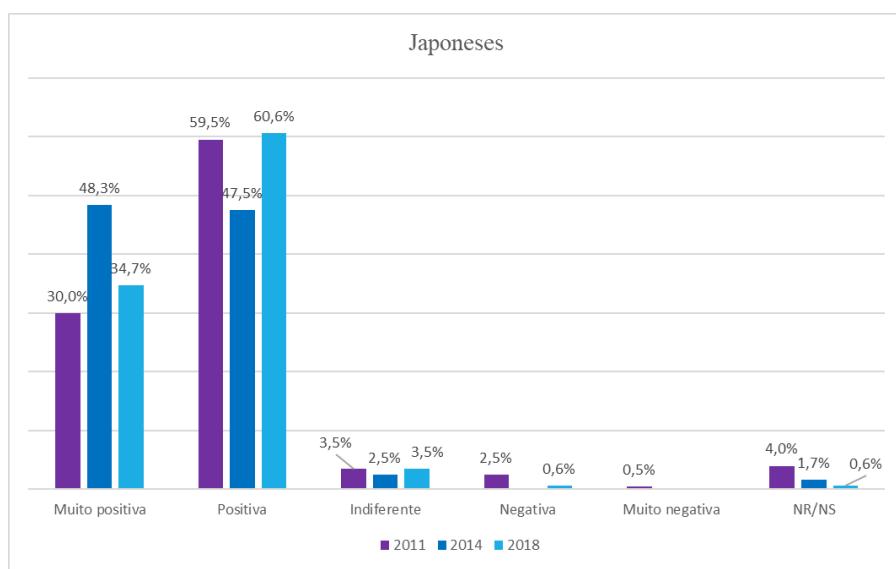
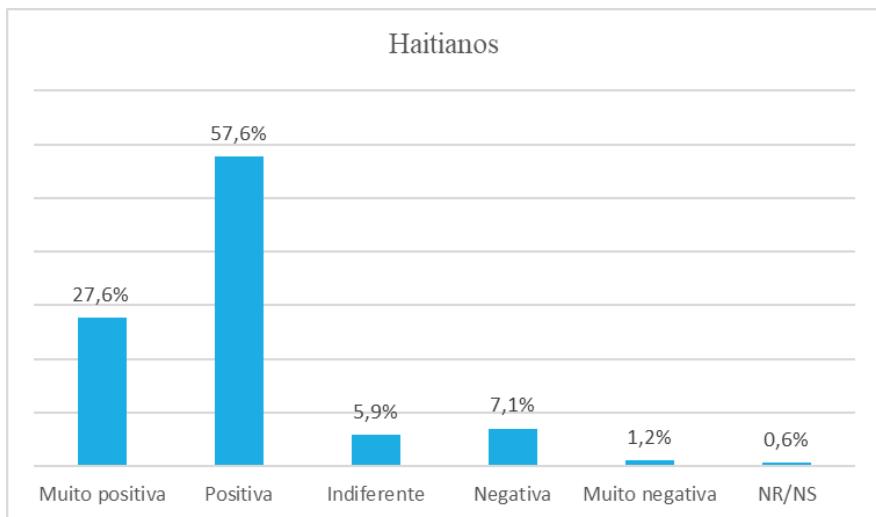
O survey de 2018, em comparação aos anos anteriores de 2016 e 2011, realizou algumas alterações em seu questionário, particularmente nas escalas de resposta, o que dificulta uma avaliação quantitativa rigorosa. Contudo, é nítido que entre 2011 e 2018 uma parcela razoável das respostas migrou da opção "um número adequado" para a opção "poucos, quando questionados sobre o número de estrangeiros vivendo no Brasil.

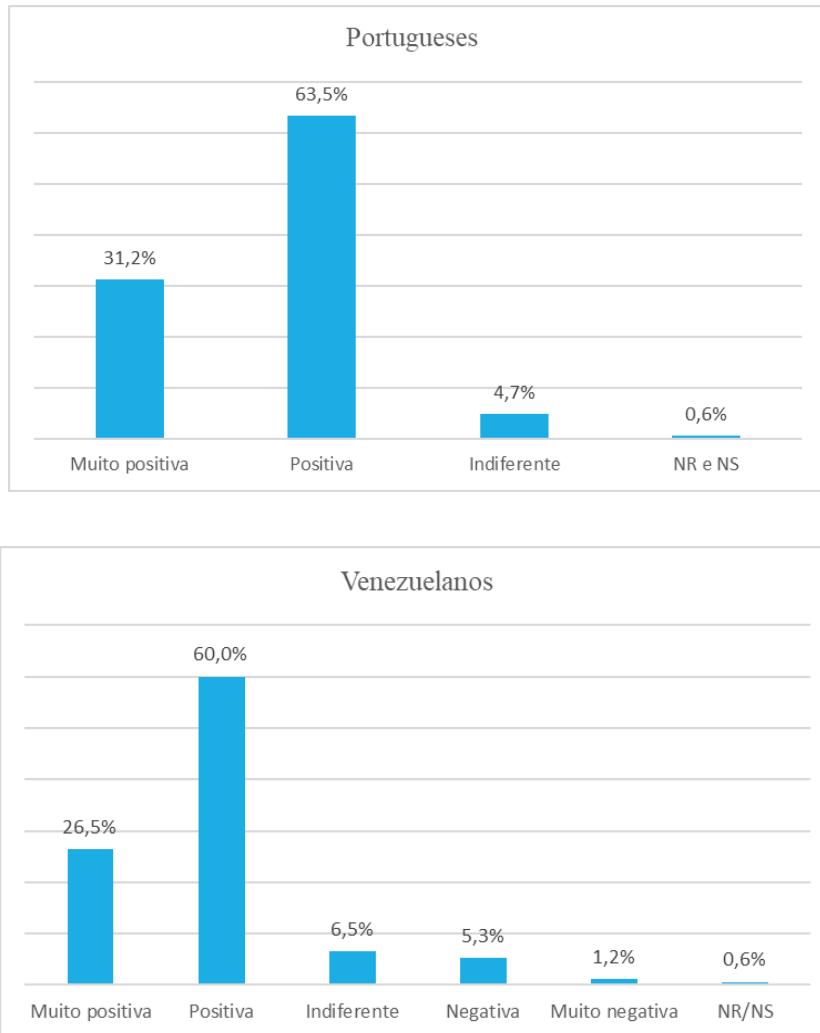
Qual sua opinião sobre os seguintes grupos de estrangeiros que vivem no Brasil, considerando a escala de muito positiva, positiva, negativa, muito negativa:



¹⁰ Em 2014 e 2011 a classificação era outra, então padronizamos para que a comparação fosse possível. Assim, “muito boa” virou “muito positiva”, “boa” virou “positiva”, “nem boa nem ruim” virou “indiferente”, “rim” ficou “negativa”, “muito ruim” virou “muito negativa”





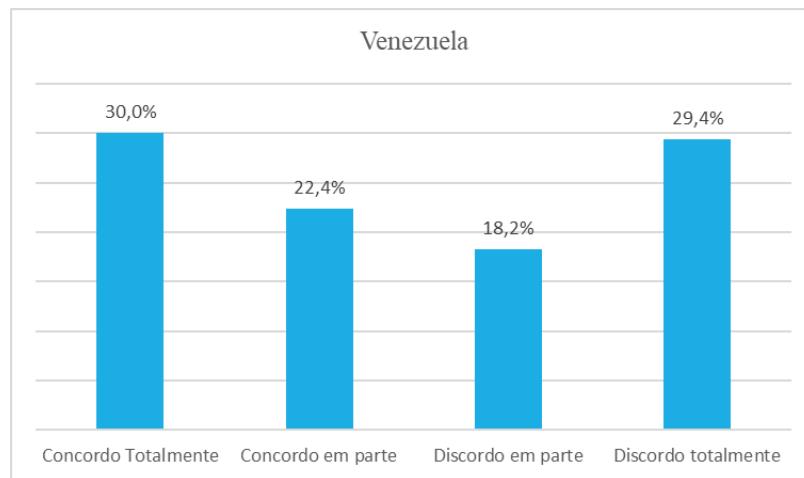
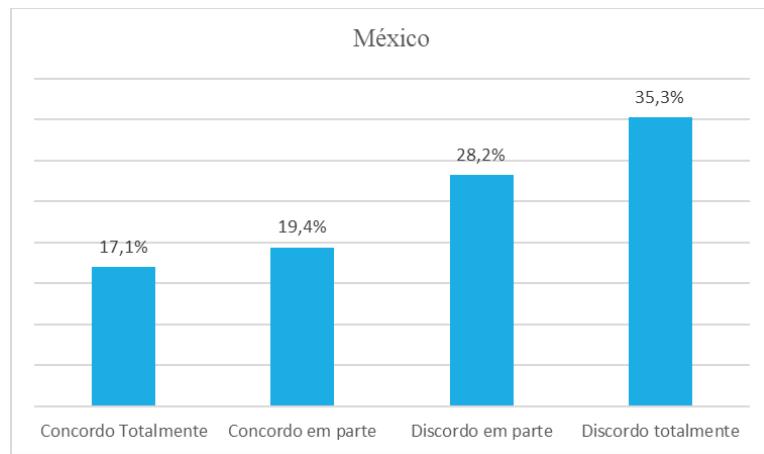
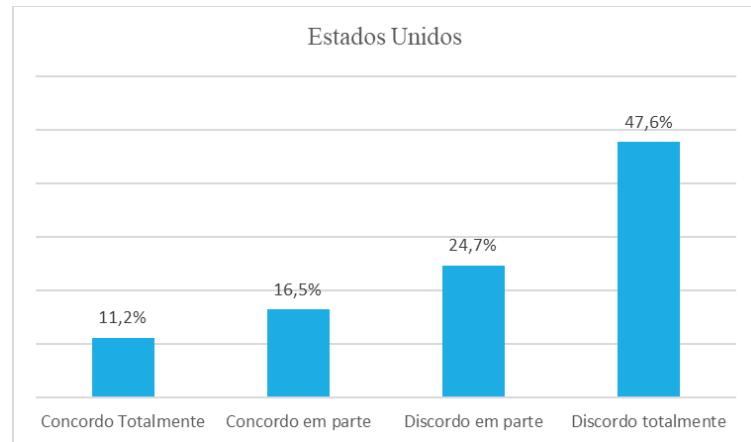


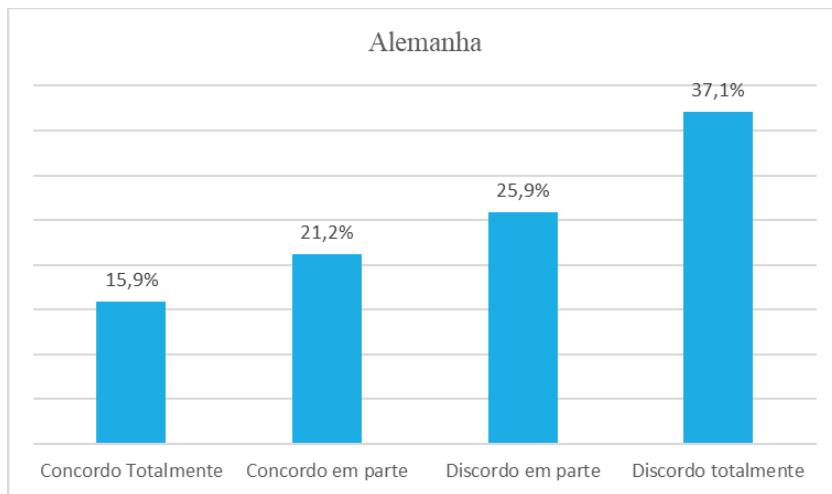
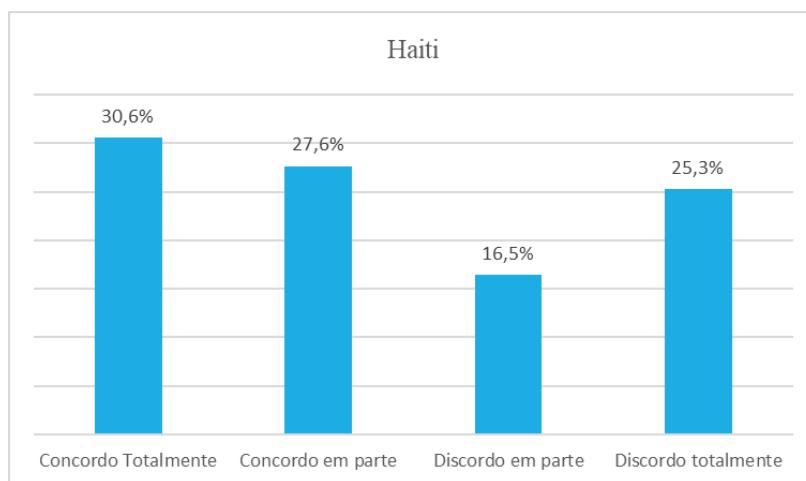
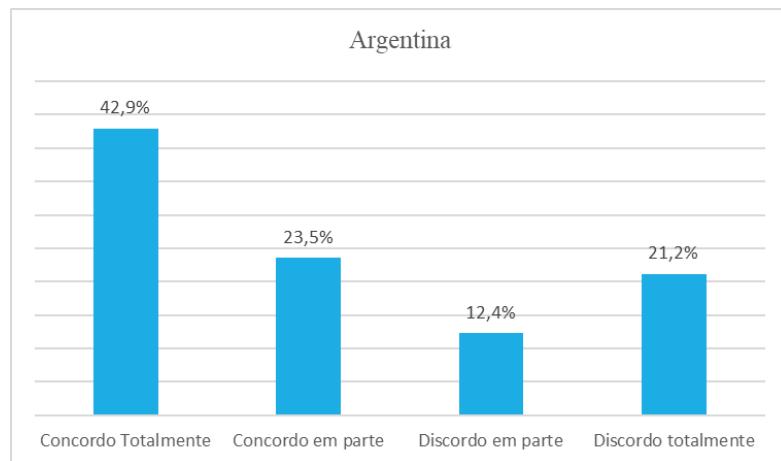
Ao serem questionados sobre a opinião acerca da presença de estrangeiros de nacionalidades particulares no Brasil as respostas foram, no geral, positivas para todas as nacionalidades questionadas, sendo que a parcela de respostas "Positiva" e "Muito positiva" somadas ultrapassou 75% para todas as nacionalidades perguntadas.

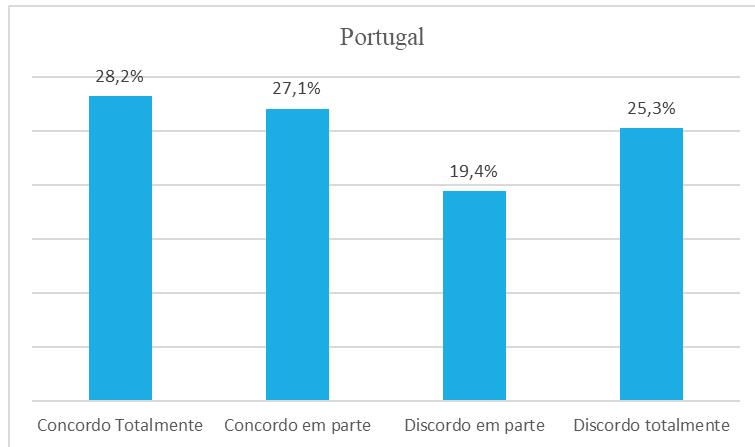
Dentre as nacionalidades mais vistas positivamente destacam-se a alemã, a japonesa e a portuguesa com respectivamente 32,35%. 34,71% e 34,71% de opiniões "muito positiva". Por outro lado, as nacionalidades que obtiveram parcelas de opiniões "negativas" relevantes (entre 4% e 12%) foram bolivianos, chineses, coreanos, nigerianos e venezuelanos.

Ainda que as opiniões gerais sobre estrangeiros sejam positivas, tais disparidades entre as nacionalidades mencionadas expressam elementos de xenofobia presentes na sociedade brasileira.

O próximo conjunto de questões foi: senhor/senhora concorda ou discorda que os cidadãos das seguintes regiões possam trabalhar no Brasil sem precisar de um visto de trabalho:





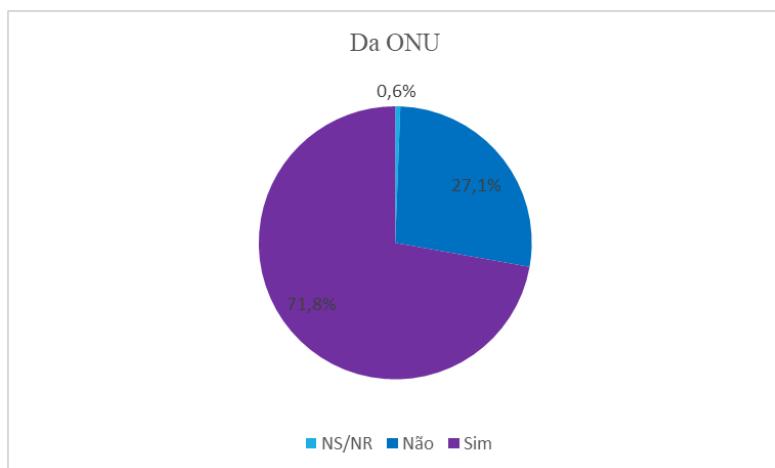
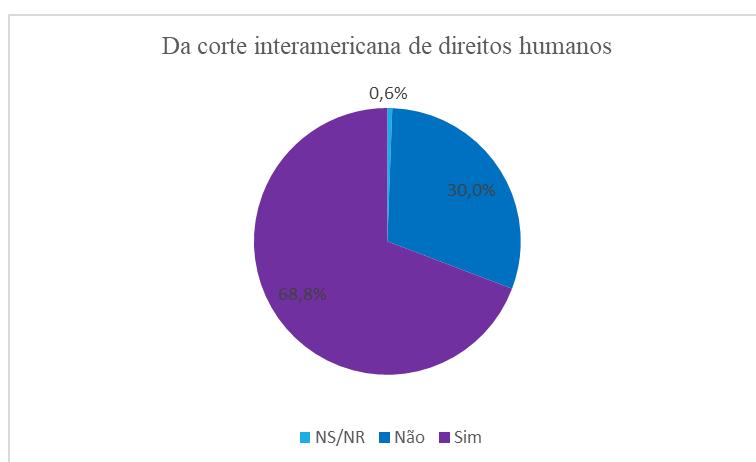
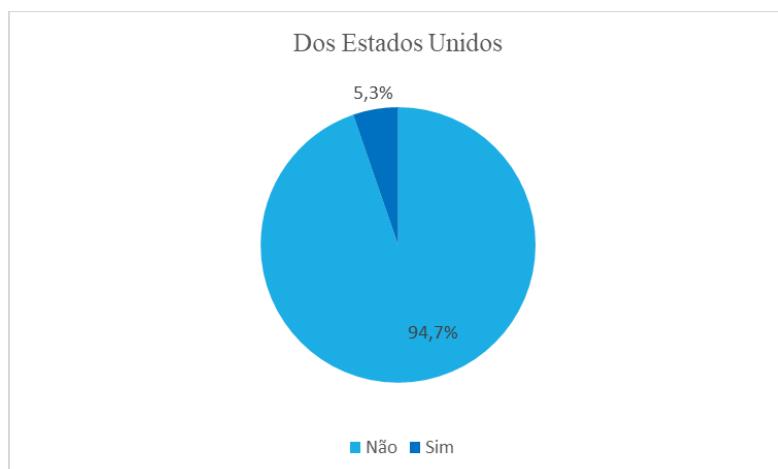


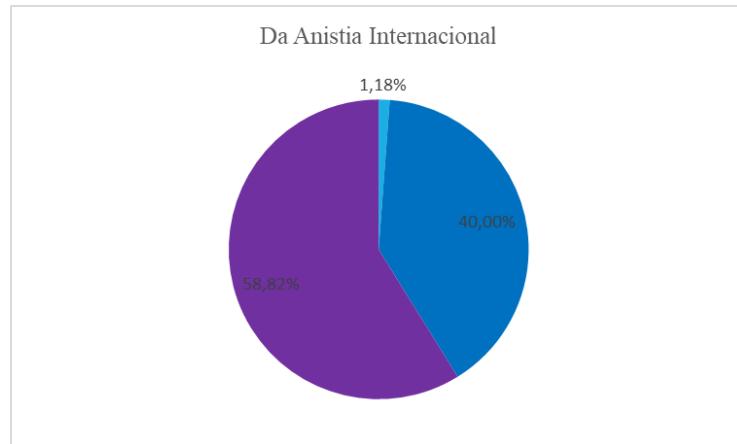
Sobre a possibilidade do Brasil permitir que trabalhadores de outras nacionalidades virem trabalhar no Brasil sem visto, percebe-se que, em sua maioria, os Líderes são favoráveis a essa permissão para cidadãos de outros países latino-americanos, com exceção do México. Com relação a venezuelanos, 52,4% concordam totalmente ou em parte, para argentinos, 66,4% e para haitianos 58,2%. Também há grande concordância em oferecer essa permissão a portugueses, com 55,3% concordando totalmente ou em parte.

Opiniões discordantes predominam para cidadãos da Alemanha, México e Estados Unidos. 72,3% dos entrevistados discordam em parte ou totalmente com a concessão para cidadãos estadunidenses, 63,5% para mexicanos e 63% para alemães.

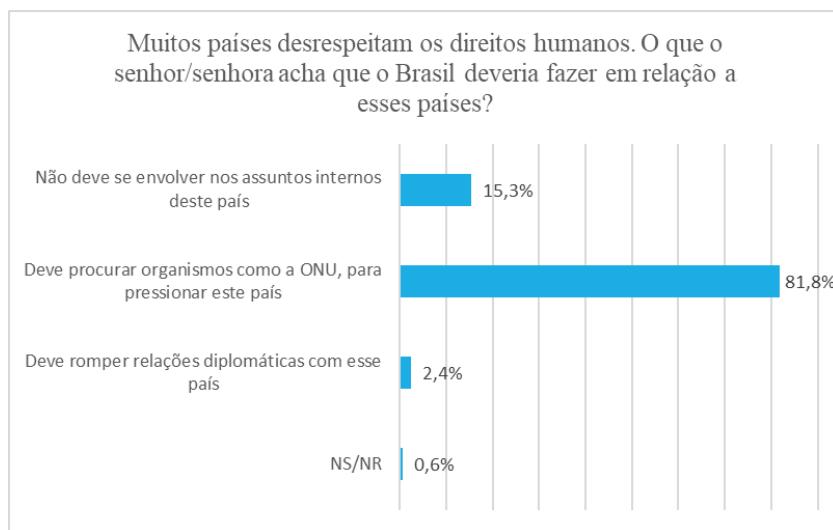
Direitos Humanos

O primeiro conjunto de questões foi: Na sua opinião, a situação dos direitos humanos no Brasil melhoraria sob a supervisão:



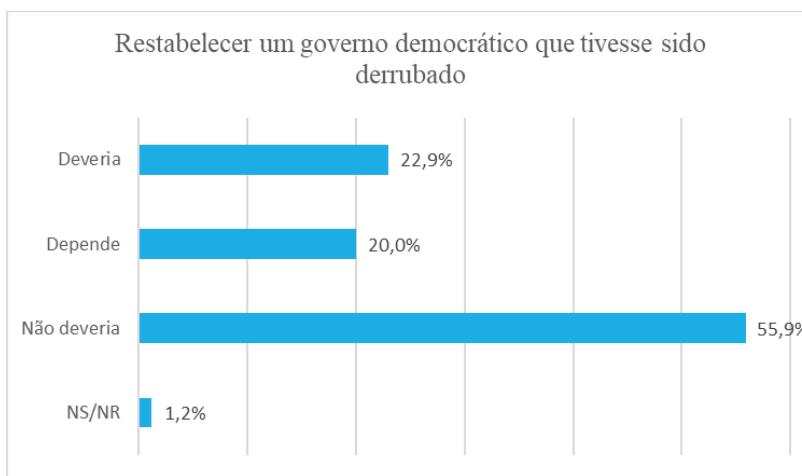
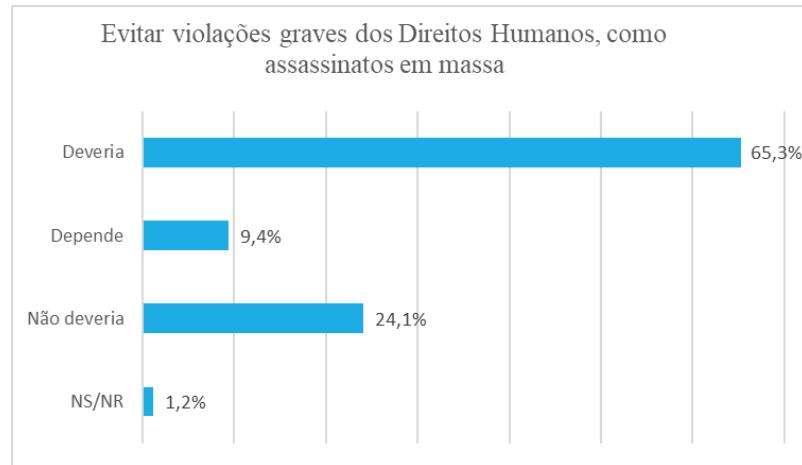


Entre os Líderes, 94,7% discordam com a afirmação de que a situação dos Direitos Humanos melhoraria no Brasil sob a supervisão dos EUA. Por outro lado, 68,8% acreditam que a situação melhoria sob a supervisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, 71,8% sob a supervisão da ONU e 58,82% sob a supervisão da Anistia Internacional.



Com relação a países que desrespeitam os Direitos Humanos, a maioria de 81,8% dos Líderes entrevistados acreditam que o Brasil deveria procurar organismos como a ONU para pressionar esses países.

O proximo conjunto de questões foi: o senhor/senhora acredita que o Conselho deveria ou não ter o direito de autorizar o uso da força militar para:



Em relação ao Conselho de Segurança da ONU, 65,3% dos entrevistados acreditam que ele deveria autorizar o uso da força militar para evitar violações graves dos Direitos Humanos, como assassinatos em massa. Contudo, 55,9% afirmam que o CSNU não deveria autorizar o uso da força para restabelecer um governo democrático que tivesse sido derrubado.

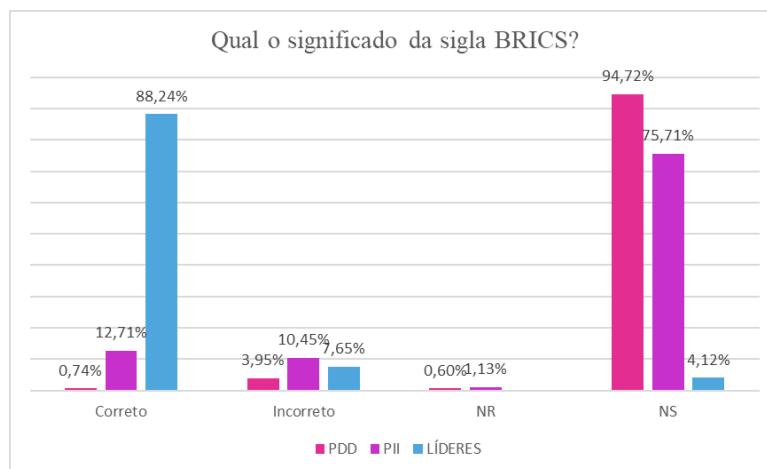
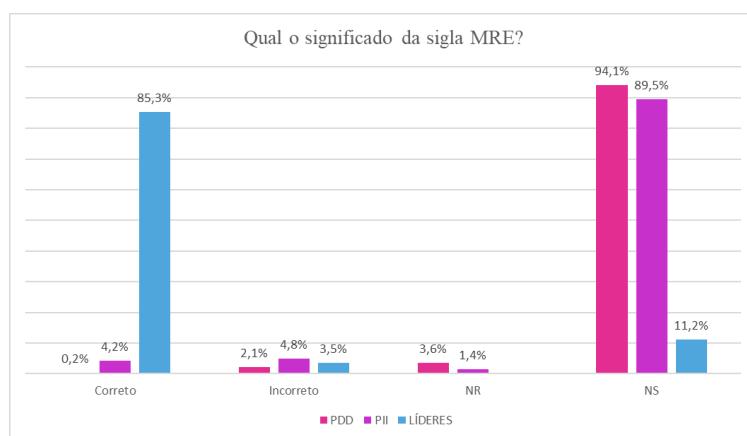
TERCEIRA PARTE – OPINIÃO PÚBLICA E DOS LÍDERES

No Brasil, os questionários foram aplicados a uma amostra intencional de 170 líderes políticos e sociais e a uma amostra aleatória, de 1.849 entrevistados, representativa da população urbana brasileira, entre o final de 2018 e 2019. Sua aplicação foi realizada pelo Instituto Olhar – Pesquisa e Informação Estratégica (www.institutoolhar.com.br), que não é responsável pela interpretação dos dados, realizada pelos pesquisadores do IRI-USP e do Cebrap. A realização da pesquisa no Brasil foi possível graças ao apoio da Fapesp (Proc.2010/06356-3), que assegurou recursos para o estudo das opiniões do público e dos líderes

Capítulo 1 - Os brasileiros e o mundo: contato, conhecimento, informação e interesse

O grau de informação e conhecimento dos cidadãos sobre assuntos internacionais é uma fonte primária de suas atitudes e opiniões sobre o exterior. Quão familiarizados e quanto sabem os brasileiros sobre assuntos internacionais? Para responder a essa pergunta, os surveys incluíram questões sobre siglas e nomes que permitem indagar acerca do grau e do tipo de conhecimento e informação factual que a população tem sobre atores e eventos relevantes da realidade nacional e internacional.

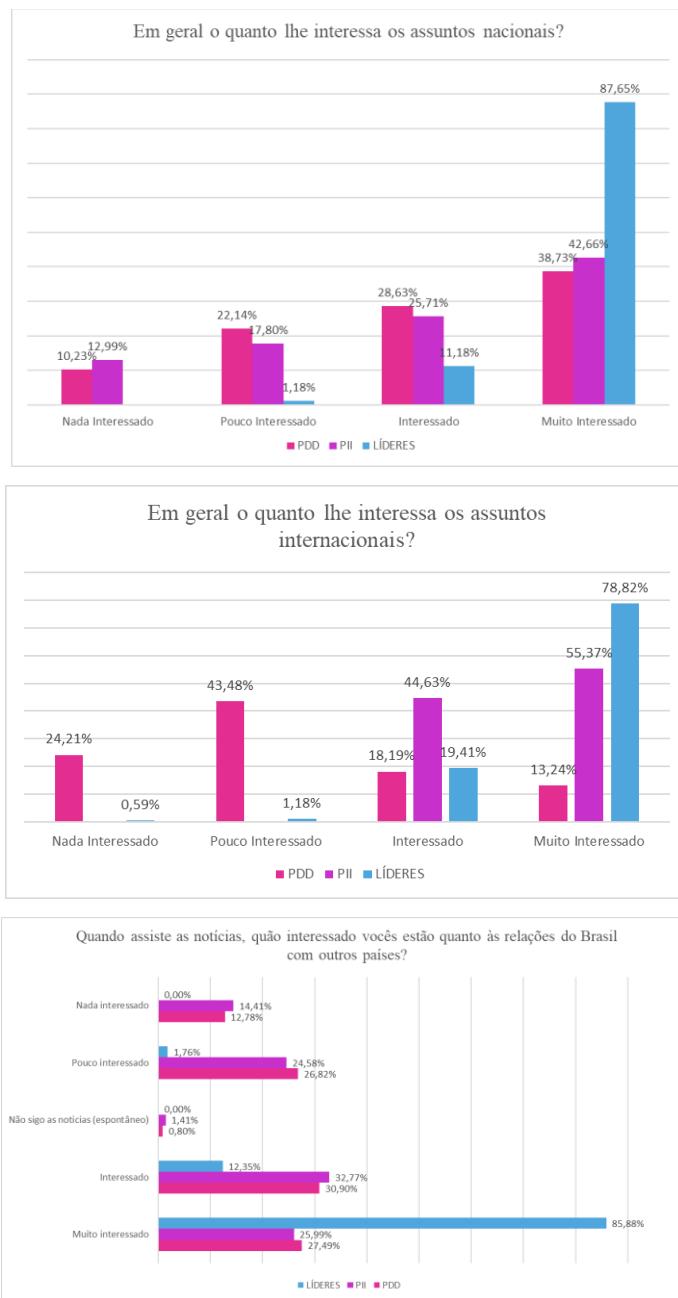
Confiança e conhecimento



Comparando-se Líderes com o PDD e o PII, verifica-se que o grupo dos líderes possui maior conhecimento acerca do significado das siglas MRE (Ministério das Relações Exteriores) e BRICS (acrônimo com as iniciais em inglês dos países membros: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Deve ser relembrado que o acerto no

significado da sigla ONU consiste em um dos critérios de classificação entre o PDD e o PII, por isso há acerto de 100% entre o PII.

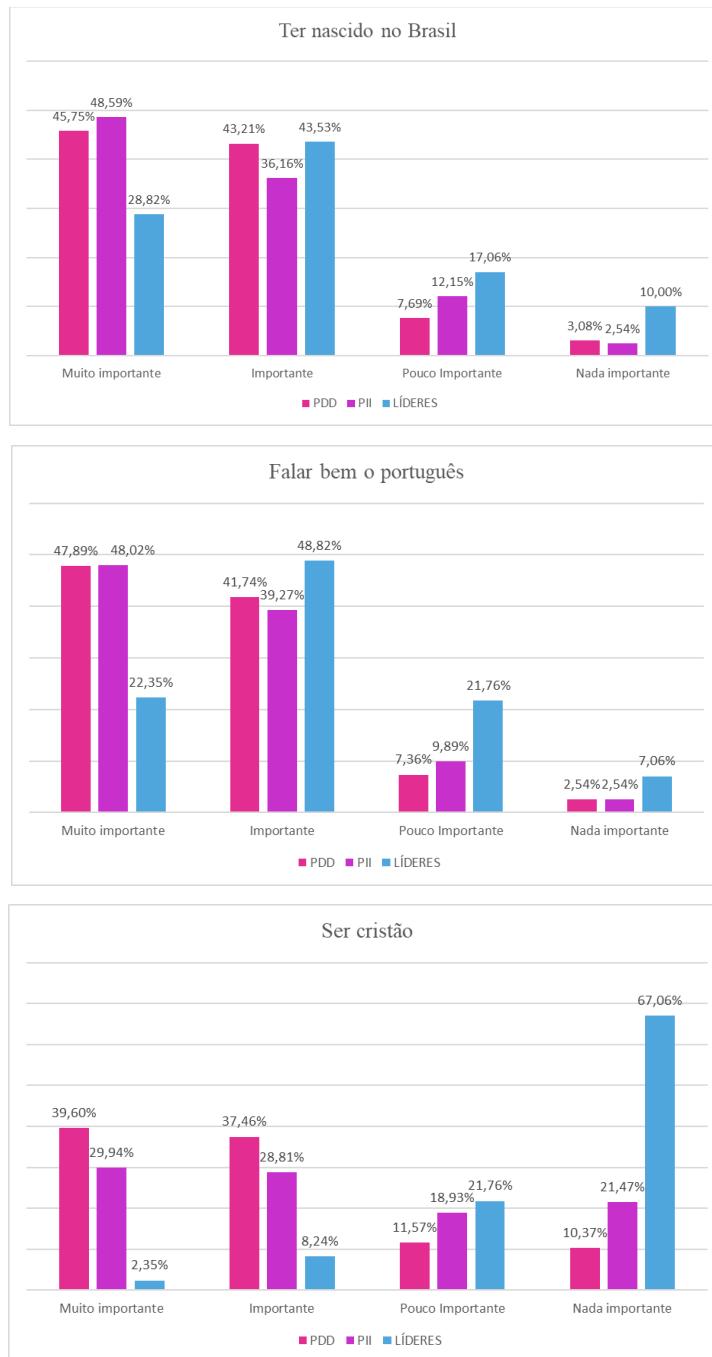
Informação e interesse

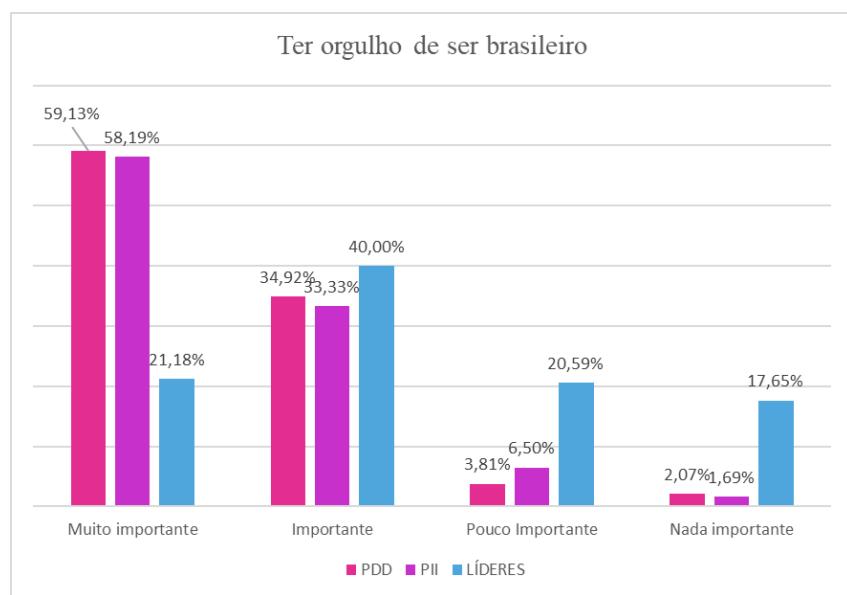
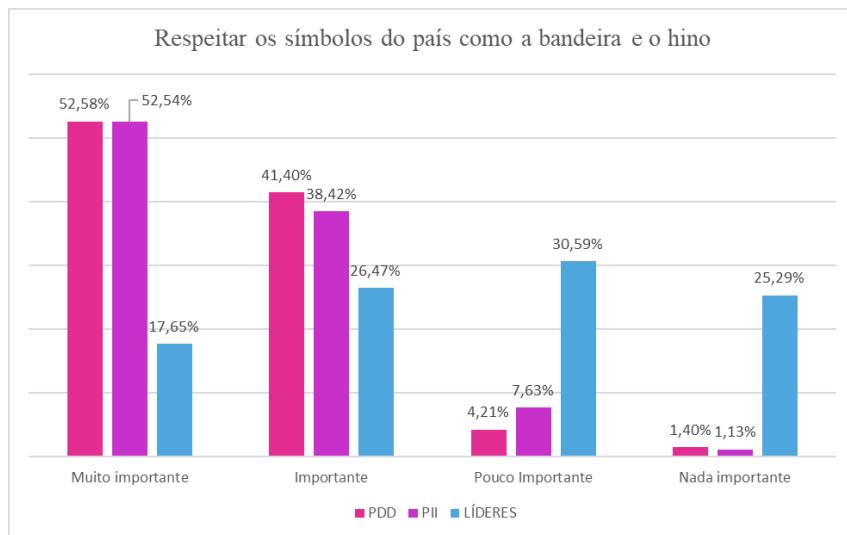


Com relação ao interesse declarado pelos entrevistados por assuntos nacionais, internacionais e pelas relações do Brasil com outros países, é patente o maior interesse do grupo dos Líderes em comparação aos grupos do PDD e do PII. Em relação aos interesse em assuntos internacionais verifica-se um maior interesse do PII do que do PDD, contudo,

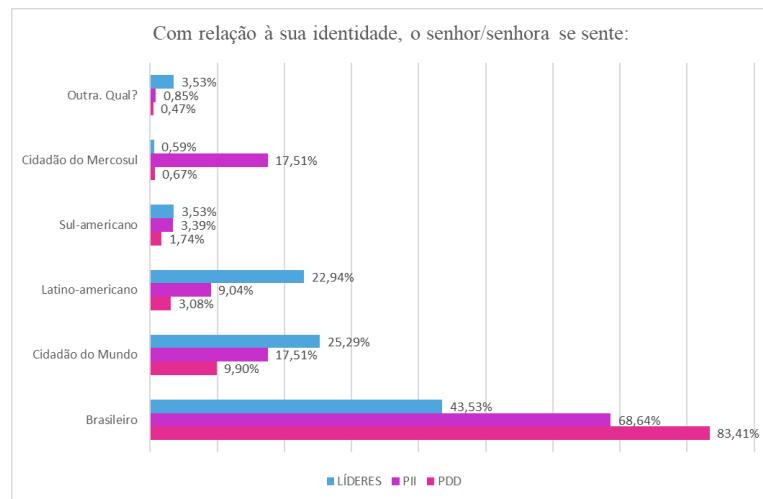
o interesse por assuntos nacionais e pelas relações do Brasil com outros países é muito semelhante entre os dois grupos.

Capítulo 2 – Identidade e cultura





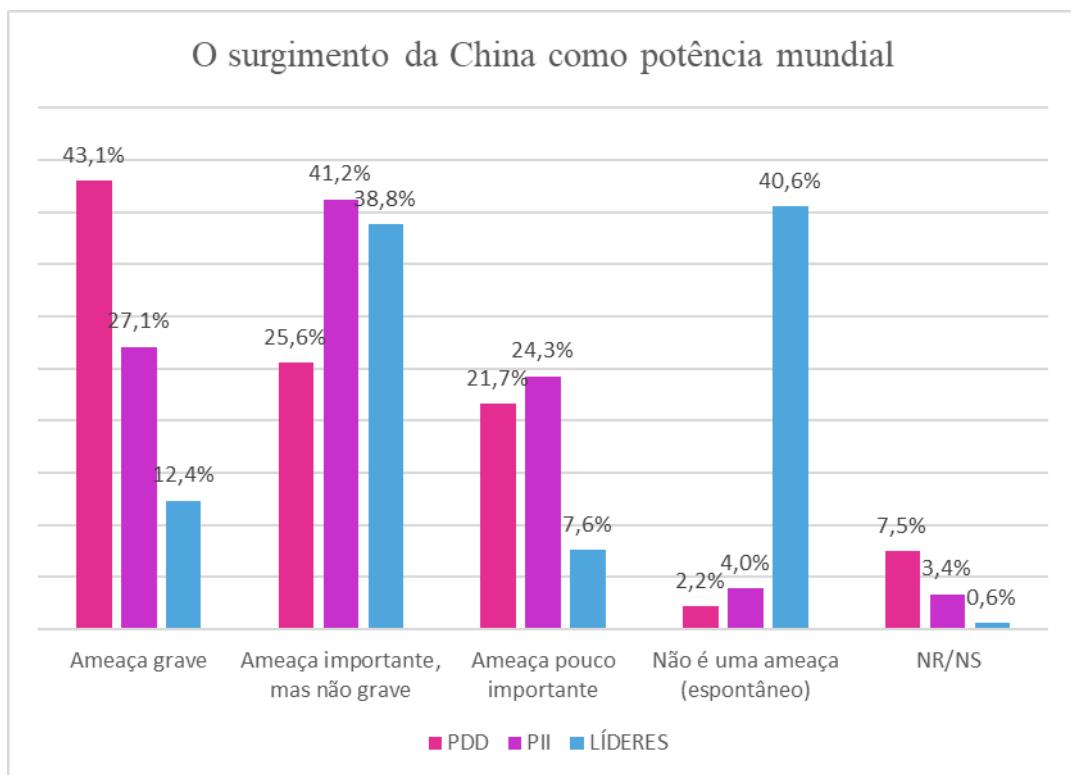
Quando questionados sobre os elementos que constituem a identidade brasileira, os Líderes, em geral, avaliam com menor importância todos elementos apresentados, verificando-se parcelas expressivamente maiores do que as do PDD e do PII em respostas “pouco importante” e “nada importante”. Em particular, ressalta-se que 67,06% dos Líderes consideram “nada importante” “ser cristão” para a identidade brasileira, contra apenas 21,47% do PII e 10,37 do PDD. Verifica-se também uma maior dispersão nas respostas acerca da autoafirmação identitária dos Líderes entrevistados em comparação às respostas do PDD e do PII, com 25,29% se declarando “cidadão do mundo” e 22,94% “Latino americano”.



CAPÍTULO 3 – O Brasil e o mundo

Atitudes frente ao mundo

O primeiro grupo de questões foi: agora vou ler uma lista de assuntos que podem afetar os interesses do Brasil nos próximos 10 anos. Diga-me, para cada um, se os considera como uma ameaça grave, uma ameaça importante mas não grave ou como uma ameaça pouco importante para o Brasil:



O surgimento da China como uma potência mundial foi interpretada, no *survey* realizado no ano de 2018, como uma ameaça grave (43.1%) pelo Público Desinformado e Desinteressado (PDD), este valor se soma a 25.6% que avaliam como “ameaça importante, mas não grave”.

Diferentemente, apenas 27.1% do Público Informado e Interessado (PII) possui essa percepção e, com percentual ainda menor, apenas 12.4% dos Líderes apontam para a opção de “ameaça grave”.

Ao analisar os Líderes, percebe-se valores semelhantes em duas opções distintas: “ameaça importante, mas não grave” e “não é uma ameaça” (espontâneo), cada qual em 38.8% e 40.6% das respostas, respectivamente.

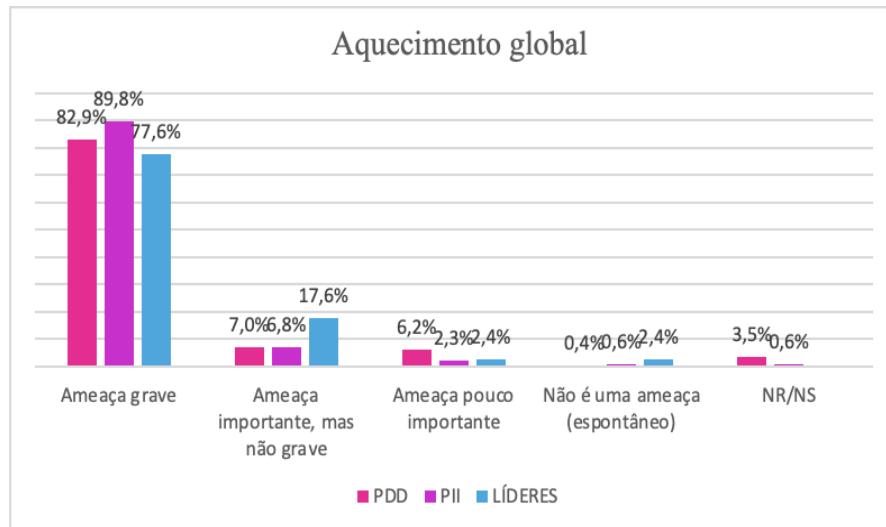
De forma geral, conclui-se ao tempo que a maioria dos entrevistados PDD e PII percebem a China como potência mundial como uma “ameaça grave” ou “ameaça importante”, o mesmo não pode ser dito da totalidade dos Líderes.



O terrorismo internacional é visto como uma ameaça grave para o Brasil por quase 80% dos PDD (79.8%). No que diz respeito aos demais grupos entrevistados, a tendência dessa interpretação diminui, indo para 67.5% entre os PII e apenas 35.9% no caso dos Líderes.

Contudo, isso não indica que não se trata de uma ameaça, uma vez que os PII e os Líderes também respondem de forma positiva a opção “ameaça importante, mas não grave”: 22% e 37.1%, respectivamente.

Por fim, vale apontar para o fato de que 11.8% dos Líderes responderam, de forma espontânea, de que “não é uma ameaça”.



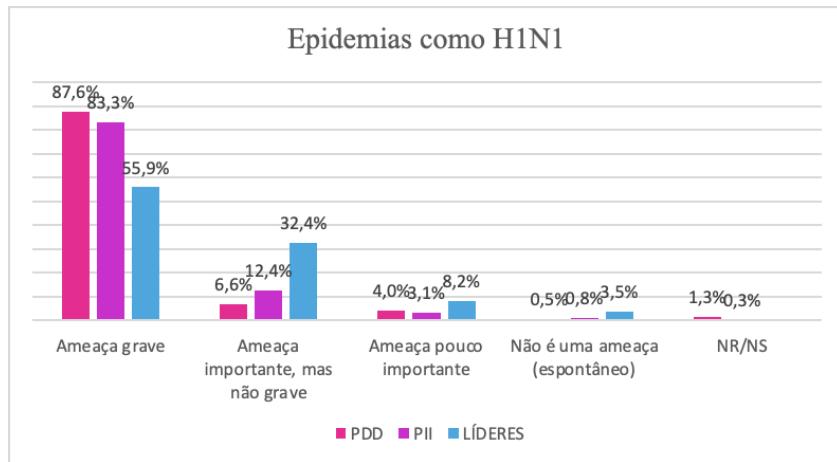
O tema do aquecimento global também foi uma das questões levantadas no *survey* de 2018. O tópico foi considerado como uma “ameaça grave” para o Brasil em mais de 50% das respostas de todos os grupos entrevistados, sendo os percentuais de PDD, PII e Líderes: 82.9%, 89.8% e 77.6%, respectivamente.

Os Líderes foram também o segmento que apresentou o maior número de respostas que consideravam o aquecimento global como uma “ameaça importante, mas não grave” (17.6%) e “não é uma ameaça” (espontâneo) (2.4%).

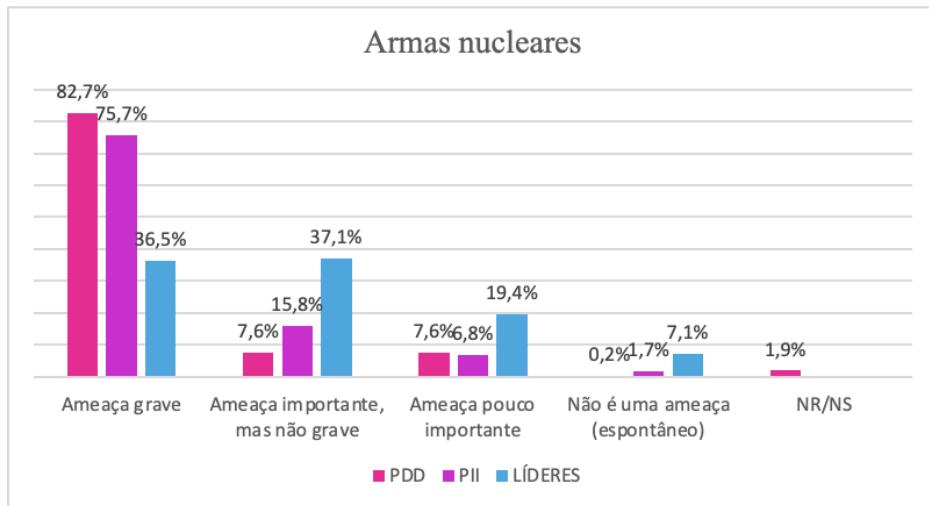


O narcotráfico e o crime organizado foram fortemente considerados como “ameaça grave” para o Brasil, aspecto que se justifica pelo percentual de entrevistados que escolheram a opção, sendo 93.2% (PDD), 94.1% (PII) e, com menor diferença, 85.9% (Líderes).

A diferença de 10% entre os Líderes e os demais grupos podem ser explicada pelo quantitativo de respostas obtidas na opção “ameaça importante, mas não grave”: 10.6%.



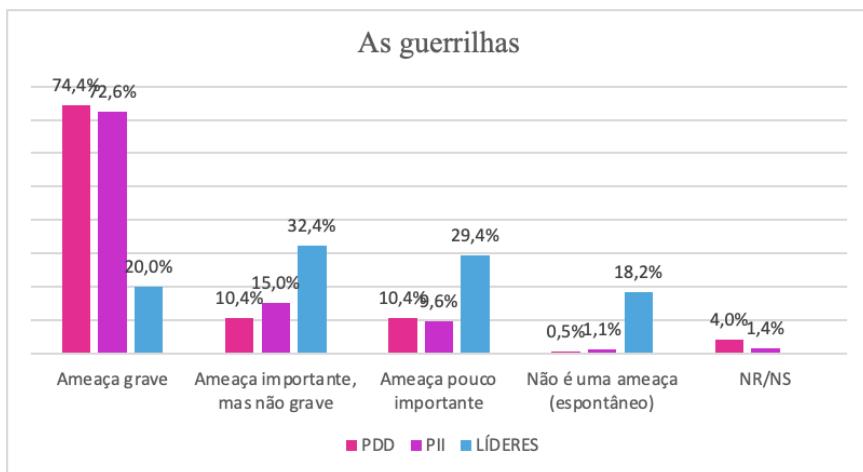
A existência de epidemias como H1N1 são consideradas como ameaças relevantes para o Brasil, concentrando 87.6% (PDD), 83.3% (PII) e 55.9% (Líderes) das respostas em “ameaça grave”. Ou seja, dos três grupos analisados, os líderes são os que em menor quantidade percebem as pandemias com urgência, isso pode ser justificado pelo fato de 32.4% (Líderes) argumentarem que é “ameaça importante, mas não grave”.



As armas nucleares são interpretadas como uma “ameaça grave” ao Brasil para mais de 50% do Público Desinteressado e Desinformado (82.7%) e pelo Público Interessado e Informado (75.7%). Essa percepção não é compartilhada pela maioria dos Líderes que participaram do *survey*, sendo apenas 36.5% das respostas concentradas nesta opção.

O maior percentual observado entre os Líderes foi em “ameaça importante, mas não grave” (37.1%), uma diferença inferior a 1% em relação a categoria “ameaça grave”. Para além disso, um total de 19.4% do segmento afirmou se tratar de uma “ameaça pouco importante”.

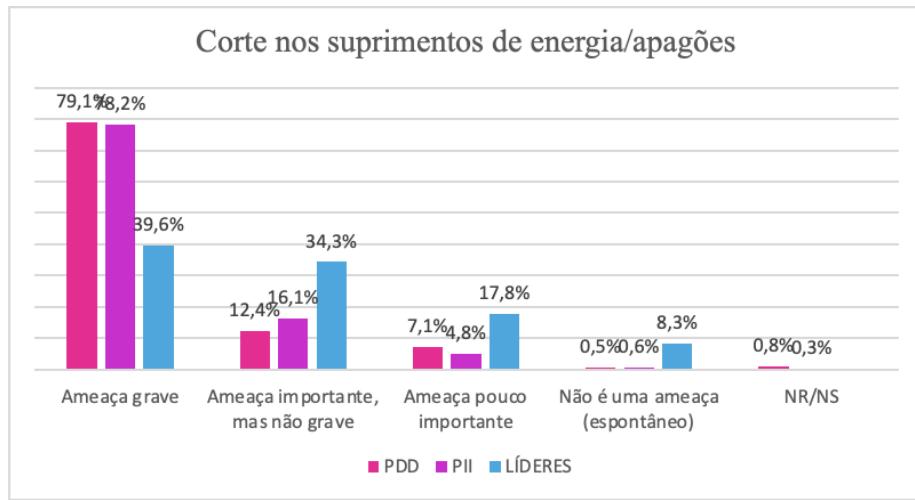
Com base nas informações, é possível aferir que há uma divisão quanto a forma que os Líderes veem a ameaça das armas nucleares para o Brasil, diferentemente dos PDD e PII entrevistados no ano de 2018.



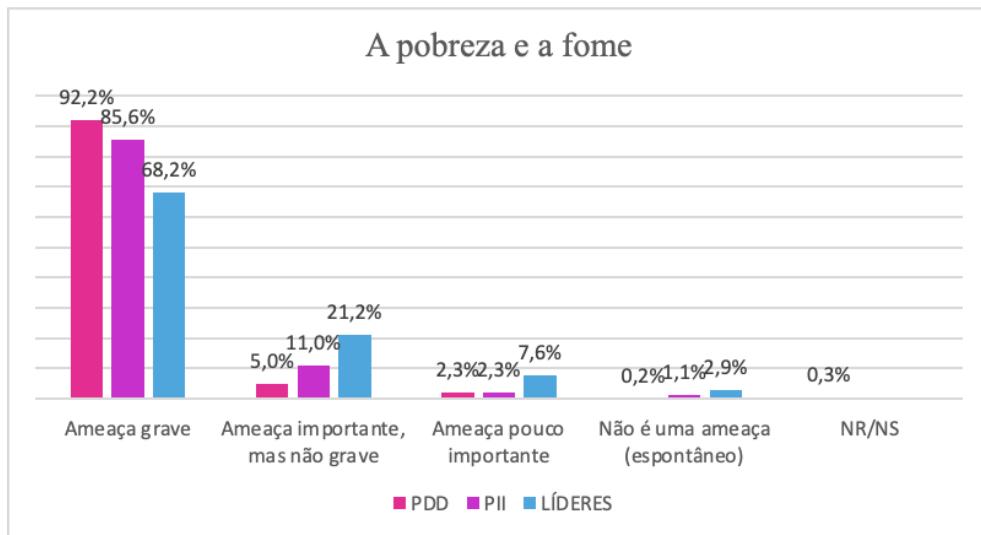
As guerrilhas foram identificadas, de modo semelhante, como uma “ameaça grave” ao Brasil tanto pelos PDD (74.4%) quanto pelos PII (72.6%). Entretanto, há uma grande variação percentual em relação a análise dos Líderes (20%).

Os Líderes entrevistados para o *survey* de 2018 concentraram a maior parte de suas avaliações nas opções “ameaça importante, mas não grave” (32.4%) e “ameaça pouco importante” (29.4%).

Destaca-se também a diferença de respostas na opção, a qual apareceu de forma espontânea, de que as guerrilhas “não é uma ameaça”: 0.5% (PDD), 1.1% (PII) e 18.2% (Líderes).

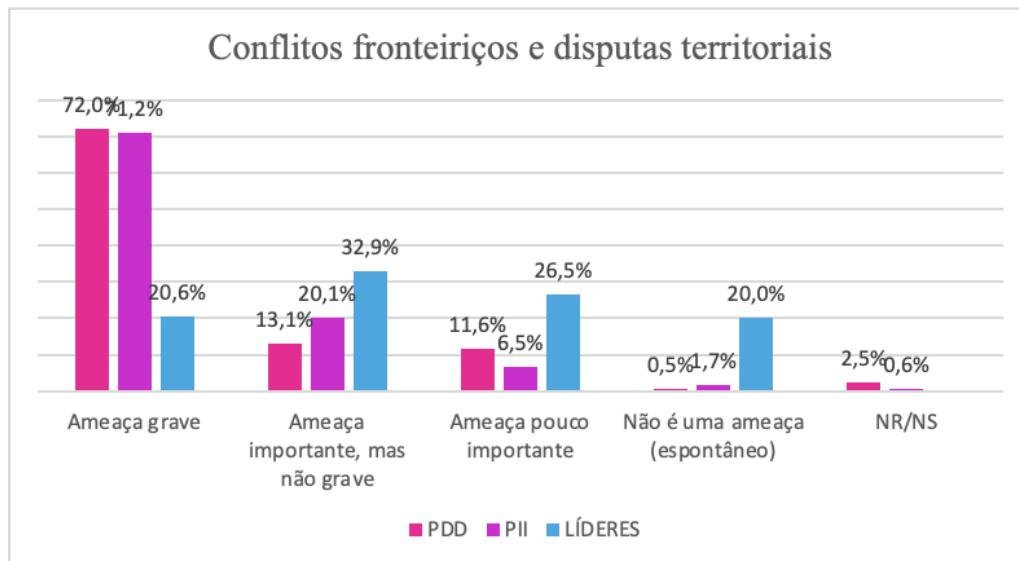


O corte nos suprimentos de energia e/ou apagões também é um dos tópicos analisados. Este é visto de forma similar pelos PDD e PII, sem variação percentual significativa: 79.1% e 85.6%, respectivamente, como uma “ameaça grave” ao Brasil. Contudo, não é possível afirmar o mesmo em relação aos Líderes, uma vez que as opiniões se dividem entre “ameaça grave” (39.6%) e “ameaça importante, mas não grave” (34.3%).

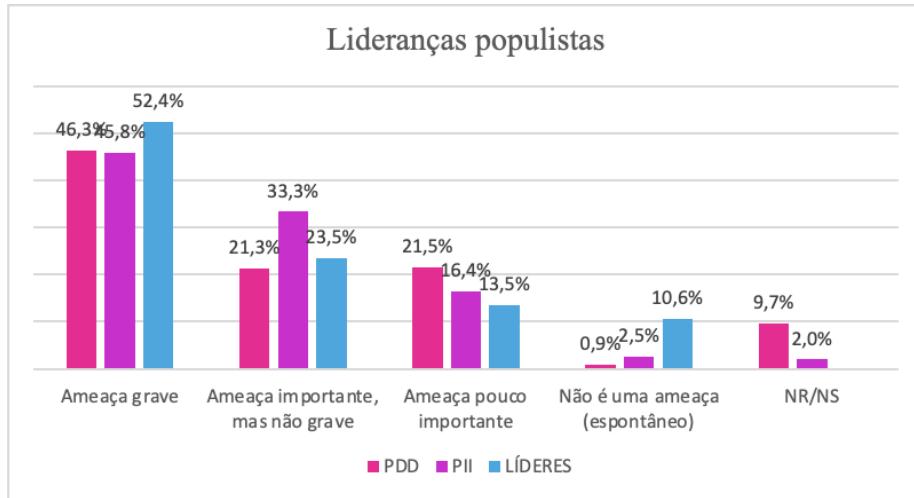


Os respondentes do *survey* parte do grupo PÚBLICO DESINTERESSADO E DESINFORMADO afirmou em 92.2% das respostas que a pobreza e a fome são “ameaça grave” ao Brasil. Este resultado que pouco varia em relação a análise do PÚBLICO INTERESSADO E INFORMADO (85.6%), mas, no que diz respeito às respostas dos Líderes, diminui em 24% (68.2%).

Apesar de todos os segmentos entrevistados terem respondido em mais de 50% que a pobreza e a fome são ameaças graves ao Brasil, nota-se a diferença de análise por parte dos Líderes quanto a frequência de respostas em “ameaça importante, mas não grave” (21.2%) e “ameaça pouco importante” (7.6%).

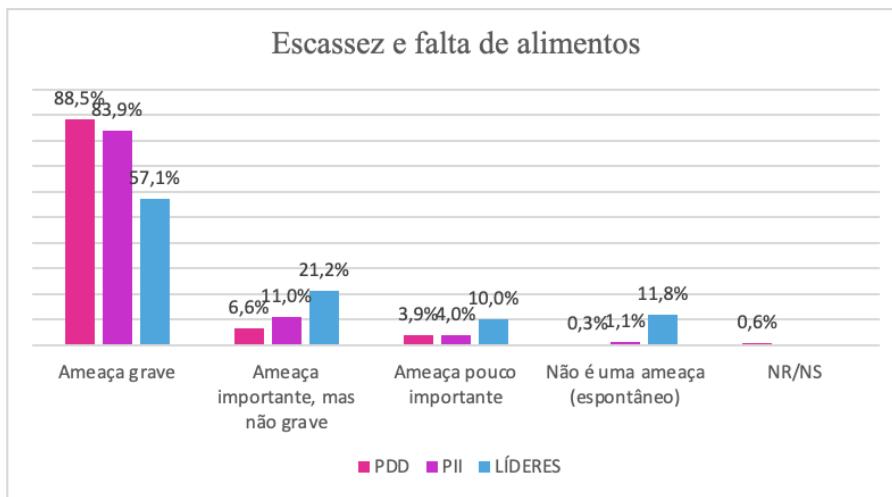


Os conflitos fronteiriços e as disputas territoriais são percebidos como “ameaça grave” ao Brasil por mais de 50% dos respondentes de PDD (72%) e PII (71.2%). Entretanto, essa percepção não é compartilhada pelos Líderes (20%) os quais, em maioria, interpretaram como “ameaça importante, mas não grave” (32.9%) ou “ameaça pouco importante” (26.5%). Portanto, há uma grande variação de percepção dos líderes acerca do caráter de ameaça que os conflitos territoriais representam ao país.



As lideranças populistas foram percebidas em mais de 50% das respostas dos Líderes (52.4%), no ano de 2018, como uma “ameaça grave” ao Brasil. Este percentual varia em menos de 10% em relação a avaliação dos PDD (46.3%) e PII (45.8%).

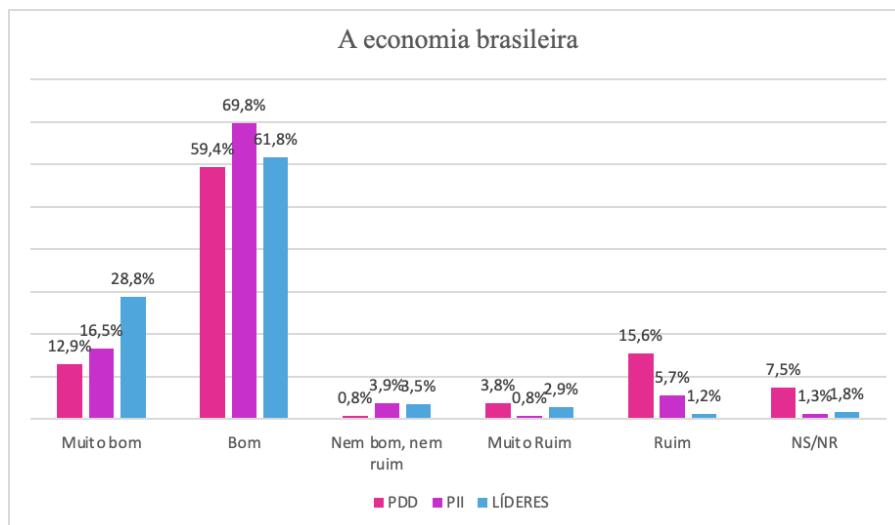
No que se refere a categoria espontânea “não é uma ameaça”, o maior percentual observado foi entre os Líderes (10.6%), enquanto o Público Desinteressado e Desinformado apenas em 0.9% dos casos.



Por fim, a escassez e a falta de alimentos foram majoritariamente consideradas como uma “ameaça grave” ao Brasil pelos PDD (88.5%), PII (83.9%) e Líderes (57.1%). No que concerne a “ameaça pouco importante”, ou como “não é uma ameaça”, os valores mais altos obtidos foram entre as lideranças: 10% e 11.8%, respectivamente.

Atitudes frente a globalização

O próximo conjunto de questões, perguntou aos respondentes do survey se o maior contato de nossa economia com outras economias do mundo, também conhecido como globalização, é bom ou ruim para determinados temas. Segue a seguir, a opinião do público e dos líderes sobre a questão.

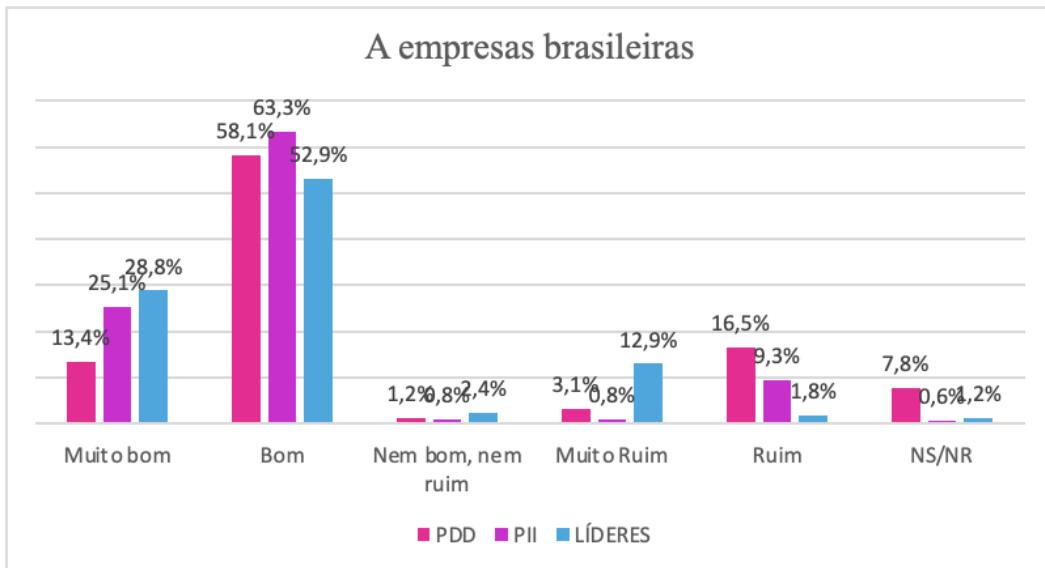


Os diferentes segmentos respondentes do *survey* realizado no ano de 2018 interpretam de formas distintas o maior contato da economia brasileira com as demais do globo.

Ao analisar o primeiro grupo, Público Desinteressado e Desinformado (PDD), mais de 50% dos entrevistados concordaram em ser algo “bom” para a economia nacional (59.4%), percentual que se aproxima daqueles que se afirmam como Público Interessado e Informado (PII): 69.6%.

Já no que concerne aos Líderes, 51.8% veem como algo “bom”. A diferença é justificada pelo maior valor daqueles que interpretam como algo “muito bom” (28.8%).

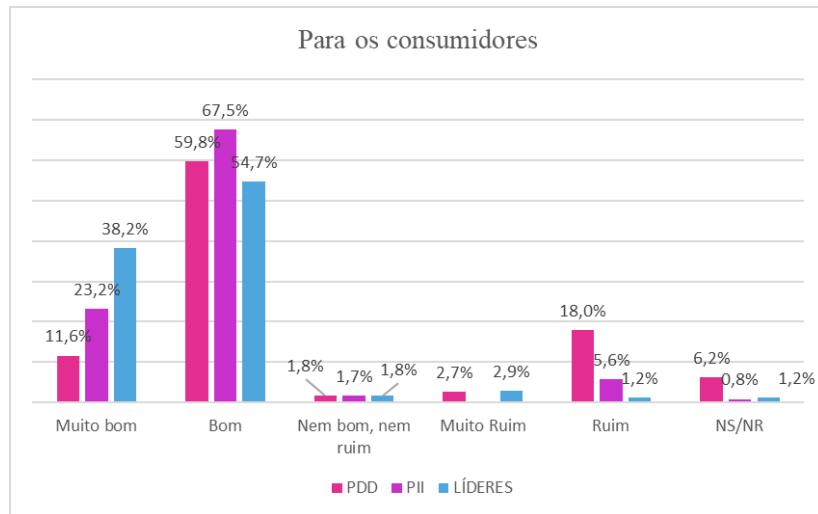
Por fim, o destaque ao percentual de PDD que acredita que o maior contato da economia brasileira com as demais do mundo, assim como com a globalização, é algo “ruim”, totalizando 15.6% dos que participaram da pesquisa.



Questionados acerca da mesma questão, mas agora sob o impacto que o maior contato com economias estrangeiras tem em relação às empresas brasileiras, os resultados obtidos nos três grupos se revelam bastante semelhantes ao gráfico “Q.22 - A economia brasileira”.

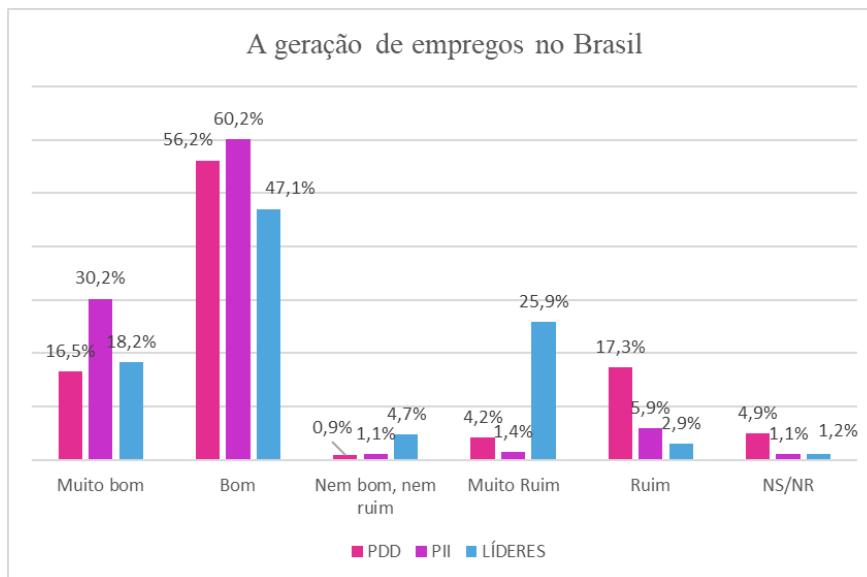
Contudo, algumas diferenças se fazem presentes com relação a categoria “muito bom” e “muito ruim”. No primeiro caso, um maior percentual de PDD (13.49%) e PII (25.1%) afirmaram que o maior contato de demais economias globais é algo “muito bom” para as empresas brasileiras, diferentemente da análise observada no caso da economia brasileira.

Destaca-se o valor dos líderes que afirmaram tal contato ser algo “muito ruim” para as empresas brasileiras, um total de 12.9% em contraste com 3.1% (PDD) e 0.8% (PII).



O maior contato da economia brasileira com as demais ao redor do mundo é, no ano de 2018, interpretada majoritariamente por todos os grupos como algo “bom” para os consumidores. Os resultados são 59.8% (PDD), 67.5% (PII) e 54.7% (Líderes).

Os Líderes também apresentam o maior percentual de respostas “muito bom” (38.2%) em comparação aos demais segmentos respondentes. Nesse mesmo sentido é possível destacar que quase 20% (18%) dos membros do PÚblico Desinteressado e Desinformado (PDD) interpretam o maior contato da economia brasileira com a globalização e outras economias como algo “ruim” para os consumidores.

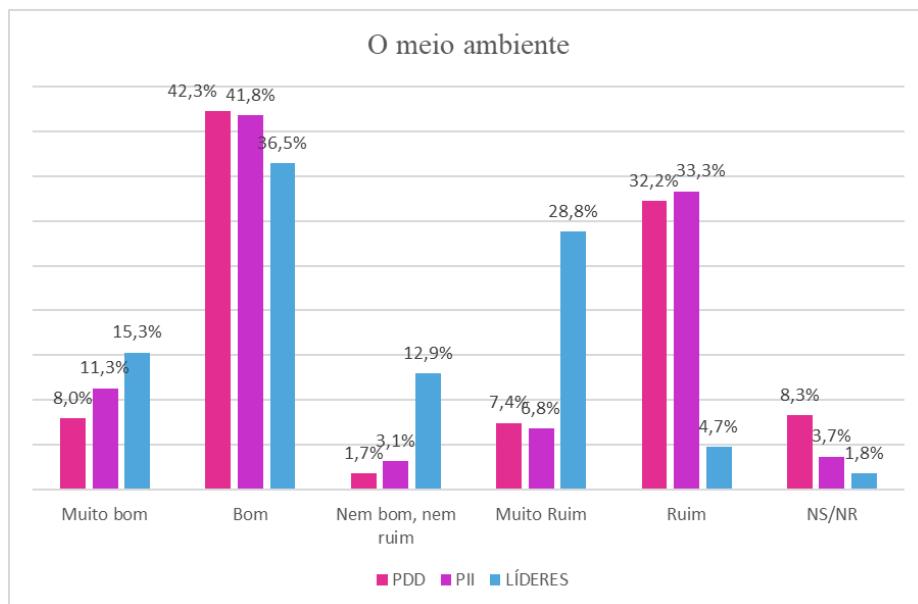


O maior contato da economia brasileira com as demais do mundo, assim com o processo de globalização, é majoritariamente percebido de forma positiva pelo PÚblico

Desinteressado e Desinformado (56.2%), assim como pelo PÚblico Interessado e Informado (60.2%) no que concerne a questão “a geração de empregos no Brasil”.

Contudo, ao observar a frequência no caso dos Líderes, percebe-se uma diminuição significativa para 47.1%. Esta diferença pode ser explicada pela leitura da categoria “muito ruim”, a qual concentra 25.9% das respostas dos Líderes.

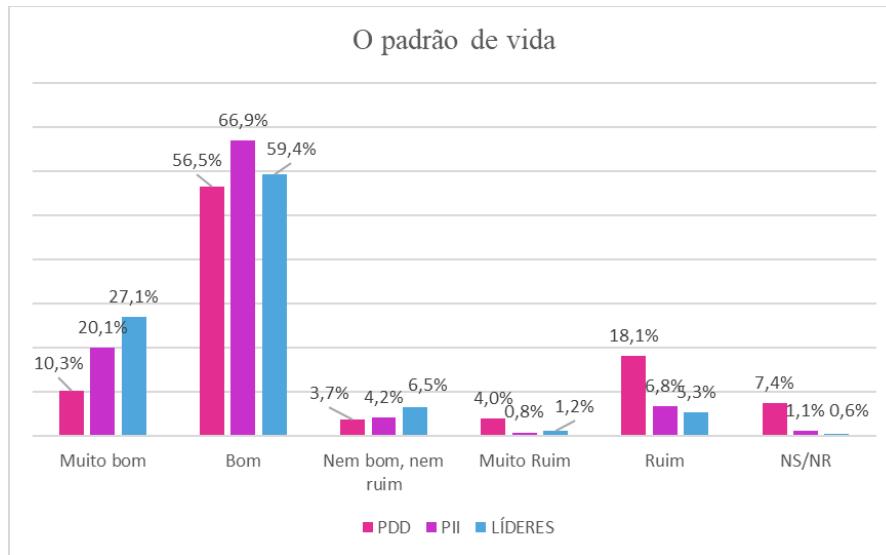
Portanto, é possível concluir que apesar da maioria das respostas acerca do contato da economia nacional com demais ser vista como algo positivo para a geração de empregos no Brasil, há um considerável número de Líderes ($\frac{1}{4}$) que discordam dessa análise.



O maior contato da economia brasileira com as demais do globo é percebido de forma dividida entre os respondentes no que concerne ao tópico do meio ambiente, concentrando respostas com pequena variação (10%) entre as categorias “bom” e “ruim”, sobretudo nos casos de PDD e PII.

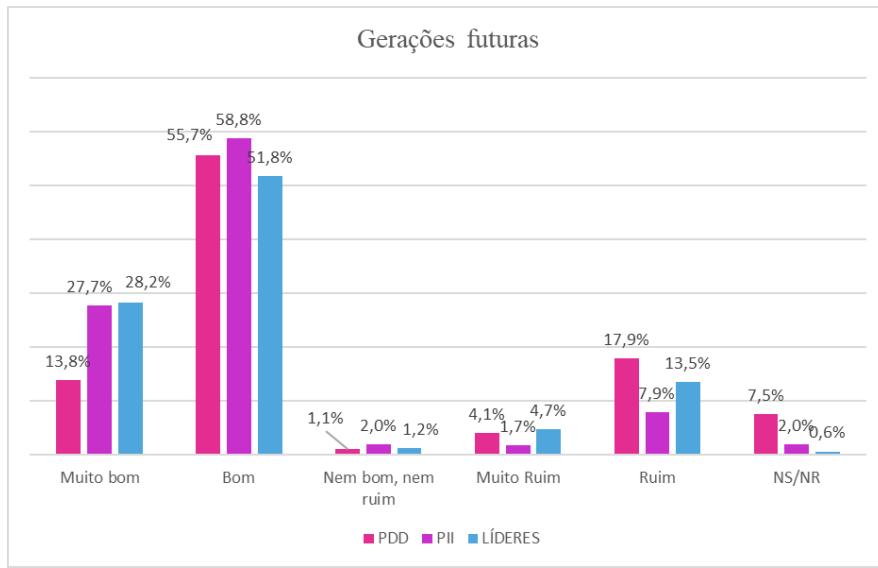
Os participantes do survey responderam em 42.3% (PDD), 41.8% (PII) e 36.5% (Líderes) que o maior contato entre as economias nacional e estrangeira é algo “bom” para o meio ambiente. Contudo, 32.2% (PDD), 33.3% (PII) e 4.7% (Líderes) discordam ao afirmar que se trata de algo “ruim”.

Para além, 28.8% dos Líderes interpretam como algo “muito ruim”, portanto, ao somar os percentuais de análises negativas, obtém-se um total de 33.5% (Líderes) em contraste com 36.5% das respostas positivas pelo mesmo grupo.



Os entrevistados pelo *survey* do ano de 2018 afirmaram que o maior contato da economia brasileira com demais é algo “bom” para o padrão de vida nacional. Os percentuais obtidos foram 56.5% (PDD), 66.9% (PII) e 59.4% (Líderes). Assim, é possível concluir que mais da metade dos respondentes interpretam tal relação como algo positivo, ou muito positivo (27.1%) no caso dos Líderes e 20.1% (PII).

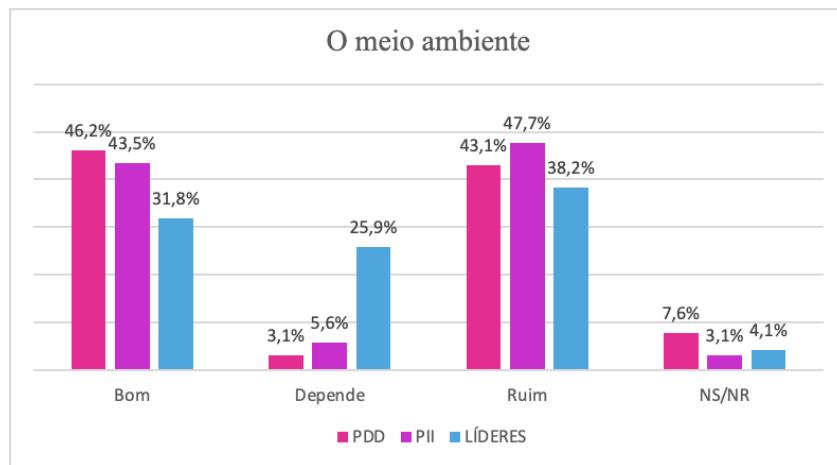
No que concerne às respostas negativas, o percentual mais crítico foi observado entre o Público Desinteressado e Desinformado com 18.1% avaliado o maior contato entre economias como algo “ruim” para o padrão de vida.



Por fim, no que concerne à última questão realizada acerca do maior contato entre a economia brasileira com as demais do mundo e a globalização, mais de 50% dos respondentes — em todos os grupos analisados — responderam que é algo “bom” para as futuras gerações.

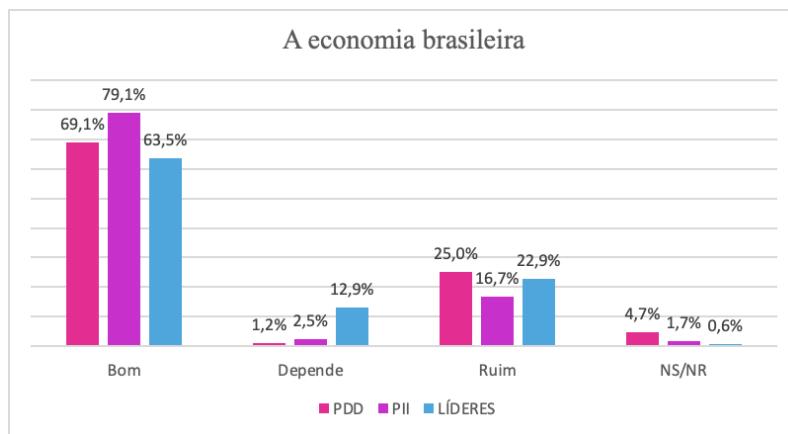
Os percentuais obtidos entre os PDD, PII e Líderes foram, respectivamente: 55.7%, 58.8% e 51.8%. Ao realizar a soma destes valores com os “muito bom”, percebe-se que 69.5% (PDD), 86.5% (PII) e 80% (Líderes) apresentam uma interpretação positiva em contraste com 22% (PDD), 9.6% (PII) e 18.2% (Líderes) das leituras críticas.

Outro conjunto de questões apresentado aos entrevistados foi: Em geral, o senhor/senhora acredita que o livre comércio, ou seja, a compra e venda livre de produtos entre países é bom ou ruim para:



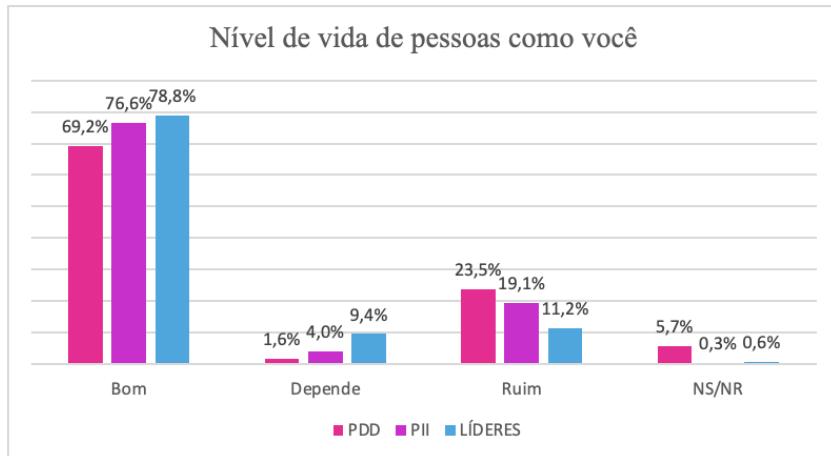
O livre comércio — a compra e venda livre de produtos entre países — é percebida de forma dividida pelos entrevistados no ano 2018 no que concerne a pauta do meio ambiente.

Os respondentes apontaram em 46.2% (PDD), 43.5% (PII) e 31.8% (Líderes) de que o livre comércio é bom para o meio ambiente, enquanto, em contraste, 43.1% (PDD), 47.7% (PII) e 38.2% (Líderes) discordam. Apesar da pequena diferença entre as categorias, é possível perceber que o Público Desinteressado e Desinformado possuiu uma maior tendência a responder de forma positiva a questão.



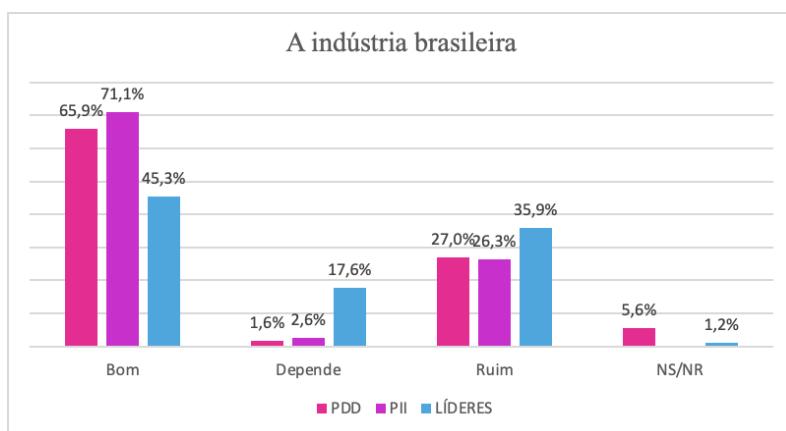
O livre comércio é interpretado como, em mais de 50% das respostas, como algo “bom” para a economia brasileira. Os valores obtidos para PDD, PII e Líderes foram 69.1%, 79.1% e 63.5%, respectivamente.

Entretanto, é necessário também considerar a frequência das respostas negativas “ruim”, que representaram 25% (PDD), 16.7% (PII) e 22.9% (Líderes).



O livre comércio também é interpretado como algo “bom”, apresentando uma avaliação superior a 50% entre todos os grupos de entrevistados: 69.2% (PDD), 76.6% (PII) e 78.8% (Líderes).

A diferença de quase 10% “bom” entre o Público Desinteressado e Desinformado e os Líderes acerca do livre comércio e o “nível de vida de pessoas como você” pode ser explicado, em parte, pelos valores obtidos em “ruim”. Um total de 23.5% PDD afirmaram que o livre comércio não é favorável para o estilo de vida deles. De forma semelhante, 19.1% dos PII responderam de modo negativo.

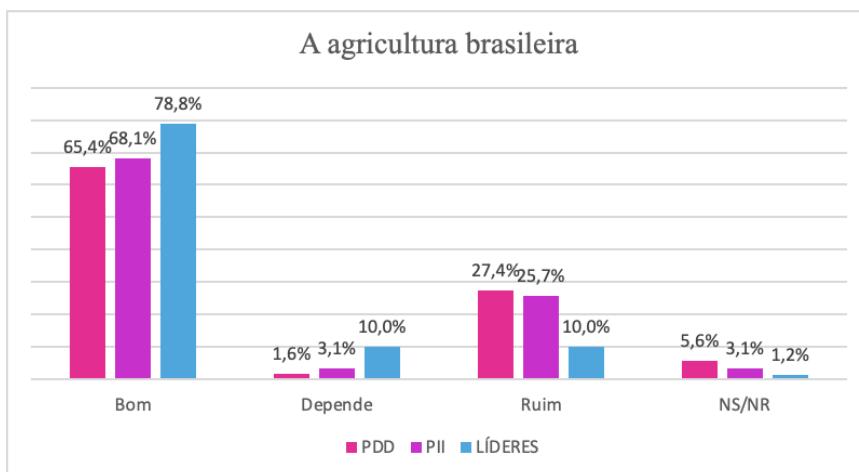


Ao serem questionados se o livre comércio é bom ou ruim para a indústria brasileira, houve variação nas respostas, sobretudo no que diz respeito à percepção dos Líderes em relação ao restante dos respondentes (PDD e PII).

Os percentuais observados entre os grupos PDD e PII foram, respectivamente, 65.9% e 71.1% (“bom”). Valores que divergem consideravelmente da frequência dos Líderes: 45.3%.

Já as respostas que afirmavam que o livre comércio entre países é ruim para a indústria brasileira, os resultados foram 27% (PDD), 26.3% (PII) e 35.9% (Líderes). Ou seja, há uma diferença inferior a 10% entre os líderes que veem o livre comércio internacional de forma positiva e negativa à indústria nacional.

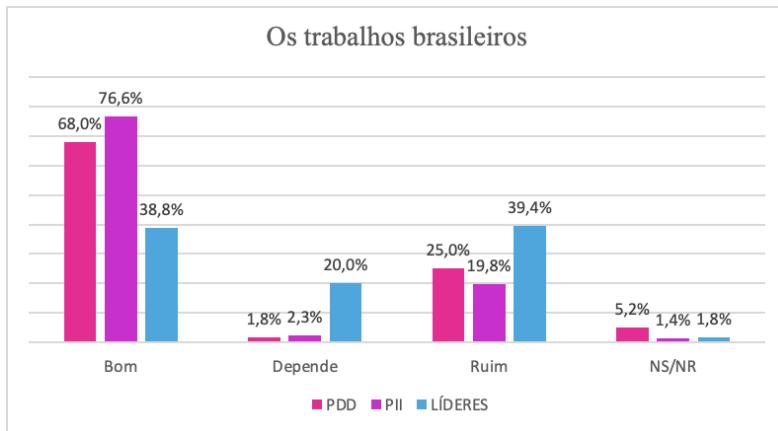
Para além, outro aspecto considerável nessa diferença é o número de líderes entrevistados que indicaram que “depende” (17.6%).



O livre comércio entre países é interpretado de forma positiva por mais da metade dos entrevistados do *survey* realizado em 2018. Os percentuais variam de 65.4% (PDD), 68.1% (PII) e, o maior valor observado, 78.8% (Líderes).

De forma semelhante ao percebido nos resultados obtidos de “bom”, há um maior percentual do Público Desinformado e Desinteressado (PDD), assim como do Público Interessado e Informado (PII), que percebem o livre comércio como algo negativo para a agricultura nacional: 27.4% e 25.7%, respectivamente.

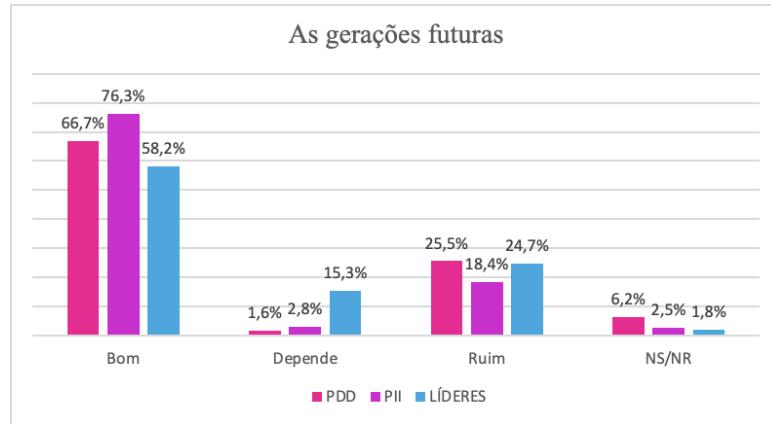
Em suma, é possível afirmar que mesmo os resultados gerais sendo positivos em todos os grupos no que concerne a relação entre livre comércio e a agricultura brasileira, há uma prevalência dos Líderes nessa percepção. Os demais grupos apresentam pelo menos ¼ de seus respondentes com ressalvas (“ruim”).



A avaliação acerca da relação entre o livre comércio e os trabalhadores brasileiros é percebida de forma “boa” pelo Público Desinteressado e Desinformado (PDD) e pelo Público Interessado e Informado (PII). Os dois grupos apresentaram respostas positivas acima de 50%: 68% e 76.6%, respectivamente.

Entretanto, o segmento de Líderes apresentou apenas 38.8% de avaliações positivas. O maior valor esteve concentrado em “ruim” com 39.4% e, para além, 20% afirmou que “depende”.

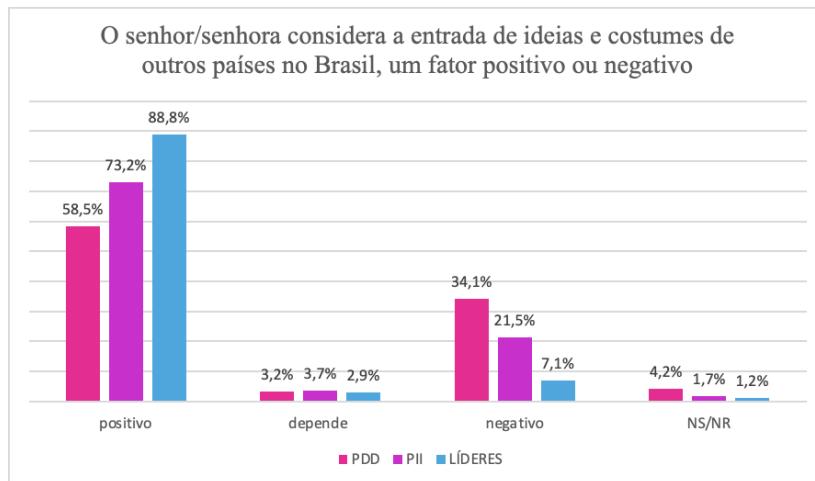
Evidencia-se assim que os PDD e PII concordam quanto os impactos positivos do livre comércio para os trabalhadores brasileiros, enquanto os Líderes apresentam divergências interpretativas acerca do tópico.



Por fim, os entrevistados questionados acerca do livre comércio responderam como algo “bom” para as gerações futuras. Os PDD (66.7%), PII (76.3%) e os Líderes (58.2%) apresentaram respostas positivas acima de 50%, mesmo com os Líderes apresentando menor percentual em razão de 15.3% afirmarem que “depende”.

No que concerne a perspectiva como algo “ruim”, o maior valor obtido foi entre o PDD com 25.5% e, semelhantemente, os Líderes com 24.7%.

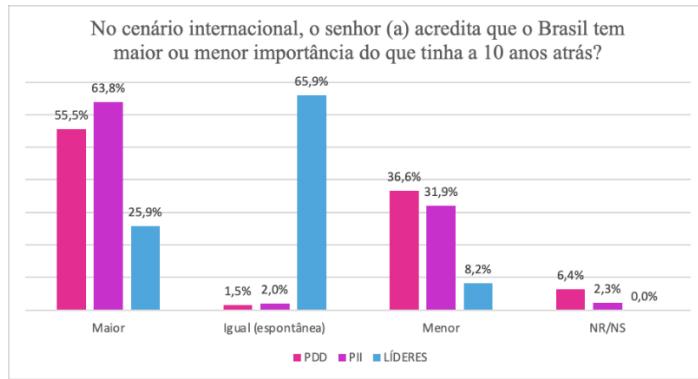
O próximo conjunto de questões foi: senhor/senhora considera a entrada de ideias e costumes de outros países no Brasil, um fator positivo ou negativo.



A entrada de ideias e costumes estrangeiros no Brasil é vista por todos os grupos entrevistados como algo positivo, variando de 58.5% entre os PDD até 88.8% para os Líderes — o percentual mais alto observado.

É perceptível que mesmo a maioria dos respondentes do grupo PÚBLICO DESINTERESSADO E DESINFORMADO (PDD) vejam a entrada de novas culturas de forma favorável, uma considerável parcela de 34.1% discorda e afirma se tratar de um fator negativo. No que concerne a esse mesmo aspecto entre o PÚBLICO INTERESSADO E INFORMADO, 21.5% também discorda.

Em suma, é possível afirmar que mesmo que a maioria dos participantes do survey vejam de forma boa o multiculturalismo no Brasil, apenas no caso dos Líderes quer menos de 10% indicam que se trata de um fator negativo.

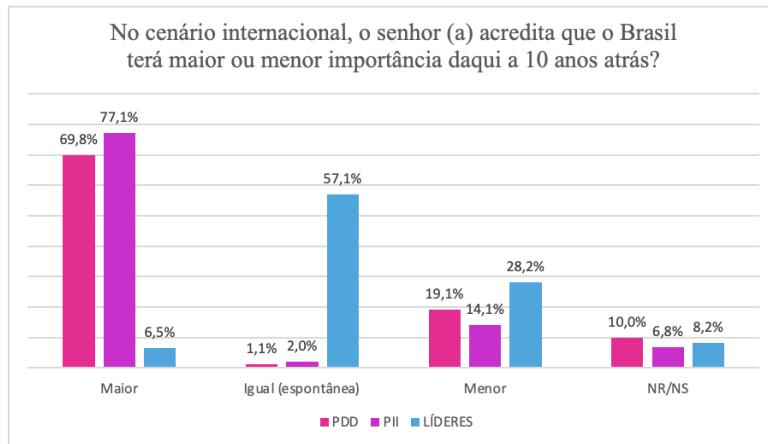


Ao serem questionados se o Brasil tem maior ou menor importância no cenário internacional do que há 10 anos, as respostas dos três grupos entrevistados divergiram.

O Público Desinteressado e Desinformado (PDD) afirmou em 55.5% das respostas que o Brasil passou a ter mais importância do que anteriormente, já o grupo de Público Interessado e Informado (PII) concordou mas com uma pequena variação positiva para 63.8%.

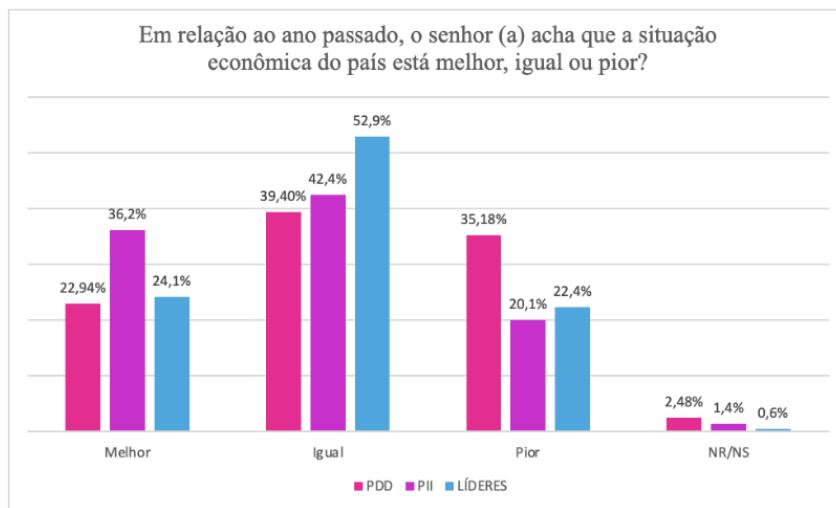
Os Líderes entrevistados apenas concordaram em 25.9% das afirmações que o Brasil passou a ter maior relevância internacional, de modo que concentram grande percentual de sua análise na opção, que surgiu de forma espontânea, “igual”: 65.9%.

Em última análise, ao que se refere aqueles que responderam que o Brasil passou a ter “menor” relevância do antes, os resultados obtidos por PDD, PII e Líderes foram: 36.6%, 31.9% e 8.2%, respectivamente. Uma considerável parcela do público percebe de forma crítica a relevância do Brasil no exterior.



Em segundo momento, a questão: “O Brasil terá maior ou menor importância daqui a 10 anos?”. As respostas revelaram padrão semelhante entre os PDD (69.8%) e PII (77.1%) no que diz respeito a uma leitura positiva, ou seja, que aumentará sua importância. Apenas um total de 6.5% dos Líderes entrevistados indicou essa opção.

O grande percentual de respostas dos Líderes foi referente ao entendimento de que a importância do Brasil será “igual” daqui 10 anos: 57.1%, portanto, mais da metade, sendo seguido por 28.2% que compreendem que será “menor”.



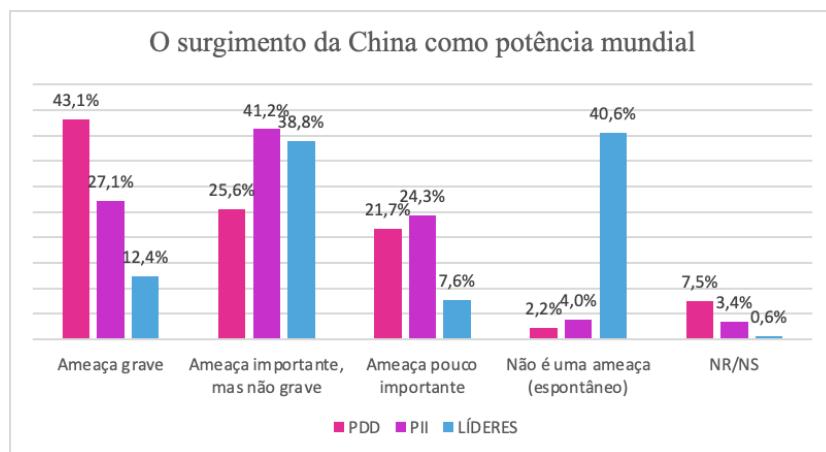
O *survey*, realizado no ano de 2018, questionou os participantes dos diferentes grupos acerca de suas percepções quanto a situação econômica do país. De modo mais específico, houve melhora, constância ou uma piora econômica.

As respostas observadas através do gráfico sugerem divergências de interpretação entre os PDD, PII e os Líderes.

O PÚBLICO DESINTERESSADO E DESINFORMADO afirmou em 22.94% das respostas que a situação econômica do Brasil estava melhor do que a do ano anterior (2017), enquanto quase 40% (39.40%) apontava não haver diferença significativa (“igual”). Por outro lado, 35.18% acredita ter piorado, portanto, há uma evidente segmentação de avaliações.

Esse padrão é existente também nos demais grupos, como no caso de PII que varia entre 36.2% (“melhor”), 42.4% (“igual”) e 20.1% (“pior”). A única ocorrência na qual se observa mais de 50% das respostas é entre os Líderes que concordam que a economia se manteve igual entre os anos (52.9%).

O próximo conjunto de questões foi do grupo: Agora vou ler uma lista de assuntos que podem afetar os interesses do Brasil nos próximos 10 anos. Diga-me, para cada um, se os considera como uma ameaça grave, uma ameaça importante mas não grave ou como uma ameaça pouco importante para o Brasil:

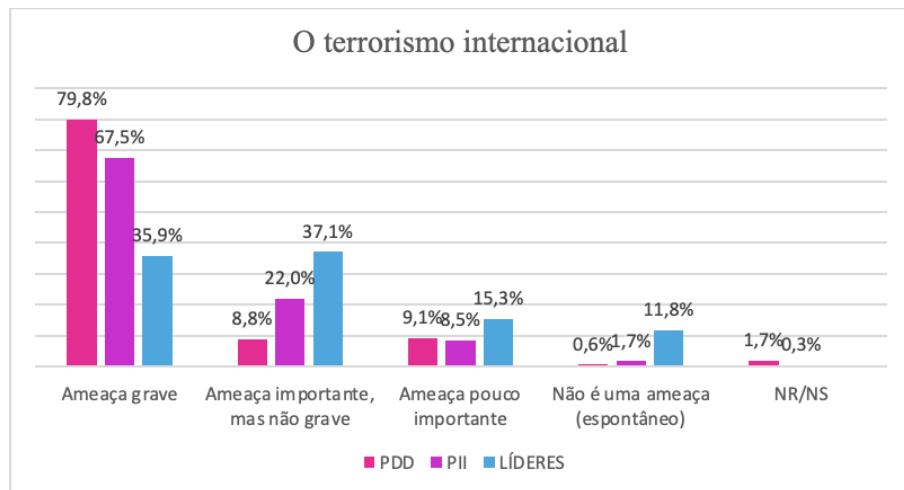


O surgimento da China como uma potência mundial foi interpretada, no survey realizado no ano de 2018, como uma ameaça grave (43.1%) pelo PÚBLICO DESINTERESSADO E DESINFORMADO (PDD), este valor se soma a 25.6% que avaliam como “ameaça importante, mas não grave”.

Diferentemente, apenas 27.1% do Públco Informado e Interessado (PII) possui essa percepção e, com percentual ainda menor, apenas 12.4% dos Líderes apontam para a opção de “ameaça grave”.

Ao analisar os Líderes, percebe-se valores semelhantes em duas opções distintas: “ameaça importante, mas não grave” e “não é uma ameaça” (espontâneo), cada qual em 38.8% e 40.6% das respostas, respectivamente.

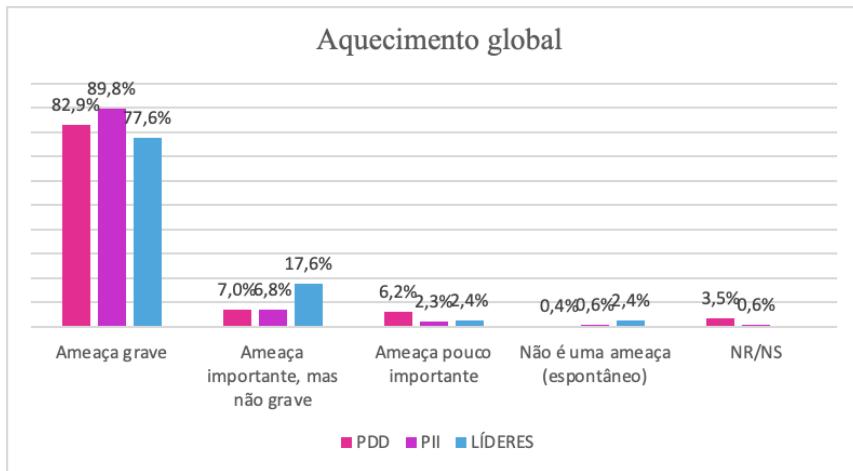
De forma geral, conclui-se ao tempo que a maioria dos entrevistados PDD e PII percebem a China como potência mundial como uma “ameaça grave” ou “ameaça importante”, o mesmo não pode ser dito da totalidade dos Líderes.



O terrorismo internacional é visto como uma ameaça grave para o Brasil por quase 80% dos PDD (79.8%). No que diz respeito aos demais grupos entrevistados, a tendência dessa interpretação diminui, indo para 67.5% entre os PII e apenas 35.9% no caso dos Líderes.

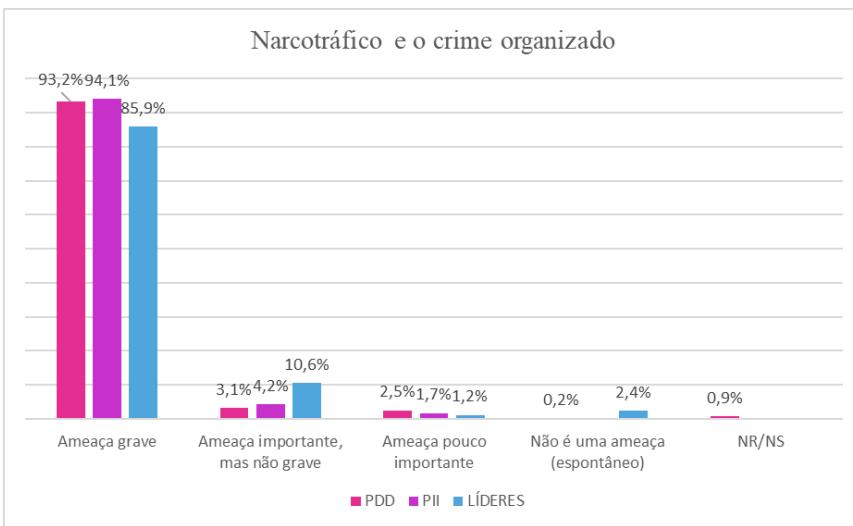
Contudo, isso não indica que não se trata de uma ameaça, uma vez que os PII e os Líderes também respondem de forma positiva a opção “ameaça importante, mas não grave”: 22% e 37.1%, respectivamente.

Por fim, vale apontar para o fato de que 11.8% dos Líderes responderam, de forma espontânea, de que “não é uma ameaça”.



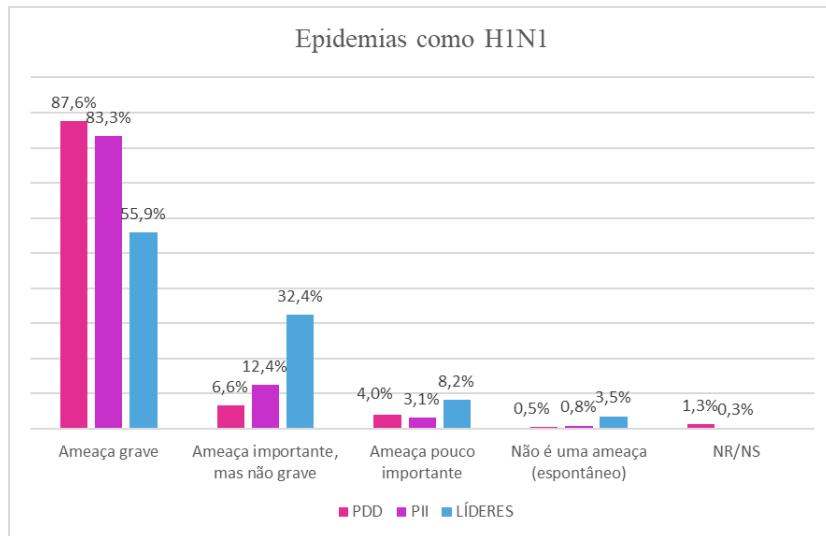
O tema do aquecimento global também foi uma das questões levantadas no *survey* de 2018. O tópico foi considerado como uma “ameaça grave” para o Brasil em mais de 50% das respostas de todos os grupos entrevistados, sendo os percentuais de PDD, PII e Líderes: 82.9%, 89.8% e 77.6%, respectivamente.

Os Líderes foram também o segmento que apresentou o maior número de respostas que consideravam o aquecimento global como uma “ameaça importante, mas não grave” (17.6%) e “não é uma ameaça” (espontâneo) (2.4%).

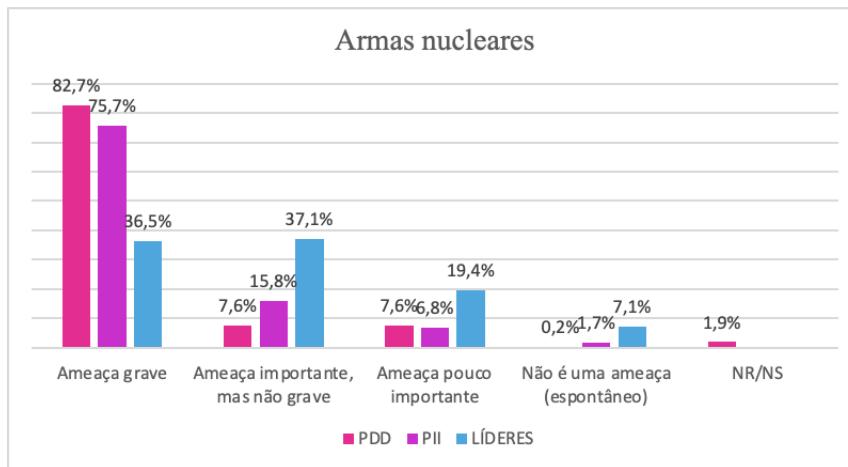


O narcotráfico e o crime orgaizado foram fortemente considerados como “ameaça grave” para o Brasil, aspecto que se justifica pelo percentual de entrevistados que escolheram a opção, sendo 93.2% (PDD), 94.1% (PII) e, com menor diferença, 85.9% (Líderes).

A diferença de 10% entre os Líderes e os demais grupos pode ser explicada pelo quantitativo de respostas obtidas na opção “ameaça importante, mas não grave”: 10.6%.



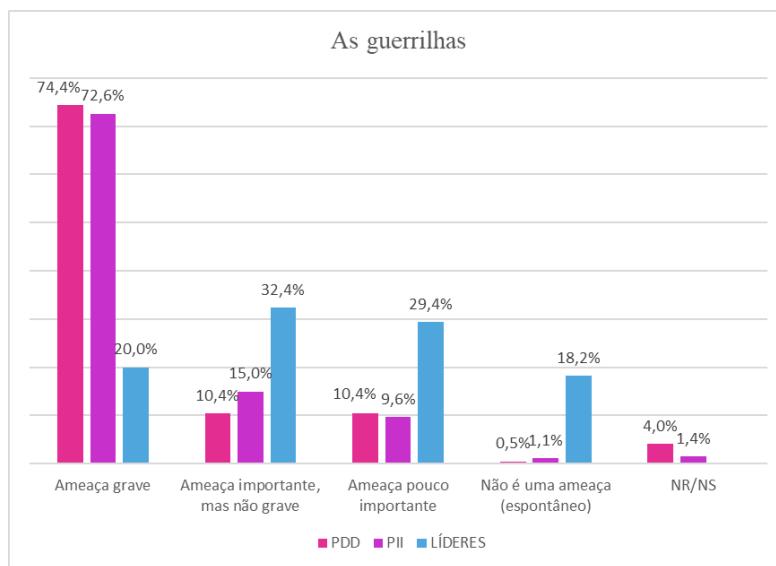
A existência de epidemias como H1N1 são consideradas como ameaças relevantes para o Brasil, concentrando 87.6% (PDD), 83.3% (PII) e 55.9% (Líderes) das respostas em “ameaça grave”. Ou seja, dos três grupos analisados, os líderes são os que em menor quantidade percebem as pandemias com urgência, isso pode ser justificado pelo fato de 32.4% (Líderes) argumentarem que é “ameaça importante, mas não grave”.



As armas nucleares são interpretadas como uma “ameaça grave” ao Brasil para mais de 50% do Público Desinteressado e Desinformado (82.7%) e pelo Público Interessado e Informado (75.7%). Essa percepção não é compartilhada pela maioria dos Líderes que participaram do *survey*, sendo apenas 36.5% das respostas concentradas nesta opção.

O maior percentual observado entre os Líderes foi em “ameaça importante, mas não grave” (37.1%), uma diferença inferior a 1% em relação a categoria “ameaça grave”. Para além disso, um total de 19.4% do segmento afirmou se tratar de uma “ameaça pouco importante”.

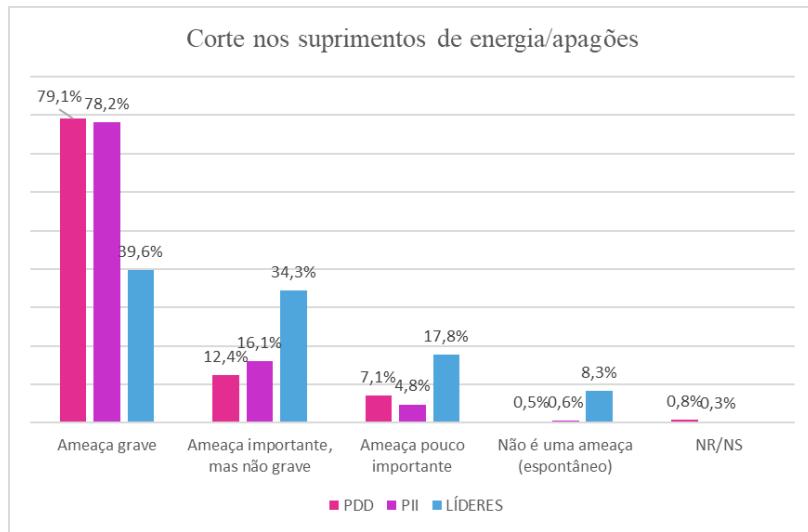
Com base nas informações, é possível aferir que há uma divisão quanto a forma que os Líderes veem a ameaça das armas nucleares para o Brasil, diferentemente dos PDD e PII entrevistados no ano de 2018.



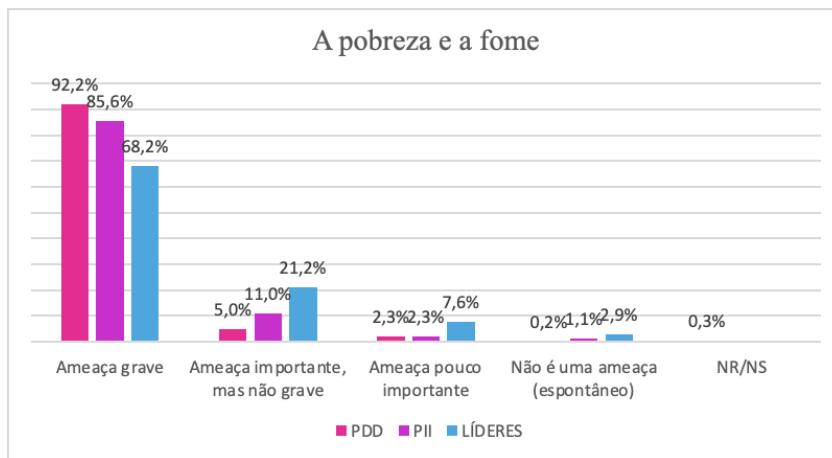
As guerrilhas foram identificadas, de modo semelhante, como uma “ameaça grave” ao Brasil tanto pelos PDD (74.4%) quanto pelos PII (72.6%). Entretanto, há uma grande variação percentual em relação a análise dos Líderes (20%).

Os Líderes entrevistados para o *survey* de 2018 concentraram a maior parte de suas avaliações nas opções “ameaça importante, mas não grave” (32.4%) e “ameaça pouco importante” (29.4%).

Destaca-se também a diferença de respostas na opção, a qual apareceu de forma espontânea, de que as guerrilhas “não é uma ameaça”: 0.5% (PDD), 1.1% (PII) e 18.2% (Líderes).



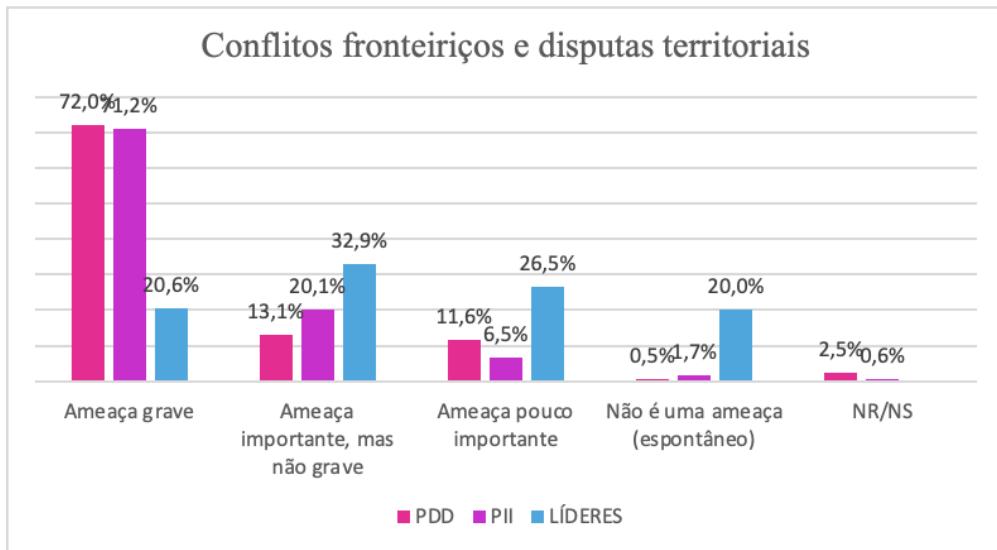
O corte nos suprimentos de energia e/ou apagões também é um dos tópicos analisados. Este que é visto de forma similar pelos PDD e PII, sem variação percentual significativa: 79.1% e 78.2%, respectivamente, como uma “ameaça grave” ao Brasil. Contudo, não é possível afirmar o mesmo em relação aos Líderes, uma vez que as opiniões se dividem entre “ameaça grave” (39.6%) e “ameaça importante, mas não grave” (34.3%).



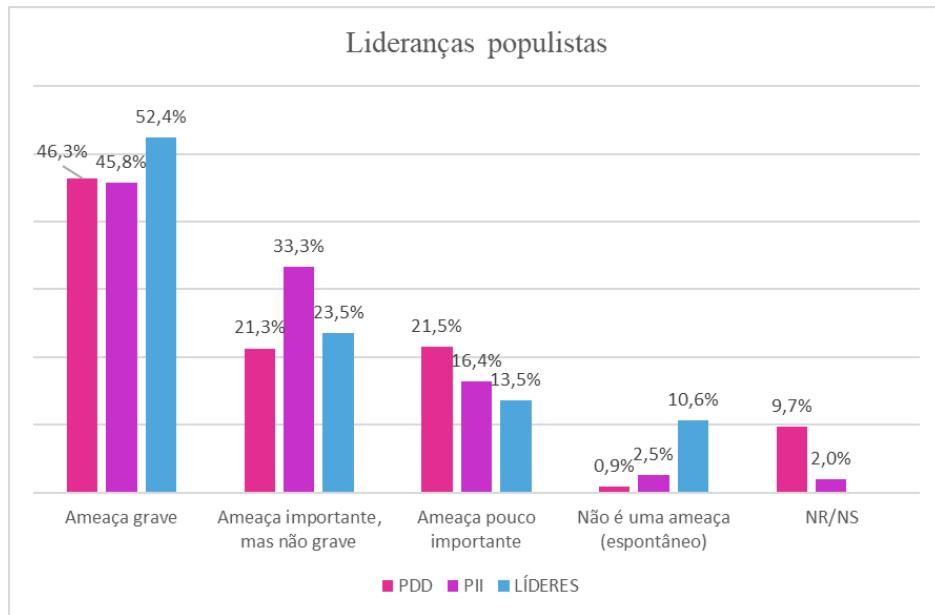
Os respondentes do survey parte do grupo PÚBLICO Desinteressado e Desinformado afirmou em 92.2% das respostas que a pobreza e a fome são "ameaça grave" ao Brasil. Este resultado que pouco varia em relação a análise do PÚBLICO Interessado e Informado (85.6%), mas, no que diz respeito às respostas dos Líderes, diminui em 24% (68.2%).

Apesar de todos os segmentos entrevistados terem respondido em mais de 50% que a pobreza e a fome são ameaças graves ao Brasil, nota-se a diferença de análise por

parte dos Líderes quanto a frequência de respostas em “ameaça importante, mas não grave” (21.2%) e “ameaça pouco importante” (7.6%).

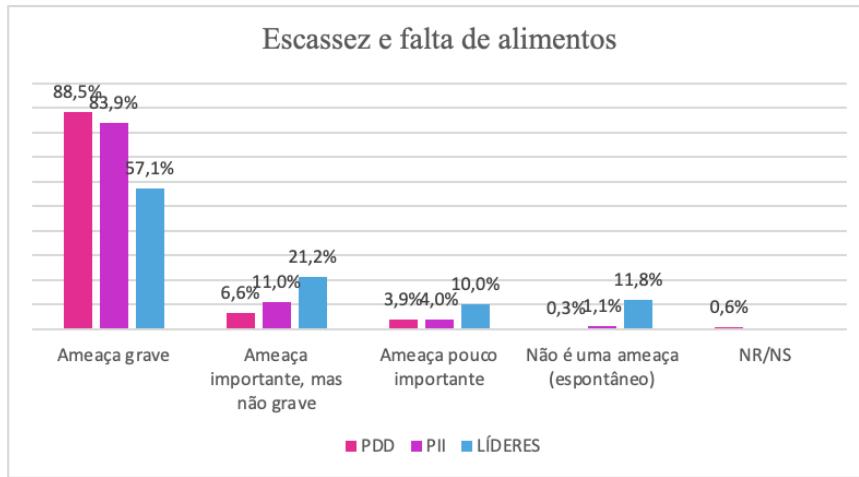


Os conflitos fronteiriços e as disputas territoriais são percebidos como “ameaça grave” ao Brasil por mais de 50% dos respondentes de PDD (72%) e PII (71.2%). Entretanto, essa percepção não é compartilhada pelos Líderes (20%) os quais, em maioria, interpretaram como “ameaça importante, mas não grave” (32.9%) ou “ameaça pouco importante” (26.5%). Portanto, há uma grande variação de percepção dos líderes acerca do caráter de ameaça que os conflitos territoriais representam ao país.



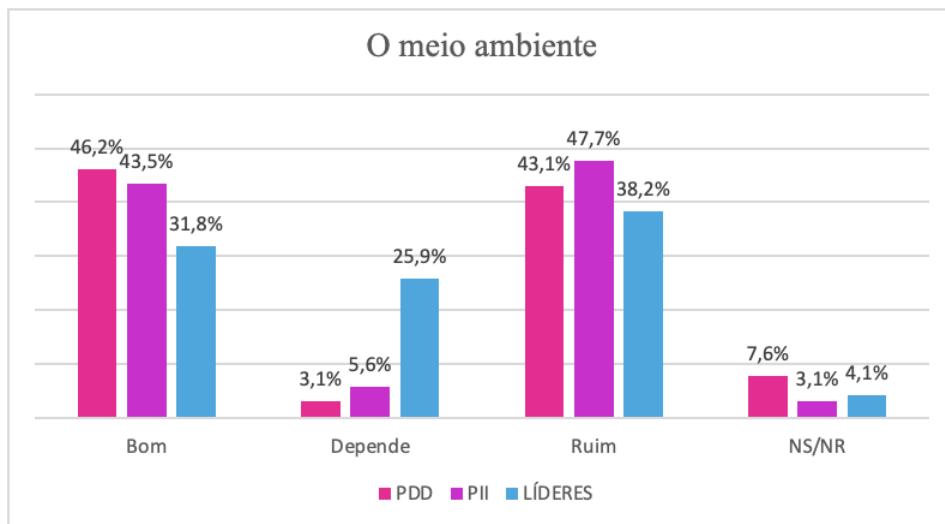
As lideranças populistas foram percebidas em mais de 50% das respostas dos Líderes (52.4%), no ano de 2018, como uma “ameaça grave” ao Brasil. Este percentual varia em menos de 10% em relação a avaliação dos PDD (46.3%) e PII (45.8%).

No que se refere a categoria espontânea “não é uma ameaça”, o maior percentual observado foi entre os Líderes (10.6%), enquanto o Público Desinteressado e Desinformado apenas em 0.9% dos casos.



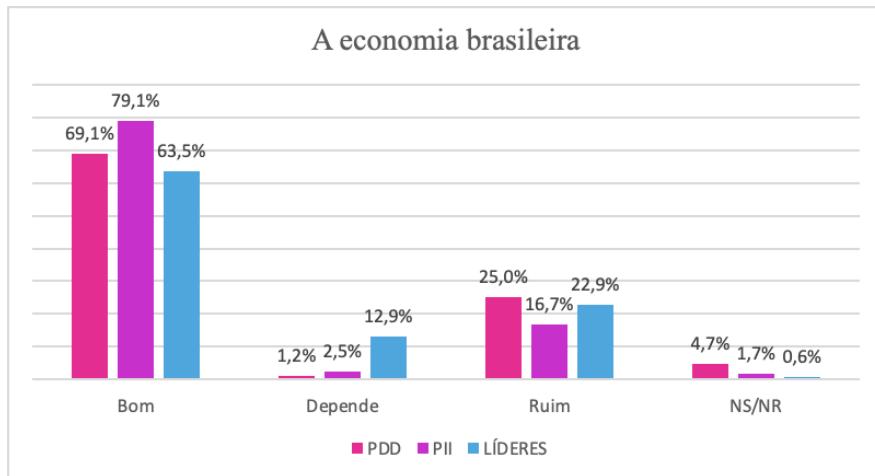
Por fim, a escassez e a falta de alimentos foram majoritariamente considerada como uma “ameaça grave” ao Brasil pelos PDD (88.5%), PII (83.9%) e Líderes (57.1%). No que concerne a “ameaça pouco importante”, ou como “não é uma ameaça”, os valores mais altos obtidos foram entre as lideranças: 10% e 11.8%, respectivamente.

O próximo conjunto de questões foi parecido com o anterior, mas aqui perguntou-se sobre o livre comércio ser bom ou não para os temas.



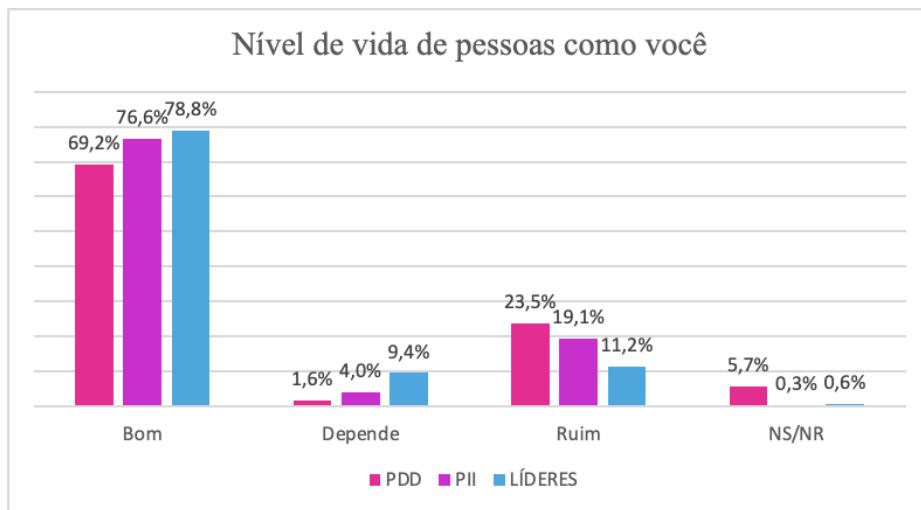
O livre comércio — a compra e venda livre de produtos entre países — é percebida de forma dividida pelos entrevistados no ano 2018 no que concerne a pauta do meio ambiente.

Os respondentes apontaram em 46.2% (PDD), 43.5% (PII) e 31.8% (Líderes) de que o livre comércio é bom para o meio ambiente, enquanto, em contraste, 43.1% (PDD), 47.7% (PII) e 38.2% (Líderes) discordam. Apesar da pequena diferença entre as categorias, é possível perceber que o Público Desinteressado e Desinformado possuiu uma maior tendência a responder de forma positiva a questão.



O livre comércio é interpretado como, em mais de 50% das respostas, como algo “bom” para a economia brasileira. Os valores obtidos para PDD, PII e Líderes foram 69.1%, 79.1% e 63.5%, respectivamente.

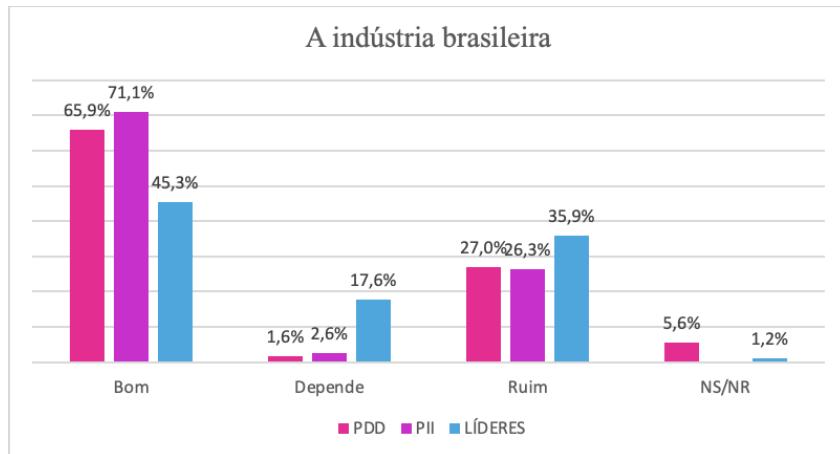
Entretanto, é necessário também considerar a frequência das respostas negativas “ruim”, que representaram 25% (PDD), 16.7% (PII) e 22.9% (Líderes).



O livre comércio também é interpretado como algo “bom”, apresentando uma avaliação superior a 50% entre todos os grupos de entrevistados: 69.2% (PDD), 76.6% (PII) e 78.8% (Líderes).

A diferença de quase 10% “bom” entre o Público Desinteressado e Desinformado e os Líderes acerca do livre comércio e o “nível de vida de pessoas como você” pode ser

explicado, em parte, pelos valores obtidos em “ruim”. Um total de 23.5% PDD afirmaram que o livre comércio não é favorável para o estilo de vida deles. De forma semelhante, 19.1% dos PII responderam de modo negativo.

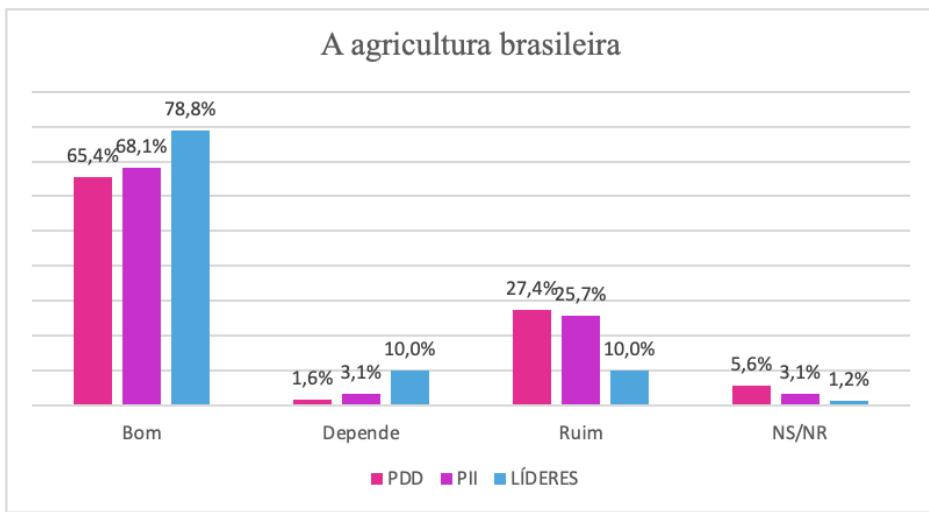


Ao serem questionados se o livre comércio é bom ou ruim para a indústria brasileira, houve variação nas respostas, sobretudo no que diz respeito à percepção dos Líderes em relação ao restante dos respondentes (PDD e PII).

Os percentuais observados entre os grupos PDD e PII foram, respectivamente, 65.9% e 71.1% (“bom”). Valores que divergem consideravelmente da frequência dos Líderes: 45.3%.

Já as respostas que afirmavam que o livre comércio entre países é ruim para a indústria brasileira, os resultados foram 27% (PDD), 26.3% (PII) e 35.9% (Líderes). Ou seja, há uma diferença inferior a 10% entre os líderes que veem o livre comércio internacional de forma positiva e negativa à indústria nacional.

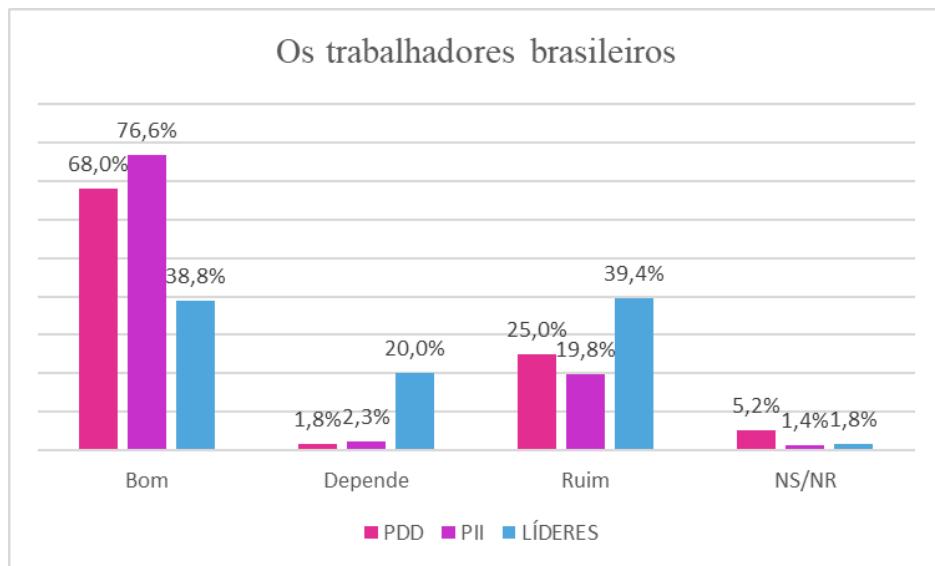
Para além, outro aspecto considerável nessa diferença é o número de líderes entrevistados que indicaram que “depende” (17.6%).



O livre comércio entre países é interpretado de forma positiva por mais da metade dos entrevistados do *survey* realizado em 2018. Os percentuais variam de 65.4% (PDD), 68.1% (PII) e, o maior valor observado, 78.8% (Líderes).

De forma semelhante ao percebido nos resultados obtidos de “bom”, há um maior percentual do Público Desinformado e Desinteressado (PDD), assim como do Público Interessado e Informado (PII), que percebem o livre comércio como algo negativo para a agricultura nacional: 27.4% e 25.7%, respectivamente.

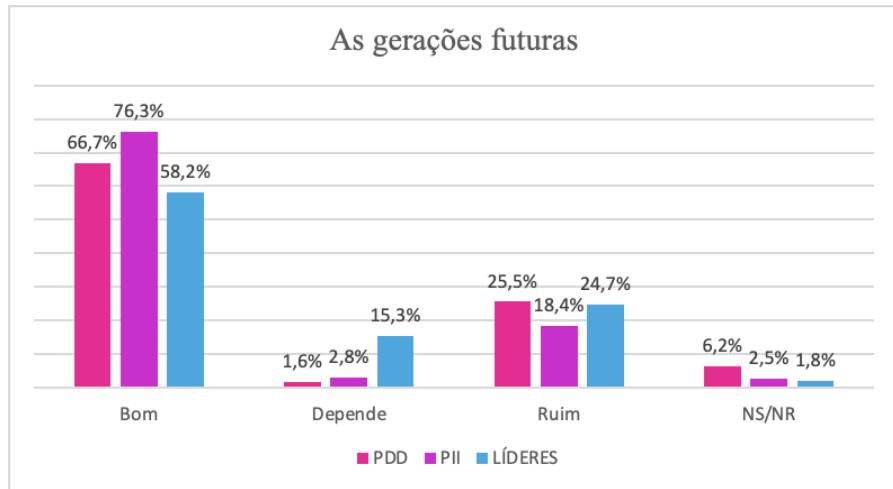
Em suma, é possível afirmar que mesmo os resultados gerais sendo positivos em todos os grupos no que concerne a relação entre livre comércio e a agricultura brasileira, há uma prevalência dos Líderes nessa percepção. Os demais grupos apresentam pelo menos ¼ de seus respondentes com ressalvas (“ruim”).



A avaliação acerca da relação entre o livre comércio e os trabalhadores brasileiros é percebida de forma “boa” pelo Público Desinteressado e Desinformado (PDD) e pelo Público Interessado e Informado (PII). Os dois grupos apresentaram respostas positivas acima de 50%: 68% e 76.6%, respectivamente.

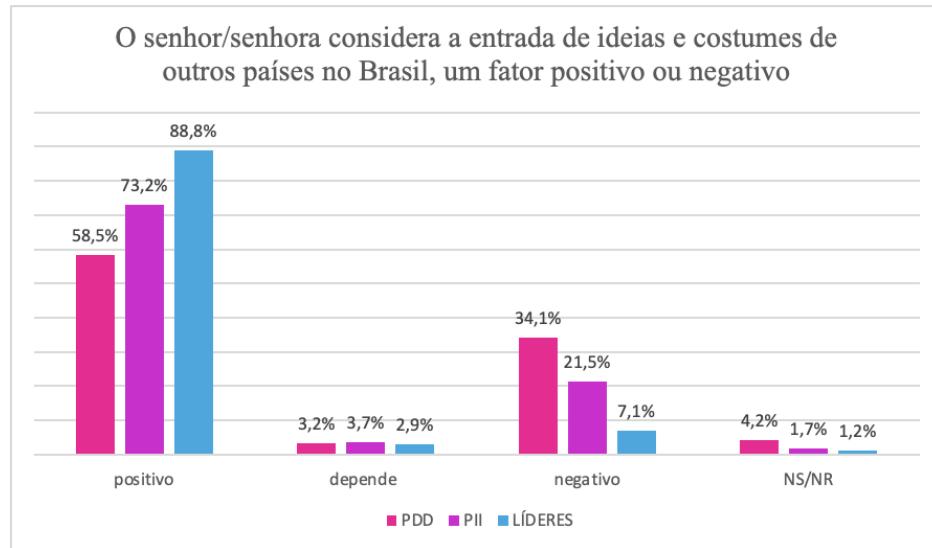
Entretanto, o segmento de Líderes apresentou apenas 38.8% de avaliações positivas. O maior valor esteve concentrado em “ruim” com 39.4% e, para além, 20% afirmou que “depende”.

Evidencia-se assim que os PDD e PII concordam quanto os impactos positivos do livre comércio para os trabalhadores brasileiros, enquanto os Líderes apresentam divergências interpretativas acerca do tópico.



Por fim, os entrevistados questionados acerca do livre comércio responderam como algo “bom” para as gerações futuras. Os PDD (66.7%), PII (76.3%) e os Líderes (58.2%) apresentaram respostas positivas acima de 50%, mesmo com os Líderes apresentando menor percentual em razão de 15.3% afirmarem que “depende”.

No que concerne a perspectiva como algo “ruim”, o maior valor obtido foi entre o PDD com 25.5% e, semelhantemente, os Líderes com 24.7%.



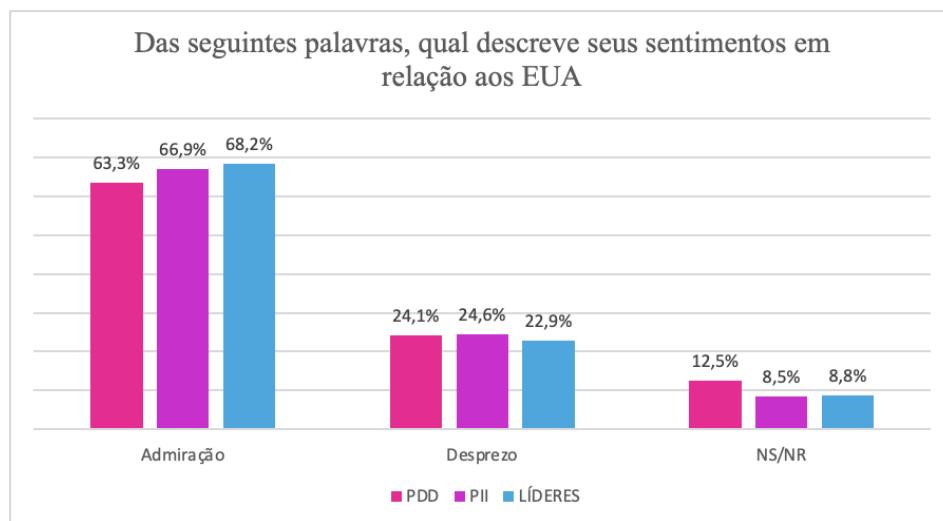
A entrada de ideias e costumes estrangeiros no Brasil é vista por todos os grupos entrevistados como algo positivo, variando de 58.5% entre os PDD até 88.8% para os Líderes — o percentual mais alto observado.

É perceptível que mesmo a maioria dos respondentes do grupo Público Desinteressado e Desinformado (PDD) vejam a entrada de novas culturas de forma

favorável, uma considerável parcela de 34.1% discorda e afirmar se tratar de um fator negativo. No que concerne a esse mesmo aspecto entre o PÚblico Interessado e Informado, 21.5% também discorda.

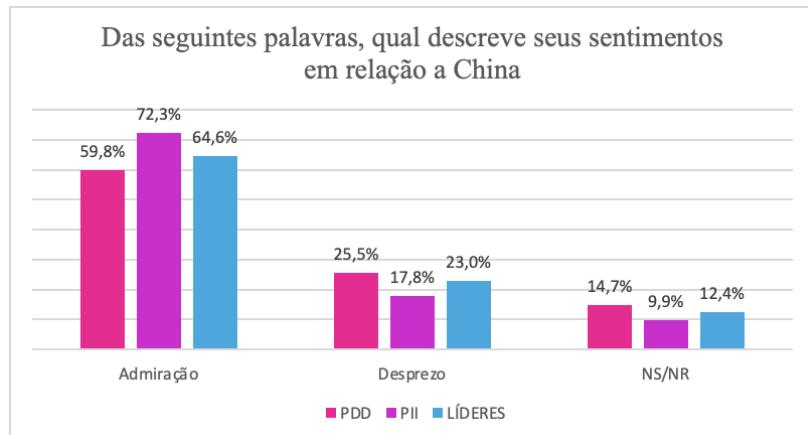
Em suma, é possível afirmar que mesmo que a maioria dos participantes do survey vejam de forma boa o multiculturalismo no Brasil, apenas no caso dos Líderes quer menos de 10% indicam que se trata de um fator negativo.

Atitudes frente a outros países



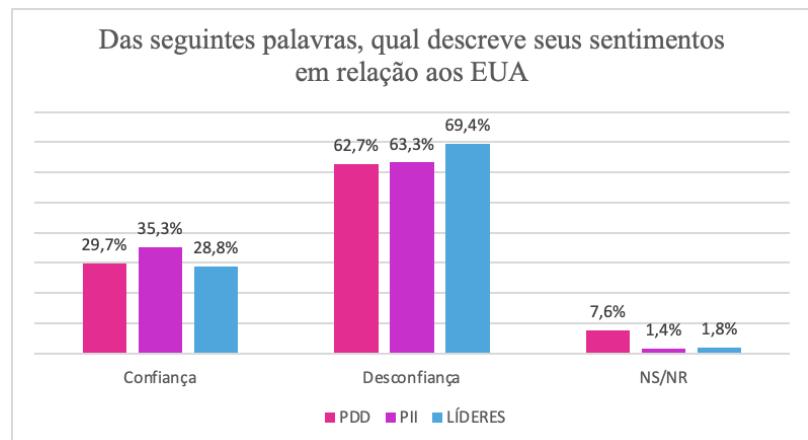
Os participantes do survey realizado em 2018 afirmaram em mais de 50%, todos os grupos respondentes, que a palavra que melhor descreve seus sentimentos em relação aos Estados Unidos da América é “admiração”. Os resultados obtidos por PDD, PII e Líderes foram, respectivamente: 63.3%, 66.9% e 68.2%.

Para além, destaca-se que uma média de 23.8% dos entrevistados escolhera a opção de “desprezo”, por fim, um total de 12.5% do PÚblico Desinteressado e Desinformado afirmou “não saber/não respondeu”.



A pergunta “Das seguintes palavras, qual descreve seus sentimentos em relação a China”, de forma semelhante ao observado no gráfico referente aos EUA, também apresentou respostas superiores a 50% para todos os grupos entrevistados. Os valores de 59.8% (PDD), 72.3% (PII) e 64.6% (Líderes) para “admiração”.

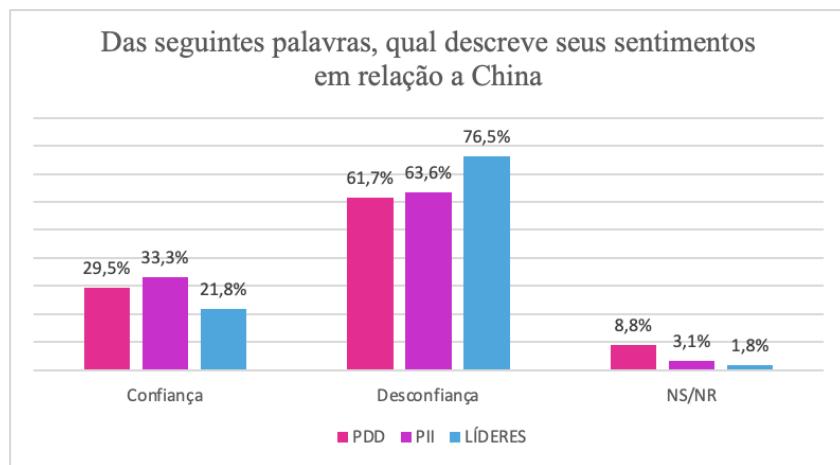
Entretanto, percebe-se a partir desses valores uma maior ressalva quanto o país por parte do PÚblico Desinteressado e Desinformado, com ¼ dos entrevistados optando pela categoria de “desprezo” (25.5%).



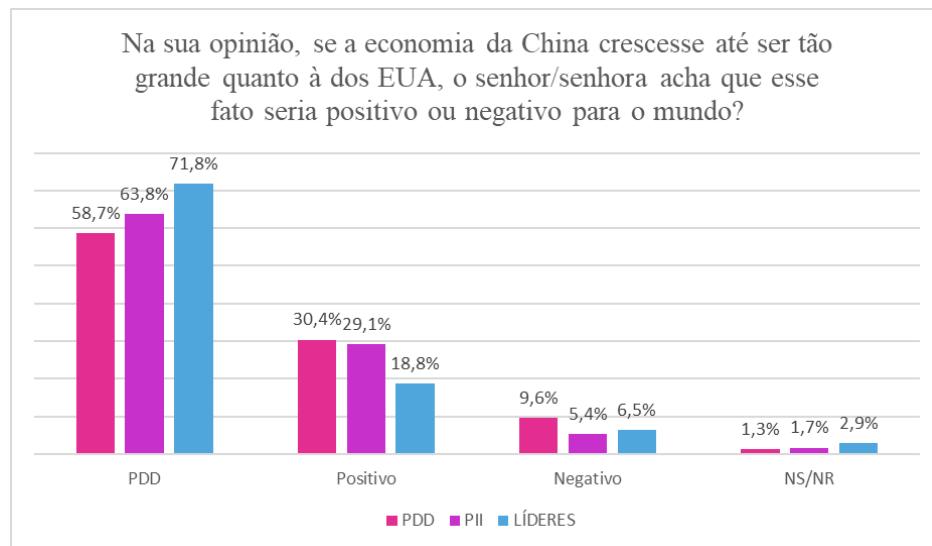
De modo semelhante ao exercício realizado acerca de qual palavra melhor descreve os sentimentos dos entrevistados acerca dos EUA e da China, um segundo momento de reflexão agora com os termos “confiança” e “desconfiança”.

O PÚblico Desinteressado e Desinformado (PDD), o PÚblico Interessado e Informado (PII) e os Líderes optaram majoritariamente pela opção “desconfiança”, sendo os resultados variando de 62.7% a 69.4%. Desse cenário, o maior percentual de rejeição foi entre os Líderes.

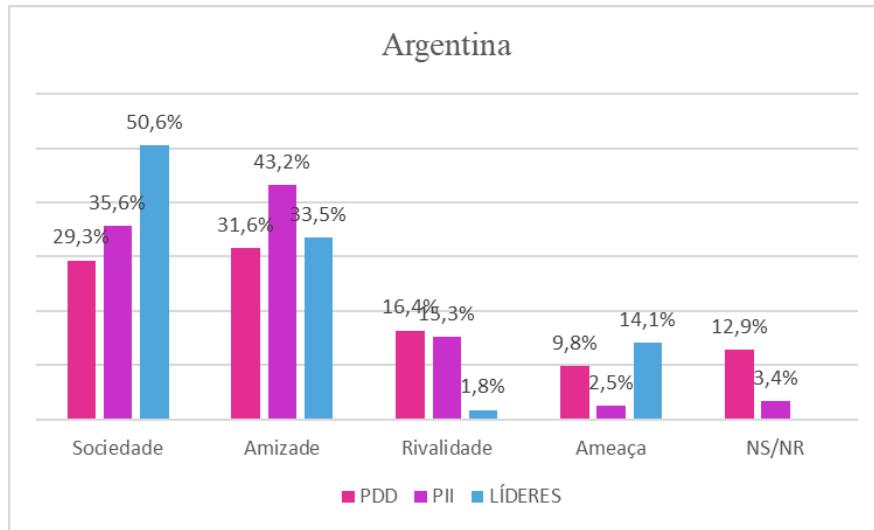
Já no que concerne às avaliações favoráveis, os PII indicaram em 35.3% das respostas possuir “confiança” nos Estados Unidos da América.



Os maiores percentuais registrados em relação a China foram na categoria “desconfiança”, sendo 61.7% (PDD), 63.6% (PII) e, o mais alto, 76.5% para os Líderes. Portanto, é possível indicar que há uma variação de mais de 10% entre os demais públicos (29.5% e 21.8%) e os Líderes (33.3%) no que diz respeito a uma visão negativa da China.



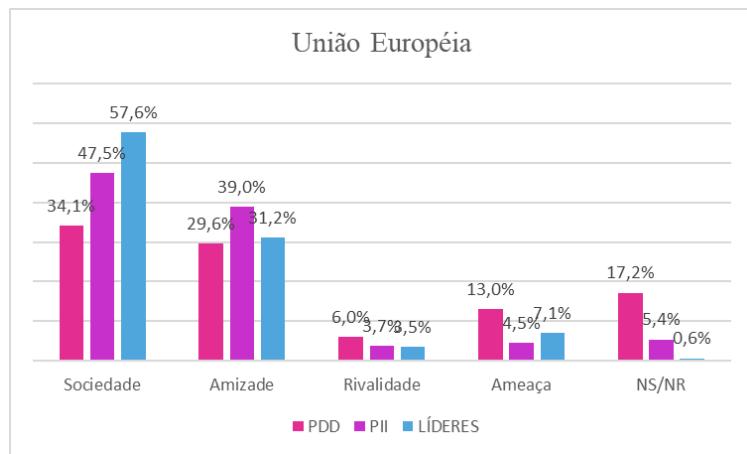
O próximo conjunto de questões procurou identificar qual é a percepção dos entrevistados sobre a relação do Brasil com outros países, seria de: Sociedade, Amizade, Rivalidade ou ameaça?



A relação entre Brasil e Argentina é interpretada de diferentes formas pelos PDD, PII e Líderes. Para tanto, cabe avaliar os maiores percentuais obtidos por categoria de cada grupo entrevistado, os resultados foram: 50.6% para os Líderes (“sociedade”), 43.2% PII (“amizade”) e 31.6% PDD (“amizade”).

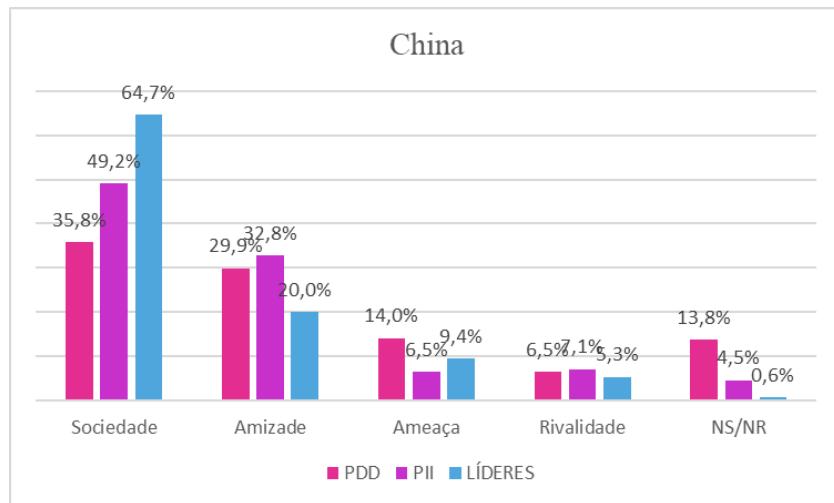
Conclui-se que, a maioria dos respondentes do survey de 2018, identificaram a existência de uma relação positiva entre os dois países sul-americanos. Contudo, a categoria de Líderes, apesar de apresentar a melhor avaliação, foi a que também mais destacou o aspecto de “ameaça” (14.1%).

Por fim, no que concerne à "rivalidade", o Públco Desinteressado e Desinformado escolheu essa opção em 16.4% das respostas.



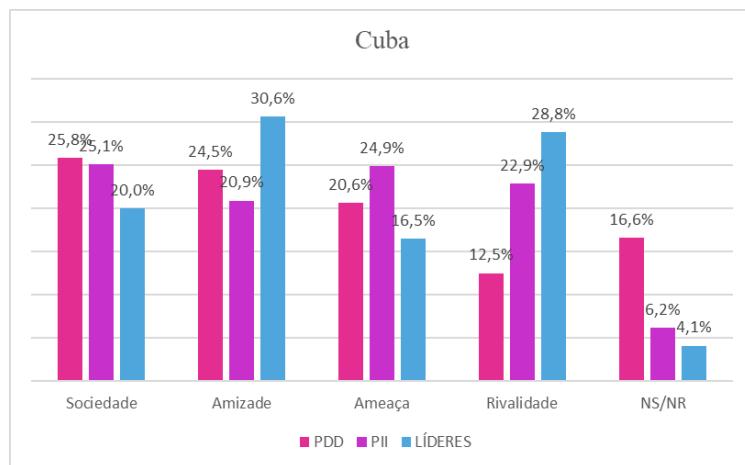
Os PII e Líderes apresentaram as melhores avaliações acerca da relação entre Brasil e União Europeia, definindo o contato como de “sociedade” em 47.5% e 57.6%, respectivamente, das respostas. O mesmo é observável com os PDD, entretanto, com um percentual inferior (34.1%), aproximando-se da alternativa de “amizade” (29.6%).

Por fim, foi este mesmo grupo, o do Público Desinteressado e Desinformado, que mais optou por uma percepção negativa do bloco europeu: 6% “rivalidade” e 13% “ameaça”, portanto, quase 20% das respostas (19%).



A relação entre Brasil e China foi também majoritariamente percebida de forma positiva por todos os segmentos entrevistados, ou seja, as somas entre as opções “sociedade” e “amizade” foram superiores a 50%, sendo: 65.7% (PDD), 82% (PII) e 84.7% (Líderes).

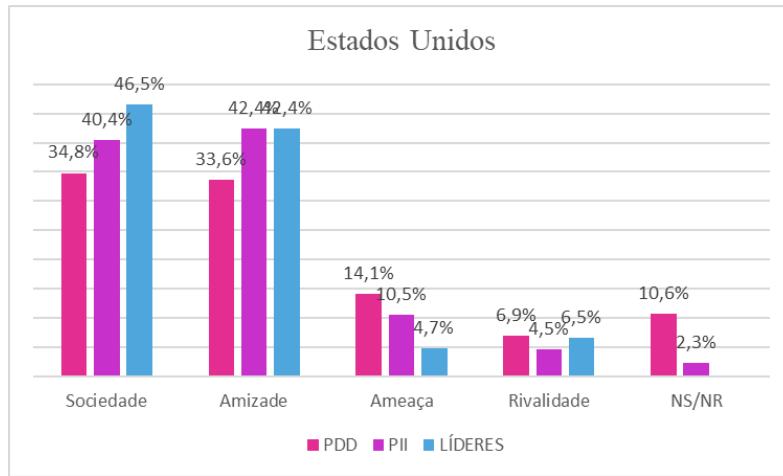
No que se refere às avaliações negativas, o maior percentual aferido foi entre o PÚblico Desinteressado e Desinformado na opção “ameaça”: 14%.



As avaliações acerca da relação entre Brasil e Cuba foram bastante diversas, de tal modo a apresentar percentuais semelhantes pelos mais diferentes grupos em categorias positivas “sociedade/amizade” quanto nas negativas “ameaça/rivalidade”.

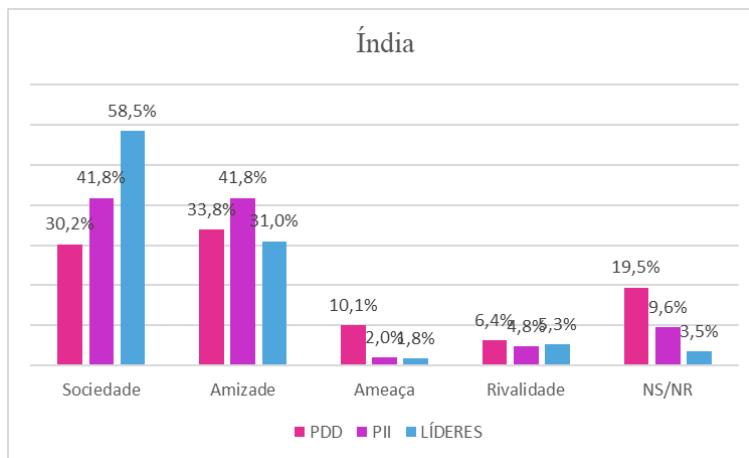
Ao somar as respostas positivas de PDD, PII e dos Líderes, os valores obtidos foram: 50.3% (PDD), 46% (PII) e 50.6% (Líderes). Em contrapartida, no que diz respeito às visões negativas: 33.1% (PDD), 47.8% (PII) e 59.4% (Líderes).

Com base nessas informações, é possível concluir de forma geral que prevalece a percepção negativa acerca de Cuba entre os PII e Líderes, enquanto os PDD divergem.



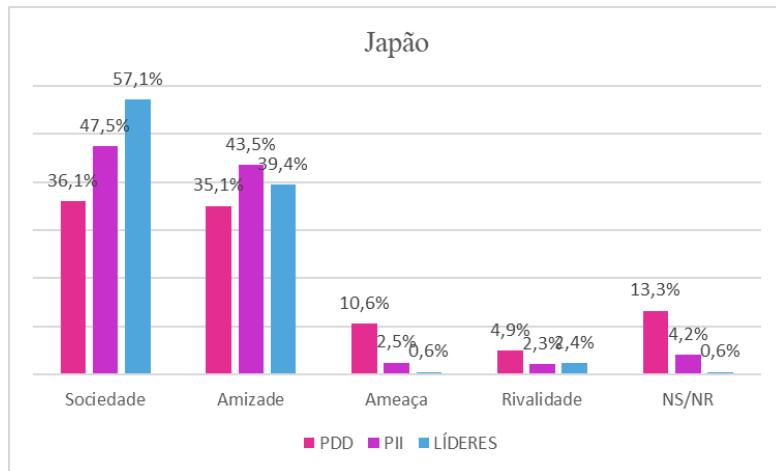
A relação entre Brasil e Estados Unidos da América é percebida de forma positiva (“sociedade”/“amizade”) em mais de 50% das respostas dos três grupos participantes do survey. As somas exatas foram: 68.4% (PDD), 82.8% (PII) e 88.9% (Líderes). Percebe-se uma diferença de mais de 20% entre a percepção do Público Desinteressado e Desinformado com a dos Líderes, em outras palavras, uma maior tendência negativa, pelo primeiro segmento.

O PDD foi o grupo que mais indicou a opção de “ameaça”, um total de 14.1%, enquanto PII e os Líderes apenas escolheram essa opção em 10.5% e 4.7% das vezes, respectivamente.

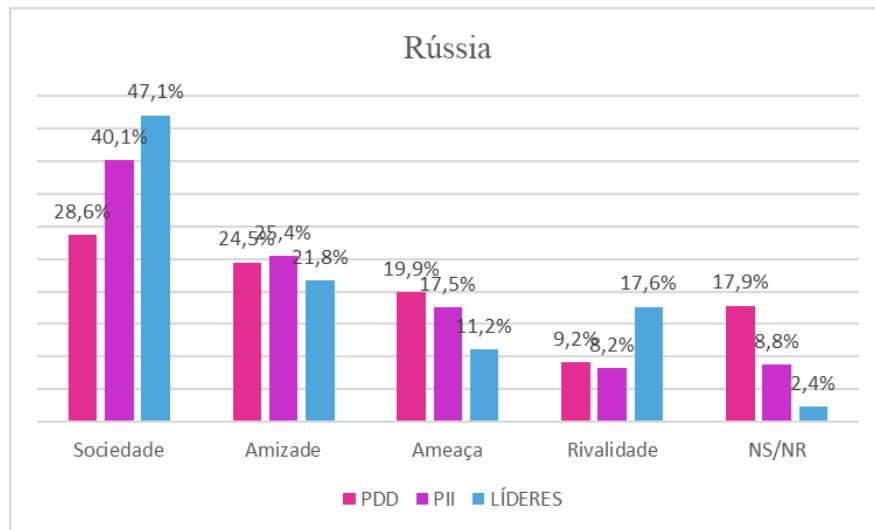


A Índia foi outro país que apresentou avaliação predominantemente positiva em todos os grupos entrevistados: 64% (PDD), 83.6% (PII) e 89.5% (Líderes). Novamente, uma maior tendência do segmento PDD em apresentar ressalvas acerca de uma definição positiva do país. Contudo, não se trata aqui de uma avaliação majoritariamente negativa

(“ameaça/rivalidade”), uma vez que foi obtido um percentual de 16.5%, mas sim de “não sabe/não respondeu”: 19.5%

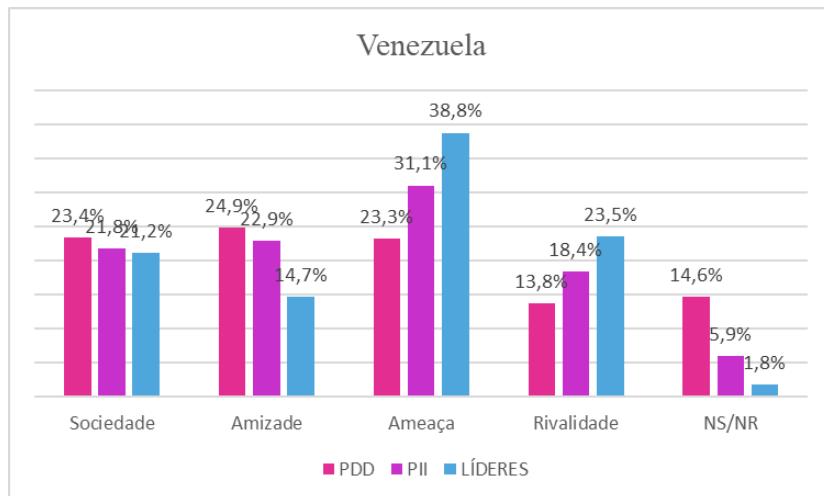


No que diz respeito ao país asiático, novamente, avaliações predominantemente positivas: 71.2% (PDD), 91% (PII) e 96,5% (Líderes). Apesar dos resultados positivos, é necessário chamar atenção para o total de 10.6% respostas por parte dos PDD que apontam para o Japão como uma “ameaça”, assim como os 13.3% que não souberam responder ao questionamento do survey.



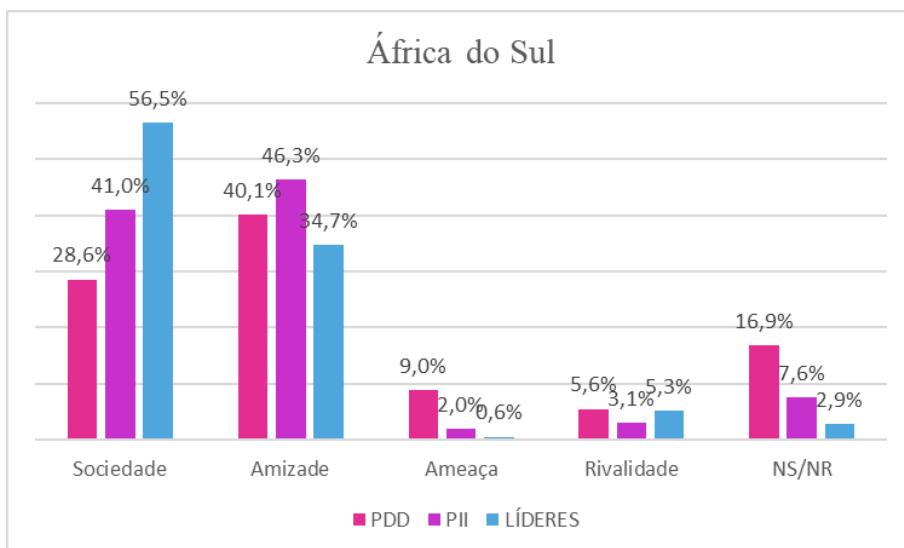
A análise da relação entre Brasil e Rússia também é um dos tópicos avaliados pelo survey de 2018. As respostas positivas (a soma de “sociedade” e “amizade” dos PDD, PII e Líderes foram, respectivamente: 53.1%, 65.5% e 68.9%, portanto, acima de 50% das respostas dos entrevistados.

Já o aspecto negativo também se fez presente de forma considerável em todos os grupos: 29.1% (PDD), 25.7% e 28.8%. Todos esses percentuais são estatisticamente próximos, contudo, no que concerne ao desconhecimento das relações, a maior proporção foi entre os PDD: 17.9% de “não sabe/não respondeu”.



A relação entre Venezuela e Brasil é um dos tópicos analisados de forma divergente pelos três grupos entrevistados pelo survey. As avaliações positivas concentraram os respectivos resultados: 48.3% (PDD), 44.7% (PII) e 35.9% (Líderes).

De outro lado, as avaliações negativas foram: 37.1% (PDD), 49.5% (PII) e 62.3 (Líderes). Ou seja, é possível concluir que enquanto o Público Desinteressado e Desinformado concentra seu entendimento em uma visão positiva, o mesmo não pode ser dito dos Líderes.

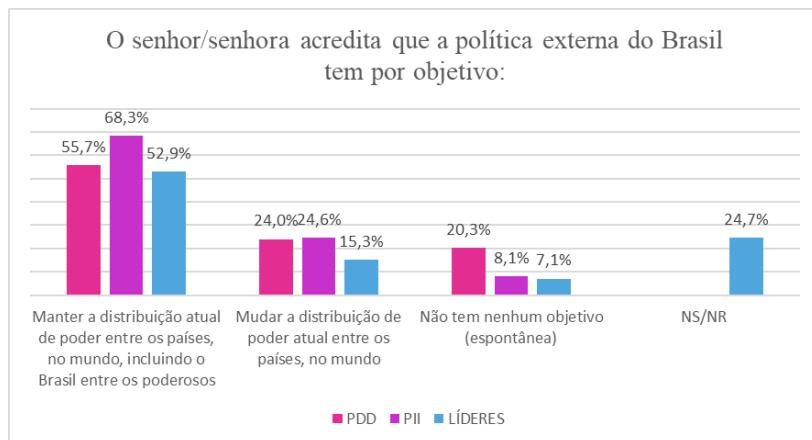


A relação entre Brasil e África do Sul é vista de forma positiva: 68.7% (PDD), 87.3% (PII) e 89.2% (Líderes). Percepção especialmente favorável por aqueles que se consideram interessados em política externa e os líderes nacionais. Para além, o maior grau de desconhecimento sobre a questão foi entre os PDD: 16.9% “não sabe/não respondeu”.

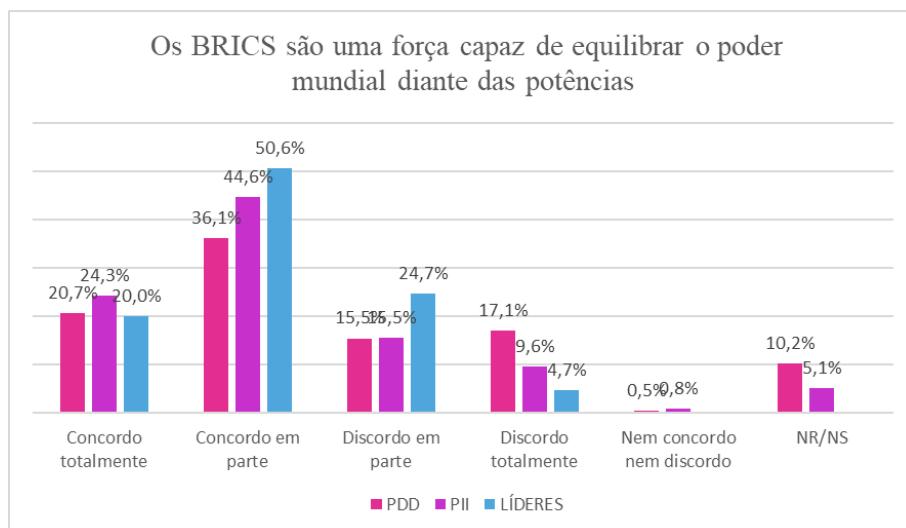
Por fim, o último país a ser analisado é o México, o qual também possuiu respostas principalmente positivas (“sociedade/”amizade”): 64.8% (PDD), 82.8% (PII), 86.5% (Líderes). Novamente, a avaliação favorável é predominante nos últimos segmentos, enquanto os PDD apresentaram uma visão de 11.3% de “ameaça” e 16.4% de “não sabe/não respondeu”.

CAPÍTULO 4 – Política Externa

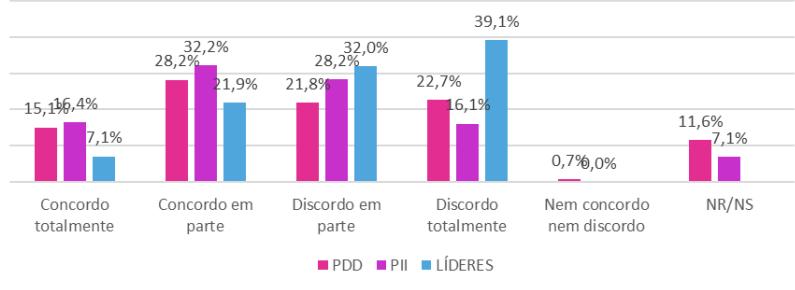
Objetivos



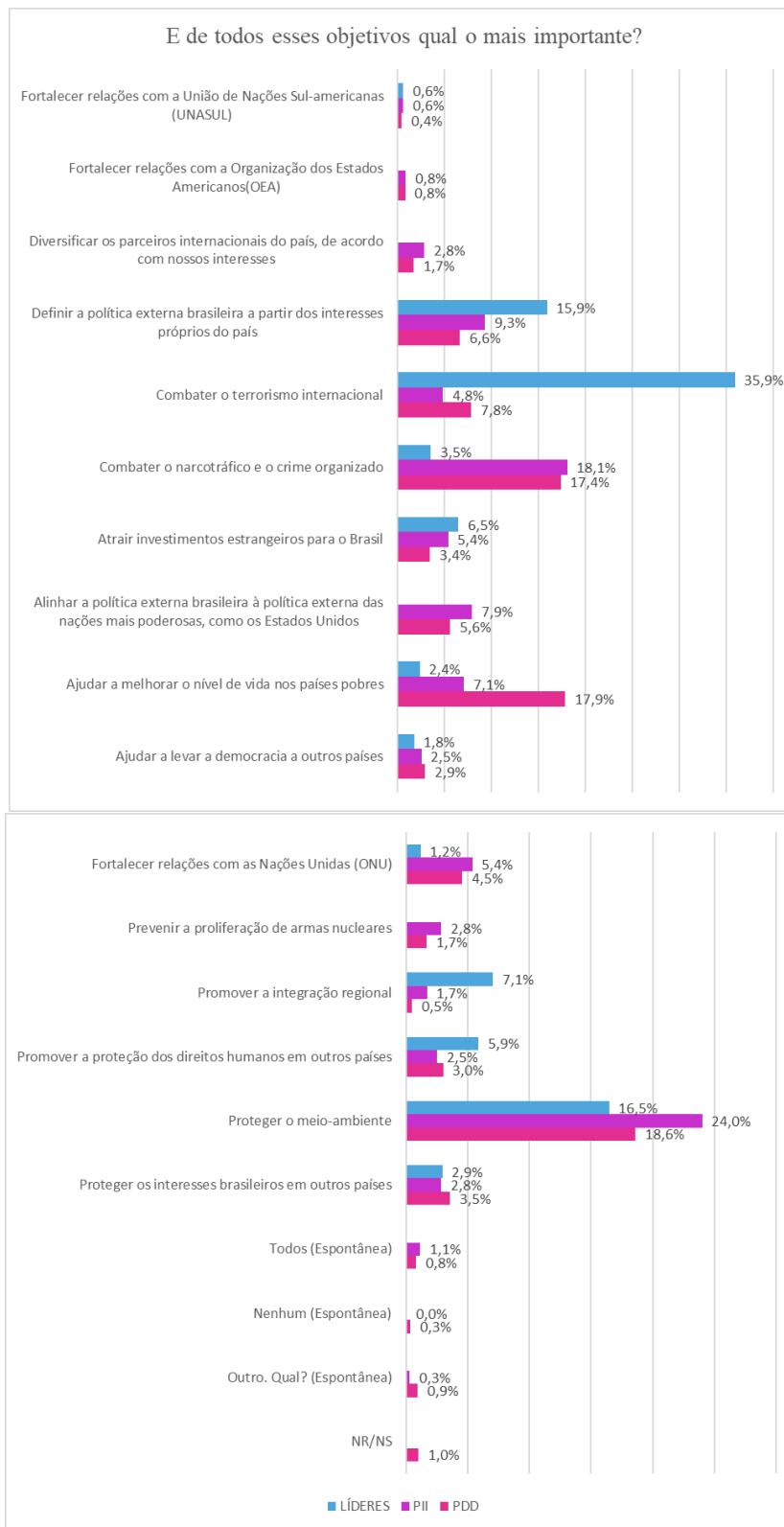
Quando se pergunta sobre o objetivo da política externa do Brasil, destacam-se algumas diferenças entre as respostas dos grupos PDD, PII e Líderes. Percebe-se que uma parcela relevante dos Líderes assinalou “não sei” ou não respondeu à questão, enquanto todos entrevistados dos grupos PDD e PII responderam à questão. Outro destaque é a semelhança entre as parcelas do grupo de PII (8,1%) e dos Líderes (7,1%) que afirmam espontaneamente que a PEB não tem nenhum objetivo.



Os BRICS são uma aliança constrangedora, com países autoritários como a Rússia e a China

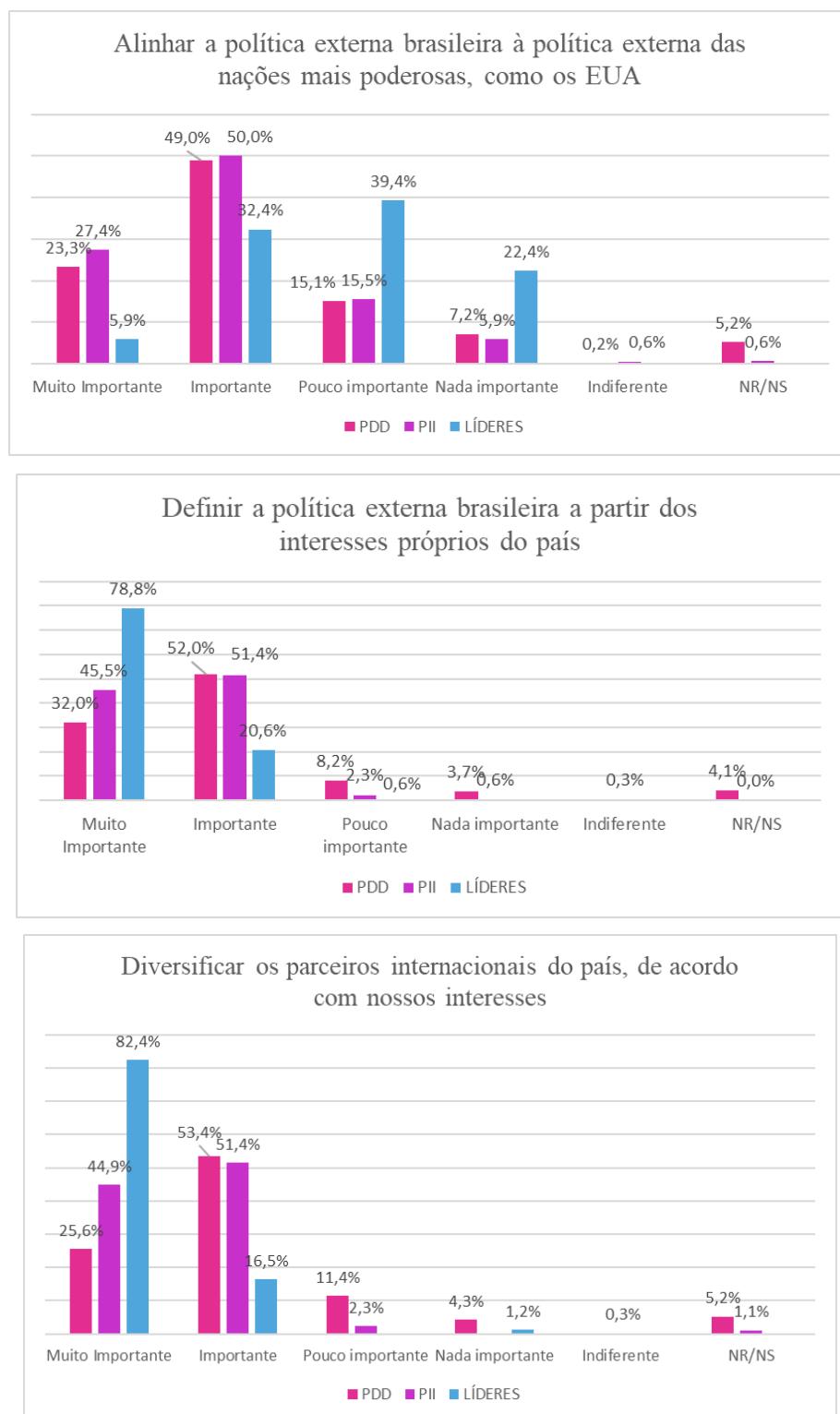


Quando o tema é o BRICS, as respostas do PDD e do PII são mais semelhantes entre si, enquanto os Líderes destoam dos demais, apresentando maior concordância com a possibilidade do grupo em equilibrar o poder mundial diante das potências e maior discordância com a afirmação de que o BRICS é uma aliança constrangedora com países autoritários.

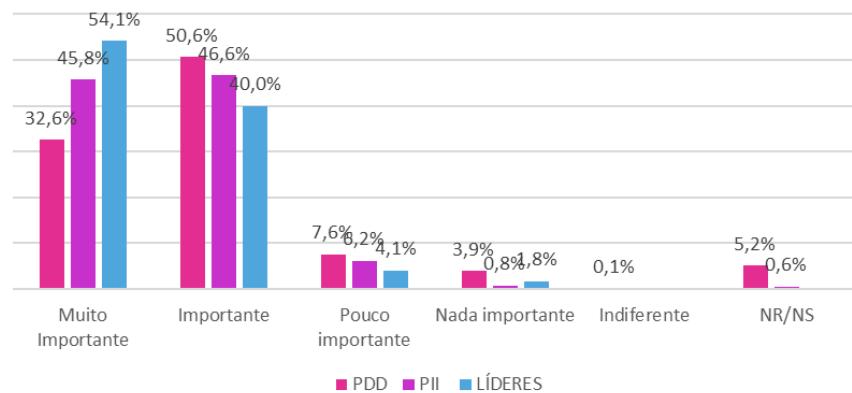


As respostas acerca de qual seria o objetivo mais importante da PEB apresentam muitas diferenças entre os grupos PDD, PII e Líderes. Para o grupo PDD três objetivos são considerados os mais importantes: “proteger o meio-ambiente”, “ajudar a melhorar o nível de vida nos países pobres” e “combater o narcotráfico e o crime organizado”. Para

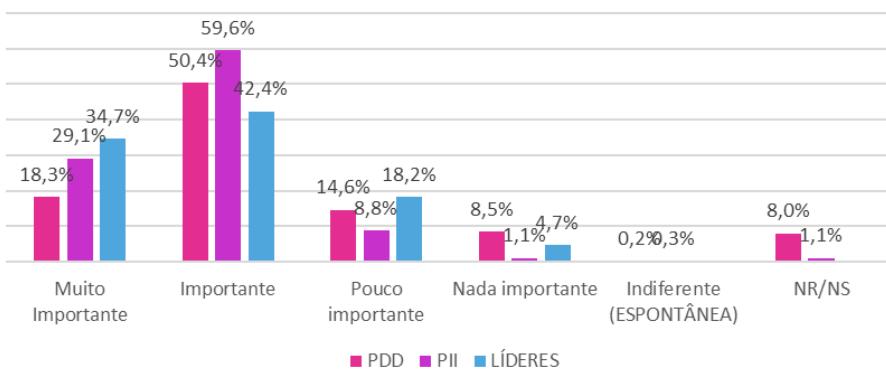
o público PII, “proteger o meio-ambiente” é disparado o objetivo considerado o mais importante, seguido por “combater o narcotráfico e o crime organizado”. Para os Líderes, o principal objetivo da PEB é “combater o terrorismo internacional”, seguido por “proteger o meio-ambiente” e depois “definir a política externa brasileira em função dos interesses próprios do país”.



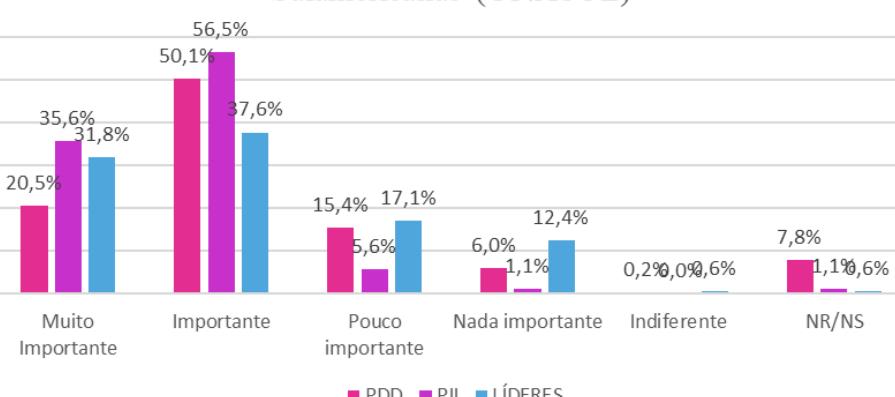
Fortalecer as relações com as Nações Unidas (ONU)



Fortalecer relações com a Organização dos Estados Americanos (OEA)



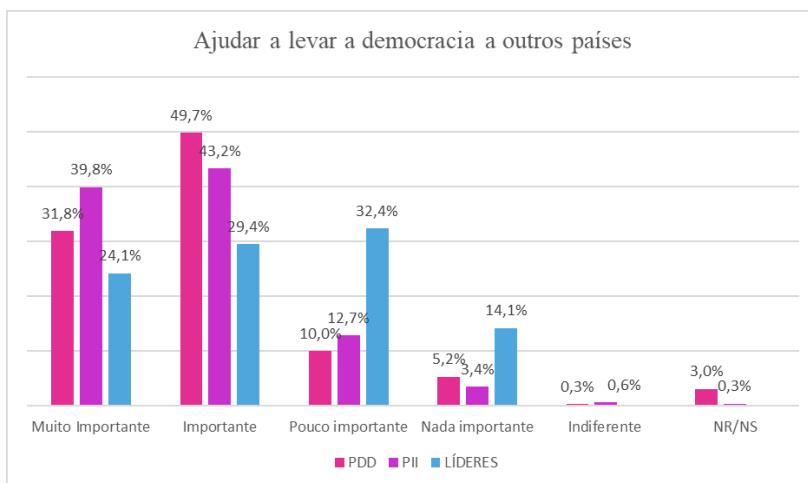
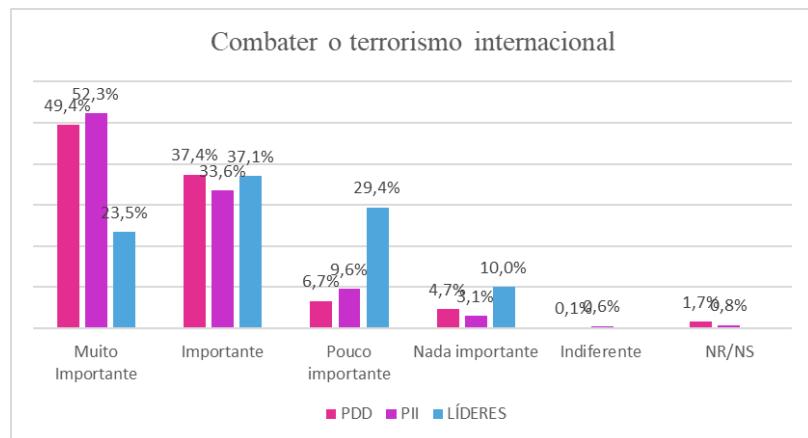
Fortalecer relações com a União de Nações Sulamericanas (UNASUL)

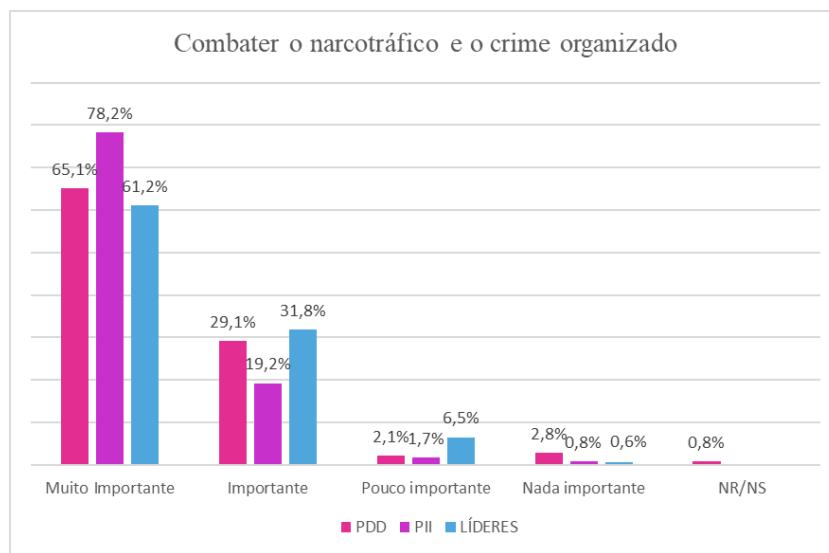
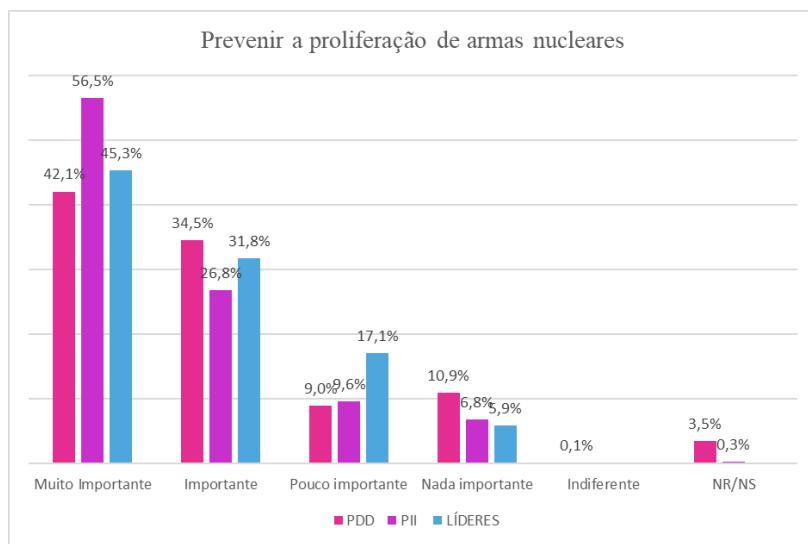
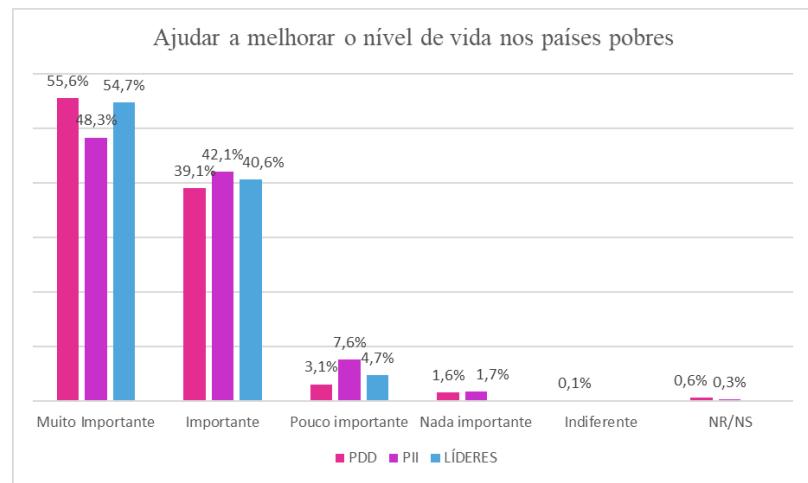


Ao se comparar como os diferentes grupos de entrevistados avaliam cada objetivo da PEB separadamente, os Líderes se destacam por seus posicionamentos em favor dos

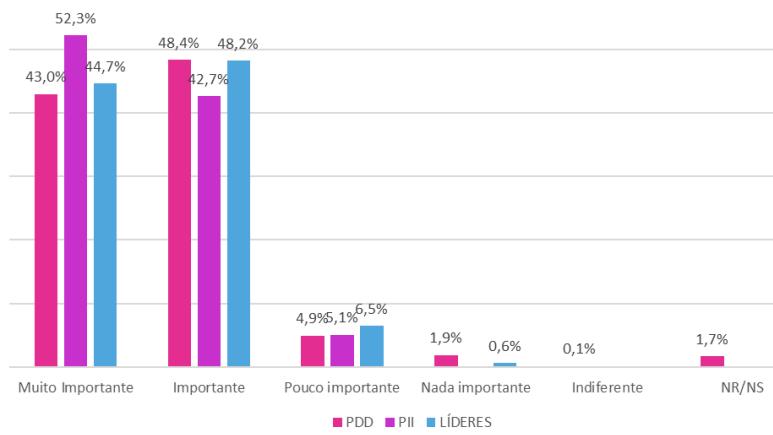
interesses nacionais, avaliando como pouco importante um posicionamento de alinhamento direto com os EUA.

Com relação ao fortalecimento das relações do país com organizações multilaterais como a ONU, a OEA e a UNASUL, não há grandes diferenças entre os diferentes grupos entrevistados, com a exceção de uma menor importância atribuída, por parte dos Líderes, ao fortalecimento das relações regionais no âmbito da América e da América do Sul.

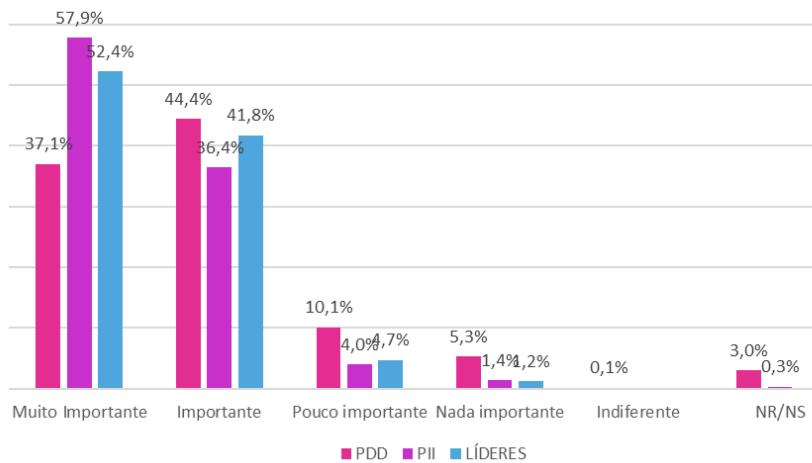




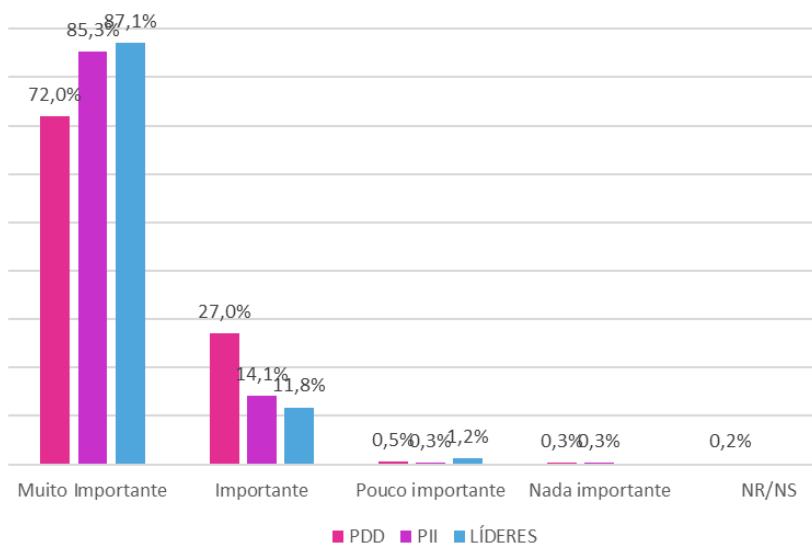
Proteger os interesses dos brasileiros em outros países

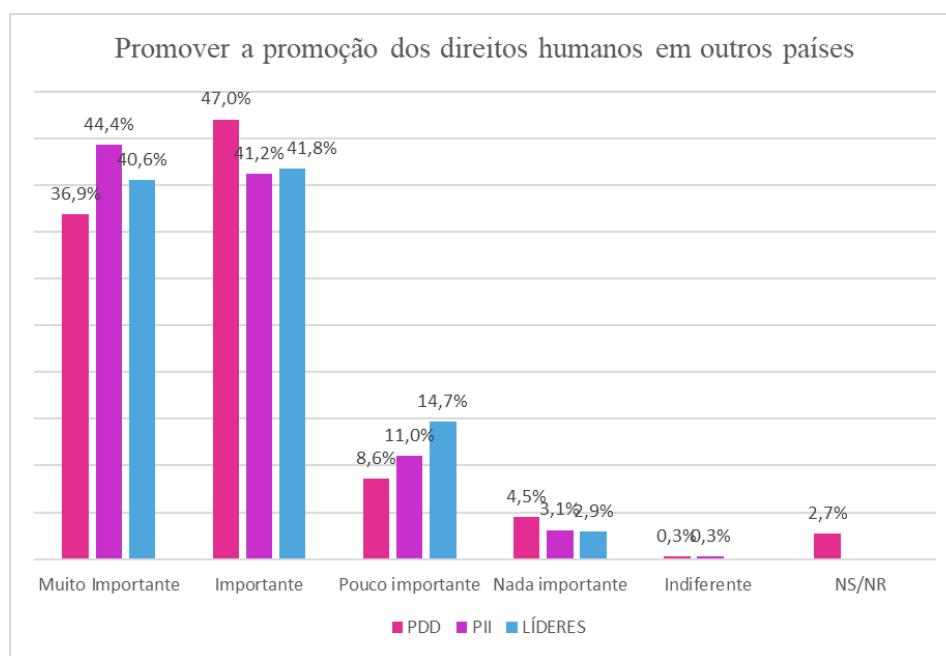
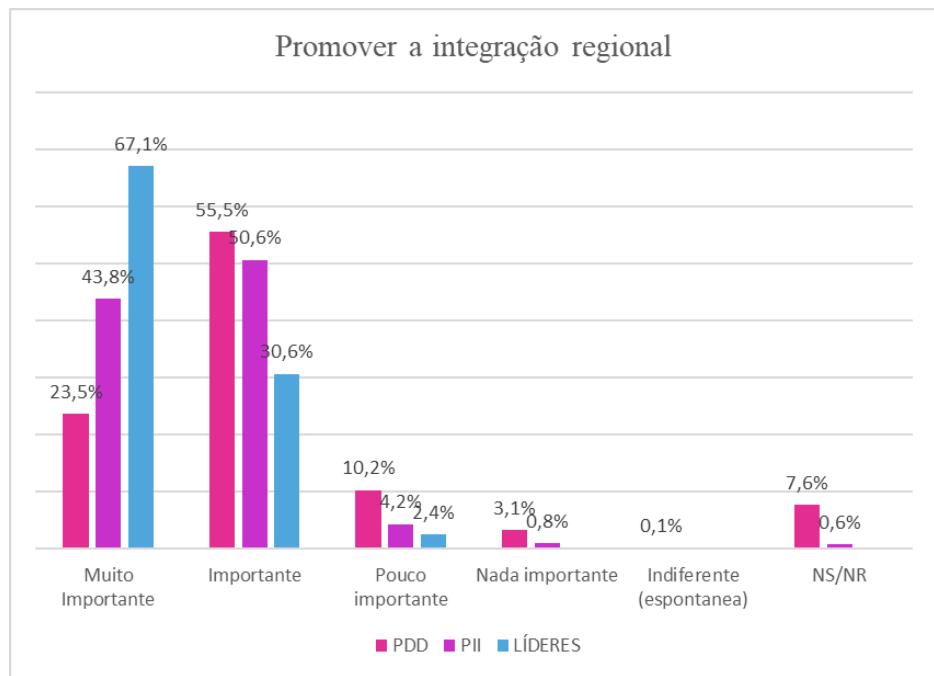


Atrair investimentos estrangeiros para o Brasil



Proteger o meio ambiente



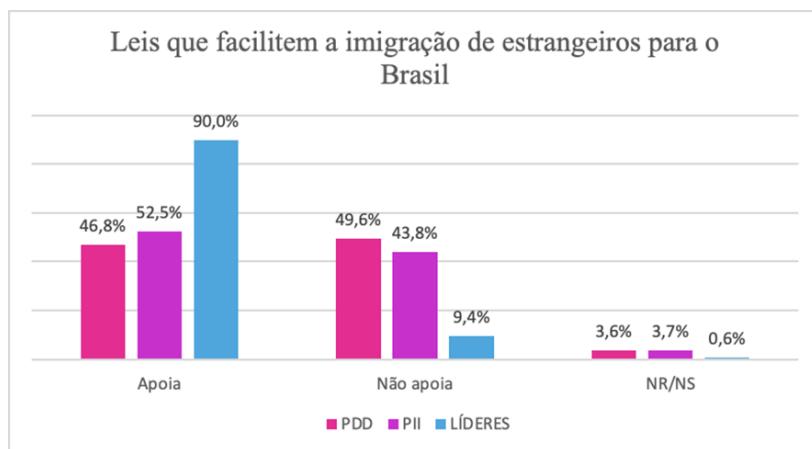


Os objetivos da PEB de “ajudar a melhorar o nível de vida nos países pobres”, “prevenir a proliferação de armas nucleares”, “combater o narcotráfico e o crime organizado”, “proteger os interesses dos brasileiros em outros países”, “atrair investimentos estrangeiros para o Brasil”, “proteger o meio-ambiente” e “promover a promoção dos direitos humanos em outros países” tiveram distribuições de respostas entre as alternativas semelhantes entre os grupos PDD, PII e Líderes.

Alguns objetivos, contudo, apresentam maiores diferenças. O objetivo de “ajudar a levar a democracia para outros países” é considerado bem menos importante pelo grupo

dos líderes. O caso do objetivo de “combater o terrorismo internacional” merece também um destaque, uma vez que esse foi o objetivo considerado mais importante pelos Líderes, contrastando com os PII e PDD, mas, neste caso, foi preterido pelos Líderes.

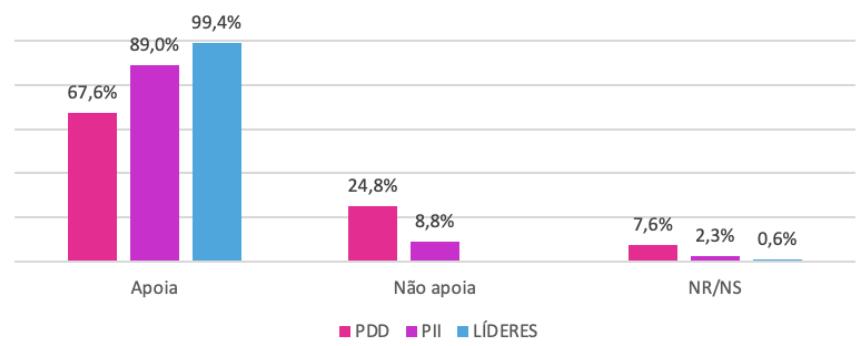
Também se ressalta o objetivo de “promover a integração regional” que é muito mais valorizado pelos Líderes do que pelo PII e pelo PDD. Esse resultado contrasta com os da questão anterior, possibilitando-se aventar a hipótese de que, para os Líderes, talvez as instituições e organizações em torno das quais se organiza e se organizaram a integração regional, em particular a OEA e a UNASUL, não sejam suficientes.



A existência de leis que facilitem a entrada de estrangeiros no Brasil é avaliada de forma positiva pela grande maioria dos Líderes, chegando a 90% das respostas. O Público Interessado e Informado também apresenta avaliação positiva em mais de 50% das respostas (52.5%), entretanto, revela-se certa divergência acerca do tema, uma vez que um total de 43.8% (PII) “não apoia”.

Esse padrão de desacordo também é perceptível com o Público desinteressado e Desinformado, uma vez que 46.8% “apoia”, enquanto 49.6% não, uma diferença estatística insignificante.

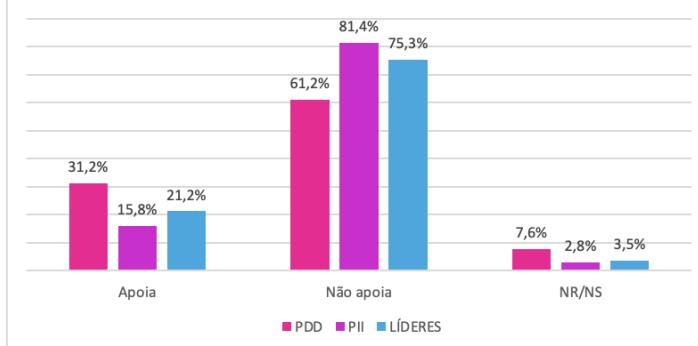
Leis que facilitem a cooperação entre o Brasil e os países do Mercosul



A existência de leis que facilitem a cooperação entre o Brasil e os países do bloco Mercosul são interpretadas de forma positiva (“apoia”) por mais de 50% dos três grupos de participantes do *survey*. Os valores obtidos foram: 67.6% (PDD), 89% (PII) e, quase 100% das avaliações dos Líderes, 99.4%.

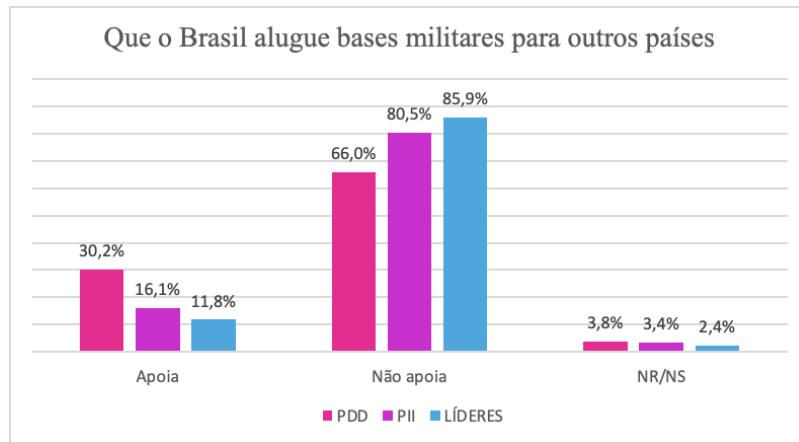
Apesar da avaliação majoritariamente boa, é necessário destacar que 24.8% do Público Desinteressado e Desinformado discorda “não apoia”, assim como 8.8% do Público Interessado e Informado também apresenta ressalvas, apesar de forma menos evidente.

Que o Brasil feche as embaixadas em países pequenos

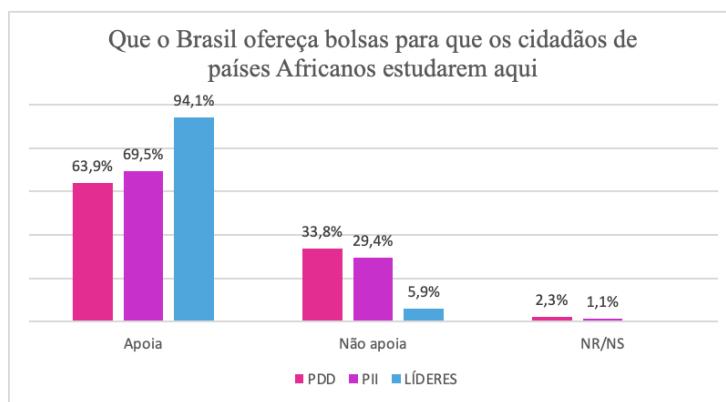


Dessa vez, questionados se o Brasil deveria fechar suas embaixadas em países pequenos, a maioria dos entrevistados discordaram “não apoia” este enunciado, sobretudo o Público Interessado e Informado (PII). Os percentuais obtidos foram: 61.2% (PDD), 81.4% (PII) e 75.3% (Líderes).

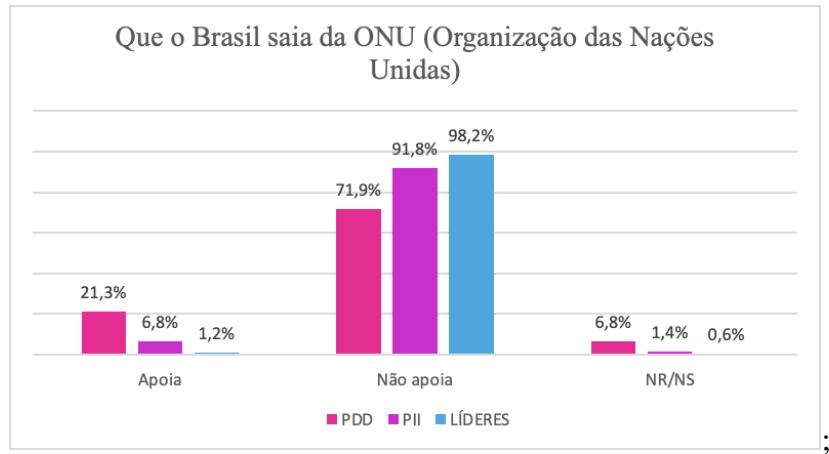
Diante desse cenário apresentado, chama-se atenção para o fato de que quase $\frac{1}{3}$ dos respondentes PDD apoiam a decisão de fechada das embaixadas pequenas, 31.2%. De modo semelhante, com uma diferença de 10%, os Líderes concordam: 21.2%.



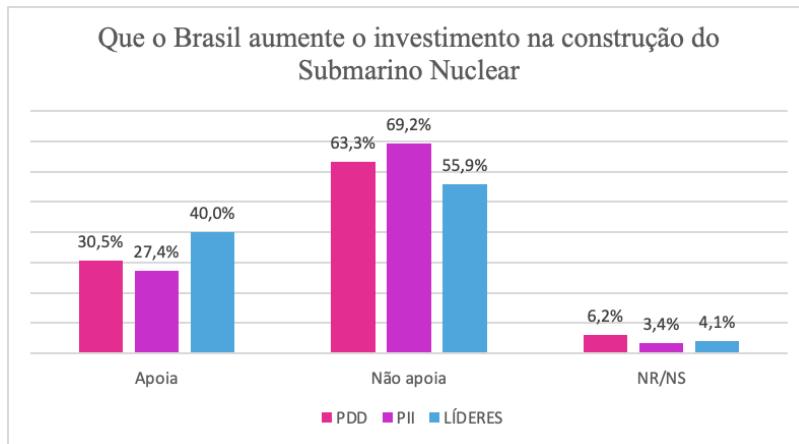
A temática acerca do Brasil alugar bases militares para demais países em seu território também é tópico de avaliação pelos PDD, PII e Líderes, os quais responderam de modo negativo “não apoia”: 66%, 80,5% e 85.9%, respectivamente. De modo contrário, um total de 30.2% dos entrevistados do PÚblico Desinteressado e Desinformado afirmou concordar com tal medida.



A medida de que “o Brasil ofereça bolsas para que os cidadãos de países Africanos estudarem aqui” é avaliada majoritariamente de forma positiva (“apoia”) pelos três grupos participantes, de modo a possuir percentuais semelhantes entre PDD (63.9%) e PII (69.5%) e adesão quase total dos líderes nacionais (94.1%). Nesse sentido, as maiores ressalvas (“não apoia”) são referentes aos PDD e PII, os quais discordam de tal ação em 33.8% e 29.4% das respostas.

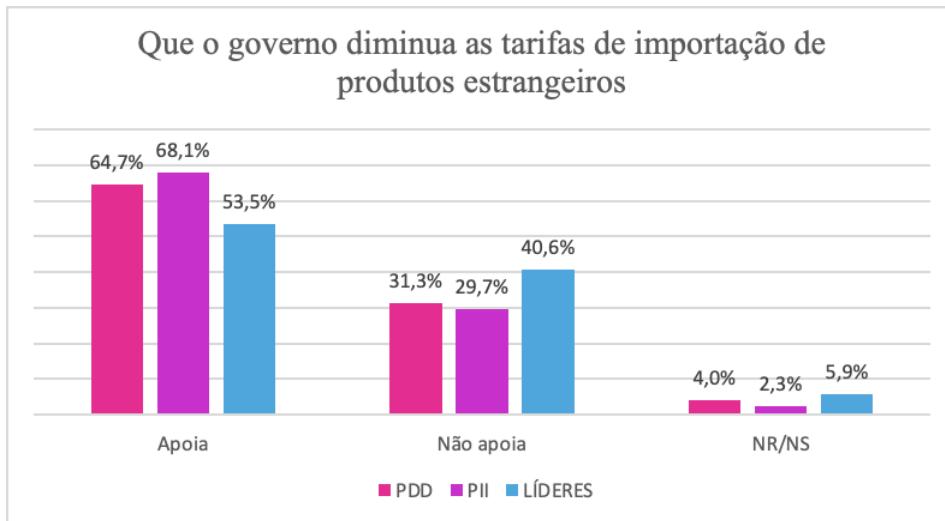


A saída do Brasil da Organização das Nações Unidas (ONU) é vista de forma majoritariamente negativa por todos os grupos entrevistados no survey de 2018: 71.9% (PDD), 91.8% (PII) e 98.2% (Líderes) “não apoia” esse enunciado. No que diz respeito à diferença percentual entre PDD e os demais grupos em quase 20% podem ser explicado pela existência de um total de 21.3% respondentes que “apoia” a saída do Estado brasileiro do órgão internacional.



A questão acerca do investimento brasileiro em armas nucleares, especificamente, a construção de um submarino nuclear é vista de forma divergente pelos três grupos entrevistados. Contudo, mais de 50% avaliam como algo que “não apoia”: 63.3% (PDD), 69.2 (PII) e 55.9% (Líderes).

Entretanto, apesar dessa avaliação geral negativa, percentuais significativos de apoio, acima de 30%, são observados entre o Público Desinteressado e Desinformado (30.5%), assim como entre os Líderes (40%).

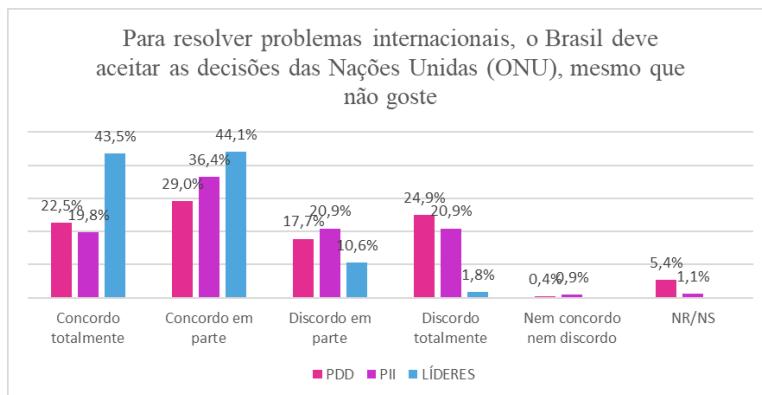


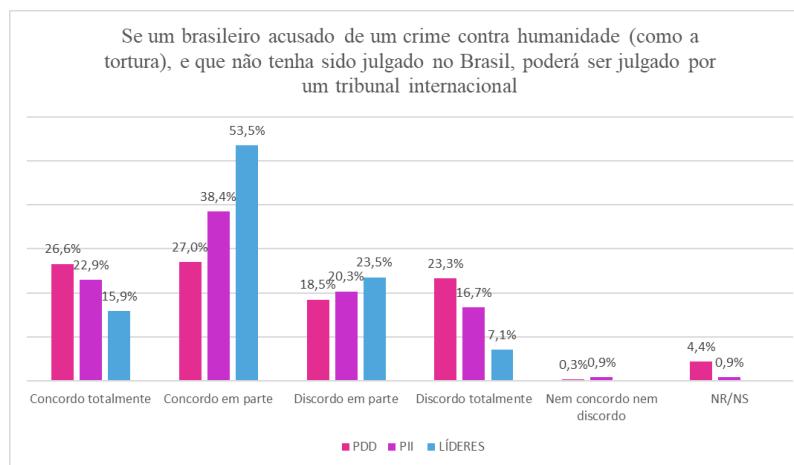
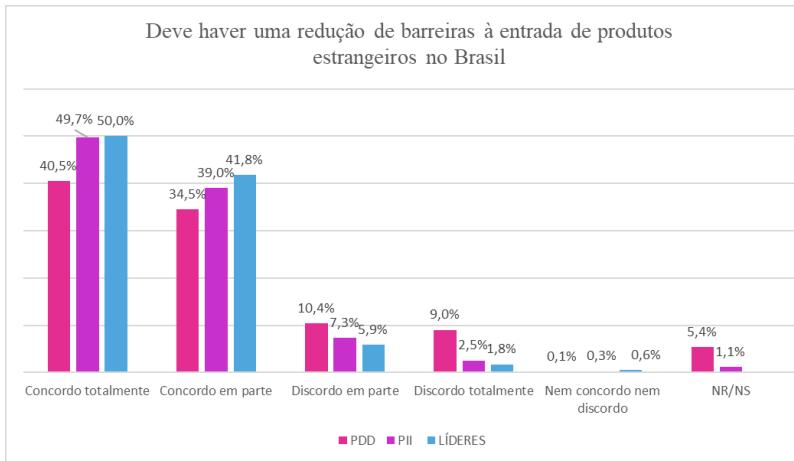
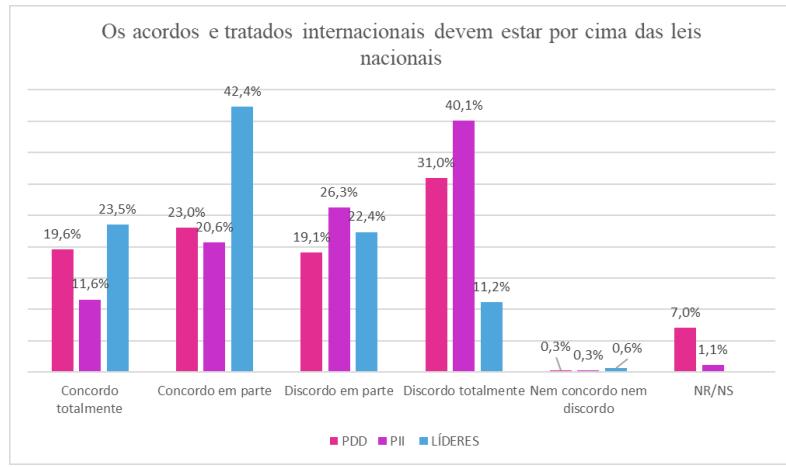
Por fim, o último enunciado abordado é acerca da diminuição de tarifas de importação, por parte do governo, sobre produtos estrangeiros. A maioria das respostas, ou seja, acima de 50% das avaliações, apoiam essa ação: 64.7% (PDD), 68.1% (PII) e 53.5% (Líderes).

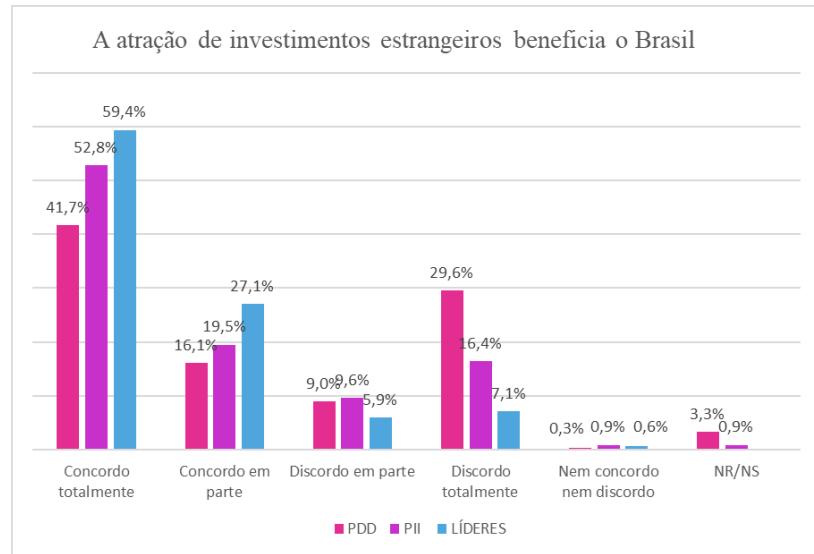
Entretanto, apesar das respostas concordando com que haja a diminuição de tarifas sobre os produtos estrangeiros, uma parcela significativa dos respondentes “não apoia”, em especial, os Líderes: 31.3% (PDD), 29.7% (PII) e 40.6% (Líderes).

Em suma, é possível concluir que a maioria dos entrevistados apoiam a diminuição de tarifas, entretanto, há a existência de uma parcela significativa com ressalva ao enunciado.

Multilateralismo



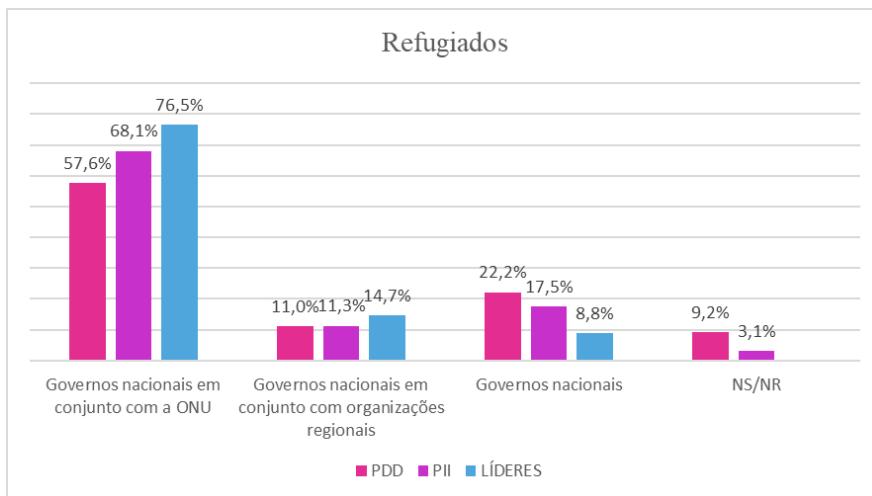
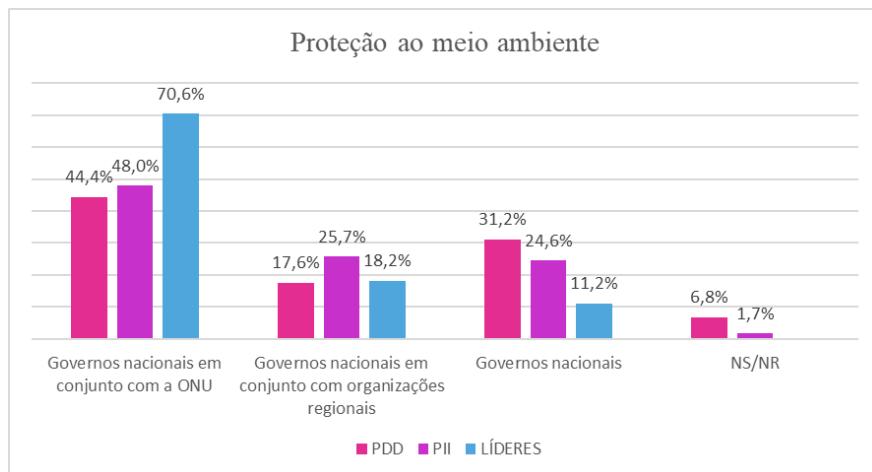


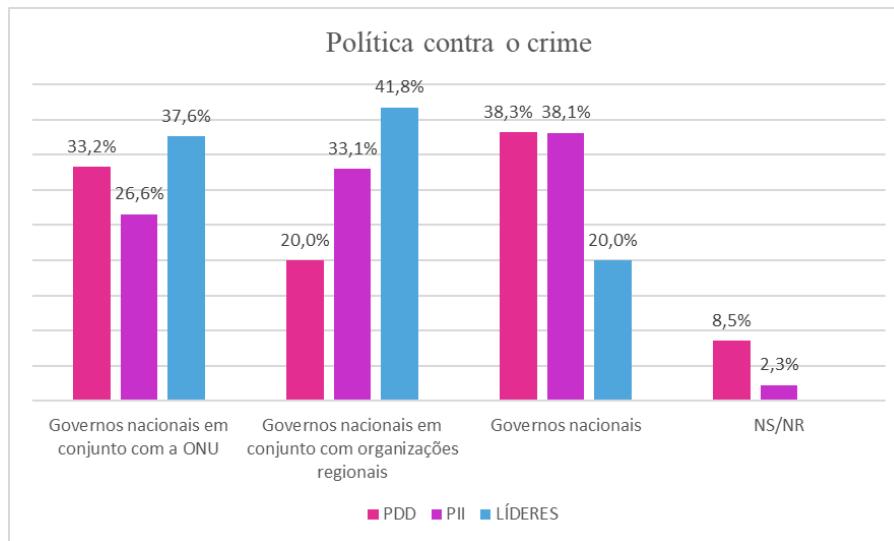
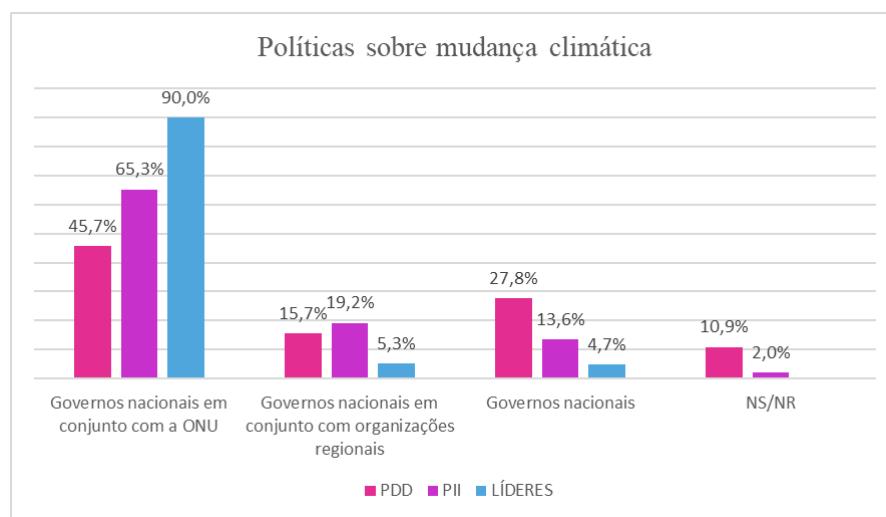
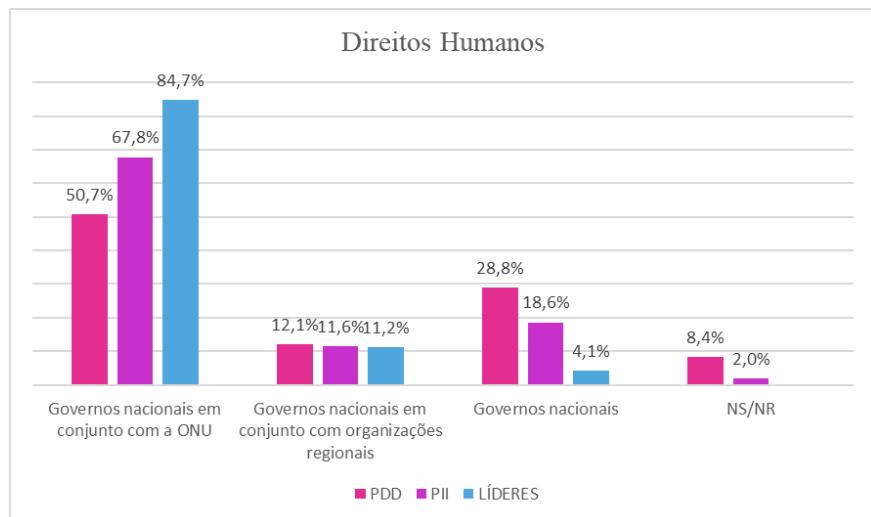


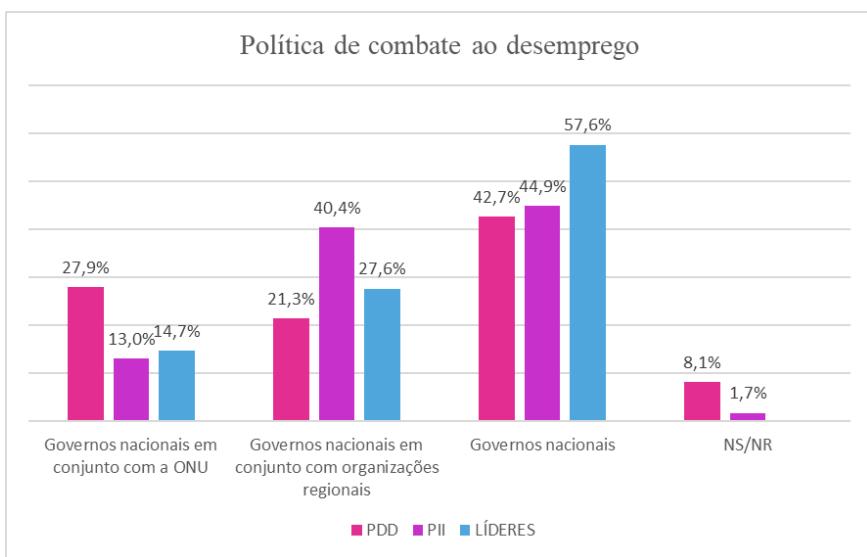
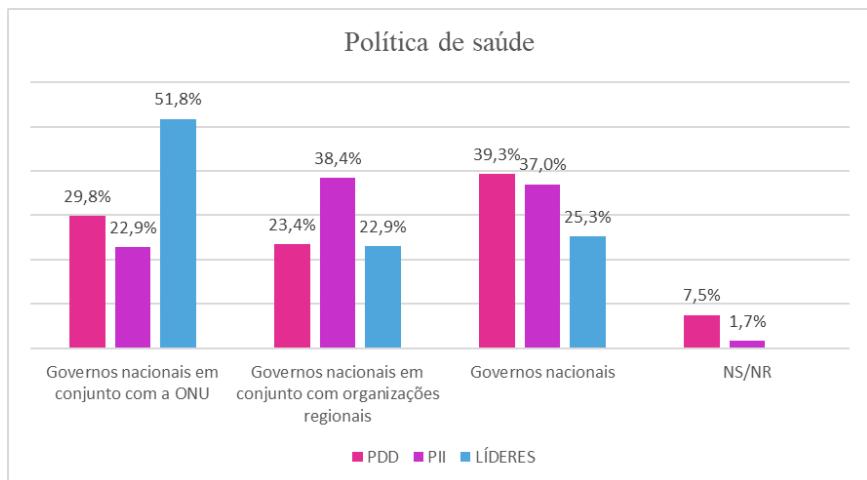
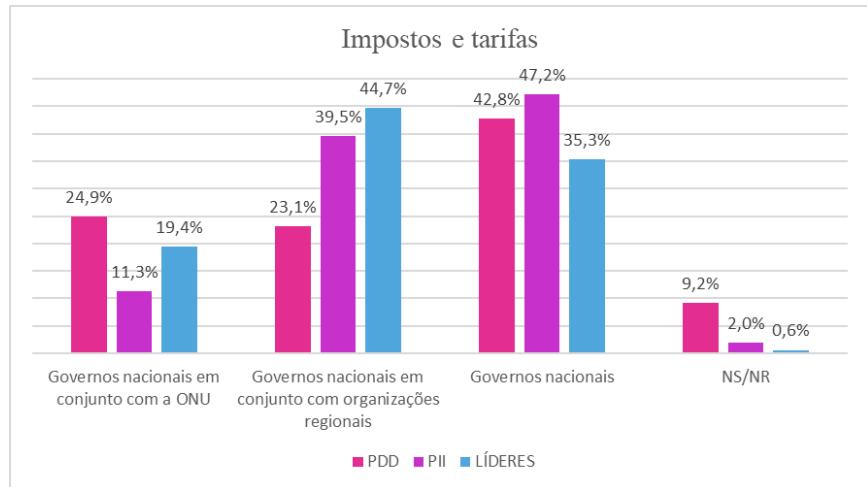
O grupo dos Líderes, de modo geral, se posiciona com maior concordância do que os outros grupos em relação a possibilidade de o Brasil realizar concessões em prol da integração internacional, demonstrando, assim, maior concordância com a globalização em oposição a posições mais nacionalistas.

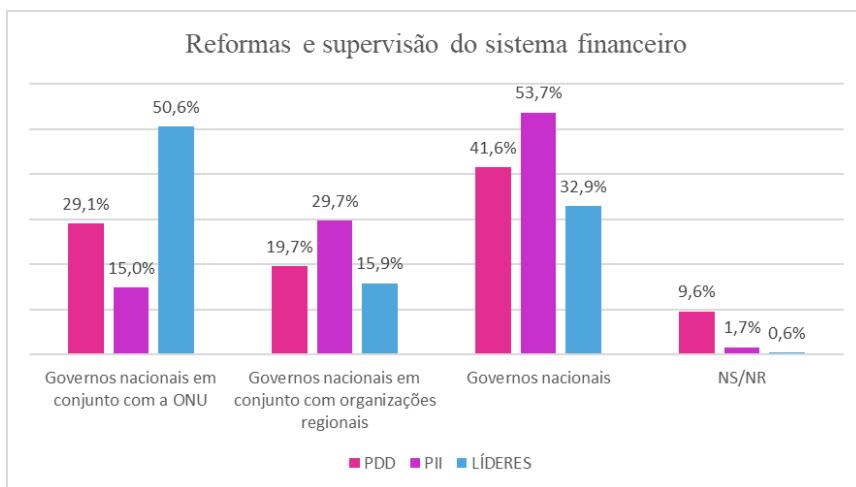
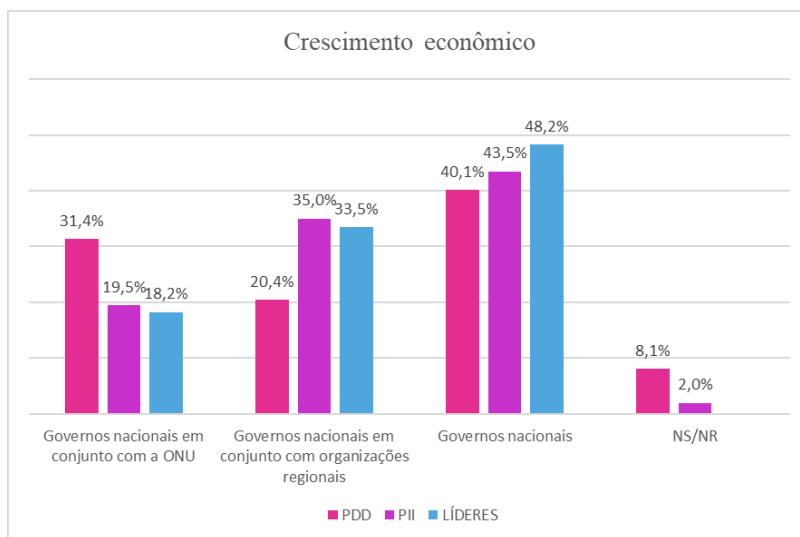
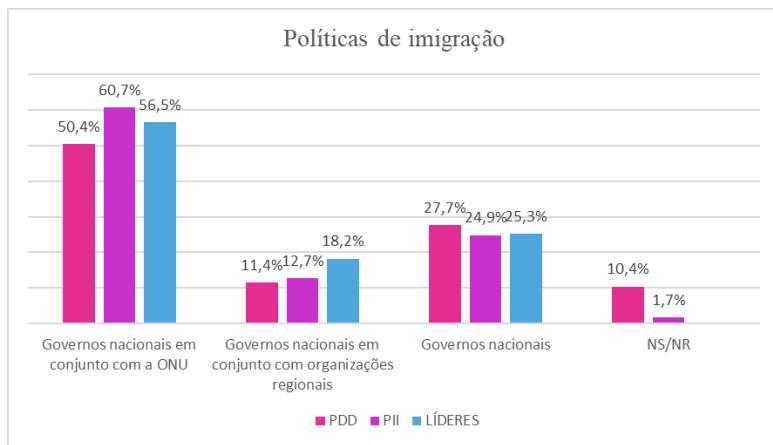
O próximo conjunto de questões foi: Algumas pessoas acreditam que certos problemas seriam melhor resolvidos pela ONU ou por organizações regionais. Outros consideram que os mesmos problemas deveriam ser de inteira responsabilidade dos governos nacionais. Vou listar alguns temas e gostaria de perguntar quais atores o senhor/senhora acha que estão mais aptos para enfrentá-los: (Governos nacionais, Governos nacionais em conjunto de organizações regionais, Governos nacionais em conjunto com a ONU, Não sabe, Não respondeu)









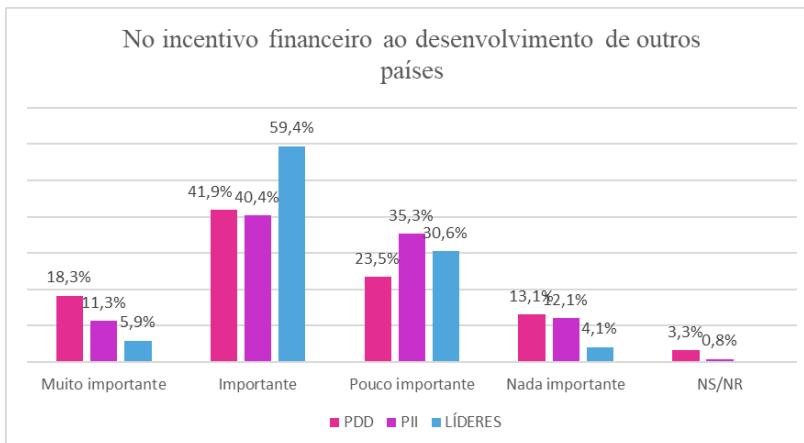
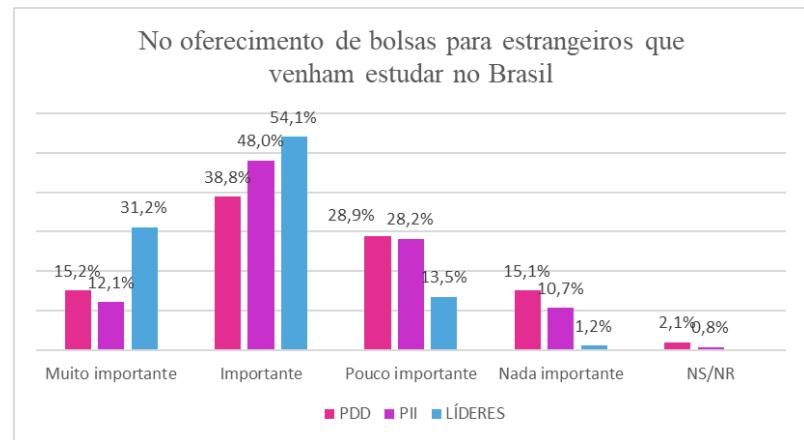
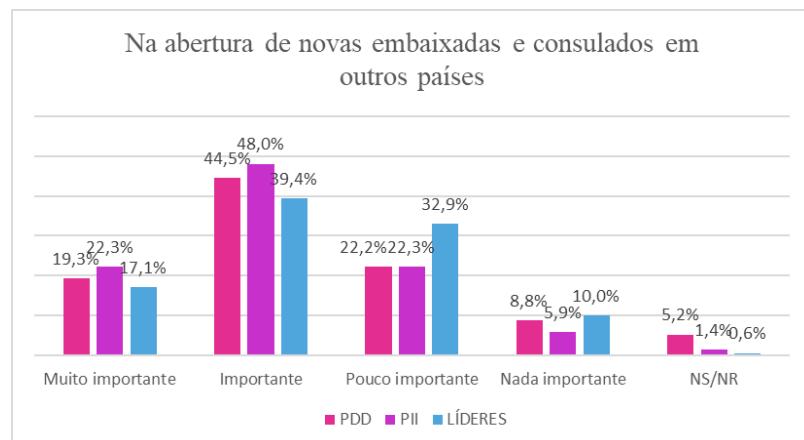


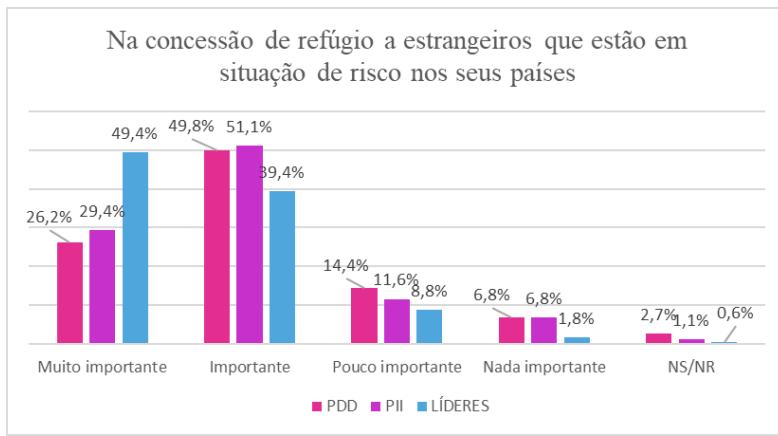
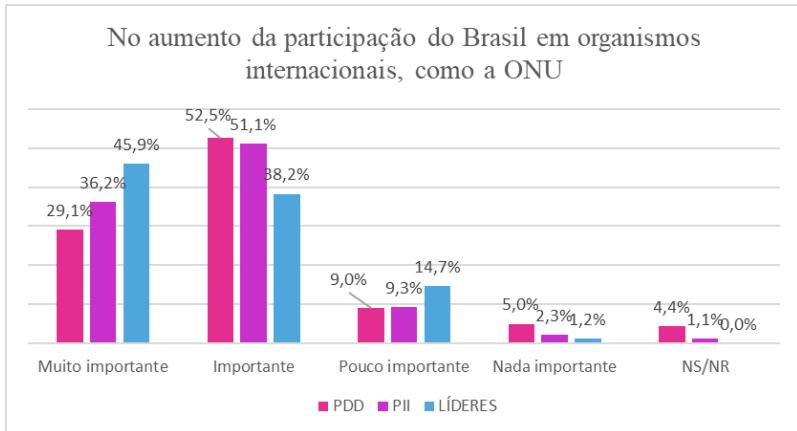
Questionados sobre quais atores estariam mais aptos a enfrentar determinados problemas, verifica-se que os Líderes costumam escolher a opção de “governos nacionais em conjunto com a ONU” nos temas de “proteção ao meio ambiente”, “refugiados”, “direitos humanos”, “políticas sobre mudança climática”, política de saúde” e “reformas e supervisão do sistema financeiro”.

Os Líderes também são mais assertivos acerca do caráter nacional de problemas de desemprego e crescimento econômico. Ressalta-se ainda que o PDD e o PII, em geral, consideram os “governos nacionais em conjunto com organizações regionais” menos aptos a lidarem com os problemas listados do que os Líderes.

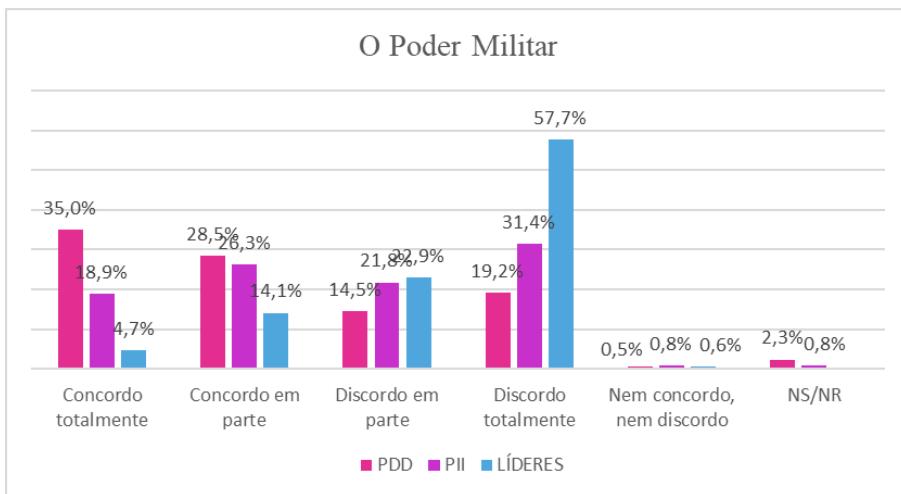
Instrumentos

O primeiro grupo de questões desse grupo foi se o entrevistado apoiava ou não que o Brasil investisse em determinadas áreas.

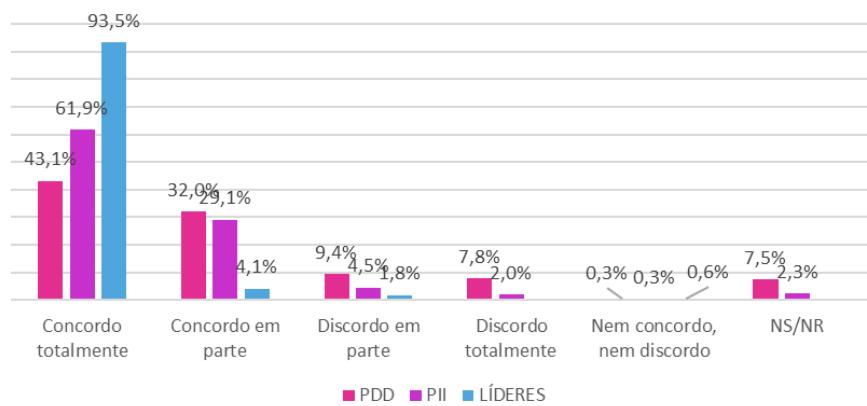




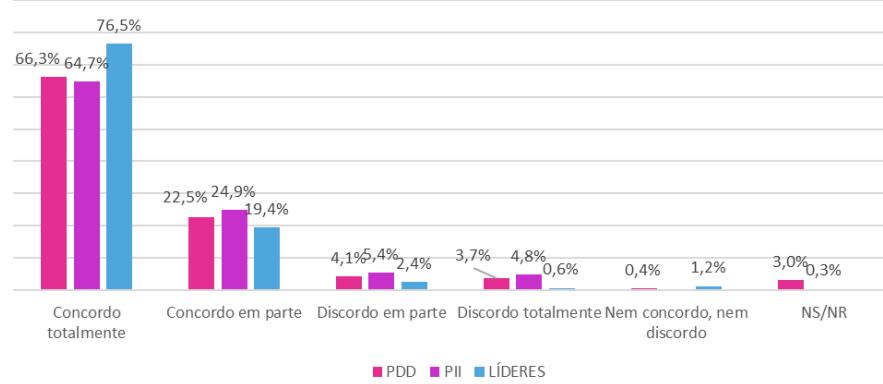
Com relação ao investimento de recursos, em geral, os Líderes defendem maiores investimentos que o PDD e o PII, em particular, no oferecimento de bolsas a estrangeiros, no incentivo financeiro para o desenvolvimento de outros países e na concessão de refúgio.



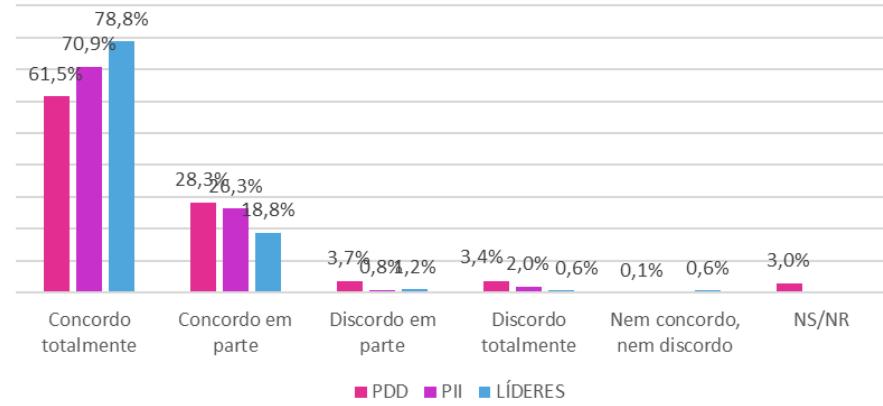
Diplomacia



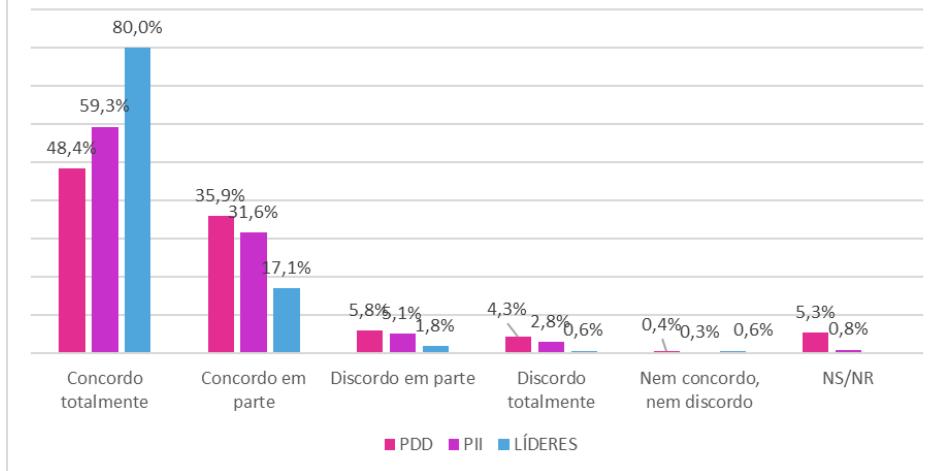
Cultura



O comércio



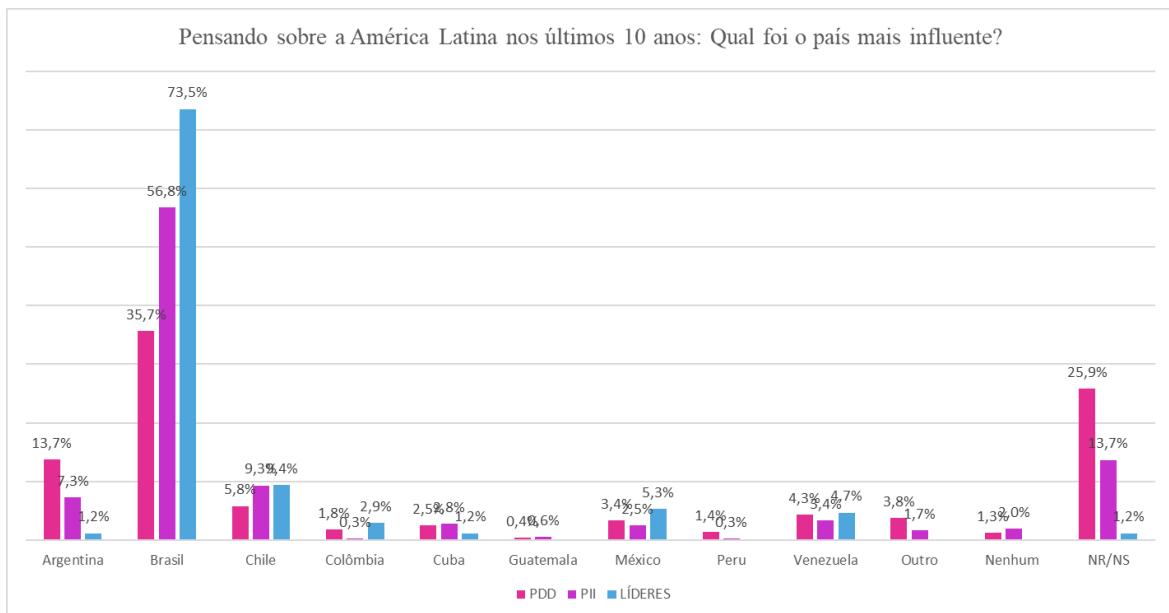
A cooperação internacional para o desenvolvimento



Acerca das estratégias que o Brasil poderia empregar para aumentar a sua influência no mundo, a rejeição entre os Líderes ao uso do poder militar é ainda mais acentuada do que entre PDD e PII, sendo as estratégias de *soft power* amplamente apoiadas pelos Líderes.

CAPÍTULO 5 – O Brasil e a América Latina

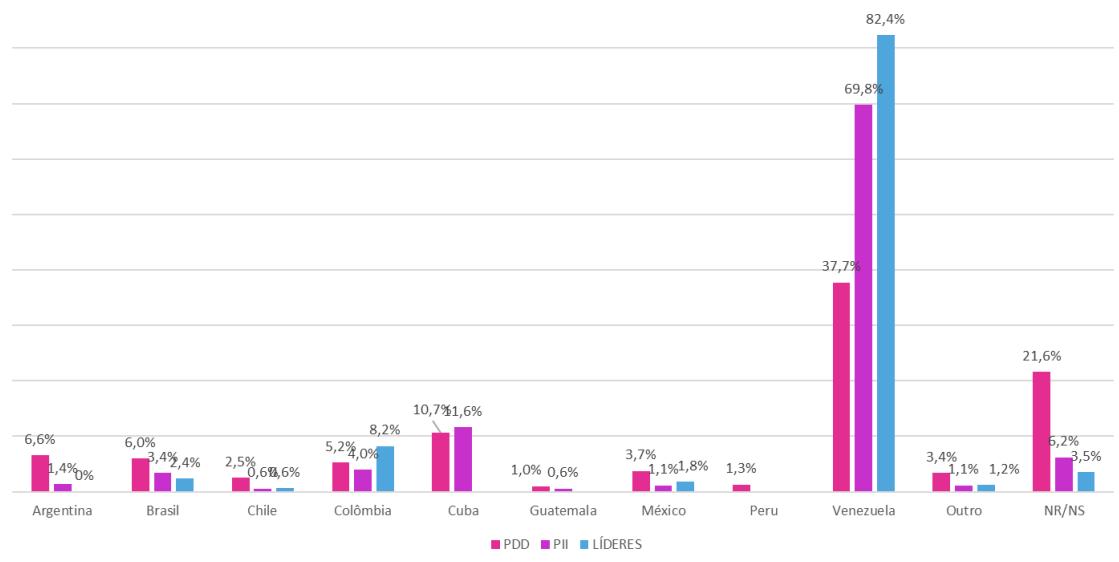
Perspectivas para região



O país que foi considerado o mais influente da América Latina nos últimos dez anos foi o Brasil, ou seja, o que apresentou os maiores percentuais de resposta, sendo eles: 35.7% (PDD), 56.8% (PII) e 73.5% (Líderes).

Com base nessas informações, percebe-se que a maioria das avaliações positivas, superiores a 50%, se concentraram nos grupos Público Interessado e Informado (PII) e os Líderes, enquanto o Público Desinteressado e Desinformado (PDD) também apresentou significativo número de respostas “não sei/não respondeu” (25.9%).

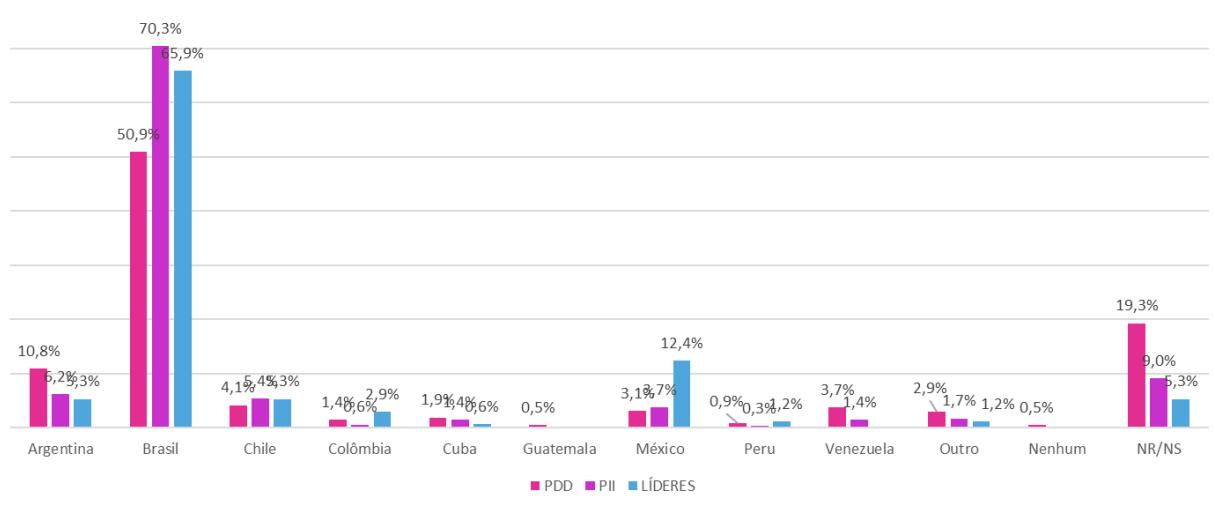
Pensando sobre a América Latina nos últimos 10 anos: Qual foi o país que gerou mais conflito?



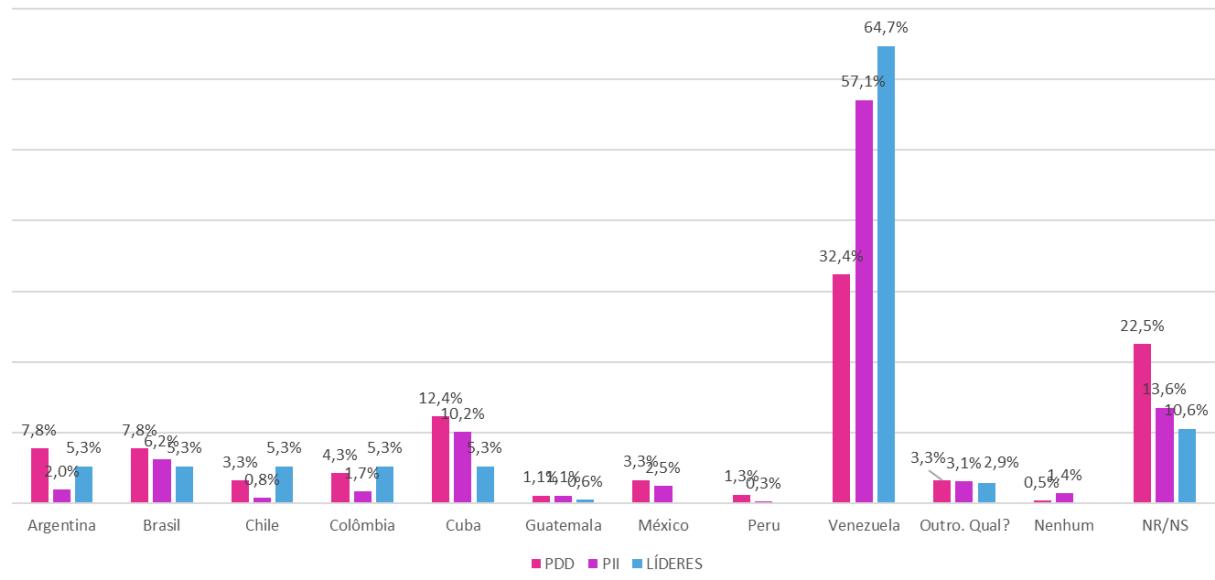
Realizado o mesmo questionamento aos participantes do *survey* de 2018, contudo dessa vez dando ênfases na questão do conflito, o país que mais concentrou respostas foi Venezuela: 37,7% (PDD), 69,8% (PII) e 82,4% (Líderes). Como observado anteriormente, a maior parte das avaliações negativas acerca do país latino-americano partem do Público Interessado e Informado e os Líderes nacionais, de modo a dobrar o percentual em relação às respostas dos PDD.

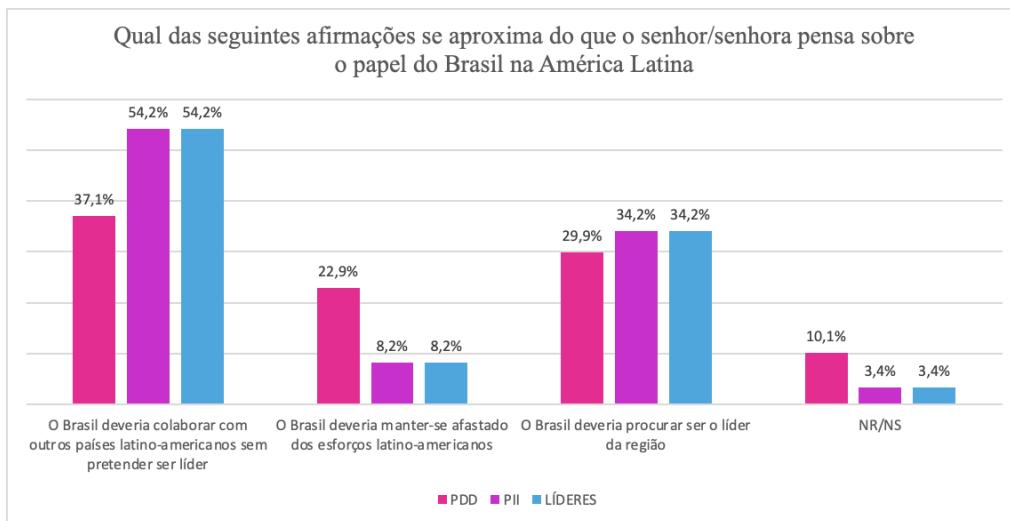
Para além, Cuba foi considerado o segundo país mais conflituoso, reunindo um total de 22,3%. Destaca-se aqui que 0% dos Líderes consideraram Cuba a nação mais conflituosa do subcontinente e 21,6% dos PDD não souberam responder ao questionamento.

Pensando sobre a América Latina nos próximos 10 anos: qual será o país mais influente?



Pensando sobre a América Latina nos próximos 10 anos: qual será o país que irá gerar mais conflito?



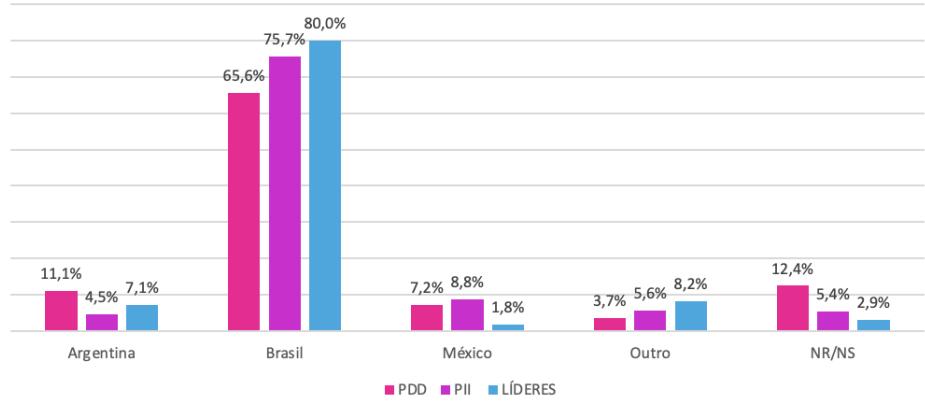


A avaliação de que “o Brasil deveria colaborar com outros países latino-americanos sem pretender ser líder” foi a afirmação mais defendida pelos três grupos entrevistados, especialmente para o Público Interessado e Informado e os Líderes, os quais optaram pela categoria em mais de 50% das respostas. Os percentuais exatos foram: 37.1% (PDD), 54.2% (PII) e 54.2% (Líderes).

Para além dessa percepção, a visão de que o Brasil deveria assumir o papel de liderança da região também foi mencionada de forma significativa, sendo 29.9% (PDD), 34.2% (PII) e 34.2% (Líderes).

Dessa forma é possível concluir que enquanto há visão predominante entre os PII e Líderes de que o Brasil deve ser uma nação colaborativa com as demais, mas não assumir o papel de liderança regional, o mesmo não pode ser afirmado quanto o Públco Desinteressado e Desinformado. Os PDD divergem em menos de 10% das avaliações acerca do protagonismo do Brasil.

Se o Conselho de Segurança da ONU pudesse ter um novo assento para representar a América Latina como um todo, que país deveria ocupá-lo?

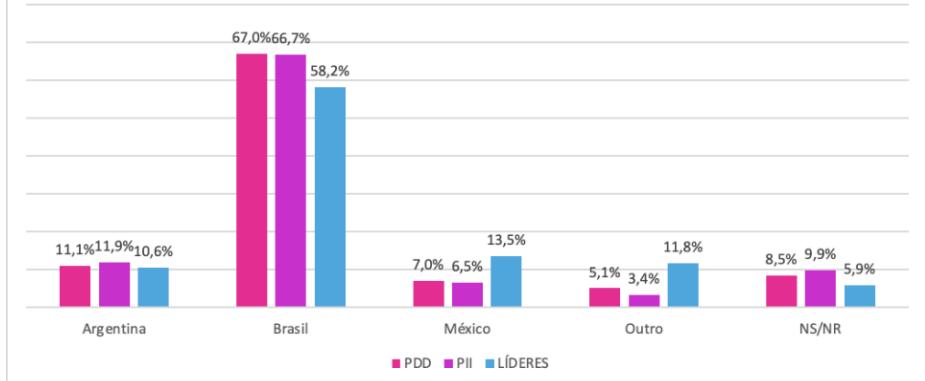


Questionados acerca de qual país deveria representar a América Latina em um novo assento hipotético na Organização das Nações Unidas, os três grupos respondentes afirmaram em mais de 50% das vezes de que deveria ser o Brasil: 65.6% (PDD), 75.7% (PII) e 80% (Líderes).

O segundo país que mais recebeu avaliações positivas acerca do papel de representação da liderança foi a Argentina, com um total (a soma do percentual de cada segmento entrevistado) de 22.7%.

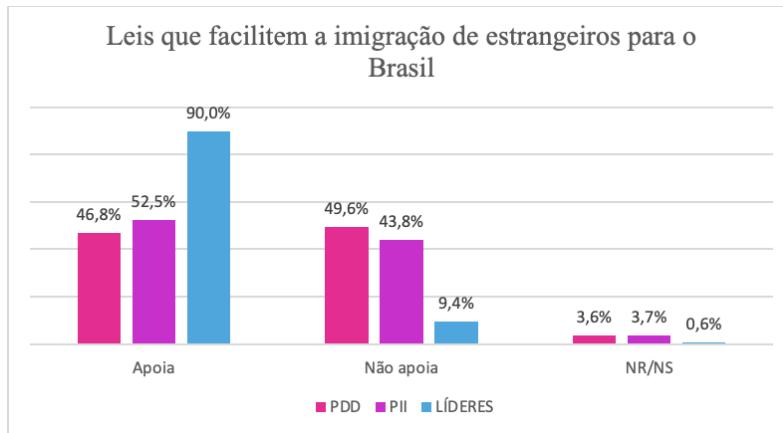
Atitudes com relação a América Latina

Qual dos seguintes países o senhor/senhora tem mais confiança para ser o líder da América Latina?



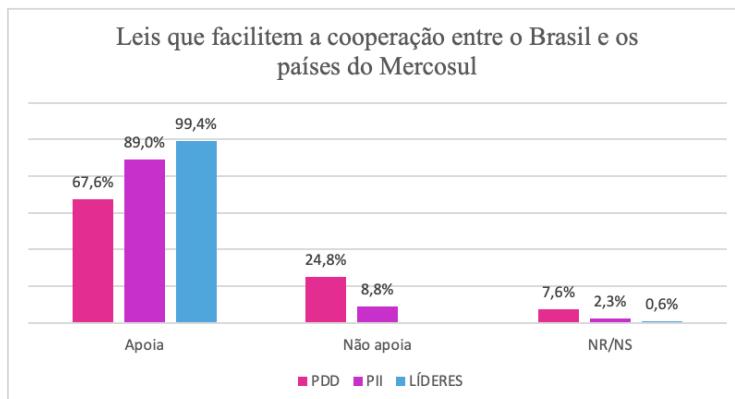
O país que foi escolhido por mais de 50% dos respondentes dos três grupos entrevistados foi o Brasil, logo, o considerado o mais confiável para assumir a posição de

liderança na América Latina. Os percentuais obtidos foram 67% (PDD), 66.7% (PII) e 58.2% (Líderes). O segundo país mais bem avaliado para essa função foi a Argentina com o total de 33.6% das respostas, logo seguido pelo México com 27%.



A existência de leis que facilitem a entrada de estrangeiros no Brasil é avaliada de forma positiva pela grande maioria dos Líderes, chegando a um percentual de 90% das respostas. O Público Interessado e Informado também apresenta avaliação positiva em mais de 50% das respostas (52.5%), entretanto, revela-se certa divergência acerca do tema, uma vez que um total de 43.8% (PII) “não apoia”.

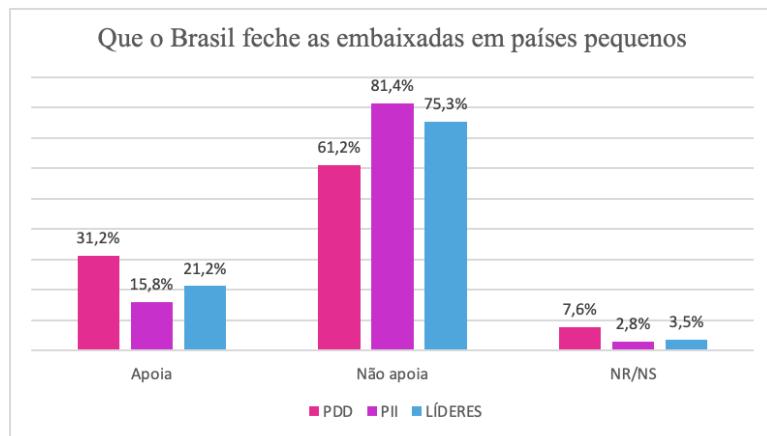
Esse padrão de desacordo também é perceptível com o Público desinteressado e Desinformado, uma vez que 46.8% “apoia”, enquanto 49.6% não, uma diferença estatística insignificante.



A existência de leis que facilitem a cooperação entre o Brasil e os países do bloco Mercosul são interpretadas de forma positiva (“apoia”) por mais de 50% dos três grupos

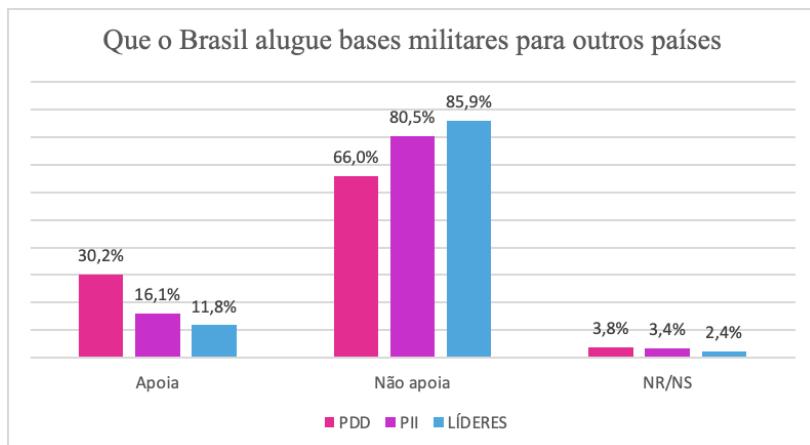
de participantes do survey. Os valores obtidos foram: 67.6% (PDD), 89% (PII) e, quase 100% das avaliações dos Líderes, 99.4%.

Apesar da avaliação majoritariamente boa, é necessário destacar que 24.8% do PÚblico Desinteressado e Desinformado discorda “não apoia”, assim como 8.8% do PÚblico Interessado e Informado também apresenta ressalvas, apesar de forma menos evidente.

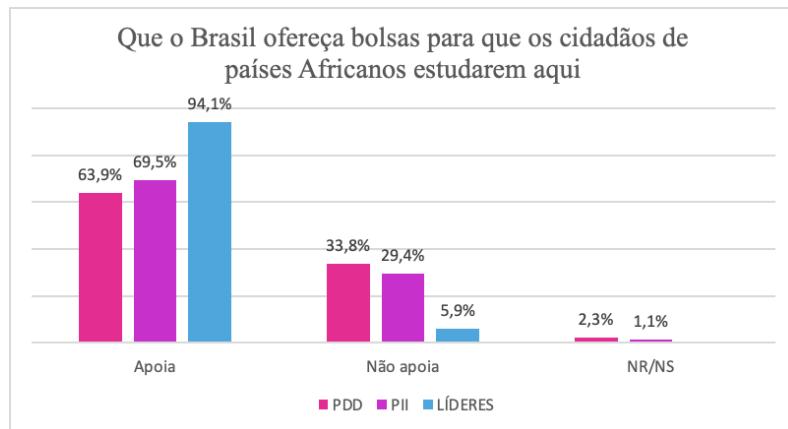


Dessa vez, questionados se o Brasil deveria fechar suas embaixadas em países pequenos, a maioria dos entrevistados discordaram “não apoia” este enunciado, sobretudo o PÚblico Interessado e Informado (PII). Os percentuais obtidos foram: 61.2% (PDD), 81.4% (PII) e 75.3% (Líderes).

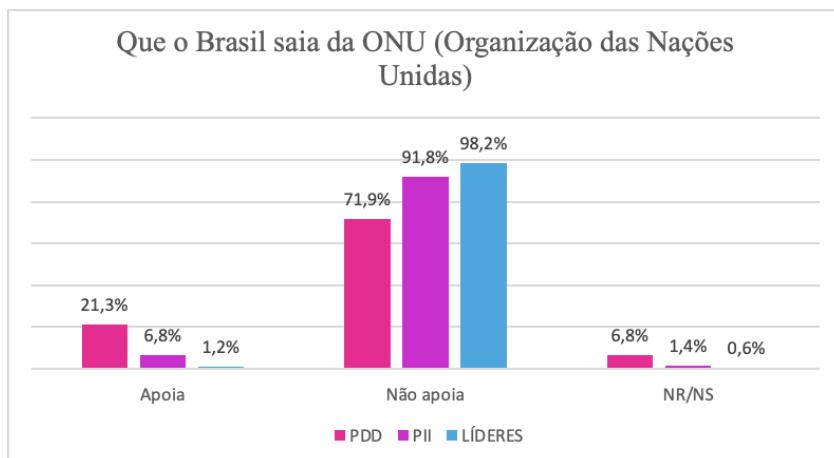
Diante desse cenário apresentado, chama-se atenção para o fato de que quase 1/3 dos respondentes PDD apoiam a decisão de fechada das embaixadas pequenas, 31.2%. De modo semelhante, com uma diferença de 10%, os Líderes concordam: 21.2%.



A temática acerca do Brasil alugar bases militares para demais países em seu território também é tópico de avaliação pelos PDD, PII e Líderes, os quais responderam de modo negativo “não apoia”: 66%, 80,5% e 85.9%, respectivamente. De modo contrário, um total de 30.2% dos entrevistados do Públco Desinteressado e Desinformado afirmou concordar com tal medida.

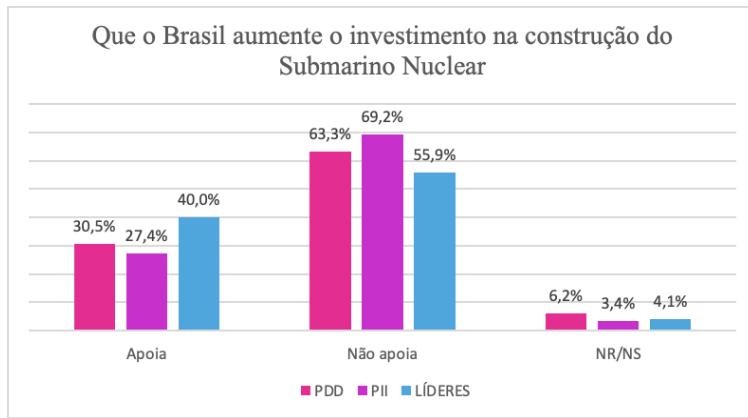


A medida de que “o Brasil ofereça bolsas para que os cidadãos de países Africanos estudarem aqui” é avaliada majoritariamente de forma positiva (“apoia”) pelos três grupos participantes, de modo a possuir percentuais semelhantes entre PDD (63.9%) e PII (69.5%) e adesão quase total dos líderes nacionais (94.1%). Nesse sentido, as maiores ressalvas (“não apoia”) são referentes aos PDD e PII, os quais discordam de tal ação em 33.8% e 29.4% das respostas.



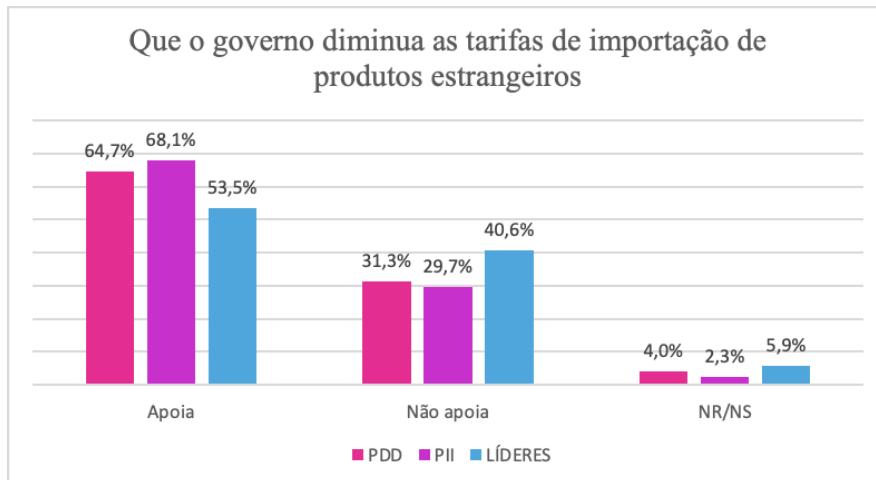
A saída do Brasil da Organização das Nações Unidas (ONU) é vista de forma majoritariamente negativa por todos os grupos entrevistados no *survey* de 2018: 71.9% (PDD), 91.8% (PII) e 98.2% (Líderes) “não apoia” esse enunciado. No que diz respeito à

diferença percentual entre PDD e os demais grupos em quase 20% podem ser explicado pela existência de um total de 21.3% respondentes que “apoia” a saída do Estado brasileiro do órgão internacional.



A questão acerca do investimento brasileiro em armas nucleares, especificamente, a construção de um submarino nuclear é vista de forma divergente pelos três grupos entrevistados. Contudo, mais de 50% avaliam como algo que “não apoia”: 63.3% (PDD), 69.2 (PII) e 55.9% (Líderes).

Entretanto, apesar dessa avaliação geral negativa, percentuais significativos de apoio, acima de 30%, são observados entre o Público Desinteressado e Desinformado (30.5%), assim como entre os Líderes (40%).



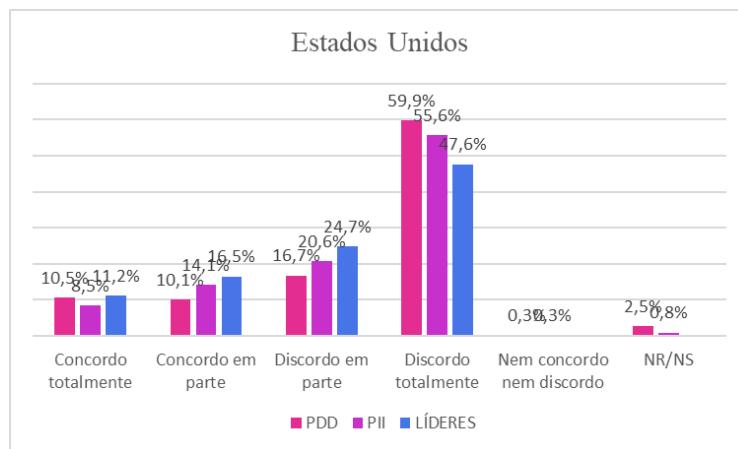
Por fim, o último enunciado abordado é acerca da diminuição de tarifas de importação, por parte do governo, sobre produtos estrangeiros. A maioria das respostas,

ou seja, acima de 50% das avaliações, apoiam essa ação: 64.7% (PDD), 68.1% (PII) e 53.5% (Líderes).

Entretanto, apesar das respostas concordando com que haja a diminuição de tarifas sobre os produtos estrangeiros, uma parcela significativa dos respondentes “não apoia”, em especial, os Líderes: 31.3% (PDD), 29.7% (PII) e 40.6% (Líderes).

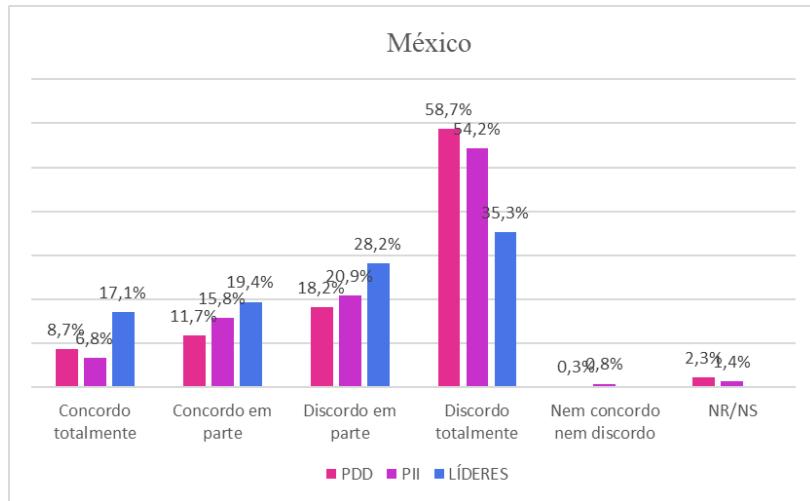
Em suma, é possível concluir que a maioria dos entrevistados apoiam a diminuição de tarifas, entretanto, há a existência de uma parcela significativa com ressalva ao enunciado.

O próximo conjunto de questões foi: O senhor/senhora concorda ou discorda que os cidadãos das seguintes regiões possam trabalhar no Brasil sem precisar de um visto de trabalho.

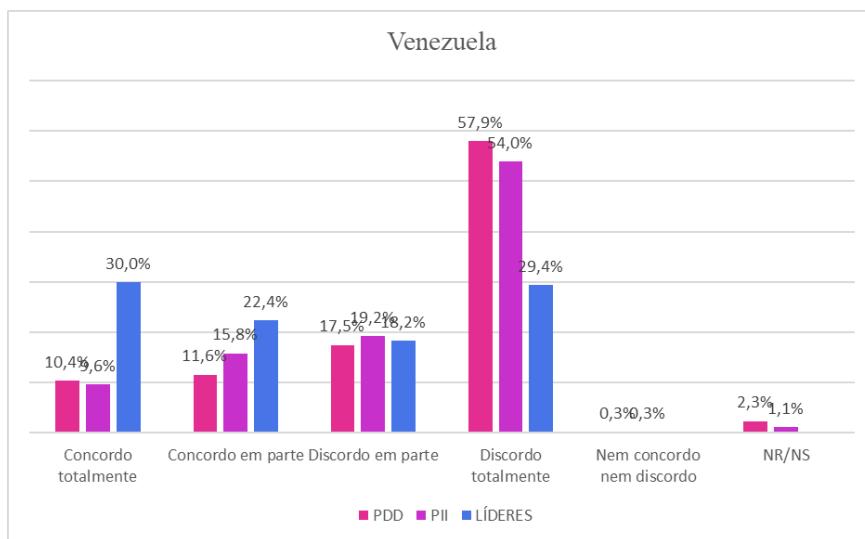


Ao realizar a mesma pergunta “os cidadãos das seguintes regiões possam trabalhar no Brasil sem precisar de um visto de trabalho” aos Líderes, foi possível comparar suas percepções com os demais respondentes da opinião pública (PDD e PII). No que se refere aos resultados obtidos, os Líderes apresentaram uma percepção mais favorável a livre entrada de estadunidenses no Brasil ao afirmar que “discordo totalmente” em 47.6% das respostas valores que divergem em quase 10% das percepções de PDD e PII.

De modo semelhante, no ano de 2018, os Líderes foram os que mais apresentaram percentuais favoráveis à livre entrada: 11.2% “concordo totalmente” e 16.5% “concordo em parte”.



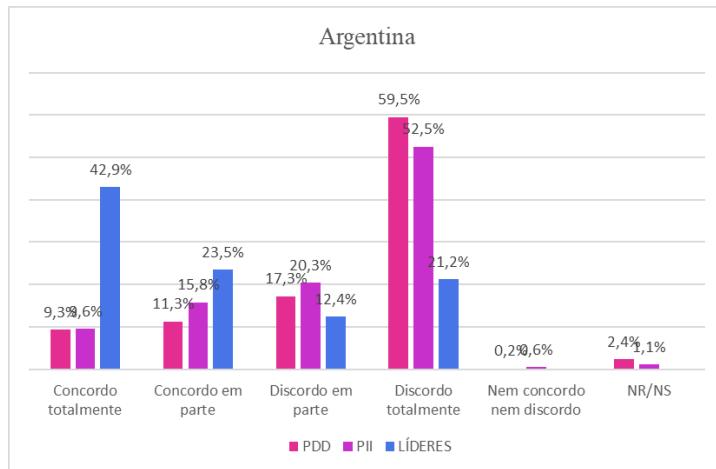
O México também é um dos países em que a opinião dos líderes revela diferença em relação a dos PDD e PII, uma vez que os Líderes apenas apoiam a entrada totalmente limitada aos mexicanos com visto em 35.3% das respostas, enquanto em um total de 17.1% e 19.4% afirmam concordar totalmente ou em parte com a flexibilização/livre entrada desses estrangeiros no Brasil.



A Venezuela também é outro país que os Líderes divergem da visão do Público Desinteressado e Desinformado (PDD) e do Público Interessado e Informado (PII) acerca da questão de entrada no Brasil para trabalho sem necessidade de visto específico.

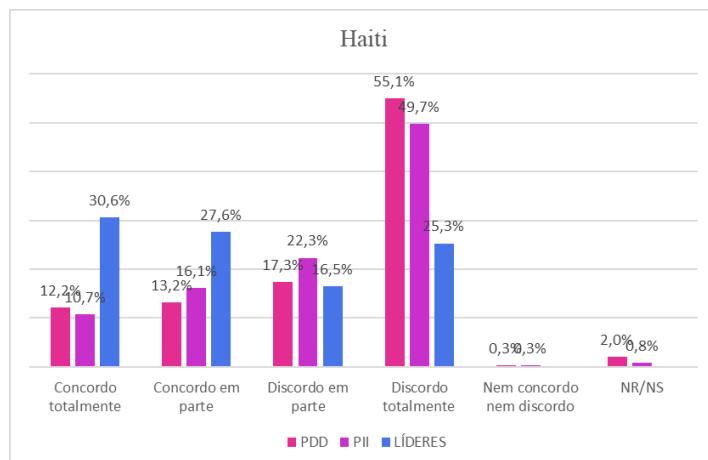
Ao tempo que 57.9% dos PDD e 54% dos PII optam pela opção “discordo totalmente” e defendem a necessidade do visto de trabalho, os Líderes escolheram essa opção apenas 29.4% das vezes, dando prioridade para “concordo totalmente” (30%) e

“concordo em parte” (22.4%). Em suma, os Líderes apresentam maior flexibilização quanto a entrada de estrangeiros, sobretudo latino-americanos, no Brasil à trabalho.



Assim como o caso da Venezuela, a Argentina foi outro país que foi abordada pelos Líderes de modo a permitir a entrada dos seus cidadãos sem a necessidade de visto de trabalho para o Brasil, algo que diverge fortemente da percepção “discordo totalmente” dos PDD (59.5%) e PII (52.5%) no ano de 2018.

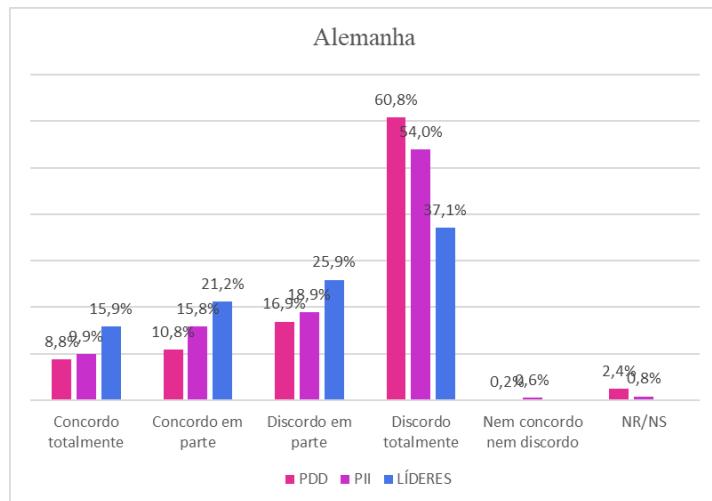
Na opinião dos Líderes, a entrada de argentinos para trabalho no Brasil deve ser livre de visto (42.9%) “concordo totalmente” ou “concordo em parte” (23.5%). O entendimento dos PDD e PII no primeiro caso, “concordo totalmente” fica abaixo de 10%: 9.3% (PDD) e 9.6% (PII).



O Haiti também é um dos países que os Líderes compreendem de forma mais flexível a entrada de seus cidadãos sem a necessidade de visto à trabalho para o Brasil

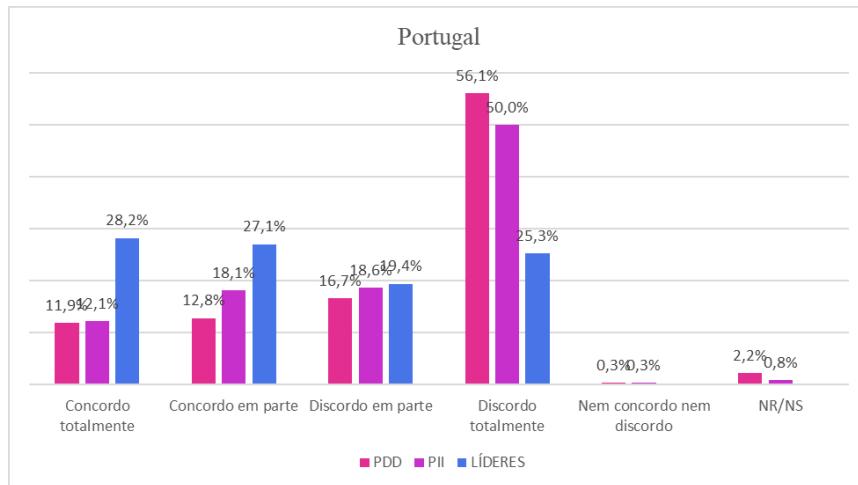
(“concordo totalmente”), uma vez que os dados de PDD, PII divergem consideravelmente dos Líderes, sendo: 12.2%, 10.7% e 30.6%, respectivamente.

Não obstante essa base de comparação, ao analisar os dados daqueles que optaram por “discordo totalmente” para a entrada sem visto, obtém-se um total de 55.1% (PDD) e 49.7% (PII), enquanto os Líderes apenas concordam em 25.3%.



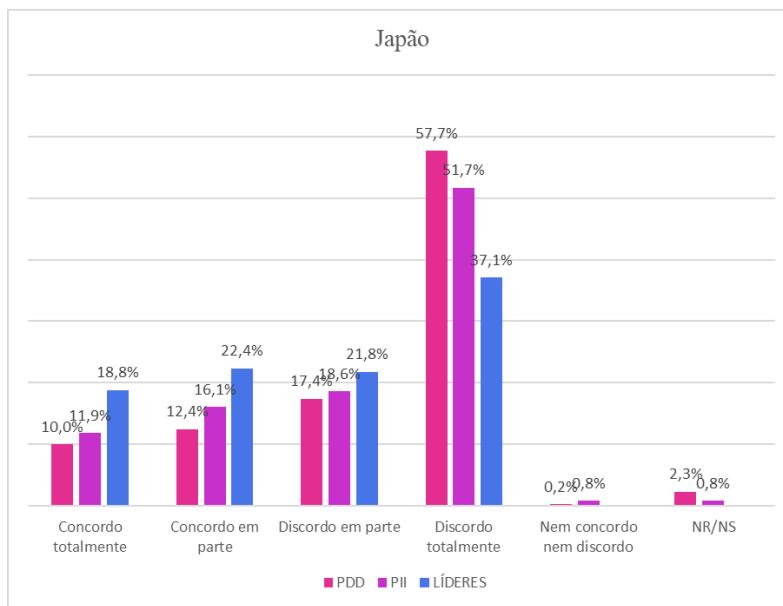
A Alemanha é um país avaliado de forma diversa pelos diferentes grupos entrevistados no ano de 2018, contudo, percebe-se um maior grau de semelhança entre as considerações feitas pelos PDD e os PII sobre limitar a entrada à trabalho no Brasil somente com visto: 60.8% e 54% das respostas, enquanto os Líderes veem isso como uma necessidade em apenas 37.1% das avaliações.

Em contrapartida, 15.9% dos Líderes afirmam que “concordo totalmente” com a entrada sem visto no Brasil, assim como 21.2% acredita em maior flexibilização ao optar por “concordo em parte”,



O caso de Portugal também é avaliado, o qual os Líderes também afirmam concordar totalmente ou ao menos em parte de que haja flexibilidade na entrada de cidadãos portugueses à trabalho no Brasil, como sugere os resultados em “concordo totalmente” (28.2%) e “concordo em parte” (27.1%). Esses valores variam em média 10% dos resultados de PDD e PII em ambas as categorias.

No que concerne à parcela que discorda totalmente da entrada sem necessidade de visto para trabalho, concentra-se 56.1% das respostas de PDD, 50% das de PII e somente 25.3% das dos Líderes.



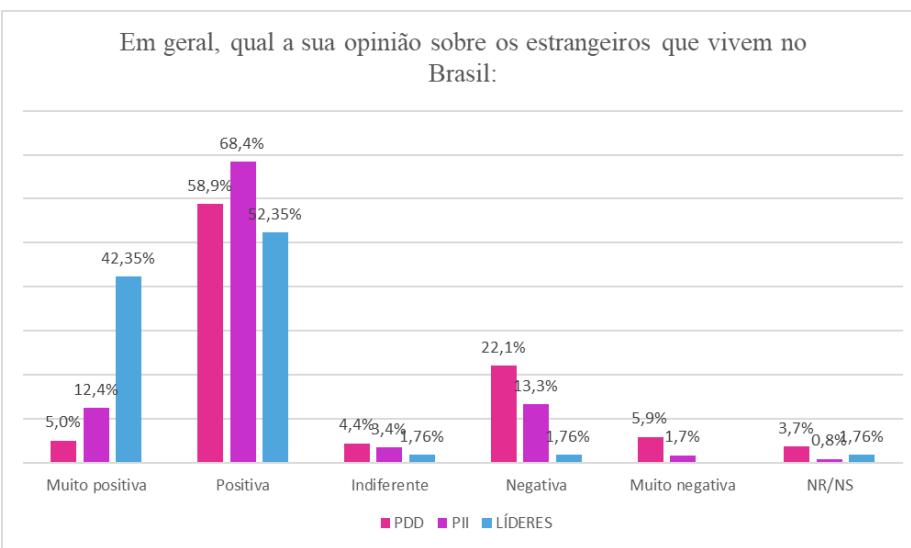
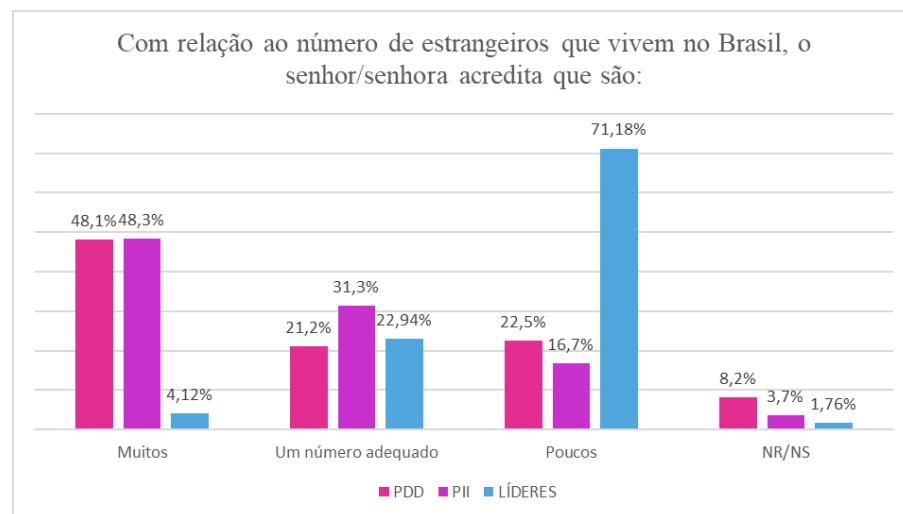
Por fim, a avaliação da percepção de cada grupo respondente do survey de 2018 acerca da entrada livre de japoneses à trabalho no Brasil com a necessidade de visto ou

não. O entendimento dos PÚblico Desinteressado e Desinformado, assim como do PÚblico Interessado e Informado é que haja limitação na entrada de estrangeiros sem que possuam visto para trabalho, como apontam os dados na categoria “discordo totalmente” 57.7% e 51.7%, respectivamente. Em contrapartida, os Líderes apenas optaram por essa resposta em 37.1% das vezes.

Esses percentuais que revelam uma perspectiva dividida dos respondentes, uma vez que a soma dos Líderes de “concordo totalmente” e “concordo em parte” com a entrada sem visto de trabalho se refere a 41.2%, ou seja, menos de 10% de diferença daqueles que apresentam maior resistência ao enunciado.

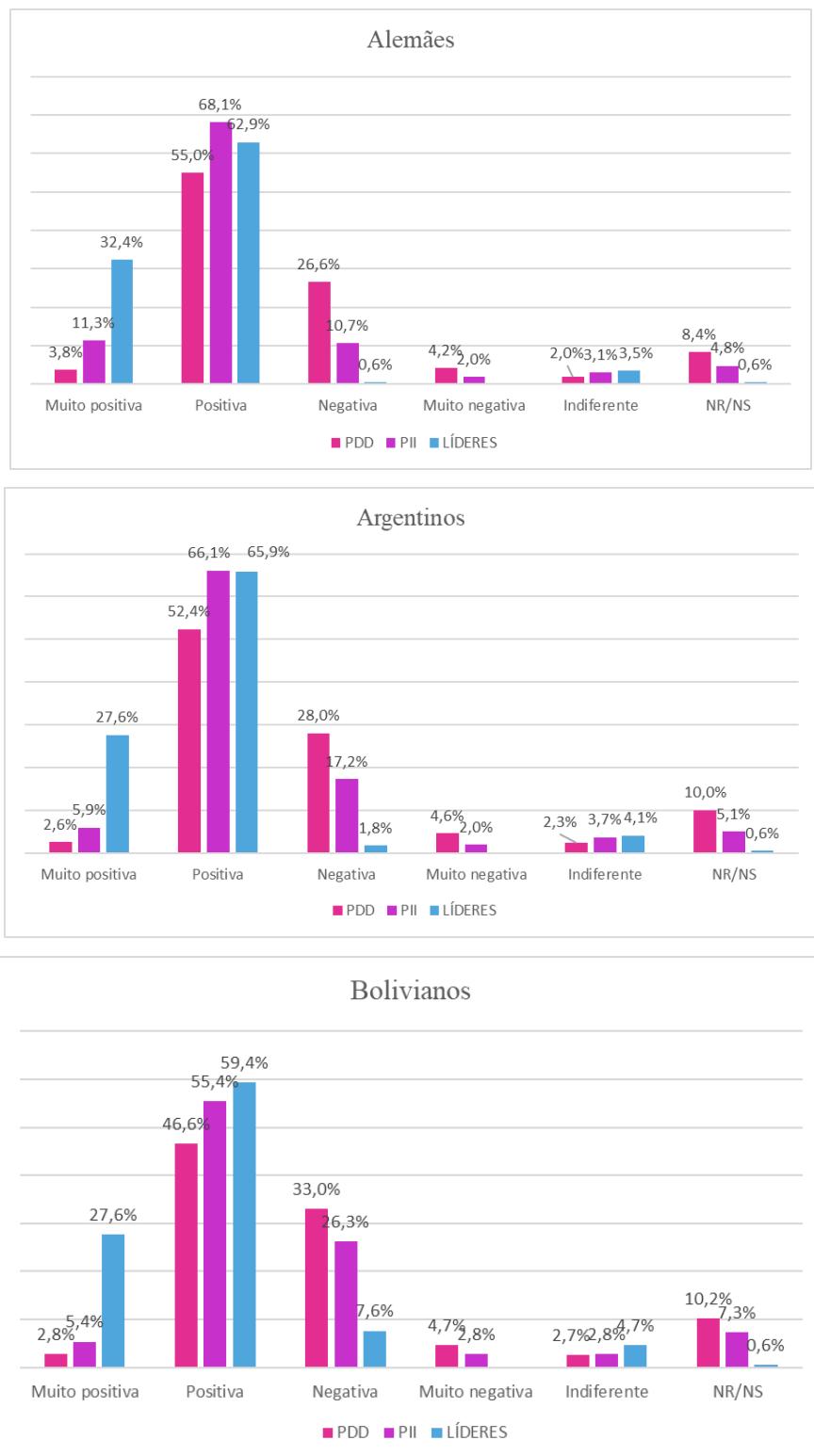
CAPÍTULO 6 -Democracia e Direitos Humanos

Migrações

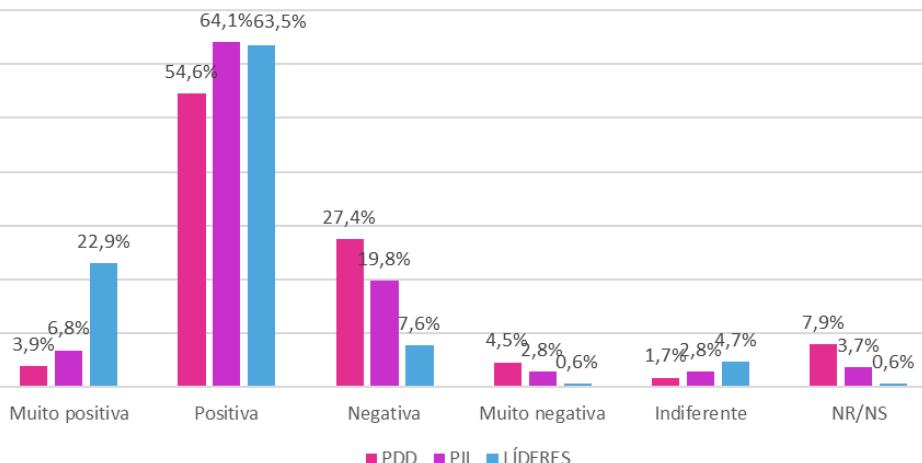


Verificam-se grandes divergências entre as opiniões dos Líderes e dos PDD e PII quando o assunto diz respeito aos estrangeiros que vivem no Brasil. Para 71,18% dos Líderes o número de estrangeiros vivendo no Brasil é pouco, contra 22,5% para o PDD e 16,7% para o PII. A divergência se mantém também com relação à opinião sobre os estrangeiros que vivem no país. As opiniões “muito positiva” e “positiva” somam 94,7% entre os Líderes contra 80,8% entre o PII e apenas 63,9% entre o PDD.

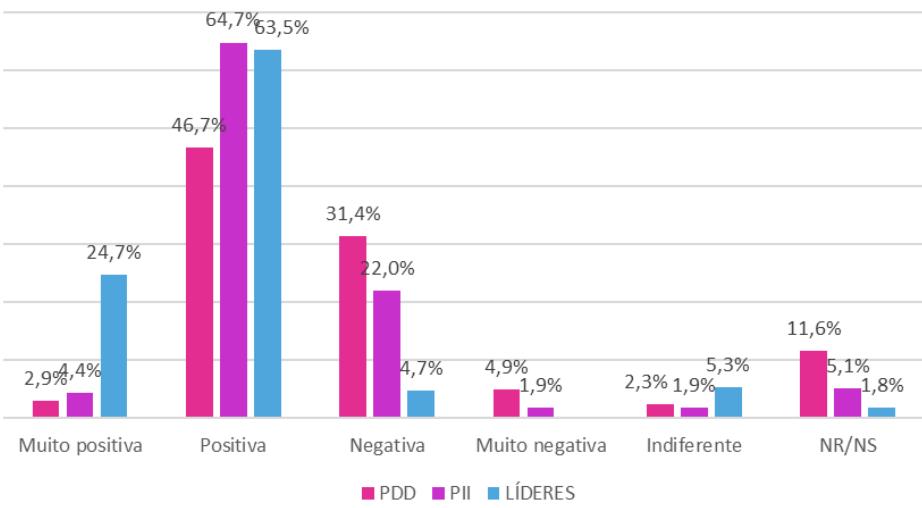
O seguinte grupo de questões foi sobre a opinião dos entrevistados sobre alguns grupos de estrangeiros que vivem no Brasil.



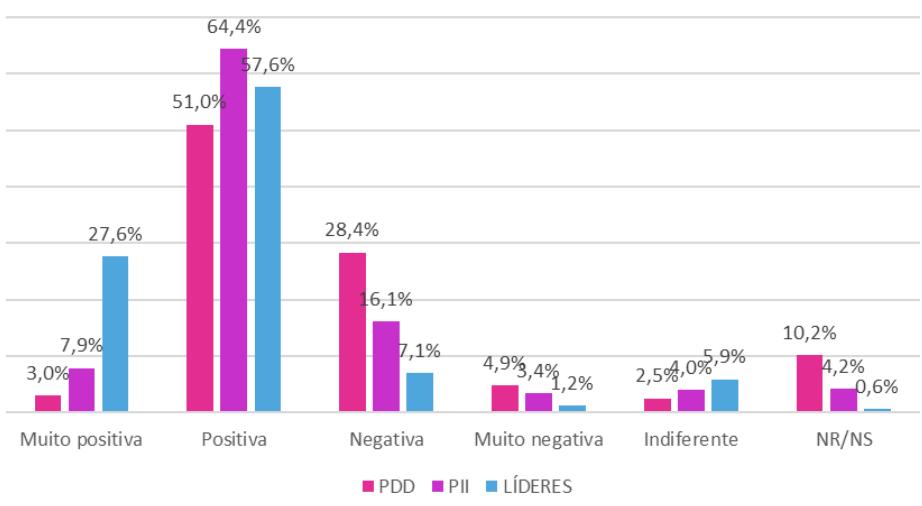
Chinesa



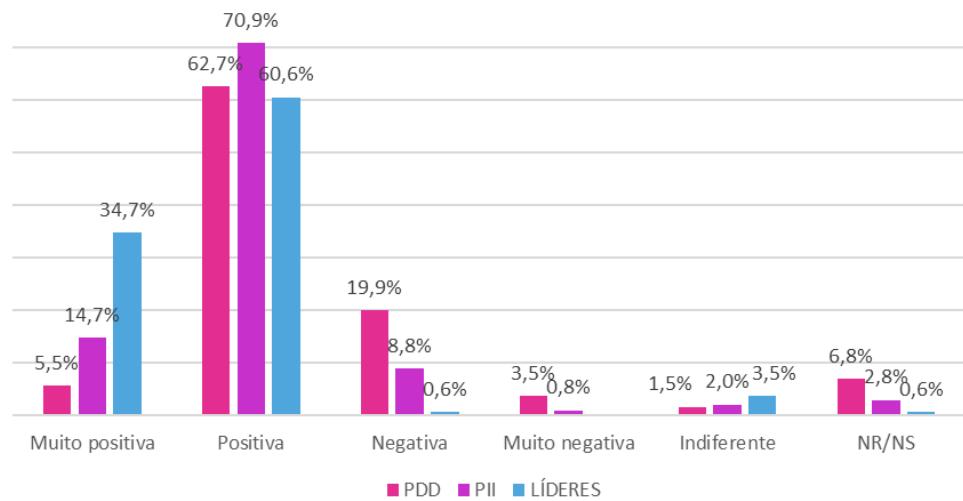
Coreanos



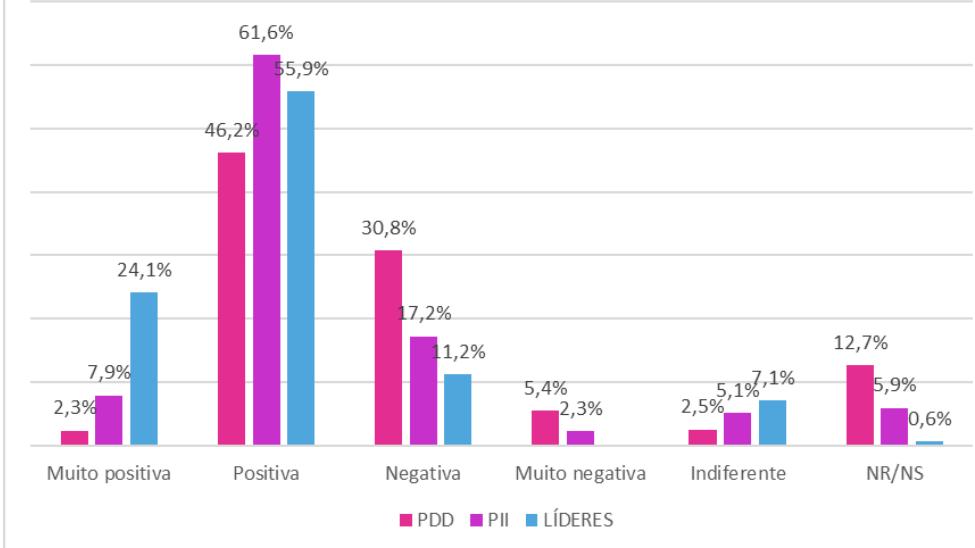
Haitianos

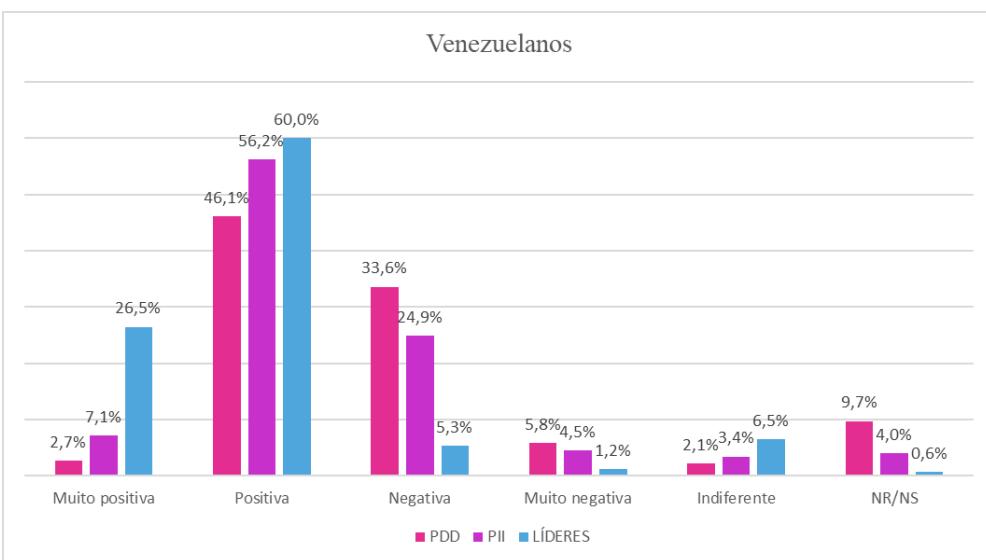
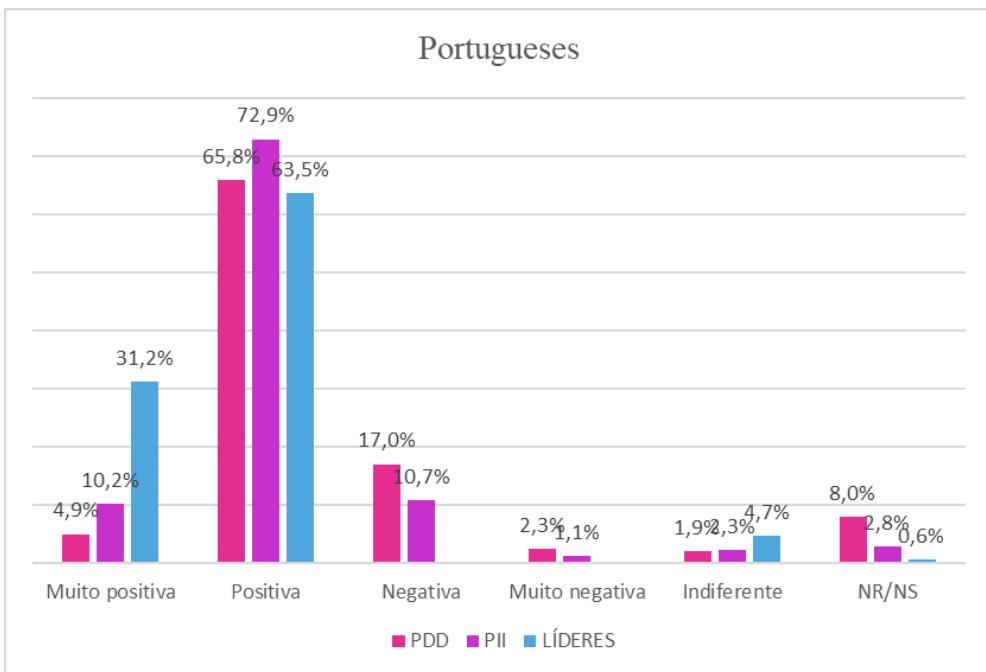


Japoneses



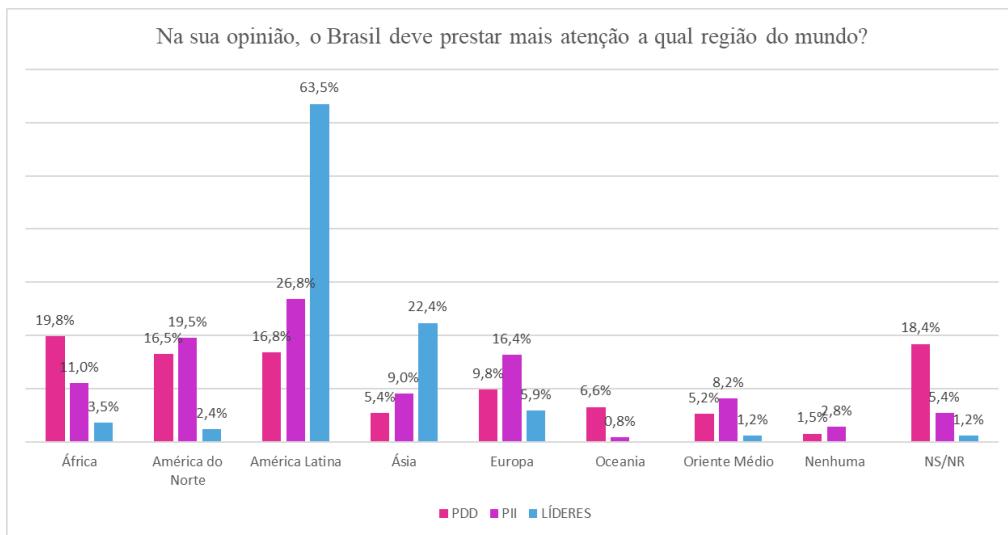
Nigerianos



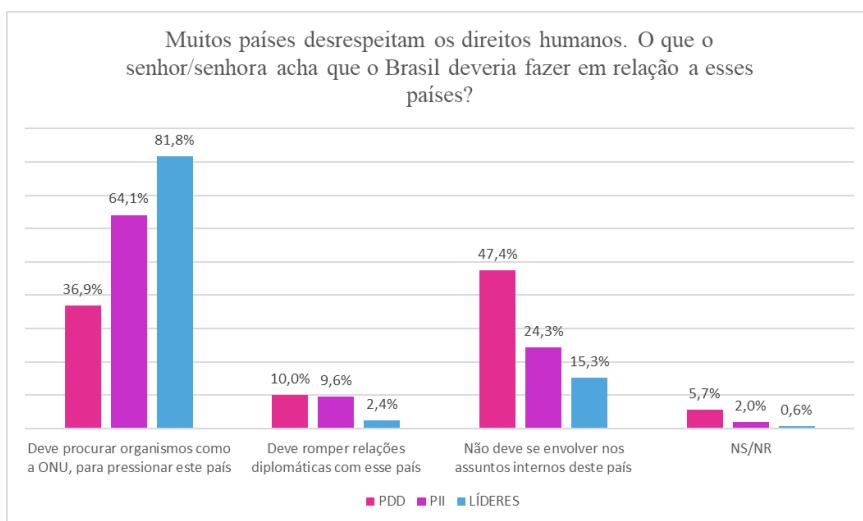


Ainda com relação aos estrangeiros que habitam no Brasil, predomina, para todas as nacionalidades perguntadas, uma visão muito mais positiva entre os Líderes do que entre os públicos PDD e PII.

Direitos Humanos



Quando questionados acerca de qual região do mundo o Brasil deveria prestar mais atenção, os Líderes são muito mais assertivos na escolha da América Latina do que o PDD e o PII. Esse resultado guarda certa semelhança com dados já apresentados que ilustram a maior importância dada pelos Líderes à integração regional. A segunda opção mais escolhida pelos Líderes foi a Ásia, o que pode indicar que os Líderes levam mais em consideração do que o PDD e o PII uma leitura da conjuntura global em que há um crescimento recente da importância da região asiática.



Com relação ao que se fazer com países que desrespeitam os Direitos Humanos, verifica-se que o PDD e os Líderes situam-se em polos opostos com o PII entre os dois.

Para a maioria dos líderes deve-se pressionar o país violador por meio de organismos como a ONU, enquanto para o PDD predomina a posição de que o Brasil não deve se envolver nos assuntos internos de outros países.